



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RICARDO JOSÉ SIZILIO



“VAI, CARLOS, SER
MARIGHELLA NA VIDA”

Outro olhar sobre os caminhos
de Carlos Marighella na Bahia
(1911-1945)



Salvador - Bahia
2017

RICARDO JOSÉ SIZILIO

“Vai, Carlos, ser Marighella na vida”

Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia

(1911-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior

Salvador - Bahia
2017

S625 Sizilio, Ricardo José
 “Vai, Carlos, ser Marighella na vida”: outro olhar sobre os caminhos de
 Carlos Marighella na Bahia (1911-1945) / Ricardo José Sizilio. - 2017.
 332 f.

 Orientador: Prof.º Dr.º Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
 Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

 1. Marighella, Carlos, 1911-1969 - Biografia. 2. Partido Comunista do
 Brasil. Eleições - Política e governo - 1945. I. Sena Júnior, Carlos Zacarias
 Figueirôa de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
 Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 920

RICARDO JOSÉ SIZILIO

“Vai, Carlos, ser Marighella na vida”

Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia
(1911-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Banca examinadora:

Professor Doutor Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior – (Orientador)
Universidade Federal da Bahia

Professor Doutor Antonio Maurício Freitas de Brito
Universidade Federal da Bahia

Professora Doutora Ana Paula Palamartchuk
Universidade Federal de Alagoas

À minha mãe, Helena Sizilio,

por todo amor dedicado a mim e às minhas irmãs. Esta é uma singela homenagem à pessoa mais incrível que conheci. A mulher mais honrada, trabalhadora, por vezes, inocente, e que se dedicou integralmente aos filhos. Orgulhosa de seu primário completo, perdeu noites durante muitos anos para garantir a educação de seus rebentos e sustentá-los. Hoje, seus três filhos possuem para além de estudos, o seu exemplo para seguir.

AGRADECIMENTOS

*Há muito tempo que eu saí de casa
Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz*

...

*E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

Gonzaguinha. *Caminhos do Coração.*

Essa dissertação não é apenas minha, além de ser pública ela é de tantas outras pessoas que me ajudaram de inúmeras formas nos últimos anos. Os caminhos e descaminhos percorridos com suas dores e prazeres foram compartilhados com muita gente que me ofereceu o melhor de si, que é, sem dúvida, a amizade. Antes mesmo da primeira linha escrita do projeto de pesquisa eu já tinha a quem agradecer. Até finalizar esta etapa, outras tantas pessoas mostraram, ou reafirmaram sua importância. Desta forma, as próximas linhas são de agradecimentos justos e sinceros a tanta, muita diferente gente.

O primeiro agradecimento não poderia deixar de ser para a mulher que me colocou nesta grandiosa loucura que é a vida e que me ensinou com sua generosidade, inteligência e simplicidade os caminhos a serem seguidos. Desde muito novo ouvia minha mãe dizer, *vá estudar Ricardinho*. Depois de graduado, ela me incentivava a retornar aos estudos me perguntando: *vai ficar parado no tempo?!* Devo muito a ela, sempre deverei e sempre que puder, agradecerei. Durante o mestrado uma doença a venceu e é certo que perdi meu rumo, precisei de muita gente e só depois de um tempo voltei à pesquisa. Helena Sizilio, era e sempre será meu norte, minha torre, e é certo que

*“amarradão na torre dá pra ir pro mundo inteiro, e onde quer que eu vá no mundo, vejo a minha torre. É só balançar que a corda me leva de volta pra ela”*¹.

Rosimeire Sizilio, à sua maneira, me ajudou a estar aqui neste momento. Rosangela Sizilio, além de ser um exemplo para os estudos, foi quem abdicou de muitas coisas para cuidar de minha mãe, com sua saúde frágil. Isto por si só já faria com que fosse muito grato, mas, mesmo cheia de obrigações, ela achou tempo para transcrever duas entrevistas que compõem este trabalho, logo não há como não ser muito agradecido a ela.

Quando decidi retornar à Academia e fazer a seleção do mestrado, seis anos após me graduar, tive a contribuição acadêmica e afetuosa, além do incentivo, de Erahsto Felício, um grande amigo. Foram horas de ligações discutindo o tema, o problema e sugerindo bibliografia em meio a tantos outros papos, que iam da revolução ao amor. A generosidade e inteligência deste amigo me são muito caras e foi a ele que confiei as minhas primeiras, segundas, terceiras e tantas outras descobertas e escritas.

Da mesma forma, Moisés Morais muito me ajudou a pensar e construir o projeto e foi imprescindível para a conclusão desta dissertação. Mucha me cedeu muitos dos livros que estão na bibliografia, leu todos os textos que foram sendo produzidos e discutiu comigo sobre os caminhos da pesquisa, desanuviando muitas questões. Deveras que as nossas discussões acadêmicas eram, também, pretexto para falarmos sobre a política nacional ou sobre os triunfos do Vitória, contando, ainda, com a presença e a vivacidade do pequeno Dante. É certo que devo muito a este amigo querido, por isso os meus agradecimentos.

Ainda durante a construção do projeto pedi ajuda para muita gente ler, revisar e criticar o texto que foi submetido ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFBA). Algumas dessas pessoas continuaram contribuindo durante o mestrado, assim como outras que passaram a colaborar de diversas formas para a conclusão deste trabalho. Dessa forma, devo agradecer pela participação direta nesta dissertação a Alan Cerqueira, Alan Ramos, Alexandre Beanes, Antônio Maurício Brito, Camila Avelino, Carol Fantinel, Clóvis Ramaiana, Daniel de Albuquerque, Ede Assis, Emiliano Côrtes,

¹ Trecho da música *Sandra*, de autoria de Gilberto Gil.

Jack Nascimento, Leandro Bulhões, Luísa Saad, Margarete Neves, Muniz Ferreira, Priscila Ladeia, Raquel Oliveira, Rebeca Vivas e Robério Souza.

Nos últimos três anos frequentei muitos arquivos, sendo que nestes os funcionários sempre foram muito solícitos, minimizando as inúmeras dificuldades para a realização de pesquisas no país. A boa vontade dos trabalhadores do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ-UFRJ) deve ser mencionada. Nominalmente, devo agradecer a: Johenir Vianas, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); Noel Freitas, do Arquivo Nacional (AN); e Pedro Bortoto, do Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP) por não medirem esforços em me ajudar com os documentos depositados nas respectivas instituições, mesmo com os inúmeros entraves burocráticos.

Ane Cajado Ferrari, historiadora do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi importantíssima para meu acesso a muitos documentos em poder daquela instituição. Tal documentação me permitiu conhecer um pouco mais sobre o PCB e sobre o processo eleitoral de 1945. O pedido inicial de documentos ao TSE foi feito por e-mail e, por sorte, a mensagem chegou às mãos desta historiadora baiana formada pela UFBA, que foi extremamente solícita. Hoje, depois de muitos e-mails e prosas diversas, já a chamo de amiga. Tenho que mencionar, também, que no TSE ainda tive o apoio dos funcionários da Seção de Arquivos.

Analúcia Guimarães, do Tribunal Regional Eleitoral - Bahia (TRE-BA), e os demais funcionários da Seção de Biblioteca, Informação e Memória foram muito atenciosos diante de meus pedidos, assim como os funcionários do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados em relação aos discursos de Carlos Marighella naquela Casa.

Do belo *Campus de São Lázaro* (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas–UFBA) e do PPGH, devo agradecer ao profissionalismo e comprometimento de Gilvan Santos, Luis Borges e Dilzaná Oliveira.

Na Bahia, ainda cabem meus agradecimentos a Déborah Kelman Lima que, além de ter dissertado sobre o Ginásio da Bahia, me ajudou com a documentação que se

encontra no Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Louise Oliveira e Darislene Bastos muito me assistiram com a documentação que está no Arquivo Histórico da Escola Politécnica da Bahia - UFBA, assim como Solenar Nascimento, do Memorial da Faculdade de Direito - UFBA. Agradeço, ainda, a Vilma de Oliveira, que me ajudou com os documentos do Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia - UFBA. Tanto pessoalmente, quanto por e-mail, estas servidoras públicas sempre se mostraram dispostas a me ajudar nesta pesquisa.

Elizabeth Santos, bibliotecária do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo merece meu reconhecimento pela solicitude e disposição em me ajudar com a documentação depositada naquela instituição.

Agradeço, também, aos funcionários do Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia, que após receberem meu pedido de documentos, me mandaram a cópia da autobiografia de Carlos Marighella que está em posse daquele arquivo.

Devo agradecer a gentileza, lucidez e simpatia de Armênio Guedes (*em memória*), Clara Charf e Luiz Contreiras, comunistas desde as décadas de 1930 e 1940, que me cederam algumas horas de suas vidas com boas prosas regadas a muitas perguntas. É certo que estes comunistas da velha-guarda me esclareceram, com suas experiências, questões que os livros não foram capazes.

Não teria como pesquisar e arcar com todos os custos em quase um mês no Rio de Janeiro com apenas as três diárias que o PPGH me forneceu, assim sendo, o acolhimento de João Neto e Igor Gomes em suas casas me permitiu trabalhar com tranquilidade. Além disso, a estadia e os papos possibilitaram levantar novas questões para a pesquisa, além de estreitar laços e perceber a generosidade de ambos amigos. Ainda no Rio tive a ajuda de Beatriz Betancourt, amiga de muitos anos, que tanto admiro e amo, que se disponibilizou a me ajudar nas andanças pelos arquivos cariocas. Em São Paulo contei com o abrigo e os risos de Isabel Melo, linda amiga de longínqua data. Na pauliceia ainda me encontrei com Clóvis Ramaiana, Iuri Ramos e Valter Soares nas andanças noturnas regadas a bons papos. Durante o mês que estive fora, Elen Oliveira, por quem tenho profunda gratidão, foi muito importante, dentre tantas coisas,

por cuidar de Mafalda e Kafka, os gatos que tanto alegram o meu dia a dia e que me ensinam diariamente que amor e posse não dialogam.

Agradeço aos professores Ana Paula Palamartchuk e Antônio Maurício Freitas de Brito que compuseram a banca de qualificação e a banca de defesa. A leitura apurada destes professores e as suas respectivas sugestões ajudaram em muito a construir este texto. Devo mencionar, também, que antes mesmo da composição da banca de qualificação, ambos, em conversas informais, me ajudaram a refletir sobre este trabalho.

Carlos Zacarias Sena Júnior, que me orientou nesta pesquisa, merece meu reconhecimento. Ainda em 2013 quando conversamos sobre o que estava pesquisando, ele me indicou bibliografia pertinente, além de me convidar para ser ouvinte na disciplina Brasil IV, com a intenção de que pudesse me familiarizar com novas leituras da Academia. No mesmo sentido, fui convidado para me integrar ao Grupo de Pesquisa História dos Partidos e dos Movimentos de Esquerda na Bahia, o que certamente me permitiu aprofundar as discussões acerca de questões que estão nesta pesquisa. A boa relação com ele e a confiança depositada fez com que o trabalho fosse feito de maneira mais leve.

É necessário reconhecer que sem o apoio financeiro da FAPESB esta pesquisa teria se concretizado com maiores dificuldades.

De forma indireta, muita gente foi importante para a concretização deste texto, dentre elas, Flor Reis e Nice de Jesus. Por sorte a vida me deu o amor destas duas tias desde quando era menino, por isso, elas merecem minha retribuição e reconhecimento constantemente.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que desde a graduação permanecem compartilhando histórias, rindo e devaneando. Por isso, a todos que se reconhecem como malandros, o meu muito obrigado. Especificamente, preciso agradecer o cuidado e atenção de André Oliveira, Christopher Moura e Ecrístio Raislan.

Agradeço, também, aos colegas de mestrado que me proporcionaram boas reflexões a partir das discussões nas disciplinas. Em muitos percebi a generosidade, ao invés da vã vaidade acadêmica, o que permitiu a construção de afeto e amizade.

Mais do que agradecimento, é preciso brindar a existência de Alan Cerqueira, Alexandre Beanes, Gisélia Pinheiro, Gustavo Pinheiro, Ingrid Maria, Jackson Andrade, Lara Kavalkievicz, Nilceane Felício, Sandra Senna e Vanessa Marques. Estes amigos muito especiais me ajudaram nestes últimos anos de muitas e variadas formas. Cada um ao seu jeito alegrou o meu dia a dia, seja compartilhando risadas, comidas, bebidas, experiências, ou qualquer outra coisa. É certo que a vida de cada uma dessas pessoas é muito importante para a minha.

Finalmente, é provável que eu não tenha mencionado algum nome importante, e este é um risco perene a todos que ousam nominar, quando o mais fácil é não fazê-lo. Assim sendo, para estes, embora não citados nestas linhas, tenham a certeza que meu reconhecimento não se finda aqui.

*Estamos todos deitados na sarjeta,
mas alguns estão olhando as estrelas.*
Oscar Wilde

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de Carlos Marighella entre os anos de 1911 e 1945, tendo como foco o processo de construção e/ou ratificação de uma memória, por vezes, mitificada a partir das obras biográficas produzidas a respeito do dirigente político e guerrilheiro baiano. Nesse sentido, dedicaremos atenção ao homem histórico em contraste com o mito político erigido pelas biografias. No percurso dessa exposição, em que tomamos como cenário principal o estado da Bahia, pretendemos investigar a atuação estudantil e política de Carlos Marighella em seu estado natal. Afinal, as biografias atribuem grande notoriedade ao personagem desde a sua juventude, sendo que para os autores, o prestígio e a popularidade de Marighella conquistados nos anos de 1930, no estado, contribuíram para que ele se tornasse o primeiro deputado comunista eleito pela Bahia, no ano de 1945. Assim sendo, examinaremos a abertura política e o processo eleitoral daquele ano, buscando entender os motivos que permitiram a Carlos Marighella ter sido eleito, mesmo tendo ficado longe de seu estado natal por aproximadamente uma década. Cientes da impossibilidade de isolar o sujeito do seu próprio meio histórico e social, abordaremos, também, aspectos do contexto no qual Marighella estava inserido, além da estrutura do PCB, tendo em vista que a história do partido e a do dirigente, em grande medida, iluminam-se reciprocamente.

Palavras-chave: Carlos Marighella. Partido Comunista do Brasil. Bahia. Biografias. Memória. Abertura política/1945.

ABSTRACT

This work aims to analyze the trajectory of Carlos Marighella between the years of 1911 and 1945, focusing on the process of construction and/or ratification of a memory, sometimes mythologized from the biographical works produced about political leader and guerrilla from Bahia. In this sense, we will pay attention to historical man in contrast to the political myth erected by biographies. In the course of this discussion, in which we take as the main scenario the state of Bahia, we intend to investigate the student and political performance of Carlos Marighella in his home state. After all, the biographies attributed great importance to the character since his youth, for the authors, the prestige and popularity of Marighella conquered in the 1930s in the state contributed to his becoming the first communist deputy elected by Bahia, In the year 1945. In this sense, the political opening and electoral process of that year will be examined, trying to understand the reasons that allowed Carlos Marighella to have been elected, even though he stayed away from his home state for approximately a decade. Aware of the impossibility of isolating the subject from his own historical and social milieu, we will also address aspects of the context in which Marighella was inserted, as well as the structure of the PCB, given that the history of the party and that of the leader, to a great extent, illuminate each other.

Key-Words: Carlos Marighella. Communist Party of Brazil. Bahia. Biographies. Memory. Political opening/1945.

ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNOP	Comissão Nacional de Organização Provisória
CNRC	Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo
CPD	Comitê Popular Democrático
CR-BA	Comitê Regional do PCB na Bahia
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EPBA	Escola Politécnica da Bahia
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
LASP	Ação Social e Política
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OLAS	Organização Latino Americana de Solidariedade
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PAN	Partido Agrário Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRP	Partido de Representação Popular
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STF	Supremo Tribuna Federal
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral (Bahia)
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UEB	União dos Estudantes da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USDH	União Social dos Direitos do Homem
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Veja: “Procura-se Marighella” (1968)	43
Figura 2 – Panfleto: O “inimigo público nº 1” (1968)	43
Figura 3 – Mapa da Cidade do Salvador (1952)	60
Figura 4 – Carteira do Partido Comunista do Brasil (1945)	86
Figura 5 – Declaração de Rendimentos (1947)	86
Figura 6 – Revista Brasileira de Matemática: texto de Carlos Marighella (1931)	111
Figura 7 – Revista Brasileira de Matemática: texto de Carlos Marighella (1931)	111
Figura 8 – Fotografia pericial / provas furtadas (1933)	117
Figura 9 – Fotografia pericial / gaveta “arrombada” (1933)	117
Figura 10 – Panfleto: “Protesto” (1933)	159
Figura 11 – Boletim Interno nº 2 / CR-BA (1934)	159
Figura 12 – Reportagem sobre a chegada de Marighella ao Rio de Janeiro (1945)	175
Figura 13 – Reportagem sobre a concessão da anistia (1945)	175
Figura 14 – Lista de associados do PCB - Bahia (1945)	206
Figura 15 – Telegrama contrário ao registro do PCB (1945)	209
Figura 16 – Ofício contrário ao registro do PCB / USDH (1945)	209
Figura 17 – Fotografia de Carlos Marighella após ser preso (1936)	220
Figura 18 – Fotografia manipulada de Carlos Marighella (1936)	220
Figura 19 – Propaganda / campanha de finanças do PCB (1945)	253
Figura 20 – Selo Luis Carlos Prestes (1945)	253
Figura 21 – Panfleto contrário ao PCB (1945)	269
Figura 22 – Panfleto contrário ao PCB (1945)	269
Figura 23 – Panfleto contrário ao PCB (1945)	271
Figura 24 – Trecho da mensagem de Marighella e Armênio Guedes (1945)	280
Figura 25 – Pablo Neruda em Salvador (1945)	283
Figura 26 – Saudação de Pablo Neruda (1945)	283
Figura 27 – Fotografia dos candidatos a deputado federal (1945)	289
Figura 28 – Reportagem sobre Marighella e Arruda Câmara (1945)	289
Figura 29 – Reportagem sobre os candidatos do PCB (1945)	289
Figura 30 – Propaganda para Marighella (1945)	290
Figura 31 – Propaganda para Arruda da Câmara (1945)	290

Figura 32 – Propaganda de João Falcão (1945)	292
Figura 33 – Propaganda da conferência de Carlos Marighella (1945)	295
Figura 34 – Passeata com Carlos Marighella (1945)	296
Figura 35 – Fala Carlos Marighella ao povo da Bahia (1945)	316
Figura 36 – Diploma de deputado federal de Carlos Marighella (1946)	316
Figura 37 – Diploma de deputado federal de Carlos Marighella (1946)	316

SUMÁRIO

Introdução	19
Capítulo I – Construção da gênese revolucionária e os anos no Ginásio da Bahia	44
1.1 Um breve debate com as obras biográficas sobre Marighella	45
1.2 Bahia dos analfabetos – uma discussão sobre o acesso às escolas	52
1.3 Ginásio da Bahia – versos estudantis e o caminho da docência	65
1.3.1 Professor Carlos Marighella	79
Capítulo II - Atuação acadêmica e comunista nos anos 1930	87
2.1 Estudantes encarcerados – “Se protesto... A cadeia é iminente!”	88
2.2 “Estudante de Engenharia, poeta, philosopho e rebelado”	104
2.2.1 “Marighella vai ter que pagar pelo que fez” – a implosão da carreira de engenheiro em uma “tarde insípida”	115
2.3 Abraçando “a causa do comunismo”	132
Capítulo III – Caminhando para as eleições – Abertura política e o retorno de Marighella às ruas	160
3.1 A luta pelas “liberdades essenciais”	161
3.2 Aos que “propugnaram pela anistia, os meus agradecimentos de comunista”	169
3.3 As regras do jogo eleitoral	179
3.4 PCB - “um partido comunista <i>sui generis</i> ”	195
Capítulo IV – “Pacificamente vamos agora para as eleições”	210
4.1 A coragem que constrói um mito e reverbera nas eleições	211
4.2 “Na luta eleitoral devemos ter a maior audácia possível”	231
4.3 “Vote nos candidatos do partido de prestes”	255
4.4 Quem samba fica! – A vitória de Carlos Marighella e do PCB em 1945	299
Considerações Finais – “No momento da despedida, quero reforçar o apelo para que o povo se organize”	317
Fontes	325
Bibliografia	332
Anexos	344

INTRODUÇÃO

*É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.*

*O homem deve ser livre...
O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo,
e pode mesmo existir quando não se é livre.
E, no entanto, ele é em si mesmo
a expressão mais elevada do que houver de mais livre
em todas as gamas do humano sentimento.*

*É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.*

Carlos Marighella. Rondó da liberdade.

*“Uma missa celebrou, em 1945, a libertação do preso mais ilustre da Bahia”².
“Quando [Carlos Marighella] saiu da cadeia e voltou para a Bahia, foi logo eleito
deputado. Foi uma votação incrível, mas ele praticamente não fez campanha. A
trajetória dele já era muito conhecida na Bahia”³.*

Começamos esta dissertação juntando dois trechos de textos distintos pela certeza de que as citações levarão você, assim como nos levaram na primavera de 2013, a crer que Marighella era, em 1945, uma das figuras políticas mais conhecidas e admiradas da Bahia. Essa crença se deve, em grande medida, aos textos biográficos sobre o comunista, por isso, convém informar que a primeira citação está na mais recente biografia lançada sobre o fundador da ALN, *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, publicada em 2012, enquanto a segunda foi retirada de uma entrevista concedida por Clara Charf⁴ contida na biografia, *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, lançada em 1999.

² MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 160.

³ CHARF, Clara. Carlos, meu eterno companheiro. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 440.

⁴ Clara Charf nasceu em Maceió-AL, no ano de 1925. Começou a militar no PCB em 1945 e, no ano seguinte, se tornou companheira de Carlos Marighella. Em consequência da sua atividade política, teve seus direitos cassados após a implantação da ditadura militar. Exilou-se em Cuba e retornou ao Brasil em decorrência da Lei de Anistia em 1979. Desde 2003, Clara Charf atua na Associação de Mulheres pela Paz.

Como as citações informam, Carlos Marighella no ano em que foi anistiado elegeu-se deputado federal constituinte, sendo o único representante da Bahia vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB)⁵. No entanto, é importante salientar que o comunista se mudou para o Rio de Janeiro às vésperas de completar 24 anos, em 1935, passando quase dez anos longe do seu estado natal. Durante este período, Marighella permaneceu por cerca de sete anos encarcerado por realizar atividades partidárias. Ciente dessa conjuntura, a afirmação de Clara Charf que Carlos Marighella *praticamente não fez campanha* eleitoral para aquele pleito, e que ainda havia conseguido uma *votação incrível* para a Assembleia Constituinte, instaurada no ano seguinte, reforça a ideia que a referida vitória foi ainda mais emblemática. Ao mesmo tempo, a afirmação de Charf minimiza as dificuldades e estratégias políticas do PCB naquele processo eleitoral, além de pouco levar em consideração o contexto político em si e, de alguma forma, hipervalorizar a imagem de Marighella.

Diante disso, a declaração de Clara Charf se tornou o ponto de partida para esta pesquisa. Nos questionamos se a trajetória de Marighella na década de 1930, na Bahia, que supostamente permaneceu na memória dos baianos por cerca de uma década, foi o suficiente para que ele se elegeisse, mesmo sem *praticamente* ter feito campanha política no estado. Cabe salientar que além do anistiado *mais ilustre da Bahia*, o PCB tinha outros vinte e três candidatos, a maioria com contínua militância durante os anos em que Marighella não estava no estado. A partir dessa questão, tomando como referência a trajetória de Marighella, objetivamos, inicialmente, entender a força dos comunistas e a atuação do PCB na Bahia entre as décadas de 1930 e 1940, período em que o partido se encontrava na ilegalidade. Além disso, ambicionamos compreender como se deu o processo eleitoral de 1945, enfocando no partido, haja vista que diferentemente da afirmação de Charf, partimos da ideia que aquele pleito, a primeira experiência eleitoral do PCB, foi bastante peculiar e complexo.

A perspectiva apresentada por Charf de que a trajetória política de Marighella foi suficiente para que ele se elegeisse reforça a mítica construída acerca do comunista, sendo ratificada pelas biografias. Em linhas gerais, embora o conjunto dos textos

⁵ Sobre o nome e a sigla do Partido Comunista do Brasil, é importante salientar que o PCB, fundado em 1922, decidiu em seu V Congresso, realizado em 1960, mudar seu nome para Partido Comunista Brasileiro, permanecendo, porém, com a mesma sigla. Em 1962, antigos dirigentes e militantes do PCB, criaram um novo partido, restaurando o antigo nome, Partido Comunista do Brasil, porém, com a sigla PCdoB.

biográficos tenha dado pouca atenção àquele processo eleitoral, tais obras transmitem a ideia de que a popularidade e a militância política de Marighella durante a década de 1930 no estado reverberaram em 1945, garantindo a ele superioridade na votação em relação aos seus concorrentes. Segundo os biógrafos, Marighella se tornou popular em virtude, principalmente, de ter respondido em versos a uma prova de Física quando era estudante secundarista em 1929, portanto, dezesseis anos antes das eleições. Ainda segundo as obras, em que a excepcionalidade e a singularidade do personagem são os fios condutores da narrativa, o fato de Marighella ter sido preso em uma mobilização estudantil, aos vinte anos, já demonstrava relativo protagonismo político dele no início dos anos de 1930. Cabe mencionar ainda, que parte dos autores entende que esta prisão foi em decorrência do poema escrito por Marighella criticando o interventor do estado à época. Ainda de acordo com seus biógrafos, mesmo sendo curta a militância de Marighella no PCB, em solo baiano, esta atividade política lhe garantiu alguma projeção, sobretudo, entre a alta cúpula do partido.

Em suma, pelo conjunto das biografias, Marighella em 1945 era bastante conhecido e admirado devido ao seu histórico estudantil e militância política na Bahia até meados da década de 1930. Ainda é mencionado, em parte das obras, que além da popularidade e do histórico de militância na Bahia, que pesavam em seu favor, Marighella foi escolhido como um dos candidatos preferenciais do partido, sendo que para estes, o PCB realizava seus maiores esforços eleitorais e os militantes deveriam priorizar seus votos. Importante salientar que as referidas biografias não explicam por quais motivos Marighella foi escolhido para ser um dos candidatos preferenciais, já que o PCB contou naquela eleição com vinte e quatro candidatos no estado. Diante desse novo elemento, que consideramos fundamental para a vitória de Marighella, pretendemos inferir sobre os possíveis motivos que levaram o PCB a escolhê-lo como um dos candidatos preferenciais do partido.

Com o aprofundamento da pesquisa e a compreensão de como eram feitas as escolhas dos candidatos preferenciais pelo PCB, a explicação das biografias para a vitória eleitoral de Marighella em 1945, em que se atribui o resultado essencialmente à trajetória do candidato na década de 1930, na Bahia, nos pareceu fácil demais e por vezes insustentável. Posto isto, entender o processo eleitoral de 1945 se tornou nosso pano de fundo para compreender, majoritariamente, como as obras biográficas

construíram e/ou ratificaram uma imagem mítica e/ou predestinada de Marighella desde seu nascimento. Tal representação, que serve de modelo, induz o leitor a perceber Marighella como uma pessoa que carregava características revolucionárias e a predestinação às lutas sociais desde a sua concepção, sendo o comunista descrito sempre de forma excepcional. Nestes textos, tudo na história de Marighella se encaixa perfeitamente, como uma história coerente e que tem, sempre, um sentido e direção. Porém, como afirma Alexandre de Sá Avelar, “a vida não é um destino unívoco, mas uma mistura fragmentada”⁶.

Dessa forma, para perceber como tais textos biográficos mitificam e/ou constroem/corrobora com uma memória sobre este importante personagem da história brasileira, faremos o cruzamento das informações apresentadas com diversas outras fontes. Assim sendo, examinaremos apenas alguns dos caminhos de Carlos Marighella na Bahia, em constante diálogo com as referidas biografias, que o descrevem de forma grandiosa desde seus primeiros anos, como se este período fosse de alguma forma enunciador de toda a sua vida. Como o objetivo inicial busca compreender se a trajetória de Marighella na década de 1930, na Bahia, foi suficiente para que ele se elegeesse em 1945, nosso recorte finalizará neste ano. Afinal, cremos que a partir de 1946 os capítulos da vida do fundador da ALN ganharam outros contornos, fazendo com que ele passasse a ser conhecido pela população em geral, e não mais, essencialmente, pelos militantes do PCB. É certo que a atuação parlamentar de Marighella, com mais de duzentos discursos⁷ em quase dois anos de mandato, potencializou a importância dele dentro do próprio PCB, assim como o projetou politicamente, a ponto da polícia aumentar a vigilância sobre ele, descrevendo-o, à época, como “um dos mais violentos adversários do governo”⁸.

É necessário ressaltar que não objetivamos reescrever a história de Marighella. No entanto, como partimos da perspectiva de que o sujeito se constitui ao longo dos anos e sua história se constrói através do acúmulo das inúmeras experiências vividas, vislumbramos a possibilidade de contribuir com a história deste importante dirigente

⁶ AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 13, n. 22, jan./jun., 2011. p. 149.

⁷ Segundo consta no *site* da Câmara dos Deputados, Carlos Marighella realizou durante seu mandato parlamentar (1946-1948), 239 discursos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acessado em: 02 out. 2013.

⁸ *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella*: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

comunista, ao acrescentar a ela um pouco de curvas, dúvidas e imprecisões, já que não “entendemos a vida como uma série única e por si só suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo”⁹. Entendemos, ainda, que a partir da trajetória de Marighella teremos “um pretexto para a abordagem histórica da sociedade na qual esta[va] inserido”¹⁰ o comunista. Registre-se, portanto, que Carlos Marighella é o tema principal deste trabalho, assim sendo, optamos por escrever alguns fragmentos da vida do comunista baiano que gostava de escrever poemas, mas segundo Jorge Amado¹¹, “o grande poema de Marighella foi sua vida, tem da epopeia e da berceuse, devotamento e luta, a determinação, a pureza, o destemor, a lealdade”¹².

Nascido em Salvador, capital da Bahia, em 5 de dezembro de 1911, Carlos Marighella era o mais velho dos oito filhos de Maria Rita dos Santos, neta de africanos escravizados e de Augusto Marighella, imigrante italiano radicado na Bahia. Augusto chegou ao Brasil na primeira década do século XX, possivelmente, buscando oportunidades de trabalho, assim como fizeram seus conterrâneos na segunda metade do século XIX. Maria Rita, que passou a adotar o sobrenome Marighella após o casamento, certamente carregava consigo a luta dos negros para se estabelecer em uma sociedade excludente que aboliu a escravidão no mesmo ano de seu nascimento. O casal se estabeleceu na Baixa dos Sapateiros, região próxima ao centro administrativo de Salvador, caracterizada pelo “comércio varejista”, onde predominavam lojas que vendiam “artigos de segunda necessidade”¹³. Decerto que a pobreza da cidade também

⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 189.

¹⁰ SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n. 36/37, ano 20, 2007. p. 11. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1146/1066>. Acessado em: 16 jul. 2016.

¹¹ Jorge Amado conheceu Marighella em Salvador na década de 1930. Os dois foram eleitos deputados pelo PCB nas eleições de 1945, entretanto, Amado foi eleito por São Paulo. Nos livros *Bahia de Todos os Santos e Navegação de Cabotagem*, o autor afirma que era grande amigo de Marighella.

¹² AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 118-119.

¹³ SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*: Estudo de Geografia Urbana. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008. p. 49. Cabe ressaltar que este estudo de Milton Santos está centrado nas décadas de 1940 e 1950, no entanto, o autor abordou, também, a transformação espacial, populacional e comercial de Salvador ao longo dos séculos. Em diversas

caracterizava os lares da pouco abastada e comercial Baixa dos Sapateiros, no entanto, é bastante provável que a família do mecânico italiano tivesse uma condição social confortável, devido ao fato dele ser um profissional especializado, inclusive, habilitado a consertar navios.

Carlos, o primogênito de Augusto e Rita, concluiu o ensino secundário no Ginásio da Bahia, a única instituição pública deste segmento de ensino à época. A escola, embora fosse mantida pelo Estado, cobrava algumas taxas, o que fazia com que seu público não fosse formado pela população mais pobre. Cabe ressaltar que no início do século XX não era comum os mais pobres frequentarem escolas no Brasil. Quanto a isso, registre-se que no início da década de 1920 a Bahia tinha aproximadamente 80% de analfabetos¹⁴, percentual muito próximo ao verificado no restante do país, em que a pouca instrução em níveis básicos era uma das suas características mais evidentes.

Opcionalmente, Carlos Marighella estudou um ano a mais no ensino secundário, bacharelando-se em Ciências e Letras, o que lhe habilitou para a docência. Mesmo sem atuar em escolas formais, trabalhou como professor particular, concomitantemente ao período em que cursou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia, uma das três instituições de ensino superior do estado, que à época era privada. Em 1932, o então estudante de Engenharia conheceu o cárcere pela primeira vez após participar junto com pouco mais de quinhentas pessoas, essencialmente estudantes, da ocupação da Faculdade de Medicina da Bahia contra a ruptura da ordem constitucional realizada por Vargas em 1930. Poucos anos depois, em 1934, Marighella foi advertido e suspenso do curso de Engenharia sob a suspeita de ter furtado provas e documentos da Politécnica e por ter se rebelado contra o inquérito que o investigava.

No mesmo ano em que foi impedido de frequentar o curso de Engenharia, Marighella ingressou no PCB, partido do qual fez parte por mais de três décadas. Em 1934, a organização e a estrutura partidária dos comunistas na Bahia eram bastante incipientes, muito em consequência do partido, que era ilegal, ter sido criado no ano anterior. Em seu estado natal, Marighella militou por pouco mais de um ano, chegando

passagens Milton Santos caracterizou a Baixa dos Sapateiros, desde sua ocupação no século XIX, como uma região comercial. Por isso, ainda que a obra não trate especificamente da década de 1920, entendemos poder utilizar tal referência sem o receio de estarmos cometendo anacronismo, haja vista objetivamos apenas ressaltar as características comerciais da região em questão.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

a ser um dos dirigentes estaduais do PCB, que contava à época, com poucos militantes em suas fileiras.

O futuro guerrilheiro se mudou para o Rio de Janeiro em 1935, continuando a realizar atividades do PCB naquele estado. Em decorrência de sua atuação partidária, foi preso no ano seguinte, passando pouco mais de um ano encarcerado. Sua coragem diante dos torturadores foi exaltada pelos seus companheiros, e após sua libertação em 1937, Marighella foi enviado pelo partido para São Paulo. Em 1939, na capital paulista, foi alvo mais uma vez da perseguição policial aos comunistas, sendo novamente cerceada sua liberdade. Em consequência, Marighella ficou aproximadamente seis anos detido em seu terceiro cárcere, sendo libertado em 1945, devido ao processo de abertura política que garantiu anistia aos presos políticos.

Após ter sido anistiado, Marighella, que ficou encarcerado durante grande parte da sua juventude, voltou à Bahia depois de quase dez anos. Na condição de dirigente nacional do PCB, aos trinta e três anos, concorreu nas eleições para a Constituinte, instalada no ano seguinte, sendo o único comunista eleito no estado. Em aproximadamente dois anos como deputado, Marighella discursou mais de 200 vezes no plenário e teve intensa atividade parlamentar, porém, os mandatos dos parlamentares comunistas foram cassados em janeiro de 1948, como consequência da extinção do registro partidário do PCB, em maio do ano anterior. Pouco tempo antes da cassação dos referidos mandatos, coube a Carlos Marighella, em agosto de 1947, a responsabilidade de dirigir a *Revista Problemas*¹⁵, permanecendo à frente do periódico de “cultura e política” do PCB até 1949.

Com a ilegalidade do PCB e as perseguições empreendidas aos comunistas no período da Guerra Fria, Marighella viajou, dentre outros países, para China e para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a fim de conhecer aquelas experiências “comunistas”. Com a implantação da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964, Marighella entrou em desacordo com os rumos do PCB, que lhe parecia incapaz de apresentar uma alternativa de organização para derrotar o regime autoritário vigente. Conheceu de perto a experiência da Revolução Cubana, quando, em 1967, participou da conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), algo que foi

¹⁵ REVISTA PROBLEMAS. Rio de Janeiro. n. 01, ago. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

determinante para a sua ruptura com o partido que militou por mais de três décadas. Fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), que se tornou uma das principais organizações de resistência e combate à ditadura. Devido à sua história de luta, à publicação de livros que incentivavam a resistência e orientavam as ações táticas ousadas e desafiadoras, Marighella foi considerado o *inimigo número um* da ditadura. É certo que o fundador da ALN tinha plena consciência dos riscos que sua vida corria no país, ainda assim optou por permanecer no Brasil combatendo a ditadura de armas na mão, vindo a ser executado em uma emboscada no dia 4 de novembro de 1969.

De tanto que lutou e pela forma que foi executado, Marighella tornou-se, para muitos, um dos mais importantes heróis da esquerda brasileira, sendo difícil descrevê-lo nestas poucas palavras, ou mesmo nas muitas escritas pelos biógrafos. Os que o veem como herói, compreendem, como disse José Murilo de Carvalho, que “heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos”¹⁶.

Decerto que muitos dos que enxergam Marighella como herói, atribuem a sua resistência à ditadura por meio da luta armada, seu maior símbolo de heroísmo, sem negar, entretanto, suas lutas anteriores. Antes de pegar em armas e criar a ALN, Marighella foi baleado e preso no mês seguinte à implantação da ditadura de 1964. Em liberdade, publicou no ano seguinte o livro *Por que resisti a prisão* que, entre outros assuntos, reflete sobre tal encarceramento, sua vida, sua notória insatisfação com os rumos do PCB e, também, acerca da necessidade de se enfrentar o autoritarismo vigente à época. Sobre o objetivo da obra, Marighella afirma:

Este livro é uma mensagem de resistência. E é sobretudo, endereçado à nova geração. Os jovens de hoje é que melhor poderão compreendê-lo e -com seu entusiasmo e espírito revolucionário- estudá-lo, interpretá-lo de vários ângulos, para as conclusões que se tornam necessárias [...] Com a audácia e o entusiasmo que lhes são próprios, os jovens continuarão afluindo com maior vigor ao campo da luta¹⁷.

Nota-se, a intencionalidade do comunista em arregimentar corações e mentes para a luta que se fazia necessária. A afirmação de Marighella que o livro era “uma

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 55.

¹⁷ MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti a prisão*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: Edufba: OLODUM, 1995. p. 102.

mensagem de resistência” talvez tenha inspirado seus biógrafos a fazerem textos com o mesmo intuito, afinal, muitos textos biográficos têm por motivação “a busca, no passado, de trajetórias individuais que possam servir como inspiração para os atos e condutas vivenciados no presente”¹⁸, assim como “presentificar a trajetória passada de um indivíduo, de figurar no instante o remoto, além do desejo de imortalizar o personagem”¹⁹.

É certo que a produção do gênero biográfico no mundo e também no Brasil tomou novo fôlego a partir das décadas de 1970 e 1980 e, desde seu ressurgimento, não são mais os *grandes homens e personalidades* os alvos exclusivos para tal empreitada. A partir de então, a “produção biográfica tem se mostrado, portanto, mais receptiva aos personagens comuns, com consideráveis ganhos em torno do conhecimento de trajetórias pouco visíveis ou mesmo desafiadoras das normas vigentes”²⁰. Para Phillippe Levilain, “a biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas dos seus dessemelhantes”²¹. É necessário ainda, como afirma Pierre Bourdieu, que as biografias busquem reconstruir o contexto e a “superfície social” em que age o indivíduo²².

Segundo Giovanni Levi, atualmente a biografia tem recebido cada vez maior atenção dos historiadores, conscientes das ambiguidades e incertezas do gênero. Estas, muitas vezes, são resultantes da nova dimensão que a pessoa assume e da “própria complexidade da identidade, sua formação progressiva e não linear e suas contradições”, sendo estes “os protagonistas dos problemas biográficos com que se deparam os historiadores”. Outro problema levantado pelo autor italiano sobre o fazer biográfico trata dos obstáculos documentais, que “não nos informam acerca dos processos de tomadas de decisões, mas somente acerca do resultado destas”, o que “leva muitas vezes a explicações monocausais e lineares”. Por outro lado, a falta de documentação “alimenta não só a renovação da narrativa, como também o interesse por

¹⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*. V. 10, n. 19, 1997. p. 4. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>. Acessado em: 15 fev. 2016.

¹⁹ AVELAR, Alexandre de Sá. *Figurações...* op. cit., p. 139.

²⁰ *Ibidem*, p. 144.

²¹ LEVILAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 176.

²² BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 189-190.

novos tipos de fontes”²³, ou seja, “tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais”²⁴. Diante desses limites e possibilidades, Alexandre de Sá Avelar afirma que “ao reconhecermos as limitações das evidências do passado, o caráter condicionado da pesquisa e as dimensões discursivas do nosso ofício, a biografia emerge como uma narrativa fragmentada, mas não menos essencial”²⁵.

Cientes da fragmentariedade da vida, “ao construírem biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências”²⁶. Tal recomendação não cabe apenas aos historiadores, pois, neste campo da escrita onde há aproximação entre História, Literatura e Antropologia, são os historiadores e, principalmente, os jornalistas seus artífices preponderantes. Notadamente, os textos produzidos por esses dois profissionais se aproximam ao incorporarem, por exemplo, elementos da literatura às obras. No entanto, os seus afastamentos são evidentes, especialmente ao se considerar o tratamento das fontes, pois, como ressaltou Benito Schmidt, os historiadores mantiveram-se fiéis “à tradição da crítica (interna e externa) aos documentos”²⁷.

Sabendo que historiadores e jornalistas são os principais autores de biografias, não nos surpreende que das quatro obras produzidas sobre Carlos Marighella, cada metade tenha sido feita por profissionais destas áreas. Estas obras que são relativamente recentes, já que a primeira, *Carlos Marighella: o inimigo número um da Ditadura Militar* foi lançada em 1997, e a última, *Marighella – o guerrilheiro que incendiou o mundo* foi publicada em 2012, em linhas gerais, não o isolam e buscam reconstruir, em alguma medida, a superfície social em que ele estava inserido. Por outro lado, tais obras têm como característica a exaltação dos feitos e histórias do comunista, produzindo um

²³ LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). op. cit., p. 167-173.

²⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al., Campinas: Editora da Unicamp. 1990. p. 540.

²⁵ AVELAR, Alexandre de Sá. *Figurações...* op. cit., p. 153.

²⁶ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*. V. 24, 2010. p. 162. Disponível em: <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2528/2024>. Acessado em: 16. jul. 2016.

²⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. op. cit., p. 8.

texto “edificante de uma personagem histórica com um caráter moralizante, enquanto produz modelos de comportamento”²⁸.

De posse de algumas das preocupações e/ou orientações sobre o fazer biográfico, brevemente enunciadas acima, analisaremos as quatro biografias²⁹ sobre Marighella, que são produtoras de uma memória, e que para ratificar o mito, buscam na origem e juventude do baiano elementos e elos para suas ações ao longo da vida. Tais obras não escapam “ao julgamento que faz seu autor, os quais participam de uma construção resultante seja da hipótese, seja da afirmação, e serão confirmados ou fabricados, correndo o risco do erro como um apelo à verdade”³⁰. A crítica se faz pertinente, pois como afirma Jacques Le Goff, “não existe um documento objetivo, inócuo, primário”, ele é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora, logo, um ponto de vista parcial da história³¹.

Ressaltamos que não pretendemos particularizar nossa observação sobre cada obra, ou mesmo classificá-las, inferindo, assim, algum tipo de hierarquização em relação aos textos. Nos interessa perceber como a imagem de Marighella foi construída nestes textos em conjunto, incluindo os depoimentos, entrevistas e artigos que estão contidos em algumas biografias. Nesse sentido, constata-se que as biografias serão objeto e fonte nesta pesquisa, por isso, entendemos ser necessário fazer uma breve apresentação de tais obras que, embora tenham Marighella como objeto de estudo, são distintas sob diversos aspectos.

²⁸ SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. op. cit., p. 11.

²⁹ Analisaremos neste trabalho as biografias sobre Carlos Marighella, no entanto, ressaltamos que há outras obras que foram escritas sobre e/ou tem o comunista baiano como personagem essencial para os textos, como, por exemplo: BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ed. Ática, 1987; SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia e MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999; MIR, Luis. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. REZENDE, Claudinei Cássio de. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. TENDLER, Silvio. *Quatro Baianos Porretas: Castro Alves, Carlos Marighella, Glauber Rocha e Milton Santos*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011; PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (Org). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo: ICP; Rio de Janeiro: FDR, 2013. Ainda podemos exemplificar alguns trabalhos acadêmicos escritos sobre Marighella, a saber: SANDRI, Luis Antonio. “*Um revolucionário legal*” a atuação parlamentar do Deputado Carlos Marighella na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. 50 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de História. Porto Alegre, 2009; SOARES, Wagner dos Santos. *De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella*. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2012.

³⁰ LEVILAIN, Phillippe. op. cit., p. 175.

³¹ LE GOFF, Jacques. op. cit., p. 545.

A primeira obra com maior robustez publicada acerca da vida do fundador da ALN foi *Carlos Marighella: o inimigo número um da Ditadura Militar*, escrita pelo jornalista Emiliano José, em 1997. O autor afirma que tal livro não deveria ser tratado como uma biografia, afinal, para tal empreitada seria necessário “um trabalho de pesquisa muito maior e mais demorado”³². Segundo Emiliano José, sua obra é uma reportagem surgida a partir do Dossiê Marighella, entregue à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos da Ditadura³³ para a responsabilização do Estado pela morte do comunista. Na obra dividida em três capítulos, o autor preocupou-se em abordar as circunstâncias do assassinato de Marighella, assim como, o processo de criação e implementação da Lei 9.140/95, a qual responsabiliza o Estado pelos desaparecimentos e mortes durante a ditadura, incluindo a de Marighella. Na última parte do texto, o autor se dedicou a escrever sobre a vida do comunista baiano. Ressaltamos, por fim, a anunciada intenção de Emiliano José em fazer o lançamento da obra no dia do aniversário de 28 anos da morte de Carlos Marighella, para homenagear o líder comunista e inimigo número um da ditadura³⁴.

Em 1999, ano em que completou trinta anos do assassinato de Marighella, foram escritos dois textos sobre sua vida. Como consequência do seminário *O pensamento político de Carlos Marighella*³⁵, foi organizado pelos historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa o livro *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, dividido em quatro partes. Na obra, além de se abordar a vida de Marighella, encontram-se diversos artigos a respeito da postura política do comunista, assim como relatos e entrevistas de pessoas que conviveram com o biografado. Ainda há na obra alguns textos e poemas escritos pelo próprio Marighella. A organização do livro, pelas palavras dos autores, foi “a forma em que encontramos para restituir o lugar que Carlos Marighella merece, como brasileiro, na nossa história”³⁶.

³² JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: O inimigo número um da Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004. p. 11.

³³ A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada pela Lei 9.140/1995, com os objetivos de: promover a busca de informações e a construção de instrumentos que permitam a elucidação de violações contra os Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985); realizar o reconhecimento e a reparação de pessoas mortas ou desaparecidas; e promover a localização, a identificação e a devolução dos restos mortais aos familiares. Informações disponíveis em: <http://cemdp.sdh.gov.br/>. Acessado em: 06 dez. 2015.

³⁴ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 12.

³⁵ O referido Seminário foi organizado por Jorge Nóvoa, em maio de 1994, na Universidade Federal da Bahia em referência a passagem dos 25 anos da morte de Carlos Marighella.

³⁶ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 27.

Neste mesmo ano, foi defendida a dissertação *Carlos: a face oculta de Marighella*³⁷, escrita pelo historiador Edson Teixeira da Silva Júnior. Segundo o autor, seu texto está “centrado na trajetória do homem comum, Carlos Marighella”³⁸, e para isso, Silva Júnior buscou traçar um perfil mais humano e menos político do comunista, baseando-se, em grande medida, nas entrevistas realizadas por ele ao longo de sua pesquisa. O autor, no final da obra, anexou as transcrições das declarações feitas por pessoas próximas a Marighella, como Clara Charf (companheira), Carlos Augusto Marighella (filho), Tereza Marighella (irmã), entre outros, possibilitando que o leitor avance para além do texto principal. Tais entrevistas, assim como as realizadas por Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, na obra já mencionada, enriquecem as citadas biografias, e serão importantes para o nosso trabalho. Após dez anos da defesa da dissertação de Silva Júnior, em 2009, quando completou quarenta anos da morte de Marighella, o referido trabalho foi publicado com o mesmo título³⁹.

Em 2012, foi lançada a biografia *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* escrita pelo jornalista Mário Magalhães. Tal texto tem outro tipo de narrativa, fazendo com que a obra se assemelhe a um romance. Diferente das anteriores, esta biografia é marcada pela preocupação com os detalhes, como por exemplo, a roupa em que Marighella estava usando ao sair da prisão em 1945. Além disso, o autor fez a reconstrução de diálogos, sendo tal recurso proveniente de uma corrente no meio jornalístico denominada *newjournalism*, na qual, entre outras características, aplicam-se técnicas ficcionais a textos de não-ficção, possibilitando a impossível reprodução de pensamentos e diálogos dos personagens observados na obra⁴⁰. Decerto que pelo pioneirismo e por conterem entrevistas com pessoas que tiveram relações com Marighella, as três primeiras biografias contribuíram de forma decisiva para a construção do livro de Magalhães, que consegue avançar em relação a elas ao trazer novas informações sobre a vida do biografado.

³⁷ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. 332 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Severino Sombra. Programa de Pós-Graduação em História. Vassouras, 1999.

³⁸ *Ibidem*, p. 1.

³⁹ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Ressaltamos que utilizaremos como referência, para fins de citação, a dissertação, ao invés do livro).

⁴⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. *op. cit.*, p. 5-6.

Mário Magalhães ressaltou em seu texto que não pretendeu fazer uma hagiografia e que era sabedor “das traições e idiossincrasias da memória”⁴¹. De forma semelhante, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa afirmaram que sua obra não se tratava de “um livro celebrativo”⁴². Os demais autores, se por um lado não afirmaram, por outro não negaram a intenção de fazerem obras contemplativas à imagem de Marighella. Embora negado por uns e silenciado por outros, as obras carregam em comum a característica de valorizar e exaltar a figura de Marighella, através de inúmeros adjetivos colocados de forma sutil e constante nos textos. Além de serem obras contemplativas, perceptível até mesmo pelo período em que a maioria foi publicada, tais biografias se aproximam ao darem maior atenção à década de 1960, período em que houve a implantação da ditadura e a criação da ALN. Por outro lado, a diferença entre as obras faz com que elas se complementem e, certamente, todas as biografias buscaram contribuir para a reconstrução da história e memória de Marighella.

Ao darem maior atenção à década de 1960, as obras se aproximam ao enfatizarem e priorizarem os anos mais conturbados politicamente da vida de Marighella, em que o comunista rompeu com o PCB e criou a ALN, assim como foi executado pelas forças repressoras do Estado. Após tal execução, ocorrida na noite de 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, o corpo do baiano foi enterrado em uma vala comum, permanecendo naquele local por dez anos, até ocorrer o traslado do corpo para Salvador. Para Jorge Amado, a partir da noite em que foi executado, o nome do guerrilheiro baiano estava amaldiçoado e silenciado⁴³. É certo que as tentativas de silenciar Marighella de todas as formas são anteriores àquela noite, devido, em grande medida, à postura corajosa do ex-deputado da Constituinte de 1946, que criou uma organização armada e permaneceu no país lutando contra a ditadura, de diversas formas, além de ter publicado manifestos e livros, como por exemplo, o *Manual do guerrilheiro urbano e Por que resisti a prisão*.

As ações de combate à ditadura realizadas por Marighella e pela ALN, as quais fizeram com que o guerrilheiro se tornasse o/um inimigo a ser eliminado, se deram, essencialmente, por meio da guerrilha urbana, expropriação de bancos, sequestro do

⁴¹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 583-584.

⁴² NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 27.

⁴³ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: Guia de ruas e mistérios de Salvador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 206.

embaixador estadunidense Charles Elbrick e outras ações armadas. Além dessas, ações também ousadas, mas, sobretudo simbólicas, como a ocupação da Rádio Nacional, em São Paulo, com a transmissão de um comunicado foram realizadas pela ALN. Outra forma de enfrentamento se dava por meio da distribuição de panfletos que atacavam a ditadura, sendo que nestes não eram omitidos a autoria, até mesmo para mostrar a força da Ação Libertadora. Em um desses folhetos, de dezembro de 1968, com doses de ironia, Marighella escreveu:

O que está acontecendo em nosso país é um vasto movimento de resistência contra a ditadura. E dentro dele deu-se o irrompimento de operações e táticas de guerrilhas. Aceitamos o honroso título de “INIMIGO PÚBLICO Nº 1” que me foi conferido pelo governo gorila. Assumo a responsabilidade de tais operações e táticas de guerrilhas⁴⁴.

Ao assumir publicamente suas ações, Marighella demonstrava coragem no enfrentamento à ditadura, e com isso, capitalizava contra si o ódio dos que estavam no comando do país e daqueles que os apoiavam. Nesse sentido, a reportagem de capa da revista *Veja*, de novembro de 1968, em que se divulgava a procura policial que estava sendo feita para localizar Carlos Marighella, é esclarecedora. Na matéria, é informado que milhares de policiais em todo país estavam à caça do “chefe comunista, assaltante de bancos e guerrilheiro”, descrevendo o baiano ao longo do texto de forma depreciativa⁴⁵. Decerto que o Estado financiou e edificou a imagem de Marighella como a de um terrorista sanguinário e isto, aliado ao feroz anticomunismo dos militares e civis, fez com que se tornasse importante que este inimigo fosse exterminado, não apenas fisicamente, mas também ideologicamente, por isso, a imagem dele continuou a ser detratada mesmo após sua morte.

Dessa forma, coube aos militares e seus aliados, durante, e mesmo após o regime de exceção, detratar e tentar silenciar quaisquer tentativas de resgate da memória do líder comunista e dirigente da ALN. Assim sendo, o nome de Marighella não deveria ser mencionado em desacordo ao juízo feito pela ditadura, por isso, em 1971, o Departamento de Polícia Política e Social (DPPS/RJ) aumentou a vigilância sobre o Pastor Onézio Oliveira Cardoso por ele ter citado Carlos Marighella como exemplo de

⁴⁴ *O inimigo número 1* (Panfleto). Documento: 23.113. Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica. Rio de Janeiro.

⁴⁵ PROCURA-SE Marighella. *Veja*. São Paulo. n. 11, 20 nov. 1968. p. 14-17. Disponível em: acervo.veja.abril.com.br. Acessado em: 02 mar. 2016.

patriota e idealista, comparando-o com Tiradentes, em uma aula no Colégio João Brasil em Itaocara, onde exercia a função de professor⁴⁶.

A postura combativa de Marighella fez com que ele fosse mitificado por muitos, porém, como afirma Alessandro Portelli, “como em todas as imagens míticas, esta não tem apenas um significado: um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições”⁴⁷. Assim sendo, tal conduta também foi suficiente para que o Estado pretendesse que seu nome fosse emudecido e, assim, não servisse de exemplo para outras pessoas. Percebe-se que esta tentativa de silenciamento não foi gratuita, pois, como adverte Le Goff, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de dominação da memória coletiva”, afinal, a memória coletiva é “importante na luta das forças sociais pelo poder”⁴⁸.

As referidas tentativas de dominação da memória só são possíveis porque, como afirma Michael Pollak, a memória coletiva é um fenômeno construído e, como tal, está sujeita a flutuações ou solidificação, orientado por determinados grupos que se comportam de acordo com o momento histórico⁴⁹. Diante disso, o Estado, ciente da possibilidade de manipular a memória coletiva, devido ao seu caráter fluido, buscou fazê-lo detratando o nome de Marighella.

Acerca da possibilidade de flutuações da memória coletiva, nos serve de exemplo o estudo de Alessandro Portelli sobre o massacre feito por tropas alemãs na cidade de Civitella Val di Chiana, na Itália, em 1944. Segundo o autor, tudo indica que o assassinato de 115 homens daquela cidade e de 97 pessoas de dois povoados vizinhos foi em retaliação à morte de três soldados alemães por membros da Resistência. Portelli identifica nos depoimentos dados no inquérito britânico em 1945 e para o escritor Romano Bilenchi em 1946, que “o tema da culpa dos membros da Resistência surge ocasional e indiretamente, mas não é o elemento estrutural dominante que passou a ser nas narrativas colhidas meio século mais tarde”. Por isso, afirma o autor, “a memória,

⁴⁶ *Informe 26/71* - Departamento de Polícia Política e Social: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁴⁷ PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Vai di Chiana* (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). op. cit., p. 123.

⁴⁸ LE GOFF, Jacques. op. cit., p. 426.

⁴⁹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. (Conferência no CPDOC. Rio de Janeiro, 1987. Transcrição e tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha). *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

não é um núcleo compacto e impenetrável”, mas um processo moldado e elaborado no tempo histórico⁵⁰.

Nesse sentido, Lucileide Cardoso ratifica que “a memória histórica, assim como a ideologia, pode ser manipulada de acordo com as correlações de forças e interesses das classes num determinado momento histórico”⁵¹. Se por um lado, nota-se a possibilidade, ainda que complexa, de manipulação da memória coletiva, por outro, a tentativa de silenciamento do passado se mostra uma operação ainda mais complicada e, para Beatriz Sarlo, praticamente impossível de se alcançar. Segundo Sarlo, o Estado pode sustentar a proibição de não falar do passado, no entanto, só de modo aproximado ou figurado ele é eliminado, haja vista que “em condições subjetivas e políticas ‘normais’, o passado sempre chega ao presente”⁵². Por isso, embora a ditadura pretendesse silenciar o nome de Marighella, em 1974, ainda sob a vigência do regime autoritário, Jorge Amado, no livro *Bahia de Todos os Santos*⁵³, homenageou seu conterrâneo. O imortal da Academia Brasileira de Letras, ao escrever sobre o fundador da ALN afirma: “retiro da maldição e do silêncio e aqui inscrevo seu nome de baiano: Carlos Marighella”. Para Amado, havia “dentro dele, a ternura e a ira. Conhecia de perto a miséria e a opressão, mas conhecia também a força e a capacidade de resistência do povo”⁵⁴.

O exemplo de Jorge Amado é singular, haja vista que escrever sobre Marighella no Brasil, durante a ditadura, era tarefa *quase* impossível. No entanto, durante a década de 1970, em outros países, houve diversas produções em que o pensamento e vida de Marighella foram evidenciados. De acordo com Muniz Ferreira, em suas primeiras edições, de fevereiro e abril de 1970, a *Revista Debate* publicou o artigo “O legado de Marighella”. No periódico chileno, criado “por exilados brasileiros que haviam participado da luta armada contra a ditadura militar brasileira”, foi afirmado que “dentre

⁵⁰ PORTELLI, Alessandro. op. cit., p. 103-110.

⁵¹ CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da Memória: Defensores e críticos da ditadura* (1964/1985). Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012. p. 17.

⁵² SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 10.

⁵³ Segundo o autor, o livro, que teve sua primeira versão escrita em 1944, busca retratar e homenagear as “coisas da Bahia, maneira de ser e viver” e “reflete esses mistérios da Bahia, cidade onde a magia faz parte do cotidiano”.

⁵⁴ AMADO, Jorge. *Bahia...* op. cit., p. 206.

todos os revolucionários que sacrificaram sua vida, [...] Marighella torna-se o símbolo da revolução brasileira”⁵⁵.

Também em 1970, na França, o jornalista Conrad Detrez traduziu diversos textos de Carlos Marighella e os compilou na obra *Pour la libértacion du Brésil*⁵⁶. Para Detrez, que fez no livro um breve relato da trajetória do revolucionário brasileiro, “o exemplo de Carlos Marighella, que se tornou um dos mais categóricos heróis da luta contra dois tipos de opressão [fascismo e imperialismo], deve, portanto, ser divulgado”⁵⁷. A concepção de Conrad Detrez⁵⁸, de que o pensamento de Marighella deveria ser divulgado, é anterior ao lançamento do referido livro, afinal, segundo documentação policial, foi para o jornalista francês que o comunista baiano concedeu sua última entrevista, em setembro de 1969, e que foi publicada na *Revista Front*, em novembro daquele ano⁵⁹.

Além das publicações no Chile e na França, ainda na década de 1970 foram traduzidos textos de Marighella no México, Colômbia e Grã-Bretanha⁶⁰. As dificuldades em publicar textos de Marighella ou sobre ele no Brasil diminuíram no final da década de 1970, no contexto de abertura política. Em consequência, em 1979, foi lançado *Escritos de Carlos Marighella*⁶¹, uma coletânea de textos assinados pelo comunista, que contém, também, um breve relato sobre a vida dele. Em fins da ditadura, no ano de 1982, o livro *Batismo de Sangue*, de Frei Betto, contestou a versão apresentada pelos militares sobre a morte de Marighella. Anos mais tarde, em 1987, Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas*, ainda que divirja de Betto, também refutou a versão oficial sobre a morte do criador da ALN.

⁵⁵ FERREIRA, Muniz. Marighella e a ditadura: imagens e representações. *Novos Temas*: Revista do Instituto Caio Prado Jr. São Paulo. n. 10, 2014. p. 145-164.

⁵⁶ MARIGHELLA, Carlos. *Pour la libértacion du Brésil*. Trad. Conrad Detrez. Paris: Ed. Aubier-Montaigne, 1970. In Doc. 35909/71 - Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: AC_ACE_35909_71. Rio de Janeiro.

⁵⁷ A tradução do livro foi realizada pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), no ano posterior a sua publicação, em 1971.

⁵⁸ Segundo consta no relatório do Serviço Nacional de Informações, Conrad Detrez esteve por algum tempo no Brasil, chegando a pertencer à “organização subversiva” Ação Popular, sendo, por isso, preso. Após sua libertação, Detrez deixou o país. Doc. 35909/71 - Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: AC_ACE_35909_71. Rio de Janeiro.

⁵⁹ Doc. 3208/80 - Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: ASP_ACE_3208_80. Rio de Janeiro.

⁶⁰ É possível encontrar diversas publicações internacionais dos textos de Carlos Marighella no site www.idref.fr/080529771. Acessado em: 16 abr. 2016.

⁶¹ MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

Notadamente, as obras citadas, seja no Brasil ou em outros países, representam o enfrentamento à tentativa de silêncio imposto pelo Estado em relação à vida e morte do guerrilheiro, assim como buscaram desconstruir uma memória oficial em relação à Marighella. Percebe-se, então, que a disputa pela memória de Marighella e, conseqüentemente, a luta pela desconstrução da imagem produzida pelo Estado acerca do comunista, se iniciou ainda sob a vigência do regime de exceção. Tal enfrentamento é justificado, pois, como afirma Pollak, a memória é um valor disputado em conflitos sociais e, “particularmente, em conflitos que opõem grupos políticos diversos”⁶².

A partir deste entendimento, nos serve de exemplo o estudo feito por Marieta de Moraes Ferreira sobre como a memória de Getúlio Vargas foi disputada e reformulada ao longo de cinco décadas. Segundo a autora, em 1964, dez anos após a morte de Getúlio, houve “a preocupação de apresentar um distanciamento diante do tema Vargas”. Uma década depois, ocorreram pelo menos três apropriações da memória de Vargas: os militares filtravam os conteúdos estatistas e os usavam a seu favor; enquanto os populares, de forma fragmentada, cultuavam a carta-testamento; e a oposição utilizava a imagem ditatorial de Vargas para espelhar a realidade política do país. De acordo com Marieta Ferreira, no cenário da abertura dos anos 1980, destacou-se o caráter positivo dos discursos sobre Vargas, em que “o getulismo e, sobretudo, o trabalhismo, passaram a ser utilizados como trunfo eleitoral por vários partidos”. Em sentido oposto à década de 1980, “quando ocorreu uma grande valorização do legado de Vargas”, no início dos anos de 1990, as avaliações eram mais críticas, “expressas numa frase corrente na época: ‘A Era Vargas acabou’”. Por fim, em 2004, a memória de Vargas ressurgiu com grande vigor e seu legado tornou-se alvo da discussão de políticos e intelectuais⁶³.

O estudo de Marieta Ferreira reitera as discussões a respeito das inúmeras reformulações, construções e disputas que ocorrem sobre a memória coletiva. No caso de Marighella, buscamos demonstrar que a disputa por sua memória se iniciou a partir de diversas obras que publicaram seus pensamentos e trajetória, assim como contestaram a versão oficial sobre sua morte. Podemos ainda afirmar, que em fins da

⁶² POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. op. cit., p. 204.

⁶³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1592.pdf. Acessado em: 18 mai. 2016.

ditadura houve, também, disputa pela memória do comunista na Câmara dos Deputados, onde Marighella teve mandato entre os anos de 1946 e 1948. Em outubro de 1983, o deputado José Eudes, do Partido dos Trabalhadores (PT-RJ), requereu à Mesa Diretora da Câmara para que em novembro daquele ano fosse realizada uma sessão solene em “homenagem ao ex-deputado da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Carlos Marighella”⁶⁴. O mês proposto para a realização da sessão visava homenagear o comunista quando completasse quatorze anos de seu assassinato, no entanto, a referida homenagem aconteceu apenas em dezembro. Nela, o proponente e outros deputados louvaram Carlos Marighella, sendo afirmado, por Domingos Leoneli, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-BA), que o comunista baiano “marcou o século XX [...] com a mesma carga simbólica da rebeldia de Zumbi, Tiradentes e Frei Caneca”, e que para a Bahia, Marighella é “um dos seus mais queridos filhos, um dos seus mais destacados heróis”⁶⁵.

É bem verdade que em 1983, quando ocorreu esta primeira homenagem a Marighella na Câmara dos Deputados, o Brasil passava por um momento de transição, mas ainda era governado pelos militares. Por isso, não é surpresa que o simbolismo da evocação do nome do comunista tenha sido rechaçado, ainda mais porque os militares contavam sob sua influência, com a maioria dos parlamentares da Casa. Assim sendo, o deputado Edison Lobão, do extinto Partido Democrático Social (PDS-MA), foi o principal orador contrário à sessão, afirmando, ao final do seu discurso, que não havia acontecido homenagem ao Constituinte de 1946, mas, ao “terrorista que infelicitou esta Nação, ao longo de sua vida”⁶⁶. Após esta primeira homenagem a Marighella, outras aconteceram, como, por exemplo, a sessão solene, realizada em dezembro de 1999, pela passagem dos trinta anos da morte do comunista baiano, sendo tal deferência publicada em forma de livro⁶⁷.

Ainda no âmbito oficial, em julho de 2011, o deputado federal Emiliano José (PT-BA) apresentou o Projeto de Lei 1771/11, visando acrescentar o nome de Carlos

⁶⁴ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília. Ano XXXVIII, n. 140, 26 out. 1983. p. 11590. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em: 03 set. 2015.

⁶⁵ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília. Ano XXXVIII, n. 163, 02 dez. 1983. p. 14232-14233. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em: 03 set. 2015.

⁶⁶ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília. Ano XXXVIII, n. 163, 02 dez. 1983. p. 14236. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em: 03 set. 2015.

⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Homenagem a Carlos Marighella*. Brasília: Câmara dos Deputados-Coordenação de Publicações, 2000.

Marighella no *Livro dos Heróis da Pátria*⁶⁸. O projeto apresentado pelo autor da primeira biografia sobre o comunista foi arquivado, afinal, para esta distinção era necessário que tivesse transcorrido, no mínimo, cinquenta anos da morte⁶⁹ do possível homenageado⁷⁰. Devido à recente mudança na legislação, cinco anos após o primeiro requerimento, em fevereiro de 2016, os deputados Valmir Assunção (PT-BA) e Janete Capiberibe, do Partido Socialista Brasileiro (PSB-AP), apresentaram o Projeto de Lei 4453/16, que está em tramitação, com o objetivo de prestar a referida homenagem oficial. Com isso, percebe-se que tem ocorrido na Câmara Federal uma evocação em favor do guerrilheiro baiano, seja pelas sessões ou pelos projetos de leis em homenagem a Marighella. No entanto, tal qual sua vida, esta evocação não é unívoca, por isso, de forma semelhante ao que ocorreu em 1983, muitos deputados ao se referirem ao comunista ao longo dos anos, o fizeram de forma pejorativa e depreciativa. Dentre os que se manifestaram contra o comunista, estão Wilson Leite, do Rio de Janeiro, em 1996 e Lael Varella, de Minas Gerais, em 2000, ambos do extinto Partido da Frente Liberal (PFL), além de Elimar Damasceno, do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA-SP), em 2004, e Jair Bolsonaro, do Partido Progressista (PP-RJ), em 2009⁷¹.

Decerto que as disputas em torno do nome e da memória de Marighella na “Casa do Povo”, além de não serem recentes, estão longe de serem finalizadas. De forma semelhante às homenagens na Câmara dos Deputados, percebe-se que nos últimos anos tem intensificado o processo de tentativa de retratação e reconstrução da imagem do comunista, exemplificado pelas publicações de biografias e o lançamento de documentários⁷² e músicas⁷³ com o intuito de reverenciar Marighella.

⁶⁸ Por meio de promulgação de Lei, homenageiam-se aqueles que se destacaram pelo Brasil. Ressalta-se que o *Livro dos Heróis da Pátria* é, na verdade, um monumento localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, onde consta o nome dos homenageados e a sua biografia.

⁶⁹ Para tal distinção, o lapso temporal para a solicitação era o mesmo, tanto para a morte, quanto para a presunção de morte, ainda que tais eventos sejam juridicamente distintos.

⁷⁰ A Lei 13.229, de 28 de dezembro de 2015, modificou o prazo para o requerimento de tal homenagem, passando a ser, desde então, dez anos o período mínimo entre a morte ou a presunção dela, e a solicitação da possível distinção. *Diário Oficial da União*. Brasília. Ano CLII, n. 248, 29 dez. 2015. Disponível em: <http://portal.imprensanacional.gov.br/> Acessado em: 15 mar. 2016.

⁷¹ Os projetos de leis e os discursos que mencionamos podem ser visualizados no *site* da Câmara dos Deputados, após pesquisa com o nome Marighella. Disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br>. Acessado em: 20 abr. 2016.

⁷² Alguns documentários sobre Marighella foram lançados nos últimos anos, a saber: *Marighella*, retrato falado de um brasileiro, dirigido por Silvio Tandler, de 2001; *Carlos Marighella: quem samba fica, quem*

Podemos inferir como consequência desse processo de retratação da imagem do comunista, a homenagem feita a Carlos Marighella por estudantes e professores de uma escola na capital da Bahia. Em fevereiro de 2014, em Salvador, a comunidade escolar do então Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici, após realizar uma eleição, decidiu renomear a unidade escolar honrando Carlos Marighella. A distinção foi ratificada pelo Governo do Estado da Bahia⁷⁴, fazendo com que a referida escola passasse a se chamar Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella. Esta mudança foi veiculada em inúmeros *sites*, sendo que em um deles, houve manifestações de apoio à decisão da comunidade escolar, muito embora, a maioria dos registros foi contrária à homenagem feita⁷⁵. Tal divergência de opiniões, que não pode ser deslocada dos processos históricos, serve para ratificar que o nome de Carlos Marighella continua a gerar debates, amores e repulsas. Ainda sobre tal homenagem, ironicamente, a primeira unidade escolar com o nome do comunista baiano, e que se insere na luta pela reparação à sua memória, fez com que a escola deixasse de ter o nome do general que comandava o Brasil quando Marighella foi executado, passando a reverenciar o homem considerado, em 1969, o inimigo número um da ditadura.

É certo que o Estado, durante anos, foi o responsável e/ou ajudou a potencializar aversões em torno do nome de Marighella. Porém, como buscamos demonstrar, nota-se que gradativamente tem aumentado as diversas produções, nas quais se incluem as biografias, com o intuito de provocar admiração pelo comunista baiano. É neste contexto, de aumento da visibilidade e da reconstrução do nome de Marighella, que este trabalho se insere, ao tratar de alguns anos da vida do comunista e da construção/ratificação de um tipo de memória sobre ele. Ainda que se insira no contexto acima discutido, convém enfatizar e reiterar que não temos como horizonte a exaltação a Marighella, tomando-o como herói/mito, ou o seu oposto.

não samba vai embora, dirigido por Carlos Pronzato; e *Marighella*, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, ambos de 2012.

⁷³ Há pelo menos duas músicas em homenagem a Carlos Marighella, que são: *Um comunista*, de Caetano Veloso e *Mil faces de um homem leal*, dos Racionais MC's.

⁷⁴ BAHIA (Estado). *Portaria 865/2014*. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador. Ano XCVIII, n. 21.358, 14 fev. 2014. p. 20. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br/>. Acessado em: 01 abr. 2016.

⁷⁵ Na data em que acessamos a página tinham manifestações favoráveis a homenagem a Marighella, como o depoimento: “Parabéns pela decisão! Mas ainda tem muitas cidades, avenidas ruas e prédios públicos com nomes de golpistas de triste lembrança. VIVA A DEMOCRACIA!”. No entanto, a maioria dos 675 comentários foi contrária à troca dos nomes, como este: “Eu prefiro 1.000 vezes o governo dos militares, do que esses comunistas malditos, lunáticos que destruíram as sociedades que eles governaram”. Disponível em <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>. Acessado em: 03 set. 2015.

“*Vai, Carlos, ser Marighella na vida*”, título do poema escrito por José Carlos Capinan⁷⁶, foi tomado emprestado para nomearmos este trabalho. Afinal, o referido título nos transmite a ideia de que a vida está em movimento e em construção, coadunando com a nossa perspectiva, de que o sujeito se constitui ao longo dos anos. Partindo desta concepção, seguiremos os rastros de Marighella na Bahia, a partir, principalmente, do que foi escrito nas biografias sobre ele. Todavia, recorreremos a diversas outras fontes para confrontar ou coadunar com uma memória construída e/ou ratificada por seus biógrafos. Com isso, este trabalho, à luz da trajetória de Marighella, busca, também, problematizar o fazer biográfico. Entrelaçando sujeito e contexto, investigaremos, ainda que brevemente, parte da estrutura educacional na Bahia, principalmente, nas décadas de 1920 e 1930, afinal, Marighella estudou na única instituição pública de ensino secundário do estado e em uma das três faculdades existente à época, sendo esta, privada. Em alguma medida a história do PCB e de Marighella se iluminam reciprocamente, por isso, abordaremos, ainda, a estrutura partidária do PCB durante as décadas de 1930 e 1940 na Bahia. Por fim, entendemos que seja possível, também, fornecer novas informações a respeito da vida de Marighella nos anos em que viveu no estado, colaborando, desta forma, com a biografia do comunista.

Posto isto, este trabalho está dividido em quatro capítulos, que serão detalhados a seguir. No primeiro, *Construção da gênese revolucionária e os anos no Ginásio da Bahia*, discutiremos como os biógrafos escreveram sobre a infância de Marighella e as suas influências. Abordaremos, também, os anos em que ele estudou no Ginásio da Bahia, haja vista que foi atribuído ao futuro comunista grande popularidade naquela instituição. Entendemos, ainda, ser pertinente fazer uma incursão sobre a educação na Bahia e seu acesso, para compreendermos melhor a superfície social a qual Marighella estava inserido. Neste capítulo, além das biografias, utilizaremos como fontes

⁷⁶ Este poema foi escrito pelo baiano Capinan, inspirado no *Poema de Sete Faces* de Carlos Drummond de Andrade, para reverenciar Marighella pela passagem dos 25 anos de seu assassinato. A referida homenagem foi divulgada no seminário “O Pensamento Político de Carlos Marighella”. CAPINAN, José Carlos. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida*. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 473-474.

principais: a legislação educacional existente à época; a documentação produzida por órgãos policiais e pelo Ginásio da Bahia; além de jornais e Censos Demográficos.

No capítulo seguinte, *Atuação acadêmica e comunista nos anos de 1930*, analisaremos o período em que Carlos Marighella estudou na Escola Politécnica da Bahia, iniciou sua militância no PCB e esteve o cárcere pela primeira vez. Para tal, será imprescindível o diálogo com as biografias, que atribuem notoriedade a Marighella desde aquela época. Em consequência, percorremos o universo do ensino superior e a organização do PCB durante a década de 1930 na Bahia. Utilizaremos como fontes majoritárias: a documentação produzida pela Faculdade de Medicina da Bahia, Faculdade de Direito da Bahia e Escola Politécnica da Bahia; variada documentação policial; a autobiografia de Marighella; jornais; entrevistas; além de documentos do PCB.

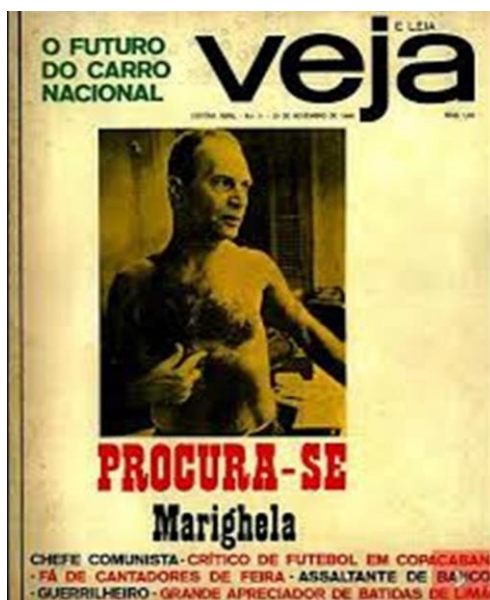
No terceiro capítulo, *Caminhando para as eleições – Abertura política e o retorno de Marighella às ruas*, abordaremos o processo da abertura política e a consequente concessão da anistia aos presos políticos, que possibilitou que Carlos Marighella regressasse às ruas em 1945 e, com isso, se tornasse, efetivamente, conhecido pelos militantes do PCB na Bahia. Cientes de que a busca da legalização partidária demandou bastante esforço dos militantes e dirigentes do PCB, como Carlos Marighella, trataremos da legislação eleitoral criada naquele ano e do registro do partido, com o intuito de compreendermos as especificidades do pleito que teve a participação de cerca de 10% da população baiana. Para tal, usaremos, principalmente, as diversas legislações que trataram das eleições até 1945; dados do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral; Censos Demográficos; além de diversos jornais.

Por fim, no último capítulo, *“Pacificamente vamos agora para as eleições”*, discutiremos a inserção do Partido Comunista na Bahia e a sua campanha eleitoral realizada no estado. Buscaremos, ainda, refletir sobre a forma como o partido realizava a escolha de seus candidatos preferenciais e, com isso, problematizaremos a maneira como as biografias tratam a vitória de Marighella naquela eleição, em que se confere o resultado do pleito à sua notoriedade. Além disso, percorreremos alguns dos caminhos de Marighella durante o período em que ele estava longe da Bahia, para compreendermos como foi sendo construída a importância política dele dentro do PCB. Neste capítulo, faremos uso, essencialmente, das seguintes fontes: biografias escritas

sobre Marighella; documentação produzida pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral; diversos jornais, sendo *O Momento* fundamental para o debate do processo eleitoral na Bahia; entrevistas; além da documentação do PCB.

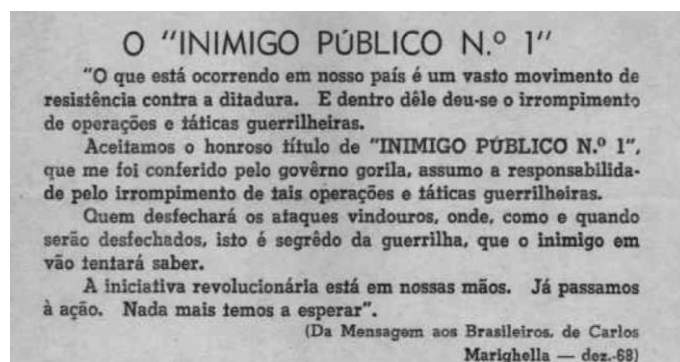
Diante de tudo que foi escrito, só resta agora lhe convidar para nos acompanhar nesta caminhada ao lado de Marighella na primeira metade do século XX. Da mesma forma que em 1944, a *“Bahia te espera para sua festa quotidiana. Teus olhos se encharcarão de pitoresco, mas se entristecerão também diante da miséria que sobra nessas ruas coloniais onde se elevaram, violentos, magros e feios, os arranha-céus modernos”*⁷⁷.

Figura 1 – *Veja*: “Procura-se Marighella” (1968)



Fonte: *Veja*.

Figura 2 – Panfleto: O “inimigo público nº 1” (1968)



Fonte: Arquivo Nacional.

⁷⁷ AMADO, Jorge. *Bahia...* op. cit., p. 15.

CAPÍTULO I

Construção da gênese revolucionária e os anos no Ginásio da Bahia

*A educação é um ato de amor,
por isso, um ato de coragem.
Não pode temer o debate.
A análise da realidade
não pode fugir à discussão criadora,
sob pena de ser uma farsa.
Como aprender a discutir e a debater
com uma educação que impõe?*

Paulo Freire. *Educação como prática da liberdade.*

O registro de nascimento de Carlos Marighella informa que ele nasceu em Salvador, no dia 5 de dezembro de 1911, às três horas da manhã⁷⁸. Hipoteticamente, se seus pais quisessem saber imediatamente as características do seu primogênito, com apenas as informações acima mencionadas, um astrólogo poderia fazer o mapa astral daquela criança sagitariana. Este, quando abordasse sobre “transformação e destino”, diria, muito provavelmente, que Carlos tenderia “a dar muito valor à sua família, à educação e a cultura, apesar de ser impetuoso e desassossegado”. Diria ainda que aquela criança buscaria “novos meios para manifestar-se e para expandir seu intelecto”, e que carregaria como características, também, a criticidade e ironia⁷⁹.

Os aspectos da personalidade que um astrólogo, possivelmente, diria que Marighella carregava desde seu nascimento, a partir da influência do sol, da lua e de outros astros não serão utilizados para nos auxiliar na concepção deste trabalho e é certo que este sequer é nosso objetivo. Porém, as características de Marighella, desde a infância, foram muitas vezes ressaltadas e exaltadas por seus biógrafos, por vezes se

⁷⁸ *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

⁷⁹ Atualmente há inúmeros *sites* que fazem “um mapa astrológico interpretado por computador e [que] não possui a pretensão de ser conclusivo”. Com as informações do horário, data e local de nascimento é possível fazer virtualmente um mapa astral, e assim fizemos o de Carlos Marighella. Disponível em: http://www.cigano.net/astrologia/mapa_astral.asp. Acessado em: 05 abr. 2016.

assemelhando ao astrólogo. Por isso, as obras biográficas sobre Marighella são fundamentais em nossa empreitada para percebermos como os autores construíram e/ou ratificaram a imagem deste baiano, em muitos momentos, numa perspectiva teleológica. Ressalta-se que a este gênero é exigido “os escrúpulos da ciência e os encantos da arte, a verdade sensível do romance e as mentiras eruditas da história”⁸⁰, o que torna o seu fazer ainda mais complexo. Na maioria dos casos, o biógrafo tem a “sensação de poder controlar o curso da vida de seu personagem” e se convence da “sua capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual”, no entanto, ele se vê “numa encruzilhada narrativa ao se deparar com lacunas documentais e perguntas sem respostas”. Assim sendo, cabe enfatizar que temos a compreensão, alertada por Alexandre de Sá Avelar, da “dimensão ficcional de toda biografia”⁸¹.

1.1 Um breve debate com as obras biográficas sobre Marighella

Pierre Bourdieu ao tratar da *Ilusão Biográfica* alertou sobre os problemas ao se “produzir uma história de vida, tratar como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”⁸². O texto de Bourdieu é da década de 1980, muitos anos antes da primeira biografia sobre Marighella ser publicada. Ainda assim, ao analisarmos as biografias produzidas sobre o comunista, percebemos que seus autores procuraram escrever um relato coerente, desde quando o futuro guerrilheiro era uma criança, fazendo com que todas as peças em sua vida encaixem.

Na busca por construir uma história coerente, com significado e direção, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa inferiram sobre a gênese revolucionária de Carlos Marighella, utilizando como argumento as origens dos pais dele, Augusto Marighella e Maria Rita Marighella. Assim sendo, cabe reafirmar que Augusto era italiano, enquanto Maria Rita Santos descendia de negros escravizados. Ele, que era ferreiro e mecânico, e ela, que antes do casamento trabalhava e morava na casa de uma família francesa, se

⁸⁰ MAUROIS, André *apud* AVELAR, Alexandre de Sá. *Figurações...* op. cit., p. 139.

⁸¹ AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia...* op. cit., p. 162.

⁸² BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 185.

estabeleceram na Rua Barão do Desterro, na Baixa dos Sapateiros, e tiveram oito filhos⁸³.

Cientes da origem de Augusto e Maria Rita, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa caracterizaram Marighella como “rebelde e contestador” desde sua gênese, como se os traços da personalidade dele já estivessem determinados antes mesmo do seu nascimento. Para os autores, “a união selada pela mistura de duas culturas diversas” e, conseqüentemente, “o encontro desses dois mundos daria origem à trajetória singular de Carlos”⁸⁴. Nova e Nóvoa ratificaram que traços da personalidade de Marighella se deveram à origem de seus pais, ao afirmar que:

Dessa união, portanto, Carlos herdara a consciência de estruturas em crise (da Itália do norte e do Recôncavo baiano, em finais do século XIX) e o espírito rebelde e contestador (dos *haussá* e dos anarquistas), que permaneceram como marca constitutiva de sua personalidade e de uma sensibilidade contrária à exploração social⁸⁵.

Em nosso entender, tais afirmações carregadas de determinismo são insustentáveis, na medida em que supõe que características de origens teriam sido passadas para Carlos apenas em função de sua filiação. Todavia não negamos que haja influência, em alguma medida, dos pais sobre seus filhos, inclusive nos aspectos políticos, algo que seria passado pelo processo de educação e imersão no ambiente familiar. Segundo Norberto Bobbio, o processo de socialização política tem como agentes, por exemplo, a família e a escola, mas há uma gama de “muitas e variadas influências”, e mesmo reconhecendo que “a infância e a adolescência são períodos formativos por excelência, [...] é possível demonstrar que certas propensões políticas se estruturam na idade adulta”⁸⁶.

Ainda sobre a gênese revolucionária atribuída pelos autores de *Marighella: o homem por trás do mito*, se o espírito rebelde estivesse determinantemente ligado às origens dos pais, a partir do “encontro desses dois mundos”, poderíamos nos questionar por que tal espírito foi incorporado apenas ao primogênito dos oito filhos do casal. Certamente incorreríamos no mesmo determinismo se quiséssemos que os oito filhos carregassem “a sensibilidade contrária à exploração social” devido à origem dos pais, o

⁸³ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 33-37.

⁸⁴ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 39.

⁸⁵ Ibidem, p. 40.

⁸⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et al. 11ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1204-1206.

que não é nossa intenção. Da mesma forma, pela lógica dos autores, todos aqueles que, assim como Carlos, tivessem nascido de pais italianos com descendente de escravizados, o que não nos parece ser um exemplo exclusivo da família Marighella, deveriam carregar tais características. Assim sendo, entendemos que os autores buscaram justificar, a partir da origem dos pais de Marighella, as ações desenvolvidas por ele ao longo de sua vida.

Antes mesmo de Cristiane Nova e Jorge Nóvoa inferirem acerca das características que Marighella carregava devido às origens de Maria Rita e Augusto, Jorge Amado ficcionou sobre tal influência em 1954, quando escreveu o livro *Os Subterrâneos da Liberdade - Os Ásperos Tempos*. Na obra, o personagem Carlos, reconhecidamente inspirado em Marighella, era assim descrito: “seu pai era um operário italiano que se casara com uma negra e ele herdara dos dois a imaginação ardente e o senso musical”⁸⁷. Diferente do romancista, consideramos bastante problemática a afirmação dos biógrafos sobre aspectos tão subjetivos, por isso, acreditamos que essa só ocorreu devido à imaginação inerente ao fazer biográfico.

Ainda sobre as características que Marighella carregava devido à origem dos pais, os demais biógrafos não se arriscaram em fazer afirmações tão deterministas. Emiliano José e Edson Teixeira da Silva Júnior foram bastante sucintos ao descreverem as origens de Marighella, não arriscando nenhum tipo de ilação a respeito. Por outro lado, Mário Magalhães ao dedicar parte de um capítulo sobre a Revolta dos Malês⁸⁸, e ao afirmar, por exemplo, que Augusto Marighella compartilhava “identidades” com os anarquistas, e, posteriormente, que ele era a pessoa que mais influenciou Marighella⁸⁹, induz o leitor a concluir com a mesma perspectiva apresentada por Nova e Nóvoa.

De uma forma ou de outra, ao longo da sua vida, Marighella reivindicou fortemente suas origens paternas, assim como reivindicou a mestiçagem dos brasileiros. Talvez por conta disso, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa inferiram acerca da rebeldia de

⁸⁷ AMADO, Jorge. *Os Subterrâneos da Liberdade: I - Os Ásperos Tempos*. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1976. p. 291.

⁸⁸ A respeito da Revolta dos Malês protagonizada pelos Haussás em 1835, sugerimos o livro *Rebelião Escrava no Brasil* de João José Reis.

⁸⁹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 37.

origem, inclusive, citando na obra um trecho do poema *Canto para o atabaque*⁹⁰ escrito por Marighella, em que diz:

*Ei Brasil-africano!
Minha vó era nega haussá,
ela veio da África
num navio negreiro.
Meu pai veio foi da Itália,
operário imigrante.
O Brasil é mestiço,
mistura de índio, de negro, de branco.*

Embora Marighella tenha escrito que sua avó fosse “nega haussá” e que viera da África, é bastante improvável que de fato ela fosse africana, considerando que em 1850 findou o tráfico negreiro no Brasil⁹¹. O mais provável é que sua avó tenha nascido em solo brasileiro, assim sendo, possivelmente foram os bisavós de Marighella os que foram escravizados e trazidos da África. Os historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, atentos a esta questão, informaram que Maria Rita era neta “de escravos haussá”, sem tecerem, contudo, maiores informações acerca do assunto⁹². Dos biógrafos, apenas Mário Magalhães teve o cuidado de problematizar a afirmação de Marighella, esclarecendo ao leitor a probabilidade de tal equívoco⁹³. Por outro lado, Emiliano José ratificou a afirmação de Marighella, enquanto Edson Teixeira da Silva Júnior apenas informou que Maria Rita “descendia dos negros haussá”⁹⁴.

Independentemente do equívoco de Marighella sobre sua avó ser africana ou brasileira, ressalta-se que ele reivindicava sua descendência do povo escravizado e a importância desse para o Brasil, perceptível em outra parte do poema citado acima:

*Quem fez o Brasil
foi o trabalho de negro
de escravo, de escrava,
com banzo, sem banzo,
mas lá na senzala,
o filão do Brasil
veio de lá foi da África*

⁹⁰ MARIGHELLA, Carlos. *Poemas: Rondó da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 64.

⁹¹ Consideramos que seja bastante improvável que a avó de Marighella fosse africana, tomando como base o ano de nascimento de Maria Rita Marighella (1888). Ciente que em 1850 findou tráfico negreiro, caso a avó de Marighella tivesse nascido na África, sido escravizada e em seguida trazida ao Brasil, ela teria dado à luz a Maria Rita, no mínimo com trinta e oito anos, se supormos que ela tenha chegado ao país recém-nascida.

⁹² NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 40.

⁹³ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 40–41.

⁹⁴ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 17.

Apesar de Marighella ter reivindicado sua descendência escrava, e não negamos a possível intencionalidade desta reivindicação sob o aspecto político, em geral, as biografias relegaram ao silêncio quase totalmente as possíveis influências maternas na formação do jovem Marighella. Ressalva pode ser feita a Edson Teixeira da Silva Júnior, que se baseia no depoimento de Tereza, irmã de Marighella, para afirmar que Maria Rita teve grande influência sobre Carlos, sobretudo no que tange a educação, haja vista que Augusto se dedicava quase que integralmente à sua oficina⁹⁵. Em seu depoimento, Tereza Marighella atribui a preocupação de Carlos “com os pobres e excluídos” como fruto de seu “contato com a mãe”⁹⁶.

Suspeitamos que o silêncio majoritário das biografias em relação às possíveis influências maternas seja, provavelmente, em consequência de Marighella ter escrito que desde criança se habituou a “meditar sobre um problema a respeito do qual meu pai falava quase que diariamente”, que era o fato de que “o pobre trabalha toda a vida e nunca tem nada”⁹⁷. Acerca desta afirmação, é factível que esta decorra de uma prática comum em quem produz um texto sobre si, que é “fixar um sentido em sua vida e dela operar uma síntese. Tal condensação, envolve omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e desequilíbrio entre os relatos”⁹⁸. A afirmação de meditação sobre a pobreza a partir do contato com o pai, de alguma forma, dá sentido à trajetória política de Marighella. Por isso, é provável que tal afirmação tenha atuado sobre seus biógrafos para atribuírem, quase que exclusivamente, a Augusto Marighella a influência da luta social do filho, sendo imputado ao italiano, ainda, o contato com as ideias socialistas e/ou anarquistas em seu país de origem.

Acerca da possível potencialização da veia revolucionária de Marighella em decorrência da influência do pai, Emiliano José afirma que “o velho Augusto tinha simpatia pelo socialismo” e “orgulhava-se [...] de ver o filho assumir ideias de justiça, liberdade, democracia”⁹⁹. Cristiane Nova e Jorge Nóvoa acrescentam que além das ideias socialistas, Augusto também tinha simpatia pelas ideias anarquistas, no entanto, o

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ MARIGHELLA, Tereza. *Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior*. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 187.

⁹⁷ MARIGHELLA, Carlos. *Por que...* op. cit., p. 23.

⁹⁸ ALBERTI, Verena. LITERATURA E AUTOBIOGRAFIA: a questão do sujeito na narrativa. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991. p. 78.

⁹⁹ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 124.

italiano “não se envolveu com atividades políticas no Brasil”¹⁰⁰. Segundo Nova e Nóvoa, diariamente o italiano levava jornais para o filho, o que poderia ser interpretado como uma “vontade inconsciente de Augusto querer que o filho viesse a ser um revolucionário”¹⁰¹. Para Mário Magalhães, Augusto, “embora não vestisse a camisa rubro-negra dos anarquistas, compartilhava identidade com eles”¹⁰². O autor ainda acrescenta que “ninguém influenciou Marighella como o pai, cujas ambições maiores contemplaram o primogênito”¹⁰³. Entre os biógrafos, ressalve-se Edson Teixeira da Silva Júnior, como o único que não se refere às possíveis ideologias e influências de Augusto sobre Carlos, baseado, indiscutivelmente, no depoimento de Tereza Marighella. Para a irmã de Carlos, o pai não havia o influenciado politicamente, mas ela acreditava que Augusto “desconfiava, certamente ele sabia de alguma coisa”¹⁰⁴, em relação às atividades políticas do filho.

Nota-se que não há consenso entre os biógrafos em relação às suposições sobre posicionamento político e as ideias professadas por Augusto Marighella, muito embora, a maioria deles tenha atribuído grande influência do italiano sobre o filho. Nas biografias, a influência paterna induz o leitor a perceber coerência na vida do comunista, afinal, em tais obras, a partir do contato com o pai, desde muito jovem Marighella teve um referencial para as lutas sociais, quiçá revolucionárias, além de conhecer o comunismo e/ou anarquismo presente em grande parte de sua vida. Ademais, a referida atribuição de influência extrapola a mencionada meditação sobre os problemas sociais a partir do contato com o pai, escrita por Marighella.

Ainda sobre a influência paterna, Mário Magalhães atribui grande importância de Augusto sobre o filho, também em relação aos estudos, já que “propiciou-lhe chances que não batiam à porta de todo garoto da Baixa dos Sapateiros”¹⁰⁵. De forma semelhante, Cristiane Nova e Jorge Novóia afirmam que Augusto “queria que seu filho se tornasse ‘doutor’”¹⁰⁶, enquanto Edson Teixeira da Silva Júnior escreve que o pai de Marighella o incentivava nos estudos comprando-lhe livros¹⁰⁷. A respeito da educação

¹⁰⁰ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 41.

¹⁰¹ Ibidem, p. 43.

¹⁰² MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 37.

¹⁰³ Ibidem, p. 43.

¹⁰⁴ MARIGHELLA, Tereza. op. cit., p. 197.

¹⁰⁵ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 43.

¹⁰⁶ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 42.

¹⁰⁷ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 20.

de Carlos, seus biógrafos foram unânimes em relação à sua dedicação aos estudos e, também, acerca da sua inteligência. Em todas as obras foi afirmado que a alfabetização de Marighella aconteceu aos quatro anos de idade, algo que lhe permitiu auxiliar na alfabetização de sua mãe e ajudar seus irmãos nas tarefas escolares. Embora não haja nas biografias informações acerca do ensino primário de Marighella, segundo seus biógrafos, o primogênito de Maria Rita e Augusto teria se interessado desde cedo pelo mundo das letras, sendo afirmado por Emiliano José que ele era um “devorador de livros” e “estudioso como poucos”¹⁰⁸, a ponto de Tereza se impressionar “com o conhecimento do irmão”, como escreveu Edson Silva Júnior¹⁰⁹. Para Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, “na adolescência, seu desejo pelo mundo das letras se desenvolveu ainda mais”, e “Carlos, já disciplinado, lia os jornais, à luz de vela, deitado em dois tijolos, na oficina, onde dormia e podia realizar suas atividades estudantis mais tranquilamente”¹¹⁰.

Notadamente, foi exaltada nas obras biográficas a precoce alfabetização de Marighella e seu tino para os estudos. No entanto, ele foi matriculado na 4ª série do ensino secundário aos dezesseis e finalizou tal série com dezessete anos¹¹¹, sendo que a idade escolar adequada para aquela série era aos quatorze anos¹¹². Assim sendo, a não problematização deste elemento nos faz crer que para os biógrafos tal fator não se mostrou importante, além disso, nos indica como foram construídas as biografias de Marighella, nas quais os autores buscaram fazer uma história com direção, sentido, contínua e sem percalços. Certamente não podemos inferir sobre os motivos pelos quais Marighella não estava na idade escolar adequada quando se matriculou no Ginásio da Bahia, porém isto suscita questões. Teria sido ele reprovado em algumas das séries anteriores; iniciado seus estudos após os seis anos, idade em que estava previsto o início do curso primário; ou, ainda, ambas as possibilidades? Diante da impossibilidade em afirmar a respeito, e ciente das dificuldades de acesso às escolas, principalmente pela parcela mais pobre da população, entendemos ser pertinente fazer uma breve incursão sobre a educação na Bahia.

¹⁰⁸ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 124-126.

¹⁰⁹ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 21.

¹¹⁰ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 42-43.

¹¹¹ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Salvador.

¹¹² BAHIA (Estado). *Lei 117*, de 24 de agosto de 1895. Dispõe sobre a Organização do Ensino na Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122520>. Acessado em: 27 dez. 2015.

1.2 Bahia dos analfabetos: uma discussão sobre o acesso às escolas

Ao analisarmos as obras biográficas sobre Marighella, percebemos que tais textos atribuem uma suposta “notoriedade” do fundador da ALN, no seu estado natal, essencialmente à sua imagem de estudante, seja no Ginásio da Bahia ou na Escola Politécnica. Segundo seus biógrafos, a fama do jovem Carlos deveu-se, em grande medida, à forma criativa que respondeu, em versos, a provas durante o ensino secundário e superior. Acrescenta-se para esta atribuída notoriedade, o fato de em 1932, na condição de estudante de Engenharia, Carlos ter participado da ocupação da Faculdade de Medicina em um movimento a favor da construção de uma Carta Constitucional e, em função desse episódio, ter sido preso.

Antes de qualquer possível notoriedade, o simples fato de Carlos Marighella ter cursado o ensino secundário e superior, entre as décadas de 1920 e 1930, fazia com que ele estivesse inserido em uma camada bastante reduzida e privilegiada da população baiana, o que nos impele a incursionar sobre o problema do acesso à educação que não o atingia. Na busca por reconstruir parte do contexto e a superfície social em que age o indivíduo, como sugere Bourdieu na sua reflexão sobre as biografias, registre-se que o acesso à educação na Bahia era um privilégio, pois, no início da década de 1920, apenas 12% das crianças estavam matriculadas no ensino primário¹¹³.

O problema do acesso às escolas não era uma questão recente na Bahia, afinal, o número de crianças matriculadas no ensino primário, no início da década de 1920, era quase o mesmo registrado no início da República, quando havia 10% das crianças frequentando as escolas públicas¹¹⁴. Ao longo de quatro décadas, o número de matrículas no ensino primário passou de aproximadamente 20.000, em 516 escolas públicas, no ano de 1880¹¹⁵, para cerca de 69.000 crianças matriculadas¹¹⁶, em 1.695

¹¹³ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

¹¹⁴ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo*. Sobrevivência e tensão - Salvador, (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001. p. 50.

¹¹⁵ NUNES, Antonietta d'Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. *Revista Publicatio*. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. V. 16, n. 2, 2008. p. 215. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/viewFile/2849/2134>. Acessado em: 28 dez. 2015.

¹¹⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

unidades escolares, em 1920¹¹⁷. Avaliando-se rapidamente, tem-se a impressão que pelo aumento do número de matriculados e de escolas, a situação do acesso ao ensino primário tenha melhorado ao longo dos anos, porém, ao olharmos com mais acuidade não notamos tal melhora, afinal, a população em idade escolar (7 a 12 anos) em 1920 era de quase 558 mil crianças, o que significa dizer que cerca de 489 mil meninos e meninas estavam fora das salas de aula¹¹⁸.

O detalhamento da população em idade escolar verificado no Censo de 1920 não ocorreu nos Censos de 1872 e 1890, ainda assim, levando em consideração o percentual de matriculados no ensino primário, é possível inferir que o aumento do número de escolas e de matrículas ao longo dessas quatro décadas ocorreu de forma proporcional ao aumento populacional¹¹⁹. Ratifica este entendimento, o fato de que em 1880 havia, em média, 38 estudantes por escola, enquanto em 1920, a média era praticamente igual, com 40 matrículas em cada unidade escolar. Ao tomarmos a média de estudantes por escola em 1920, percebemos que havia um déficit de 12.225 unidades escolares na Bahia, o que evidencia que o Estado não buscou de fato resolver o problema do acesso ao ensino primário.

Segundo o Censo de 1920, a Bahia possuía no início daquela década aproximadamente 3.334.000 habitantes, sendo 81% analfabetos. O índice, embora alarmante, diminuiu em 10% em relação aos dados coletados em 1890¹²⁰. É lícito

¹¹⁷ Os dados do Censo de 1920 não diferenciam a quantidade de matrículas nas escolas primárias públicas ou privadas na Bahia. Assim sendo, é possível que o número de crianças pobres sem acesso ao ensino primário fosse maior que os 88% de toda a população escolar que não estudava. A título de informação, já que o Censo não especifica os números da Bahia, no Brasil, 22% das escolas primárias eram mantidas pelos municípios, enquanto 44% eram estaduais, 32% eram privadas e os últimos 2% eram de responsabilidade da União.

¹¹⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

¹¹⁹ Segundo os dados do IBGE, entre 1872 e 1920, a população na Bahia passou de 1.379.616, para 3.334.465 habitantes, ou seja, houve o aumento de cerca de 140% durante esse período. Por outro lado, houve o aumento de cerca de 220% na quantidade de escolas, entre 1880 e 1920. Cabe ressaltar, porém, a imprecisão e a não especificação da idade escolar nos primeiros censos. Assim sendo, a análise dos censos não nos permite afirmar se a faixa etária que compreende as crianças em idade escolar cresceu mais do que as demais faixas etárias durante o período em questão. Ainda assim, consideramos bastante factível que o aumento na quantidade de escolas tenha sido proporcional ao aumento populacional daquela faixa etária, ao levarmos em consideração outros dados, em distintos períodos, como o percentual de crianças matriculadas e a média de matrículas por escola. *Sinopse do Censo Demográfico*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acessado em: 22 mai. 2016.

¹²⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

afirmar que o histórico de escravidão no país¹²¹ e de baixo investimento estatal na educação, aliado a não obrigatoriedade das crianças frequentarem as escolas e a naturalização do trabalho infantil eram preponderantes para o pouco acesso às salas de aulas e, em consequência, para que 91% dos baianos fossem analfabetos no início da República.

Na Bahia, a obrigatoriedade das crianças serem matriculadas no ensino primário só aconteceu definitivamente com a Reforma Educacional de 1895¹²², ainda assim, de forma relativa, pois, as crianças em que a distância entre sua casa e a escola fosse maior do que um quilômetro estavam excetuadas desta obrigação. Tal exceção evidencia a deficiência do ensino público, que não tinha escolas suficientes para atender a demanda. É lícito dizer que a maioria das crianças mais pobres morava mais distante dos centros populacionais, por isso, a falta de escolas nestas localidades e, em consequência, a não obrigação das crianças serem matriculadas, indica a omissão dos governos estadual e municipal em relação a essa parcela da população.

Ao analisarmos o texto da referida lei que organizou a educação na Bahia, ainda é possível compreender que não existiam escolas em todas as cidades baianas e é presumível que esta situação ocorresse na maioria das cidades do estado¹²³. Além de não haver escolas, é muito provável que a situação das existentes fosse deplorável, se tomarmos como base a descrição publicada na *Revista do Ensino Primário* a respeito destas. Em 1893, tal revista descreveu as escolas primárias da seguinte forma:

O que temos no geral das nossas escolas que mereça este título? Alguns bancos inteiramente incômodos para as crianças que deles se utilizam, e... nada mais! Mesmo aqui na capital, em muitas escolas não se vê um mapa, ao menos do estado da Bahia, nem um globo [...] Livros, papel, pena, lápis,

¹²¹ Ao longo de mais de três séculos de escravidão no Brasil praticamente foi vedado aos escravizados o acesso às escolas, dentre outros motivos, por não serem considerados cidadãos. Ainda assim, não podemos negar que alguns escravos e ex-escravos conseguiram, principalmente na 2ª metade do século XIX, acessar o mundo das letras. Decerto que é necessário considerar o alto índice de analfabetos no início da República, como uma das consequências do histórico de escravidão no país, que atingia uma parcela significativa da população.

¹²² Cabe salientar que a Reforma Educacional na Bahia foi colocada em vigor por autorização do poder executivo em 1890. As alterações educacionais, em seguida, foram discutidas no Senado e na Câmara de Deputados, se tornando Lei em 1895. NUNES, Antonietta d'Aguiar. op. cit., p. 216.

¹²³ Segundo a Lei 117 de 1895, o ensino elementar (primário) seria obrigatório e teria a duração de quatro anos, sendo que segmento passou a ser de competência do município. Embora a lei determinasse a responsabilidade à municipalidade, cabia ao Estado “criar e manter uma escola elementar para cada sexo, em todas as cidades”, ou mesmo mistas, “conforme as circunstâncias locais”, desde que cada sexo estudasse em turnos diferentes. BAHIA (Estado). *Lei 117*, de 24 de agosto de 1895. Dispõe sobre a Organização do Ensino na Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122520>. Acessado em: 27 dez. 2015.

tinta etc, objetos que deveria ser fornecidos ao professor, nada disso se distribui; de sorte que muitas famílias, que mal ganham o necessário à sua subsistência, deixam de enviar à aula, por dias e dias, os filhos, porque lhes faltam os recursos para tanto¹²⁴.

O texto desta revista retrata qualquer lugar, menos aquele que imaginamos ser um local adequado ao ensino, e ainda nos indica outro fator importante: embora algumas crianças pobres estivessem matriculadas, as dificuldades financeiras dos alunos e a condição precária das escolas faziam com que as crianças evadissem das inóspitas “salas de aula”. Decerto que a evasão escolar e, conseqüentemente, a dificuldade em instruir as crianças se dava, entre outros aspectos, também, pela naturalização do trabalho infantil.

Em proporções infinitamente maiores do que as atuais, para a maioria das crianças pobres do início do século XX, a possibilidade de frequentar uma escola nem estava colocada, assim como era comum que elas deixassem de frequentar as escolas para trabalhar. Para termos uma visão mais clara sobre o problema, em 1891, “a fim de impedir que, com prejuízo próprio e da prosperidade futura da pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças”, foi decretada a regulamentação do trabalho de menores para as fábricas da capital do país. Pelo decreto, crianças dos oito aos dez anos poderiam ser admitidas como aprendizes por três horas diárias, e as crianças dos dez aos doze anos por quatro horas diárias. Os meninos dos doze aos treze e as meninas dos doze aos quinze poderiam ser admitidos/as efetivamente, para trabalhar, no máximo, sete horas diárias. Ainda sobre as crianças poderem trabalhar de forma efetiva, os meninos, dos quatorze aos quinze anos, poderiam trabalhar até nove horas diárias¹²⁵.

Embora nesta pesquisa não tenhamos encontrado legislação reguladora sobre o trabalho infantil para a Bahia, é presumível que o referido decreto tenha servido de parâmetro ou tenha sido copiado integralmente pelo Estado ou, ainda, que sequer houvesse lei que disciplinasse o trabalho infantil na Bahia. Apesar de o decreto iniciar com floreios, é notório que não havia de fato preocupação governamental em relação às crianças, ao possibilitar que estas dedicassem parte da sua infância ao mundo do trabalho, preterindo assim, seu acesso ao mundo das letras. Cabe ressaltar que as

¹²⁴ *REVISTA DO ENSINO PRIMÁRIO*. Salvador. n. 05, 01 mar. 1893. p. 85. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹²⁵ BRASIL. *Decreto nº 1313*, de 17 de janeiro de 1891. Estabelece providências para o trabalho dos menores. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-norma-pe.html>. Acessado em: 28 dez. 2015.

primeiras leis com o intuito de disciplinar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores surgiram no Brasil somente a partir de 1925, em decorrência das lutas operárias, exemplificadas por inúmeros movimentos grevistas durante todo o início do século XX¹²⁶.

Em Salvador, a presença das crianças no mundo do trabalho era tão comum que elas poderiam ser encontradas em praticamente todas as ocupações, como no artesanato, atividades domésticas, tendas de cabeleireiros, indústria fabril e de construção, casas comerciais, comércio ambulante¹²⁷, entre outros, recebendo, por seus serviços, salários irrisórios. A naturalização do trabalho infantil nas primeiras décadas do século XX era tão intensa que, em 1911, diante da tentativa do governo de Salvador de impedir tal prática, “os próprios menores, certamente pressionados pelas famílias e pelos patrões, reuniram-se para lutar contra a proibição”¹²⁸. Certamente que aliada à referida naturalização, a necessidade familiar fazia com que a cena de crianças trabalhando na capital do estado fosse extremamente habitual, tanto, que “em 1920, havia trabalhadores com menos de quatorze anos em quase todos os ramos fabris de Salvador”¹²⁹.

Assim como a naturalização do trabalho infantil proporcionava uma enorme evasão escolar, o baixo investimento estatal em relação à educação fazia com que a precariedade das escolas existentes não estimulasse as crianças a frequentarem suas salas. Segundo os dados do Censo, em 1919 a Bahia gastou apenas 4,6% de sua receita com educação, enquanto a média nacional, embora também baixa, foi de 9,4%¹³⁰. Diante de tão pouco investimento nos questionamos se a situação das escolas primárias na Bahia, nos anos de 1920, mudou em relação àquela em que a *Revista do Ensino Primário* descreveu no início da República. Sem nenhum outro relato sobre o assunto é impossível ter algum tipo de parâmetro acerca das condições das escolas, mas especulamos que não tenha havido grandes mudanças estruturais durante esse período.

¹²⁶ SANTOS, Mário Augusto da Silva. op. cit., p. 46.

¹²⁷ Ibidem, p. 51.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Em 1919, dos 21 estados brasileiros, a Bahia, mesmo com números tão baixos, foi o 7º que mais investiu em educação, o que demonstra que o baixo investimento era característico do país. Os estados que mais investiram em educação foram o Distrito Federal e o Rio Grande do Norte, com, respectivamente, 24,2% e 13,6% de sua receita. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

A elevada taxa de evasão escolar na Bahia e a não continuidade nos estudos nos seguimentos posteriores podem ser melhor demonstradas a partir dos dados do Censo de 1940. No início daquela década, apenas 61.582 pessoas haviam completado o curso primário, que era obrigatório desde 1895. Completaram o ensino secundário 11.445, e o nível superior, somente 4.698 pessoas¹³¹. Frente a estes dados, ratifica-se a evasão escolar se compararmos os 61.582 que completaram o primário até 1940, com os 69.000 que estavam matriculados duas décadas antes, em 1920. Salienta-se ainda, que a maioria daqueles que concluíram algum nível de ensino residia em Salvador¹³².

Não nos parece surpreendente que Salvador, por ser o centro político do estado, também fosse seu polo educacional, e por isso, tivesse mais pessoas instruídas. Em 1920, a capital da Bahia abrigava as três faculdades existentes e, excluindo as Escolas Normais e de ofícios, era nesta cidade que funcionava a única escola pública secundária da Bahia, o Ginásio da Bahia. É lícito inferir que a capital do estado era a cidade que recebia a maior atenção governamental em relação à educação, assim sendo, é presumível que a maioria das escolas criadas na Bahia estivesse em Salvador. Nos leva a este entendimento, a redução no índice de analfabetos na cidade, de 75% em 1890, para 44% em 1920, sendo tais números bastante distintos em relação aos 81% do estado¹³³. No entanto, é factível que a referida redução no índice de analfabetos estivesse ligada, também, a fatores que não envolviam diretamente o investimento estatal em educação, como por exemplo, o aumento na quantidade de imigrantes letrados na cidade¹³⁴ e a criação de escolas privadas, dentre as quais, algumas

¹³¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Regional, Parte XII - Bahia, TOMO 1. Rio de Janeiro, 1950.

¹³² Segundo os dados do Censo de 1920, moravam em Salvador 53%, 68% e 60%, respectivamente, dos que concluíram os ensinos elementar, secundário e superior.

¹³³ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

¹³⁴ Segundo Cleiton Jones, era de interesse do Estado promover o processo imigratório para a Bahia durante a década de 1890, assim sendo, foram criadas: a Hospedaria de Imigrantes de Montserrat, em Salvador, além de dois núcleos coloniais oficiais: um federal, na Ilha de Itaparica, e outro estadual, na comarca de Amargosa. Segundo o autor, o governador Luiz Vianna decidiu revogar o programa de subvenções à imigração em 1900, pois a maioria dos imigrantes se dedicava ao trabalho urbano, ao invés das atividades rurais, como esperado pelo governo. Cabe salientar ainda, que no final do século XIX também houve a imigração espontânea, principalmente de italianos, portugueses e espanhóis. Segundo Jones, entre 1890 e 1899, 3.505 imigrantes chegaram à Bahia. JONES, Cleiton Melo. *“Vem aí a imigração”*: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). 142 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014. p. 101-121. Ciente do aumento de imigrantes na Bahia neste período, entendemos que a imigração, ainda que de forma bastante incipiente, ajudou na redução no índice de analfabetos da cidade, afinal, dos 56% de alfabetizados em Salvador, 4% eram de imigrantes. Convém também informar que o índice de alfabetizados a partir dos 7 anos, era de 65%, sendo deste total, 5% de imigrantes. Ao mesmo tempo,

vinculadas a ordens religiosas¹³⁵. Ademais, diante da possibilidade do Censo apenas aferir se o cidadão sabia ler e escrever¹³⁶, é factível que tal redução dialogue, também, com o caráter mercantil de Salvador, que certamente obrigava parte da população dominar minimamente o mundo das letras, o que não significa, obrigatoriamente, que os alfabetizados tiveram acesso à educação formal.

Podemos afirmar que a redução na taxa de analfabetismo em Salvador se deveu, em parte, ao investimento estatal, porém, é necessário ressaltar que a atenção governamental em relação à educação não contemplava todos os munícipes da capital do estado. Salvador, com pouco mais de 280 mil habitantes, dividida pela sua geografia entre Cidade Baixa e Cidade Alta, dividia, também, aqueles que sabiam ler e escrever. Na capital, em que grande parte do território era ocupada por fazendas, povoados e vilas, aqueles que moravam mais próximos do centro comercial ou administrativo tinham maiores chances de serem alfabetizados. Por isso, nos distritos de Brotas, Conceição da Praia, Mares, Nazaré, Penha, Pilar, Rua do Paço, Santana, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro, Sé e Vitória a maioria da população sabia ler e escrever. Por outro lado, nos distritos de Cotegipe, Itapoã, Maré, Matoim, Paripe, Passé e Pirajá, com aspectos mais rurais, a maioria da população era analfabeta.

Mais do que uma divisão, havia uma disparidade em relação ao índice de alfabetização na cidade. Nos distritos de São Pedro e Nazaré, respectivamente, 71% e

diante da possibilidade do Censo apenas aferir se a pessoa sabia ler e escrever, é viável cogitar, sem romantismo algum, que os 7.763 estrangeiros, 85% alfabetizados, tenham auxiliado, ainda que minimamente, na aprendizagem das primeiras letras de baianos.

¹³⁵ Algumas escolas que ainda estão em atividade em Salvador surgiram no período em questão, como por exemplo, o Colégio Salesiano (1900), o Colégio Marista (1904) e o Colégio Antônio Vieira (1911). Decerto que a diminuição do índice de analfabetos na cidade está diretamente ligada ao acesso às salas de aula, e por esses exemplos, nota-se que houve a criação de escolas, mesmo que não fossem públicas. Ainda em relação às escolas privadas, em 1900, o jornal *Diário de Notícias* enumerou as escolas que participaram do desfile do “4º centenário do descobrimento do Brasil”. Pela redação na matéria, tais escolas não eram municipais, assim sendo, após excluir as escolas, reconhecidamente, estaduais, é provável que as demais fossem privadas, em sua maioria ou totalidade. As escolas em questão eram: Escola dos Mares (a cargo do professor Gonçalo Botas); Escola dos Mares (regida pelo professor Presciliano Leal); Escola de Santana (do professor Leopoldo dos Reis); Escola da Rua do Passo; Escola mista da Lapinha; Escola do Rio Vermelho; Ginásio Arquiepiscopal; Externato S. Domingos; Colégio Cincinnato Franca; Colégio Piedade; Colégio Nossa Senhora dos Anjos; Colégio Santa Luzia; Colégio Florêncio (*particular*); Colégio Carneiro (*particular*); Colégio 7 de setembro e Colégio São Salvador. (De acordo com a publicação há duas Escolas dos Mares). 4º CENTENÁRIO do descobrimento do Brasil. *Diário de Notícias*. Salvador, 2 mai. 1900. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acessado em: 22 jul. 2016.

¹³⁶ Entendemos ser bastante provável que o Censo apenas aferisse minimamente a instrução da pessoa, devido à redução, em três décadas, de mais de 30% no índice de analfabetos, ao mesmo tempo em que o percentual de crianças matriculadas permanecia praticamente igual, sendo 10% em 1890 e 12% em 1920.

70% eram alfabetizados, sendo estes os distritos que contavam com os maiores percentuais de alfabetizados. De maneira oposta, os distritos de Passé e Paripe eram as localidades com o menor índice de alfabetização, com, respectivamente, 86% e 81% das pessoas iletradas¹³⁷. Assim sendo, nesta Salvador *triste e quão dessemelhante*, tamanha disparidade visibiliza a ausência do Estado em determinados locais do município.

Posto isto, nos parece evidente que existiam duas Salvador, com o exagero do termo, uma analfabeta e a outra alfabetizada. É bastante plausível que a Salvador mais urbana, que concentrava aproximadamente 85% da população¹³⁸, recebesse maior atenção governamental em relação à educação. Entretanto, convém salientar que o nível de urbanização, distribuição demográfica e o índice de alfabetizados naqueles distritos mais urbanizados não eram homogêneos. Por isso, sem negar as diferenças entre tais distritos, nos interessa por ora, ressaltar que todos os distritos daquela região tinham o percentual de alfabetizados maior do que o de analfabetos.

De maneira oposta aos distritos mais urbanizados, em todos os outros, a quantidade de analfabetos era maior do que a de alfabetizados, embora tais distritos ocupassem praticamente a totalidade do território do município. Assim sendo, é lícito afirmar que quanto maior a distância do centro do município, maiores eram as chances da pessoa ser analfabeta, inclusive, pela não obrigatoriedade das crianças serem matriculadas quando a distância entre a casa e a escola fosse maior do que um quilômetro, como já abordamos.

Ao observarmos o mapa¹³⁹ abaixo podemos ter uma noção mais precisa do quanto que os distritos que tinham o maior índice de alfabetizados ocupavam, relativamente, uma pequena área do município. Por outro lado, podemos notar que, diferentemente dos distritos centrais e mais urbanos, os distritos com os maiores índices de analfabetos estavam distantes do centro político e comercial de Salvador. Para enfatizar, o distante e pobre distrito de Passé que possuía 86% de analfabetos, o maior

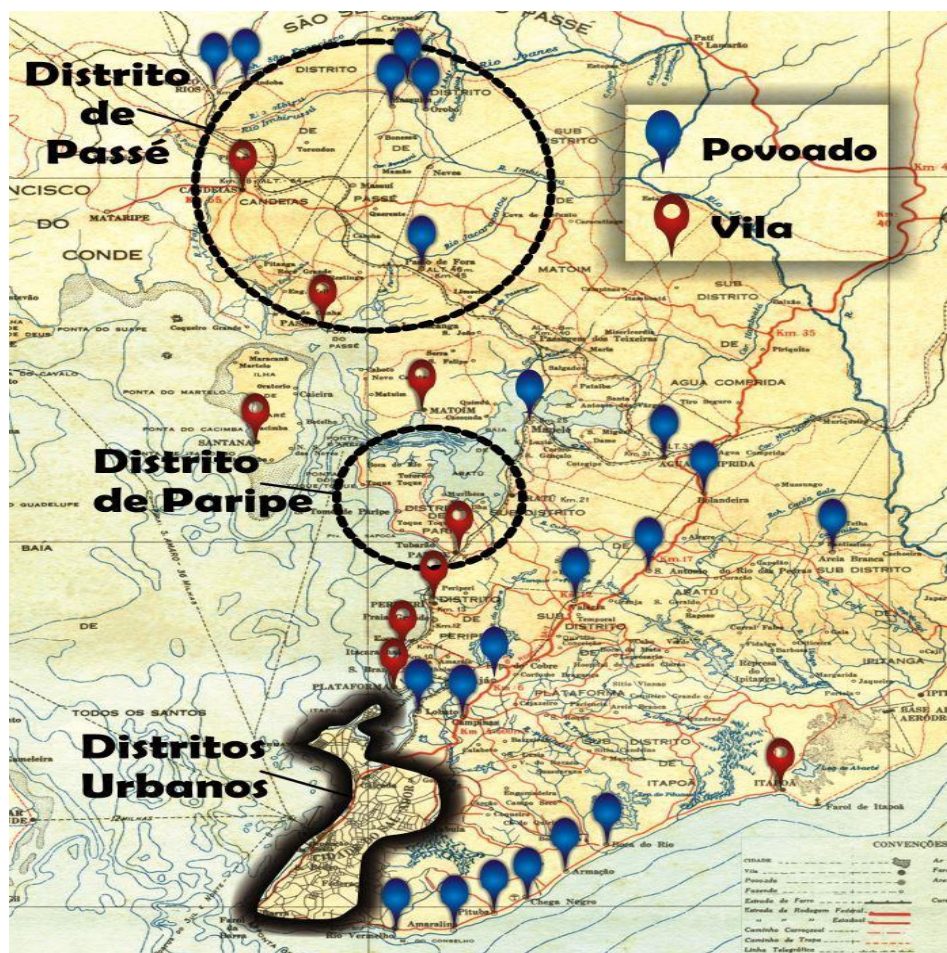
¹³⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ O mapa que adaptamos, provavelmente, é do início da década de 1950, haja vista que publicado em 1952. Ainda assim, conseguimos inferir, por meio dele, que os distritos centrais e mais urbanos de Salvador, na década de 1920, ocupavam uma área relativamente pequena da cidade. Mapa extraído da obra: PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR. *Roteiro Turístico da Cidade do Salvador*. Salvador: OBEC, 1952.

índice verificado em 1920, atualmente pertence a Candeias, cidade localizada a aproximadamente 40 quilômetros da capital do estado¹⁴⁰.

Figura 3 – Mapa da Cidade do Salvador



Fonte: *Roteiro Turístico da Cidade do Salvador*. / Adaptado pelo autor.

A disparidade no índice de alfabetização entre locais da mesma cidade não nos parece obra do acaso. Segundo Antonietta Nunes, as primeiras escolas primárias em Salvador sob a plena responsabilidade da Província foram criadas no final do Império, nas freguesias dos Mares, Santana, Santo Antônio Além do Carmo, Sé e São Pedro¹⁴¹. Posto isto, não é surpreendente que nesta região, em 1920, a quantidade de alfabetizados fosse maior do que a de analfabetos, haja vista que desde o Império a atenção do poder

¹⁴⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Candeias. Histórico do Município. Disponível: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=290650>. Acessado em: 03 jan. 2016.

¹⁴¹ NUNES, Antonietta d'Aguiar. op. cit., p. 216.

público estava voltada para determinados locais da cidade, notadamente mais urbanizados do que a maioria do território de Salvador.

Decerto que a análise acerca da taxa de alfabetização da cidade deve levar em consideração o nível de urbanização e os diversos outros elementos vinculados a ele, como, por exemplo, a transformação da estrutura econômica da cidade que modifica a concentração urbana¹⁴². Assim sendo, não podemos dissociar o nível de urbanização, e suas consequências, de outros fatores. Por isso, convém mencionar certas características de alguns dos distritos em que a quantidade de alfabetizados era superior ao de analfabetos. Entre tais distritos, o de São Pedro, que possuía o maior índice de alfabetizados em 1920, antes mesmo da implantação da República já era habitado por “um grande número de profissionais liberais (médicos e advogados) e funcionários públicos, além de desembargadores”¹⁴³. Além deste, podemos citar o distrito da Vitória, onde a elite comercial e os estrangeiros se fixaram; os distritos da Conceição da Praia e Pilar, que concentravam os negócios do comércio; e o distrito da Sé, centro administrativo da cidade¹⁴⁴. Segundo Milton Santos, era em boa parte destes distritos que “a vida urbana e regional” encontrava “seu cérebro e coração”¹⁴⁵, afinal, os distritos da Sé, Passos, Conceição da Praia e Pilar formavam o centro da cidade, e “com efeito, o comércio ocupa[va], também, os eixos da circulação”¹⁴⁶.

Diante do exposto, nos parece evidente que o índice de alfabetização em Salvador estava ligado a vários fatores interligados entre si, dentre os muitos, o acesso às escolas, o nível de urbanização da localidade e a condição econômica das pessoas. No entanto, reafirmamos a possibilidade dos Censos apenas aferirem se o cidadão sabia ler e escrever, o que significa dizer que muitos dos ditos “alfabetizados” sequer frequentaram as escolas, excluindo assim, esta “alfabetização” a uma ação do Estado. Em linhas gerais, entendemos que no estado que pouco investia em educação, a atenção governamental para a instrução da população estava direcionada para Salvador, mais precisamente, para determinadas áreas da cidade, sendo estas, preferencialmente, as

¹⁴² SANTOS, Milton. op. cit., p. 9.

¹⁴³ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...* Ideais de civilização e cenas de anti civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912 - 1916. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1996. p. 65.

¹⁴⁴ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. op. cit., p. 65-66.

¹⁴⁵ SANTOS, Milton. op. cit., p. 20.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 31. (Como já mencionado, esta obra de Milton Santos não aborda, especificamente, a década de 1920, no entanto, entendemos poder utilizá-la, pois ao tratar historicamente do centro de Salvador o autor não se refere a outra região senão a que citamos.

localidades onde as camadas média e alta se concentravam, como, por exemplo, o distrito de São Pedro. Nos locais mais afastados do centro, notadamente mais rurais e mais pobres, que certamente eram habitados por muitos ex-escravos¹⁴⁷, o descaso governamental era notório. Desta forma, compreendemos que tamanha disparidade no índice de alfabetização dentro da mesma cidade está intimamente ligada a diversos fatores, sendo os mais evidentes: o descaso governamental e a desigualdade social característica de Salvador.

Esta desigualdade social e o trabalho infantil, que potencializavam com que as crianças não tivessem acesso às escolas, entre as décadas de 1920 e 1930, foram descritos por Carlos Marighella. Em suas palavras escritas em 1965, o comunista afirma que “via diariamente em Salvador”, crianças “pongando em bondes” para “ganhar uns míseros tostões vendendo jornais”. Para o comunista, “num país onde as crianças são obrigadas a trabalhar para comer”, ou ainda “vivem ao léu, pelas ruas, sem escolas e sem meios para frequentá-las”, foram motivos suficientes para sua decisão de entrar no PCB¹⁴⁸.

A pobreza da cidade, que segundo Marighella foi um dos motivos para que ele entrasse no PCB, foi lembrada três décadas após o início da militância dele no partido. Acerca da referida lembrança cabem duas breves observações: a primeira, em relação ao próprio ato de lembrar sobre tal motivação. A respeito das razões descritas, não nos interessamos em estabelecer um instituto de verdade sobre tal, afinal, como afirma Ângela de Castro Gomes, “a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua’ verdade”. Nesse sentido, a verdade “não mais se esgota em uma ‘verdade factual’, objetiva, una e submetida à prova (científica e/ou jurídica), que continua a ter vigência e credibilidade”, passando a “incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo”. Assim sendo, a “verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são

¹⁴⁷ Segundo João José Reis, ocorreram inúmeras revoltas escravas em Salvador durante o século XIX, dentre as quais, pelo menos duas na Vila de Itapoã, e uma no quilombo do Urubu, em Pirajá. Assim sendo, consideramos bastante provável que tais regiões, que tinham grande quantidade de analfabetos, contassem com muitos ex-escravos no início do século XX. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 70–75.

¹⁴⁸ MARIGHELLA, Carlos. *Por que...* op. cit., p. 23.

plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida”¹⁴⁹.

Cabe salientar que, embora ciente de que o sujeito produz em um relato autobiográfico a “sua verdade” e que tem crescido a valorização da subjetividade, isto não impede que aspectos do texto referencial possam ser submetidos à verificação em paralelo a outra documentação. Segundo Beatriz Sarlo, tal operação, carregada de limites, é complexa, pois os relatos “são os que se prestam menos abertamente a comparação com outras fontes”¹⁵⁰. No entanto, diante de interrogações que se abrem, se por um lado já não é possível prescindir de seu registro, por outro, também não se pode deixar de problematizá-lo, sem perder de vista que a própria ideia de verdade é um problema¹⁵¹. Posto isso, a afirmação de Marighella sobre a motivação para ter entrado no PCB nos basta. Porém, cabe mencionar apenas outro aspecto relativo à escrita de si, perceptível no relato do comunista, que é o “trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto”, de um sujeito que “não é contínuo e harmônico”, o que faz com que tais produções se tornem “possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo”¹⁵².

A outra observação diz respeito à pobreza de Salvador, em que Carlos Marighella escreveu que via diariamente crianças trabalhando nas ruas e sem acesso às escolas. Acerca desta declaração, como o próprio texto deixa claro, a condição do comunista era apenas de espectador, pois, como afirmam seus biógrafos, devido ao fato de seu pai ser um mecânico especializado, sua família, embora não fosse rica, “conseguia ter um padrão razoável de vida”¹⁵³. Tal padrão permitiu que Marighella tivesse acesso às escolas e, também, à educação numa perspectiva mais ampla, diferentemente da maioria das crianças baianas.

Ao que tudo indica, aos doze anos, Marighella era leitor assíduo do “semanário das crianças” *O Tico-Tico*, que publicava histórias em quadrinhos, textos infantis, assim como desenhos que deveriam ser coloridos e enviados ao jornal, como foi feito pelo

¹⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 13-17.

¹⁵⁰ SARLO, Beatriz. op. cit., p. 117.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² GOMES, Ângela de Castro. op. cit., p. 13-17.

¹⁵³ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 41.

primogênito de Augusto e Maria Rita¹⁵⁴. Certamente que a leitura deste e, possivelmente, de outros jornais ajudou na formação cultural de Marighella, sendo que o incomum contato, para a maioria das crianças baianas, com livros, jornais ou revistas, ocorreu em função da razoável condição financeira de sua família. Tal condição pode ser confirmada pelo fato de Augusto Marighella possuir automóvel¹⁵⁵, algo bastante raro na Bahia dos anos de 1920 e 1930, haja vista que em 1932 “Salvador possuía 780 automóveis de passeio”¹⁵⁶. Cabe ressaltar que nos textos biográficos não há relação da condição econômica da família Marighella com o acesso de Carlos à educação. Todavia, pode-se considerar este fator como algo que corrobora com a perspectiva de que esta família estava entre as camadas intermediárias da sociedade.

Como já discutido, durante a década de 1920, a Bahia pouco valorizava a educação e, em consequência, tinha índices elevadíssimos de analfabetos. Em comparação ao estado, no que diz respeito a este tema, Salvador tinha uma situação menos ruim, porém, sua desigualdade social se refletia no acesso às escolas, e por isso, a cidade possuía índices de alfabetização extremamente distintos a depender da localidade. Nesta cidade, que também era seu centro educacional do estado, o acesso à instrução primária, tal qual em toda a Bahia, era para pouquíssimos, sendo que as crianças, devido à pobreza e à naturalização do trabalho infantil, não frequentavam ou trocavam as salas de aulas pelo trabalho. Decerto que a falta de escolas no estado fazia com que muitas crianças não fossem obrigadas a estudar¹⁵⁷, e isto nos revela a falta de

¹⁵⁴ Localizamos no 2º semestre de 1923, a participação de Marighella em nove edições do “semanário das crianças”, *O TICO-TICO*. Entre setembro e novembro, Carlos Marighella, assim como outras crianças, enviou ao jornal desenhos após terem sido coloridos e respondeu as questões que eram feitas nas edições anteriores. O envio dos desenhos e das respostas era comum, pois, o jornal publicava “os nomes dos autores dos melhores trabalhos”. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 02 jul. 2016.

¹⁵⁵ A informação de que Augusto Marighella possuía um automóvel foi prestada por Tereza Marighella em depoimento a Edson Teixeira da Silva Júnior, sendo que tal informação também está no livro de Mário Magalhães. No depoimento de Tereza não há datação de quando Augusto adquiriu o bem, entretanto, ela informa que é uma recordação da sua juventude. Posto isto, ciente que o carro em questão era um Buick fabricado pela General Motors, e que este modelo chegou ao Brasil em 1925, o mais provável é que Augusto Marighella tenha adquirido tal bem entre o final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930.

¹⁵⁶ UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do Salvador 1935-1945*. 314 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2006. p. 111.

¹⁵⁷ Em 1925 a lei que regulava a instrução pública na Bahia foi reformada pela Lei 1.846, e entre as mudanças, a norma jurídica determinava a obrigatoriedade do ensino primário para crianças entre sete e doze anos, sendo isentas desta obrigação, aquelas em que a distância entre a sua casa e a escola pública fosse maior do que dois quilômetros. Tal medida demonstra uma tentativa de obrigar um número maior de crianças a terem o ensino primário, porém demonstra também que a responsabilidade do Estado com a instrução permanecia circunscrita a uma área pequena. BAHIA (Estado). *Lei 1.846*, de 14 de agosto de

uma política educacional que visasse de fato instruir a população baiana, principalmente a mais pobre.

Decerto que podemos dizer sem muitos receios que estudar em um estado que pouco investia em educação, como a Bahia dos anos de 1920, era privilégio de poucos. Leve-se em consideração que o acesso ao ensino primário, principalmente o público, era restrito, assim como era extremamente limitada a entrada no Ginásio da Bahia, a única escola pública de ensino secundário do estado. Diante deste cenário, constata-se a condição relativamente privilegiada de Carlos Marighella, que se encontrava entre os poucos que tiveram a oportunidade de estudar durante as décadas de 1920 e 1930, não apenas o primário, mas também, o ensino secundário no Ginásio da Bahia e, ainda, o ensino superior.

1.3 Ginásio da Bahia - versos estudantis e o caminho da docência

Na segunda-feira, 19 de março de 1928, Augusto Marighella deu entrada na solicitação de matrícula para que Carlos, com dezesseis anos, pudesse cursar a 4ª série do ensino secundário no Ginásio da Bahia¹⁵⁸. Carlos já havia cursado três dos seis anos do ensino secundário em outro colégio, o Ginásio Carneiro Ribeiro que, diferente daquele, era privado.

Em 1928, quando Carlos Marighella começou a estudar no Ginásio da Bahia¹⁵⁹, embora fosse uma instituição pública, era obrigatório o pagamento de duas taxas anuais¹⁶⁰, além da realização de exame de admissão em que eram exigidos

1925. Reforma a instrução Pública do Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134871>. Acessado em: 05 jan. 2016.

¹⁵⁸ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Salvador.

¹⁵⁹ O Ginásio da Bahia teve suas origens no Liceu Provincial da Bahia que fora criado durante o Império, em 1836. O objetivo do Liceu era formar, dentro da camada intermediária da sociedade, pessoal para o trabalho burocrático da administração pública. Em 1890, o Liceu foi extinto e em seu lugar foi criado o Instituto Oficial de Ensino Secundário, no entanto, cinco anos depois, esta instituição foi novamente reestruturada, passando a se chamar Ginásio da Bahia.

¹⁶⁰ Segundo a Lei 117, que criou o Ginásio da Bahia em 1895, para frequentar a escola era necessário o pagamento de duas taxas anuais de 15.000 réis e mais 50.000 réis para receber o diploma de bacharel. Para termos uma noção, ainda que breve, do que correspondia os valores cobrados pela instituição, caso um soldado da polícia quisesse matricular seu filho, ele teria que trabalhar, aproximadamente, oito dias para pagar uma das taxas, haja vista que a diária que recebia, em 1895, era de 1.900 réis. Um coronel, por sua vez, desembolsaria 2,5% do seu salário que era de 600 mil réis, o que não chega a ser um dia de

conhecimentos em instrução moral e cívica, português, cálculo aritmético, morfologia geométrica, geografia e história pátrias, ciências físicas e naturais e de desenho, caligrafia, hinos escolares e ginástica¹⁶¹. Existia a possibilidade de isenção das duas taxas que eram cobradas¹⁶², no entanto, isto não fazia com que o colégio atendesse “predominantemente” aos alunos das camadas mais pobres da cidade. Ainda assim, segundo Déborah Lima, a instituição propiciou a alguns destes alunos “uma via efetiva de ascensão social”¹⁶³, sendo que para a autora, Carlos Marighella era um dos exemplos desta ascensão, porém, discordamos desta interpretação, já que não era possível considerá-lo oriundo da camada mais pobre da cidade.

Segundo Déborah Lima, o corpo discente do Ginásio da Bahia, que era composto por aproximadamente 80% do sexo masculino, atendia, majoritariamente, as camadas médias da população. Não nos surpreende que o público do Ginásio não fosse composto pela camada mais pobre da população, afinal, o processo de admissão para o colégio era deveras excludente. Decerto que a necessidade do pagamento de taxas, em um estado pobre e de analfabetos, tal qual sua capital, se transformava em um fator dificultador para o acesso àquela instituição. Aliado a isso, a admissão após a realização de diversas provas, mostra que o Ginásio buscava, essencialmente, selecionar seu público. Diante disso, entendemos que o Estado não estava voltado para a universalização do ensino secundário, já que era bastante improvável o acesso dos pobres às cadeiras do Ginásio.

Criado para servir de parâmetro para as escolas do ensino secundário que fossem fundadas na Bahia, o Ginásio tinha o ensino voltado para a preparação ao ingresso no ensino superior, garantindo ao concluinte daquela instituição, acesso imediato às

trabalho. Os dados salariais citados estão em: *Correio de Notícias*. Salvador, 05 set. 1895. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁶¹ BRASIL. *Decreto nº 16.782-A*, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782a.htm. Acessado em: 27 dez. 2015.

¹⁶² Segundo Déborah Lima, entre 1909 e 1918 foram deferidos 40 pedidos de isenção de taxas, sendo que neste período foram realizadas 2.667 matrículas. Desta forma, foram contemplados apenas 1,5% dos alunos. Ressalta-se que não há como precisar se os alunos pobres que não tinham o pedido de isenção de tarifa deferido pagavam as taxas obrigatórias, no entanto, entendemos que estes dados reforçam a ideia que o acesso ao Ginásio era muito mais excludente do que incluyente. Os dados das matrículas se encontram em: FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. *Memória Histórica do Ensino Secundário Oficial na Bahia. 1837-1937*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. p. 95-97.

¹⁶³ LIMA, Déborah Kelman de. *O banquete espiritual da instrução - Ginásio da Bahia, Salvador: 1895 - 1942*. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas, Salvador. 2003. p. 104-110.

faculdades¹⁶⁴, além do título de bacharel, que lhe dava “preferência nas nomeações para o magistério nos estabelecimentos de instrução secundária”¹⁶⁵. Nota-se que concluir os estudos naquela instituição, a única secundária pública do estado¹⁶⁶, garantia privilégios, seja para ingressar no ensino superior, ou para conseguir emprego. Cabe ressaltar que o privilégio de não necessitar a realização de exames de admissão para os cursos superiores durou até 1911, por força de nova legislação criada¹⁶⁷. Após aquele ano, houve decréscimo na quantidade de matrículas no Ginásio¹⁶⁸, o que sugere ter acontecido migração de estudantes das escolas privadas, nos anos iniciais do colégio, com o intuito de gozarem do benefício referido.

Ainda buscando dar um panorama sobre a instituição em que Carlos Marighella cursou parte do ensino secundário e, segundo seus biógrafos, se notabilizou, cabe mencionar mais alguns aspectos. Acerca da profissão dos pais dos estudantes, Déborah Lima conseguiu identificar, entre 1909 e 1942, 59 matrículas que continham tal informação. Segundo o levantamento realizado pela autora, 84% dos pais dos estudantes do Ginásio eram: professor do Ginásio da Bahia, farmacêutico, dentista, engenheiro, médico, “simplesmente qualificado como doutor”, funcionários públicos, militares, industrial, negociante e lavrador (proprietário); enquanto os outros 16% eram compostos por: comerciário, lavrador, funcionário das docas, artista, estucador e jardineiro¹⁶⁹. Diante do exposto, percebe-se que o acesso ao Ginásio era quase que exclusivamente para os filhos de proprietários ou trabalhadores melhor remunerados, solidificando a ideia de que o ensino secundário público na Bahia estava acessível aos que tinham uma melhor situação financeira.

A partir de 1923, começou a aumentar gradativamente a quantidade de alunos matriculados¹⁷⁰ no Ginásio, sendo que até 1930, último ano em que Carlos Marighella

¹⁶⁴ LIMA, Déborah Kelmán de. op. cit., p. 26.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 24.

¹⁶⁶ Excluimos de nossa análise a “Escola Normal”, criada em 1837, pois, embora fossem escolas públicas e secundárias, sua finalidade era a formação profissional de professore(a)s primários.

¹⁶⁷ NUNES, Antonietta d’Aguiar. op. cit., p. 217.

¹⁶⁸ FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, op. cit., p. 95-97.

¹⁶⁹ LIMA, Déborah Kelmán de. op. cit., p. 99.

¹⁷⁰ O referido aumento é insignificante se levarmos em consideração o déficit de vagas para o ensino público secundário. De acordo com os dados do Censo já apresentados, no início de 1920, a população em idade escolar do ensino primário era de aproximadamente 558 mil estudantes, porém, só estavam matriculados cerca de 69.000. Como o Censo não apresenta a população em idade escolar do ensino secundário realizamos uma conta hipotética para percebermos o déficit de vagas. Ao dividirmos apenas os 69.000 matriculados no ensino primário, pelos quatro anos do curso, teoricamente, 17.250 estudantes

estudou na instituição, a média de matrículas anuais foi de 568 alunos¹⁷¹. Apesar do aumento gradual na quantidade de alunos matriculados, a oferta de vagas era bem aquém da demanda, persistindo as dificuldades de acesso ao ensino secundário, principalmente para a população mais carente que não podia assistir às aulas dos renomados professores do Ginásio. Para Déborah Lima, “a reputação de alta qualificação do corpo docente” se devia ao fato de muitos desses professores serem advogados, médicos, engenheiros ou farmacêuticos, e ensinarem concomitantemente nas faculdades existentes na Bahia à época¹⁷².

É possível que a alta qualificação dos professores possa ter servido de estímulo para os jovens estudarem no Ginásio, incluindo Marighella, mesmo que ele só tenha estudado na instituição a metade do curso secundário. Dentre as muitas possibilidades para o aumento nas matrículas durante a década de 1920, especulamos que este crescimento tenha como fator preponderante a reforma educacional de 1925¹⁷³, que garantiu isenção do pagamento das taxas do Ginásio aos filhos de oficiais e praças da Força Pública do Estado e demais funcionários públicos que recebessem menos de 300.000 réis salariais. Ao tomarmos como recorte o ano da reforma educacional, o estudo de Déborah Lima identifica 55 profissões dos pais dos alunos, sendo 14 os casos de militares ou funcionários públicos¹⁷⁴, o que equivale a aproximadamente 30% do total, corroborando assim com nossa hipótese.

Para os que não eram filhos de militares ou funcionários públicos, o Estado só permitia a isenção das taxas do Ginásio para no máximo 25 alunos, desde que “justificando a pobreza dos candidatos, [e sendo] preferidos entre estes, os que tiverem alcançado melhores notas e revelado comportamento mais correto nas classes ou aulas dos cursos inferiores”¹⁷⁵. Para o estudante pobre, após passar por um rigoroso processo seletivo, as possíveis vagas eram bastante restritas, cabendo a estes, sob pena da não isenção, manterem-se entre os mais disciplinados e portadores das melhores notas. Constata-se que era irrisória a quantidade de isenção para a população mais pobre ao tomarmos como base o ano em que Marighella ingressou no Ginásio, pois de acordo

estariam habilitados para o ensino secundário em 1920. No entanto, no início daquela década, irrisórios 226 alunos foram matriculados no Ginásio da Bahia.

¹⁷¹ FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. op. cit., p. 97.

¹⁷² LIMA, Déborah Kelman de. op. cit., p. 67-68.

¹⁷³ BAHIA (Estado). *Lei 1.846*, de 14 de agosto de 1925. op. cit.

¹⁷⁴ LIMA, Déborah Kelman de. op. cit., p. 99.

¹⁷⁵ BAHIA (Estado). *Lei 1.846*, de 14 de agosto de 1925. op. cit.

com a legislação, o máximo de isenções que poderiam ser concedidas, em 1928, não chegava a 4% dos 696 alunos matriculados¹⁷⁶.

É neste contexto de aumento vagas, ao mesmo tempo em que seu acesso continuava bastante limitado aos mais pobres, que Marighella, na terça-feira, 20 de março de 1928, teve deferido o pedido de matrícula no Ginásio. Tal deferimento ocorreu após Augusto Marighella pagar na Diretoria das Rendas do Estado da Bahia, 34.650 réis, referente a uma das duas taxas de matrícula obrigatórias anualmente¹⁷⁷. Naquele ano, era noticiado nos jornais de Salvador o aumento no custo de vida da população da cidade, por isso, convém discutir este aumento, relacionando com o salário de alguns trabalhadores em 1928, para assim, compreendermos a possibilidade destes matricularem seus filhos no Ginásio.

Em julho de 1928 o jornal *A Tarde* publicou, em matéria de capa, “O pão amargo de cada dia. O custo de vida aqui aumentou em mais de 150 por cento”. Segundo a matéria, ao longo dos anos o custo de vida em Salvador tinha aumentado bastante, a se considerar o preço do aluguel de uma casa que passara a custar 150.000 réis, assim como o quilo de cebola que passou a ser vendido por 2.000 réis. A saca da farinha de mandioca não saía por menos de 28.000 mil réis e o quilo da manteiga nacional custava 12.000 réis. Segundo a reportagem, um cidadão resignado afirmou que diante da situação de carestia, só cabia “comermos o pão amargo de cada dia até que a morte venha nos libertar”¹⁷⁸.

Meses depois, em outubro, o jornal *A Tarde* anunciou com entusiasmo o aumento na produção de café no estado. Segundo a matéria, nos dois últimos anos a produção baiana tinha crescido de 29 para 40 milhões de quilos, figurando entre as principais cidades produtoras, Amargosa e Jequié. Nestes locais, o aumento da produção anunciado com entusiasmo não se refletiu no salário do trabalhador, pois estes, contratados em regime de meação ou empreitada, recebiam diárias que variavam entre 2.000 e 3.000 réis¹⁷⁹.

¹⁷⁶ FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. op. cit., p. 95-97.

¹⁷⁷ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Salvador.

¹⁷⁸ O PÃO amargo de cada dia. *A Tarde*. Salvador, 18 jul. 1928. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁷⁹ A MAIOR fortuna do Brasil. *A Tarde*. Salvador, 05 out. 1928. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Não muito diferente era o caso de muitos trabalhadores urbanos, como por exemplo, um operário “acabador” da indústria têxtil, que no início da década de 1920 era o especialista que recebia o menor valor médio salarial, com diárias de 2.000 réis. A título de comparação, neste mesmo período, um “acabador” no Distrito Federal recebia, aproximadamente, 6.000 réis, o que equivale a três vezes mais que o trabalhador baiano. Já em 1928, no Distrito Federal, o trabalhador com esta especialidade recebia pouco mais de 7.000 réis¹⁸⁰, o que denota relativa estagnação salarial em quase dez anos. Diante da estagnação salarial deste trabalhador do centro administrativo do país, é provável que tal situação se repetisse na Bahia, assim sendo, é razoável acreditar que um “acabador” baiano recebesse, em 1928, entre 2.000 e 4.000 réis.

Ao levarmos em consideração o valor da taxa de matrícula e compararmos apenas com alguns alimentos essenciais que citamos acima, é lícito afirmar que o valor das duas taxas anuais não era alto. No entanto, se relacionarmos o valor da diária de um trabalhador rural ou urbano precarizado com o valor do custo de vida em si, compreendemos que o valor das taxas do Ginásio era bastante significativo para a maior parte da população. Entre *o pão amargo de cada dia* e o acesso à escola, acreditamos que a maioria dos trabalhadores, seja urbano ou rural, escolhesse a primeira opção. Desta forma, consideramos que a população mais carente não estava inserida no aumento crescente de matrículas no Ginásio da Bahia durante a década de 1920.

É factível que o contexto de carestia na cidade do Salvador possa ter, inclusive, incentivado a mudança de Carlos Marighella na metade do curso secundarista do Ginásio Carneiro Ribeiro, que era privado, para o Ginásio da Bahia, devido a uma possível intempérie financeira da família. Da mesma forma, é plausível que outros estudantes de escolas que não eram públicas tenham migrado para o Ginásio devido à carestia, sendo possível adicionar este elemento aos prováveis fatores da expansão de alunos do Ginásio durante a década de 1920. Mesmo sem problematizar tal questão, Mário Magalhães afirma que a transferência de Marighella para o Ginásio se deu pela qualidade da instituição e para “aliviar o orçamento doméstico”¹⁸¹.

Ainda sobre os anos em que Marighella estudou no Ginásio Carneiro Ribeiro, Mário Magalhães afirmou que, aos trezes anos, “o conversador e risonho” se fez

¹⁸⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. V (2ª parte). Rio de Janeiro, 1928.

¹⁸¹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 50.

conhecido e dava lições de matemática aos vizinhos. Magalhães, o único biógrafo a mencionar o período, acrescentou que nos primeiros anos do ensino secundário o jovem Carlos já demonstrava espírito contestador, e que “a poesia o seduzira”¹⁸².

O silêncio de três das quatro biografias acerca do estudo de Marighella no Ginásio Carneiro Ribeiro, ou mesmo de todas as obras sobre o ensino primário do biografado, nos demonstra a dificuldade na empreitada do biógrafo. Sem negar a possibilidade dos autores não terem realizado pesquisa, o mais provável é que eles não tenham encontrado documentação sobre o período em questão, sendo este um dos principais problemas do fazer biográfico. Ainda em relação ao referido silêncio, é possível que os biógrafos tenham entendido não ser importante abordar tal período. Isto só ocorre em função de muitos autores ainda acreditarem, como afirma Giovanni Levi, em “uma certa confiança na capacidade da biografia para descrever o que é significativo numa vida”¹⁸³.

Ainda cabe salientar que os biógrafos, ao apenas citarem o Ginásio da Bahia como uma escola pública, sem problematizar a instituição, seu acesso e público, pode fazer com que o leitor, orientado pelo anacronismo, acredite que o acesso ao colégio era para todos. Ao mesmo tempo, esta não problematização pode induzir a uma percepção de Marighella como um sujeito humilde, que devido à sua grande capacidade intelectual conseguiu, após estudar em um colégio público, cursar Engenharia. Mais do que não problematizar o acesso ao Ginásio, Mário Magalhães acredita que o colégio era praticamente um oásis da harmonia de classes, onde filhos de juízes, mecânicos, mascates, carpinteiros e banqueiros andavam juntos¹⁸⁴, sem levar em consideração a probabilidade de haver preconceitos de classe ou mesmo de raça, e demais conflitos naquela instituição.

Em relação à forma que os biógrafos escreveram sobre Marighella no período em que estudou no Ginásio, é notório que as referências feitas a ele são sempre elogiosas. Nas obras, é afirmado que o futuro guerrilheiro possuía como algumas de suas características mais aparentes: o altruísmo, a inteligência, o amor aos estudos e à arte, e quiçá já teria demonstrado naquela instituição o espírito “revolucionário”. Decerto que não nos cabe questionar os traços de personalidade de Marighella, porém,

¹⁸² Ibidem, p. 46-47.

¹⁸³ LEVI, Giovanni. op. cit., p. 172.

¹⁸⁴ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 50.

ao tratar do período em que ele estudou, principalmente no Ginásio da Bahia, objetivamos compreender como foi construída a imagem deste importante personagem da história do Brasil nas biografias, haja vista que para seus biógrafos foi nesta instituição em que se iniciou a popularização do nome de Marighella em Salvador.

Para seus biógrafos, Marighella era o estudante que “além do sorriso escancarado, ficou conhecido pelos livros que não desgrudava”¹⁸⁵. “Excelente aluno, [era] um tipo brincalhão e gozador”¹⁸⁶, “folgazão, espirituoso [...] e ao mesmo tempo genial, [que possuía] o espírito inventivo, a irreverência diante da vida e a inteligência privilegiada”¹⁸⁷. De tal forma, que “mesmo que não fosse às aulas era procurado pelos colegas para explicar os pontos da matéria, [sendo que no colégio] começara a aprontar das suas, [afinal,] a rebeldia aflorava no futuro revolucionário”¹⁸⁸. Além de todas essas características, em suma, “era o aluno mais popular do Ginásio da Bahia”¹⁸⁹.

Nota-se, que ao tratar do período em que Marighella estudou no Ginásio Carneiro Ribeiro ou Ginásio da Bahia, os biógrafos não pouparam elogios ao biografado. Posto isso, nos questionamos se a função de um texto biográfico é a de simplesmente exaltar seu personagem principal, sem levar ao leitor suas possíveis contradições. Será que a *rebeldia* que aflorava no final da década de 1920 era aceita pelos demais colegas e professores? Será que todos coadunavam com as atitudes de Marighella? O mais provável é que as respostas para as duas perguntas sejam negativas, o que não macula, de forma alguma, a imagem de Marighella. No entanto, a opção dos biógrafos foi a de não problematizar tais questões, optando por criar um personagem amável, risonho, criativo, *o mais popular* e quiçá um *revolucionário*. Percebe-se que a perspectiva dos autores é de que a vida pode ser compreendida como “um conjunto coerente e orientado”, organizada, “segundo uma ordem cronológica, que também é uma ordem lógica, desde um começo”¹⁹⁰.

Acerca da afirmação de Mário Magalhães que Marighella era *o aluno mais popular* do Ginásio da Bahia, consideramos que esta seja uma suposição problemática e carregada de intencionalidade. Assim sendo, cabe mencionar que o curso no Ginásio

¹⁸⁵ Ibidem, p. 51.

¹⁸⁶ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 43.

¹⁸⁷ JOSÉ, Emiliano, op. cit., p.128-129.

¹⁸⁸ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 26.

¹⁸⁹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 50.

¹⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 184.

poderia durar até seis anos, sendo que normalmente frequentavam alunos dos treze aos dezoito anos. Ademais, quando Marighella iniciou seus estudos no 4º ano, ou seja, na metade do curso, com dezesseis anos, havia outros 696 estudantes matriculados e, em 1930, no último ano dele, eram 863 estudantes¹⁹¹. Diante desse breve contexto nos questionamos: será que um jovem de dezesseis anos não poderia ter problemas de adaptação ao chegar a uma escola com mais de seiscentos alunos, de classes sociais distintas e que a maioria já estudava anteriormente? Será que o nível de popularidade do estudante não estava apenas vinculado ao círculo de amizades frequentado por ele, portanto, ligado apenas aos seus pares diretos? Decerto que Mário Magalhães desconsiderou tais questões ao afirmar que em tão pouco tempo Marighella se tornou o aluno *mais popular* da escola. Por isso, é plausível que a afirmação do autor esteja a serviço da construção de um personagem extremamente popular, em seus círculos, desde sua juventude.

Há evidências que Marighella tivesse alguma popularidade entre seus pares, no entanto, permanentemente exaltá-la nos parece que tem o claro objetivo de construir um personagem que desde sua adolescência estava predestinado a se tornar uma grande personalidade, a partir de uma perspectiva em que se percebe a vida sempre com uma direção, coerente, sem vírgulas, nem parênteses. Ainda em relação à popularidade de Marighella, em maio de 1936, alguns anos após sua saída do Ginásio e enquanto ele estava preso no Rio de Janeiro, foram veiculadas em alguns jornais da Bahia, matérias repercutindo esta prisão. Em uma dessas matérias, que não foi assinada, mas é possível que o autor o conhecesse ou até tivesse sido seu colega devido à forma íntima como o descreve, foi afirmado que Marighella “sempre foi conhecido pela sua inteligência, que ninguém sabe em que se hão de aplicar; si para o bem ou si para o mal”. Ainda foi escrito que ele tinha “espírito rebelde”, comparando-o a Roudine de Turguenieff¹⁹², por ser “inteligente, cintilante, um ‘líder’ de círculo restrito” e que, além disso, “chefiava os movimentos dos seus colegas, com tino de verdadeiro agitador”¹⁹³.

¹⁹¹ FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. op. cit., p. 97.

¹⁹² A matéria se refere à obra *Rudin*, datada do século XIX, e escrita pelo russo Ivan Turguêniev.

¹⁹³ MARIGHELLA e a sua agitada vida de estudante. *A Tarde*. Salvador, 28 mai. 1936. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

A matéria escrita em 1936, em pleno curso do aumento da perseguição aos comunistas após os Levantes de 1935¹⁹⁴, ainda que em linhas gerais fosse depreciativa, acaba por reforçar algumas das características acerca da personalidade de Marighella descritas por seus biógrafos. Por outro lado, nos chama atenção o fato da reportagem descrever Marighella como um *líder de círculo restrito*. Tal afirmação, naquele contexto, pode ter tido a finalidade de minimizar a inserção de Marighella entre os colegas, no entanto, ela pode ter sido também uma representação da limitação desta inserção. Na reportagem, Marighella é descrito como conhecido, diferentemente das biografias em que ele é tido como popular. Para a semântica, este jogo de palavras faz diferença, afinal segundo o *Dicionário Aurélio*, popular tem conotação positiva, e se aproxima de como muitos enxergam Marighella atualmente, haja vista que um dos seus significados é homem do povo. Em contrapartida, ao descrever alguém como conhecido, não há, necessariamente, valoração positiva sobre ele¹⁹⁵. Diante das informações desta matéria, nos voltamos sobre a incapacidade das biografias apreenderem a vida do sujeito em suas complexidades e incertezas. Qual Marighella é o real, *o mais popular* ou *o líder de círculos restritos*?

Como já afirmado, entendemos que é bastante provável que Marighella tivesse relativa popularidade, sem os excessos enfatizados intencionalmente pelos seus biógrafos. De maneira geral, para tais autores, com maior ou menor ênfase, o grande feito de Marighella no Ginásio para ter se notabilizado foi ter respondido em versos a uma prova de Física. Ressalva-se, entretanto, que não há consenso nas obras em relação à nota que o exame recebeu, ou mesmo ao ano de sua realização, se em 1926 ou 1929. Segundo os autores, “o espírito inventivo, a irreverência diante da vida e a inteligência permitiram ao estudante Carlos proezas como responder provas em versos”¹⁹⁶. A avaliação de Física “ganhou nota 10 e ficou exposta num dos corredores da escola até

¹⁹⁴ Segundo Marly Gomes Vianna a aproximação do PCB com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que fora fechada em julho de 1935, reforçava um viés conspirador e uma possível luta armada no Brasil. No entanto, as insurreições em Natal, Recife e Rio de Janeiro tiveram motivações diferentes e sem prévia organização. O PCB não planejou tais insurreições, mas acabou por participar e a partir de então a perseguição aos membros do partido foram intensificadas, levando grande parte dos membros e da direção partidária ao cárcere. Ver: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Araújo. (Org). *A formação das tradições*. (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 331-364.

¹⁹⁵ Os significados das palavras *popular* e *conhecido* podem ser visualizados no *site* do Dicionário Aurélio, a saber: <https://dicionariodoaurelio.com> Acessado em: 27 abr. 2016.

¹⁹⁶ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 128.

1965, como exemplo de inteligência e criatividade”¹⁹⁷. Tal prova “ficaria notória [...] e protegida por uma moldura envidraçada, como exemplo para os demais estudantes”¹⁹⁸. “Embevecidos, os colegas [...] publicaram o exame no jornal de estudante *O cenáculo* e pregaram uma cópia no mural. Pouco lhes importou que não fosse nota 10. Nenhuma prova merecera tamanha aclamação no Ginásio da Bahia”¹⁹⁹. Tanto foi o sucesso, que a avaliação “fora comentada da Rua Chile ao Mercado Modelo”, o que fez com que Marighella ficasse “conhecido em Salvador”²⁰⁰.

A prova de Física, respondida em 1929, foi transcrita na matéria sobre a prisão de Marighella em 1936, que já citamos. Nesta reportagem, foi afirmado que tal exame causara “sensação” no colégio, o que ratifica as informações dos biógrafos, porém, é importante ressaltar que o *A Tarde* teve acesso ao “interessante registro da passagem de Carlos Marighella” por meio do jornal dos estudantes *O Cenáculo*²⁰¹. Ainda acerca desta prova, em entrevista contida na biografia *Carlos, a face oculta de Marighella*, Jacob Gorender²⁰², que estudou no Ginásio da Bahia a partir de 1934²⁰³, afirmou que “nunca tinha ouvido falar” de tal prova, mas que não descartava a possibilidade dela ter sido realizada na Escola Politécnica, ao invés do Ginásio. Já em relação à possível fama de Marighella na Bahia, Gorender afirmou: “eu só vim saber dele quando iniciei a militância no PC, Partido Comunista”, a partir de 1942. “Antes disso não o conhecia, não tinha ouvido falar nele”²⁰⁴.

A partir do cruzamento do depoimento de Jacob Gorender, com a reportagem do jornal *A Tarde*, acreditamos que a famosa prova não tenha ficado exposta no colégio até 1965. Afinal, é plausível que a matéria que reproduziu o exame em suas páginas informasse, também, se o mesmo estivesse à mostra até aquela data. Além disso, sem perder de vista a possibilidade de ressignificação da memória, é razoável que Jacob

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 22-24.

¹⁹⁹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 53.

²⁰⁰ Ibidem, p. 62-63.

²⁰¹ MARIGHELLA e a sua agitada vida... op. cit., p. 2.

²⁰² Jacob Gorender nasceu em Salvador – Bahia, em 1923. cursou Direito na década de 1940 e ingressou no PCB em 1942. Lutou na Segunda Guerra Mundial e após deixar o PCB fundou, junto com Mário Alves e Apolônio de Carvalho, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) durante a ditadura civil-militar. Historiador e jornalista, Gorender escreveu alguns livros importantes, dentre eles, *Combate nas Trevas* em 1987. Faleceu em 2013, aos 90 anos.

²⁰³ *Pastas de ex-estudantes*. Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Salvador.

²⁰⁴ GORENDER, Jacob. *Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior*. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 276.

Gorender, durante os anos em que estudou naquela instituição, tivesse, em algum momento, visto a prova em exibição. Desta forma, nos parece que Emiliano José e Edson Teixeira da Silva Júnior, ao afirmarem que a prova ficou exposta até 1965, tiveram a intenção de mostrar que as ações de Marighella serviam de exemplo aos demais desde sua juventude.

Ainda sobre a referida prova, parece ser exagero de Mário Magalhães afirmar que ela fora comentada pela cidade e que isto fizera de Marighella alguém conhecido para além dos muros do colégio. Cremos que a repercussão da prova tenha alcançado dimensão e público bastante restrito, haja vista o limitado universo estudantil daquela época, principalmente do Ginásio, já discutido. Além disso, entendemos que Mário Magalhães ao abordar a repercussão da prova no Ginásio, afirmando que foram os colegas que pregaram uma cópia no mural e publicaram no jornal estudantil, eximindo qualquer possível participação de Marighella nos feitos, pretendeu atribuir relativa idolatria dos colegas em relação a ele, e com isso demonstrar a notoriedade do biografado desde aquele período.

Para inferirmos acerca da repercussão da prova feita por Marighella, o depoimento de Jacob Gorender foi importante, ainda que dado seis décadas após ele ter estudado no Ginásio. Este e outros depoimentos foram fundamentais para os biógrafos construir os textos sobre o comunista, fazendo com que a memória fosse matéria-prima essencial para tais obras. Por utilizarmos algumas dessas declarações, entendemos ser pertinente fazer breves considerações acerca da memória e suas ressignificações. Assim sendo, é propício enfatizar que “quando falamos em memória, não falamos de um ‘espelho do passado’, mas de um fato do presente, porque o conteúdo da memória pode ser o passado, mas a atividade de recordar, a atividade de contar a história do passado é uma atividade do presente”²⁰⁵.

Nesse sentido, não negamos a possibilidade das flutuações da memória e com isso a reelaboração do passado, tanto nas declarações de Gorender, quanto nas dos outros que estão neste trabalho. Utilizamos os depoimentos como importantes vestígios

²⁰⁵ PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. (Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza-CE, 13 jul. 2009. Transcrição de Luiz Henrique dos Santos Blume. Trad. Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues). *Revista Mnemosine*. Departamento de Psicologia Social e Institucional – UERJ. Vol. 6, n. 2, (2010). p. 11. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/> Acessado em: 28 jul. 2015.

para acessar elementos do passado e tantas quantas foram às vezes possíveis de cruzamentos com outras fontes, o fizemos. Nos casos em que não houve a possibilidade de fazermos tais cruzamentos, não descartamos a utilização da memória neste trabalho, pois entendemos que tanto com essa, quanto com as demais fontes, cabe a desconfiança e o olhar crítico inerente ao historiador. Ademais, cabe lembrar que não há hierarquia entre as fontes, sendo todas elas carregadas de verdades relativas e mentiras sinceras.

Acerca do fazer historiográfico sem hierarquizar ou ter preconceitos com as fontes, cabe o ensinamento do importante historiador francês Marc Bloch, ao escrever que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”²⁰⁶. Nesse sentido, a utilização da memória é reiterada, com a ciência de toda sua fluidez, singularidade e subjetividade. Ratificando a validade da memória e em defesa dela, Paul Ricoeur afirma: “Para falar sem rodeio, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela”²⁰⁷.

Decerto que dentre as características da memória está a sua construção social²⁰⁸ e a possibilidade de manipulação consciente ou inconsciente²⁰⁹, o que suscita a discussão sobre produção de conhecimento histórico por meio da apropriação da memória, assim como as aproximações e distanciamentos entre história e memória. Sobre o tema, Pierre Nora buscou distinguir história e memória, afirmando que a “memória é múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal”. Para o autor, sendo a memória “vulnerável a todos os usos e manipulações”, em constante evolução, suscetível à mudança e à transformação, cabe à história desconfiar e suspeitar dela, o que “demanda análise e discurso crítico”²¹⁰.

²⁰⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 79.

²⁰⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 40.

²⁰⁸ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

²⁰⁹ LE GOFF, Jacques. op. cit., p. 426.

²¹⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo. V. 10, Dez. 1993. p. 8-12. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acessado em: 28 jan. 2015.

Ciente desta necessidade de criticidade, tendo em vista que “a memória é, em parte, herdada”²¹¹, se torna importante a análise de uma declaração de Clara Charf a respeito da juventude de Marighella. Embora não o conhecesse à época, Charf afirmou que Marighella era “muito rebelde” e que “participou de protestos contra a não inclusão de negros *na* escola”²¹². Levando em consideração que as referências sobre a vida estudantil de Marighella são direcionadas, essencialmente, para o período em que ele estudou no Ginásio da Bahia, percebemos o caráter problemático da declaração de Charf, haja a vista que Déborah Lima, em sua pesquisa, indica que havia negros naquela escola²¹³. Ademais, sem aprofundar na questão, podemos afirmar que o próprio Marighella era negro, ainda que ele se descrevesse como mulato²¹⁴.

A referida declaração de Charf foi importante para embasar Cristiane Nova e Jorge Nóvoa acerca do período em que Marighella estudou no Ginásio. Ao enfocarem na personalidade combativa do estudante secundarista, os autores afirmam que Marighella “tinha um espírito contestador também. Protestava contra tudo que não achava correto, como por exemplo, a não inclusão de negros em *determinadas* escolas”, além disso, “seu espírito subversivo mostrava-se já nas poesias”²¹⁵. Nota-se que os autores atestam o caráter contestador de Marighella no Ginásio, em grande medida, a partir do depoimento de Charf. No entanto, provavelmente a par de que no Ginásio havia negros, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa optaram em atenuar a referida declaração, porém sem esvaziar seu conteúdo. Assim sendo, ao se referirem ao possível protesto de Marighella contra a segregação racial “na escola”, os autores afirmam que a dita reivindicação era contra “determinadas escolas”.

Diante do exposto, percebe-se a dificuldade em se trabalhar com uma fonte tão importante e vulnerável que é a memória. Ao mesmo tempo, em relação à biografia em questão, nota-se que para afirmar que Marighella era contestador desde sua juventude, os autores optaram em atenuar a declaração de Charf, em vez de colocá-la em suspeição. Posto isso, ratifica-se a necessidade da História não renunciar a crítica, seja

²¹¹ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. op. cit., p. 204.

²¹² CHARF, Clara. op. cit., p. 434. (grifo nosso)

²¹³ LIMA, Déborah Kelman de. op. cit., p. 116-117.

²¹⁴ Ressaltamos que a acepção de negritude para a época era muito complexa, sendo que o próprio Marighella se declarava mulato. No entanto, a partir de inúmeros estudos realizados nas últimas décadas em que se tem potencializado as ações afirmativas, e que a concepção de negro está integrada aos demais afro-brasileiros, em uma perspectiva multi-racial, entendemos Marighella como negro.

²¹⁵ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 44. (grifo nosso).

em relação à memória, a biografia ou qualquer outra fonte, ainda que esta constante crítica não signifique retirar da história seu caráter subjetivo.

1.3.1 Professor Carlos Marighella

Carlos Marighella concluiu os cinco anos obrigatórios do ensino secundário para o acesso ao nível superior em 1929, no Ginásio da Bahia. Embora o colégio baiano tivesse relativa autonomia em relação ao Colégio D. Pedro II, do Distrito Federal²¹⁶, por ser equiparado a ele, seguia as regulamentações do Governo Federal. Assim sendo, o sexto ano do curso secundário era opcional para o estudante que quisesse se bacharelar em Ciências e Letras e com isso, atuar como professor²¹⁷.

Os estudantes que optaram por se bacharelar em Ciências e Letras desde 1925 não tinham mais “preferência nas nomeações para o magistério”, sendo que a partir de então, eles teriam o direito “em igualdade de condições em concurso, ao provimento ao cargo de professor do Ginásio”²¹⁸. A perda do privilégio, que durou três décadas, não impediu Carlos Marighella e outros 73 estudantes de se matricularem no sexto ano em 1930²¹⁹, para participarem da penúltima turma do curso que foi extinto no ano seguinte²²⁰.

Os setenta e quatro estudantes que se matricularam no Bacharelado de Ciências e Letras em 1930 equivalem a aproximadamente 75% dos cento e um estudantes do quinto ano, em 1929, no Ginásio²²¹. Decerto que a escassez de dados a respeito da quantidade de matrículas em outros períodos nos impede de inferir se tal percentual era recorrente, no entanto, é plausível especular que cursar um ano a mais fosse relativamente comum, haja vista que o bacharel se habilitava à docência. É factível que a realização do curso pode ter sido estimulada pelo fato destes bacharéis poderem atuar

²¹⁶ LIMA, Déborah Kelman de. op. cit., p. 66.

²¹⁷ BRASIL. *Decreto nº 16.782-A*, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782a.htm. Acessado em: 27 dez. 2015.

²¹⁸ BAHIA. *Lei 1.846*, de 14 de agosto de 1925. op. cit.

²¹⁹ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Salvador.

²²⁰ LIMA, Déborah Kelman de. op. cit., p. 66.

²²¹ *Pastas do ex-estudantes*. Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Salvador.

no ensino secundário, diferentemente dos docentes do primário formados pelas Escolas Normais²²², o que garantia a eles melhores condições salariais²²³. Ao mesmo tempo, entendemos que se bacharelar era um caminho para os que não podiam pagar os custos nas três faculdades existentes à época, aliado ao fato de que não havia vagas suficientes para todos os oriundos do ensino secundário naquelas faculdades. Dentre muitas outras, consideramos a possibilidade de que muitos realizavam o curso sem cogitar atuar na docência, haja vista que numa sociedade com alto índice de analfabetos, mesmo para aqueles que não fossem realizar o curso superior, era garantido algum status e oportunidade profissional diversa, simplesmente por ser Bacharel em Ciências e Letras.

Quando Marighella fez o bacharelado, o ensino primário era dominado por professoras, enquanto a docência no ensino secundário era majoritariamente masculina. Segundo Déborah Lima, apenas em 1927 as mulheres começaram a lecionar no Ginásio da Bahia, a partir da contratação da bacharela em Ciências e Letras Heddy Peltier dos Santos Cajueiro. Entre o ano desta admissão e 1942, vinte e uma professoras foram contratadas no Ginásio, porém nenhuma era concursada. Por outro lado, entre 1924 e 1942, foram contratados ou concursados, cento e dezoito professores²²⁴, o que denota um traço do patriarcalismo vigente à época nos concursos do Ginásio. Ademais, não ter professoras concursadas ampliava a desigualdade entre homens e mulheres docentes, afinal o(a)s professore(a)s contratados recebiam salários bem menores do que os professores concursados²²⁵.

É nesse contexto em que a docência no ensino secundário era normalmente ocupada por homens, que Marighella se bacharelou. Sobre a realização deste curso, apenas a biografia de Mário Magalhães aborda a questão, porém, sem atribuir qualquer relevância ao fato. Segundo o autor, Marighella “ao colar grau, em março de 1931, obteve o título de bacharel e se habilitou para ser professor do ensino ginasial”²²⁶, sem nada mais escrever a respeito. Se por um lado há um grande silenciamento por parte das biografias sobre este período, por outro, entendemos que Marighella ter se tornado

²²² BAHIA. *Lei 1.846*, de 14 de agosto de 1925. op. cit.

²²³ Idem.

²²⁴ LIMA, Déborah Kelman de. op. cit., p. 79-82.

²²⁵ Segundo Déborah Lima, os professores contratados recebiam, em 1930, aproximadamente 35% do valor do salário do professor concursado. No entanto, a Lei 1846/1925 estabelecia que o professor contratado recebia 65% do salário de um professor concursado. Embora haja diferença nos percentuais apresentados, inegavelmente os professores contratados recebiam menos do que os concursados.

²²⁶ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 50.

professor seja relevante na história dele, mesmo que não tenha atuado profissionalmente em escola formal. Certamente que não podemos inferir sobre os motivos para sua decisão de se tornar professor, no entanto, é possível especular a respeito. Diante da infinidade de possibilidades, pode ter sido a aptidão pela profissão; para garantir uma ocupação, em caso de insucesso no vestibular; para ajudar no orçamento doméstico; por ser prática recorrente entre os alunos; para ter mais conhecimento; para ter independência financeira; ou nenhuma destas opções.

Embora esteja evidente a impossibilidade de saber a motivação de Marighella, as biografias para exaltar algumas características dele, enquanto estudante, abordaram sua aptidão em ensinar. Cabe ressaltar que não concordamos com a perspectiva de atribuir sentido único à sua vida, afinal, são inúmeras as variáveis para as escolhas das pessoas, e sabemos que quase nenhuma criança que brincou de ser astronauta ou piloto de Fórmula 1 esteve num ônibus espacial ou num carro de corrida. Ainda assim, utilizaremos o que fora escrito sobre Marighella para versar acerca de uma possível aptidão dele com o ato de ensinar, além da própria docência realizada ao longo dos anos.

De uma forma geral, foi afirmado que Marighella, na condição de estudante secundarista, “dava lições de matemática aos vizinhos”²²⁷, e que “mesmo que não fosse às aulas era procurado pelos colegas para explicar os pontos da matéria”²²⁸. Segundo Tereza Marighella, após se bacharelar e concomitantemente ao estudo no curso de Engenharia, Carlos dava aulas particulares. Na entrevista concedida a Silva Júnior, a irmã de Marighella disse que em consequências destas aulas, ele “ganhava um dinheirinho lá em Salvador, e começava a comprar por conta dele mesmo”²²⁹ seus livros. Corroborando com esta declaração, o depoimento de Clara Charf a Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, no qual afirmou que Marighella “dava aulas para muitos filhos de famílias ricas, pois era muito bom em matemática”²³⁰. Tais depoimentos nos indicam que após se bacharelar, Marighella atuou como professor, embora não tenha sido em escola formal, muito provavelmente, porque no ano posterior à conclusão do bacharelado ele iniciou o curso de engenharia.

²²⁷ Ibidem, p. 46-47.

²²⁸ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 26.

²²⁹ Ibidem, p. 195.

²³⁰ CHARF, Clara. op. cit., p. 435.

Em outras passagens nas biografias, não de maneira efusiva, percebemos a atuação docente de Marighella. Quando esteve preso na Ilha de Fernando de Noronha a partir de 1940 e, posteriormente, na Ilha Grande, Marighella e outros comunistas criaram uma organização denominada Coletivo, que “tinha o objetivo de tornar a vida na cadeia mais confortável e de obter maior força de reivindicação junto à administração”²³¹. O referido Coletivo “desenvolvia um trabalho cultural, educativo, esportivo e, como não poderia deixar de ser, político”²³². Por isso, criou uma “universidade popular, onde se alfabetizavam os presos que ainda não sabiam ler e escrever, e difundiam-se outros conhecimentos gerais e políticos”²³³.

Segundo Noé Gertel²³⁴, nesta “universidade popular”, Marighella era um “excelente professor”, e ensinou português e matemática²³⁵. Cristiane Nova e Jorge Nóvoa acrescentam que Marighella também era responsável pelas aulas “de caráter mais político-filosófico”²³⁶. Para Edson Teixeira da Silva Júnior, Marighella se destacou entre os professores e além de português e matemática, ministrava “História do Brasil”²³⁷. Ainda acerca da docência de Marighella neste período, Mário Magalhães afirma que na universidade que sistematizou “aulas e palestras”, o comunista baiano aplicava a “didática que estudara no Ginásio da Bahia e o traquejo de professor particular”²³⁸. Nota-se que as obras biográficas, baseadas em diversos depoimentos, apresentaram a atuação de Marighella como professor no período em que esteve preso na Ilha de Fernando de Noronha e na Ilha Grande. No entanto, não foi cogitado nas biografias que o ato de ensinar pudesse ter importância para Marighella. Para os biógrafos, o essencial a ser ressaltado era a atividade política dos comunistas no período em que estavam presos, além de valorizar as ações do biografado. Sem negar a importância política da “universidade”, entendemos que as informações apresentadas sobre a atuação docente, ainda que ocasional, corroboram com a perspectiva de que ensinar era importante para Marighella.

²³¹ Ibidem, p. 51.

²³² SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 73.

²³³ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 51.

²³⁴ Noé Gertel nasceu em 1914 e entrou no PCB em 1931, quando era estudante de Direito. Conheceu Marighella em 1937 na cidade de São Paulo, e estiveram presos a partir em 1942 na Ilha Grande. Faleceu em 2002 aos 87 anos.

²³⁵ GERTEL, Noé. *Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior*. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 323.

²³⁶ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 52.

²³⁷ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 77.

²³⁸ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 123.

Ainda sobre este período em que Marighella esteve encarcerado, cabe ressaltar a busca constante dos biógrafos em exaltarem o comunista baiano. Segundo Mário Magalhães, a criação da “universidade” foi a “melhor ideia” de Marighella em Fernando de Noronha, sendo esta acatada pelo Coletivo²³⁹. No entanto, nas entrevistas disponibilizadas em *Carlos Marighella: o homem por trás do mito* e *Carlos, a face oculta de Marighella* não foi mencionada que tal ideia partiu de Marighella. Ademais, Noé Gertel, em uma perspectiva pluralista, afirmou: “criamos uma universidade”²⁴⁰. Independentemente de quem tenha sido a ideia, tal ação foi demasiadamente interessante, porém, na busca por dar maior protagonismo a Marighella, Mário Magalhães particulariza algo que, segundo os depoimentos, teve um caráter plural e colaborativo.

Nas outras biografias também é possível verificar a exaltação a Marighella, quando, por exemplo, foi afirmado que ao chegar a Fernando de Noronha o “Coletivo já estava funcionando. No entanto, logo sua presença se mostrou marcante, em função do seu carisma e da sua facilidade de comunicação e liderança”²⁴¹. Nos momentos de festas, alegria e descontração, “Marighella era dos mais divertidos, dos que mais riam, dos que mais contavam piadas”²⁴². Ademais, “Marighella era um dos artesãos de maior destaque”, tal qual como acontecia quando ensinava²⁴³. Certamente que não nos cabe questionar ou negar as características da personalidade do comunista baiano, no entanto, percebe-se pelos exemplos, que de forma semelhante a outros momentos da vida dele, os biógrafos tiveram a intenção de atribuir grande protagonismo ao biografado em qualquer situação. Ao percorrer os textos, temos a nítida impressão que Marighella era bom em absolutamente tudo o que fazia, sendo sempre admirado pelos demais.

Retornando à discussão sobre a importância da docência na vida de Marighella, o fato dele ter se bacharelado foi relevante, até em sua defesa, relativa à prisão ocorrida no Rio de Janeiro em 1936. Durante o processo, em 1937, Marighella se negou a assinar a folha de qualificação, afirmando que o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), cessado o estado de guerra, não tinha mais competência para iniciar seu processo. Em

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ GERTEL, Noé. *Marighella na Ilha Grande de esperanças*. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 426.

²⁴¹ Ibidem, p. 51.

²⁴² JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 154.

²⁴³ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 75-76.

consequência, o juiz solicitou ao presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que designasse um defensor, dispensando Marighella das demais audiências. O indicado foi Ulysses Moreira Senna, que na peça processual escreveu que para Marighella militavam “em favor de sua absolvição os mais eloquentes motivos”, discorrendo os argumentos de defesa. Embora o advogado não atribuísse este como um dos motivos explícitos para a absolvição, fez questão de salientar que ele havia se bacharelado em Ciências e Letras, na busca por descaracterizar sua atuação comunista²⁴⁴. Decerto que em um período em que era necessário ter uma profissão para ser considerado “homem de bem”, se bacharelar foi importante, inclusive, para sua proteção diante das investidas policiais durante a realização das atividades comunistas.

Ainda que Marighella tenha vivido durante grande parte de sua vida com o soldo do PCB e sua principal atividade era a de “revolucionário profissional”, entendemos que se pode considerar Marighella como professor pelo que foi acima exposto. O simples fato dele se bacharelar já lhe garantia tal prerrogativa, além disso, Marighella, segundo os depoimentos, teve de fato atividade docente, seja como professor particular ou mesmo quando esteve preso. Aliado a estes, outro fator tão importante quanto os demais para denominá-lo desta forma, é a autoidentificação. Após quase seis anos encarcerado, passando por celas, a partir de 1939, em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Ilha de Fernando de Noronha e Ilha Grande, Marighella foi anistiado em abril de 1945, durante o processo de abertura política. Com a legalidade do PCB, seus membros puderam fazer a carteira do partido, e nesta, o baiano se identificou profissionalmente como professor²⁴⁵. Em outro documento, na condição de deputado federal, Marighella preencheu o campo relativo à profissão, em sua Declaração de Rendimentos de 1947, da seguinte forma: “Professor (atualmente deputado federal)”²⁴⁶. Não foram apenas estes os documentos que Marighella se identificou de tal forma, por isso, entendemos ser justo acrescentar aos muitos adjetivos que Carlos Marighella carrega, o de professor. Para nós, além de comunista, revolucionário, guerrilheiro, escritor, poeta ou herói,

²⁴⁴ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.OPCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

²⁴⁵ *Carteira do Partido Comunista do Brasil*: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

²⁴⁶ *Declaração de Imposto de Renda (1947)*: Documentação do Partido Comunista do Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

dentre tantos, chamá-lo de professor é também caracterizá-lo, afinal, Marighella, além de ter ensinado em algum momento de sua vida, assumia tal identidade.

É certo que esta defesa de Marighella, como professor, não precisaria ser feita caso ele tivesse optado em seguir a carreira docente após se bacharelar. No entanto, meses após concluir o bacharelado, Marighella deu início a outra jornada em sua vida, que foi cursar Engenharia na Escola Politécnica. Na condição de acadêmico, foi preso pela primeira vez, fez política na faculdade e iniciou sua militância no PCB, sendo estes os temas que serão abordados no próximo capítulo.

Figura 4 – Carteira do Partido Comunista do Brasil (1945)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 5 – Declaração de Rendimentos (1947)

A photograph of a tax declaration form from the Ministério da Fazenda, Divisão do Imposto de Renda, dated 1947. The form is titled 'DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PESSOA FÍSICA' and is for the year 1946. It contains the following handwritten information: Name: Carlos Marighella; Residence: Rua Almirante Alexandrino, 34; Address: Rua da Glória, 52; Locality: Distrito Federal; Profession: Professor (atualmente deputado federal); Age: 35 anos; Civil Status: solteiro. The form also includes a stamp for 'ESCLARECIMENTOS' and a box for 'N.º Declaração' with the number 64/1622. The text 'O contribuinte não deve escrever neste espaço' is printed on the form.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II

Atuação acadêmica e comunista nos anos 1930

*O mulato baiano, mini e manual
Do guerrilheiro urbano que foi preso por Vargas
Depois por Magalhães
Por fim, pelos milicos
Sempre foi perseguido nas minúcias das pistas
Como são os comunistas?*

Caetano Veloso. *Um comunista.*

Salvador, a mais antiga cidade brasileira, no início da década de 1930 era a quarta capital mais populosa e um dos principais centros urbanos do país, com aproximadamente trezentos mil habitantes²⁴⁷. A cidade, centro político e educacional do estado da Bahia, contava com uma escola pública de ensino secundário²⁴⁸ e três faculdades, das quais, duas eram privadas. Embora os índices de alfabetizados fossem melhores em relação ao estado, a população de Salvador era majoritariamente pouco instruída, o que certamente propiciava aos que tinham maior escolaridade projeção na sociedade baiana. A pouca instrução da maioria da população se devia, em grande medida, ao pouco acesso às salas de aula e à pobreza característica da cidade, que tinha nas atividades comerciais sua grande força motriz. Politicamente, não apenas a cidade e o estado, mas também o país se encontrava em um período conturbado, devido a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República por meio da Revolução de 1930.

Neste período instável da política brasileira, Carlos Marighella começou estudar Engenharia Civil em Salvador e a se envolver politicamente sobre os rumos da Bahia e do país. Em decorrência da sua atuação estudantil e política, aos vinte anos foi preso pela primeira vez, experimentando a truculência policial característica. Dois anos após esta prisão, em 1934, Marighella entrou para o PCB, partido em que militou e foi dirigente por cerca de três décadas. Naquele ano, a agremiação comunista dava seus

²⁴⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Regional, Parte XII - Bahia, TOMO 1. Rio de Janeiro, 1950.

²⁴⁸ Como discutido, excluímos de nossa análise as escolas secundárias profissionalizantes, além da “Escola Normal”, que tinha por finalidade a formação de professores para o ensino primário. O Ginásio da Bahia era a única escola secundária pública a ter o ensino voltado ao acesso ao nível superior.

primeiros passos na Bahia, e por ter poucos meses de organizada, era mínima a quantidade de militantes em suas fileiras. Decerto que a primeira metade da década de 1930 foi marcante na vida de Marighella, inclusive, pela decisão dele de entrar para PCB, por isso, percorreremos alguns dos caminhos do então estudante de Engenharia durante aquele período.

2.1 Estudantes encarcerados - “Se protesto... A cadeia é iminente!”

Em 22 de agosto de 1932, quando tinha 20 anos e cursava o 2º ano de Engenharia, Carlos Marighella foi preso em uma manifestação política protagonizada por acadêmicos. No presídio, o estudante da Escola Politécnica escreveu a paródia *Vozes da Mocidade Acadêmica* e afirmou: “Se protesto... A cadeia é iminente!”²⁴⁹, demonstrando a falta de liberdade política dos baianos no início dos anos de 1930. O protesto ocorrido na Bahia que levou Marighella junto com mais de quinhentas pessoas à prisão se relaciona ao contexto político que o Brasil vivia a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder dois anos antes.

Em 1930, a Aliança Liberal (AL), um grupo heterogêneo que tinha em sua órbita políticos que faziam oposição sistemática ao governo federal; outros conhecidos como “oligarcas dissidentes”, que estavam descontentes com o processo de sucessão presidencial; assim como os “tenentes”²⁵⁰, lançou Getúlio Vargas como candidato a presidente nas eleições daquele ano²⁵¹. Segundo Dulce Pandolfi, Getúlio e o grupo heterogêneo que representava, diante da derrota eleitoral e da inconformidade com o resultado, depuseram o Presidente Washington Luiz, no movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930. Em consequência, em novembro daquele ano, Vargas “assumiu a chefia do Governo Provisório da nação”, e passou a governar o país através de decretos-lei, após tomar como primeiras medidas: o fechamento do

²⁴⁹ MARIGHELLA, Carlos. *Poemas: Rondó...* op. cit., p. 13-17.

²⁵⁰ Segundo Dulce Pandolfi, os tenentes eram “jovens oficiais do Exército que, a partir do início da década de 1920, tentavam derrubar o regime em vigor desde 1889 através das armas”.

²⁵¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os 1930: As incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano; V. 2. - O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* - 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 16-17.

Congresso Nacional e das Assembleias estaduais e municipais; a deposição dos governadores e a revogação da Constituição de 1891²⁵².

Em quase todos os estados, os interventores nomeados por Vargas não “tinham ligações com as forças políticas locais”, o que frequentemente gerava crises políticas. Tais crises fizeram com que os vinte estados da federação e o Distrito Federal fossem comandados por 94 interventores entre 1930 e 1935²⁵³. Na Bahia a situação não foi diferente, afinal, foram quatro interventores até 1931²⁵⁴, quando assumiu o comando do estado o jovem tenente cearense, Juraci Magalhães²⁵⁵.

Segundo Paulo Santos Silva, “a nomeação de Juraci Magalhães fora objeto de restrições, tanto por parte dos que se opuseram ao movimento de 1930 quanto pelos que o apoiaram. Contra o recém-nomeado, levantaram-se três objeções: ser jovem, militar e cearense”²⁵⁶. Entretanto, diferente dos seus antecessores, durante o período em que esteve no comando do executivo estadual, Juraci Magalhães conseguiu construir um grupo político em torno de si. Para tal, o interventor reconstruiu as “relações de poder em diferentes esferas”, desalojou antigos grupos dominantes e apoiou as oposições, culminando na organização do Partido Social Democrático (PSD)²⁵⁷. Em pouco tempo Magalhães conseguiu o apoio de políticos baianos, fazendo com que nas eleições para a Constituinte de 1933 fossem eleitos vinte deputados pelo PSD, ou seja, 90% da bancada que a Bahia tinha direito²⁵⁸. Fruto do apoio que construiu, Juraci Magalhães se elegeu, ainda que de forma indireta, governador da Bahia em 1935. Após romper com Getúlio Vargas em 1937, o governador deixou a chefia do executivo como uma das fortes lideranças políticas no estado, ratificando seu protagonismo político em 1945, com o processo de reabertura política²⁵⁹.

²⁵² Idem.

²⁵³ Ibidem, p. 18.

²⁵⁴ Antes de Juraci Magalhães, a Bahia teve como interventores: os militares, Custódio dos Reis Príncipe Jr. e Ataliba Osório. Em seguida, assumiram os civis, Leopoldo Amaral, professor da Escola Politécnica, e Arthur Neiva.

²⁵⁵ CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana*. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2005. p. 20.

²⁵⁶ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição*. Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1964). Salvador: EDUFBA, 2011. p. 27.

²⁵⁷ LIMA, Aruã Silva de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 - 1946)*. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2009. p. 24.

²⁵⁸ CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. op. cit., p. 20.

²⁵⁹ Ibidem, p. 10.

Antes mesmo de se consolidar como uma liderança política na Bahia, e talvez tenha sido este um dos motivos para tal consolidação, Juraci, desde quando era interventor, reprimia intensamente seus opositores. No estado, a mobilização pela construção de uma nova Carta Constitucional estava em curso desde 1931, tendo entre seus apoiadores, Octávio Mangabeira e outros políticos conhecidos. Embora não fossem necessariamente aliados, políticos de longa trajetória na Bahia, como J.J. Seabra, Simões Filho e João Mangabeira faziam oposição ao interventor depois de perderem o protagonismo político a partir de 1930²⁶⁰. Em 1932, com o aumento das críticas pela oposição e da campanha por uma nova constituição, foram intensificadas as intimidações à imprensa e as proibições de mobilização pública e de comícios pró-constituente. Segundo Patrícia Carvalho, Juraci reprimia seus opositores e mantinha o estado sob constante censura, ainda que negasse as agressões cometidas a jornalistas e órgãos de imprensa²⁶¹.

No bojo das manifestações a favor da criação de uma nova constituição, em julho de 1932, eclodiu em São Paulo a chamada Revolução Constitucionalista, considerada como a mais importante guerra civil do país, com combates que duraram três meses²⁶². Para Dulce Pandolfi, havia entre os paulistas a insatisfação com a política centralizadora de Vargas e com a lentidão das medidas que restaurariam o estado de Direito, por isso, os dissidentes paulistas pegaram em armas para exigir maior autonomia do estado e o fim do Governo Vargas²⁶³. No mês posterior ao início dos combates em São Paulo, ocorreu em Salvador, no dia 22, a ocupação da Faculdade de Medicina, feita essencialmente por estudantes em apoio ao movimento paulista. Segundo Ronaldo Jacobina, cerca de dez dias antes da referida ocupação, “houve uma sessão no Anfiteatro Alfredo Britto, da Faculdade de Medicina da Bahia”, com a presença de professores e acadêmicos de Medicina, Direito e Engenharia, “além de numerosos” estudantes do Ginásio da Bahia, em que o posicionamento dos presentes foi em apoio ao movimento constitucionalista. Naquela sessão, do dia 13 de agosto, usaram a palavra os “acadêmicos Emílio Diniz, Aloysio Netto, Portella Filho e Demosthenes Berbert, os quais, em nome dos discentes das Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito ratificaram o apoio dos seus colegas, pela causa que os reunia”. Além desses,

²⁶⁰ Ibidem, p. 47-48.

²⁶¹ Ibidem, p. 35.

²⁶² PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit., p. 25.

²⁶³ Idem.

Isnard Duarte Ferreira, Hermes Tavares e Pedro Bomfim, bem como o acadêmico de Engenharia Syndoro de Souza se posicionaram na sessão a favor da “reconstitucionalização imediata” do país²⁶⁴.

Dias após esta sessão, aconteceu a greve dos estudantes do Ginásio da Bahia, que foi importante para a ocupação na Faculdade de Medicina. No dia 15 de agosto, os estudantes secundaristas se negaram a responder as provas parciais que ocorreriam naquele dia, por isso, decidiram entrar em greve. Segundo a legislação, modificada no ano anterior, os estudantes eram obrigados a responder duas provas, a primeira em maio e a segunda em julho. No entanto, os estudantes afirmaram que com três dias de antecedência foram “surpreendidos com a exigência” de responderem, de uma vez, as duas provas que não haviam sido realizadas até então. Insatisfeitos com o posicionamento da direção do Ginásio frente à questão, os estudantes enviaram telegramas ao Ministro da Educação na semana que antecedeu o movimento, pleiteando a dispensa da prova. Todavia, só depois de informado sobre o início da greve, o superintendente do Ensino Secundário, Paulo Assis Ribeiro, respondeu as correspondências, determinando a aplicação com urgência das provas de julho, e que após esta os interessados deveriam requerer dispensa das provas de maio. Diante da situação no Ginásio, o superintendente finalizou o telegrama “rogando” por “informações urgentes” sobre o caso. Decerto que a deflagração do movimento repercutiu entre os políticos em Salvador, tanto, que na mesma manhã em que foi iniciado, o Conselheiro Correia de Menezes, secretário do Interior, foi ao colégio na tentativa de dissuadir os alunos em relação à greve, que era vista por parte dos professores como infundada²⁶⁵.

A determinação do superintendente em manter as provas não agradou os estudantes, assim sendo, no dia posterior à deflagração, o movimento ganhou corpo e os estudantes tomaram as chaves do encarregado de abrir o colégio, subtraindo as cadernetas de notas dos alunos. Com a inflamação dos ânimos, foi veiculado que as estudantes estavam sendo coagidas pelos colegas a não entrarem no Ginásio. Em consequência a tal veiculação, uma “comissão de mais de duas dezenas” de estudantes

²⁶⁴ JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia* (2008): Os Professores encantados, a visibilidade dos Servidores e o protagonismo dos Estudantes da FAMEB. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia/UFBA, 2013. p. 438.

²⁶⁵ UM MOVIMENTO grevista no Ginásio da Bahia. *A Tarde*. Salvador, 16 ago. 1932. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

foi aos jornais *A Tarde* e *Diário de Notícias*²⁶⁶ com o intuito de desmentirem tal informação, afirmando serem “solidárias com os nossos colegas por um sentimento muito nosso e [que] não [foram] levadas por nenhuma coação”. As afirmações e a postura das estudantes fizeram com que o jornalista escrevesse que a “atitude das moças, nessa questão, era tanto ou mais firme que a dos rapazes”²⁶⁷.

Em decorrência do movimento grevista, dias após seu início, Gelásio de Abreu Farias pediu exoneração do cargo de diretor do colégio²⁶⁸. Após a mudança na direção do colégio, no quinto dia de greve, o Governo emitiu um comunicado “para os senhores pais e responsáveis pelos alunos do Ginásio da Bahia para a resolução tomada, de prosseguirem as provas parciais”. Segundo a nota, a realização das provas era uma “demonstração do desejo de atender as pacíficas aspirações dos estudantes manifestadas ao Governo, por intermédio de uma comissão de alunos”. Neste comunicado o Governo não escondeu a truculência estatal característica e ameaçou aqueles que tentassem continuar o movimento, ao afirmar que “o governo declara que dará absolutas garantias aos que quiserem se submeter às provas a que são obrigados por dever regulamentar, punindo energeticamente os que tentarem impedir a entrada dos companheiros”²⁶⁹.

De acordo com a nota citada, na segunda-feira, 22 de agosto, após uma semana de greve, os alunos do Ginásio deveriam realizar as provas parciais. No entanto, o movimento persistiu, o que levou o Governo a cumprir a promessa de *punir energeticamente* os secundaristas grevistas. Com a violência empreendida contra os estudantes do Ginásio, os acadêmicos usaram tal fato como justificativa para, naquele dia, se sublevarem e ocuparem a Faculdade de Medicina. Cabe mencionar que, na semana anterior, os acadêmicos de Medicina se declararam simpáticos ao movimento paulista de reconstitucionalização imediata do país e pretendiam “fazer uma passeata pelo centro da cidade”, porém, foram dissuadidos da ideia pelo diretor da faculdade, Aristides Novis²⁷⁰.

²⁶⁶ A GREVE dos estudantes do Ginásio da Bahia. *Diário de Notícias*. Salvador, 17 ago. 1932. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

²⁶⁷ INALTERADA a greve do Ginásio da Bahia. *A Tarde*. Salvador, 17 ago. 1932. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

²⁶⁸ A DIREÇÃO do Ginásio da Bahia. *A Tarde*. Salvador, 19 ago. 1932. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

²⁶⁹ O CASO do Ginásio. *A Tarde*. Salvador, 20 ago. 1932. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

²⁷⁰ JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. op. cit., p. 439.

Naquela manhã do dia 22, acadêmicos, ginasianos, professores e “pessoas estranhas à Faculdade” ocuparam o prédio, sendo “arvorado, antes do meio dia, um pano branco com os seguintes dizeres, escritos a tinta azul *Faculdade Livre*”²⁷¹. Horas após o início da ocupação, à tardinha, os ânimos se acirraram nas imediações da Faculdade de Medicina, a ponto de ter ocorrido um tiroteio, que matou uma pessoa e deixou cinco feridas, incluindo um estudante de Odontologia. Às vinte e duas horas, cercados e diante da iminência das forças repressivas invadirem o prédio, os estudantes se entregaram, mais de dez horas após o início do movimento. Ao final da ocupação, foram presos sete professores e quinhentos e quatorze estudantes²⁷², entre eles, Carlos Marighella. Segundo o *Diário de Notícias*, em razão da ocupação, “o Terreiro [de Jesus, onde estava localizada a faculdade] foi teatro de acontecimentos que repercutiram de modo lamentável na opinião pública”²⁷³.

Com a desocupação do prédio e a realização da perícia, foram encontrados nas portas e paredes, escritos contra o governo central e estadual e a favor de São Paulo. Ainda de acordo com a perícia, no interior da faculdade havia utensílios diversos destinados a agressões, como paus, pedras, tijolos e pedaços de ferros. Ademais, os estudantes, durante a ocupação, subtraíram do Instituto Nina Rodrigues doze fuzis, nove revólveres, oito pistolas, oito facas e duas espingardas. Mesmo diante deste cenário, dois dias após o movimento, e ainda na prisão, 173 estudantes assinaram um documento afirmando que a ocupação foi uma “manifestação de protesto público, porém pacífico, contra as violências que foram alvo, no mesmo dia pela manhã, os alunos e alunas do Ginásio da Bahia”. Além disso, os estudantes “declararam que, durante o período de anormalidades por que passa o país, não mais se reunirão para discussão de assuntos políticos”²⁷⁴. Acerca de tais declarações, cabe informar que após as prisões, comissões da Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e da Escola Politécnica participaram de audiências com o interventor, que “assumiu colocar os professores em prisão domiciliar

²⁷¹ OS ACONTECIMENTOS de ontem, na Faculdade de Medicina desta Capital. *Diário de Notícias*. Salvador, 23 ago. 1932. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

²⁷² ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA. *Bahia de Todos os Fatos: Cenas da vida Republicana 1889-1991*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1996. p. 141.

²⁷³ OS ACONTECIMENTOS de ontem... op. cit., p. 1.

²⁷⁴ *Inquérito Policial* (1932). Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana: Caixa 42, Pacote 01. Salvador.

e liberar os estudantes que assinassem um documento afirmando não estar envolvidos no complô para derrubar o governo”²⁷⁵.

Decerto que a assinatura de tal documento foi o meio necessário para que os estudantes fossem colocados em liberdade. Embora os acadêmicos tenham afirmado que o movimento foi apenas em solidariedade aos ginasianos e, conseqüentemente, tenham negado qualquer ligação com a situação política do país, no inquérito aberto para apurar as responsabilidades foi apontado que a ocupação tinha sido um ato político contra o Governo, e que o movimento dos alunos do Ginásio foi fundamental para o desencadear dos acontecimentos. Ainda que a ocupação tenha sido feita essencialmente por estudantes, a polícia entendeu que os acadêmicos foram manipulados, assim sendo, direcionou para outras pessoas a responsabilização pelo ocorrido.

Contribuiu para o entendimento de que os estudantes foram manipulados e que a greve do Ginásio tinha relação com o acontecimento, o depoimento feito pelo negociante José Padilha de Souza, no mesmo dia em que a Faculdade de Medicina foi ocupada. Na Secretaria de Segurança Pública, o negociante afirmou ter chegado ao seu conhecimento, dois dias antes, que no movimento do Ginásio da Bahia havia elementos exaltados, entre eles, estudantes, políticos e militares, e que estes perceberam a oportunidade para um levante visando “derrubar o interventor [...] abraçando a causa paulista”. Segundo José Padilha, diante da iminência do levante, “levou o fato ao conhecimento do Governo, que, dele inteirado, e dentro do seu espírito de prudência, cuidou de tomar providências acautelatórias”²⁷⁶. Ainda segundo este depoimento, o levante na Faculdade de Medicina ocorreria na manhã do dia 23, no mesmo momento em que o oficial-de-dia do 6º Batalhão sublevaria as praças sob seu comando. Ainda de acordo com Padilha, o motim teria como comandante o tenente Aroldo, que contaria com homens do Corpo de Bombeiro e com pessoas aliciadas e, após iniciado, “elementos do comércio, trabalhadores e políticos” iriam ao encontro dos estudantes. O negociante ainda acrescentou que foi descoberto pelos estudantes e por isso, ficou preso na faculdade “sob a alegação de que era espião”. Ademais, o dito espião afirmou que a maioria das pessoas que ocuparam o prédio era estudante, que “discutia o caso dos

²⁷⁵ JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. op. cit., p. 443.

²⁷⁶ *Inquérito Policial* (1932). Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana: Caixa 42, Pacote 01. Salvador.

ginasianos”, e que quando fugiu da faculdade, “soube da prisão das cabeças do movimento”.

Em linhas gerais, o depoimento de Padilha inocenta os estudantes do planejamento da ocupação, e apenas cita os estudantes Demétrio Moura e Júlio Costa por terem falado durante a ocupação. Entretanto, segundo o delator, o estudante de Medicina Luis Viana era um dos dirigentes do movimento e “vinha pregando a necessidade de pegar em armas contra o Governo”²⁷⁷. Ao que tudo indica, o delator se equivocou em relação à condição de estudante de Viana, afinal, segundo Luiz Henrique Dias Tavares, em decorrência do movimento, foi preso o advogado e jornalista Luis Viana Filho²⁷⁸, que se tornou governador da Bahia décadas depois, durante a ditadura civil-militar²⁷⁹.

Corroborando com o depoimento de Padilha acerca de um plano de derrubada do Governo a delação feita pelo 2º tenente do 6º BC, Octacílio Evaristo Monteiro, ao comandante do batalhão, Paulo Cordeiro de Melo, na manhã do dia 22. Segundo consta no inquérito, antes mesmo de ocorrer o levante, o tenente narrou que foi acompanhado pelo seu primo, Antônio Cavalcanti Mello, encontrar-se, no dia anterior, com Oswaldo Diniz Dantas de Aguiar, tenente; José Guimarães, funcionário do estado; Aroldo Ramos de Castro, tenente do Exército e com o líder dos acadêmicos, identificado posteriormente como Francisco Gomes, que era farmacêutico. Neste encontro, “passaram a combinar os planos de um movimento subversivo”, que aconteceria no dia 22, e que se “daria, primeiramente com arruaças de estudantes que sairiam à rua, onde contavam com engrossamento de suas fileiras com a massa de populares, a fim de fazer crer que não se tratava de um movimento militar, e sim do povo”²⁸⁰.

Ainda de acordo com o plano delatado pelo tenente Octacílio, e que se aproxima em grande medida com a delação de José Padilha, o tenente Diniz iniciaria a tomada do batalhão e, em seguida, passaria o comando para o tenente Aroldo. Segundo as

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. p. 394.

²⁷⁹ Mesmo que no inquérito não conste informações sobre a prisão de Luis Viana Filho, consideramos se tratar da mesma pessoa, pois o ex-governador também foi preso em decorrência do movimento de constitucionalista de 1932, entretanto, segundo Luiz Navarro de Brito, a referida prisão, que durou três dias, aconteceu na véspera da ocupação da Faculdade de Medicina. BRITO, Luiz Navarro de. *Luiz Viana Filho*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978. p. 16.

²⁸⁰ *Inquérito Policial* (1932). Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana: Caixa 42, Pacote 01. Salvador.

declarações do tenente Octacílio, outros quartéis se sublevariam, como o 19º BC e o Forte do Barbalho, e os militares atacariam o Palácio da Aclamação, que embora fosse “bem armado e municiado, [...] ninguém sairia com vida” do local. Vitoriosos, “aclamariam” o general Raymundo Barbosa como chefe do movimento e assumiria a interventoria do estado, Pimenta da Cunha. Segundo consta no inquérito, após saber do referido plano, o comandante do 6º BC prendeu o delatado, tenente Diniz, mantendo-o incomunicável, além de ter retirado dele, as “insígnias de oficial da Força Pública deste estado”.

Analisando o inquérito, percebemos que as duas delações, ainda que haja divergência em relação ao dia que aconteceria a referida ocupação, direcionaram a polícia para determinar quais eram os *verdadeiros culpados* da ocupação da Faculdade de Medicina e da tentativa de derrubada do governo. Decerto que as delações citadas serviram de subsídio para, ainda naquela segunda-feira, o Governo emitir uma nota afirmando que “há muito vinha sendo informado sobre a ideia que alimentavam os remanescentes da velha politicagem [...] de perturbarem a ordem pública”. Neste comunicado, afirmou-se, ainda, que as autoridades poderiam ter prendido a qualquer momento os responsáveis, mas aguardaram a “oportunidade de desmascará-los perante a opinião pública baiana”. A nota afirma, por fim, que a “mocidade acadêmica foi elemento de fácil exploração [...] e agirá com energia contra os verdadeiros culpados, isentando de culpa os explorados”²⁸¹.

Ainda baseado na delação do tenente Octacílio, três dias após o início das investigações, o Governo publicou outra nota, na qual afirmava que antes mesmo do levante na Faculdade de Medicina ocorrer, já tinha sido feita “denúncia clara, precisa [que] homens maus tramavam contra a ordem pública”. Embora o motim tivesse ocorrido naquela semana, o Governo informou a população quais eram os principais responsáveis pelo ocorrido. Pela nota, tramaram em “uma reunião na casa de José Guimarães, funcionário do Estado, [...] o tenente Aroldo Ramos de Castro, outros dois tenentes da polícia, um representante dos acadêmicos, além de outras pessoas”²⁸². Percebe-se pelas duas notas que, de uma forma geral, a linha de investigação da polícia

²⁸¹ OS ACONTECIMENTOS de ontem... op. cit., p. 1.

²⁸² *Diário de Notícias*. Salvador, 25 ago. 1932. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

seguia os rastros da denúncia feita pelo tenente Octacílio e inocentava os estudantes do planejamento da ação.

A inocência dos acadêmicos também foi atestada pelo médico e docente da Faculdade de Medicina, Adolfo Diniz Gonçalves, um dos sete professores que foram presos após a ocupação²⁸³. Em seu depoimento à polícia, sete dias após o levante, ao que tudo indica, em prisão domiciliar, Adolfo Gonçalves negou cumplicidade com o movimento de São Paulo, afirmando que “toda aquela anormalidade era resultado dos gestos de solidariedade dos alunos da Faculdade para com os colegas do Ginásio”²⁸⁴. Em linhas gerais, como era de se esperar, as quase duas dezenas de pessoas que prestaram depoimentos negaram envolvimento com o ocorrido. Cabe mencionar, que algumas destas pessoas foram presas para, posteriormente, serem inquiridas e, por vezes, acareadas. Assim sendo, prestaram depoimento enquanto estavam encarcerados o tenente Aroldo Castro, Antônio Cavalcante Mello, João Francisco da Silva, José Gomes de Oliveira Guimarães, José Vieira Lima, José Luiz Shurts, Joviniano Luiz da Fonseca e os advogados, Péricles Pereira Melo e Nelson Carneiro²⁸⁵, sendo que para o último, o delegado Roberto Heskett solicitou que ele escrevesse seu depoimento, e permitiu, caso quisesse, que fizesse suas cartas de despedida. Assim sendo, em 26 de agosto, o advogado e jornalista se recusou a escrever as ditas cartas, mas afirmou, em depoimento manuscrito, que embora estivesse orgulhoso do movimento, soube dele por acaso e que foi ao local em solidariedade à violência cometida contra os ginásianos e por ser jornalista²⁸⁶.

Ao fim do inquérito, o relatório apontou que o grande culpado pelo acontecido no dia 22 de agosto era o tenente Aroldo. Segundo o relatório final, “o plano, embora irrealizável, fruto talvez de uma ‘fanfarronice’ do tenente Aroldo, foi urdido e discutido”, sendo os jovens acadêmicos vítimas da “paixão política de uns e a ambição do poder de outros, [que] armaram a mão de inconscientes moços, para uma obra

²⁸³ JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. op. cit., p. 442.

²⁸⁴ *Inquérito Policial* (1932). Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana: Caixa 42, Pacote 01. Salvador.

²⁸⁵ Nelson Carneiro nasceu em Salvador-BA, em 1910, e se graduou pela Faculdade de Direito da Bahia em 1932. A partir de 1945, com a abertura política, passou a concorrer a cargos públicos, elegendo-se aos cargos de deputado e senador. Nelson Carneiro era dois anos mais velho do que seu irmão, Edson Carneiro, escritor especializado em temas afro-brasileiros e que militou no PCB a partir da década de 1930. Nelson Carneiro morreu em 1996.

²⁸⁶ *Inquérito Policial* (1932). Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana: Caixa 42, Pacote 01. Salvador.

criminosa de destruição de vidas”. Ainda segundo o relatório, cabia a repreensão pela “complacência desmedida e incompreendida do Senhor Diretor [da Faculdade, que permitiu] que ali se efetuasse constantes reuniões de caráter político e de entrada franca, [exaltando] os espíritos desprevenidos dos moços na natural inconsciência da idade”²⁸⁷.

Ainda sobre do encerramento do inquérito, não há na documentação informações sobre o julgamento daqueles que foram acusados de serem os planejadores da ocupação da Faculdade, porém é plausível inferir que eles não tiveram os melhores destinos em solo baiano, se tomarmos como parâmetro o fato de que Nelson Carneiro “foi embarcado em navio cargueiro e deportado para o Rio de Janeiro”²⁸⁸. Ainda em relação a Carneiro, o fato dele ter sido deportado naquele ano corrobora com o autoritarismo político e policial da época, afinal, antes mesmo do julgamento, o delegado já sabia o destino do jornalista. Em relação aos estudantes, é factível que nenhum tenha sido indiciado, haja vista que Marighella após aquela prisão não tinha antecedentes criminais²⁸⁹.

Nota-se que ao final do inquérito a polícia ratificou que os estudantes eram mais vítimas do que culpados, sendo tal entendimento publicizado desde as primeiras notas do Governo, mesmo com a perícia na faculdade, em que se percebeu a disposição dos estudantes em irem para o enfrentamento. Diante da rapidez da divulgação dos culpados e da conclusão do processo, é plausível afirmar que para o interventor era mais interessante culpar adversários políticos, para, em consequência, angariar capital político e continuar a reprimi-los, do que atribuir culpa aos jovens acadêmicos.

Em sentido contrário ao inquérito policial, não consideramos que os estudantes foram manipulados, afinal, tomá-los como “massa de manobra” é negar toda a potencialidade política deles e o protagonismo na ação contra o Governo. Ademais, é plausível que os acadêmicos estivessem articulados através de uma Associação Universitária²⁹⁰, o que denota, em alguma medida, a organização política deles. Ainda

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ TAVARES, Luis Henrique Dias. op. cit., p. 394.

²⁸⁹ *Radiograma n. 100*. (11 mai. 1936): Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Rio de Janeiro.

²⁹⁰ Acerca da existência da referida Associação, encontramos o indício da sua existência na reportagem do jornal *A Tarde*, em que ao tratar do episódio da Faculdade de Medicina em 1932, afirmou que os acadêmicos estavam organizados em uma Associação Universitária. Ressalte-se que existiam organizações estudantis naquele período, como a Sociedade Acadêmica Alfredo Britto na Faculdade de Medicina, e a Federação Vermelha dos Estudantes na Escola Politécnica. Informações retiradas,

acerca da referida Associação Universitária, consideramos ser bastante provável a sua existência, tendo em vista o grande número de rebelados no episódio em questão, o que sugere que havia a articulação entre os estudantes por meio de organismos estudantis. Além disso, reforça tal hipótese, o fato de os envolvidos na ocupação serem estudantes das três faculdades existentes, como Carlos Marighella, que cursava Engenharia. Por fim, ainda acerca da probabilidade da existência de uma Associação Universitária e da articulação dos acadêmicos, ressalta-se que, desconsiderando aqueles que participaram da ocupação, mas que não foram presos, ao final do movimento 514 estudantes²⁹¹ foram encarcerados, o que corresponde a cerca de 45% dos 1.200 acadêmicos matriculados, anualmente, nas faculdades baianas na década de 1930²⁹².

Notadamente, contextualizar, ainda que brevemente, a ocupação da Faculdade de Medicina, com suas consequências e antecedentes, nos dá melhores subsídios para tratarmos acerca das abordagens feitas nas biografias sobre a prisão de Marighella em decorrência deste episódio. Como exposto, o relatório final inocentava os estudantes que foram presos em consequência da ocupação da faculdade, sem atribuir qualquer destaque a eles. Entretanto, Emiliano José atribui alguma relevância a Marighella ao afirmar que após o cárcere “seu prestígio cresce no partido, pelo extraordinário espírito de luta demonstrado”²⁹³. O autor descreve o episódio de forma bastante sucinta, e embora contextualize brevemente a situação política na Bahia naquele período, ao escrever que em 1932, o estudante de Engenharia “foi preso pela primeira vez, por ordem de Juraci Magalhães, interventor colocado pela ditadura de Vargas no governo da Bahia”²⁹⁴, particulariza, em alguma medida, a ação do chefe do executivo em relação a Carlos Marighella.

Para Emiliano José, a prisão ocorrida em 1932 foi fundamental para o jovem Marighella se consolidar com um militante respeitado, afinal, ao sair do cárcere, o estudante de Engenharia “se lança ao trabalho de organização do PCB na Bahia,

respectivamente, de: MARIGHELLA e a sua agitada vida... op. cit., p. 2.; JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. op. cit., p. 448; MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. Manuscrito em espanhol. 7 f. 1954. p. 1. Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia (RGASPI). Fundo 495: armazenamento 197, dossiê 170. Moscou- Rússia.

²⁹¹ Convém informar que não há como saber com precisão se todos os estudantes presos eram acadêmicos.

²⁹² Projetamos que havia aproximadamente esta quantidade de acadêmicos na Bahia ao analisarmos o número de matrículas da Escola Politécnica da Bahia e a quantidade de concluintes na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito da Bahia ao longo da década de 1930.

²⁹³ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 137.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 131.

sobretudo entre os jovens, e já começa a ser visto como militante apto a desempenhar tarefas de maior importância, o que acontecerá muito cedo”²⁹⁵. Acerca da entrada de Marighella no PCB, cabe ressaltar que Emiliano José se equivocou, afinal, esta não ocorreu após sua saída da prisão, mas sim, em 1934, o que torna suas afirmações imprecisas. Ainda a respeito do episódio de agosto de 1932, Emiliano escreveu que “talvez já nesse momento se pudesse dizer que [Marighella] tinha a coragem como atributo essencial”, e que havia demonstrado *extraordinário espírito de luta*, o que, neste caso, parece ser uma tentativa de exaltar seu biografado, afinal, podemos atribuir tais características para todos os estudantes que enfrentaram a polícia e foram encarcerados. Por fim, cabe salientar que autor transcreveu alguns debates entre Marighella e Juraci Magalhães, quando ambos eram deputados em 1947, em que o tema da prisão em 1932 foi discutido, o que certamente enriquece o texto.

Autor de outra biografia, Edson Teixeira da Silva Júnior é conciso ao tratar do caso e afirma que “o ano de 1932 foi atribulado [final, Marighella] escreve um poema criticando o interventor Juraci Magalhães, [e] conhece sua primeira prisão, aos 21 anos de idade”²⁹⁶. Embora o autor seja econômico com as palavras, e faça, também, uma breve contextualização sobre o que ocorreu em 1932, podemos perceber no trecho citado que há inegavelmente erros em sua análise e uma clara tentativa de atribuir notoriedade ao biografado, ao afirmar que a prisão de Marighella ocorreu simplesmente devido à escrita de um poema contra o interventor.

Ainda sobre o cárcere de Marighella, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa afirmam que “após levar uma surra, ainda na prisão, como fruto de seu arroubo juvenil e de sua veia de poeta engajado, muito mais propriamente do que como militante, escreve o poema *Vozes da Mocidade Acadêmica*”. Segundo Nova e Nóvoa, após Marighella sair da prisão, sua “atuação no partido (ainda muito débil na Bahia) destacou-se cada vez mais”²⁹⁷. Acerca de tais afirmações, embora os autores incorram no mesmo equívoco de Emiliano José ao admitirem que a atuação de Marighella no PCB iniciou imediatamente após sair da prisão, coadunamos com os autores, ao inferirem que a criação do poema criticando o interventor foi, sobretudo, fruto da sua veia poética e da inquietude juvenil, não negando, porém, os elementos políticos que contém o texto.

²⁹⁵ Ibidem, p. 137-138.

²⁹⁶ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 10.

²⁹⁷ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 46-47.

Ressaltamos também o depoimento de Clara Charf na obra de Nova e Nóvoa, em que a companheira de Marighella afirmou que ele “lançou versos contra Juraci. Este mandou pegá-lo e ele foi preso e levou uma surra violenta”²⁹⁸. Na perspectiva de Charf, a prisão de Marighella se deveu apenas pela paródia escrita contra o interventor, sendo provável que esta versão distorcida do episódio tenha influenciado parte dos autores na produção de suas obras.

Mário Magalhães ao tratar da prisão em 1932 fez questão de ressaltar que “Marighella já era conhecido em Salvador” devido à prova de Física que fez no Ginásio da Bahia e, também, porque na Escola Politécnica “se juntara ao grêmio nos trotes aos calouros e saraus literários”²⁹⁹. O autor buscou, ao longo do seu texto, consolidar a imagem de Marighella como um personagem conhecido, sugerindo, de alguma forma, algum tipo de liderança em decorrência disto. No entanto, ainda que Marighella fosse, em alguma medida, conhecido entre seus pares, é notório que isto não garante em si, liderança entre os estudantes de Salvador, tampouco neste evento.

Na obra, o autor contextualiza a ocupação da faculdade e reconhece que Marighella “não encabeçou a mobilização de 22 de agosto, e sim os alunos de medicina”, sendo então, um “militante de base na ocupação”. Porém, Magalhães atribui maior destaque ao biografado e o coloca, em alguma medida, entre os personagens centrais durante o episódio, ao inferir que Marighella se destacou entre os mais de quinhentos presos por ter escrito uma paródia contra Juraci. Para Magalhães, o futuro guerrilheiro, ao fazer uma releitura do poema *Vozes d'África*, de Castro Alves, criticando o interventor, angariou junto com “os aplausos [que] machucaram as mãos e ensurdecaram o presídio”, o ódio de Juraci³⁰⁰. Tal narrativa tem deduções impossíveis de serem comprovadas, ainda que o texto de Marighella seja deveras provocador, como pode ser verificado no pequeno trecho a seguir:

*Basta, senhor tenente! De teu buxo
Jorre através das tripas um repuxo
De Judas e sandeus!
Há duas noites... eu soluço um grito...
Escuta-o conclamando do infinito
À morte os crimes teus!*³⁰¹

²⁹⁸ CHARF, Clara. op. cit., p. 453.

²⁹⁹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 62-63.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ MARIGHELLA, Carlos. *Poemas: Rondó...* op. cit., p. 13-17.

Para Magalhães, o “inofensivo poema de Marighella fez furor” e, em consequência dele, Juraci “soube contra quem fazer ‘sua’ guerra”³⁰². O autor ainda acrescentou que “Marighella despertou como ninguém o ódio de Juraci Magalhães”, sendo “possível que Nelson Carneiro o emparelhasse” em relação a este sentimento do interventor. No entanto, se apenas considerarmos que após o episódio o estudante de Engenharia não tinha antecedentes criminais, enquanto Nelson Carneiro foi deportado, percebe-se que é, no mínimo, equivocada a afirmação de Mário Magalhães de que *Marighella despertou como ninguém o ódio de Juraci Magalhães*. Ademais, consideramos carregada de intencionalidade e demasiadamente exagerada a afirmação de que o chefe do executivo estadual faria *sua guerra* contra o estudante de Engenharia por causa de uma paródia, ainda que não neguemos que em consequência dela Marighella tenha sofrido algum tipo de violência.

Ainda acerca da referida prisão, convém mencionar que Mário Magalhães, na busca por ratificar os abusos do interventor, afirma que foi feito um inquérito “sui generis” e que nas “114 páginas” da peça processual “não constaria um só depoimento individual”³⁰³. No entanto, a análise do processo refuta tal afirmação, haja vista que foram inquiridas pelas autoridades policiais aproximadamente vinte pessoas, o que não nega, necessariamente, os abusos e autoritarismos cometidos.

Decerto que o episódio do dia 22 de agosto ficou registrado como um dos exemplos de truculência de Juraci Magalhães. Acerca do ocorrido, o interventor negou que os estudantes tenham sido levados para a penitenciária como presos comuns, afirmando que “eles foram presos num pavilhão isolado da penitenciária [e que] não tinham nada com os presos”. Notadamente, a justificativa do interventor não atenua as ações do Governo, e é certo que independentemente de em qual setor da penitenciária os estudantes tenham ficado, a truculência contra estes e a surra sofrida por Marighella, citada por seus biógrafos, apenas reforçam o caráter repressivo do Estado, naquela e em qualquer época. Além disso, Juraci acrescentou que seus adversários “exploraram [o caso] com muita sabedoria política”³⁰⁴, porém, na visão dele, embora a oposição tenha usado o episódio contra ele, o ocorrido não o abalou politicamente. Nas palavras do

³⁰² MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 62-63.

³⁰³ Ibidem, p. 61.

³⁰⁴ MAGALHÃES, Juraci. *Juraci Magalhães* (depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, História Oral, 1981. p. 103, *apud* LIMA, Aruã Silva de. op. cit., p. 25.

interventor, na “ocasião, eu já havia arregimentado em torno de mim os principais nomes em atividade na política municipal. Esses elementos ficaram comigo e não recuaram mais”³⁰⁵, sendo que tal declaração ratifica outra característica recorrente da política brasileira, que é a preponderância dos conchavos e alianças políticas em torno do poder, em detrimento dos interesses públicos.

Por fim, é muito provável que o episódio ocorrido na Faculdade de Medicina tenha marcado a vida de todos os envolvidos. Tanto é assim, que quinze anos após o acontecimento, em um debate com o próprio Juraci Magalhães na Câmara dos Deputados, Marighella afirmou que era uma vocação do ex-interventor “meter” as pessoas na cadeia, e que foi “ameaçado [...] em 1932 de ser espancado e de ficar com os ossos triturados”³⁰⁶. Quase um mês depois este episódio retornou ao debate, e o deputado comunista disse que Juraci “mandou [me] caçar em toda a Bahia, obrigando-me a abandonar o curso na Escola Politécnica, simplesmente porque havia feito uma paródia”, o que fora negado por Juraci, dizendo que “a imaginação [de Marighella] está a transformá-lo no romancista Jorge Amado”³⁰⁷. A respeito dessas falas, é necessário desconsiderar o equívoco temporal e os motivos da saída de Carlos Marighella da Politécnica, que ocorreu em 1934. Ademais, acreditamos que seja pouco provável que o interventor do estado tenha mandado *caçar em toda Bahia* um estudante por este ter feito uma paródia. Porém, cremos na veracidade das ameaças sofridas por Marighella, corroborando para isso, o fato dele ter ficado mais de um mês sem frequentar as aulas na Escola Politécnica³⁰⁸, possivelmente, em consequência de algum trauma e do medo policial, após ter sido agredido e ameaçado na prisão. Entretanto, creditamos tais ameaças à polícia, em primeira instância, por compreender que entre os policiais e o chefe do executivo havia uma cadeia de comando, assim sendo, os atos de violência não precisavam, necessariamente, partir de Juraci Magalhães para que ocorressem.

³⁰⁵ MAGALHÃES, Juraci. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 75, apud CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. op. cit., p. 50.

³⁰⁶ *Diário do Congresso Nacional*. Capital Federal. Ano II, n. 203. Sessão de 11 nov. 1947. 13 nov. 1947. p. 8025. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> Acessado em: 12 fev. 2016.

³⁰⁷ *Diário do Congresso Nacional*. Capital Federal. Ano II, n. 230. Sessão de 09 dez. 1947. 16 dez. 1947. p. 8912. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> Acessado em: 12 fev. 2016.

³⁰⁸ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

2.2 “Estudante de Engenharia, poeta, filósofo e rebelado”

Cerca de um ano e meio antes de ser preso pela primeira vez, em 30 de março de 1931, Carlos Marighella se inscreveu no vestibular para o curso de Engenharia Civil. Após Augusto Marighella realizar o pagamento da inscrição do vestibular do filho, o processo de admissão no curso de Engenharia foi rápido, sendo realizados todos os trâmites necessários para a matrícula em quinze dias. Marcada a prova oral do vestibular para o dia 10 abril, Marighella não compareceu “por motivos de moléstia”, como atestou o médico Galdino de Magalhães Ribeiro. Recuperado, no dia seguinte Marighella requereu segunda chamada da prova e dois dias depois a realizou. Aprovado, na quarta-feira, 15 de abril, Carlos Marighella, aos dezenove anos, solicitou o deferimento de sua matrícula na Escola Politécnica da Bahia (EPBA)³⁰⁹.

No mesmo mês em que Marighella se inscreveu no vestibular, ele concluiu o curso de Bacharelado em Ciências e Letras no Ginásio da Bahia, sendo que naquela instituição, sua família pagava duas taxas anuais de, aproximadamente, 34.000 réis. Se tais valores, na década de 1930, tinham um grande peso no orçamento de uma família pobre, as despesas no ensino superior eram, aproximadamente, onze vezes maiores do que as do ensino secundário, por isso, certamente podemos considerar Marighella como um privilegiado por ter cursado Engenharia. Convém mencionar que naquela década o acesso ao nível superior no estado era ínfimo, devido, principalmente, à falta de instrução em níveis básicos na maioria da população, os altos custos dos cursos e a pouca quantidade de vagas ofertadas pelas instituições, haja vista que existia apenas a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica, sendo que havia pagamento de taxas em todas as instituições, incluindo a de Medicina, a única pública.

Os altos custos para estudar na Escola Politécnica, que era privada, restringiam e selecionavam em muito o seu público. Nesse sentido, é provável que, no início da década de 1930, a condição social da maioria dos estudantes da Politécnica fosse bastante próxima ao verificado nas primeiras décadas da instituição, ainda que houvesse algumas exceções como a de Carlos Marighella. Criada em 1897, objetivando formar técnicos especializados para ocuparem cargos públicos, a Politécnica tinha como

³⁰⁹ Idem.

público majoritário os filhos de fazendeiros, médicos, engenheiros, negociantes, professores, farmacêuticos, funcionários públicos, advogados, desembargadores, conselheiros, comendadores, diplomatas, além dos filhos de militares³¹⁰.

É bastante provável que dentre os poucos estudantes que não se enquadravam neste perfil, alguns só podiam frequentar a Politécnica devido à isenção do pagamento das taxas. Cabe ressaltar que no estatuto de criação da Escola Politécnica reivindicou-se subvenção pública, ou seja, “uma instituição criada por iniciativa da sociedade civil, reivindicando auxílio financeiro público”³¹¹. Assim sendo, é factível se acreditar que por receber recursos públicos, alguns anos após sua criação, a instituição passou a isentar das taxas obrigatórias, aproximadamente, 5% dos estudantes³¹². Tal prática perdurou sem critérios bem definidos até 1933 quando foi analisado o pedido de gratuidade do aluno Carlos Salomão de Barros, colega de Marighella, no 3º ano do curso. Diante da referida solicitação, o Conselho Administrativo, em sua 10ª reunião (extraordinária), de 20 de fevereiro, decidiu regulamentar a questão. Apresentado pelo professor Paulo Pedreira, o projeto foi aprovado, fixando a concessão do benefício para no máximo cinco estudantes por ano, sem contar a gratuidade dos filhos dos professores e funcionários da EPBA. Os que não eram filhos dos professores e funcionários deveriam ser “reconhecidamente pobres” e perderiam a gratuidade aqueles que fossem reprovados em uma ou mais cadeiras. Ressalta-se que essa gratuidade era apenas para as taxas de matrículas, e que os alunos poderiam requerer a colação de grau e entrega do diploma, mediante o compromisso de efetuar o pagamento dessas taxas, que eram em torno de 400.000 réis³¹³, no prazo máximo de dois anos³¹⁴.

Estabelecidos os critérios para a isenção das taxas, naquele ano, apenas 4% dos estudantes matriculados poderiam ser assistidos pelo benefício³¹⁵, sendo tal percentual inferior ao verificado no período entre 1897 e 1920, que era de 5%. Ainda que a regulamentação tenha sido provocada pelo pedido de Carlos Salomão de Barros, o

³¹⁰ BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Escola Politécnica da Bahia: Poder, política e educação na Bahia Republicana (1896 – 1920)*. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010. p. 81-97.

³¹¹ Idem.

³¹² Idem.

³¹³ Especulamos tal valor, tendo em vista os valores cobrados pela Faculdade de Direito da Bahia.

³¹⁴ *Livro do Conselho Administrativo* (1933). Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³¹⁵ *Gráfico sobre a quantidade de estudantes matriculados (1897-1940)*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

pleiteante teve sua solicitação indeferida, sem que no Livro do Conselho constasse o motivo para a negativa. Diferente do seu colega, na documentação de Carlos Marighella não consta nenhum pedido de isenção das taxas, o que nos indica que a condição financeira da família de Marighella era confortável.

Em relação às despesas para cursar o ensino superior, o pai de Carlos Marighella desembolsou, no primeiro ano do curso, 111.000 réis para que ele se inscrevesse no vestibular, além de duas taxas de matrículas de 330.000 réis, totalizando ao longo daquele ano, aproximadamente, 770.000 réis³¹⁶. Para termos uma ideia aproximada do que tal valor representava, no início de 1931, 10 kg de algodão custava entre 23.000 e 31.000 réis; 60 kg do açúcar cristal branco, o mais valorizado, valia entre 36.000 e 38.000 réis³¹⁷; enquanto a arroba do café tipo 7, que estava com “a procura escassa”, era cotada em 16.500 réis, 25% a menos do que ano anterior³¹⁸. A partir dos itens, é possível inferir o quão custoso era, para grande parte dos baianos, estudar na Escola Politécnica.

A dificuldade dos pobres cursarem o ensino superior na Bahia não era apenas na Politécnica, afinal, os valores pagos por Marighella não eram muito diferentes dos cobrados pela Faculdade de Direito da Bahia, a outra instituição privada. Também em 1931, a estudante Elta Lily de Cerqueira Lima pagou 620.000 réis nas duas prestações de matrícula, taxas de exames, de frequência e de conservação do edifício. Além dessas taxas, a neta do Barão e da Baronesa de Camaçary, que aos vinte anos concluiu o bacharelado em Direito, desembolsou para a colação de grau e entrega do diploma, aproximadamente, 410.000 réis³¹⁹. Ao considerarmos apenas as taxas regulares para a realização do curso, percebemos que não havia grandes distinções nos valores cobrados pela Faculdade de Direito ou na Escola Politécnica, afinal, naquele ano, Marighella desembolsou 660.000 réis.

Na Faculdade de Medicina da Bahia, que era pública, os estudantes também pagavam taxas, porém, os valores eram bem menores, sendo de, aproximadamente, 1/3 do que era cobrado na Faculdade de Direito ou na Escola Politécnica. Nesse sentido, em

³¹⁶ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³¹⁷ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 01 jan. 1931. p. 13. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 28 fev. 2016.

³¹⁸ *Idem*.

³¹⁹ *Idem*.

1931, João Archanjo Filho pagou 50.000 réis de taxa de matrícula, 120.000 réis de prestação e mais 25.000 réis com outras taxas, totalizando 195.000 réis³²⁰. Nota-se que estudar na Faculdade de Medicina era mais barato que nas demais faculdades, mas também caro para a população mais pobre, assim sendo, é certo que estudar no ensino superior na Bahia, inclusive, na única faculdade pública do estado, era um privilégio, circunscrito a uma parcela bastante reduzida da sociedade. Nesse sentido, nos questionamos acerca da quantidade de estudantes cursando o nível superior durante a década de 1930 no estado.

Em 1931, ano em que Marighella começou a estudar Engenharia, a Escola Politécnica passava por um processo de ampliação no número de vagas oferecidas em relação à década anterior, tanto, que naquele ano entraram 69 calouros na instituição. Tal quantidade demonstra essa ampliação, afinal, a Politécnica havia matriculado no ano anterior 63 estudantes em todos os anos do curso. Convém mencionar que, entre 1931 e 1940, eram matriculados na Politécnica, em média, 39 novos estudantes por ano, enquanto a média de todos os matriculados na faculdade era de 121 estudantes³²¹. Nesta década, na Faculdade de Direito eram matriculados anualmente 53 novos estudantes, em média,³²² e havia, aproximadamente, 210 estudantes matriculados na instituição. Ainda sobre a oferta de vagas no ensino superior, nesse período, a Faculdade de Medicina matriculava, aproximadamente, 170 novos estudantes. Ressalte-se que na Faculdade de Medicina havia os cursos de Odontologia, Farmácia e Enfermeira Parteira³²³ que, entre 1931 e 1940, matricularam 28 novos estudantes em média, enquanto no curso de

³²⁰ *Pastas de ex-estudantes*. Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia - Universidade Federal da Bahia. Salvador

³²¹ *Gráfico sobre a quantidade de estudantes matriculados (1897-1940)*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³²² Entre 1931 e 1940, concluíram o curso de Direito quinhentos e trinta estudantes. Diante da falta de dados sobre as matrículas neste período, e desconsiderando as possíveis evasões durante o curso, trabalhamos com a hipótese de que o número de calouros matriculados anualmente era de aproximadamente cinquenta e três alunos. *Pastas dos ex-estudantes*. Memorial da Faculdade de Direito - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³²³ Em relação a tais cursos, projetamos quantidade matrícula a partir do número de concluintes. Ressalte-se, porém, que os dados sobre os concluintes desses cursos são escassos. Nossa dedução está baseada na quantidade de concluintes dos cursos de Farmácia e Enfermeira Parteira do ano de 1932 e Odontologia do ano de 1933. *Índices de Graduados*. Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Medicina foram matriculados 140 calouros³²⁴, totalizando, em média, 870 estudantes frequentando anualmente a instituição³²⁵.

Diante de tais números, ainda que imprecisos, é possível projetar que frequentavam nas três faculdades da Bahia, na década de 1930, aproximadamente, 1.200 estudantes anualmente, sendo ofertadas 270 novas vagas a cada ano. A documentação referente às matrículas nas três faculdades demonstra que nestas instituições o público era bastante heterogêneo em relação à origem, havendo estudantes da capital, do interior baiano e de outros estados, principalmente do Nordeste. Percebe-se quão deficitário era o número de vagas ofertadas nas faculdades do estado, ao levarmos em consideração a quantidade de concluintes do Ginásio da Bahia, que no ano de 1930 habilitou 111 estudantes para o ensino superior³²⁶, aliando aos que terminaram o ensino secundário nas escolas privadas baianas, e nas escolas de outros estados, que recorrentemente estudavam nas faculdades da Bahia. Dessa forma, ratifica-se que aqueles que tinham acesso ao nível superior no estado, seja pela limitação de vagas ou pelas despesas dos cursos, faziam parte de uma camada privilegiada e minoritária da sociedade.

Nesta camada privilegiada da sociedade que teve acesso à educação até o ensino superior se encontrava Carlos Marighella. Entretanto, isto não significa dizer, necessariamente, que o mesmo fosse rico, mas certamente não era pobre. Por estar entre as camadas intermediárias, eventualmente sua família passava por intempéries financeiras, como provavelmente aconteceu no início de 1933, quando foi solicitado o prazo de trinta dias para o pagamento de 468.000 réis correspondente à matrícula daquele ano, mais a inscrição nas disciplinas Mecânica Racional e Geologia que não foram concluídas no ano anterior. Tal pedido foi deferido pela Politécnica mediante

³²⁴ Devido à impossibilidade de encontrar os dados referentes às matrículas entre 1931 e 1940 no curso de Medicina, e mesmo tendo ciência da possibilidade de evasão de estudantes durante o período, trazemos como hipótese tal quantidade de matrículas a partir da quantidade de concluintes. TAVARES-NETO, José. *Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia*. Feira de Santana: Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.

³²⁵ A partir da comparação entre a quantidade de matrícula e de formandos, projetamos que o índice de evasão de estudantes no curso de Medicina, neste período, era de aproximadamente 22%, haja vista 1.367 estudantes foram matriculados entre os anos de 1929 e 1935, e entre 1935 e 1941 (período que tais matriculados deveriam concluir o curso) apenas 1.057 estudantes se formaram. *Índices de Graduados e Reconhecimento Global e Estruturação das Séries Documentais* (Livro de Buscas). Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³²⁶ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico do Colégio Estadual da Bahia - Central. Salvador.

pagamento de multa de 10% caso ultrapassasse os trinta dias solicitados, fato que não ocorreu, já que a dívida foi quitada quinze dias após o requerimento³²⁷.

O exemplo da possível intempérie financeira da família, ou mesmo a reprovação em duas disciplinas nos demonstra que a vida não pode ser tratada como um conjunto coerente e organizado, sem vírgulas, nem parênteses, como a vida de Marighella, em alguma medida, é tratada nas biografias. Ainda que seja necessário reconhecer que a falta de documentação é um fator dificultador no fazer biográfico, o que potencialmente restringiu a abordagem a respeito dos anos em que Marighella estudou na Politécnic, percebemos que, em geral, as biografias praticamente não se dedicaram ao período em questão, e quando o fizeram, notadamente ratificaram a imagem positiva do biografado.

Compreendemos que a passagem de Carlos Marighella pela Politécnic foi bastante significativa para sua vida, sendo possível que o contato com outros acadêmicos tenha influenciado a entrar no Partido Comunista. Acerca deste período, Emiliano José o aborda sucintamente, mencionando apenas que assim como fizera enquanto era estudante secundarista, Marighella também respondeu a uma prova em versos na Escola Politécnic, reproduzindo o dito exame em seu livro³²⁸. Abordagem parecida e bastante concisa foi feita por Edson Teixeira da Silva Júnior ao afirmar que o “irreverente estudante [...] ingressou com 18 anos no curso de Engenharia, [e] se destaca pelo hábito de responder as questões das provas em verso”³²⁹. De maneira semelhante, a biografia escrita por Cristiane Nova e Jorge Nóvoa aborda tal período em um parágrafo, sendo que os autores citam a prova respondida em versos, e deduzem que a escolha de Marighella pelo curso de Engenharia se deveu pela “influência de seu pai”³³⁰.

Como exposto, nas obras citadas não foi enfatizado o período em que Marighella foi estudante de Engenharia, sendo que os autores buscaram ressaltar a veia literária do biografado, por ele ter escrito alguns poemas e, principalmente, por ter respondido em versos uma prova. Além disso, foi inferido que por Augusto Marighella ter sido mecânico, isto foi crucial para a escolha profissional do futuro revolucionário. De maneira oposta a este entendimento, cremos na impossibilidade de se afirmar

³²⁷ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnic - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³²⁸ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 128-129.

³²⁹ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 4-10.

³³⁰ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 44.

categoricamente acerca desta possível influência. Não negamos a possibilidade de Carlos ter se inspirado de alguma forma em Augusto, no entanto, não compreendemos que tais escolhas sejam automáticas e determinadas, por isso, diante da impossibilidade de inferir sobre um aspecto demasiadamente subjetivo, entendemos que as afirmações dos autores acerca desta suposta influência, sejam apenas meras especulações.

Diferente das anteriores, a última biografia escrita sobre Marighella dedicou mais atenção acerca do período em que ele estudou na Politécnica, sendo que em três páginas o autor avança na análise deste período. Na obra de Mário Magalhães, a prova respondida em versos, obviamente, foi mencionada, sendo acrescentado que “os colegas esperavam o fim das aulas para ouvir os versos frescos” escritos por Marighella, e que “não houve dia em que não o estimulassem a reeditar a fórmula do exame de Física no Ginásio da Bahia”³³¹. Nota-se pelo trecho destacado, a recorrência do autor em exaltar seu biografado, construindo um personagem altamente admirado pelos seus colegas também na faculdade. Além disso, para o biógrafo, outra característica do estudante de Engenharia foi evidenciada, que era a sedução e a capacidade de convencimento. Afinal, nas palavras de Magalhães, Marighella “calado, tornava-se inofensivo. Se falasse, seduzia”³³².

Como novidades, o autor revela que Marighella publicou o artigo “O teorema de Ptolomeu na avaliação dos lados dos polígonos regulares inscritos [...] na prestigiosa *Revista Brasileira de Matemática*”, além de ter projetado um pavilhão para a Escola Politécnica³³³, sem mencionar, entretanto, que a nota recebida pelo projeto de uma disciplina foi seis³³⁴. Ademais, o autor afirma que o estudante de Engenharia, em dezembro de 1933, foi inquirido pela Direção da Politécnica sobre o aparecimento de panfletos com “convicções contrárias ao regime”, sendo condenado pela distribuição de tais prospectos e pelo “furto de provas” no início de 1934. Segundo Magalhães, Marighella teve como punição por tais condutas, uma advertência e a suspensão da faculdade por três meses³³⁵.

³³¹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 64.

³³² Ibidem, p. 65.

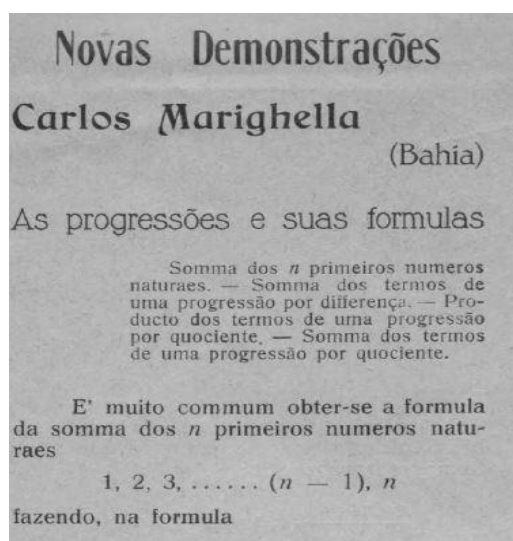
³³³ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 64.

³³⁴ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

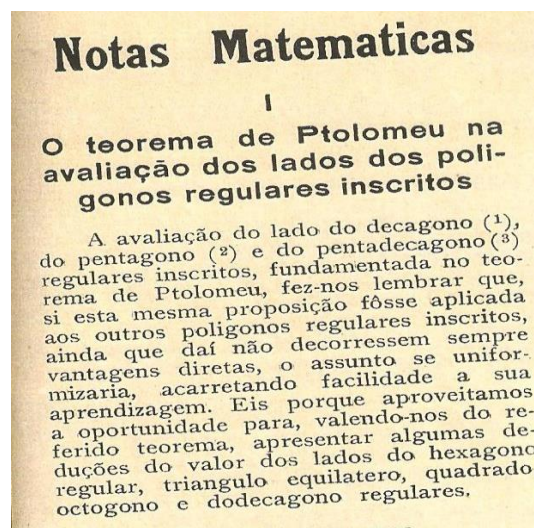
³³⁵ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 66.

Em referência ao artigo publicado na *Revista Brasileira de Matemática*, convém acrescentar a informação, e assim contribuir com a história de Marighella, que foram divulgados no periódico, em 1931, pelo menos três textos do fundador da ALN, sendo que a primeira demonstração matemática redigida por ele foi publicada imediatamente após seu ingresso na Escola Politécnica³³⁶. Nas imagens abaixo estão fragmentos dos textos: “As progressões e sua fórmula”, impresso na edição de fevereiro/abril³³⁷ e, o já mencionado, “O teorema de Ptolomeu na avaliação dos lados dos polígonos regulares inscritos”, publicado poucos meses depois, para a seção Notas Matemáticas da edição de julho/agosto³³⁸. Além destes, na edição de dezembro, Marighella voltou a escrever para a seção “Notas Matemáticas”³³⁹.

**Figura 6 – Revista Brasileira de Matemática:
Texto de Carlos Marighella – (1931)**



**Figura 7 – Revista Brasileira de Matemática:
Texto de Carlos Marighella – (1931)**



Fonte: *Revista Brasileira de Matemática*.

³³⁶ Não conseguimos localizar todos os exemplares da *Revista Brasileira de Matemática*, o que nos impede de saber se Marighella escreveu outros textos, além dos que foram encontrados nesta pesquisa.

³³⁷ MARIGHELLA, Carlos. As progressões e sua fórmula. *Revista Brasileira de Mathematica*. Salvador, Ano 2, n. 06/08, fev./abr. 1931. p. 71-73. Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística. Seção de Circulação e Referência. Universidade de São Paulo. São Paulo.

³³⁸ MARIGHELLA, Carlos. O teorema de Ptolomeu na avaliação dos lados dos polígonos regulares inscritos. *Revista Brasileira de Mathematica*. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 11/12, jul./ago. 1931. p. 143-144. Biblioteca Bernadeth Sinay Neves. Setor: Periódicos raros. Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³³⁹ Infelizmente não localizamos a edição de dezembro de 1931 (Ano 3, n. 4), porém, segundo André Mattedi Dias, quem primeiro tratou acerca deste periódico, Marighella teve um texto publicado nesta edição, na seção “Notas Matemáticas”. DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, Mulheres, Matemáticos: Interesses e disputas na profissionalização da Matemática na Bahia (1896-1968)*. 310 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas /Departamento de História, São Paulo, 2002. p. 77.

A respeito do periódico, cabe mencionar que ele foi criado no ano de 1929, em Salvador, tendo como redatores o estudante de Engenharia Salomão Serebrenick e Antônio Augusto Machado, catedrático da Escola Normal, além de contar com a colaboração de demais estudantes da Escola Politécnica³⁴⁰. Segundo André Mattedi Dias, nas primeiras edições, as páginas do periódico foram preenchidas majoritariamente por traduções de autores estrangeiros e por textos de “livros e revistas didáticos ou pedagógicos”. Entretanto, a partir de 1930, a revista, que passou a ter apenas Salomão Serebrenick como redator, começou a receber “contribuições de estudantes, professores e catedráticos de vários estados do país”. Ainda de acordo com Mattedi Dias, até 1932, quando provavelmente encerrou suas atividades, a *Revista Brasileira de Matemática* era “o único periódico existente à época dedicado especificamente à Matemática”³⁴¹.

Como informado, a revista recebia contribuições científicas e contava com a colaboração em sua organização de estudantes acadêmicos, dentre os quais, Marighella, que além de ter publicado no periódico, foi um de seus representantes na Bahia. Da mesma forma que de acadêmicos, a *Revista Brasileira de Matemática* também recebia a colaboração de estudantes secundaristas, sendo este, o provável motivo para Marighella ter publicado no periódico mesmo com poucos dias na faculdade³⁴².

As precoces publicações de Marighella na *Revista Brasileira de Matemática*, aliado ao fato que ele foi um de seus representantes, nos indicam que o estudante de

³⁴⁰ De acordo com André Mattedi Dias, criada como *Revista Brasileira de Mathematica Elementar*, passou a se chamar *Revista Brasileira de Mathematica* em 1930. Segundo o autor, o principal responsável pela revista era Samuel Serebrenick, que após colar grau e se mudar da Bahia em 1931, passou a editá-la no Rio de Janeiro, mantendo estudantes em sua organização. O fato da revista ter estudantes como seus principais responsáveis não impediu que ela fosse bem distribuída, tanto que inicialmente havia 13 representantes em 10 estados, passando para 55 em 15 estados após mudança para o Rio de Janeiro. A revista tinha, inclusive, respaldo de anunciantes, em alguma medida, devido às relações pessoais ou familiares de Serebrenick e demais colaboradores, como Antônio Augusto Machado. Convém mencionar que na primeira edição, os redatores informaram que a “revista não tem finalidade econômica e sim científica [e que] o estímulo das assinaturas e anúncios garantir-lhe-ão vida longa e eficiente”. *REVISTA BRASILEIRA DE MATEMATICA*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1. set. 1929. Biblioteca Bernadeth Sinay Neves. Setor: Periódicos raros. Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³⁴¹ DIAS, André Luís Mattedi. op. cit., p. 70-81.

³⁴² Em agosto de 1932 Marighella era um dos representantes da revista no estado, sendo possível que a referida representação seja anterior a este mês. Em relação à colaboração de estudantes secundaristas, na edição de janeiro de 1931 o estudante Álvaro Souza e Silva, do Ginásio N.S. da Vitória, era um dos representantes. Álvaro passou a ser estudante da Escola Politécnica em 1932. Respectivamente: *REVISTA BRASILEIRA DE MATEMATICA*. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 12 ago. 1932. Biblioteca Bernadeth Sinay Neves. Setor: Periódicos raros. Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.; *REVISTA BRASILEIRA DE MATEMATICA*. Salvador, Ano 2, n. 05 jan. 1931. Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística. Seção de Circulação e Referência. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Engenharia buscou se inteirar e participar da vida da faculdade para além das salas de aula, ainda que a revista não fosse institucionalizada. Ao fazermos uma breve contextualização e problematização acerca das publicações de Marighella, ressaltamos o seu mérito, porém, é certo que outros estudantes secundaristas ou recém-ingressos na Politécnica também escreveram para o periódico. Dessa forma, divergimos da perspectiva apresentada por Mário Magalhães de que as publicações de Marighella na revista foram feitos atípicos. Percebe-se tal prisma quando o autor, sem contextualizar quais eram os autores do periódico, simplesmente escreve que o estudante de Engenharia assim que entrou na Politécnica “emplacou” um artigo na “prestigiosa revista”,³⁴³.

Ainda sobre o período em que Marighella estudou na Politécnica, Mário Magalhães também tratou da distribuição dos panfletos que motivou uma das punições ao estudante de Engenharia, afirmando que não teve acesso ao seu conteúdo, pois eles “sumiram do arquivo da universidade”. Todavia, o autor escreveu sobre seu teor a partir da “pista fornecida por um funcionário”³⁴⁴. É provável que Magalhães tenha escrito sobre o possível conteúdo do panfleto por este ratificar a imagem de Marighella como um sujeito politicamente engajado e que contestava o regime varguista desde a época da Politécnica. Porém, sem negar tal possibilidade, cabe salientar que a referida *pista* utilizada por Magalhães é um rascunho manuscrito, em que não consta a assinatura do autor, mas que pelo seu conteúdo é possível inferir que foi escrito 1947, sendo factível que ele tenha sido feito pelo diretor da Escola, à época, Leopoldo do Amaral³⁴⁵. Diante disso, entendemos que faltou maior crítica ao documento em questão, afinal, tal *pista* foi escrita quatorze anos depois da distribuição dos panfletos, na época em que Marighella era deputado pelo Partido Comunista, sendo que tais fatores podem ter influenciado o autor do manuscrito a escrever que nos prospectos havia *convicções contrárias ao regime*.

Acerca dos anos em Marighella cursou Engenharia, ainda cabe mencionar que Mário Magalhães narra um dos percalços estudantis do biografado ao revelar que em 1932 ele foi “reprovado em Mecânica Racional e Geologia”. Para o autor, tal

³⁴³ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 64.

³⁴⁴ Ibidem, p. 66.

³⁴⁵ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

reprovação se deveu pelo fato do estudante ter sido perseguido pela polícia após sua prisão naquele ano, retornando à Politécnica apenas às vésperas dos exames e, por conta disso, suas “notas murcharam”³⁴⁶. Em relação a tais informações, mesmo que seja provável que o afastamento de Marighella pode ter influenciado no resultado das avaliações, entendemos não ser possível afirmar peremptoriamente sobre os motivos do insucesso nos exames, como fez o autor. Ademais, Mário Magalhães afirma que naquele ano as notas de Marighella *murcharam*, transmitindo a ideia de que os resultados das avaliações do estudante de Engenharia eram altos e decaíram por um fator externo. No entanto, na documentação em que o autor teve acesso e que constam as notas do estudante, verifica-se que este declínio nos resultados dos exames é bastante relativo. Afinal, no primeiro ano do curso, a média das notas de Marighella foi 7,12; no segundo ano, 6,25; no terceiro ano, 6,33 e, ao longo dos três anos cursados, nas dezesseis disciplinas concluídas, a média foi de 6,50³⁴⁷. Assim sendo, percebe-se que Marighella ao longo do curso teve notas medianas, sendo que esta informação vai de encontro à afirmação do autor.

Finalmente, ainda que estejamos convencidos de que as notas não dizem, necessariamente, acerca da aprendizagem do estudante, e que são inúmeras as possibilidades para o insucesso nas avaliações, compreendemos que revelar as notas recebidas por Marighella durante o curso de Engenharia nos auxilia a percebê-lo de uma forma mais humana e menos mítica, diferentemente de como ele é tratado, essencialmente, nas biografias. Nesse sentido, reproduzimos parte de dois poemas do estudante de Engenharia que gostava de escrever seu cotidiano em versos³⁴⁸ e que odiava Geometria Descritiva, sendo esta a disciplina com menor rendimento no 1º ano do curso, com média 6,0.

³⁴⁶ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 64.

³⁴⁷ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³⁴⁸ Excluindo *Vozes da Mocidade Acadêmica* e a prova respondida em versos, há, pelo menos, quatro poemas escritos por Marighella durante os anos em que foi estudante da Politécnica. Os poemas em questão são: *Ode ao 2 de junho* (paródia a Castro Alves), *In Extremis*, *Balada a Descritiva* e *A vingança de Sanção* (publicado no *jornal de Letras*, do Rio de Janeiro). MARIGHELLA, Carlos. *Poemas: Rondó...* op. cit., p. 11-24.

In extremis

*Já o mesmo não sou!...
 Na arena escura da sala B, não mais
 versos invento...
 Descritiva ultrajei! O entendimento
 Leve me torne essa matéria dura*

*Conheço agora já quão vã figura
 Em traço e reta fez meu louco intento
 Musa!... Tivera algum merecimento
 Se as lições de F.I.T seguisse pura*

...

Balada a descritiva

*Morra, meu Deus, a Descritiva,
 esta matéria sem valor,
 que, a tarde, é coisa intempestiva
 assunto ouvir tão maçador
 Na sala B, fofalha viva,
 que mal me faz estar presente!
 Concede, ò Deus, que a Descritiva
 um dia morra de repente*

*Que disciplina tão nociva!
 Como na sala faz calor!
 Calor gostoso que incentiva
 a um sono bom reparador.*

...

2.2.1 “Marighella vai ter que pagar pelo que fez” – a implosão da carreira de engenheiro em uma “tarde insípida”

“Atesto que o senhor Carlos Marighella é portador de exemplar comportamento e tem a precisa idoneidade moral para ser aluno da Escola Politécnica da Bahia”. Foi desta forma que o professor Leopoldo do Amaral referendou a matrícula de Marighella na Politécnica, após ele ter sido aprovado, com grau sete, no vestibular de Engenharia Civil. Entretanto, três anos depois das afirmações do professor Leopoldo, o Conselho Técnico da Escola Politécnica entendeu que o comportamento de Marighella não estava condizente com a instituição, aplicando-lhe como punições uma advertência e uma suspensão. O descontentamento com as atitudes de Marighella era de tal forma, que o professor Jaime Gama Abreu “achou que a pena de suspensão de três meses foi benévola e que devia ele ser expulso da Escola”³⁴⁹.

Das biografias, a única a mencionar o caso foi a escrita por Mário Magalhães, entretanto, sem aprofundar a questão e apenas informando que no início de 1934 Marighella foi advertido e em seguida suspenso por três meses da Escola Politécnica, em decorrência da distribuição de panfletos com *convicções contrárias ao regime e pelo furto de provas*. Segundo o autor, não foi possível ter acesso ao documento que

³⁴⁹ GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Escola Politécnica da Bahia*. Salvador: Sergraf, 1972. p. 232.

ocasionou uma das punições a Marighella, pois os prospectos *sumiram do arquivo da universidade*.

Para nossa grata surpresa, conseguimos localizar no arquivo da Politécnica o processo do furto e destruição de documentos acadêmicos, assim como o da distribuição de panfletos. Diante da descoberta desta documentação, acreditamos que a análise de tais casos podem nos ajudar a desenvolver uma melhor compreensão sobre o período em que Marighella foi estudante daquela instituição, assim como as consequências das punições impostas a ele. Cabe salientar que mais do que simplesmente ficar três meses sem poder frequentar a faculdade, a suspensão determinou, na prática, que o estudante de Engenharia não poderia comparecer à Escola Politécnica por todo o ano de 1934.

Certamente que o dia 7 de dezembro de 1933 foi movimentado na Escola Politécnica da Bahia, afinal, os alunos do 3º ano de Engenharia Civil, incluindo Carlos Marighella, realizaram as avaliações das disciplinas Mecânica Aplicada e Estabilidade, além de serem arguidos sobre os projetos das respectivas disciplinas. Mais do que a agitação comum em dia de avaliação, aquela data foi marcada pelo fato de ter sido descoberto que a sala do Inspetor Federal foi invadida, sendo subtraídos documentos do local, o que certamente causou alteração na rotina da instituição.

Os responsáveis por abrir a sala do inspetor, sem “qualquer vestígio de violência nas portas”, “habilmente” arrancaram dez páginas do Livro de Inspeção que continha as notas de trabalhos escolares e das provas parciais realizadas. Além disso, da Secretaria do Gabinete do Inspetor, “violentamente” arrancaram quatorze páginas do Livro de Inscrição para Exames e subtraíram “quase todas as provas parciais” realizadas nos meses anteriores, sendo as quase 2.000 avaliações encontradas “dilaceradas” em outro pavimento da faculdade. Os invasores tentaram arrombar a gaveta onde estava o Livro de Inspeção, no entanto, o local se encontrava destrancado. Tal tentativa, segundo a perícia, teria como causa a “inadvertência do autor, [...] pela falta de calma ou raciocínio, que não verificou se a gaveta estava destrancada” ou, por uma “premeditada simulação [...] para despistar as pesquisas posteriores”³⁵⁰. Ainda que não seja possível afirmar se a tentativa de arrombamento foi para despistar os investigadores, percebemos

³⁵⁰ *Livro de Inquérito Administrativo* (1933–1935). Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

nas fotos abaixo que a gaveta foi avariada, assim como parte das provas furtadas foram danificadas, ainda que não tenham sido, em sua totalidade, *dilaceradas*.

Figura 8 – Fotografia pericial / provas furtadas - (1933)



Figura 9 – Fotografia pericial / gaveta “arrombada” - (1933)



Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica-UFBA.

Em consequência à invasão da sala do Inspetor e do furto e dano de documentos escolares, no mesmo dia foi instaurada uma Comissão de Inquérito para apurar o caso, composta pelos professores Epaminondas Torres (presidente), Thirso de Paiva e Álvaro Rocha, além da assistência de Jaime Gama Abreu. Segundo consta no inquérito, a Comissão começou a investigação dois dias após a instauração do processo, inquirindo, inicialmente, seis funcionários. Em linhas gerais, os trabalhadores foram praticamente unânimes em afirmar que “o fato criminoso interessava prejudicados pelo insucesso de seus cursos por falta de notas de provas e de trabalhos escolares”, logo, atribuíam como potenciais culpados pelo ocorrido, os estudantes. Ademais, o servente Moisés Santos disse ter presenciado, no dia anterior ao fato, um grupo de cinco ou seis estudantes reclamando “em altas vozes contra o pagamento de estampilhas”, tendo Carlos Marighella e Joaquim Diógenes Júnior à frente deles. Moisés Santos ainda afirmou ter encontrado no Grêmio estudantil, alguns dias antes, um papel com a seguinte frase: “*colegas, depredemos esta Escola*”. Acerca da insatisfação estudantil, corroboram com o depoimento de Moisés, as palavras do bibliotecário Otávio Soares ao afirmar que “corpo discente ultimamente vem manifestando espírito demolidor”, sem, entretanto, citar nenhum estudante.

De maneira parecida ao entendimento dos funcionários, o estudante Paulo Peltier, que localizou as provas destruídas, compreendia que “só os prejudicados em promoção por falta de médias podiam ter praticado tais delitos”. Petier foi o primeiro dos vinte e um estudantes inquiridos entre 11 e 18 de dezembro, sendo que a maioria dos que prestaram depoimento também entendia que os autores do delito eram os maiores interessados, ou então, não atribuía a transgressão a ninguém. No entanto, alguns estudantes foram colocados em suspeição, sendo citados nominalmente, como fez Álvaro Souza e Silva ao afirmar que os autores dos fatos eram Paulo Peltier e Gerd Gustav Stoltemberg Von Usler. Tal depoimento fugiu à regra, haja vista que Álvaro Silva foi o único a culpar diretamente alguém, sendo que normalmente as citações eram feitas de forma indireta.

De acordo com as informações contidas no processo, Olympio Baldoino afirmou que ouviu que foram os alunos do 3º ano os responsáveis pelo furto das provas, ainda que não pudesse informar os nomes. A suspeita sobre estes estudantes também recaiu quando Orlando Ferreira informou que os acadêmicos do 3º ano ficaram insatisfeitos com a notícia de que o professor de Física anularia as suas provas. Nominalmente, o estudante do 3º ano, Carlos Marighella, foi citado quando Newton Vaccareza afirmou ter ouvido que na tarde do dia anterior, ele, Sidney Heskett (do 1º ano) e outros estudantes conversavam sobre um escândalo que aconteceria na Escola. De forma semelhante, Nilo Lavigne disse ter escutado que Carlos Marighella e mais outros estudantes, do 1º e 2º ano, estavam comprometidos com o fato investigado. Já Anderson Rayol, que não atribuiu a ninguém o ato, confirmou que Carlos Marighella protestou contra o pagamento de novas estampilhas. Em sentido contrário a alguns depoimentos, Nicolau Godinho julgou Carlos Marighella incapaz de danificar os bens da Escola.

Após o nome de Carlos Marighella ter sido mencionado a primeira vez, ele foi citado outras, em alguma medida, pelo fato dos professores questionarem as possíveis ligações do estudante do 3º com o furto da documentação da faculdade. Em seus depoimentos, Nilo Lavigne, Álvaro Souza e Silva e Orlando Ferreira, ao mencionarem Carlos Marighella, afirmaram que reproduziam o que foi dito por Heládio Carvalho. Assim sendo, ainda que em seu depoimento Carvalho não tenha citado nenhum estudante, sugerindo que a causa do furto estivesse ligada ao aparecimento de boletins implantando a anarquia na Escola, é factível que este estudante tenha sido o que mais

disseminou acusações contra Marighella durante as investigações. Segundo consta no inquérito, Álvaro e Orlando atribuíram a Heládio a afirmação de que “Carlos Marighella pagaria à Polícia o que havia feito no ano passado”. Porém, é importante ressaltar que tal declaração não parece ter nenhuma relação do caso em questão. Por isso, podemos especular que referido acerto de contas esteja relacionado à prisão de Marighella pela ocupação da Faculdade de Medicina, ou a qualquer outro evento na Politécnica no ano anterior. Por fim, além de todas estas menções apresentadas, Carlos Marighella foi mais de uma vez citado por Newton Vaccareza, um dos seis estudantes reinquiridos, que afirmou ter chegado ao seu conhecimento a ideia da realização de uma greve na Politécnica, com a participação dele e de outros estudantes, com o objetivo de não entregarem os projetos de algumas disciplinas.

Por ter sido o mais citado, Carlos Marighella também foi o que mais prestou declarações no inquérito, sendo três ao total. Para a Comissão, o primeiro depoimento de Marighella foi “mais sereno”, pois ele disse que sabia do furto das provas, do arrombamento da gaveta na sala do inspetor e que os boletins de nota nada sofreram. Para os membros da Comissão, o depoimento de Marighella demonstrara que havia indícios da participação dele no ato, afinal ele sabia do estado dos boletins, “coisa que ninguém falara, nem perguntara”, sem contar que ele tinha conhecimento onde ficavam os livros danificados e as provas subtraídas. Muito provavelmente pelo teor deste depoimento e pela recorrência de seu nome ter sido mencionado, Marighella foi reinquirido outras vezes. Antes de prestar seu 2º depoimento, Marighella falou de “tipinhos cínicos” no momento em que “o representante do Conselho Técnico penetrava na Escola”, sendo que durante a inquirição do dia 14, questionado a quem se referia quando fez tal declaração, o estudante afirmou que “falava de modo geral, entre várias pessoas para ver quem tomasse a carapuça”. Neste depoimento, a Comissão achou sua declaração “um tanto quanto insolente”, tendo que “chamá-lo a ordem por mais de uma vez”. Na terceira vez em que foi inquirido, no dia 18, Marighella afirmou que para a resolução do caso havia a necessidade de se investigar “as dissensões” que reinava no seio da Diretoria e que “o assalto à Escola teria sido realizado pelo partido Fiscal e Conselho Técnico em detrimento do partido do Diretor”. Para a Comissão, Marighella realizou “um depoimento inconveniente e capcioso, procurando sempre cobrir o pensamento e não dizendo com segurança coisa alguma”, sendo que, dentre suas afirmações, estas foram fundamentais para que ao final do processo ele fosse punido.

Finalmente, ainda em relação aos depoimentos, cabe mencionar duas outras declarações. Ao ser inquirido, Gerd Gustav Stoltemberg Von Usler afirmou ter ouvido comentários desfavoráveis pelas resoluções do Conselho Técnico, e pela demora do diretor em mandar fazer as chamadas para os exames. Já José Sampaio afirmou que embora não julgasse os professores capazes de roubar as provas, tal fato poderia ter sido benéfico aos docentes, que favoreceriam seus estudantes protegidos e, por isso, estes passariam nos exames, assim como beneficiaria os estudantes, que poderiam receber melhores notas a partir da realização de novos exames. Diante disso, podemos perceber tanto nestes depoimentos, quanto no de Marighella e dos funcionários acima mencionados, que havia fissuras na relação entre docentes e discentes, além de descontentamentos do corpo estudantil em relação às decisões tomadas pela direção da Escola.

Além de ser perceptível em alguns depoimentos mencionados, podemos verificar a tensão entre estudantes e professores a partir da distribuição de panfletos na faculdade, que eram, segundo consta na documentação, “desrespeitosos ao corpo docente desta Escola, ao doutor Inspetor Federal e a própria Comissão”. O prospecto, com críticas à condução das investigações acerca do furto e dano aos documentos acadêmicos, denota, em alguma medida, a animosidade entre parte dos docentes e discentes. Assim sendo, devido ao conteúdo do boletim intitulado *Protesto*, distribuídos no dia 22, foi aberto outro inquérito administrativo para apurar o fato, antes mesmo de ter sido finalizado o processo sobre a violação da sala do inspetor e do furto dos documentos da Politécnica. Instaurado o novo processo, os mesmos membros da Comissão anterior, com exceção de Jaime Gama Abreu, iniciaram as investigações no dia 26 daquele mês.

Como na única biografia a abordar o caso, *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, é afirmado que o boletim era contrário ao regime varguista, entendemos ser conveniente reproduzir tal panfleto:

PROTESTO

Nós, alunos da Escola Politécnica da Bahia, vimos de público declarar que a Congregação teima em seguir orientação evidentemente falsa e tendenciosa, no inquérito que se está efetuando, para apuração de fatos que são de conhecimento público.

A atitude, que ora assumimos, é de franca repulsa ao procedimento da Congregação, que nos quer atribuir gratuitamente a autoria dos atos criminosos perpetrados em nossa Escola.

A Congregação deve voltar os olhos para as desarmonias, dissensões e desavenças vergonhosas que existem entre a Fiscalização Federal, a Diretoria, o Conselho e muitos professores, porque, talvez, encontre aí a origem de tão deprimente fato.

Em vez das ameaças com que nos pretende, inutilmente, amedrontar, para depormos ao sabor de sua capciosa orientação, a Comissão promotora do inquérito deve seguir o verdadeiro rumo, por nós aqui apontado, desprezando animosidades gratuitas.

Aqui fica, pois, o nosso vibrante protesto contra essa macula com que pretendem manchar a reputação de uma classe.

Como visto, tal panfleto em nada tem a ver com a situação em que o país se encontrava, sendo seu conteúdo diretamente ligado às investigações acerca do furto da documentação acadêmica ocorrida no início daquele mês. Verifica-se, também, a profunda semelhança entre o conteúdo das declarações de Carlos Marighella em seu último depoimento à Comissão investigadora, e o terceiro parágrafo do panfleto, inclusive, pois em ambos a palavra *dissensões* é utilizada. Diante disso, é plausível que Marighella tenha participado da formulação do panfleto, parcial ou integralmente. Cabe mencionar que a semelhança a que nos referimos também foi observada pela Comissão que investigava a distribuição dos panfletos.

Neste novo inquérito, os dois primeiros estudantes ouvidos foram Gerd Gustav Stoltemberg Von Usler e Heládio Carvalho, que afirmaram ter visto Marighella distribuindo os panfletos. Em consequência, no dia 30 de dezembro, às dez horas da manhã, o supracitado distribuidor foi ouvido. À Comissão, entre outras coisas, Marighella afirmou que conhecia os prospectos, mas que não era o autor e tampouco sabia onde foram impressos, e que ao chegar à faculdade os viu no chão do saguão “em grande número de exemplares espalhados”, recolhendo e distribuindo os que “bem quis e entendeu”. Disse ainda, que fez tal distribuição com o interesse de se divertir numa “tarde insípida” e que não viu ofensas à Comissão. Também afirmou que não encampava as possíveis injúrias, ofensas e os dizeres do boletim, mas que aprovava o que foi escrito em relação às desavenças existentes na Escola.

Após este depoimento de Marighella, apenas o estudante Frederico de Sá foi ouvido, em fevereiro de 1934, quando a Comissão retornou do recesso de final de ano. Para os professores, neste inquérito, não havia mais necessidade de ouvir outras pessoas por considerarem que as “informações e a confissão do Sr. Carlos Marighella eram suficientes para concluir” o processo. Assim sendo, depois desta última inquirição, tanto este como o outro processo que estava em curso foram concluídos entre o final de fevereiro e o início de março de 1934, menos de três meses após terem sido iniciados, muito em função dos membros das duas comissões serem praticamente os mesmos.

Em relação ao primeiro processo instaurado, que chegou a ser noticiado no *Estado da Bahia*³⁵¹, os professores da comissão finalizaram o inquérito afirmando que não havia “provas materiais” para condenar nenhum estudante, em grande medida, porque os peritos Pedro Melo e Francisco Gonçalves, da Secretaria da Polícia e Segurança Pública, não encontraram impressões digitais que pudessem chegar aos culpados. Entretanto, para os professores havia provas “circunstanciais e indícios veementes” contra alguns alunos, acrescentando a estas, o “modo incorreto de responderem à Comissão, aos maus precedentes e indisciplina revelados no interior da Escola, de modo a serem passíveis de pena”.

Para a Comissão, “a impunidade fez crescer a audácia e levou os estudantes a praticarem um ato criminoso, denotando falta de educação, atentado do bom nome que sempre gozou a nossa Politécnica”. A Comissão também se posicionou em relação a alguns “depoimentos irrisórios pela falta de sinceridade com que foram feitos”, como o de Anderson Rayol, “que de tanto ignorar e negar tudo, deixou surpreendida a Comissão”, ao afirmar que não conhecia a secretaria da Escola, mesmo sendo estudante do 3º ano. Outro depoimento que chamou atenção dos professores foi o de “Álvaro Silva, que mais pareceu um doente, repleto de coisas que nada tem com o fato”.

Ao concluir os trabalhos, a Comissão julgou “capazes de tamanho atentado”, ainda que sem provas materiais, e apenas com “suspeitas da possível culpabilidade”, os estudantes Carlos Marighella, Anderson Rayol, José Espineira e Álvaro Souza e Silva, “uns pelos seus precedentes, outros pela maneira desrespeitosa com que se portaram nesta terrível eventualidade”. Sugerida a pena disciplinar, o Conselho Técnico acatou o

³⁵¹ Não tivemos acesso a matéria acerca do caso no *Estado da Bahia*, entretanto, a informação que de o furto foi noticiado no periódico está contida nos autos do processo.

parecer em sua 39ª sessão, ocorrida em 3 de março. Desta forma, os estudantes foram sancionados, no processo de investigação do furto da documentação acadêmica e violação da sala do inspetor, com advertência³⁵².

Nota-se que, diante da impossibilidade em atribuir culpados, a Comissão puniu Marighella e os demais estudantes utilizando como justificativa a forma como estes se portaram, de “maneira desrespeitosa” aos olhos dos investigadores e pelos seus antecedentes, muito embora não tenha sido mencionado nenhum caso específico, o que nos impossibilita saber quais destes estudantes já tinha se envolvido em algum episódio que a Direção Escolar julgava não ser adequada à Politécnica. A partir da falta de informações acerca dos precedentes dos estudantes, é possível suspeitar que o fato de Marighella ter sido preso em 1932 pode ter influenciado na decisão da Comissão de puni-lo. Entretanto, consideramos que as declarações de Marighella, ao longo do processo, colocando em suspeição o corpo do docente como possíveis autores do fato investigado, foram cruciais para que ele fosse advertido.

Dois dias após Carlos Marighella e os demais estudantes serem advertidos pelo Conselho Técnico, o inquérito acerca da distribuição dos panfletos foi encerrado. Embora Marighella não tivesse confessado a autoria do boletim, a Comissão concluiu que “pelos termos que foi escrito” tudo levava a crer que ele era o autor do panfleto, além de não padecer dúvidas que ele foi o portador e distribuidor. Para sustentar esta conclusão, os professores argumentaram que as testemunhas viram Marighella distribuir os panfletos, sendo ele o primeiro que os encontrou no saguão, e que as ideias contidas em seu “depoimento em sigilo” sobre o caso do furto das provas eram “mais ou menos” as mesmas do boletim. Como os docentes entenderam que o panfleto era “ofensivo, descortês e injurioso, à Comissão e à Congregação”, sugeriram que Marighella fosse suspenso por três meses da faculdade³⁵³. Após tal parecer, os membros do Conselho Técnico reunidos na 40ª Seção, ocorrida em 7 de março, decidiram suspender Carlos Marighella e advertir os estudantes Newton Vacarezza, Sidney Heskth e Frederico de Sá³⁵⁴. Cabe ressaltar que os estudantes advertidos foram punidos por terem sido citados

³⁵² GUIMARÃES, Archimedes Pereira. op. cit., p. 228.

³⁵³ *Livro de Inquérito Administrativo* (1933–1935). Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³⁵⁴ GUIMARÃES, Archimedes Pereira. op. cit., p. 229.

como distribuidores dos panfletos, e que dos três, apenas Frederico de Sá prestou depoimento.

Entre a advertência e a suspensão de Marighella, o lapso temporal foi de apenas quatro dias, talvez por isso, e sem imaginar que uma punição mais dura estava em curso, no mesmo dia em que foi advertido, o futuro guerrilheiro solicitou a realização do exame de Física II, necessário para se matricular no 4º ano de Engenharia. Porém, até o dia 14 daquele mês, último dia de matrícula, seu pedido não tinha sido deferido pela secretaria, certamente devido à sua suspensão. Sem saber que não poderia se matricular por causa da sua punição, Marighella pleiteou mais uma vez a realização da prova, afirmando que o indeferimento estaria coagindo a se deixar de matricular “por estar aguardando aquele exame”, ou a se matricular sem o mesmo, o que o transformaria em repente.

Na tentativa de realizar o exame e se matricular no 4º ano, além de se livrar da punição, no dia 17, após pagar 10.000 réis, Marighella recorreu da sanção em documento de nove páginas datilografadas, afirmando, entre outras coisas, que não era o “confesso distribuidor dos boletins”, tampouco, seu “provável autor”. Além disso, afirmou que o processo “não visa punir-me; visa somente prejudicar-me nos meus lidimes direitos de aluno desta Escola”. Após expor seus argumentos, Marighella afirmou que “já tendo ficado exuberantemente demonstrado que não pratiquei nenhuma das faltas apontadas [...] resta concluir que qualquer pena a mim imposta não tem fundamento nenhum”. Ao final, o estudante de Engenharia escreveu que havia mostrado “que o processo é nulo, e, não satisfeito, desfaço todas as acusações. Resta saber se depois disso se será mantida a pena injusta que me aplicaram”³⁵⁵.

Cabe mencionar, também, que em sua argumentação no referido recurso, Marighella requereu a nulidade dos depoimentos de Gerd Gustav Stoltemberg Von Usler e Heládio Carvalho, os que declararam ter visto o futuro guerrilheiro entregando os boletins, pois eles eram seus “inimigos pessoais, como é sabido em toda Escola”. Diante desta afirmação e ciente que apenas os dois estudantes prestaram depoimento como testemunhas no caso da distribuição dos panfletos, nota-se que os professores

³⁵⁵ *Livro de Inquérito Administrativo* (1933–1935). Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

sabiam das disputas e inimizades existentes no seio do corpo estudantil e se utilizaram disto para angariar informações.

Antes mesmo de serem analisados os dois primeiros recursos, Marighella, no dia 23, protocolou outra solicitação “para a solução do caso da minha suspensão, indevidamente aplicada pelo Conselho Técnico”. Ao analisarmos a documentação, é plausível inferir que Marighella não imaginava que poderia ter tido uma pena que inviabilizasse seus estudos naquele ano. Em vista disso, mais uma vez argumentou pela “necessidade de resolver urgentemente o meu caso, uma vez que qualquer indiferença para com ele acarreta para comigo prejuízos evidentes, com os quais não posso concordar absolutamente”. Ao longo do mês de março, Marighella protocolou três requerimentos na secretaria da Politécnica, sendo provável que estando lá, frequentasse os espaços da instituição, o que foi notado pelo professor Jaime Gama Abreu, no dia anterior a este último recurso. Inconformado com a presença de Marighella aguardando junto com outros colegas o professor de Eletrotécnica, Gama Abreu pediu providências ao diretor para que tal fato não se repetisse, pois a “penalidade [aplicada] importa na proibição do ingresso n’esta Escola, a não ser, talvez, na Secretaria para tratar de qualquer recurso”. Para o docente, a presença de Marighella nas dependências da Politécnica era “fato altamente desprestigiado ao Conselho Técnico, em virtude do desrespeito a uma deliberação”³⁵⁶.

Com três pedidos de Marighella solicitando a revogação da sua punição, no dia 28 de março, na 41ª Reunião do Conselho Técnico, foi lido e indeferido o recurso contra a sua suspensão por três meses. Para o Conselho Técnico, o requerimento era improcedente, sendo necessário que a Congregação ficasse atenta “não só para a forma material do dito recurso, mas também para a linguagem desatenciosa e desrespeitosa em que ele está redigido, quando se refere aos órgãos da Escola e até ofensivo a secretaria”³⁵⁷. Diante de mais um revés e certamente descontente com a ratificação de sua punição, Marighella solicitou, no dia 3 de abril, participar da reunião da Congregação que seria realizada no dia posterior para se defender pessoalmente³⁵⁸.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ GUIMARÃES, Archimedes Pereira. op. cit., p. 231.

³⁵⁸ *Livro de Inquérito Administrativo* (1933–1935). Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Todavia, nesta reunião, o recurso feito pelo estudante foi apenas lido, sem que ele estivesse presente³⁵⁹.

Aproximadamente um mês após esta reunião, no dia 8 de maio, às 15 horas, a Congregação se reuniu exclusivamente para tratar dos recursos de Marighella, permitindo que ele se defendesse pessoalmente das acusações e da punição imposta³⁶⁰. Após sua defesa, os professores decidiram de forma unânime “negar provimento ao recurso interposto”, mantendo a punição de três meses e a proibição de que ele entrasse no edifício da Politécnica³⁶¹. Cabe ressaltar que nesta reunião o professor Jaime Gama Abreu, que foi membro da comissão que investigou o furto da documentação e violação da sala do inspetor, “achou que a pena de suspensão de três meses foi benévola e que devia ele ser expulso da Escola, pela linguagem desrespeitosa para com os órgãos do estabelecimento”. Ainda que não concordasse com a expulsão, o professor Archimedes explicou que “na realidade, dado o momento em que fora imposta, [a suspensão] correspondia a um ano”. Em linhas gerais, para os professores, o afastamento de Marighella “talvez [o] levasse à compreensão nítida dos seus deveres disciplinares, sem que proibido de concluir seu curso politécnico”³⁶².

Ainda que não tivesse sido expulso como desejava o professor Jaime Gama Abreu, depois daquela reunião da Congregação, Marighella nunca mais frequentou as aulas na Escola Politécnica. Naquela derradeira reunião, Marighella não buscou ter sua pena atenuada confessando os fatos ocorridos em dezembro 1933, embora os inquéritos apontassem que havia fortes indícios de sua participação nos acontecimentos. O anonimato dos responsáveis pelo furto da documentação da Politécnica incomodou a Comissão que investigava o caso, haja vista que na conclusão do inquérito, foi afirmado que alguns estudantes se aproveitaram do “anonimato e das trevas para injuriar e praticar crimes”, por isso, não tinham “a sobranceira e altivez dignos dos moços, dotes com os quais sempre se distinguiram, em confessar abertamente a verdade, tomando atitudes nobres”. Para os docentes, o silêncio dos envolvidos deixava “pesar sobre uma

³⁵⁹ GUIMARÃES, Archimedes Pereira. op. cit., p. 231.

³⁶⁰ Ibidem, p. 232.

³⁶¹ *Livro de Inquérito Administrativo (1933–1935)*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³⁶² GUIMARÃES, Archimedes Pereira. op. cit., p. 232.

classe inteira atos reprovados, indignos de estudantes educados que vieram aperfeiçoar o seu caráter e desenvolver sua inteligência n'uma Faculdade”³⁶³.

A confissão de culpa que não ocorreu durante o inquérito foi feita vinte anos após aquela reunião, quando o comunista escreveu que foi afastado da Politécnica por ter “liderado uma série de movimentos na Escola”, informando ainda que naquela época participava da “Federação Vermelha dos Estudantes”³⁶⁴. Diante do silêncio acerca das motivações para as ações que culminaram na suspensão de Marighella, e a partir do que estava na documentação e que foi exposto, é plausível afirmar que os acontecimentos de dezembro de 1933 tenham sido, essencialmente, atos políticos com a intenção de mostrar à Direção uma postura combativa e de descontentamento por parte dos estudantes. A análise dos documentos nos revela, também, a tensão que havia entre o corpo discente e docente, as insatisfações dos estudantes com a direção da Politécnica, além de disputas no seio do corpo docente, que foi utilizada pelos estudantes na busca por se livrarem da culpa. Ainda que consideremos o furto das provas como um ato eminentemente político, convém salientar que não negamos a possibilidade de o episódio ter acontecido por interesses individuais ou especificamente contra algum professor. Embora tais hipóteses não nos pareçam as mais adequadas ao caso, é pertinente apresentar a perspectiva de Armênio Guedes³⁶⁵, em que ao recordar o caso muitas décadas depois, afirmou que o furto da documentação da faculdade foi em retaliação a “um professor que gostava de reprovar os alunos”³⁶⁶.

A mencionada “confissão” de Marighella, escrita duas décadas depois de finalizado o caso, acaba por confirmar os depoimentos prestados à época, em que o nome dele foi citado algumas vezes, fazendo com que ele se tornasse um dos suspeitos da participação no furto e destruição da documentação acadêmica. Ainda que ao afirmar que liderou uma série de movimentos na Politécnica Marighella também possa ter tido o intuito de glorificar seu passado, podemos, a partir desta declaração, perceber o viés

³⁶³ *Livro de Inquérito Administrativo* (1933–1935). Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

³⁶⁴ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 1.

³⁶⁵ Armênio Guedes, baiano da cidade de Mucugê, se graduou em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia em 1939 e como militante do PCB, em 1943, participou da reorganização do partido. Dirigente nacional do PCB, Armênio concorreu junto com Marighella em 1945, ao cargo de deputado pela Bahia. Nascido em 1918, conheceu Marighella em 1935, segundo ele, na 1ª reunião de organização da célula do PCB na Faculdade de Direito. Faleceu em 2015, aos 96 anos.

³⁶⁶ GUEDES, Armênio. *Armênio Guedes*: depoimento [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

político e coletivo dos fatos ocorridos em dezembro de 1933. Além disso, a afirmação de que naquela época participou da Federação Vermelha dos Estudantes que, posteriormente, se tornou a União dos Estudantes³⁶⁷, nos indica a presença de Marighella em coletivos estudantis. Corroborar tal perspectiva, o trecho da reportagem do jornal *A Tarde*³⁶⁸, onde consta que Marighella “foi secretário da Associação Universitária na gestão de 1932”³⁶⁹. Além desta afirmação, podemos acrescentar a declaração de Armênio Guedes, que considerou o furto das provas como “um gesto para [Marighella] se projetar como líder”³⁷⁰. Em vista disso, entendemos que antes de se vincular ao PCB, o filho de Augusto e Maria Rita já possuía relativa experiência com organizações coletivas. Além de participar de movimento estudantil, podemos perceber a postura colaborativa de Marighella, durante o período em que estudou na Politécnica, em decorrência da sua participação na organização da *Revista Brasileira de Matemática*, fato já abordado.

Ainda acerca da participação de Marighella em organizações estudantis, infelizmente não encontramos outros documentos que abordem as atividades da Federação Vermelha dos Estudantes, União dos Estudantes e Associação Universitária, o que nos impede de aprofundar nossa análise a respeito desta questão. Em relação a este tema, apenas a biografia escrita por Mário Magalhães faz alguma menção à atuação política institucional de Marighella enquanto estudante, ao afirmar que na Escola Politécnica ele se “juntara ao grêmio nos trotes aos calouros e saraus literários”³⁷¹. Entretanto, o autor não informa se o estudante participava do Grêmio ou se foi algo meramente ocasional, assim como não disponibiliza a fonte da informação.

Em relação à atuação de Marighella na Associação Universitária, na reportagem do jornal *A Tarde* está escrito que “por desinteligências” ele ocupou por pouco tempo o cargo de secretário no ano de 1932. É possível que a referida *desinteligência* tenha alguma ligação com a afirmação de que Marighella teria que pagar na polícia o que fizera no ano em questão. Entretanto, é certo que a respeito das duas afirmações é

³⁶⁷ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 1.

³⁶⁸ Esta reportagem, citada quando tratamos da prisão de Marighella em 1932, é de maio de 1936, quando Marighella estava preso no Rio de Janeiro e havia grande perseguição aos comunistas, por isso, analisamos com cautela o perfil que foi apresentado, relativizando as informações contidas devido a possibilidade do jornal pretender criar a imagem de Marighella como um sujeito “perigoso” e pouco confiável desde os tempos de estudante.

³⁶⁹ MARIGHELLA e a sua agitada vida... op. cit., p. 2.

³⁷⁰ GUEDES, Armênio. op. cit.,

³⁷¹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 63.

impossível emitir uma opinião precisa. Assim sendo, diante da impossibilidade em saber sobre quais foram as *desinteligências* que afastaram Marighella da Associação Universitária, especulamos, entre tantas possibilidades, que possa se tratar de alguma divergência entre ele e outros estudantes.

Alguns dos desentendimentos entre Marighella e outros estudantes foram constatados durante a análise dos processos sobre o furto da documentação acadêmica e distribuição dos panfletos na Politécnica. Nos inquéritos, notamos a recorrência das acusações feitas por Heládio Carvalho contra Marighella, sendo que em um dos recursos, na busca por reverter sua punição, o acusado pediu para anular dois depoimentos por terem sido prestados por seus “*inimigos pessoais, como é sabido em toda Escola*”. Ademais, em 1936, o diretor da Escola Politécnica declarou, ao *O Jornal*, que o comunista era “*inteligentíssimo*” e que durante o curso, devido ao seu gênio, ele se envolvia em “*contendas*”³⁷². Ao *Diário da Noite*, Epaminondas Torres disse que “*Carlos vivia em disputa com os colegas, dado seu caráter voluntarioso*”³⁷³. Ainda que as afirmações do diretor da Politécnica possam ter sido influenciadas, em alguma medida, pelo fato de Marighella se encontrar preso no Rio de Janeiro, acusado de ser o secretário-geral do PCB, parecem factíveis os conteúdos dos mencionados depoimentos. Posto isto, optamos em salientar tais animosidades para, diferentemente de como foi abordado nas biografias, podermos perceber Marighella como um estudante que também tinha seus adversários e inimigos, algo extremamente recorrente às complexas pessoas comuns, ainda mais em espaços políticos e de poder.

Ao mesmo tempo, entendemos ser importante ratificar a admiração que os colegas tinham por Marighella. Nesse sentido, convém mencionar que nas mesmas edições dos jornais acima citados, foi afirmado por um colega, que não se identificou, que o ex-estudante de Engenharia “*era um bom companheiro*”³⁷⁴. Também sem se identificar, um funcionário da Politécnica afirmou que Marighella “*era estimado entre seus colegas e popular entre os estudantes*”³⁷⁵. Em suma, se por um lado não coadunamos com a perspectiva dos biógrafos, que trataram Marighella como um sujeito

³⁷² A VIDA pregressa de Carlos Marighella, o secretario do Partido Comunista recentemente preso. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24 mai. 1936. p. 9. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 12 jul. 2016.

³⁷³ COMUNISTA e poeta nas horas vagas. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 27 mai. 1936. p. 1, 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 12 jul. 2016.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ A VIDA pregressa... op. cit., p. 9.

exclusivamente admirado por seus colegas, por outro, não podemos negar a mencionada popularidade e/ou admiração.

Em relação aos acontecimentos de dezembro de 1933, a análise dos processos da Politécnica ainda nos indica a probabilidade do estudante de Engenharia não ter calculado as possíveis punições, tendo em vista sua postura durante os inquéritos em que se constata pouca preocupação em provar sua inocência. Tal postura confiante talvez decorresse da execução bem realizada na violação da sala do inspetor, afinal, a perícia não encontrou impressões digitais no local. Ao mesmo tempo, a quantidade de recursos interpostos em decorrência da suspensão nos leva a crer que Marighella tinha convicção na reversão da punição. Ratifica tal hipótese, o fato dele ter sido flagrado frequentando as dependências da Politécnica esperando o professor de Eletrotécnica, matéria que ainda não tinha sido cursada porque era correspondente ao 4º ano. Como tal flagrante foi feito antes de Marighella ter sido julgado e dos consequentes recursos, cremos que ele buscava se inteirar do andamento da disciplina, logo, convicto da reversão da punição. Assim sendo, ao que nos parece, havia um excesso de confiança em Marighella, tanto de que não seria punido, quanto que conseguiria reverter as sanções.

Podemos entender que frequentar a Politécnica, mesmo punido, denota uma conduta consciente de Marighella, permeada pelo excesso de confiança e pela postura de enfrentamento, observada, também, nas contradições dos depoimentos prestados aos professores e na distribuição dos panfletos, que pelo seu conteúdo era praticamente uma confissão de autoria. Todavia, podemos ir por outro caminho, e especular que o teor do boletim e a postura de Marighella nos depoimentos prestados, os primeiros de sua vida, não tiveram tamanha intencionalidade e consciência. Nesta perspectiva, é lícito inferir que tal experiência lhe serviu de aprendizagem para outras condutas políticas e depoimentos prestados ao longo de sua vida, que foram exaltados pelos membros do PCB por não comprometerem os segredos da organização, mesmo diante de torturas.

A análise da documentação ainda nos permite perceber o espírito de luta e a capacidade argumentativa de Marighella, buscando até as últimas instâncias a solução daquilo que aos seus olhos achava ser injusto. Nota-se, também, que as punições empreendidas pelos professores foram aplicadas essencialmente pela postura dos estudantes nos depoimentos, assim como pelo conteúdo dos panfletos que colocavam

em dúvida a lisura do processo e dos professores. Nesse sentido, compreendemos que os estudantes foram penalizados, mesmo havendo apenas suspeitas da participação deles nos eventos de dezembro, para servir de exemplos aos demais. Ademais, inegavelmente, tais punições tiveram como elemento fundamental o ego ferido dos docentes. Corroborando com este entendimento, a declaração do diretor da Politécnica, Epaminondas Torres, no qual foi dito que após sua punição, Marighella “rebelou-se, recorrendo em termos brutais”, por isso, a Congregação “aumentou a penalidade”³⁷⁶. Torres ainda acrescentou que durante o processo que investigava os fatos de dezembro de 1933, Marighella “portou-se insolentemente, respondendo o que lhe convinha em termos brutais, o que fez com que os membros da comissão o julgassem culpado”. Segundo o diretor da Politécnica, “Marighella, violento e arrogante, recorreu da medida de tal maneira que a congregação *para manter a disciplina e dignidade da escola*” resolveu “aumentar-lhe a penalidade”³⁷⁷.

Embora as declarações do diretor da Politécnica contenham imprecisões, afinal, após os recursos do então estudante de Engenharia a Congregação não aumentou a pena, mas a ratificou, confirma-se que os professores puniram Marighella, assim como os outros estudantes, pela postura dele diante das comissões que investigavam os fatos ocorridos. Nesse sentido, salientamos que durante os processos não foram encontradas provas suficientes para punir Marighella e os demais estudantes, havendo apenas indícios da participação de alguns nos fatos. Em vista disso, talvez este tenha sido um dos motivos para que fosse escrito em 1947, quando Marighella era deputado pelo PCB, que constava no arquivo da Politécnica, “documentos que demonstram [que] por suas convicções políticas contrárias ao regime que dominava o país”, o então estudante de Engenharia foi suspenso em 1934³⁷⁸. Como verificado, a motivação para que Marighella tenha sido afastado da Politécnica na perspectiva do que foi escrito em 1947 e utilizada como *pista* por Mário Magalhães, não condiz com a realidade dos fatos revelada pelas evidências disponíveis.

Por fim, o processo ainda garante contestar a afirmação do próprio Marighella, já citada, de que foi obrigado a abandonar a faculdade por perseguições políticas.

³⁷⁶ A VIDA progressa... op. cit., p. 9.

³⁷⁷ COMUNISTA e poeta... op. cit., p. 8. (grifo nosso)

³⁷⁸ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Acreditamos que a suspensão por direito de três meses, mas de fato de um ano, foi crucial na vida de Marighella, afinal, ele se vinculou ao partido apenas após sua saída da faculdade. Posto isto, é lícito pensar que sem a obrigação dos estudos naquele ano, Marighella tenha se dedicado intensamente à política partidária. Todavia, ressaltamos que não utilizamos, exclusivamente, a lógica da causa-consequência, mas corrobora com nossa hipótese o fato dele não ter se matriculado no ano de 1935 para concluir seus estudos, possivelmente em decorrência das suas atividades políticas e de um novo olhar para o seu futuro.

2.3 Abraçando “a causa do comunismo”

No primeiro dia de maio de 1936, Carlos Marighella, aos 24 anos, foi preso na Capital Federal “por estar fazendo propaganda comunista e distribuindo boletins de caráter subversivo, tendo sido apreendida, em seu poder, farta documentação pertencente ao Comitê Central – Seção Brasileira da Internacional Comunista”³⁷⁹. Onze dias após esta prisão, na delegacia Especial de Segurança Política e Social, o jovem comunista prestou seu depoimento à polícia, afirmando ao delegado Linneu d’Almeida Cotta que “há cerca de dois anos [...] após entendimento com vários amigos, leituras de prospectos e boletins”, quando ainda era estudante da Politécnica, “começou a prestar serviços ao Partido Comunista [...] como simpatizante, para afinal ficar definitivamente integrado nesse partido como seu membro efetivo pelas convicções de suas ideias”³⁸⁰. Quase duas décadas depois, Marighella afirmou que em 1934, após sua suspensão da Politécnica, foi “recrutado ao partido ingressando em uma célula de trabalhadores de tecidos”³⁸¹. No entanto, alguns anos depois, o comunista escreveu que abraçou “a causa do comunismo quando ainda frequentava os estudos de Engenharia Civil na velha Escola Politécnica da Bahia”³⁸².

³⁷⁹ *Prontuário Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Rio de Janeiro.

³⁸⁰ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

³⁸¹ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 1.

³⁸² MARIGHELLA, Carlos. *Por que...* op. cit., p. 23.

Diante de tais declarações, em que parece haver uma pequena divergência, nos questionamos: Marighella começou a militar no PCB quando era estudante da Politécnica ou após ter sido suspenso? Acerca deste questionamento, Gabriele Rosenthal tece uma crítica ao afirmar que os pesquisadores comparam os depoimentos com outras fontes a fim de comprovar a credibilidade e exatidão destes. Todavia, ao fazerem isso se deixa de “aproveitar o texto ou a história de vida como realidade de si mesma”³⁸³. Ao mesmo tempo em que consideramos a reflexão da autora pertinente e concordamos com sua afirmação de que a “realidade é mais rica do que podemos apreender em termos puramente científicos”, entendemos serem proveitosas algumas comparações, haja vista que, como a própria Gabriele Rosenthal escreveu, nos relatos frequentemente não há “vacilações”, fazendo com que o conjunto se encaixe dando a impressão de ordem e não de caos³⁸⁴.

A falta de *vacilações* afirmada por Rosenthal, que é verificada normalmente nos depoimentos, também pode ser aplicada aos textos biográficos, em que os autores geralmente buscam dar sentido e lógica à vida, fazendo com que se tenha a nítida impressão de que os acontecimentos seguem em cadeia previsível e anteriormente traçada, como é verificado nas obras sobre o fundador da ALN, inclusive acerca da sua entrada no PCB. Decerto que também podemos perceber nos depoimentos de Marighella sobre sua entrada no Partido Comunista a ideia de ordenamento, ainda que ao serem analisados em conjunto pareça haver alguma *vacilação*. Entretanto, comparando com maior acuidade estas declarações e aproveitando *a história de vida como realidade de si mesma*, entendemos que não há contradições nas afirmações de Marighella, mas sim, complementariedade. Assim sendo, compreendemos que ele começou a militar no PCB em 1934 e, ao declarar que ainda era estudante de Engenharia, o comunista não foi traído pela memória, afinal, embora suspenso da faculdade naquele ano, ele permanecia vinculado à *velha Escola Politécnica*.

Nesse sentido, levando em consideração a decisão final da Congregação da Politécnica, entendemos que Marighella começou a militar no PCB depois de maio de 1934. Ciente de que o ingresso do estudante de Engenharia no partido ocorreu após ter sido suspenso da faculdade, nos perguntamos: será que a referida entrada no PCB foi

³⁸³ ROSENTHAL, Gabriele. *A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas*. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). op. cit., p. 193-195.

³⁸⁴ Idem.

previamente traçada e ordenada ou foi a partir de uma situação caótica? Impossível concluir precisamente a respeito, porém, considerando a complexidade e o caos da vida em que decisões que mudam o direcionamento de uma existência são tomadas devido a uma conjuntura específica e sem o planejamento prévio, supomos que a suspensão de Marighella da Politécnica foi um fator potencializador para a sua atuação e a entrada efetiva no PCB. Afinal, impedido de prosseguir os estudos e, por isso, com maior disponibilidade de tempo, é plausível que o estudante de Engenharia tenha se dedicado inteiramente às atividades partidárias.

A comparação dos textos ainda nos permite especular que provavelmente Marighella tenha começado a se aproximar do comunismo enquanto cursava efetivamente Engenharia, possivelmente através do contato com outros acadêmicos em fins de 1933 e o início do ano seguinte, concomitantemente à organização do partido no estado. Nesta perspectiva, cogitamos, também, que a aproximação de Marighella com o comunismo foi fruto do seu envolvimento político com as demandas estudantis. Assim sendo, é razoável conjecturar que em dezembro de 1933, quando ocorreu o furto da documentação da Politécnica, ele já estivesse em contato com as ideias comunistas, sem, necessariamente, estar vinculado ao PCB. Um dos indícios de que a atuação estudantil de Marighella pode ter o influenciado a entrar no PCB se encontra na reportagem do jornal *A Tarde* que repercutiu a prisão dele, em 1936, no Rio de Janeiro. Nesta reportagem, muito provavelmente, referindo-se ao período em que o comunista estudou na Politécnica, foi afirmado que Marighella “sempre [foi] rebelado contra os preconceitos sociais descobrindo falhas em todas as instituições, mas sem nada sugerir de aproveitável, conforme a sua grande inteligência mal inclinada”³⁸⁵. Ainda que a matéria buscasse, em parte, detratar a imagem do ex-estudante da Politécnica, é lícito inferir, a partir do que foi afirmado, que a postura estudantil de Marighella dialogava com a dos signatários do partido que tinha Vladimir Ilitch Lênin como grande referencial.

Compreendendo que a entrada de Marighella no PCB se deu a partir de maio de 1934, convém mencionar que apenas a biografia de Mário Magalhães afirma que o futuro guerrilheiro ingressou no partido naquele ano, sendo que os demais autores incorreram no equívoco de afirmar que ao ser preso em 1932, ou imediatamente após ter

³⁸⁵ MARIGHELLA e a sua agitada vida... op. cit., p. 2.

saído desta prisão, o estudante de Engenharia já realizava atividades partidárias com destaque. Para demonstrar, na obra de Emiliano José está escrito que “Marighella, sai da prisão ainda em 1932 e seu prestígio cresce no partido, pelo extraordinário espírito de luta demonstrado”³⁸⁶. Percebe-se que para o autor o partido já existia no estado, entretanto, consideramos que no segundo semestre de 1932 os comunistas estavam apenas começando a se organizar, e que o PCB foi criado na Bahia, de fato, apenas no início de 1933.

Em relação à organização do partido na Bahia, Carlos Zacarias de Sena Júnior trabalha com a hipótese de que “a formação do PCB no estado, iniciada a partir da constituição de um núcleo embrionário originário em 1925 e com existência até 1931, passou por um momento de dissolução em 1932 e 1933, até voltar a se articular em 1934”. Ciente da exígua documentação a respeito, o autor cogita que o processo de fundação do partido no estado “parece ter mesmo se interrompido ou pelo menos se enfraquecido em algum ponto depois 1925”. De acordo com Sena Júnior, “as fontes sobre o assunto são imprecisas e algumas delas secundárias”, por isso, o autor especula “que, a partir de 1935, o PCB na Bahia cresceu com a ANL, e com o ingresso de estudantes que vão representar o grosso do partido, no período seguinte”³⁸⁷. Diante da imprecisão acerca da fundação o PCB no estado, e a partir da localização de documentação que nos impele a deduzir que o partido foi criado, efetivamente, em 1933, entendemos ser pertinente incursionar sobre a organização e a estrutura dos comunistas na Bahia, na busca por também contribuir com a história do partido em solo baiano. Em consequência, abordaremos a estrutura do PCB quando Marighella ingressou ao partido, assim como a sua militância no estado. Nesse sentido, faz-se necessário uma breve contextualização das atividades comunistas, enfocando tais ações na Bahia.

Criado em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil contou em seu I Congresso com “nove delegados representando setenta e três membros”, que discutiram a necessidade de se construir uma “nova organização revolucionária”, aceitando unanimemente as condições de admissão à Internacional Comunista. Durante a década

³⁸⁶ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 137.

³⁸⁷ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. As formigas obscuras da revolução mundial na Terra de Todos os Santos: anotações preliminares sobre a construção e os primeiros passos do PCB na Bahia. In ARAÚJO, Dilton José e MASCARENHAS, Maria José Rapassi (Org). *Sociedade e relações de poder: séculos XVII-XX*. Salvador: Edufba, 2014. p. 299-301.

de 1920 o PCB aumentou a quantidade de seus membros lentamente, tendo até 1930 cerca de mil membros, essencialmente no Rio de Janeiro. Embora o número de militantes tenha crescido lentamente, o partido naquela década possuía alguma estrutura, tanto que tinha o jornal *A Nação*, além de ter conseguido eleger no pleito de 1928 dois de seus membros ao cargo de Intendente³⁸⁸. Entretanto, tais vitórias eleitorais se deram através do Bloco Operário Camponês (BOC), haja vista que PCB se encontrava na ilegalidade³⁸⁹.

Se por um lado o PCB possuía alguma estrutura ao final da década de 1920, por outro, na Bahia, até meados daquela década praticamente não havia quem reivindicasse o partido, tanto que em relatório do partido de 1924 foi afirmado que não havia organização comunista³⁹⁰ no estado, apenas alguns operários simpatizantes³⁹¹. Segundo Marcelo Lins, os primeiros seis comunistas da Bahia foram identificados em 1925, perfazendo pouco mais de 1% dos quatrocentos e setenta e seis militantes do partido naquele ano. Baseado na documentação do PCB, o autor afirma que é provável que os primeiros comunistas estivessem concentrados na região das cidades de São Felix, Cachoeira e Muritiba que “na época possuía alta concentração de trabalhadores e trabalhadoras nas plantações e empresas de beneficiamento de fumo”³⁹².

Ainda de acordo com Lins, a fim de se estabelecer na Bahia, o PCB em 1926 definiu como tarefa a criação de um Comitê Zonal que deveria se ligar ao Comitê Regional³⁹³. Todavia, ao que tudo indica, a tarefa não foi cumprida, em parte ou integralmente, afinal, segundo Leôncio Basbaum, até 1930 não havia Comitê Regional do PCB no estado³⁹⁴. Em vista disso, salientamos que o fato de não haver uma organização regional do partido que centralizasse as atuações de seus militantes nos

³⁸⁸ CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1922-1943)*. Volume I. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982. p. 1-6.

³⁸⁹ Desde a sua fundação o PCB teve poucos meses de legalidades. Segundo Edgard Carone antes de 1945, o partido só havia permanecido na legalidade entre março e julho de 1924 e de janeiro a agosto de 1927. Assim, o BOC surgiu como possibilidade de uma frente única contando com pessoas que não tinham partidos e instituições, como, por exemplo, o Partido Socialista, numa tentativa de realizar um esforço comum em favor de candidaturas operárias.

³⁹⁰ Ressaltamos que utilizamos o termo comunista(s) ao longo do texto para designar os militantes do Partido Comunista do Brasil, não negando, no entanto, a existência de outros partidos ou mesmo pessoas que buscassem o comunismo sem estar vinculado a esta organização.

³⁹¹ LINS, Marcelo da Silva. *OS VERMELHOS NAS TERRAS DO CACAU: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007. p. 117.

³⁹² *Ibidem*, p. 118-119.

³⁹³ LINS, Marcelo da Silva. *op. cit.*, p. 119.

³⁹⁴ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias). Uma visão da história política do Brasil dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 85-86.

impossibilita de abordar a atuação do PCB em solo baiano de forma institucional durante o período em questão. Dessa forma, até a criação do Comitê Regional, tratamos das ações daqueles comunistas que reivindicavam o partido no estado.

Provavelmente em função de não terem sido cumpridas as tarefas determinadas pelo partido em 1926 é que o PCB durante a década de 1920 não conseguiu se expandir no estado. Para Leôncio Basbaum, que foi dirigente do PCB naqueles anos, em 1927 havia em Salvador “poucos companheiros, muito bons, mas quase todos vindos do anarquismo³⁹⁵, e ainda não haviam assimilado as novas formas de lutas dos comunistas”³⁹⁶. Decerto que naquela década a quantidade de integrantes do partido era pouco expressiva, tanto que a Bahia não enviou delegados para o terceiro Congresso do PCB, ocorrido entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929 e que contou apenas com membros de Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal³⁹⁷, o que nos faz crer que era nestes estados que se concentrava a atuação do partido. Um ano depois do referido Congresso, continuava ínfima a quantidade de militantes do PCB na Bahia, pelo menos em Salvador, afinal, nas palavras de Basbaum, em 1930 os integrantes do partido na cidade “eram tão poucos [que] não deviam ser mais de meia dúzia”³⁹⁸.

Mesmo sem uma quantidade expressiva de militantes, é provável que a partir do início da década de 1930 os comunistas tenham começado gradualmente a se estruturar e ter maior atuação no estado ou especificamente em Salvador. De acordo com a documentação produzida pelas autoridades policiais que vigiavam os comunistas baianos, a partir de 1930 foram “sendo postos em atividade, mais ou menos organizada, os militantes do credo vermelho”, ainda que “sem certa organização [...] começam a se firmar os militantes”³⁹⁹. Decerto que esta documentação policial ao mesmo tempo em que nos dá indícios do aumento da atividade comunista, nos indica a probabilidade do

³⁹⁵ Cabe salientar que não encontramos maiores informações sobre a atuação dos anarquistas na Bahia durante a década de 1920.

³⁹⁶ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 42.

³⁹⁷ PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 135, *apud* LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 123.

³⁹⁸ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 85-86.

³⁹⁹ A documentação produzida pela Polícia Política se encontra no Arquivo Público do Rio de Janeiro, e foi citada por: PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937*. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006. p. 30.

recrudescimento do anticomunismo neste período e também a maior atenção aos opositores de Vargas após os episódios de 1932 em São Paulo.

Acerca da possibilidade do aumento das ações comunistas, ainda que o PCB buscasse se consolidar no estado a partir do início dos anos de 1930, José Raimundo Fontes afirma que entre 1932 e 1933 a participação dos comunistas nas lutas operárias locais era pequena⁴⁰⁰. A probabilidade do aumento gradual das atividades dos comunistas se deve essencialmente às convicções daqueles que estavam certos que a Revolução Russa representava a esperança para mundo. Entretanto, é plausível afirmar, como fatores externos, que a chegada de Vargas ao poder por meio da Revolução de 1930 e a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) a partir de 1932, com uma “face profundamente conservadora, caracterizada pelo autoritarismo, catolicismo, ultranacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo”⁴⁰¹, pode ter contribuído, entre outros aspectos, para a maior organização e ação dos comunistas no estado.

A hipótese de que a atuação da AIB tenha potencializado a ação dos comunistas na Bahia é defendida por José Raimundo Fontes, ao afirmar que “o fortalecimento do integralismo no estado, onde já está organizado em 1933, propiciaria um ambiente político favorável para que fosse denunciado pelo PCB”. Ainda segundo o autor, a partir do final de 1933, os jornais *A Tarde* e *Diário de Notícias* começaram a publicar matérias acerca “das crescentes ações de agitação e propaganda de ‘comunistas’, materializadas em pichações, panfletagens e arregimentações de operários nos locais de trabalho”⁴⁰². Em vista disso, a partir do início da década de 1930 os comunistas parecem ter aumentado suas atuações políticas, haja vista que houve uma crescente observação da polícia sobre eles, e suas ações passaram a ser noticiadas na imprensa. Ademais, as referidas ações que foram publicizadas podem demonstrar não apenas o fortalecimento dos comunistas, mas também a inexperiência dos seus militantes, chamando atenção da polícia para a organização ilegal.

⁴⁰⁰ FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. *apud* LINS, Marcelo da Silva. *op. cit.*, p. 124-125.

⁴⁰¹ FERREIRA, Laís Monica Reis. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial*. *Revista de História Regional*. Universidade Estadual de Ponta Grossa. V. 11, n. 1, 2006. p. 55. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acessado em: 02 fev. 2016.

⁴⁰² FONTES, José Raimundo. *A Bahia...* *op. cit.*, *apud* LINS, Marcelo da Silva. *op. cit.*, p. 124-125.

O crescimento da atuação dos comunistas, ao que se mostra, deveu-se à criação do Comitê Regional do PCB na Bahia (CR-BA). Segundo o jornal *O Momento*, após a realização do “Pleno Nacional do Partido Comunista” em julho de 1932, Manoel Batista retornou à Bahia e “procurou levantar todo trabalho partidário”, realizando no estado o Pleno Estadual⁴⁰³. Aliando esta informação ao fato de que a primeira Conferência Regional ocorreu em outubro de 1933⁴⁰⁴, acreditamos que a criação do CR-BA tenha acontecido no início de 1933. Nesse sentido, levamos em consideração a necessidade de Manoel Batista, ao retornar à Bahia no segundo semestre de 1932, precisar de algum tempo para arregimentar os militantes e realizar o Pleno Estadual, haja vista que as atividades dos comunistas eram ilegais. Corrobora com esta hipótese a informação, contida em documentos policiais, que Manoel Batista, o primeiro secretário-regional, realizou em 1933 “um pleno estadual em S. Salvador, com a colaboração do grupo marxista” de Ilhéus, composto por “Nelson Schaun, Edson Joaquim de Moraes e Luis Schaun Filho”⁴⁰⁵.

É certo que o estabelecimento do CR-BA em 1933 pode justificar o aumento das ações dos comunistas divulgadas pela imprensa. Entretanto, salientamos que a instauração do PCB na Bahia não significou a adesão imediata e significativa dos trabalhadores às fileiras do partido. Além disso, tal fato não simboliza que a organização tenha, efetivamente, se consolidado naquele ano.

Após a criação do CR-BA, em seu segundo Boletim Interno, de 1º de maio de 1934, há uma conclamação aos “companheiros”, por “um amplo trabalho de massas”, já que eles estavam permanecendo “de molho no azeite doce da passividade, enquistados num oportunismo sectarista verdadeiramente traidor, afastados por inteiro do contato com as massas”⁴⁰⁶. Este documento nos permite ter uma noção um pouco mais precisa acerca do PCB no estado naquele ano, assim como no ano anterior, por isso, faremos uma breve exposição do seu texto para compreendermos qual era a conjuntura do partido quando Marighella ingressou nele.

⁴⁰³ *O Momento*. Salvador, 05 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁴⁰⁴ *Boletim Interno n. 2* (CR da Baía do PCB). 01 mai. 1934. In Processo-Crime 65/TSN. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.1. Rio de Janeiro.

⁴⁰⁵ *Comitê Estadual, Comitês Populares e principais militantes do Partido Comunista na Baía*: Documentação do Partido Comunista do Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 885. Rio de Janeiro.

⁴⁰⁶ *Boletim Interno n. 2* (CR da Baía do PCB). 01 mai. 1934. In Processo-Crime 65/TSN. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.1. Rio de Janeiro.

Segundo este boletim, foi na primeira Conferência Regional, ocorrida em outubro de 1933, que o CR-BA passou a ter “um organismo dirigente proletarizado”, formado por dez membros, que eram: Eustáquio (calafate), Arlindo (sapateiro), Mariano (mobiliário), Inês (jovem tecelã), Venâncio (alfaiate), Inocêncio (trabalhador do campo), Waldomiro (jovem desempregado), além de Reinaldo, Zulmiro e Augusto⁴⁰⁷. Nota-se que o CR-BA em 1933 seguia a linha do obreirismo⁴⁰⁸, política adotada a partir de 1929 como consequência do III Congresso do PCB, em que a direção do partido passou a ser preenchida por pessoas de origem operária, obrigando os intelectuais a se “afastarem do partido ou a ocuparem posições secundárias” e fazendo com que antigas lideranças, inclusive algumas fundadoras do partido, como Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB, fossem alijadas de suas funções⁴⁰⁹.

O referido boletim foi iniciado fazendo um chamamento “por um primeiro de maio de lutas e combates! Contra o oportunismo menchevique-astrogildista e o putchismo apodrecido que embaraçam o nosso [partido] na Bahia”⁴¹⁰. Ao longo das dezenove páginas do boletim, parte significativa é dedicada a criticar a atuação da direção que, segundo o texto, desde a primeira conferência “caiu numa passividade criminoso”. A análise deste documento nos faz concluir que aproximadamente seis meses após sua primeira conferência, em maio de 1934, a direção do Comitê do CR-BA encontrava-se praticamente desfeita, ao que se mostra, devido à competição entre os seus membros, assim como a inépcia e a fragilidade política dos dirigentes do partido.

Ao que tudo indica, as disputas pelos postos de direção não eram novidade no partido que tinha pouco mais de um ano de atividade no estado, afinal, “Honório de Freitas Guimarães, codinome Martins, que trabalhou organizando o PCB baiano entre setembro e novembro de 1933”⁴¹¹, afirmou que ao chegar à Bahia percebeu um Comitê

⁴⁰⁷ Não foi possível identificar a profissão dos três últimos dirigentes devido ao estado deteriorado do documento.

⁴⁰⁸ Cabe mencionar, que a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe e as decisões do VI Congresso da Internacional Comunista são as fontes do obreirismo, assim sendo, tal linha política não foi criada, mas sim, adotada pelo PCB. O obreirismo, também denominado de proletarização, durou no PCB até o segundo semestre de 1934, quando Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, assumiu a secretaria-geral do partido.

⁴⁰⁹ CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. op. cit., p. 9.

⁴¹⁰ *Boletim Interno n. 2* (CR da Baía do PCB). 01 mai. 1934. In Processo-Crime 65/TSN. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.1. Rio de Janeiro.

⁴¹¹ PRIMO, Jacira Cristina Santos. op. cit., p. 30.

Regional “dividido, lutando por posto, sem nenhum trabalho de célula”⁴¹². Martins ainda afirma que conseguiu junto com outros militantes reorganizar três ou quatro células e recrutar uma “vitena” de elementos novos, além de informar que a Conferência Regional realizada em outubro de 1933 contou com quatorze companheiros⁴¹³.

Diante deste cenário, a direção do CR-BA, instituída em outubro de 1933, foi duramente criticada pelo boletim de maio de 1934. No documento, foi afirmado que alguns fatores “concorreram terrivelmente para o naufrágio do CR-BA e para o relaxamento [...] de toda a sua, já de si, precária atividade”, dentre os quais, a ação miserável dos companheiros mais capacitados, a falta de politização dos novos elementos, o sectarismo de chumbo de parte dos camaradas e os desvios de direita e esquerda⁴¹⁴. Desta forma, nota-se que o partido tinha frágil e débil atuação e que havia, entre seus poucos militantes, grande animosidade e troca de acusações. Além disso, percebe-se a pouca preparação teórica dos elementos recém-ingressos nas fileiras do partido. Tomando como base o depoimento de Martins, entendemos que o boletim exagera ao tratar do “*naufrágio*” do CR-BA, pois, ao que tudo indica, antes mesmo da composição daquela Direção em 1933, o Comitê Regional já estava submerso.

As críticas feitas à Direção do CR-BA eram de toda a ordem, desde o fato desta não ter assegurado “capacitação aos companheiros”, até a demora em ocorrer a primeira reunião do CR-BA, que somente aconteceu dois meses após a Conferência, contando com a presença de apenas um delegado e três membros da Direção. Além disso, as críticas se deram também pelas animosidades e falta de comprometimento daqueles que compuseram a Direção. Nesse sentido, de acordo com o boletim, Eustáquio ao se tornar secretário-regional causou resistência de Mariano e Waldomiro. Estes, em seguida, passaram a divergir, a ponto de Mariano se afastar do partido, enquanto Waldomiro não comparecia às reuniões alegando, inclusive, sua impossibilidade pela “falta de sapato”. “Augusto e Reinaldo ressentidos” com a forma “pejorativa” que foram tratados por Eustáquio também se afastaram do CR-BA, enquanto Inês, embora fosse da Direção, não tinha comparecido sequer à Conferência e após se tornar dirigente “nunca foi

⁴¹² *Autobiografias e relatos de elementos da direção do PCB*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícia Política; Setor Comunismo; Pasta 21, fls. 63. Rio de Janeiro. In PRIMO, Jacira Cristina Santos. op. cit., p. 30.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ *Boletim Interno n. 2* (CR da Baía do PCB). 01 mai. 1934. In Processo-Crime 65/TSN. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.1. Rio de Janeiro.

procurada”, propondo, inclusive, deixar o CR-BA para ser “simpatizante” do partido. Diante dessa conjuntura, percebe-se que o Comitê Regional não funcionava como devia, a ponto de “alguns elementos [pensarem] em encostar o partido”.

Pesavam ainda sobre a Direção as acusações de que após a Conferência “só fez amontoar desvios sobre desvios sem realizar nenhuma tarefa concreta”, deixando de obedecer às tarefas traçadas, sem nem mesmo aplicar “mecanicamente algumas diretivas” do Comitê Central, como se fazia antes. Segundo o boletim, em pouco mais de seis meses, o CR-BA perdeu o contato com os tecelões; subestimou a ligação com os simpatizantes de Alagoinhas⁴¹⁵, Cachoeira e Santo Amaro⁴¹⁶; não criou a Liga dos Negros, Liga dos Índios; assim como não criou a Juventude Comunista. Ainda foi afirmado que “o débil trabalho individual que vinha fazendo nos marceneiros e construção civil foi paralisado”, de tal forma, que tamanha inércia permitiu “que as poucas células existentes desaparecessem”. Ao que tudo indica, o documento tem alguns exageros na descrição que fazia, porém nos revela a pouca organização e inserção do PCB até meados de 1934 na cena política baiana, devido, em alguma medida, às próprias divergências entre os militantes daquela pequena e frágil organização ilegal que era perseguida pela polícia.

Este “documento autocrítico” enviado “às bases” também discorreu sobre os “erros, desvios e debilidades” do CR-BA entre 1933 e 1934. No boletim, foi atribuída a Mariano, codinome de Manoel Batista, a principal responsabilidade pelo declínio da débil organização, por ser ele o “elemento mais antigo e o mais responsável do [partido] na Região”, além de ser o “antigo Secretário”. Mariano/Manoel Batista, entre as diversas acusações, seria o responsável por causar as disputas que enfraqueceram o CR-BA, além de ser chamado de “pequeno-burguês”, o que nos surpreende, haja vista que o próprio documento informa que sua profissão é mobiliário. O documento ainda afirma que Mariano propôs, “para atenuar sua atitude de traidor”, passar a condição de simpatizante do partido, o que foi mal visto pelos demais. Comparado a Astrojildo

⁴¹⁵ Importante cidade do interior baiano que faz a conexão, por meio da ferrovia, entre Salvador e outros estados do Nordeste, assim como com a região norte da Bahia. Por isso, Alagoinhas, à época, possuía uma grande quantidade de ferroviários.

⁴¹⁶ Cidades do recôncavo baiano que eram grandes produtoras de fumo, e que também são cortadas pela ferrovia, o que fazia com que na década de 1930 tais cidades concentrassem muitos ferroviários.

Pereira, o CR-BA “chamou Mariano a discutir seus erros” e, “por unanimidade o expulsou imediatamente” do partido⁴¹⁷.

Entre aqueles que também cometeram “erros, desvios e debilidades”, o documento informa que outros dois dirigentes foram afastados do CR-BA. Segundo consta no boletim, Eustáquio, o então Secretário do Comitê Regional, e Waldomiro foram desligados de suas atividades por inúmeros motivos, inclusive por terem sido acusados de desvios de dinheiro. Pesava sob Waldomiro ainda, o fato dele ter ido ao Rio de Janeiro sem comunicar ao partido, o que poderia culminar na sua expulsão por abandono. Entretanto, Waldomiro não foi expulso, pois, ao chegar ao Rio de Janeiro “pediu trabalho a [...] Juventude Comunista”, o que fez com que a direção do CR-BA indicasse que a situação dele seria analisada em um momento mais oportuno e que, provavelmente, ocorreu após a elaboração do boletim⁴¹⁸. Este documento ainda informa que foi sugerida a expulsão de Reinaldo, por, entre outras coisas, ter se afastado do partido. Nota-se que cerca de seis meses após a conferência que constituiu uma nova Direção ao Comitê Regional, seis dos dez membros estavam afastados, inclusive o então secretário-regional. É factível que este Boletim tenha sido feito por algum dos quatro membros que ficaram na Direção do CR-BA, que foram: Arlindo, Venâncio, Inocêncio e Zulmiro. Dos dez dirigentes que compuseram a Direção do CR-BA em 1933, o Boletim somente revelou o verdadeiro nome de Mariano (Manoel Batista), muito provavelmente, por ele ter sido expulso do partido, sem que os remanescentes tivessem preocupação com a segurança dele. Dos que permaneceram no CR-BA, Marcelo Lins identificou Zulmiro como “Samuel Genez, que segundo a polícia era russo, [e] foi para Ilhéus em meados de 1935, [para] atuar junto à direção partidária”⁴¹⁹.

Parte das dezenove páginas do Boletim Interno foi para expor e criticar a atuação da Direção partidária, porém, o documento também buscou apresentar às suas “bases” um panorama sobre a situação do mundo, como, por exemplo, a “construção vitoriosa do socialismo” na URSS, devido à conclusão do primeiro Plano Quinquenal, enquanto

⁴¹⁷ O documento faz uma série de críticas a Manoel Batista, demonstrando que ele estava disposto a deixar a organização, para “trabalhar fora [do partido], “desligado da base e da direção”. Para o(s) autor(es) do boletim, tal atitude de Manoel Batista se devia porque ele “julgava certamente que o P. na iminência de falir, iria adalá-lo para voltar, e entregar-lhe a direção”. Ao expulsar Batista, o CR-BA definiu que “nenhum elemento do P. pode manter ligação de espécie alguma com Mariano”, por ele ser: pequeno-burguês, menchevique, astrogildista, trotskista e contrarrevolucionário.

⁴¹⁸ Não localizamos outro documento que possa indicar as consequências da ida de Waldomiro para o Rio de Janeiro.

⁴¹⁹ LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 132.

apontavam que crescia “em todo mundo capitalista a fome, o desemprego, a miséria”. O texto informa, ainda, que “Alemanha acha[va]-se entregue a corja sanguinária de Hitler e seus lacaios”. Sobre a Bahia, foi apresentado o quadro da situação econômica do estado que teve substituída a subordinação ao “imperialismo britânico” pelo “imperialismo yanque”, inclusive com criação do Instituto do Cacau pelo governo “feudal-burguês”, que “representa[va] a mais poderosa agência do imperialismo yanque” na região. Além disso, o boletim traçou um breve panorama da situação da plantação e comercialização do cacau no estado.

Sobre os trabalhadores foi afirmado, entre muitas coisas, que estes estavam submetidos “as mais negras formas de exploração”, detalhando as inúmeras formas de abusos e que estes viviam “vida miserável”, sendo explorados devido aos baixos salários, que era em média de dois a seis mil réis por dia e, por isso, estavam sujeitos “as explorações de agiotas”. Tais trabalhadores moravam em “verdadeiros atoleiros em tempos de chuva”, em casas que eram “tugúrios”, além do custo de vida “aumentar assombrosamente”, o que dificultava ainda mais a vida deles. O documento ainda buscou problematizar a “situação dos negros e índios, jovens e mulheres, imigrantes e flagelados”, afirmando que “a opressão política e econômica sobre os negros, bem como sobre os índios assenta sobre a base do preconceito de raça”, sem que aos negros fosse entregue algum trabalho de importância, enquanto os índios são “considerados selvagens” e a eles lhes “dirigem uma guerra de extermínio”. Para o PCB, ainda sobre os trabalhadores, “a vontade de luta não cessa[va] de aparecer, e constata-se tão somente a falta do [partido] para orientar e dirigir até o fim os grandes movimentos de massa”, que estavam acontecendo em Salvador e na Bahia.

Ainda de acordo com o texto, a desarticulação do partido fez com que ele não estivesse envolvido na greve dos estivadores, dos operários que demoliram a Sé, dos carroceiros em Ilhéus, das lavadeiras em Itabuna, dos ferroviários em Nazaré ou dos “praticantes de padaria”. Nota-se que o partido pretendia participar, orientar e direcionar a luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo, percebe-se que ações grevistas aconteciam em diversas cidades do interior e da capital da Bahia. Ainda ratifica-se por meio deste documento a situação de extrema pobreza em que viviam os trabalhadores e, por fim, percebe-se, ainda, que havia no discurso do partido relativa preocupação com a situação dos negros e de outras minorias.

O referido boletim ainda disserta sobre a situação política na Bahia e a respeito dos políticos mais expressivos que estavam vinculados ao Partido Social Democrata (PSD) e à Liga de Ação Social e Política (LASP). Para os comunistas, ambos eram “partidos feudal burgueses”, porém, o primeiro era ligado ao “imperialismo yanque”, enquanto o último era vinculado aos “interesses do imperialismo britânico”. A respeito da ocupação da Faculdade de Medicina em 1932, que já abordamos, o documento afirma que os estudantes foram incitados e iludidos pelos políticos que obedeciam aos “imperialistas ingleses”, haja vista que o estado estava sob o domínio do imperialismo yanque. O texto prossegue dizendo que os jornais: *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *O Imparcial*, *O Estado da Baía* e *Era Nova* eram “órgãos venenosos” e que “a massa operária e camponesa devem resguardar-se do veneno que a imprensa feudal-burguesa instila sistematicamente”. Nesta parte do documento evidencia-se a visão dos comunistas à época, atribuindo quase que todas as questões a uma disputa imperialista entre a Inglaterra e os Estados Unidos e a caracterização do Brasil como feudal ou feudal-burguês, além de ratificar a inércia partidária.

Ainda que o boletim admitisse que o partido estava “parado como uma lesma, imerso num sectarismo a prova de fogo”, e insistentemente afirmasse que o CR-BA tinha pouca atividade na Bahia, ele não se esgotou nas críticas e análises, propondo ações para os três meses seguintes. Nesse sentido, o CR-BA estabeleceu diversas tarefas a serem realizadas, entre elas: criar células em “fábricas e empresas fundamentais (ferroviários, tecelões, metalúrgicos, transviários, marítimos, choferes, estivadores)”, e deixar de atuar apenas como agitadores; criar células de “soldados e marinheiros no exército, na polícia e em cada navio”; recrutar o maior número de operários, sendo que deveria ser 60% de negros; criar Ligas de negros, de índios e de camponeses; criar círculos de leituras e capacitação para os membros do partido; realizar grandes movimentos de massas e comícios relâmpagos; preparar e dirigir greves nas empresas; editar na Bahia o órgão do partido “Bandeira Vermelha”; criar a Juventude Comunista e tornar o partido conhecido para as massas e intangível para a polícia. Tais tarefas deveriam ser feitas até 1º de agosto, “data internacional da luta contra a guerra”, haja vista a iminência da realização da 2ª Conferência Regional do Partido.

A última parte do documento oficial do CR-BA reafirma que o partido não era conhecido e diante da grande quantidade de tarefas a serem feitas, em um tempo muito

exíguo, podemos concluir que o documento propõe praticamente refundar o Comitê Regional, assim como é provável que tais ambições não tenham sido cumpridas em sua totalidade. Decerto que a atuação do PCB baiano em meados de 1934, ao que se mostra, era bastante insignificante, tanto que o secretário-geral do partido, Miranda, em julho daquele ano afirmou que “estamos fazendo atenção agora a Região da Bahia, que é das mais débeis, mas devido a importância econômica e política daquele estado e da sua capital, precisamos reforçá-la e fazer dela a segunda Região do nordeste depois de Recife”⁴²⁰. Alguns dias depois da referida afirmação de Miranda, o PCB realizou sua 1ª Conferência Nacional e o documento em decorrência desta reunião trata, entre outros, da necessidade de se aproximar dos “soldados e marinheiros” e da situação de “opressão e exploração” dos “negros e índios escravizados”⁴²¹. Tais perspectivas coadunam com o documento do CR-BA de maio, o que nos indica, até mesmo pela sua subordinação, a consonância dos comunistas baianos com as diretrizes nacionais do partido.

Por fim, em linhas gerais, o Boletim Interno nos evidencia de forma mais contundente que os dirigentes estaduais do PCB viviam em confronto, e que embora houvesse um Comitê Regional, mesmo passado mais de um ano da sua criação, este *vivia parado como uma lesma*. Tal informação diverge com a perspectiva apresentada por José Raimundo Fontes, já mencionada, que “dos fins de 1933 em diante, informações da grande imprensa dão conta das crescentes ações de agitação e propaganda de ‘comunistas’ materializadas em pichações, panfletagens e arregimentações de operários nos locais de trabalho”⁴²². Diante desta possível contradição, salientamos que Fontes utilizou para sua análise jornais de dezembro de 1933 e de maio e novembro de 1934. Posto isto, consideramos que em vez de contradição, as publicações sobre as ações dos comunistas baianos corroboram com as informações contidas no Boletim, pois nos indica que as atividades de dezembro de 1933 foram em consequência da 1ª conferência do partido ocorrida em outubro, assim como as ações em maio e novembro de 1934 aconteceram, potencialmente, em decorrência das tarefas empreendidas após o Boletim Interno.

⁴²⁰ *Carta enviada pelo BPN ao BSA da IC*. (assinada por Miranda). Rio de Janeiro. 04 jul. 1934. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: IC. São Paulo. In LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 125.

⁴²¹ CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. op. cit., p. 159-171.

⁴²² FONTES, José Raimundo. *A Bahia...* op. cit., *apud* LINS, Marcelo da Silva. Op. cit., p. 125.

O documento acima exposto nos fornece elementos para analisarmos a atividade do PCB na Bahia no ano em que Marighella ingressou em suas fileiras, assim como no ano anterior. No referido boletim, além de percebermos que os dirigentes do CR-BA se digladiavam, nota-se que o partido buscava de fato se organizar e ampliar a quantidade de militantes e ações, por isso foi escrito que era necessário fazer o recrutamento de novos integrantes. Nesta perspectiva, é provável que Marighella tenha sido um dos recrutados pelo PCB em função desta diretriz, o que nos impele a questionar: estando o PCB na condição de ilegalidade, como se dava a adesão de novos membros ao partido e como circulavam as ideias comunistas?

Segundo Leôncio Basbaum, seu contato com o comunismo se deu em 1925, quando foi apresentado a Souza Barros em Recife, “que começou a puxar conversa sobre o comunismo”. Posteriormente, amigos o levaram “à casa de um professor” que “dava uma espécie de aula sobre marxismo, dialética, Lenine e Trotsky”. Segundo Basbaum, seu contato com tais ideias continuou durante aquele ano, o que determinou seu ingresso no partido em 1926, quando tinha 19 anos⁴²³. No ano seguinte, Giocondo Dias⁴²⁴, aos 14 anos, “recebeu as primeiras noções, ainda que bem vagas, sobre o comunismo” após seu contato com Alberto Campos. No entanto, sua entrada no PCB apenas ocorreu em 1935, aos 22 anos, em Natal, após ele aderir, inicialmente, à Aliança Nacional Libertadora (ANL) em uma “reunião na casa de um companheiro”⁴²⁵. Cabe mencionar que em outro documento Giocondo afirmou que em 1935 “tinha cerca de um ano em meio no partido [e] ainda não era marxista, não tinha lido nenhum livro marxista”⁴²⁶. Ainda que haja divergência em relação à data de entrada de Giocondo Dias no PCB, provavelmente pela traição da memória, nos interessa neste trecho perceber que o ingresso no partido não estava necessariamente ligado ao conhecimento profundo das ideias comunistas.

Ainda na década de 1930, Marighella disse em depoimento à polícia que seu recrutamento pelo partido aconteceu quando ele tinha 22 anos, “após entendimento com

⁴²³ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 35-39.

⁴²⁴ Giocondo Gerbasi Alves Dias nasceu em Salvador-BA, em 1913. Dias, participou do Levante da ANL, em 1935, em Natal-RN. Ao longo de sua militância no partido, chegou ao posto de secretário-regional do CR-BA no início da década de 1940, assim como de secretário-geral do PCB em 1980, substituindo Luis Carlos Prestes. Giocondo Dias faleceu em 1987, aos 73 anos.

⁴²⁵ FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993. p. 34-42.

⁴²⁶ DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas: artigos, entrevistas e um depoimento político de Giocondo Dias*. São Paulo: Novos Rumos, 1983. p. 142.

vários amigos, leituras de prospectos e boletins”⁴²⁷. Outro militante que entrou no partido naquela década, João Falcão⁴²⁸, afirmou que seu contato com o PCB se deu em 1938, quando foi convidado por Arruda Câmara⁴²⁹ “para ingressar num movimento de resistência ao Estado Novo e ao fascismo, na clandestinidade”. Falcão informa, ainda, que ao receber de Câmara, aos 19 anos, “panfletos clandestinos para ler”, compreendeu que estava diante de uma proposta de “filiação ao Partido Comunista”⁴³⁰. Mário Alves, que assim como Falcão se tornou dirigente do PCB, ingressou no partido em 1939, aos 16 anos⁴³¹. Ainda naquela década, mais precisamente em 1934, o escritor baiano Jorge Amado “ocupou o seu lugar na trincheira política ao lado dos comunistas”⁴³², quando tinha 24 anos. Por fim, em 1945 ingressou no PCB Luis Contreiras⁴³³, aos 18 anos, através de um amigo chamado Josué Almeida. Segundo Contreiras, Josué “já tinha lido sobre a URSS e me passou, também, aquela literatura e me levou ao partido”⁴³⁴.

Nota-se diante destes exemplos, em diferentes momentos e lugares, que a ação de recrutar novos militantes era fundamental para o partido, não importando, necessariamente, se o inexperiente integrante tinha conhecimento prévio das ideias comunistas. Geralmente, tais conhecimentos eram adquiridos após o ingresso do militante no partido, por meio de boletins e demais documentos partidários. Percebe-se ainda que o recrutamento acontecia entre pessoas que tinham relativa proximidade

⁴²⁷ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

⁴²⁸ João Falcão nasceu em 1919, em Feira de Santana – Bahia. Entrou para o PCB no final da década de 1930 e fundou a *Revista Seiva* em dezembro 1938. No início da década de 1940 se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia e se tornou dirigente do PCB, além de também ter sido um dos fundadores do jornal comunista *O Momento* em 1945. Neste mesmo ano, concorreu ao cargo de Deputado Federal Constituinte junto com Marighella. Se desligou do PCB no final da década de 1950, em função da crise ocasionada com as denúncias dos crimes de Stalin em 1956. Faleceu em 2001, aos 92 anos.

⁴²⁹ Diógenes Alves de Arruda Câmara nasceu em Afogados de Ingazeira-PE, em 1913, e ingressou no PCB em 1934. Arruda Câmara se mudou para Salvador em 1936, e no estado, se tornou secretário-regional do CR-BA. A partir de 1943, quando ajudou na reorganização do partido, passou a compor o Comitê Nacional do PCB. Arruda Câmara ocupou até a década de 1960, cargo na direção do partido, sendo um dos dirigentes mais importantes do PCB por cerca de duas décadas. Após se desvincular do PCB, ingressou no PCdoB. Arruda Câmara morreu em 1979.

⁴³⁰ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 33-34.

⁴³¹ FALCÓN, Gustavo. Um caminho brasileiro para o socialismo. A trajetória política de Mário Alves (1923 – 1970). 207 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007. p. 65.

⁴³² PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista... escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, 1997. p. 140.

⁴³³ Luis Contreiras de Almeida é engenheiro e começou a militar no PCB em 1945, em Salvador, quando ainda era estudante da Escola Politécnica da Bahia.

⁴³⁴ ALMEIDA, Luis Contreiras de. *Luis Contreiras de Almeida: depoimento* [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

devido à necessidade de discrição em vista da clandestinidade do partido. Ainda devido à necessidade de discrição, é plausível supor que a maioria dos encontros acontecesse nas residências dos militantes, por serem locais mais seguros. Por fim, evidencia-se que a aproximação e/ou o ingresso ao partido acontecia com pessoas muito jovens. Para o famoso historiador inglês Eric Hobsbawn, que se aproximou do comunismo aos 15 anos e ingressou no Partido Comunista Britânico aos 19 anos, a circunstâncias de os comunistas serem jovens ao decidirem por este caminho se devia ao fato deles se sentirem “normalmente seduzidos pela política de ação, pela lealdade e pelo extremismo, não conspurcados pelos compromissos baixos e desonestos daqueles que pensam em política como a arte do possível”⁴³⁵.

Talvez seduzido pela política da ação, Marighella se deixou recrutar pelo partido aos 22 anos. Percebe-se que tal ingresso, quando o filho de Augusto e Maria Rita acabara de passar dos 20 anos, não fugiu à regra. Ademais, a afirmação dele à polícia que seu ingresso no PCB se deu *após entendimento com vários amigos, leituras de prospectos e boletins*, sem necessariamente ter grande preparação teórica, é bastante crível. O recrutamento de Marighella, após sua suspensão da Escola Politécnica, ocorreu em um período em que o partido praticamente não tinha inserção entre os trabalhadores e na sociedade baiana, sendo que o Boletim Interno informa que havia a tarefa de *criar células em fábricas e empresas fundamentais*, como a dos *tecelões*. Posto isto, nota-se que a entrada de Marighella no PCB se deu em um contexto de ampliação de seus membros e que o fato dele ter “ingressado em uma célula de trabalhadores de tecido”⁴³⁶ já estava, em alguma medida, preestabelecido.

Deveras que não há precisão em relação ao mês em que o jovem comunista ingressou no partido, porém é certo que a atuação dele na Bahia durou menos de um ano e meio, haja vista que ele foi morar no Rio de Janeiro entre outubro e novembro de 1935⁴³⁷. Sobre sua militância no estado, Marighella afirma ter “organizado células do partido entre os trabalhadores do porto”, transviários e padeiros, além de ter “organizado a Juventude Comunista”⁴³⁸, o que nos faz acreditar que as tarefas traçadas

⁴³⁵ HOBBSAWN, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. Trad. S. Duarte São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 87.

⁴³⁶ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 1.

⁴³⁷ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

⁴³⁸ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 2.

no Boletim de maio de 1934 estavam começando a ser executadas, já que o partido buscava inserir-se na sociedade e tinha a atenção para tal, de Miranda, o secretário-geral do PCB, como já citado. Se por um lado a criação da Juventude Comunista em 1934 nos indica a saída da inércia do CR-BA, por outro, ratifica o atraso das ações no partido no estado. Afinal, a decisão de criar este órgão no Brasil, tal qual em outros países, ocorreu em 1926, sendo o primeiro núcleo da Juventude Comunista instalado no ano seguinte, em Recife, por Astrojildo Pereira⁴³⁹. Independente do seu atraso em relação à capital pernambucana, as ações da Juventude Comunista na Bahia foram dignas de elogios pela Comissão Nacional de Agitação e Propaganda, que afirmou que este organismo tinha feito “grandes progressos” um ano após sua criação⁴⁴⁰.

Ainda acerca do período em que militou na Bahia, Marighella afirma que chegou “a ser o Secretário do partido”⁴⁴¹. Armênio Guedes, por sua vez, informa tê-lo conhecido na reunião de organização da célula do partido na Faculdade de Direito, em março ou abril de 1935, quando “apareceu Marighella como o responsável pelo partido”, com o codinome de Estanislau⁴⁴². Em reportagem do *O Momento*, periódico do partido, consta que Marighella foi “um dos dirigentes do Partido Comunista e do proletariado, na Bahia, no período anterior a 1935”⁴⁴³. Cabe ressaltar que a referida reportagem foi publicada em pleno curso do processo eleitoral de 1945, quando Marighella era um dos candidatos pelo PCB, sendo afirmado que ele foi um dos dirigentes e não o secretário-regional do CR-BA. Em vista deste documento, entendemos que se o comunista tivesse sido o principal dirigente do Comitê Regional da Bahia o jornal informaria, já que tal informe poderia atribuir maior importância e notoriedade ao candidato. Posto isto, ao confrontarmos os documentos, cremos que Marighella conseguiu no curto período em que atuou na Bahia ter ascensão no partido, entretanto, não foi o secretário-regional, mas sim, um dos dirigentes do CR-BA. Por isso, nos opomos à afirmação de Mário Magalhães, em que autor, baseado apenas na

⁴³⁹ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 42-45.

⁴⁴⁰ *Boletim de Agitação e Propaganda* (PCB). Jul. 1935. Processo 171/ TSN. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: IC. São Paulo. In LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 129.

⁴⁴¹ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 2.

⁴⁴² GUEDES, Armênio. op. cit.,

⁴⁴³ CANDIDATOS do povo indicados pelo Partido Comunista. *O Momento*. Salvador, 05 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor: Periódicos Raros. Salvador.

autobiografia do comunista, escreveu que Marighella ocupou o maior posto do Comitê Regional no estado⁴⁴⁴.

Em relação à Marighella ter ocupado um cargo de dirigente em sua rápida ascensão partidária, só foi possível porque a linha política adotada após o segundo semestre de 1934 não previa mais que o PCB tivesse um “organismo dirigente proletarizado”, permitindo que o estudante de Engenharia ocupasse o cargo. Ao mesmo tempo, nos chama atenção a referida ascensão, afinal, vai de encontro ao Boletim de 1934, em que se tratou da necessidade de assegurar a “politização” dos quadros do partido, haja vista que esta era uma das muitas deficiências do Comitê Regional. Cabe mencionar que no documento também havia críticas à pouca capacitação de dirigentes como Reinaldo e Inês, ou mesmo do secretário-regional, Eustáquio. Diante disso, nos perguntamos: com poucos meses de militância era possível que Marighella já estivesse preparado para ocupar o cargo de dirigente do partido? A chegada de Marighella à Direção do CR-BA ocorreu devido à sua grande capacidade política ou pela ausência de quadros para tal empreitada?

A partir dessas questões, salientamos que no ano anterior à entrada de Marighella no PCB, em 1933, a conferência que compôs a Direção foi realizada por 14 membros, sendo 10 os eleitos para os cargos dirigentes, evidenciando a pouca quantidade de militantes do partido. Nesse sentido, Luis Henrique Dias Tavares aponta que o PCB só ultrapassou “a primeira dezena de militantes no final de 1934 para os primeiros meses de 1935” e, que neste ano, o partido “teria, no máximo, duas dezenas de militantes, somando-se todos os que formavam células na estiva, no porto, nas fábricas de tecidos, gráficas, ferrovias e escolas de nível superior”⁴⁴⁵. Ademais, ainda que a partir de 1934 as ações do partido tenham alcançado alguma projeção na imprensa, estas ainda eram ínfimas. Posto isto, ciente da debilidade do partido na Bahia e da pouca quantidade de militantes, não negamos que Marighella pudesse em tão curto espaço de tempo ter demonstrado capacidade política. Entretanto, muito provavelmente, ele não seria um dirigente do PCB, em tão pouco tempo, se o partido tivesse militantes experientes em suas fileiras e contasse com uma estrutura forte e enraizada na Bahia. Assim sendo, entendemos que a chegada de Marighella ao cargo de dirigente se vincula, em grande medida, à falta de material humano e à disposição e tempo dele para tal

⁴⁴⁴ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 73.

⁴⁴⁵ TAVARES, Luis Henrique Dias. op. cit., p. 405-407.

empreitada, haja vista que naquele período ele não estava estudando, tampouco trabalhando. Por fim, quanto à capacitação comunista do dirigente, não podemos concluir a respeito, embora consideremos factível que ele tenha se dedicado para tal.

Ainda sobre o período em que Marighella militou na Bahia e foi dirigente do CR-BA, o fato dele ter participado da instauração de uma célula na Faculdade de Direito em 1935, já citado, nos indica que o partido continuava buscando colocar em prática as diretrizes do boletim de 1934, que era, entre outras, a de se ampliar a quantidade de militantes. Além disso, o lançamento do manifesto intitulado “Ao proletariado e as massas populares e camponesas!”⁴⁴⁶, em julho de 1935, confirma a atuação do partido naquele ano. Cabe mencionar que, a partir deste documento, “é possível identificar certa resistência por parte de alguns dirigentes pecebistas” em aderir à Aliança Nacional Libertadora. Segundo Marcelo Lins, tal resistência dos baianos estava desatualizada em relação à posição do partido em âmbito nacional, afinal, a partir de maio o PCB passou “por um processo que o levou a algumas mudanças de postura diante da sua participação na Aliança”. A referida mudança se intensificou após a ANL, em 11 de julho, ter sido declarada ilegal, fazendo com que houvesse grande evasão de aliancistas, e com que os comunistas passassem a ter hegemonia na organização⁴⁴⁷.

Mesmo sem coadunar com a posição do partido nacionalmente, o manifesto dos comunistas baianos acerca da ANL⁴⁴⁸ ratifica que o CR-BA continuava atuando em meados de 1935. Tal atividade não ficou circunscrita a Salvador, tendo em vista a existência de contato com o Comitê Zonal de Itabuna em que eram passadas algumas diretrizes. Em correspondência do CR-BA aos comunistas de Itabuna, foi determinado que fosse intensificada “a formação de células [...] principalmente nas empresas fundamentais” de “transporte e campo”, pois “estamos às portas da revolução Agrária e Anti-Imperialista”. Além disso, os dirigentes comunistas da Bahia ao se voltarem para os militantes do interior pretendiam “confirmar toda a importância revolucionária” depositada no Comitê Zonal de Itabuna⁴⁴⁹. É certo que a referida importância dos

⁴⁴⁶ *Ao proletariado e as massas populares e camponesas!* (PCB). Processo 171/TSN. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. In LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 125.

⁴⁴⁷ LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 127-128.

⁴⁴⁸ Para maiores informações acerca da ANL na Bahia, sugerimos a dissertação de Jacira Cristina Santos Primo: *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937*, já citada neste trabalho.

⁴⁴⁹ *Pelo CL do LS. Ilhéus* (PCB). 05 jul. 1935. Processo 171/TSN. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. In LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 133-134.

comunistas do sul do estado é anterior a 1935, pois havia membros desta região na Conferência Regional do partido em 1933, onde foi constituída a nova direção do CR-BA⁴⁵⁰.

Ademais, a atuação dos comunistas no sul do estado era importante ao partido, afinal, existia grande quantidade de trabalhadores na região, devido à produção do cacau, que era fundamental para a economia baiana na época. A referida relevância do Comitê Zonal é evidenciada, inclusive, pelas críticas contidas no Boletim de 1934, em que se foi afirmado que os comunistas do sul do estado não deram “nenhum passo sério” para a concretização de suas tarefas, sendo uma delas, a “criação de sindicatos assalariados agrícolas”⁴⁵¹. Diante da atenção do CR-BA para a região, as críticas parecem ter surtido efeito, tanto que “a partir do final de 1934 [...] foi criado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus”⁴⁵². Posto isto, nota-se que em 1935 o CR-BA estava em plena atividade, em contato com outros comitês e, ao que tudo indica, empenhado em sanar parte das muitas das críticas feitas em seu boletim de maio do ano anterior.

Em meados de 1935, período em que Marighella militou na Bahia, o Comitê Regional da Bahia buscava efetivamente se organizar e, conseqüentemente, mostrar algum tipo de ação, mesmo que incipiente. Podemos perceber as ações dos comunistas e a vigilância sobre eles naquele ano a partir da carta do governador Juraci Magalhães enviada ao Presidente Getúlio Vargas em dezembro de 1935, em decorrência dos Levantes da ANL que ocorreram no final de novembro, e que serviram de justificativa para o recrudescimento das perseguições aos comunistas. Na correspondência, Juraci Magalhães afirmou que “a repercussão do movimento foi mínima entre nós. Apenas redobramos de vigilância, limitando-se os comunistas, em suas atividades subversivas, ao lançamento de quatro bombas de clorato que, felizmente, não causaram danos pessoais ou materiais”⁴⁵³. Notadamente, mesmo que o governador tenha minimizado as

⁴⁵⁰ *Autobiografias e relatos de elementos da direção do PCB*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícia Política; Setor: Comunismo; Pasta 21, fls. 63. Rio de Janeiro. In PRIMO, Jacira Cristina Santos. op. cit., p. 30.

⁴⁵¹ *Boletim Interno n. 2* (CR da Baía do PCB). 01 mai. 1934. In Processo-Crime 65/TSN. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.1. Rio de Janeiro.

⁴⁵² LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 134.

⁴⁵³ *Arquivo Getúlio Vargas: GVC 1935.12.23*. APB, Seção Judiciária, Série: Subversão, 202.4.4. CPDOC/FGV In SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948. 463 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007. p. 69.

ações dos comunistas, o lançamento de quatro bombas denota mais uma vez a busca do partido em fincar raízes no estado.

Neste período em que os comunistas lançaram os explosivos e ocorreram os Levantes da ANL, Marighella não militava mais na Bahia, tendo se mudado para o centro político do país, o Rio de Janeiro, onde continuou a realizar atividades partidárias. Para Mário Magalhães, a partida de Marighella foi determinada por Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, secretário-geral do PCB à época, para “escapar da perseguição policial”⁴⁵⁴. Porém, Emiliano José afirma que em 1936 os dirigentes Bangu, Martins e Eduardo Pereira Xavier, o Abóbora, quando estavam na Bahia, deram a Marighella a “tarefa de seguir para o Rio de Janeiro a fim de ajudar na articulação do partido”⁴⁵⁵. Entretanto, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa escreveram que “em 1936, a pedido de Prestes e Astrojildo Pereira, Marighella [...] vai para São Paulo”. Nova e Nóvoa afirmaram, ainda, que “aos olhos do partido, Marighella havia demonstrado ser um militante ativo e hábil em relação às articulações partidárias e em função dos seus dotes oratórios”. Citando parte da entrevista feita com o filho do comunista, Carlos Augusto Marighella, os autores reproduziram que o futuro guerrilheiro “já saiu da Bahia como uma grande esperança do partido”, viajando com o objetivo de “reforçar o partido contra os dissidentes”⁴⁵⁶. Na declaração, que está ao final do livro, Carlos Augusto acrescentou que seu pai saiu da Bahia “como um quadro, uma pessoa já festejada e já conhecida como um político inteligente, uma pessoa devotada à causa comunista”⁴⁵⁷. Mais sucinto que os demais biógrafos, Edson Teixeira da Silva Júnior informa que “em 1936, Marighella sai da Bahia e se transfere para o Rio de Janeiro”⁴⁵⁸. Salientamos, porém, que há no final desta obra a entrevista realizada com Carlos Augusto em que afirma que seu “pai foi estudante perseguido, [em seguida] foi para São Paulo [e] organizou o Partido Comunista”⁴⁵⁹.

Diante do exposto, verifica-se que para parte dos autores, desde o período em que militou na Bahia o jovem comunista era uma figura notória no partido. Nesse

⁴⁵⁴ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 77.

⁴⁵⁵ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 144.

⁴⁵⁶ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 47-48.

⁴⁵⁷ MARIGHELLA, Carlos Augusto. *Lembranças de meu pai*. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 449.

⁴⁵⁸ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 64.

⁴⁵⁹ MARIGHELLA, Carlos Augusto. *Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior*. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 255.

sentido, podemos perceber a exaltação a Marighella através das afirmações de seu filho, Carlos Augusto, que mitifica a imagem do pai. Além disso, a referida notoriedade se evidencia quando os autores atribuem aos principais dirigentes do PCB a ordem para que Marighella fosse ao Rio de Janeiro, reforçando a perspectiva de grande importância do comunista. Percebe-se, ainda, a falta de consenso entre os autores a respeito da informação sobre quem determinou que Marighella fosse ao Rio de Janeiro e quais as motivações para esta mudança, havendo, inclusive, equívocos em relação ao ano e ao destino do comunista.

A partir do dissenso nas biografias acerca da referida mudança, nos perguntamos: Marighella teria saído da Bahia para fugir de perseguições policiais, ou para ajudar na estrutura do partido no Rio de Janeiro? Sendo Marighella um militante tão *hábil e festejado* no partido que começava a dar seus primeiros passos efetivos na Bahia, e ciente de que a Direção objetivava que o PCB crescesse na região, não seria melhor que ele permanecesse no estado? A ida de Marighella ao Rio de Janeiro ocorreu por ele carregar as características descritas pelos biógrafos ou simplesmente porque havia a necessidade de substituir os comunistas que foram presos na capital do país? Essas perguntas não são excludentes, comportando hipoteticamente mais de uma resposta, entretanto, não encontramos evidências suficientes para respondê-las categoricamente. É certo, ainda, que tais perguntas surgem a partir da análise em conjunto das obras, o que nos faz crer que as divergências entre os autores ratifica o caráter meramente especulativo das biografias em relação à ida de Marighella para o Rio de Janeiro.

Em vista da impossibilidade de responder tais questões objetivamente, é lícito considerar, também, a declaração de Marighella prestada à polícia em 1936 a respeito da sua motivação em ir para o Rio de Janeiro. Tal informação não foi utilizada pelos biógrafos em seus textos, sendo este, o único documento que conhecemos em que o comunista aborda diretamente a sua motivação para ir à capital do país. Afinal, em sua autobiografia, Marighella afirmou que “em 1935 fui transferido para o Rio de Janeiro”, sem tecer mais nenhum comentário a respeito. Mesmo reconhecendo a possibilidade de o depoimento conter algumas informações falsas, parece ser razoável aceitar a afirmação de que após “perder o ano letivo” na faculdade, o comunista “resolveu embarcar [para o Rio de Janeiro] onde esperava matricular-se com maiores vantagens na

Escola Politécnica, aproveitando, além disso, a oportunidade de prestar melhores serviços ao Partido Comunista”⁴⁶⁰. A possibilidade de Marighella ter ido para a capital do país por vontade própria e com parecer favorável do partido não nos parece impossível, considerando-se que pouco tempo antes, Waldomiro, então dirigente do PCB na Bahia, tinha feito à mesma escolha, porém sem avisar aos seus camaradas, como já abordamos.

Nesta perspectiva, ciente da imprecisão sobre as motivações da partida de Marighella para o Rio de Janeiro, e sabendo que os biógrafos geralmente não tem acesso aos motivos das tomadas de decisões, apenas das consequências, consideramos que todas as possibilidades apresentadas acerca desta mudança são plausíveis, e que sequer precisamos escolher uma definitivamente. Todavia, há diferenças de prismas em relação às motivações apresentadas, haja vista que um tem caráter decisório majoritariamente individual, em que se compreende que o sujeito, ainda que em uma estrutura partidária rígida, consegue realizar negociações a fim de não anular seus anseios. Nos demais, que compõem as obras biográficas, o viés é mais conjuntural e partidário, muito provavelmente porque os autores levam em consideração a relevância de Marighella no partido durante décadas e, em alguma medida, tomam a história dele do fim para o começo. Nesta perspectiva, os biógrafos trabalham como verdade absoluta a afirmação de Hobsbawm, de que ao partido “pertencia em primeiro lugar nossas vidas, ou mais precisamente, ele era o único verdadeiro proprietário delas. Suas exigências tinham absoluta prioridade. Aceitávamos sua disciplina e hierarquia”⁴⁶¹.

Se por um lado não podemos precisar a respeito da motivação de Marighella em ter ido para o Rio de Janeiro, por outro, é lícito afirmar que durante o período em que o jovem comunista militou na Bahia, o CR-BA permanecia com poucos militantes e células, por isso, sua inserção na sociedade ainda era bastante pequena, ainda que estivesse em pleno funcionamento, em contato com os comunistas do interior, buscando sanar muitas das deficiências apresentadas no Boletim de 1934 e realizando algumas ações. A debilidade organizativa e os problemas internos da organização clandestina podem ser evidenciados pelo fato dela ter praticamente deixado de existir até 1936. Entre os prováveis motivos para o precoce desmoronamento da organização podem

⁴⁶⁰ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.1. Rio de Janeiro.

⁴⁶¹ HOBBSAWN, Eric. op. cit., p. 156.

estar a continuidade das animosidades entre os dirigentes do Comitê Regional e as perseguições empreendidas aos comunistas após os Levantes de 1935.

O indício de que o CR-BA tenha praticamente ruído por completo foi levantado por Leôncio Basbaum, ao afirmar que em agosto ou setembro de 1936 podia-se dizer que não havia partido no estado, sendo “difícil até mesmo organizar um pequeno CR”. A fragilidade do CR-BA nos anos anteriores a 1936 também foi citada pelo autor, afirmando que antes desta reorganização os militantes não tinham conseguido fundar “o partido em boas bases” na Bahia⁴⁶². A referida reorganização, assim como a mudança dos dirigentes do CR-BA, também foi apresentada por João Falcão, ao afirmar que em 1936 “o partido estava muito fragilizado”, sendo organizada uma nova direção do Comitê⁴⁶³. Falcão ainda informa que dos novos dirigentes, Manoel Batista de Souza, que tinha sido expulso do partido em 1934, era o responsável pela tesouraria. O retorno de Manoel Batista ao CR-BA reforça a perspectiva de que eram poucos os militantes do PCB no estado em seus primeiros anos de existência. Ao mesmo tempo, ratifica a fragilidade da organização, assim como nos indica a pouca coerência da direção do partido. Acerca deste aspecto, Marly Vianna afirma que a direção do PCB, em meados nos anos de 1930, “mudava radicalmente de posição sem a menor autocrítica, o que passaria a ser comum na vida partidária”⁴⁶⁴.

Contando com Manoel Batista entre seus dirigentes, ao que se mostra, o CR-BA começou a se reestruturar em fins de 1936. Ainda que praticamente não houvesse partido no estado, como afirmou Basbaum, em agosto de 1936 o Secretariado Nacional do PCB enviou uma carta aos “camaradas do CR da Bahia”, sendo afirmado que era necessário “resguardar o Partido de qualquer possível golpe traiçoeiro, ensinando-o a realizar um bom trabalho ilegal, consolidar seus aparelhos, resguardar seus quadros e lutar contra as perigosíssimas ilusões democráticas”⁴⁶⁵. Provavelmente seguindo estas diretrizes e as orientações dos dirigentes nacionais que estiveram na Bahia⁴⁶⁶, o CR-BA

⁴⁶² BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 164-165.

⁴⁶³ FALCÃO, João. *Giocondo Dias...* op. cit., p. 88-89.

⁴⁶⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. op. cit., p. 339.

⁴⁶⁵ *Carta do SN do PCB* (aos prezados camaradas do CR-BA/). Ago. 1936. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Dainis Karepovs. Caixa: 58. São Paulo. (Ressaltamos que se encontra no CEDEM a reprodução digitada do referido documento, referenciado da seguinte forma: Rolo 6 – 495 29 112, p. 3).

⁴⁶⁶ Segundo João Falcão, em 1936 muitos comunistas migraram para a Bahia, incluindo os membros do Secretariado Nacional, Bangu, Martins e Abóbora, que ficaram no estado por um curto período, se deslocando em novembro daquele ano para São Paulo. De acordo com o autor, a chegada dos comunistas

conseguiu aumentar sua estrutura e inserção no estado, afinal, em correspondência do membro do Secretariado Nacional do PCB, Martins, foi afirmado que o PCB no estado, em 1937, tinha aproximadamente “duzentos e cinquenta membros” e cinco Comitês Locais, que faziam “conexão com a região de Sergipe”. Embora a mencionada correspondência possa ter hipervalorizado a atuação dos comunistas baianos, podemos perceber, através dela, o crescimento do partido na Bahia em relação a 1936 quando foi formada a nova direção do CR-BA. Entretanto, a referida carta ressalta que “quase todos” militantes tinham “menos de dois anos de partido e a maioria menos de um ano” e, por isso, “o trabalho dos locais e células faz sentir fortemente a falta da experiência e a falta de formação política”⁴⁶⁷. Verifica-se, a partir deste trecho da missiva, o declínio das atividades do CR-BA entre 1935 e meados de 1936, além da baixa “capacitação” e inexperiência dos militantes nos anos iniciais do PCB na Bahia, sendo estes, problemas crônicos do partido em meados da década de 1930. Nesse sentido, entendemos que as escolhas dos dirigentes do CR-BA pouco se devia à grande capacidade política destes, tendo como exemplos a direção partidária escolhida em 1933 e o fato de Marighella ter se tornado dirigente com meses no partido.

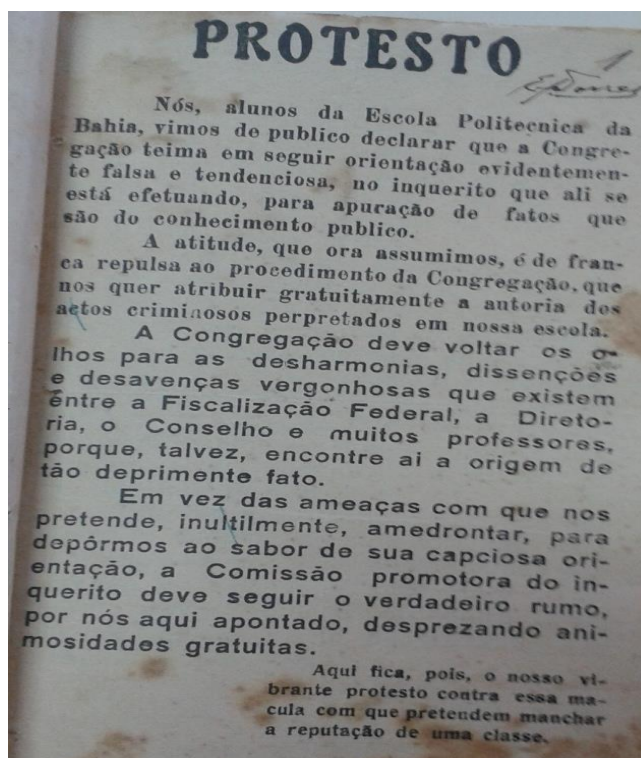
Por fim, diante da fragilidade do partido no período em que Marighella militou na Bahia, que possuía poucas células e também poucos militantes e quase nenhuma inserção na sociedade, e pelo pouco tempo que o comunista permaneceu vinculado ao PCB no estado, consideramos que a atuação política do jovem dirigente desfrutava de baixíssima projeção, não sendo suficiente para que dez anos depois, em 1945, ele conseguisse, em consequência desta atuação política ou mesmo da sua trajetória

na Bahia se deveu pelo fato do governador Juraci Magalhães, ainda que fosse anticomunista, preocupar-se, “antes de tudo, a tenaz oposição dos integralistas ao seu governo”. Além disso, o fato do irmão do dele, Eliezer Magalhães, estar sendo procurado pela polícia, acusado de ter feito parte dos Levantes de 1935, fez com que houvesse um arrefecimento na perseguição aos comunistas a partir de 1936. Nas palavras de Juraci Magalhães, “durante o meu governo, fui contra o integralismo e dei certa liberdade aos comunistas”. No entanto, embora Falcão e Magalhães tenham afirmado que houve o arrefecimento acerca da perseguição aos comunistas, Marcelo Lins, a partir de documentação policial, constata que em função dos Levantes de 1935 muitos militantes do PCB foram presos, sendo 18 deles identificados nominalmente pela polícia. Ainda de acordo com Lins, em 1936 a polícia monitorava aproximadamente 150 pessoas por suspeita de serem comunistas, ou por já terem sido “fichadas” pela prática do comunismo. Posto isto, é necessário atenuar as versões que tratam a Bahia como um local seguro para os comunistas em meados da década de 1930. Respectivamente: FALCÃO, João. *Giocondo Dias...* op. cit., p. 83-93.; GUEIROS, J. A. *Juracy Magalhães: O último tenente*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 165 *apud* SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 70.; LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 184-189.

⁴⁶⁷ *Correspondência cifrada* (de Martins [Honório de Freitas Guimarães] para Fernando Lacerda e Otávio Brandão). 26 set. 1937. Original escrito em francês. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Notação: Asmob. São Paulo. Disponível em: <http://www1.cedem.unesp.br/consulta.htm>. Acessado em: 03 fev. 2016.

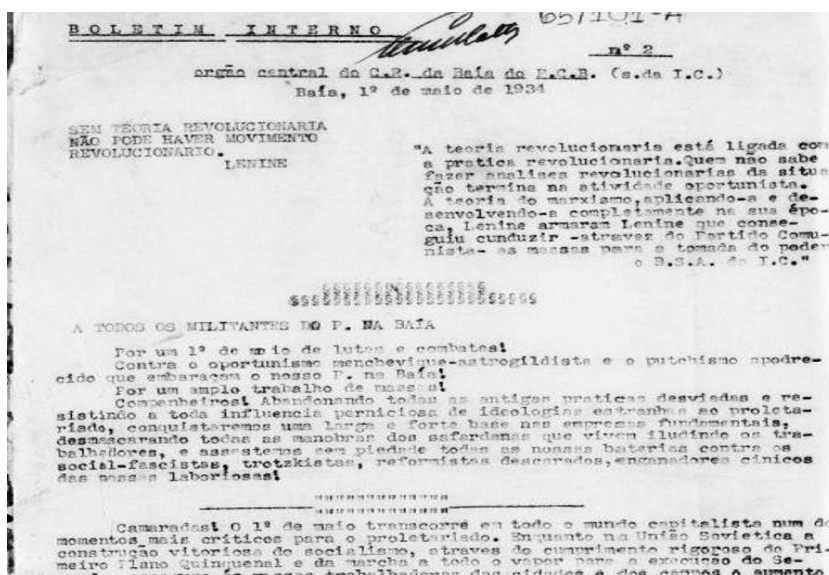
estudantil, eleger-se ao cargo de deputado constituinte, como indicam seus biógrafos. Posto isto, abordaremos de forma mais adequada no capítulo a seguir, o processo de abertura política de 1945 com a recriação do TSE e o registro do PCB, assim como a concessão da anistia que permitiu que Marighella retornasse às ruas após ter ficado de forma ininterrupta, praticamente, seis anos encarcerado.

Figura 10 – Panfleto “Protesto” (1933)



Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica-UFBA.

Figura 11 – Boletim interno nº 2 / CR-BA (1934)



Fonte: Arquivo Nacional.

CAPÍTULO III

Caminhando para as eleições - Abertura política e o retorno de Marighella às ruas

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*

Mário Quintana. *Das Utopias*

Quando Carlos Marighella deixou a Bahia em 1935, às vésperas de fazer 24 anos, certamente não esperava que em decorrência de sua atividade política fosse ficar tantos anos sem liberdade. Longe de seu estado natal, Marighella ficou pouco mais de sete anos encarcerado nas duas outras oportunidades em que foi detido pelas autoridades policiais na década de 1930, sendo uma no Rio de Janeiro e a outra em São Paulo. Muito em função da sua coragem frente aos torturadores da polícia carioca no ano de 1936, o baiano já era um dirigente respeitado ao ser preso na capital paulista, em 1939. Esta credibilidade continuou em ascensão entre a cúpula do PCB durante os últimos seis anos em que ficou preso. Tanto, que em 1945, quando retornou às ruas em decorrência da anistia aos presos políticos, Marighella já fazia parte do Comitê Nacional do Partido Comunista. Todavia, em seu estado natal, seu conhecimento entre os militantes da agremiação só começou a se estabelecer intensamente após ser anistiado.

O retorno de Marighella às ruas está inserido no processo de abertura política, ocorrido, gradual e acentuadamente, no primeiro semestre de 1945, em consequência da luta de muitos, comunistas ou não, pelo fim do Estado Novo. Nesse sentido, os primeiros meses daquele ano chegaram trazendo consigo um clarão de esperanças aos muitos brasileiros que clamavam pelo fim da ditadura de Getúlio Vargas. Afinal, a iminência do término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o Brasil lutando em torno dos ideais democráticos e pelo fim dos regimes nazi-fascistas, ao lado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dos Estados Unidos da América (EUA) e da Inglaterra, colocava em xeque a ditadura brasileira. Em compasso com a conjuntura internacional, diversos segmentos da sociedade promoviam inúmeras

manifestações contra a ditadura varguista, buscando, entre outros, o fim da censura; a anistia aos exilados e presos políticos; a realização de eleições; assim como o direito às greves, haja vista o arrocho que os trabalhadores viviam, principalmente devido aos esforços de guerra.

Decerto que no início de 1945 havia convergências de interesses entre liberais e comunistas na busca por mudanças políticas com o fim do Estado Novo. O que parecia ser utopia alguns anos antes, passou a ser vislumbrado, apresentando-se como uma possibilidade cada vez mais real. A conjuntura política favorecia a articulação das forças opositoras para a derrubada da ditadura, no entanto, Getúlio Vargas, diante da situação desfavorável à sua continuidade no poder, deu o passo inicial para a abertura política do Brasil, ao que tudo indica, tendo em perspectiva interesses eleitorais futuros. Ao tomar as medidas que sinalizavam para a oposição que aquela ditadura estava com os dias contados, Vargas buscava atenuar as pressões contra seu governo e ganhar um pouco mais de tempo no poder. Dentre as providências tomadas, a recriação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a concessão da anistia foram essenciais para a realização das eleições que inauguraram um novo capítulo da história republicana brasileira.

Posto isso, entendemos ser pertinente analisarmos parte do processo de abertura política de 1945, tendo em vista que tal mudança contou com a participação dos comunistas, além de ter reverberado significativamente na vida de Carlos Marighella e do PCB. Ao incursionarmos nas especificidades deste processo, poderemos perceber com maior precisão como o PCB se portou frente a diversas questões eleitorais, como por exemplo, o voto dos analfabetos ou, ainda, acerca das adversidades para a concessão do seu registro partidário. Consequentemente, estaremos também captando a atuação política de Carlos Marighella que, por ser dirigente nacional do partido, interferia nos posicionamentos do PCB, assim como propagava as decisões tomadas.

3.1 A luta pelas “liberdades essenciais”

No dia 18 de abril de 1945, em um comício realizado em comemoração à anistia, João Falcão afirmou, “na qualidade de comunista, [...] soldado do proletariado e

subordinado de Prestes, nosso guia e mestre”, que “todas as classes e correntes políticas” deveriam se unir “pela democracia, pelo progresso e pela emancipação da pátria”⁴⁶⁸. Além disso, para Falcão era necessário haver o “esquecimento de todas as divergências, dos ressentimentos e dos ódios, só devendo excluir-se dessa união os fascistas e integralistas”. As palavras do dirigente regional do partido na Bahia, orientadas pela concepção política do PCB naquele período, demonstram o quanto que o partido buscava se mostrar confiável à população brasileira, tendo anseios parecidos aos dos liberais, pregando a união de quase todos pela democracia.

A luta por um país que garantisse minimamente alguns direitos democráticos aproximava, de alguma forma, liberais e comunistas, tendo como alguns dos seus principais resultados, a anistia e a realização de eleições em 1945. Essas consequências foram fruto de uma onda de pressão direcionada para o fim do Estado Novo, que teve seu ápice no primeiro semestre daquele ano, embora tenha sido iniciada nos anos anteriores. Nesse sentido, Paulo Silva afirma que em 1943, mesmo com a censura promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), circulou o Manifesto dos Mineiros⁴⁶⁹, que “encabeçou a lista dos eventos promovidos pela oposição liberal ao regime”. Segundo o autor, este documento, ainda que em “tom moderado”, demonstrou o “processo de rearticulação de setores da classe média cujas demandas políticas mantiveram-se reprimidas desde o golpe de 1937”⁴⁷⁰.

No mesmo ano da publicação do Manifesto dos Mineiros, já havia no seio da classe trabalhadora a insatisfação com o Estado Novo devido às sucessivas supressões, mesmo que temporárias, de direitos trabalhistas. Tais suspensões de direitos que se inserem no contexto da Segunda Guerra Mundial e a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, ocorrida em 1942, oneraram em muitos os trabalhadores. Afinal, a partir da lei de esforço de guerra foi aumentada a jornada de trabalho de oito para dez horas, o sistema de férias foi alterado, houve a permissão do trabalho noturno para mulheres e

⁴⁶⁸ COMO o povo baiano festejou a anistia. *O Momento*. Salvador, 23 abr. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁴⁶⁹ O Manifesto dos Mineiros divulgado em outubro de 1943 defendia o fim do Estado Novo. O documento produzido pela elite liberal de Minas Gerais teve 92 signatários, entre eles, Artur Bernardes, Virgílio de Melo Franco e Pedro Aleixo.

⁴⁷⁰ SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*. Bahia 1945. Salvador. Assembleia Legislativa: 1992. p. 32-33.

crianças, as faltas ao trabalho passaram a ser equiparadas a crimes de deserção, entre outros⁴⁷¹.

Ao que se mostra, o ônus dos trabalhadores continuava mesmo após serem demitidos. Nesse sentido, não nos parece que tenham sido episódios isolados o que aconteceu na Bahia em fins de 1943, quando duas empresas não pagaram suas obrigações trabalhistas. Em consequência, “por várias vezes, grupos de operários despedidos dos serviços da Panair e da Servix Engenharia Ltda” foram à Justiça do Trabalho cobrar seus direitos. Isto fez com que o presidente do Conselho Regional do Trabalho da Bahia, Antonio Galdino Guedes, solicitasse providências às autoridades policiais para que fosse assegurado o normal funcionamento daquele órgão, tendo em vista que, nas palavras de Guedes, estes funcionários se portavam de “modo inconveniente [...] com grosserias e ameaças aos funcionários e juizes”. Ainda de acordo com Galdino Guedes, os “grupos em número superior a 100 operários [iam] reclamar contra as aludidas empresas”, portando-se, por vezes, “de modo agressivo, proferindo expressões de desacato e tentando até agredir fisicamente um empregado da Servix, que se achava com assento numa das Juntas de Conciliação, representando a empresa”⁴⁷².

Certamente que antes de ser qualquer caso de polícia, o episódio acima mencionado foi uma demonstração explícita das tensões entre patrões e empregados, ao que tudo indica, potencializadas pelas sucessivas supressões temporárias de direitos trabalhistas. Diante da contínua retirada de direitos, aliada com a crise econômica e uma violenta pressão inflacionária que intensificava a exploração dos trabalhadores, aconteceram as primeiras greves no país em 1944⁴⁷³. Na Bahia não foi diferente de outros estados, por isso, a primeira manifestação grevista a aparecer na imprensa foi a da Junta Comercial, ocorrida em Salvador, entre março e abril daquele ano⁴⁷⁴. Convém salientar que é possível que esta paralisação, que durou cerca de um mês, não tenha sido a primeira dos trabalhadores baianos, tendo em conta que os dados em relação à

⁴⁷¹ COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In FORTES, Alexandre *et. al.* *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 94.

⁴⁷² *Ofício- CRT 438*. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção: Republicana. Caixa: 6457-1. Salvador.

⁴⁷³ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 274.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 275.

quantidade de greves, a partir da imprensa, são imprecisos, em função da censura imposta pelo DIP.

Estas greves iniciadas em 1944, as primeiras desde a implantação do Estado Novo, além de demonstrarem a busca por melhores condições de vida e trabalho, nos indicam a insatisfação com a ditadura de Vargas, que havia retirado direitos conquistados ao longo de anos e colocava os trabalhadores em constante vigilância pelos órgãos de repressão e pelo Ministério da Guerra. Acerca do enfrentamento dos trabalhadores ao regime e aos patrões, a partir da paralisação do trabalho, ressaltamos que os profissionais corriam o risco de ser presos ao fazer greves. Isso ocorria, pois desde a Constituição de 1937 havia o impedimento da realização deste instrumento legítimo da luta dos empregados contra os patrões, sendo que no texto da referida Carta Constitucional foi escrito que a “greve e o *lock-out* são declarados recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital, e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”⁴⁷⁵. Com a regulamentação e o funcionamento da Justiça do Trabalho, em 1939, os trabalhadores que fizessem greve “sem prévia autorização” estavam passíveis de receber diversas punições, como suspensão do trabalho, demissão ou até mesmo a prisão de seis meses a três anos⁴⁷⁶. Após a implementação do Código Penal de 1940, a pena para aqueles que participassem de suspensão ou abandono coletivo de trabalho passou a ser, a depender do caso, de um mês a dois anos de prisão⁴⁷⁷. Com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, os trabalhadores permaneceram sem o direito de, “sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço”, com a possibilidade de serem punidos, entre outros, com a suspensão ou dispensa dos empregos⁴⁷⁸. Posto isto, diante das diversas possibilidades de sanções, incluindo o cerceamento da liberdade, a decisão dos trabalhadores em fazer greves nos indica que além de melhores condições de trabalho, havia, também, um enfrentamento ao Estado Novo.

⁴⁷⁵ BRASIL. *Constituição (1937)*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acessado em: 20 mai. 2016.

⁴⁷⁶ BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.237*, de 02 de maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1237.htm. Acessado em: 27 abr. 2014.

⁴⁷⁷ BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848*, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acessado em: 27 abr. 2014.

⁴⁷⁸ BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452*, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acessado em: 27 abr. 2014.

Na Bahia, a luta contra o Estado Novo desdobrou-se em diversas frentes, como afirma Paulo Silva⁴⁷⁹. Um foco irradiador de oposição a Vargas foi a Concentração Autonomista da Bahia, que desde o início da década de 1930 agregava antigos adversários liberais na busca da autonomia política do estado, em função da nomeação de interventores para a chefia do governo. Esta oposição aumentou durante o Estado Novo, quando Juraci Magalhães, antigo chefe do executivo e afilhado político, rompeu relações com Vargas. Tal rompimento permitiu que a frente oposicionista, organizada em torno de Magalhães e Otávio Mangabeira, o principal articulador dos Autonomistas, ainda que exilado, reunisse quase que a totalidade das lideranças políticas baianas, que lançaram mão de todos os meios possíveis para enfraquecer o governo de Vargas e conduzir o país ao Estado de direito⁴⁸⁰. Segundo o autor, a imprensa, a Faculdade de Direito, o Instituto da Ordem dos Advogados constituíram-se em focos de resistência, sendo que a partir destes núcleos a luta pela redemocratização do país foi às ruas, onde artigos, moções, manifestos, palavras de ordem, entre outros, chegavam às praças para os “inflamados discursos” de comunistas, socialistas e liberais⁴⁸¹.

Assim como nas ruas de Salvador, liberais e comunistas também estiveram juntos no I Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em janeiro de 1945. Embora possa ser contestada a memória construída sobre o evento realizado em São Paulo, de que “a defesa das mais amplas liberdades democráticas foi um dos elementos aglutinadores em torno da organização do Congresso”, diante da necessidade da “intervenção dos escritores nas questões políticas”, como afirma Paula Palamartchuk, o fato da Declaração de Princípios aprovada ao final do Congresso clamar pela “liberdade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto” e por um “governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto”, acabou por fazer do conclave dos escritores, no início de 1945, mais um foco de resistência ao Estado Novo⁴⁸².

No final de fevereiro, também na capital paulista, a liberdade de expressão foi semelhantemente reivindicada pelos estudantes da Universidade de São Paulo (USP),

⁴⁷⁹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras...* op. cit., p. 39-42.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Idem.

⁴⁸² PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. 383 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, 2003. p. 307-310.

quando “toda a classe estudantina” reuniu-se no Centro Acadêmico XI de Agosto e aprovou sua declaração de princípios, exigindo, entre outros, “a plena liberdade de palavra escrita e falada e liberdade de reunião”, assim como a supressão de qualquer forma de censura à manifestação de pensamento e de crítica”⁴⁸³. Dias depois desta declaração, a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, de forma parecida aos paulistas, reafirmou seus princípios, tendo em vista que não havia “de fato, de maneira completa, a apregoada liberdade de imprensa, liberdade de associação, liberdade de palavra, em suma, as liberdades essenciais”⁴⁸⁴. Todavia, quando essas notas clamando a *liberdade de palavra* foram publicadas nos jornais, a censura já havia sido rompida, haja vista que as entrevistas de Gois Monteiro à *Folha Carioca* e a de José Américo ao *Correio da Manhã* em fevereiro de 1945 são os marcos da desobstrução da imprensa no país inteiro⁴⁸⁵, mesmo que o DIP tenha sido extinto apenas em maio daquele ano.

Outra manifestação em favor da abertura política ocorreu no início de março, também na capital paulista. De acordo com *O Jornal*, apesar da “chuva inclemente que desabava às 18 horas”, na Praça da Sé “a multidão de populares e estudantes aguardava o início do ‘meeting’ dando vivas entusiásticos à democracia e morras ao Estado Novo e às suas figuras dirigentes”. Ainda segundo o impresso, “era vibrante o ambiente” quando o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Rui Nazareth, afirmou que “os estudantes de São Paulo [...] lutam e lutarão intransigentemente” pela “melhoria das condições de vida do povo”. Por isso, Nazareth conclamou: “Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante! Pela democracia!”. Todavia, o comício foi encerrado em função da “sabotagem e provocação” de “grupos que carregavam cacetes e pedaços de pau embrulhados em jornais” e que gritavam: “Nós queremos Getúlio”⁴⁸⁶.

Tal qual em São Paulo, opositores e correligionários de Vargas se enfrentavam política e fisicamente em outras oportunidades, como aconteceu em Ilhéus, sul da Bahia. Conforme ofício de Josafá José da Silva ao secretário de Segurança Pública, em abril, “quando circulou aqui a notícia da vitória aliada, [...] surgiu um grande grupo de

⁴⁸³ DECLARAÇÃO de princípios dos acadêmicos de São Paulo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1945, p. 28. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 28 fev. 2016.

⁴⁸⁴ NOTA da União dos Estudantes, de Porto Alegre. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07 mar. 1945, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 28 fev. 2016.

⁴⁸⁵ SILVA, Paulo Santos. *A volta...* op. cit., p. 38.

⁴⁸⁶ AGENTES perturbadores perturbaram o comício dos estudantes. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1945, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

exaltados dando vivas à Rússia, ao seu ditador e, também, ao capitão Luis Carlos Prestes”. Achando isto “um grande desaforo”, Josafá deu “vivas ao dr. Getúlio Vargas e ao Brasil”. Em consequência, quase foi linchado pelo “grupo de anarquistas”, que tinha a presença de Raymundo Lima, Hermes Sampaio, Nicodemos Tamarino, Manoel Victor de Jesus e do “agitador Mário Rolemberg”. Tal grupo o chamou de “quinta-coluna e ousadamente ofendeu ao benemérito dr. Presidente da República, com uma linguagem verdadeiramente horripilante, sem nenhum respeito ao seu governo, bem como à sua pessoa em particular”. Nas palavras de Josafá, “se estou com vida, agradeço a alguns soldados do Exército que nessa ocasião tomaram minha frente, garantindo-me, ao que dei novas vivas”. Por fim, o agente arrecadador do município de Ilhéus afirmou que grupos de anarquistas saíam “pelas ruas espalhando o terror, apedrejando casa de familiares e ofendendo injuriosamente as pessoas por eles tidas como quinta-coluna. Para ser quinta-coluna é bastante dar opinião a favor do dr. Getúlio Vargas”⁴⁸⁷.

Não obstante as *vivas à Rússia e ao capitão Luis Carlos Prestes*, é razoável afirmar que o grupo descrito por Josafá Silva não fosse composto por militantes do PCB. Afinal, o *agitador Mário Rolemberg* teve destacada atuação junto à AIB em meados dos anos de 1930, inclusive, contribuindo com a polícia na perseguição aos comunistas após os Levantes de 1935⁴⁸⁸. Ademais, o Partido Comunista recorrentemente propagava que o processo de abertura política deveria ocorrer da forma mais pacífica possível. Nesta perspectiva, Prestes concedeu uma entrevista na semana anterior ao evento de Ilhéus, afirmando que as forças políticas não deveriam lançar “o país a desordem”, tendo em vista que “todos que pregam a desordem, consciente ou inconsciente, não são mais do que instrumentos do fascismo, porque só ao fascismo interessa a desordem”⁴⁸⁹. Desta forma, ainda que as palavras, possivelmente proferidas pelos opositores de Josafá, se assemelhassem ao vocabulário dos comunistas, o mais provável é que o acontecido em Ilhéus não tenha relação com os militantes do PCB.

⁴⁸⁷ *Ofício s/n* (enviado por Josafá José da Silva ao secretário de Segurança Pública da Bahia). Ilhéus-Bahia. 30 abr. 1945. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção: Republicana. Caixa: 6447. Salvador.

⁴⁸⁸ De acordo com Marcelo Lins, o comerciante Mário Rolemberg Martins Soares foi nomeado em 1935 para o cargo de “secretário do Departamento Municipal de Organização Política” de Ilhéus, se autointitulado como “comandante da milícia em Ilhéus” constituída com o objetivo de “combater o comunismo”, e que se fortaleceu após os Levantes de 1935. Rolemberg, ainda assim, tentou participar da ANL, o que não aconteceu. LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 148-149.

⁴⁸⁹ QUE NÃO se transforme em campanha de sangue esta campanha eleitoral. *O Momento*. Salvador, 30 abr. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

O apaziguamento dos ânimos era sistematicamente orientado por Prestes, tanto que, ao deixar a prisão após quase dez anos, afirmou que “a anistia é esquecimento e eu, de minha parte, estou disposto a esquecer”⁴⁹⁰. Assim sendo, ainda que o PCB lutasse pelo fim do Estado Novo, surpreendentemente, os correligionários de Vargas não eram os principais adversários dos comunistas, embora estes tenham sido perseguidos, de forma acentuada, durante os anos em que Getúlio governou o país.

Nesse sentido, as maiores animosidades ocorreram entre os demais interessados pelo fim do Estado Novo e os getulistas, como mostram os episódios de violência em Ilhéus e São Paulo. Tais acontecimentos ainda demonstram que as manifestações contrárias ao regime ditatorial pululavam em todo o país, sem que houvesse uma forma preestabelecida de acontecer. Além disso, evidenciam, mesmo diante da possibilidade da participação de elementos do governo nos atos mencionados, que Vargas ainda possuía grande apoio entre certa camada da população.

Assim como os acontecimentos de Ilhéus e São Paulo, outras manifestações contrárias ao Estado Novo descambaram em violência. Um dos piores episódios certamente foi o que ocorreu em Recife, quando o estudante Demócrito Souza Filho foi morto e muitas pessoas ficaram feridas, durante o “grande comício promovido pelos estudantes, pelos intelectuais e pelas oposições coligadas em prol da candidatura” de Eduardo Gomes. De acordo com a reportagem do *Correio da Manhã*, o derramamento de sangue foi feito por “elementos da polícia disfarçados sob a capa de operários”, portanto, tal crime ocorreu “pela intolerância do interventor de Pernambuco”⁴⁹¹. Desta forma, ratificam-se as grandes tensões políticas que existiam no primeiro semestre de 1945, o que fez com que o fim do Estado Novo tenha sido uma conquista, ao que se mostra, trabalhosa e difícil.

Nesta perspectiva, diante dos breves exemplos expostos, nota-se que o processo de abertura política demandou muita luta na Bahia e em outros estados por parte de políticos, estudantes, trabalhadores, intelectuais, imprensa e diversos outros segmentos da sociedade, para que terminasse o governo autoritário de Vargas e houvesse o fim da censura, a realização de eleições, a concessão da anistia e afins.

⁴⁹⁰ DECLARA Prestes. *O Momento*. Salvador, 23 abr. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁴⁹¹ GRAVÍSSIMOS acontecimentos em Recife. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06 mar. 1945, p. 3, 14. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 28 fev. 2016.

3.2 Aos que “propugnaram pela anistia, os meus agradecimentos de comunista”

Na segunda-feira, 16 de abril de 1945, o major Heitor Coimbra, diretor da Colônia Agrícola do Distrito Federal, recebeu um radiograma determinando que fosse conduzido ao Rio de Janeiro o detento Carlos Marighella, com a “máxima urgência possível”⁴⁹². A ordem do ministro João Alberto Lins e Barros, repassada pelo delegado de Segurança Política, Joaquim de Oliveira, foi cumprida imediatamente, por isso, no dia seguinte o comunista baiano já havia deixado a Ilha Grande e se encontrava encarcerado na Penitenciária Central da capital do país⁴⁹³. A imediata transferência de Marighella teve como motivação a iminência da decretação da anistia aos presos políticos, que ocorreu em 18 de abril, fazendo com que estes fossem libertados e possibilitando que aqueles que se encontravam exilados retornassem ao país⁴⁹⁴.

Segundo o levantamento do periódico carioca *Correio da Manhã*, veiculado no dia em que foi decretada a anistia, a concessão deveria beneficiar, aproximadamente, 600 cidadãos⁴⁹⁵. Nesta reportagem, foi divulgado o nome das pessoas que foram “processadas e condenadas pelo Tribunal de Segurança Nacional”, incluindo Carlos Marighella. Horas após o *Correio da Manhã* chegar às ruas, foi confirmada “a anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934”, assim como “crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados, pelo Tribunal de Segurança Nacional”⁴⁹⁶. É provável que a anistia tenha beneficiado mais do que as cerca de seiscentas pessoas citadas pelo periódico carioca, levando em consideração que possivelmente muitas pessoas se exilaram, sem que tivessem sido processadas pelo TSN. Ao mesmo tempo, não significa que todos os anistiados estivessem encarcerados, tendo como exemplo o caso do comunista Giocondo Dias que,

⁴⁹² *Radiograma n. 50/Arq-1945*: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁴⁹³ *Ofício N. 37-1945* (Delegacia de Segurança Política): Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁴⁹⁴ SEGATTO, José Antonio. PCB. A questão Nacional e a democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 221.

⁴⁹⁵ OS QUE a anistia, se for ampla, beneficiará. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1945, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 28 fev. 2016.

⁴⁹⁶ BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.474*, de 18 de abril de 1945. Concede Anistia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 28 dez. 2015.

embora citado pelo jornal, estava dirigindo o Comitê Regional do PCB na Bahia em abril de 1945⁴⁹⁷.

Inegavelmente a concessão da anistia se insere no contexto de intensificação da luta pela abertura política e a sua gradual implementação no início de 1945. Especificamente acerca da campanha para a libertação dos presos políticos, esta se acentuou nos meses de março e abril. Nesses meses, os jornais noticiavam constantemente as ações dos opositores de Vargas que desejavam, dentre outros, o fim do Estado Novo e a consequente realização de eleições, assim como a anistia aos presos políticos.

Em relação à luta pela abertura política, o *Jornal do Brasil* noticiou que ocorreu no Rio de Janeiro um “comício popular” com a presença de cerca de 80 mil pessoas. De acordo com a matéria, foi “a maior expressão cívica e serviu para mostrar, uma vez mais, o entusiasmo popular pela campanha democrática do retorno do País ao regime constitucional”. Neste *meeting*, do dia 23 de março, representantes da Liga da Defesa Nacional (LDN) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), além de pessoas identificadas profissionalmente sendo marítimo, escritor, bancário, operário e soldado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), discursaram, entre outros, “por um regime de equidade, de liberdade, por um regime puramente democrático”; pela morte do “monstro político chamado Estado Novo”, assim como pela paz e “pela liberdade para seus líderes presos e exilados”. Ao usar a palavra, Álvaro Ventura, “falando em nome do operariado brasileiro”, tratou da necessidade de se continuar “lutando pela mais ampla e irrestrita anistia”, por isso, “Luis Prestes, o grande líder e amigo do povo, amado do povo, deve ser, já e já restituído à Nação”, assim como “seus companheiros de ideal, Agildo Barata, Carlos da Costa Leite, Agliberto de Azevedo, Carlos Marighella e Antônio Soares de Oliveira”⁴⁹⁸.

⁴⁹⁷ Segundo João Falcão, Giocondo Dias foi preso devido a sua participação no Levante de 1935, em Natal. Contudo, por meio de um *habeas corpus*, Dias foi colocado em liberdade em 1937, retornando a Bahia. Condenado em 1938 pelo TSN a seis anos e seis de reclusão, permaneceu no estado não sendo capturado pelas autoridades policiais. A partir de 1941 se aproximou do CR-BA, se tornando o secretário-regional a partir do ano seguinte. FALCÃO, João. *Giocondo Dias...* op. cit., p. 47-129.

⁴⁹⁸ O GRANDE comício de ontem da Liga de Defesa Nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 mar. 1945. p. 9. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

As palavras de Álvaro Ventura, secretário-geral do PCB enquanto Prestes estava preso⁴⁹⁹, reforçam a perspectiva de que Marighella havia angariado, ao longo dos anos, prestígio entre os dirigentes do partido, mesmo que ele não reconhecesse a legitimidade do Comitê Nacional e a sua condição de membro deste organismo constituído em 1943, como será discutido no próximo capítulo. O discurso de Ventura no comício do final de março revela, ainda, a intensa campanha que os militantes do PCB faziam para que fossem soltos seus companheiros, principalmente *o Cavaleiro da esperança*, Luis Carlos Prestes. Para os comunistas, a luta pela “anistia ampla e irrestrita para os crimes políticos e conexos” teria uma “eminente função pacificadora”, por isso, deveriam ser “excluídos os traidores da Pátria”⁵⁰⁰, ou seja, os integralistas.

As pressões para a libertação dos presos políticos continuaram ao longo dos dias, sendo que a iminência da sua concretização pode ser verificada pela matéria do periódico baiano *Diário de Notícias*, que no início de abril afirmou ser “esperada, dentro de 15 dias, a concessão da anistia ampla”⁵⁰¹. Em alguma medida, a luta pela anistia colocava do mesmo lado da trincheira diversos segmentos da sociedade brasileira, dentre os quais, liberais, comunistas e integralistas, sendo os últimos os principais alvos da repressão do Estado Novo. A luta pela concessão da anistia teve seu ápice entre os dias 8 e 17 de abril, quando ocorreu, simultaneamente em todo o país, a “Semana Nacional da Anistia, destinada a reforçar o grande movimento que vem sendo organizado no Brasil para a libertação de todos os presos, [...] com a realização de comícios democráticos, passeatas e reuniões outras de caráter público”⁵⁰².

No estado natal de Carlos Marighella, o início das atividades da Semana da Anistia foi antecipado em um dia, por isso, em 7 de abril aconteceu “o primeiro comício na Bahia, pró-anistia ampla”⁵⁰³. Segundo o *Diário de Notícias*, o evento, realizado na Praça da Sé e patrocinado pela UNE e pela União dos Estudantes da Bahia (UEB), contou com “uma multidão calculada em cinco mil pessoas, [que] desde cedo se

⁴⁹⁹ CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. Volume II. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982. p. 4.

⁵⁰⁰ *A anistia ampla e irrestrita* (Panfleto n. 56). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁵⁰¹ ESPERADA, dentro de 15 dias, a concessão da anistia ampla. *Diário de Notícias*. Salvador, 05 abr. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁰² A SEMANA Nacional de Anistia na Bahia. *Diário de Notícias*. Salvador, 05 abr. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁰³ AMANHÃ, o primeiro comício na Bahia, pró-anistia ampla. *Diário de Notícias*. Salvador, 06 abr. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

aglomerava naquela praça pública”⁵⁰⁴. O *A Tarde* também noticiou a realização deste *meeting*, mencionando que o acadêmico Milton Tavares afirmou, entre outras coisas, que “crime monstruoso [...] é permanecer entre as grades de uma prisão Luiz Carlos Prestes, filho e irmão do povo e seu líder amado”. Para o professor Nestor Duarte, faltava ao Governo “autoridade para dar anistia a Otávio Mangabeira, a Armando Sales e a Luiz Carlos Prestes, todos, homens íntegros e dignos”⁵⁰⁵.

Na mesma segunda-feira que o *A Tarde* noticiou a atividade inicial da “Semana Nacional de Anistia na Bahia”, chegou às ruas da capital baiana a primeira edição do semanário comunista *O Momento*⁵⁰⁶. Em sua matéria de capa, “Anistia ampla e irrestrita”, foi escrito pelo porta-voz dos comunistas que “a anistia é a aspiração mais sentida por todo o povo brasileiro. De Norte a Sul do país, pela boca dos líderes políticos, dos estudantes, dos trabalhadores, os homens de negócios, de católicos e protestantes, de figuras governamentais, de todo o mundo”, este é o “pedido urgente”. Além disso, foi afirmado que a “liberdade de Luis Carlos Prestes e todos presos antifascistas, a volta à pátria de Otavio Mangabeira, Armando Sales e outros exilados, aparelharão todas as correntes políticas nacionais”⁵⁰⁷. No dia 16, em sua segunda edição, o jornal comunista anunciou em letras garrafais que “A anistia ampla está sendo esperada hoje”, e que “agora, mais do que nunca, o povo necessita da colaboração direta de líderes como Luis Carlos Prestes, que, ao lado de homens como Otávio Mangabeira e Armando Sales, poderá contribuir inestimavelmente para a consolidação das liberdades democráticas”⁵⁰⁸.

Se por um lado a ênfase do *O Momento* acerca da luta pela anistia coaduna com o momento político do país e os anseios do PCB, por outro, nos surpreende o fato de não ter sido escrita nenhuma linha, nas duas primeiras edições do impresso comunista, a

⁵⁰⁴ EXTRAORDINÁRIA vibração popular no grande comício de ontem. *Diário de Notícias*. Salvador, 08 abr. 1945. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁰⁵ A SEMANA Nacional de Anistia na Bahia. *A Tarde*. Salvador, 09 abr. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁰⁶ *O Momento* foi fundado por João Falcão em 1945 e suas atividades duraram até 1958. Inicialmente como semanário, passou a ser diário no ano seguinte, sendo um importante instrumento de divulgação do PCB. Para a história do impresso comunista baiano, sugerimos: SERRA, Sônia. *O Momento: História de um jornal militante*. 280f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1987.

⁵⁰⁷ ANISTIA ampla e irrestrita. *O Momento*. Salvador, 09 abr. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁰⁸ UMA VITÓRIA da legalidade democrática. *O Momento*. Salvador, 16 abr. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

respeito de Carlos Marighella, que segundo Mário Magalhães era o “preso mais ilustre da Bahia”⁵⁰⁹. Ao contrário de *O Momento*, antes de ter sido concedida a anistia, o carioca *Diário da Noite* escreveu sobre “o estudante de Engenharia que se tornou orador social”, estampando sua fotografia ao lado do “tenente Tourinho”, quando ambos chegavam ao Rio de Janeiro após a transferência da Ilha Grande. Segundo o impresso, “alvo de significativa manifestação de apreço” ao chegar à capital do país, Marighella “era um estudante da Politécnica da Bahia, que se apaixonou pelo estudo das questões sociais. Era um dos mais *brilhantes* alunos da sua turma. Grande orador, dedicou-se à política e interrompeu o seu curso” devido ao seu envolvimento nos “sucessos revolucionários de 1935”⁵¹⁰. Também do Rio de Janeiro, *O Jornal* noticiou a transferência do baiano, afirmando que sobre “Carlos Marighella ouvimos as melhores referências de um lutador por um ideal”. De acordo com o periódico, o acadêmico “destacou-se entre os líderes comunistas por suas convicções e argumentos. Como *melhor* aluno da Escola Politécnica da Bahia, não chegou a concluir esse curso porque se dedicou às atividades políticas, sobressaindo-se como orador e líder universitário”⁵¹¹.

Nota-se, a partir dos trechos destacados dos jornais cariocas, que havia relativa boa vontade em relação aos comunistas. Cabe ressaltar que, para o *Diário da Noite*, Marighella deixou de ser um *extremista e falso engenheiro*, como escrito em 1936⁵¹², passando a ser descrito, em 1945, como um *estudante que se apaixonou pelo estudo das questões sociais*. Da mesma forma, *O Jornal* mudou sua percepção em relação ao baiano após quase uma década, afinal, ele deixou de ser o *perigoso agitador com espírito rebelde* de 1936⁵¹³, para se tornar o *lutador por um ideal*. Ao que se mostra, esta mudança no olhar da imprensa sobre Marighella e demais comunistas se deveu pelo momento no que o país atravessava, em que Getúlio Vargas e o Estado Novo eram os principais alvos das críticas e, também, pela postura do PCB em enfatizar sua

⁵⁰⁹ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 160.

⁵¹⁰ PRESOS políticos regressam da Ilha Grande. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1945. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016. (grifo nosso)

⁵¹¹ CHEGARAM da Ilha Grande Antonio Tourinho e Carlos Marighella. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1945. p. 1, 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016. (grifo nosso)

⁵¹² APPREHENSÃO de grande quantidade de material bellico. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 23 mai. 1936. p. 1, 8; COMUNISTA e poeta... op. cit., p. 1, 8; MARIGHELLA nasceu poeta e criou-se agitador. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 02 jun. 1936. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016. (grifo nosso)

⁵¹³ A VIDA pregressa... op. cit., p. 9; TENTARAM uma rearticulação das atividades comunistas. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24 mai. 1936. p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

concepção conciliatória de “união nacional” que incluía os setores do liberalismo no país.

Ao analisarmos as duas reportagens dos impressos cariocas, percebemos mais do que boa vontade com Carlos Marighella, haja vista que os textos reforçam o discurso celebratório acerca do comunista, certamente disseminado por outros militantes do partido. Deste modo, o periodista do *O Jornal* afirmou que ouviu as melhores referências sobre o lutador por um ideal, grande orador e um dos mais brilhantes estudantes. De forma semelhante, foi escrito no *Correio da Manhã* que o melhor aluno da Politécnica não concluiu os estudos devido à sua dedicação às atividades políticas, e que ele havia se destacado entre os líderes comunistas por suas convicções, argumentos e oratória. Diante dessas reportagens, ao que tudo indica, já estava enraizada entre os militantes do PCB a concepção de que Marighella era o melhor ou um dos mais brilhantes estudantes da Politécnica e que abandonou o curso pela sua atuação política, ou seja, por um ideal. Nesse sentido, entendemos que tais declarações corroboram com o viés um tanto quanto mítico que foi construído a respeito de Marighella a partir da sua prisão no Rio de Janeiro em 1936, da qual trataremos com mais acuidade no próximo capítulo. Por fim, não negando a possibilidade de ter ocorrido um simples erro de informação, é possível que o equívoco da participação do baiano nos Levantes de 1935 tenha sido passado por um membro do PCB, provavelmente, pretendendo valorizar a trajetória de Marighella, ou mesmo por esta afirmação, que seguramente garantia notoriedade, também estar consolidada entre os militantes do partido.

A partir das publicações dos jornais cariocas, ainda podemos constatar a atenção da imprensa em relação a alguns nomes do PCB, incluindo o de Marighella. Nesse sentido, a matéria do *Correio da Manhã*, publicada no dia posterior à anistia, informa que além de Luis Carlos Prestes, “também saíram da prisão os srs. Agildo Barata, Costa Leite, Agliberto Azevedo, Antônio Bento Tourinho e Carlos Maringhela”(sic). A referida atenção em relação ao baiano, que pode ser verificada nas imagens abaixo, nos sugere que a imprensa da capital do país tinha informações acerca do prestígio angariado por Marighella na alta cúpula do partido, da qual ele passou a fazer parte a partir de 1943. Além disso, o periódico vincula Marighella aos Levantes de 1935, haja vista que todos os demais citados foram presos em decorrência dos movimentos em

questão⁵¹⁴. Por fim, embora seja menor a chance, deve-se considerar a possibilidade desta atenção estar ligada ao fato de ter sido informado, em 1936, que o baiano era o secretário-geral do PCB, isto se supomos que até 1945 os jornalistas não soubessem ter se tratado de um mal-entendido.

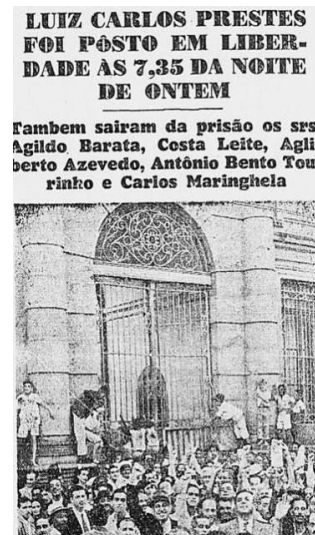
Cabe ressaltar que todos os comunistas citados na reportagem do *Correio da Manhã*, com a exceção de Antônio Bento Tourinho, foram mencionados por Álvaro Ventura no comício ocorrido no final de março, que já abordamos, o que reforça o prestígio destes militantes no partido. Tal reconhecimento também pode ser percebido na mesma matéria do *Correio da Manhã*, ao ser afirmado que entre os que aguardavam em frente ao portão da penitenciária a libertação dos anistiados, “de vez em quando, para quebrar a monotonia da espera, surgiam aclamações a Prestes, a Agildo Barata, Marighella e outros”⁵¹⁵. Esta afirmação, aliada com a de que Marighella foi “alvo de significativa manifestação de apreço” ao chegar à capital do país, legitimam a hipótese de que a história do baiano era conhecida por uma parcela, ao que tudo indica, significativa dos membros do PCB, sobretudo, do Rio de Janeiro.

Figura 12 – Reportagem sobre a chegada de Marighella ao Rio de Janeiro (1945)



Fonte: *O Jornal*

Figura 13 – Reportagem sobre a concessão da anistia (1945)



Fonte: *Correio da Manhã*

⁵¹⁴ Nos verbetes produzidos pela Fundação Getúlio Vargas/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC), consta que Agildo Barata, Costa Leite, Agliberto Azevedo e Antônio Bento Tourinho foram presos em decorrência dos Levantes de 1935. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acessado em: 27 mai. 2016.

⁵¹⁵ LUIZ Carlos Prestes foi posto em liberdade as 7, 35 da noite de ontem. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 abr. 1945. p. 3, 14. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

Todavia, apesar de considerarmos que em 1945 a história de Marighella fosse conhecida por muitos membros do PCB, principalmente na capital do Brasil, entendemos que ela não reverberava com tanta intensidade para todo o país, inclusive para a Bahia. Nesse sentido, é importante mencionar a declaração de Luis Contreiras, que era militante do PCB em 1945, em que foi dito que Marighella apenas se tornou conhecido na *Boa Terra* durante a campanha eleitoral⁵¹⁶. Também não podemos desconsiderar o fato de que o comunista estava longe de seu estado natal há praticamente uma década, o que certamente influenciava para que o nome dele não estivesse presente no cotidiano dos membros do PCB na Bahia, embora um dos dirigentes do Comitê Regional, ao que se mostra, tenha militado com Marighella nos anos de 1930⁵¹⁷. Um dos fortes indícios acerca desta perspectiva é o fato do *O Momento*, que era o porta-voz dos comunistas na Bahia, não ter feito nenhuma menção a Marighella em suas duas primeiras edições, que coincidem com o ápice da luta pela anistia aos presos políticos.

Da mesma forma que o impresso do PCB, os jornais de grande circulação no estado⁵¹⁸ não mencionaram o nome de Marighella antes da anistia. Entretanto, em 19 de abril, o *Estado da Bahia*⁵¹⁹ reproduziu a matéria publicada pelo *O Jornal*, citada acima. No dia seguinte, *O Imparcial*, em uma pequena nota, apenas informou que Luis Carlos Prestes, Agildo Barata, Costa Leite, Agliberto Azevedo, Antônio Bento Tourinho e

⁵¹⁶ ALMEIDA, Luis Contreiras de. op. cit.,

⁵¹⁷ De acordo com João Falcão, em fevereiro de 1945 foi realizado um Pleno do CR-BA, sendo a direção composta até julho pelos seguintes membros: Giocondo Dias, Mário Alves, João Batista Lima e Silva, Estêvam Macedo e João Falcão. O autor acrescenta que os demais membros do Comitê Regional permaneceram em suas funções, por isso, é provável que os outros integrantes fossem: João Severiano Torres, Manoel Batista de Sousa, João Rodrigues Sobral e Manoel Reinaldo Pinheiro. Ao analisarmos a trajetória destes integrantes, a partir de duas obras de João Falcão e pelo histórico dos dirigentes publicado, ao longo de 1945, no *O Momento*, é factível que apenas Manoel Reinaldo Pinheiro (Marcelo) tenha atuado com Marighella na década de 1930, tendo em vista que ele fez parte da direção do CR-BA em 1936, o que nos sugere sua militância nos anos anteriores. Todavia, em fevereiro de 1945, durante o processo de anistia, Manoel Reinaldo Pinheiro faleceu. Assim sendo, ao que se mostra, nenhum dirigente do CR-BA militou com Marighella no estado. Convém informar, que Manoel Batista de Souza, assim como Pinheiro, foi da direção do CR-BA de 1936 a 1945, entretanto, em 1934 foi expulso do partido, como abordamos no 2º capítulo, por isso, ao que se mostra, não militou com Marighella, ainda que tivesse conhecimento da sua atuação política. FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 73-236; FALCÃO, João. *Giocondo Dias...* op. cit., p. 83-102; FALA Carlos Marighella ao povo da Bahia. *O Momento*. Salvador, 11 jun. 1945. p. 8.

⁵¹⁸ Analisamos os seguintes jornais: *Estado da Bahia*, *Diário de Notícias*, *O Imparcial*, *A Tarde* e *Diário da Bahia*.

⁵¹⁹ DEIXARAM a Ilha Grande Carlos Marighella e Antonio Tourinho. *Estado da Bahia*. Salvador, 19 abr. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Carlos Marighella haviam deixado a Casa de Correção em decorrência da anistia⁵²⁰. Assim como estes jornais, o nome do baiano surgiu pela primeira vez em *O Momento* apenas após a libertação dos presos políticos, quando o periódico tratou do comício realizado para comemorar o feito. Neste evento, ocorrido no dia 18 de abril, entre aqueles que utilizaram a palavra, os comunistas Fernando Santana, Giocondo Dias, Mário Alves, João Falcão, Manoel Batista Sousa e João Severiano Torres discursaram. Ao utilizar a palavra, João Torres afirmou que a anistia devolveu “muitos dos seus melhores filhos e líderes mais queridos, tais como Domingos Braz, Antônio Soares de Oliveira, Zé Francisco, Carlos Marighella e, sobretudo, o maior mestre e guia do proletariado – Prestes”⁵²¹.

A partir do silêncio dos jornais da *Boa Terra* a respeito da situação de Marighella antes da anistia, incluindo o comunista *O Momento*, voltamos-nos para a afirmação feita por Mário Magalhães, de que o ex-estudante de Engenharia era o “preso mais ilustre da Bahia”⁵²². Da mesma forma, é necessário problematizar a assertiva de Cristiane Nova e Jorge Nóvoa de que em 1945 Marighella tinha grande prestígio no estado⁵²³. Se por um lado entendemos que a afirmação de Magalhães com o intuito de exaltar o biografado não condiz com as evidências, por isso, deve ser refutada, por outro, consideramos que a frase de Nova e Nóvoa, ainda que também carregada de intencionalidade, pode ser relativizada.

É certo que não podemos considerar Marighella como o prisioneiro político mais prestigiado da Bahia, entretanto, há indícios de que a notoriedade dele, vinculada essencialmente entre os militantes do PCB, intensificou-se em seu estado natal após a anistia e a sua ratificação como membro do Comitê Nacional do partido. Um sinal acerca desta perspectiva é o fato do *O Momento*, que apenas mencionou o nome de Marighella imediatamente após a anistia, ter o feito novamente no final de maio, quando foi publicado o “Poderoso fator de ordem e democracia”, escrito pelo “líder estudantil comunista que exerceu destacada atuação”⁵²⁴. Este texto foi veiculado após o comunista

⁵²⁰ EM LIBERDADE os líderes esquerdistas Prestes, Costa Leite, Agildo Barata, Bento Monteiro, Agilberto e Carlos Marighella. *O Imparcial*. Salvador, 20 abr. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵²¹ COMO o povo... op. cit., p. 1.

⁵²² MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 160.

⁵²³ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 58.

⁵²⁴ PODEROSO fator de ordem e democracia. *O Momento*. Salvador, 28 mai. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

ter ratificado sua condição de dirigente nacional do partido e depois que ele teve contato com os dirigentes do CR-BA, Giocondo Dias, João Severiano Torres e João Falcão, em meados de maio no Rio de Janeiro⁵²⁵, o que reforça nossa hipótese. Nesse sentido, sem desconsiderar o fato de que Marighella fosse conhecido por uma parcela dos comunistas baianos, ao que se mostra, estes dois eventos foram importantes para que ao retornar à Bahia, o fundador da ALN fosse “recebido como um jovem extraordinário”, ainda que isto estivesse “circunscrito ao Partido”, como afirmou João Falcão⁵²⁶.

Decerto que ao longo da segunda metade de 1945 o semanário comunista foi descrevendo Marighella com mais importância, reforçando a perspectiva de que a notoriedade dele foi sendo ampliada e/ou construída durante o segundo semestre daquele ano. Todavia, entendemos ser mais pertinente abordar como o periódico comunista passou a se referir a Marighella na segunda metade daquele ano, no próximo capítulo.

Posto isto, é certo que *O Momento* foi importante no processo de notabilização e construção da imagem de Marighella entre os comunistas baianos, sendo o semanário um considerável instrumento na campanha eleitoral de 1945. Além disso, foi através deste jornal que Marighella agradeceu aos que lutaram pela anistia. Em sua primeira entrevista ao periódico, em junho, o comunista disse: “as organizações populares, trabalhistas, estudantis – em particular a União dos Estudantes da Bahia – a todos enfim que, pela palavra ou pela imprensa, propugnaram pela anistia, os meus agradecimentos de comunista anistiado”⁵²⁷.

Quando este reconhecimento foi publicado, o Tribunal Superior Eleitoral já havia sido criado, em decorrência da promulgação da legislação eleitoral. Da mesma forma, os partidos políticos estavam começando a preparar a documentação necessária

⁵²⁵ Em meados de maio de 1945, cerca de cinquenta militantes do PCB foram ao encontro de Luis Carlos Prestes no Rio de Janeiro. Além dos mencionados dirigentes da Bahia, Carlos Marighella, Armênio Guedes, Astrojildo Pereira, Maurício Grabois, Arruda Câmara, Álvaro Ventura, João Amazonas, Pedro Pomar, Dinarco Reis, Gregório Bezerra, Leôncio Basbaum, entre outros, participaram da reunião com Prestes. Os dirigentes ficaram por alguns dias no Rio de Janeiro, onde realizaram reuniões e fizeram parte de comissões que construíram o comício de Prestes em 23 de maio. João Falcão, do CR-BA foi da comissão de segurança, enquanto o dirigente nacional Marighella foi da comissão promotora do comício. FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 272-275.; BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 187-189.; *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella*: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁵²⁶ FALCÃO, João. *Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior*. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 256.

⁵²⁷ FALA Carlos Marighella... op. cit., p. 8.

para a concessão do registro partidário. Sem estes atos, não teria sido realizado o pleito que fez de Marighella o primeiro comunista eleito pela Bahia. Por isso, entendemos ser importante incursionarmos acerca destes temas para compreendermos com maior clareza alguns dos desafios e limites do processo eleitoral de dezembro de 1945.

3.3 As regras do jogo eleitoral

Na Bahia, assim como em outros estados, políticos, estudantes, trabalhadores, intelectuais, imprensa e diversos outros segmentos da sociedade pressionavam o governo autoritário de Vargas para a abertura política e, conseqüentemente, para o fim do Estado Novo. As demandas sociais e políticas internas eram os principais motivos para o desejo da destituição do presidente do poder. Entretanto, não se pode negar que a conjuntura internacional, com o iminente fim da Segunda Guerra Mundial e o crescente descrédito nos regimes fascista e nazista, potencializaram as pressões contra o Estado Novo. Ao que se mostra, com o intuito de conter a pressão da opinião pública e de seus opositores, Getúlio Vargas, que governava o país desde 1930 e mantinha-se no poder utilizando, entre outros instrumentos, a repressão maciça a seus adversários, buscou contornar a situação desfavorável e ganhar um pouco mais de fôlego, iniciando nos primeiros meses de 1945 o processo de abertura política.

A desoxigenação do Estado Novo era tamanha que diariamente havia a expectativa por mudanças, a ponto do *Jornal do Brasil*, no final de fevereiro, lastimar que “vinte e quatro horas se passaram sem que ocorresse qualquer novidade maior no cenário político nacional”⁵²⁸. Embora no dia anterior não tivesse ocorrido nada de novo, a matéria já dava como certa para a semana seguinte a publicação da lei constitucional n. 9, que fixaria as datas para a realização das próximas eleições. Sem decepcionar o periódico do Rio de Janeiro, e ciente de que os brasileiros que clamavam pelo fim da ditadura viam na realização das eleições a possibilidade concreta de terem garantidos alguns dos seus direitos usurpados, Vargas, em 28 de fevereiro, promulgou a Lei n. 9, na qual determinava, entre outras providências, que em 90 dias seriam fixadas as datas

⁵²⁸ COISAS da política. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1945, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 10 mai. 2016.

das eleições gerais para presidente e governadores, assim como para o Parlamento e Assembleias Legislativas⁵²⁹.

A promulgação da lei que alterava em parte a Constituição de 1937, mas que mantinha o seu caráter autoritário, deveu-se, segundo o texto, à criação das “condições necessárias para que [entrasse] em funcionamento o sistema dos órgãos representativos”, em função das “tendências manifestas da opinião pública”⁵³⁰. A Lei n. 9, embora tenha representado o primeiro passo concreto para a realização das eleições, foi recebida com bastante cautela por parte da sociedade, tendo em vista que “as modificações introduzidas não diminuíram as prerrogativas absolutistas do presidente”, como afirmou Nelson Sampaio, professor da Faculdade de Direito da Bahia⁵³¹. Tal qual Nelson Sampaio, outros juristas baianos como Jaime Junqueira Aires, Jaime Baleeiro e Orlando Gomes criticaram o teor das emendas constitucionais⁵³². De forma mais acalorada do que os juristas, o estudante Milton Tavares, durante o I Conselho Extraordinário dos Estudantes Baianos, afirmou que tais emendas significavam “a perpetuação do fascismo”⁵³³. Assim como na Bahia, em São Paulo, os professores da Faculdade Nacional de Direito com o apoio dos estudantes também protestaram contra o teor da Lei n. 9⁵³⁴.

Não obstante as inúmeras críticas e ressalvas, a Lei n. 9 garantiu o estabelecimento da comissão, comandada pelo ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável pela reelaboração da norma jurídica para o processo eleitoral. Com isso, estava selado que o Estado Novo vivia seus últimos momentos, embora Vargas tentasse comandar a redemocratização no Brasil⁵³⁵. Faltando pouco mais de um mês para o fim do prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos, foi divulgado pelo *Correio da Manhã* que já estava “na fase final a elaboração da nova lei eleitoral”, sendo que o voto seria obrigatório para os maiores de 18 anos, porém, facultativo para as

⁵²⁹ BRASIL. *Lei nº 9*, de 28 de fevereiro de 1945. Altera a Constituição Federal de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm Acessado em: 27 abr. 2014.

⁵³⁰ Idem.

⁵³¹ SILVA, Paulo Santos. *A volta...* op. cit., p. 45.

⁵³² Ibidem, p. 44-48.

⁵³³ CONSIDERADA ilegal a Constituição de 1937. *Diário de Notícias*. Salvador, 06 abr. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵³⁴ MISTIFICAÇÃO constitucional a denegrir a ordem jurídica. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 03 mar. 1945. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

⁵³⁵ SILVA, Hélio. *1945: Por que Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 112.

mulheres que não fossem funcionárias públicas⁵³⁶. De acordo com a matéria, a comissão no dia 18 de abril resolveria, possivelmente, “os últimos detalhes ainda pendentes”, como o processo de apuração, para que em seguida fossem feitas a revisão geral e a redação definitiva do texto, para a promulgação da lei ainda naquele mês⁵³⁷.

A previsão do jornal do Rio de Janeiro não se confirmou, e no início de maio, em virtude da divulgação do anteprojeto da Lei Eleitoral e da respectiva concessão do “exíguo prazo de dez dias para apresentação de sugestões pelas diversas correntes políticas”, Luis Carlos Prestes enviou um telegrama ao ministro da Justiça solicitando o prazo de 45 a 60 dias para o “mais amplo debate público” com a população, assim como pleiteou “a livre atividade dos partidos políticos”⁵³⁸. O ministro Agamenon Magalhães não atendeu ao pedido de Prestes de ampliar o prazo, porém, declarou que até o dia 25 receberia as “emendas e sugestões que fossem apresentadas pelas correntes políticas”⁵³⁹. Desta forma, na prática, o prazo para sugestões de alterações ao projeto da Lei Eleitoral foi de aproximadamente um mês. Entretanto, ao que se mostra, após a mencionada correspondência não houve outras solicitações ou mesmo sugestões para a redação da Lei Eleitoral que tenham sido enviadas pelo secretário-geral do PCB à comissão responsável pela elaboração da norma jurídica⁵⁴⁰.

Como provavelmente não houve nenhuma interferência direta do PCB na elaboração da Lei Eleitoral, coube ao partido se posicionar, por meio da imprensa, contrariamente ao projeto apresentado. Em *O Momento*, abordou-se que analfabetos, mendigos e “militares do serviço ativo, salvo os oficiais” não seriam considerados eleitores. Na reportagem, de 14 de maio, foi feita uma ampla defesa pelo direito ao voto para as praças das Forças Armadas⁵⁴¹, citando o patriotismo destes na luta pela democracia em solo europeu e questionando o fato dos oficiais poderem votar, logo, o

⁵³⁶ NA FASE final a elaboração da nova lei eleitoral. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1945, p. 12. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 16 fev. 2016.

⁵³⁷ Idem.

⁵³⁸ PARA a discussão eleitoral. *O Momento*. Salvador, 07 mai. 1945. p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵³⁹ DESATENDIDO o pedido do líder comunista. *A Tarde*. Salvador, 08 mai. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁴⁰ Consideramos que o PCB não enviou qualquer sugestão para a redação do texto da Lei Eleitoral em virtude do silêncio do periódico comunista *O Momento* em relação à questão. Cabe ressaltar que o jornal se dedicava quase que exclusivamente as questões do partido, por isso, seria natural que diante de qualquer intervenção do PCB no processo de elaboração da Lei Eleitoral isto fosse noticiado.

⁵⁴¹ Para melhor esclarecimento, nas Forças Armadas há a divisão hierárquica entre oficiais e praças. Praças são os militares sem as funções de comando e subordinados aos oficiais. São denominados praças: soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

voto não era uma “incompatibilidade com o exercício da profissão militar”. Ao final, o autor do texto se mostrou esperançoso, ao afirmar que “estamos certos que os responsáveis pela redação definitiva do Código [...] saberão, em tempo, reparar esta omissão”⁵⁴².

As manifestações dos comunistas contrárias ao projeto, divulgadas no *O Momento*, não alcançaram êxito no Decreto-Lei 7.586 assinado por Getúlio Vargas, em 28 de maio. Tal norma jurídica disciplinou todo o processo eleitoral de 1945, assim como reorganizou a Justiça Eleitoral, criada em 1932 e desativada em 1937 em função do Estado Novo⁵⁴³. Segundo a legislação, que foi reelaborada tendo como base o Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934, eram considerados eleitores os cidadãos brasileiros maiores de dezoito anos independentemente do sexo, sendo que para a maioria das mulheres havia direito, e não dever do voto, haja vista que as mulheres só eram obrigadas a se inscrever caso comprovassem o exercício de algum tipo de profissão lucrativa⁵⁴⁴. Assim sendo, na prática, em 1945 o voto feminino só era obrigatório a uma parcela extremamente reduzida das mulheres.

O fato de o sufrágio feminino, conquistado nacionalmente em 1932⁵⁴⁵, ter sido opcional para a maioria das mulheres nas eleições de 1945, certamente fez com que

⁵⁴² PELO voto dos soldados. *O Momento*. Salvador, 14 mai. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁴³ SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. *A Evolução da Regulação do Financiamento de Campanha no Brasil (1945-2006)*. 105 f. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. p. 48.

⁵⁴⁴ BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.586*, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De17586.htm. Acessado em: 16 abr. 2014.

⁵⁴⁵ O sufrágio feminino foi estabelecido em todo território nacional a partir do Código Eleitoral de 1932. Entretanto, a primeira experiência eleitoral feminina no país ocorreu em 1928 no Rio Grande do Norte, quando 15 mulheres votaram, em decorrência de uma lei estadual que garantia tal direito, o que fez com que no ano anterior as primeiras votantes tenham se alistado para este fim. Ainda que a pioneira experiência do Rio Grande do Norte tenha reverberado poucos anos depois, ela não teve, imediatamente, efeito prático, afinal, o Senado Federal anulou aquelas eleições com a justificativa de que o sufrágio feminino não poderia ter ocorrido por força de lei estadual, mas sim, por lei federal. Cabe ressaltar que as Constituições de 1824 e 1891 não impediam, textualmente, a participação eleitoral das mulheres, porém, na prática, elas não tinham direitos políticos. Esta contradição foi contestada juridicamente, por exemplo, por Diva Nolf Nazário no ano de 1922, em São Paulo, quando ela reivindicou o direito de se alistar eleitoralmente, o que foi negado pela Justiça. O entendimento jurídico até 1932 era que, embora não houvesse proibição do sufrágio feminino nas Cartas Constitucionais, havia a necessidade da produção de uma lei específica para tal fim. Para a discussão sobre o sufrágio feminino há inúmeros trabalhos, dentre os quais: PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.; HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.; HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.; ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.;

houvesse a diminuição na quantidade de eleitoras inscritas para o processo. Percebe-se o quão baixa era a quantidade de mulheres oficialmente no mercado de trabalho, portanto, sem a obrigação de votar, a partir dos dados do Censo. De acordo com o recenseamento do início de 1940, havia na Bahia 1.827.887 pessoas acima dos 20 anos⁵⁴⁶, a maioria era mulher, perfazendo, aproximadamente, 52% (955.311) da população, mas apenas 20% (187.615) delas exerciam atividade lucrativa⁵⁴⁷. Logo, por este recorte, a legislação eleitoral pouco estimulava a participação do eleitorado feminino. Acerca destes dados, é importante ressaltar que os números do Censo de 1940 são do início da década e, além de serem imprecisos, não demonstram com exatidão se a atividade exercida pelas mulheres era, necessariamente, remunerada⁵⁴⁸. Ademais, não há como confrontar se aqueles que trabalhavam também sabiam ler e escrever, outro fator que poderia excluir a pessoa do processo eleitoral. Posto isto, é bastante razoável afirmar que a quantidade de eleitoras em 1945 teria sido bem maior caso a legislação não tivesse, praticamente, vinculado o voto das mulheres ao mercado de trabalho.

Em relação à vinculação do sufrágio à atividade remunerada, cabe salientar que houve mudanças em relação à década de 1930, haja vista que pela Constituição de 1934 homens e mulheres que exercessem função pública remunerada eram obrigados a fazer

RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A mulher brasileira: direitos políticos e civis*. 3ª Ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993.; KARAWCZYK, Mônica. Uma paulista na luta pela cidadania política: Diva Nazário e sua tentativa de alistamento em 1922. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo. n. 45, dez, 2010.; BARBOSA, Erivaldo Moreira e MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas. n. 45, mar. 2012. p. 89-100.; SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. n. 15, set/out/nov/dez. 2000. p. 97-117. SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro. v. 9, n. 1-2, 1996. p. 99-125.

⁵⁴⁶ Embora fossem eleitores os maiores de 18 anos, no Censo de 1940 não há um recorte específico para esta faixa etária. Por isso, para analisarmos o exercício de atividade lucrativa, assim como a taxa de analfabetos, utilizamos as informações disponíveis da população a partir dos 20 anos, tendo em vista que esta era a faixa etária mais próxima para aqueles que tinham a obrigatoriedade de se alistar para o processo eleitoral.

⁵⁴⁷ Os dados do Censo não são precisos se a atividade exercida era, necessariamente, uma atividade “lucrativa”. Desta forma, não há como inferir se todos que trabalhavam na pecuária ou agricultura, por exemplo, eram remunerados. Ainda assim, utilizamos as informações referentes às seguintes atividades: agricultura, pecuária e silvicultura; indústria extrativa e de mineração; comércio de mercadorias e de imóveis; transporte e comunicação; administração, justiça e ensino público; defesa nacional e segurança pública; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada; serviços e atividades sociais. Em relação às “atividades domésticas” e “atividades escolares”, embora conste a informação que 751.203 mulheres, a partir dos 20 anos, exerciam tais atividades, apenas consideramos os 19.345 casos que foram discriminados como “empregados”, afinal, é bastante provável que os recenseadores tenham considerado que as mulheres que não exerciam as demais atividades se enquadrassem nestes itens.

⁵⁴⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Regional, Parte XII - Bahia, TOMO 1. Rio de Janeiro, 1950.

o alistamento eleitoral⁵⁴⁹. Pouco mais de uma década depois, aos homens não havia nenhum elo entre estar no mercado de trabalho e votar, afinal, cumpridos os outros requisitos, todos deveriam participar do processo eleitoral. Por outro lado, as mulheres permaneciam com este vínculo, ainda que não fosse, necessariamente, em uma função pública. Nesse sentido, nota-se que a eleitora deveria ser, antes de tudo, uma trabalhadora, o que denota que os direitos políticos foram conferidos às mulheres na medida em que elas se “assemelhassem” aos homens, participando do mundo do trabalho.

É razoável afirmar que ao apenas facultar o sufrágio para a maioria das mulheres, que totalizava 50,1% da população do país em 1940⁵⁵⁰, pretendeu-se limitar ou, mesmo, não estimular a participação e a formação de um eleitorado feminino. Além disso, ainda que não houvesse nenhum impedimento, em função do gênero, da participação feminina no pleito de 1945, interpretamos que a comissão responsável por elaborar a Lei Eleitoral, ao determinar a obrigatoriedade do voto apenas aos homens, demonstrou que o relevante para o Estado era a opinião política masculina, facultando as mulheres de fazê-la, caso assim desejassem. Por fim, é necessário levar em consideração que naquela sociedade pouco(a)s estavam acostumado(a)s com a possibilidade de escolher seus representantes e que este(a)s não votavam há, pelo menos, dez anos em decorrência do estabelecimento do Estado Novo, por isso, parece não ter havido grande estímulo para uma parcela significativa das mulheres em enfrentar todos os trâmites burocráticos, além de diversas outras dificuldades, para se tornarem eleitoras.

De forma semelhante à vinculação do voto ao mercado de trabalho, houve pequenas alterações em relação à participação dos militares no processo eleitoral de 1945 quando comparado à Constituição de 1934. Afinal, os sargentos, que tiveram o direito de votar apenas em 1934, foram mais uma vez impedidos de escolher seus representantes em meados da década de 1940, assim como as demais praças das Forças Armadas, portanto soldados, cabos, subtenentes e aspirantes a oficiais. O impedimento eleitoral dos praças não era algo novo, haja vista que estes militares não votavam

⁵⁴⁹ BRASIL. *Constituição (1934)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acessado em: 20 mai. 2016.

⁵⁵⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro, 1950.

durante o Império, sendo ratificada tal exclusão na Constituição de 1891, a primeira da República⁵⁵¹. Ao que se mostra, historicamente a exclusão eleitoral destes militares ocorreu com a justificativa, semelhante à da década de 1930, de “evitar a influência partidária, as lutas políticas, entre cidadãos ocupantes de cargos subalternos sujeitos à disciplina rigorosa, indispensável em corporações encarregadas de serviços e de polícia de toda ordem”. O entendimento era que “todos os cidadãos que estiverem servindo como praça, em trabalhos militares e policiais sujeitos a disciplina rigorosa”, não deveriam se “contaminar pelas influências eleitorais”. Com isso, buscava-se “evitar, de um lado, o mal da interferência dos políticos nos quartéis e, do outro, a dos superiores sobre a tropa”⁵⁵².

A justificativa acima apresentada demonstra a preocupação do Estado apenas com a participação política dos militares de baixa patente, ou seja, os menos instruídos e mais pobres. Tal temor estatal não recaía sobre os oficiais, responsáveis por comandar inúmeros movimentos político-militares no país, incluindo a proclamação da República. Nesse sentido, a busca por evitar a *interferência dos políticos nos quartéis*, que deveria abarcar todos os membros das Forças Armadas, entretanto, como apenas limitava a participação dos que eram hierarquicamente inferiores, o que parece revelar um viés de classe excludente aos setores mais subalternizados.

Embora houvesse a preocupação com a participação política dos praças, os sargentos foram habilitados para votar em 1934, possivelmente em decorrência da chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e a sua ligação com os militares e, também, para minimizar as recorrentes tensões existentes dentro dos quartéis. Todavia, a reinserção dos sargentos, em 1945, entre os que não tinham direito ao voto, pode ter

⁵⁵¹ Convém mencionar que na Constituição de 1824 não há a proibição expressa da participação dos praças das Forças Armadas nos processos eleitorais, sendo que apenas foi mencionado, em relação aos militares, que os oficiais poderiam participar dos pleitos a partir dos 21 anos. Embora não houvesse a menção que as praças, assim como as mulheres, não podiam votar, é bastante provável que tais militares não participassem dos processos eleitorais. Corrobora tal hipótese, o fato de 1846 as praças terem sido impedidos de votar por força da lei que regulamentou as eleições do Império. Segundo a norma jurídica, não poderiam votar “as praças de pré do Exército, Armada, da Força Policial paga, e os Marinheiros dos Navios de Guerra”. BRASIL. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acessado em: 20 mai. 2016.; BRASIL. *Lei 387*, de 19 de agosto de 1846. Regula a maneira de proceder as Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembleias Provinciais, Juizes de Paz, e Câmaras Municipais. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81146&tipoDocumento=> Acessado em: 20 mai. 2016.

⁵⁵² CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil: 1932* (decreto no 21.076, de fevereiro de 1932). Edição Especial. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/Secretaria de Informação e Documentação, 2004. p. 24-25.

vínculo com a participação exclusiva dos praças em 34 movimentos militares entre 1930 e 1945, incluindo os Levantes de 1935⁵⁵³. Além destes, é possível que os militares de baixa patente tenham participado de outros 14 movimentos, totalizando a presença deles em 49 das 94 agitações, protestos e revoltas envolvendo os integrantes das Forças Armadas. Em consequência, na década de 1930, 2.499 militares foram expulsos do Exército “por razões políticas”, sendo que 75% destes eram praças⁵⁵⁴.

É provável que esta força militar e política demonstrada nos anos de 1930 tenha impulsionado o PCB a defender o direito do voto dos praças, como já mencionado. É presumível, ainda, que os comunistas enxergassem nestes militares uma potencialidade, inclusive eleitoral, para os seus anseios políticos. Ademais, deve-se levar em consideração que havia muitos ex-militares no seio do partido, incluindo Luis Carlos Prestes, o que reforçava o discurso dos comunistas para a inserção política dos militares de baixa patente, que perfazia, aproximadamente, 94% dos 171.300 integrantes do Exército em 1944⁵⁵⁵.

Ainda que os comunistas defendessem a participação eleitoral dos praças das Forças Armadas, os membros do Tribunal Superior Eleitoral, ao interpretarem a Lei Eleitoral durante o segundo semestre de 1945, ratificaram a exclusão política destes militares, que era extensiva aos membros das forças policiais dos estados. Por isso, os sargentos e demais praças do corpo de bombeiro não eram eleitores, visto que pertenciam a uma corporação considerada força auxiliar do Exército⁵⁵⁶. De forma semelhante, os guardas-civis não tinham direito ao voto por fazerem parte de uma corporação, que nos termos da legislação estadual, era considerada militarizada⁵⁵⁷.

O TSE também confirmou, por exemplo, que os cegos alfabetizados poderiam votar⁵⁵⁸, assim como autorizou, após o telegrama do Diretor da Colônia Santa Isabel, de Minas Gerais, a criação de seções eleitorais para que as vítimas do mal de Hansen que

⁵⁵³ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política: 1930-1945. In *A Revolução de 30: Seminário Internacional-CPDOC/FGV*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 109-115.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, p. 112-135.

⁵⁵⁵ *Ibidem*, p. 136.

⁵⁵⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 45*. Ata da 14ª Sessão: 07 jul. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁵⁵⁷ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 92*. Ata da 21ª Sessão: 26 jul. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁵⁵⁸ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 215*. Ata da 47ª Sessão: 29 set. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

estivessem internadas em estabelecimentos especiais pudessem votar⁵⁵⁹. Em suma, o TSE até as vésperas da realização das eleições tratou das especificidades do processo, deliberando, entre outros, que os aposentados não seriam listados *ex-officio*⁵⁶⁰, enquanto os alunos, operários e aprendizes dos estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra, maiores de 18 anos e que recebessem salários, seriam⁵⁶¹.

É certo que as resoluções do TSE tratavam da interpretação da Lei Eleitoral de 1945, haja vista que não é de competência do tribunal modificar a norma jurídica. Assim sendo, mantiveram-se, tal qual a Constituição de 1934, as exclusões políticas aos analfabetos, mendigos e aos que estivessem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos⁵⁶². De acordo com João da Rocha Cabral, que participou da elaboração do Código Eleitoral de 1932, eram “óbvios os motivos pelos quais” deveriam manter os analfabetos excluídos “do exercício do voto”. Para o legislador, os que não sabiam ler e escrever não podiam expressar o voto “como quer a ciência e a técnica eleitorais”. Por isso, “admiti-los seria quebrar os princípios fundamentais do sigilo e, portanto, a liberdade do voto”⁵⁶³.

A justificativa de que os analfabetos não podiam votar em função do sigilo eleitoral não se sustenta, tendo em vista que o voto secreto foi implementado apenas em 1932, todavia, em 1881 “a Câmara dos Deputados aprovou a lei que [...] proibia o voto dos analfabetos e tornava o voto facultativo”⁵⁶⁴. De acordo com José Murilo de Carvalho, com a implementação desta lei, “o Brasil caminhou para trás”, afinal, houve retirada de direitos, enquanto “a tendência de todos os países europeus da época era na direção de ampliar os direitos políticos”. Até 1881 o sufrágio era permitido para aqueles

⁵⁵⁹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 412*. Ata da Sessão de 29 nov. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁵⁶⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 43*. Ata da 14ª Sessão: 07 jul. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília. Ressaltamos que de acordo com a Lei Eleitoral, “os diretores ou chefes das repartições públicas, das entidades autárquicas, paraestatais, ou de economia mista, os presidentes das seções da Ordem dos Advogados e os presidentes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura” deveriam enviar ao juiz eleitoral a relação completa dos funcionários para o alistamento eleitoral *ex-officio*. As demais pessoas que tivessem o direito de votar deveriam fazer o alistamento via requerimento.

⁵⁶¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 72*. Ata da 17ª Sessão: 16 jul. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁵⁶² Deve-se mencionar que não estavam excluídos do alistamento eleitoral: os inválidos; os maiores de 65 anos; os brasileiros a serviço do país no estrangeiro; os oficiais das Forças Armadas em serviço ativo; os funcionários públicos em gozo de licença ou férias fora de seu domicílio e os magistrados. A estes, o direito de votar era facultativo.

⁵⁶³ CABRAL, João C. da Rocha. *op. cit.*, p. 19.

⁵⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 38-39.

que não soubessem ler e escrever, sendo que pela Constituição de 1824 um ponto importante para a exclusão eleitoral se dava para os que não tinham renda⁵⁶⁵, entretanto, isto era facilmente burlado, já que não havia regras a respeito da comprovação financeira⁵⁶⁶. Ainda segundo o autor, as consequências da lei de 1881 logo se refletiram nas estatísticas eleitorais, haja vista que em 1872 havia mais de um milhão de votantes (13% da população livre), enquanto “em 1886 votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total”, o que acabou por confirmar as palavras de José Bonifácio, durante a discussão da lei, de que “a lei era um erro de sintaxe política, pois criava uma oração política sem sujeito, um sistema representativo sem povo”⁵⁶⁷.

Nesse sentido, Aldrin Castellucci afirmou que a lei de 1881, conhecida como Lei Saraiva, ao condicionar o voto à alfabetização e tornar mais rigorosa a comprovação da renda, provocou uma radical diminuição do eleitorado, por isso, “perto de seu fim, o Império escravocrata produziu ainda mais exclusão política e criou novas dificuldades para os trabalhadores tomarem a história de seu país nas mãos e conseguirem cidadania social”⁵⁶⁸. Ao que tudo indica, a mencionada ampliação da exclusão política objetivou consolidar a retirada dos mais pobres da vida eleitoral, afinal, em um país de analfabetos, os poucos letrados eram, em sua quase totalidade, os que tinham as melhores condições financeiras. Além disso, deve-se levar em consideração que no início da década de 1880 havia sinais claros de que a escravidão estava com os dias contados, confirmados em 1888, por isso, não é nenhum absurdo afirmar que a Lei Saraiva buscou, também, impedir que os ex-escravos pudessem se inserir amplamente na sociedade, já que a maioria deles não sabia ler e escrever.

⁵⁶⁵ Ressaltamos que a Constituição de 1824 permitia o voto dos analfabetos e de todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos políticos, incluindo, por exemplo, os ingênuos ou libertos que tivessem nascido no Brasil, ainda que de pai estrangeiro. Como as eleições eram indiretas, existiam os votantes e os eleitores, sendo que os libertos apenas podiam votar nas primeiras eleições, sendo vetada a sua participação para a segunda etapa da eleição, bem como a sua candidatura. Estavam excluídos do voto: os menores de vinte e cinco anos, com a exceção dos casados, bacharéis, clérigos de Ordens Sacras e oficiais militares que fossem maiores de vinte e um anos; os que residissem com os pais, salvo se servissem em Ofícios públicos; os criados de servir, salvo os Guarda-livros, os caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas; os religiosos, e quaisquer que vivessem em comunidade claustral; e os que não tivessem de renda líquida anual de cem mil réis, seja por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

⁵⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit., p. 33.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 38-39.

⁵⁶⁸ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Muitos votantes e poucos eleitores: a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881). *VARIA HISTÓRIA*. Belo Horizonte. Vol. 30, nº 52, jan/abr 2014. p. 206.

Nota-se que o impedimento dos analfabetos votarem tem sua fonte na Lei Saraiva, logo, não se vincula com o sigilo eleitoral, como afirmado por João da Rocha Cabral. A mencionada lei, que produziu efeitos por mais de um século⁵⁶⁹, obviamente reverberou no processo eleitoral de 1945, sendo a impossibilidade do sufrágio para os que não sabiam ler e escrever o grande fator de exclusão das eleições. Contrário ao impedimento dos que não tinham instrução de votarem, o PCB naquele ano se manifestou também a respeito do tema, no jornal *O Momento*, defendendo o “direito de votos para os analfabetos”, considerando-se que não era alfabetizada “a grande massa eleitoral do Brasil”, que se concentrava nas populações do campo e “do interior de nossos estados”⁵⁷⁰.

Podemos perceber o quão excludente era o processo eleitoral em decorrência do impedimento dos analfabetos de votarem ao analisarmos os dados do Censo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 1940 o Brasil tinha 41.236.315 habitantes, sendo apenas 32% (13.292.605) os alfabetizados⁵⁷¹. Em relação ao recorte daqueles que podiam votar, o percentual era um pouco maior, afinal, havia 8.366.192 pessoas alfabetizadas, ou seja, 35% dos 23.704.846 habitantes em idade eleitoral⁵⁷². Embora houvesse pouco mais de oito milhões de alfabetizados em condições de votar no início dos anos de 1940, portanto, 20% do total da população do país, nas eleições de 1945 “compareceram às urnas 13,4% dos brasileiros, número ligeiramente superior ao de 1872”⁵⁷³. Assim sendo, verifica-se que a impossibilidade dos analfabetos votarem era o grande fator excludente nas eleições, que aliado a outros fatores fazia com que a participação dos brasileiros nos processos eleitorais fosse mínima.

Na Bahia, os dados do censo informam que no início da década de 1940 havia 3.918.112 habitantes⁵⁷⁴, sendo 46% (1.827.887) em idade eleitoral⁵⁷⁵. Entre aqueles que

⁵⁶⁹ Os analfabetos tiveram o direito de votar apenas a partir da Constituição de 1988.

⁵⁷⁰ DIREITO de votos para os analfabetos. *O Momento*. Salvador, 28 mai. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁷¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro, 1950.

⁵⁷² Como os dados do Censo não tem o recorte a partir dos 18 anos, salvo para fins eleitorais, utilizamos as informações referente às pessoas a partir dos 20 anos, tanto para a quantidade de eleitores, quanto para os alfabetizados. Todavia, ressaltamos que censo informou que havia 8.355.525 habitantes, a partir dos 18 anos, em condições de serem alistáveis eleitoralmente em 1940, em função de serem alfabetizados.

⁵⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit., p. 40.

⁵⁷⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Regional, Parte XII - Bahia, TOMO 1. Rio de Janeiro, 1950.

tinham idade para se alistar eleitoralmente, apenas 29% (524.925) declaravam saber ler e escrever, sendo este total correspondente a 13% da população do estado. Desta forma, no início dos anos de 1940 ficariam excluídas de votar 71% (1.302.962) das pessoas por serem analfabetas. Na prática a situação era pior, tendo em vista que nem todos os alfabetizados votavam. Nesse sentido, a quantidade de inscritos pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) para o pleito de 1945 é elucidativa, afinal, foram 440.621 eleitores alistados⁵⁷⁶, portanto, cerca de 80 mil pessoas a menos, em idade eleitoral, que sabiam ler e escrever cinco anos antes. A respeito dos eleitores do país, alistaram-se para o pleito em torno de 900 mil pessoas a menos dos que eram possíveis votantes em 1940⁵⁷⁷.

Em relação especificamente aos dados da Bahia, levando em consideração a diferença de cinco anos entre os dados do IBGE e do TRE-BA, e a tendência de aumento populacional durante meia década, podemos especular que o total de inscritos para o pleito de 1945 foi de, aproximadamente, 10% da população do estado. Afinal, os 440.621 eleitores inscritos equivalia a 11% da população da Bahia em 1940. Nesse sentido, percebe-se o quão excludente era o processo eleitoral e que era mínima a participação do povo nos pleitos, em grande medida, pelo impedimento dos analfabetos de votarem.

A baixa participação da população no pleito de 1945, além dos motivos já expostos, inegavelmente, também dialoga com o pouco tempo que as pessoas tiveram para realizar o alistamento eleitoral, que foi de 8 de julho a 2 de outubro⁵⁷⁸, portanto, menos de três meses. Se a luta para a realização de novas eleições durou anos, o período do alistamento foi demasiadamente curto, ao que se mostra, impedindo que o pleito tivesse uma abrangência maior do ponto de vista da participação popular. Em vista disso, consideramos que o curto prazo para o alistamento, assim como as diversas restrições da Lei Eleitoral, objetivou minimizar a possível renovação dos agentes

⁵⁷⁵ Assim como fizemos em relação aos dados do país, utilizamos as informações a partir dos 20 anos tanto para a quantidade de eleitores, quanto para os alfabetizados. Entretanto, é importante salientar que na Bahia havia 563.764 habitantes, a partir dos 18 anos, em condições de serem alistáveis eleitoralmente em 1940, em função de serem alfabetizados.

⁵⁷⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos*. 7º Volume. Departamento de Imprensa Nacional: 1973. Brasília. p. 35.

⁵⁷⁷ Idem. (Salientamos que em 1940 havia 8.366.192 pessoas que estavam em idade eleitoral sabiam ler e escrever, porém, apenas 7.459.849 habitantes se alistaram para o processo eleitoral de 1945).

⁵⁷⁸ ALISTARAM-SE na Bahia 300 mil eleitores. *O Momento*. Salvador, 08 out. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

políticos, tanto no Parlamento, quanto no executivo. Desta forma, todas as limitações para o exercício do voto potencializaram o retorno ao poder dos políticos que já eram conhecidos da população, como foram os casos de Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira, eleitos para o cargo de deputado federal pela Bahia.

Diante da pequena quantidade de inscritos para o pleito em 1945, que equivalia a 11% da população e 24% dos que tinham idade eleitoral no estado em 1940, nota-se que havia grande exclusão da população para o exercício do voto, tais quais os processos eleitorais anteriores, embora houvesse o discurso generalizado da participação popular e do retorno à democracia. Segundo Norberto Bobbio, para uma definição mínima de democracia, é necessário que haja um número muito elevado de cidadãos com o direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas. Reconhecendo que “um número muito elevado é uma expressão vaga”, o autor elenca outras condições para a conceituação de democracia. De acordo com Bobbio, há, também, a necessidade de regras para o procedimento eleitoral, sendo que os “chamados a eleger” devem ser “colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra”. Para tal, deverão ser garantidos os direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc⁵⁷⁹.

Sem aprofundar as inúmeras discussões teóricas acerca da conceituação e dos limites da democracia, tendo em vista apenas os argumentos de Bobbio, percebe-se que no pleito de 1945 foram preenchidas apenas parte das condições apresentadas para se ter um sistema democrático. Embora não tomemos o conceito de democracia a partir de uma perspectiva rígida e imóvel, mas, como um sistema em construção, verificamos que o estabelecimento desta “democracia” em 1945, com pouco mais de 10% da população votando, criou “*uma oração política sem sujeito, um sistema representativo sem povo*”, como afirmou José Bonifácio no século XIX⁵⁸⁰

Neste processo de estabelecimento de uma “democracia”, a legislação eleitoral de 1945 inovou ao definir que somente os partidos políticos poderiam indicar candidatos ao pleito. Outra novidade foi a possibilidade dos candidatos ao Parlamento concorrerem tanto para o cargo de deputado, quanto para o de senador, por um ou por diversos estados, assim como, em casos excepcionais, por partidos distintos. Esta

⁵⁷⁹ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-20.

⁵⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit., p. 38-39. (grifo nosso)

possibilidade, notadamente, buscava fazer com que os políticos mais conhecidos ou que tivessem mais recursos, como Getúlio Dorneles Vargas e Luis Carlos Prestes, ampliassem suas chances eleitorais. Corroborando com esta perspectiva o fato do comunista ter sido o candidato mais votado do PCB ao cargo de senador e, também, ter conseguido a quarta maior votação do partido para o cargo de deputado na Bahia⁵⁸¹. Os votos dados a Prestes no estado não foram suficientes para que ele se elegeesse, diferentemente do que ocorreu no Distrito Federal, onde ele foi eleito para o cargo de senador⁵⁸². Ao contrário do comunista, Getúlio Vargas foi eleito na Bahia para o cargo de deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, foi o primeiro suplente, Luis Lago de Araújo, quem assumiu o mandato⁵⁸³, afinal, o ex-ditador também foi eleito pelo Partido Social Democrático (PSD)⁵⁸⁴ para o cargo de senador pelo Rio Grande do Sul⁵⁸⁵.

Outra novidade para candidatos e partidos naquelas eleições foi que em 1945 “definiu-se a primeira proibição sobre as fontes de financiamento partidário para quaisquer contribuições de origem estrangeira”⁵⁸⁶. De acordo com Cíntia Souza, indivíduos, empresas ou quaisquer outras fontes estrangeiras não poderiam fazer doações para candidatos e partidos no Brasil⁵⁸⁷. Este impedimento nos indica a preocupação de possíveis interferências na política nacional por parte de outros países ou organismos internacionais, principalmente após a Segunda Guerra Mundial em que se exaltava o nacionalismo. Ademais, não nos parece absurdo especular que houvesse por parte dos legisladores o temor que a URSS, uma das vencedoras no conflito mundial, pudesse contribuir maciçamente com recursos financeiros para o Partido Comunista do Brasil, com o intuito de que seus candidatos tivessem grande êxito nas eleições a serem realizadas. Ainda acerca da proibição de financiamento partidário por

⁵⁸¹ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

⁵⁸² BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. p. 259.

⁵⁸³ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador. Salvador.

⁵⁸⁴ O Partido Social Democrático (PSD) foi criado em âmbito nacional em 1945. Este novo partido não tem qualquer ligação com o homônimo criado por Juraci Magalhães na década de 1930, citado no 2º capítulo.

⁵⁸⁵ BRAGA, Sérgio Soares. op. cit., p. 552.

⁵⁸⁶ SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. op. cit., p. 50-53.

⁵⁸⁷ Idem.

entidades ou governos estrangeiros, ressaltamos que tal impedimento continua vigente até os dias atuais⁵⁸⁸. Entretanto, na prática, não há um controle efetivo do financiamento internacional nas campanhas políticas, haja vista que a legislação não restringe as doações feitas por empresas nacionais que possuem capital internacional investido, o que possibilita que a norma jurídica seja burlada, sendo, em alguma medida, ineficaz.

Por fim, diante das inúmeras especificidades da Lei Eleitoral, destacamos outra inovação introduzida, que foi a criação dos partidos nacionais. Para tal, a agremiação deveria adquirir personalidade jurídica e contar com pelo menos dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, sendo que em cada circunscrição deveria ter no mínimo 500 assinaturas. De acordo com Paulo Silva, isto buscava “criar embaraços para os segmentos oligárquicos estaduais porque era no âmbito dos estados que as oligarquias, não cooptadas por Vargas, dispunham de força política”. Nesse sentido, “os segmentos tradicionais da política estadual não poderiam facilmente se contrapor à rede nacional de interventores”, o que poderia “redundar numa evidente vantagem para o partido governista”⁵⁸⁹.

A vantagem para o partido governista se refletiu na hora do voto, tanto que o PSD, que tinha em sua Comissão Executiva o irmão do presidente, Protásio Dorneles Vargas, e o ministro da Justiça, Agamenon Magalhães⁵⁹⁰, elegeu em 1945, além do presidente da República, a maioria dos senadores e deputados da Assembleia Constituinte de 1946⁵⁹¹. Além disso, o PSD foi a agremiação que conseguiu o maior número de assinaturas, distribuídas por mais estados, para que fosse deferido o pedido de registro partidário definitivo. Ao total, o PSD conseguiu 27.985 assinaturas em 17 estados, sendo 1.200 oriundas da Bahia⁵⁹². Esta quantidade é bem maior que as 10.000 exigidas pela lei, assim como é bastante superior ao número de assinaturas apresentadas pelos demais partidos que tiveram concedido o registro partidário definitivo.

⁵⁸⁸ BRASIL. *Lei nº 9.096*, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre os partidos políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm Acessado em: 27 abr. 2014.

⁵⁸⁹ SILVA, Paulo Santos. *A volta...* op. cit., p. 76-77.

⁵⁹⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Social Democrático*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁵⁹¹ BRAGA, Sérgio Soares. op. cit., p. 40.

⁵⁹² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Social Democrático*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

Nesse sentido, convém mencionar que a União Democrática Nacional (UDN), a segunda força eleitoral em 1945 e que concentrava os principais opositores à Vargas, teve contabilizado pelo TSE 13.865 assinaturas, em 13 estados. Esta quantidade não foi maior, pois o TSE não validou as listas de quatro estados que tinham menos de 500 assinantes, como foi o caso da Bahia com 491 signatários⁵⁹³. Todavia, ainda que fosse adicionada a chancela dos eleitores destes estados, o número permaneceria bastante inferior ao do PSD, o que reforça a perspectiva de que a legislação eleitoral criou “embaraços” aos partidos oposicionistas.

Ao contrário do PSD, a coleta de assinaturas para o registro partidário não ocorreu facilmente para a maioria das agremiações que tentaram disputar as eleições de 1945. Afinal, a imposição de uma quantidade mínima de eleitores, distribuída em pelo menos cinco estados, foi, praticamente, o único motivo para que 15 partidos, dos 26 que tiveram deferidos os pedidos de registros provisórios, não conseguissem o registro partidário definitivo⁵⁹⁴. A grande quantidade de partidos que pretenderam disputar as eleições indica a oxigenação política de 1945, ainda que houvesse similaridade entre muitos programas partidários. Todavia, esta tomada de ar foi contida pelas restrições impostas pela Lei Eleitoral.

Convém salientar que a burocracia não impediu o funcionamento de todos esses partidos, porém, apenas puderam concorrer às eleições de 2 de dezembro de 1945 as 11

⁵⁹³ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *União Democrática Nacional*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁵⁹⁴ 26 partidos conseguiram o registro provisório, entretanto, somente 11 obtiveram o registro definitivo em 1945, sendo que apenas um não tinha sua sede no eixo RJ-DF-SP. Nesse sentido, entendemos também ser oportuno informar o estado em que foi registrado o partido, assim como a quantidade de assinaturas obtidas para o registro definitivo do(a): Partido Social Democrático, RJ (27.985); União Democrática Nacional, RJ (14.865); Partido Trabalhista Brasileiro, RJ; Partido Comunista do Brasil, RJ (13.976); Partido de Representação Popular, RJ (15.711); Partido Agrário Nacional, SP (13.034); Partido Republicano Democrático, RJ (12.938); Partido Republicano Progressista, SP (15.127); Partido Libertador, RS (15.220); Partido Republicano, RJ (18.816); Partido Democrata Cristão, SP (12.589). Os outros 15 partidos que apenas tiveram o registro provisório deferido foram: Partido Trabalhista Nacional, RJ; União Social pelos Direitos do Homem, SP; Partido Nacional Popular Democrático, DF; Partido Regenerador, PR; Partido Nacional Evolucionista, RJ; União Nacional do Trabalho, RJ; Partido Democrático Progressista, RJ; Partido da Lavoura, Indústria e Comércio, DF; Partido Socialista Cristão, RJ; Partido Socialista do Brasil, DF; Partido Industrial Agrícola Democrático, RJ; Partido Nacional Classista, RJ; Confraternização Social Democrata, RJ; Aliança Social Democrata, RJ; Partido Orientador Trabalhista RJ. Ressaltamos que as informações sobre o registro do PTB em 1945 não estão disponíveis no *site* do TSE, provavelmente em função do partido ter sido refundado em 1981, no processo de abertura política após a ditadura civil-militar de 1964. As informações acerca do registro de todos os demais partidos estão disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979> Acessado em: 13 mai. 2014.

agregações que tiveram deferido o registro partidário definitivo, sendo que 8 delas elegeram representantes para a Assembleia Constituinte de 1946⁵⁹⁵. De todos os partidos que tiveram concedido o registro definitivo, o PCB foi o único que o TSE determinou a realização de diligências, ou seja, a explicação acerca dos “tópicos obscuros do programa”, assim como determinou a incorporação do estatuto do partido, que não havia sido juntado na petição inicial. Além disso, de todos os 26 partidos que pleitearam sua regularização junto ao TSE, consta apenas contra o PCB correspondências solicitando que o partido não fosse registrado⁵⁹⁶. Diante de tamanha especificidade, entendemos ser pertinente analisarmos brevemente o processo de registro partidário do PCB.

3.4 PCB - “um partido comunista *sui generis*”

O Partido Comunista do Brasil até 1945 tinha atuado de forma ilegal por mais de duas décadas. Afinal, fundado em 1922, o partido “viveu períodos mínimos de legalidade e liberdade, que se situam entre os meses de março a julho de 1924 e janeiro a agosto de 1927”⁵⁹⁷. Mesmo durante os longos períodos de ilegalidade, os comunistas continuavam atuando, o que ocasionou perseguições e inúmeras prisões em todo Brasil, principalmente durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder. Todavia, ainda que não estivesse legalmente funcionando no primeiro semestre de 1945, haja vista que sequer existia o TSE, o PCB realizava suas atividades políticas sem maiores transtornos desde, pelo menos, 1943, quando o governo Vargas se juntou aos Aliados e a repressão do Estado Novo os comunistas começou a relaxar.

Inegavelmente havia um clima de tolerância em relação ao PCB, e a imprensa recorrentemente divulgava os posicionamentos do secretário-geral do partido, como fez em março, com o “manifesto das esquerdas, dentro da orientação de Luis Carlos

⁵⁹⁵ De acordo com Sérgio Braga, o PSD elegeu, entre deputados e senadores, 185 parlamentares para a Assembleia Constituinte, a UDN 91, o PTB 23, o PCB 16, o PR (Partido Republicano) 12, o PSP (Partido Social Progressista) 8, o PDC (Partido Democrata Cristão) 2 e o PL (Partido Libertador) 1. BRAGA, Sérgio Soares. op. cit., p. 40.

⁵⁹⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁵⁹⁷ CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. op. cit., p. 227-241.

Prestes”, quando o comunista ainda estava encarcerado⁵⁹⁸. Opiniões a favor da legalização do partido também eram publicadas, tanto que em abril, Nestor Duarte, professor da Faculdade de Direito da Bahia e que se elegeu deputado em 1945 pela UDN, escreveu que “a democracia permite a existência do comunismo enquanto este for uma doutrina de reforma da ordem econômica do mundo, para assegurar melhor a igualdade e a liberdade dos homens, que é o objetivo final da doutrina democrática”. Entretanto, de acordo com Duarte, “põe o comunismo na ilegalidade, se ele [...] prescindir de vencer pelo voto, de conquistar o poder pelo consenso livre e pacífico de uma maioria”⁵⁹⁹.

De forma semelhante a Duarte, o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra, que concorreram à presidência da república, manifestaram-se “favoráveis à existência legal do Partido Comunista”. De acordo com publicação de *O Momento*, Dutra afirmou, sobre o PCB, que “reconheço-lhe pleno direito de existência legal. Que se organize e viva como qualquer outro partido, disputando eleitoralmente a sua supremacia e procurando o meio de seus representantes influírem na vida administrativa e política do país”. O general do Exército ainda afirmou que “esse ponto de vista [...] defenderei enquanto os comunistas mantiverem entre nós a linha de conduta que hoje assumem, de renúncia aos processos violentos e de acatamento às autoridades constituídas”⁶⁰⁰.

Percebe-se, tanto nas palavras de Duarte quanto na de Dutra, que junto com aparente tolerância em aceitar a atuação do PCB dentro da legalidade, havia ressalvas e desconfianças em relação ao partido. Provavelmente ciente das reservas em torno do PCB é que Luis Carlos Prestes buscava, sistematicamente, mostrar que a agremiação era confiável, democrática e pacífica, sendo as palavras do secretário-geral ecoadas pelos comunistas e pela imprensa, incluindo, obviamente, a que era ligada ao partido. Em uma dessas oportunidades, quando perguntado sobre o candidato a presidência, Prestes afirmou que os “comunistas ficarão com o candidato que satisfazer as suas aspirações no momento, isto é, a marcha para a democracia, eleições livres e o estabelecimento de

⁵⁹⁸ MANIFESTO das esquerdas, dentro da orientação Luis Carlos Prestes. *A Tarde*. Salvador, 13 mar. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁵⁹⁹ DUARTE, Nestor. A democracia e o integralismo. *A Tarde*. Salvador, 26 abr. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁶⁰⁰ FAVORÁVEIS à existência legal do Partido Comunista. *O Momento*. Salvador, 23 abr. 1945. p. 1, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

um Parlamento democrático que vote uma Constituição democrática”. O secretário-geral do PCB ainda “frisou que todas as reivindicações devem ser conquistadas *pacificamente sem nenhuma perturbação da ordem*”. Nesse sentido, “os comunistas em geral são contrários a qualquer tentativa de golpe que só traria graves consequências para a vida da nação, impedindo o desenvolvimento normal da democracia”⁶⁰¹.

Nota-se que as palavras do comunista vão ao encontro do que os demais políticos esperavam do PCB. Com o discurso e a prática voltados para a conquista pacífica das reivindicações, Prestes não teve receio de declarar, em abril, que “o Partido Comunista será restabelecido no Brasil, em bases legais, após a promulgação da Lei Eleitoral”⁶⁰². O secretário-geral do PCB acertou quanto ao restabelecimento do partido em bases legais, porém, sua regularização não foi das mais fáceis. Afinal, como já mencionado, o Partido Comunista foi a única agremiação, das que tiveram o registro definitivo deferido, obrigada a prestar explicações acerca do seu programa, assim como foi a única, das 26 que pleitearam a regularização junto ao TSE, que teve correspondências contrárias ao seu registro partidário.

É certo que as explicações que o PCB foi obrigado a prestar ao TSE em relação ao seu programa partidário, assim como as correspondências enviadas ao Tribunal, inserem-se nas desconfianças que havia em torno do partido e de seus militantes, que nada mais eram do que o anticomunismo enraizado, ora arrefecido e dissimulado, ora raivoso. Ainda que não fosse, necessariamente, em resposta a estas “desconfianças”, Prestes e os demais militantes recorrentemente reforçavam a perspectiva pacífica do partido, como fez, por exemplo, Carlos Marighella em junho, quando o processo eleitoral já estava em curso. Em entrevista ao *O Momento*, o baiano afirmou que “*pacificamente vamos agora para as eleições, que todos brasileiros desejamos, livres e honestas*”. Ademais, disse que “ninguém poderá negar que o *Partido Comunista do Brasil é o mais forte esteio da democracia entre nós, o mais decidido fator de ordem e tranquilidade*”⁶⁰³.

⁶⁰¹ SERÁ restabelecido Partido Comunista, mas as esquadras só se definirão ante o programa. *A Tarde*. Salvador, 26 abr. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

⁶⁰² Idem.

⁶⁰³ FALA Carlos Marighella... op. cit., p. 8. (grifo nosso)

Ainda que as palavras dos comunistas se repetissem em tom apaziguador, as reservas em relação a eles continuavam sendo publicadas na imprensa, sinalizando os limites da presença política do PCB. Nesse sentido, também em junho, foi divulgado um artigo do jornal *A Tarde* com o seguinte teor:

Estranha-se por aí afora a presença, nas competições partidárias, desse novel partido comunista chefiado pelo capitão Luiz Carlos Prestes. Mas, bem pesadas as coisas, não há motivo para estranheza, senão para meditação. [...] o limite lógico imposto, assim ao comunismo [...] como aos demais partidos, ou “ismos”, organizados, ou em organização, que tenham a sua mensagem endereçada ao povo brasileiro. Seja qual for a sua ideologia, não poderá pretender a destruição da democracia americana. É ponto pacífico o respeito à forma democrática de governo e de Estado, com o qual temos compromissos inalienáveis. [...] A democracia é consultiva. Consulta o povo. A democracia é equitativa. Vive da justiça que distribui. A democracia é ordeira. Regenera-se pelo voto, A democracia é equilibrada. Não se concilia com a violência dos regimes autoritários. A democracia é humana⁶⁰⁴.

Além das desconfianças escritas de forma polida, havia também uma oposição declaradamente mais direta e franca, comprovada pela fala de Heráclito Sobral Pinto durante a instalação do Partido Democrata Cristão. De acordo com o “ex-advogado de Luiz Carlos Prestes e de Henry Berger”, era:

dever indeclinável dos homens que não compreendem a vida social austera divorciada das ideias de Deus, iniciar o combate franco, leal e destemido aos ideais comunistas, sem apelos brutais à autoridade pública, para que se esmague pela força, mas opondo aos mesmos, com decisão, uma luta doutrinária e conscientemente organizada⁶⁰⁵.

O combate destemido aos comunistas chegou ao Tribunal Superior Eleitoral por ação de outro partido, a União Social pelos Direitos do Homem (USDH), sediada em São Paulo, que solicitou que fosse negado o registro partidário ao PCB, assim como fosse impedido o seu registro como sociedade civil. No documento de onze páginas enviado no final de julho, ao Presidente da República, ao presidente do TSE e aos ministros da Justiça, Aviação, Guerra e Marinha, foi pleiteado que o PCB não fosse legalizado por ele “preconizar o extermínio das minorias parlamentares e da democracia; por atentar contra os direitos do homem e suas liberdades fundamentais”, ou seja, todas as liberdades públicas e de pensamento. Ademais, o PCB era “tipicamente ilícito e gerador de discórdias [...], preconceitos e ódios pessoais”, além de ser

⁶⁰⁴ PARA que o Brasil continue. *A Tarde*. Salvador, 06 jun. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁶⁰⁵ A INSTALAÇÃO do Partido Democrático Cristão. *A Tarde*. Salvador, 10 jul. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

“contrário à Constituição e a Lei Eleitoral”. Por fim, entre todos os argumentos utilizados, um se destaca, afinal, a USDH afirmou que o PCB era “violentamente antidemocrático e fundamentalmente nazista”⁶⁰⁶.

Uma pequena nota sobre este requerimento foi divulgado em, pelo menos, um jornal da grande imprensa baiana⁶⁰⁷. Porém, antes mesmo do *A Tarde* mencionar o caso, os comunistas se manifestaram, por meio de *O Momento*, afirmando que a petição era uma audácia de um provocador. Sem entrar no mérito das acusações, pois não cabia nenhum comentário sobre os fundamentos em que se baseava a petição, o partido optou por desqualificar Henrique Almeida Filho, fundador da USDH. Assim sendo, foi feito um histórico “do perigoso agente trotskista”, a serviço do nazi-fascismo, que se infiltrou nos meios esquerdistas. Com a abertura política, “Almeida Filho, como toda canalha trotskista, se assanhou, voltando as suas atividades demagógicas, subversivas, diversionistas, [...] apresentando-se novamente como esquerdista”. Por fim, para o PCB, o requerimento da USDH era uma provocação dos elementos ligados ao fascismo e dos inimigos da ordem, porque o partido era o “mais forte esteio da ordem interna e da pacificação da família brasileira”⁶⁰⁸.

Nota-se que cada organização acusou a outra de ter vinculação com o nazismo e/ou fascismo, sendo que naquela conjuntura tal afirmação era demasiadamente grave. Sem utilizar este argumento, outras correspondências chegaram ao TSE para que não fosse concedido o registro ao PCB. Na maioria destas, o principal elemento contra os comunistas estava ligado à questão religiosa, ainda que não tenha sido o caso do telegrama enviado de Gravatá, Pernambuco, em 22 de setembro. Na correspondência, assinada por 53 pessoas, foi escrito que o PCB era “prejudicial a nossa pátria e contrário as nossas gloriosas tradições”. Desta forma, “brasileiros que somos, não nos convêm

⁶⁰⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁶⁰⁷ O MOMENTO político. *A Tarde*. Salvador, 31 jul. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁶⁰⁸ AUDÁCIAS de um provocador. *O Momento*. Salvador, 23 jul. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

sermos adeptos de regimes totalitários importados”. Por isso, “não reconhecer [o PCB] significa evitar desgraça para nossa terra”⁶⁰⁹.

Além deste telegrama, outros três foram enviados ao presidente do TSE durante os trâmites para o registro do PCB. De Três Corações, Minas Gerais, José Guerra Paixão solicitou que o PCB não fosse legalizado, alegando que o partido seria contrário às tradições católicas. Além disso, Paixão escreveu que a “nossa pátria” estava passando momento histórico em que se instaurava o “Estado democrático”, cujas leis deveriam ser formadas “pelo espírito cristão de liberdade e justiça”. Da Bahia, a professora Maria Joaquina Ferreira, mãe de família que educava quatro filhos com os preceitos cristãos, também pleiteou que o Partido Comunista não fosse registrado. Por fim, de Salvador, capital da Bahia, Domingos Lima apelou para o “alto patriotismo” do presidente do TSE, com a intenção de que fosse “negado o registro do Partido Comunista [...] em nome da consciência cristã do povo brasileiro”. Lima, ao se despedir, afirmou: “Deus abençoará vossa excelência”, deixando subentendido que a benção divina estava condicionada à negativa do registro ao PCB⁶¹⁰. Como o Partido Comunista teve o registro partidário definitivo deferido, o ministro José Linhares não teve a chance de receber a benção rogada pelo baiano.

Assim como as mencionadas correspondências, o processo para a regularização do partido demonstrou as ressalvas dos membros daquele egrégio tribunal em relação aos comunistas, sendo estas demonstradas imediatamente após a solicitação de registro provisório. Para que tal pedido pudesse ocorrer, o TSE publicou as instruções sobre os partidos políticos em julho, fazendo com que o PCB, assim como a maioria dos partidos, fizesse sua solicitação de registro partidário em setembro, após os trâmites burocráticos preliminares.

Para o registro do PCB, inicialmente, Luis Carlos Prestes, Diógenes de Arruda Câmara, Maurício Grabois e João Amazonas assinaram, em 15 de agosto, a ata que alterou o estatuto do partido⁶¹¹, que teve Carlos Marighella como “membro da comissão

⁶⁰⁹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ Idem.

redatora”⁶¹². No final do mês, em 28 de agosto, foi feito, no Cartório do 1º Ofício do Rio de Janeiro, o registro do documento, que incluía o extrato do estatuto do partido. Dias depois, em 3 de setembro, Luís Carlos Prestes assinou a petição para o presidente do TSE contendo o programa do partido. Entretanto, esta apenas foi enviada no dia 25 daquele mês, chegando ao TSE no dia seguinte.

De acordo com o programa partidário, o PCB se propôs lutar, entre outros: pela conquista da completa emancipação econômica, política e social do Brasil; por melhores condições de vida, trabalho e cultura da classe trabalhadora; pela divisão e entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas, principalmente na proximidade dos grandes centros; pela difusão e ajuda à pequena propriedade agrícola e pela liquidação do regime semifeudal a que vivem submetidos os camponeses, trabalhadores agrícolas e demais trabalhadores do campo; pela vigência das liberdades públicas e das garantias do cidadão; pela defesa do lar e da família; pela emancipação da mulher, pelo reconhecimento de todos os seus direitos que lhe são negados, pela proteção à infância, à velhice e aos inválidos; por um governo genuinamente popular, cuja norma de ação seja realizar um programa mínimo de união nacional, encabeçando o povo no combate pelo esmagamento político e moral dos remanescentes da reação e do fascismo⁶¹³.

Três dias depois de protocolada no TSE, o relator, A. Sampaio Dória, analisou a petição, e “como esse programa oferecia dúvidas, em face da ideia comunista, universalmente pregada, foram pedidos, esclarecimentos para que pudesse o Tribunal interpretar com exatidão os propósitos do partido e confrontá-los com as exigências da lei”⁶¹⁴. Nesse sentido, foi determinado que o partido tomasse providências para esclarecer os “tópicos obscuros do programa”. Como o PCB se propunha a “lutar pela divisão e entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas, principalmente na proximidade dos grandes centros”, assim como “a socialização dos meios de produção”, foi questionado se tal divisão, distribuição e socialização se dariam pelo modelo russo, que “desrespeita o direito de propriedade, pois expropria sem indenização”, ou

⁶¹² *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella*: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶¹³ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁶¹⁴ *Diário da Justiça*. Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. p. 113-118. In BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

desapropriando e indenizando. Além disso, foi inquirido se realizar “um programa mínimo de União Nacional” significava “a exclusividade de um partido com o poder nas mãos, a ditadura do proletariado, na doutrina e linguagem marxista, ou é uma política de tolerância e concórdia”. Por fim, como o “partido manteve sua denominação, característica de comunista [...] que significa e compreendem os princípios marxista-leninistas”, o TSE indagou se tais princípios estavam inclusos no programa do PCB⁶¹⁵.

Em resposta registrada em cartório, datada em 12 de outubro, o Partido Comunista afirmou que a divisão e distribuição da terra seriam feitas de forma gratuita, cabendo ao Parlamento “promulgar uma lei determinando a desapropriação das terras não cultivadas”, com ou sem indenização ao proprietário. Nesse sentido, “a questão das terras próximas as grandes cidades não tange com qualquer alteração do sistema capitalista, mas deve ser enfrentada por um governo democrático de base capitalista”. Em relação à “União Nacional”, foi escrito que era a “política de tolerância e concórdia [...] indispensável à construção dum Brasil livre próspero e feliz. Não seria, pois, qualquer forma de ditadura, inclusive, é óbvio, a ditadura do proletariado”. Ademais, “o problema da socialização dos meios de produção, que inegavelmente, é objetivo último dos comunistas, aparecerá como uma solução legislativa pacífica”. Sendo esta questão algo remoto, tendo em vista que o Brasil ainda se encontrava “na fase da economia colonial e feudal”. Por fim, o PCB declarou que em seu programa não se incluíam “os princípios marxista-leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos”⁶¹⁶.

Diante de tais respostas, em 23 de outubro, o procurador Hahnemann Guimarães se manifestou favorável ao “registro provisório requerido”. Além de responder aos questionamentos, o PCB acrescentou o estatuto do partido ao pedido de registro, tendo em vista que anteriormente apenas havia sido anexado o extrato dele. O estatuto incorporado, aprovado em meados de agosto, modificou o projeto de reforma de estatuto que tinha sido apresentado aos comunistas pela imprensa no início de julho⁶¹⁷. O projeto também foi vendido como livreto, para “o povo brasileiro [...] melhor

⁶¹⁵ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 214*. Ata da 47ª Sessão: 29 set. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁶¹⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁶¹⁷ ESTATUTOS do Partido Comunista do Brasil. *O Momento*. Salvador, 02 jul. 1945. p. 3, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

conhecer o que é o Partido da vanguarda da classe operária”⁶¹⁸. Ainda que tivesse ocorrido ampla divulgação do projeto, o documento oficial do PCB era o estatuto registrado em cartório com as modificações sugeridas pela “comissão nomeada pela direção nacional”.

Com as alterações, o estatuto passou a ter 38 artigos, ao invés dos 53 propostos, em seus 10 capítulos. A comissão ainda propôs “pequenas modificações no texto”, como por exemplo, exclusão do trecho do 2º artigo, em que se afirmava que o PCB tinha “como objetivo superior organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil dentro dos princípios do marxismo-leninismo”. Também foi excluído, integralmente, o artigo que dizia que o emblema do partido era representado pela foice e o martelo.

Muitos dos artigos suprimidos tratavam de como os comunistas deveriam se portar na vida pública e privada. Pelo projeto, “o primeiro dever de todo membro do Partido é enquadrar todos os atos de sua vida pública e privada dentro dos princípios do programa do partido”. Ademais, “nenhum membro do partido pode manter relações pessoais, familiares ou políticas com trotskistas ou com outros inimigos reconhecidos do partido, da classe operária e do povo”. Outro artigo eliminado tratou de uma das possibilidades de expulsão do militante sendo, o 25º artigo do projeto de reforma do estatuto, escrito da seguinte forma:

Os membros do Partido que comprovadamente atraíem a classe operária e a confiança neles depositada, por essa classe e pelo partido; os realizadores de trabalho de fração; *os ébrios contumazes; os que derem prova de degenerescência moral;* os que realizem atos de aventurismos ou de degradação de classe (lumpen); *os provocadores, os terroristas, os pregadores e praticantes da luta de grupos como método de ação do partido e da classe operária* e, em geral, aqueles que, com sua atitude incorrigível, vivam prejudicando o Partido, e portanto, a classe operária e o povo, serão sumariamente expulsos do Partido e desmascarados publicamente⁶¹⁹.

Com todos esses regramentos excluídos, além das respostas acerca do programa partidário, o PCB teve deferido seu pedido de registro provisório em 27 de outubro. Todavia, o ministro relator, A. Sampaio Dória, afirmou que “pode a qualquer tempo, ter qualquer partido cancelado seu registro, se houver substituído a sinceridade pelo

⁶¹⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1945. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Dainis Karepovs. São Paulo.

⁶¹⁹ Idem. (grifo nosso)

engodo”. Além disso, que “o Tribunal negará registro ao partido, cujo programa contraria os princípios democráticos ou os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição”⁶²⁰.

Feitas tais observações, Sampaio Dória analisou as mudanças no estatuto do PCB e a exclusão do trecho que o PCB “tem como objetivo superior, organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro dos princípios do marxismo-leninismo”. De acordo com o relator, com tal supressão “esta finalidade já não é a que o Partido hoje adota. *Se fosse, a lei vedaria o registro*”. Dória ainda acrescentou que “é verdade que o abandono desses princípios tira do programa do Partido a significação comunista”. Em seu extenso voto, o relator deixou claro seu anticomunismo, entretanto, como o PCB negou os princípios do marxismo-leninismo e qualquer possibilidade de enfrentamento ao capitalismo, seu voto foi favorável pela existência legalizada do partido. Por alguns trechos do parecer de A. Sampaio Dória, podemos ter uma noção mais precisa de como o PCB se apresentou e/ou foi interpretado pelo Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com o relator:

O Partido Comunista do Brasil, sem deixar de ser comunista, *repele, em declaração solene ao Tribunal, os princípios marxista-leninistas*. E, não obstante, continua comunista. [...]

[Cria-se um] *neocomunismo*. Apresenta-se, [...] o comunismo no Brasil com substância diferente. *Não é marxismo. Não é leninismo. Não é o que se observa na Rússia. Bem no contrário, declara-se liberal, declara-se até capitalista, declara-se contrário à ditadura do proletariado*. Assim apresentado, o programa do Partido Comunista do Brasil, não só não colide com os princípios democráticos ou com os direitos do homem, mas os consagra, mas os exalta, e se arma o Partido cavaleiro para sustentar com galhardia. [...]

O Partido Comunista do Brasil será um partido comunista sui generis; um comunismo de que se esvaziou toda a substância ideológica; um comunismo do Brasil; um partido cujo programa não é o que, sob este nome, se pratica na Rússia, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro. Mas, um partido do lado oposto, *um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático*, pelo compromisso escrito de respeito integral aos princípios democráticos, à brasileira, e respeito aos direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição, uma democracia, em suma, à inglesa⁶²¹.

⁶²⁰ *Diário da Justiça*. Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. p. 113-118. In BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília. (grifo nosso)

⁶²¹ *Idem*.

Após esta argumentação e a concessão do registro provisório, restava ao PCB apresentar as listas com as 10.000 assinaturas favoráveis ao registro partidário em pelo menos cinco estados. Como não era necessário o registro provisório ser deferido para colher as assinaturas, o PCB apresentou “as listas de associados” no mesmo dia em que foi concedido o mencionado registro⁶²². Nesse sentido, foram anexadas ao processo as listas, registradas em cartório, de treze circunscrições eleitorais com mais de quinhentos eleitores, totalizando 13.976 assinaturas. A maioria dos signatários do PCB estava nos seguintes estados: São Paulo (2.659), Rio de Janeiro (2.544), Rio Grande do Sul (1.717), Distrito Federal (1.398) e Bahia (1.014)⁶²³. Não houve mais assinaturas porque os Comitês Estaduais do Pará, Amazonas, Pernambuco, Alagoas e Goiás não enviaram as listas, utilizando como justificativa, em geral, a falta de títulos eleitorais da população. Por causa disso, tais comitês foram repreendidos pela direção nacional, sendo afirmado “que os mencionados organismos do partido não compreenderam a importância dessa tarefa”, comprovando “a carência de um trabalho eleitoral organizado”⁶²⁴.

Embora tenham sido validadas 1.014 assinaturas da Bahia, foram enviadas ao TSE 133 listas, contendo a chancela de 1.036 baianos. Tais listas, datadas entre 19 de setembro e 24 de outubro, portanto, às vésperas do PCB dar entrada do pedido de registro definitivo, tinham assinaturas coletadas em oito cidades do estado. Salvador, como era de se esperar, por ser a capital, tinha a maior parte dos signatários do partido, totalizando 77% (802) das assinaturas. Os outros 23% (234) de eleitores baianos que chancelaram o registro do partido estavam nas cidades de Alagoinhas, Catu, Feira de Santana, Caravelas, Bonfim, Jacobina e Ipirá. Destas, Alagoinhas foi a cidade que teve o maior número de signatários, com 75 eleitores, entre eles, Vitório Pita, a maior liderança do PCB na cidade⁶²⁵. Dentre os que assinaram, constam os nomes de

⁶²² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁶²³ *Diário da Justiça*. Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. p. 119. In BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁶²⁴ NÃO ENVIARAM as listas eleitorais. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 15 nov. 1945. p. 2. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

⁶²⁵ De acordo com Ede Ricardo Soares, o ferroviário Vitório da Rocha Pita era o secretário político do Comitê Municipal de Alagoinhas até o início da década de 1950, quando foi transferido para Aracaju-Sergipe, sob a acusação de agitação comunista. SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os Comunistas e a*

importantes dirigentes do partido na Bahia como Giocondo Dias, João Falcão e Juvenal Souto, além de militantes, como Luis Contreiras e Ariston Andrade. Todavia, não era necessário ser membro do PCB para referendar o registro definitivo, por isso, não há como precisar se os signatários, como Simão Gorender, Rubem Tabacof, Antonia de Carvalho ou Clementina Marchesini, eram vinculados ao partido⁶²⁶.

Figura 14 – Lista de associados do PCB - Bahia (1945)

LISTA DE ASSOCIADOS

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA 2.ª ZONA Comarca do Salvador JUÍZO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR	N.º do Título Eleitoral
<u>JOÃO DA COSTA FALCÃO</u>	<i>João da Costa Falcão</i>	2655
WALTER DA COSTA FALCÃO	<i>Walter da Costa Falcão</i>	141
JOSE BISPO DOS SANTOS	<i>Jose Bispo dos Santos</i>	142
Bernardina de Jesus	<i>Bernardina de Jesus</i>	1301
NICIA GUILMARÃES FERREIRA	<i>Nicia Guilmarães Ferreira</i>	90
JOSÉ FERREIRA DE BARROS	<i>Jose Ferreira de Barros</i>	XXX
MARCEL MARCELIANO SALES	<i>Marcel Marcelino Sales</i>	2835
JOSE MAENADO MOUTI PEDREIRA	<i>Jose Machado Mouti Pedreira</i>	1485
OLEGÁRIO SILVA DE SANTANNA	<i>Olegario Silva de Santanna</i>	3328
<u>GIOCONDO LERABRI ALVES DIAS</u>	<i>Giocondo Lerabri Alves Dias</i>	4302
CLEMENTINA AUGUSTO LERAL	<i>Clementina Augustu Leral</i>	2927

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Com as assinaturas dos baianos e de pessoas de outros estados, em 10 de novembro o PCB teve deferido seu registro partidário definitivo. Embora o Partido Comunista tenha sido obrigado a esclarecer pontos do seu programa, a duração dos trâmites não foi muito maior do que a dos demais partidos, tendo em vista que todo processo durou um mês e meio para ser analisado. Notadamente o TSE foi bastante célere em sua avaliação acerca do pedido de registro do PCB, ao mesmo tempo, inegavelmente, o voto do relator e os esclarecimentos exigidos deixam transparecer o anticomunismo dos membros da instituição, assim como os limites da atuação dos comunistas.

Formação Da Esquerda. (Alagoinhas, 1945-1956). 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2013. p. 115.

⁶²⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Listas dos Associados - 1945 (Bahia): Partido Comunista do Brasil*. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

Ao que se mostra, o PCB estava atento às adversidades institucionais para a sua legalização, tanto que em seu programa estava escrito que o partido lutaria “pela vigência das liberdades públicas e das garantias do cidadão”. Tal afirmação se opõe à acusação, da União Social dos Diretos do Homem, de que o partido atentava “contra os direitos do homem e suas liberdades fundamentais”, feita antes do PCB iniciar o processo de seu registro. Outro fato que indica que o Partido Comunista tinha a exata noção do que se esperava dele para que fosse concedido o registro foi a exclusão do trecho de seu estatuto em que era afirmado que o partido tinha “como objetivo superior, organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro dos princípios do marxismo-leninismo”. Como visto, o relator do processo afirmou que se este trecho permanecesse, “a lei vedaria o registro”.

Ainda que o PCB estivesse jogando o jogo corretamente para ter seu registro partidário, ele não se deu conta dos limites e armadilhas impostos pelo TSE para ter a atuação política legalizada. Nesse sentido, cabe lembrar que A. Sampaio Dória, ao votar favorável ao registro do PCB, afirmou que “pode a qualquer tempo, ter qualquer partido cancelado seu registro, se houver substituído a sinceridade pelo engodo”. Provavelmente a avidez por participar do jogo eleitoral pela primeira vez fez com que o PCB acreditasse demasiadamente na institucionalidade e, até, na boa fé de seus opositores, o que fez com que o partido não tomasse os cuidados necessários para a sua manutenção na vida pública.

Assim sendo, imediatamente após ter sido concedido o registro partidário, o PCB ignorou o estatuto registrado em cartório e enviado ao TSE e publicizou pela primeira vez em seu Boletim Interno as punições aos militantes, baseando-se no projeto de reforma do partido que foi amplamente divulgado e vendido, como mencionamos. Nesse sentido, no dia 15 de novembro foi publicada no Boletim Interno do PCB a expulsão do “camarada Ramos de Souza” do Rio de Janeiro, após resolução do Comitê Metropolitano e aprovação da Comissão Executiva do partido. Contra Souza Ramos pesava a acusação de ter “se insurgido contra a resolução do Comitê Metropolitano, originando uma tentativa de fracionismo dentro do partido”. Por isso, foi expulso, para não “contribuir para a quebra da nossa disciplina marxista-leninista e ao completo

fracionismo”⁶²⁷. No mês seguinte, o Comitê Estadual do Rio Grande do Sul expulsou o advogado João Junqueira Rocha, baseando-se no artigo 25 do estatuto, já citado. Para o Comitê, “ficou evidenciado que os desvios esquerdistas foram sistematicamente acompanhados da ação concreta em prejuízo da fiel aplicação da linha política”, por isso, tornou “público que o sr. João Junqueira Rocha foi expulso de suas fileiras e que, portanto, qualquer atividade política do referido senhor não tem relação alguma com o Partido Comunista do Brasil”⁶²⁸.

Nota-se que o “projeto de reforma do estatuto” era o que efetivamente estava em uso no PCB, sendo que a “expulsão do partido de oportunistas e traidores” também era publicada na imprensa comunista⁶²⁹. Tal postura inadvertida do PCB teve um alto preço, tendo em vista que esta produção de provas contra si foi um dos pilares para o pedido de cassação do registro partidário em março de 1946. Todavia, a expulsão de militantes e a sua respectiva divulgação não interferiram nas eleições de 1945, que fizeram de Carlos Marighella o primeiro comunista eleito pela Bahia, como veremos no próximo capítulo.

⁶²⁷ DISSOLVIDA a Célula “Lima Barreto” e expulso o camarada Ramos de Souza. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 15 nov. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

⁶²⁸ COMITÊ Estadual do Rio Grande do Sul. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 6. Rio de Janeiro, 13 dez. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

⁶²⁹ A EXPULSÃO do partido de oportunistas e traidores. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 2, 10. In BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

Figura 15 – Telegrama contrário ao registro do PCB (1945)

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS		TELEGRAMA	
NOME DE EXPEDIENTE:	CARIMBO DA ESTAÇÃO	SR. PRESIDENTE TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL RYO	
Recebido de:		DF	
às _____ horas			
por _____			
PRE: D 199 RUACHILE BAHIA BA 4869 28 18 12H 89178			
HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER, COM ESSA PROVIDENCIA, AUXILIARA O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.			
-- NOME: CONSCIENCIA CRISTAN POVO BRASILEIRO APELO ALTO PATRIOTISMO VOSSENCIA FIM SER NEGADO REGISTRO PARTIDO COMUNISTA PE DEUS ABENÇOARA VOSSENCIA PE DOMINGOS LIMA --			

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Figura 16 – Ofício contrário ao registro do PCB – União Social dos Diretos do Homem (1945)

1) - A anunciada sociedade civil "Partido Comunista do Brasil" não pode, tal como se apresenta, ser registrada nos registros públicos, NEM PODE TER EXISTENCIA LEGAL, porque, de conformidade com os arts. 18, 19, 20, 81, 82, 85, 102, 105, 115, 130 e 145 do Código Civil Brasileiro, e do Preambulo e arts. 1º, 122, par 9, 13 letras (d) e (e), 15, e nº 123 da nossa Constituição, essa tal "sociedade" civil:

a) é tipicamente ilícita e geradora de discórdias intestinas, preconceitos e ódios pessoais;

- 3 -

- b) é contraria à Constituição e à Lei Eleitoral;
- c) atenta contra todos os DIREITOS DO HOMEM, contra a liberdade de pensamento e contra todas as liberdades públicas;
- d) é violentamente ANTI-DEMOCRATICA e, fundamentalmente NAZISTA;

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO IV

“Pacíficamente vamos agora para as eleições”

*Você deve notar que não tem mais tutu
e dizer que não está preocupado.
Você deve lutar pela xepa da feira
e dizer que está recompensado.
Você deve estampar sempre um ar de alegria
e dizer: tudo tem melhorado.
Você deve rezar pelo bem do patrão
e esquecer que está desempregado.*

...

*Você deve aprender a baixar a cabeça
e dizer sempre: “Muito obrigado”.
São palavras que ainda te deixam dizer
por ser homem bem disciplinado
Deve pois só fazer pelo bem da Nação
tudo aquilo que for ordenado.
Pra ganhar um Fuscão no júízo final
e diploma de bem comportado*

Gonzaguinha. *Comportamento Geral*

Com a decretação da anistia em 18 de abril de 1945, aproximadamente 600 pessoas condenadas pelo Tribunal de Segurança Nacional retornaram às ruas com seus direitos políticos garantidos. O baiano Carlos Marighella, que ficou muitos anos encarcerado, foi um dos anistiados que concorreu às eleições em dezembro de 1945, sendo eleito para o mandato de deputado federal, embora fosse conhecido essencialmente pelos militantes do PCB. Apesar de estar longe do seu estado natal por quase dez anos, Marighella, aos 33 anos, realizou sua campanha eleitoral por, aproximadamente, quinze dias. Mesmo assim, tornou-se o primeiro comunista eleito pela Bahia.

Esta vitória, em alguma medida, emblemática, está vinculada há diversos fatores, sendo um dos mais preponderantes o fato de Marighella ter sido escolhido pela direção do PCB como um dos candidatos preferenciais do partido. Portanto, um dos

candidatos para quem os militantes deveriam direcionar seus votos. Entretanto, na perspectiva de Clara Charf, Marighella teve “uma votação incrível”, praticamente sem fazer campanha, porque “a trajetória dele já era muito conhecida na Bahia”⁶³⁰.

É certo que a afirmação da companheira do comunista, que abre este trabalho e que foi crucial para esta pesquisa, não está equivocada no todo, afinal, a trajetória de Marighella era conhecida por uma parcela significativa dos militantes do PCB. Porém, cremos que tal conhecimento na Bahia não era em decorrência de seu histórico na *boa terra*, mas, sobretudo, pela sua atuação no partido após ter deixado seu estado natal. Ao mesmo tempo, Clara Charf está correta ao afirmar que “ele praticamente não fez campanha”, no entanto, tal fato não se deu em reconhecimento à trajetória de Marighella, como insinua a sua companheira, mas sim por outros aspectos.

Posto isto, não obstante já termos abordado alguns aspectos do processo eleitoral de 1945, consideramos relevante e fundamental explorar os rastros deixados por Marighella nos anos que antecederam o pleito que findou o Estado Novo. Ao percorrermos algumas das trilhas em que Marighella andou, poderemos compreender com maior acuidade a construção da força política deste baiano. Nesse sentido, buscaremos alguns vestígios do seu caminhar a partir da sua prisão ocorrida em 1936, no Rio de Janeiro, quando ele foi torturado e resistiu sem revelar informações de seus companheiros e do partido. Partimos deste evento por entender que a referida valentia do comunista foi decisiva na sua trajetória e reverberou no processo eleitoral de 1945. Afinal, cremos que a resistência às sessões de tortura é o marco fundador para os militantes do PCB olharem Marighella com admiração, além de ter feito com que o nome dele se popularizasse entre os membros do partido.

4.1 A coragem que constrói um mito e reverbera nas eleições

“Só existe um macho no Partido Comunista: é esse baiano Marighella”. Esta frase não seria surpreendente se tivesse sido dita por um voraz admirador do comunista mais famoso nascido na Bahia. Entretanto, o controverso “elogio”, com o intuito de ressaltar a coragem do futuro fundador da ALN, teria sido proferido, em 1936, pelo

⁶³⁰ CHARF, Clara. op. cit., p. 440.

delegado Romano, diretor da DOPS carioca, que certamente não tinha afeição pelo baiano. Tão inusitado quanto às palavras do policial, é outro fragmento da celebratória reportagem de capa da revista *Veja* acerca da morte do guerrilheiro. No trecho em questão, foi afirmado que “Marighella foi, antes de tudo, um valente”. Na matéria, também foi feito um pequeno resumo biográfico, notadamente depreciativo à imagem do baiano. Ademais, foi escrito que policiais e ex-companheiros tinham ciência de que no Estado Novo “as solas de seus pés foram queimadas com maçaricos; finos estiletos foram enfiados sob suas unhas para separá-las da pele; alguns de seus dentes foram arrancados à força. E Marighella nunca abriu a boca”⁶³¹.

Se é praticamente uma verdade absoluta que “*nas torturas toda carne se trai*”⁶³², o comunista baiano ficou notabilizado por ter se emudecido e não ter traído nem a si, nem aos seus companheiros, durante as sessões de espancamentos que sofreu em 1936. A tortura descrita na matéria da *Veja* aconteceu, aproximadamente, seis meses após Marighella ter chegado à capital do país, onde realizava atividades partidárias utilizando como pseudônimos: Geraldo Marighella, Armando Silveira Lopes ou Mário Reis Barros. Segundo consta na documentação policial, Marighella foi preso no dia primeiro de maio de 1936, “por estar fazendo propaganda comunista e distribuindo boletins de subversivos”⁶³³, além de “manter frequente contato com adeptos do credo vermelho”⁶³⁴.

No mesmo dia em que foi preso, Marighella sofreu as referidas sessões de espancamento na delegacia Especial de Segurança Política e Social. Ainda naquele primeiro de maio, o comunista prestou as declarações iniciais a seu respeito, porém, teve que esperar até o dia doze para fazer oficialmente seu depoimento⁶³⁵. Este lapso temporal muito provavelmente se deveu à demora da polícia baiana em enviar informações dos antecedentes de Marighella no estado. Mesmo que no dia seguinte à prisão tivessem sido solicitadas as referências dele, estas apenas foram enviadas para o Rio de Janeiro no dia onze, informando que o comunista não possuía antecedentes

⁶³¹ ESTRATÉGIA para matar o terror. *Veja*. São Paulo. n. 62, 12 nov. 1969. p. 25. Disponível em: acervo.veja.abril.com.br. Acessado em: 02 mar. 2016.

⁶³² Trecho da música *Vila do sossego*, de autoria de Zé Ramalho.

⁶³³ *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella*. Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶³⁴ *Prontuário Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶³⁵ *Idem*.

criminais, embora tivesse tomado “parte [do] levante de estudantes, sendo preso” em 1932⁶³⁶.

Após prestar seu depoimento, Marighella permaneceu por mais alguns dias na delegacia antes de ser transferido para a Casa de Detenção no dia vinte e dois daquele mês⁶³⁷. Até sua ida para a penitenciária, o baiano ficou no local em que foi torturado por cerca de vinte dias, sendo razoável se supor que ele tivesse sofrido outras formas de violência durante esse período. Ao que se mostra, as agressões dos algozes e a coragem da vítima ficaram marcadas na memória dos envolvidos, a ponto daquela sessão de espancamento ser descrita na reportagem do final da década de 1960, citada anteriormente. Se por um lado é provável que quem bateu se lembrasse do ocorrido, por outro, é certo que a vítima não se esqueceu das brutalidades sofridas, tanto que mais de uma década depois Marighella as descreveu da seguinte maneira:

As torturas a que fui submetido foram as seguintes: depois de murros, pontapés e outros golpes que me aplicaram, fui queimado por todo o corpo com pontas de cigarros que os próprios investigadores estavam fumando. Além disso, o investigador Galvão tirou seu alfinete de gravata e enfiou debaixo de minhas unhas, deixando-as em sangue. Reuniram-se todos e, através dos golpes chamados ‘chave de braço’, fui levado ao chão várias vezes, o que me produziu um ferimento na testa como se pode verificar pela cicatriz que apresento. Na Polícia Especial, o espancamento durou até a madrugada. Cheguei lá mais ou menos às 7 ou 8 horas da noite, e só de madrugada suspenderam o que chamavam de sessão espírita. [...] O Sr. Emílio Romano deu ordem, diante do fato de que eu procurava reagir aos espancamentos, para que eu fosse algemado. E, assim, com as mãos para trás e deitado de bruços na cama, fui espancado a canos de borracha que me atingiram as costas, as nádegas e as solas dos pés⁶³⁸.

Muito tempo depois desta declaração, em meados da década de 1960, o comunista baiano mais uma vez rememorou o caso, afirmando:

Já fui torturado a frio, [...] na antiga Polícia Especial! [...] A tortura a frio por que passei então no cárcere, sob a vigência da ditadura de Getúlio Vargas e Felinto Müller, ensinaram-me que é melhor mil vezes morrer lutando com os policiais do que permitir-lhes que supliciem o preso imobilizado e sem poder oferecer resistência⁶³⁹.

⁶³⁶ *Radiograma n. 100* (11 mai. 1936). Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶³⁷ *Prontuário Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶³⁸ Comissão de Inquérito sobre Atos Delituosos da Ditadura. Ata da Reunião de 21 ago. 1947. *In O Estudante Marighella nas prisões do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda. 1948. p. 11-13. *apud* SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 68-69.

⁶³⁹ MARIGHELLA, Carlos. *Por que...* op. cit., p. 37.

Nota-se que as cicatrizes de Marighella não ficaram apenas em seu corpo, sendo que as sessões de tortura lhe proporcionaram, por meio da dor, lições que carregou durante sua vida. Tais marcas, pelo menos as físicas, foram denunciadas ainda durante o período em que o comunista estava preso. Em nove de julho de 1937, o deputado federal baiano João Mangabeira, que também foi vítima da abolição das garantias constitucionais, ocorrida no ano anterior, fez uma série de denúncias contra os abusos e autoritarismos cometidos por Getúlio Vargas após a implantação do estado de sítio em 1936, citando, inclusive, as torturas sofridas por Marighella⁶⁴⁰. Em seu pronunciamento, que marcou o reinício da sua atividade parlamentar na Câmara dos Deputados, Mangabeira, referindo-se ao seu conterrâneo, afirmou:

O que se fez com o estudante de engenharia Miranghala (*sic*) no 1º de Maio é de fazer piedade a um coração empedernido: as torturas infligidas a esse rapaz – a noite inteira chibateado, pisado, ora na Polícia Central, ora na Polícia Especial, se revelam até nas fotografias que tenho publicadas num dos jornais matutinos, com seu retrato [...] monstruosidades como essas [...] degradam a civilização brasileira e desonram o nosso nome perante o mundo civilizado⁶⁴¹.

As denúncias de João Mangabeira, que tinham entre seus alvos principais o chefe da Polícia, Filinto Müller e o ministro da Justiça, Vicente Rao, foram reproduzidas pelos periódicos do Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*⁶⁴², no dia seguinte ao discurso do deputado. Outro jornal que repercutiu o mencionado pronunciamento foi *O Imparcial*, do Maranhão. Entretanto, tal matéria foi veiculada apenas no dia dezesseis daquele mês⁶⁴³, o que nos sugere que muitos jornais do país ecoaram as palavras do deputado baiano nos dias seguintes à realização do discurso. Diante da fala de Mangabeira na Câmara dos Deputados, o nome de Marighella retornou a imprensa, haja a vista que inúmeras reportagens foram feitas sobre a prisão dele, ocorrida no ano anterior ao referido discurso do parlamentar.

⁶⁴⁰ João Mangabeira foi preso em março de 1936 por possíveis ligações com Luiz Carlos Prestes, e colocado em liberdade em 1937. MANGABEIRA, Francisco. *João Mangabeira: República e socialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 137-141.

⁶⁴¹ OCUPOU a tribuna da Câmara o Sr. João Mangabeira. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1937. p. 7-8. In Processo-Crime 65/TSN. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.OPCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

⁶⁴² AS VIOLÊNCIAS do estado de guerra. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1937. p. 2;3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 27 fev. 2016.

⁶⁴³ IMPRESSIONANTE depoimento em torno das violências praticadas no Rio durante o Estado de Guerra. *O Imparcial*. São Luís, 16 jul. 1937. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

A súbita fama de Marighella em decorrência de seu encarceramento ocorreu, ao que tudo indica, pelo fato das autoridades policiais terem transmitido à imprensa, propositalmente, informações equivocadas acerca da referida prisão do comunista baiano. É plausível imaginar que no período em que se acentuava a perseguição aos comunistas, os policiais ao informarem que capturaram o secretário-geral do Partido Comunista pretenderam demonstrar, aos seus superiores e a população, competência. Afinal, nos parece pouco provável que a polícia, após quase um mês de investigações, acreditasse que Marighella fosse o principal dirigente do PCB, como foi divulgado nos periódicos.

De forma semelhante à matéria do *Estado de São Paulo*, foi publicado em diversos impressos que havia sido “preso no Rio o novo secretário do partido comunista”, normalmente, em matérias de capa⁶⁴⁴. Além do periódico paulista, o *Diário de Pernambuco*⁶⁴⁵, assim como os jornais do Rio de Janeiro, *Diário da Noite*⁶⁴⁶ e *O Jornal* noticiaram a prisão do “estudante de Engenharia, poeta, filósofo e rebelado”⁶⁴⁷. Outro impresso da capital do país, o *Diário Carioca*, também repercutiu a prisão do comunista baiano, afirmando que o “Dr. Carlos Meringhella (*sic*), engenheiro, [...] formado pela Faculdade da Bahia [...] estava desempenhando a missão do [secretário-geral do PCB] ‘camarada’ Fernandes”⁶⁴⁸. Tais matérias passaram a estampar as capas dos periódicos a partir do dia vinte e três de maio de 1936, após a transferência do baiano para a Casa de Detenção, ocorrida no dia 22 daquele mês, indicando que imediatamente após a chegada do comunista ao presídio ele foi apresentado à imprensa. Nestas reportagens, é sonogada a informação que a referida prisão ocorreu no início de maio, sendo, em geral, afirmado que Marighella foi preso na mesma semana em que foi transferido para o presídio, o que nos faz acreditar que a polícia omitiu tal fato dos jornalistas.

⁶⁴⁴ FOI PRESO no Rio o novo secretário do partido comunista. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 mai. 1936. p. 1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br>. Acessado em: 10 mai. 2016.

⁶⁴⁵ PRESO o novo secretário do Partido. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1936. p. 2, 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

⁶⁴⁶ APPREHENSÃO de grande... op. cit., p. 1, 8; COMUNISTA e poeta... op. cit., p.1, 8; MARIGHELLA nasceu poeta... op. cit., p. 2.

⁶⁴⁷ A VIDA pregressa... op. cit., p. 9.

⁶⁴⁸ MAIS UMA investida vermelha fracassa. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 24 mai. 1936. p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca/093092>. Acessado em: 27 fev. 2016.

Embora seja impossível saber exatamente como a polícia descreveu as atividades de Marighella aos repórteres, nota-se grande divergência entre o depoimento do comunista com o que foi escrito nos jornais. Tal diferença se evidencia ao compararmos apenas os fragmentos jornalísticos citados acima com as declarações de Marighella aos policiais. Em seu depoimento, o comunista baiano afirmou que era *estudante* de Engenharia, e que “em consequência dos últimos contratempos sofridos pelo Partido Comunista com a detenção de muitos de seus membros”, ele passou a “exercer o cargo de *secretário técnico* da organização do Partido”. Nesta função, Marighella tinha “a incumbência de levar credenciais, datilografar documentos do partido, rever e corrigir a redação de documentos por outrem escritos, carimbar documentos, etc”. Cabe mencionar que a informação de que o baiano era simplesmente o secretário técnico do partido foi corroborada por Taciano José Fernandes, que foi preso no dia anterior a Marighella e informou aos policiais que se encontraria no dia seguinte com o baiano⁶⁴⁹.

Se por um lado é possível que o “comunista e poeta nas horas vagas”⁶⁵⁰ tenha minimizado o cotidiano de suas atividades partidárias, haja vista que em sua autobiografia Marighella escreveu que tinha a incumbência de fazer contato com marítimos, com a “imprensa ilegal e com as casas ilegais da direção”⁶⁵¹, por outro, é notório que o que foi divulgado extrapolava a importância do baiano junto à organização comunista. Verifica-se tal perspectiva ao analisarmos outro trecho da reportagem do *Diário Carioca* em que foi afirmado que Marighella

exercia nesse estado grande influência nas hostes vermelhas e das quais era destacado elemento. Em todos os comícios e reuniões de caráter comunista, Miringhella (*sic*) era figura indispensável, pois sua palavra fluente dominava todos os espíritos fracos e fáceis de sugestão. Sempre em contato com os meios acadêmicos, pois desde a vida escolar sempre estivera a serviço do credo de Moscou, o referido engenheiro sofreu várias prisões por parte da polícia baiana que vigiava atentamente todos os seus movimentos e atitudes. Ultimamente, porém, como não lhe fosse mais possível continuar a fazer a propaganda da ingrata doutrina em virtude da tremenda perseguição que lhe moviam as autoridades de São Salvador, Miringhella (*sic*) teve de abandonar a “boa terra”⁶⁵².

⁶⁴⁹ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

⁶⁵⁰ COMMUNISTA e poeta... op. cit., p. 1.

⁶⁵¹ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 2.

⁶⁵² MAIS UMA investida... op. cit., p. 1.

Percebe-se que o texto valorizou a referida prisão com informações equivocadas, em que, por exemplo, para ressaltar a grande importância de Marighella para o PCB desde o período em que atuava na Bahia, foi dito que a polícia estava atenta aos passos dele na *boa terra*. Tal informação também foi noticiada pelo *O Jornal*, sendo informado que perigoso agitador foi “obrigado a deixar a cidade de São Salvador em virtude de constante perseguição da polícia baiana”⁶⁵³. De forma semelhante, o *Diário de Pernambuco* escreveu que o estudante de Engenharia “não é de todo desconhecido da polícia. Na Bahia é bastante conhecido como agitador comunista, pois tomava parte de em reunião de estudantes”⁶⁵⁴. Segundo o *Diário da Noite*, Marighella, que “nasceu poeta e criou-se agitador”⁶⁵⁵, várias vezes “foi detido pelas autoridades policiais de São Salvador a fim de dar explicações sobre as suas atitudes extremistas”⁶⁵⁶. Além disso, de acordo com o impresso carioca, “Carlos era muito popular nos bairros proletários da cidade”⁶⁵⁷.

Ainda que potencialmente o baiano tivesse *palavra fluente* e participasse de reuniões estudantis, ao que se mostra, há uma hipervalorização da atuação política de Marighella na *boa terra*. Afinal, o radiograma enviado pelos policiais da Bahia aos cariocas não faz nenhuma menção acerca da “periculosidade” dele ou que ele fosse comunista. Da mesma forma, não foi escrito que havia contínua observação policial sobre ele.

Outra evidência da supervalorização da imprensa acerca da atividade do baiano é o fato de não constar o nome de Marighella na relação dos comunistas que atuavam na Bahia feita pela polícia. Em decorrência dos Levantes de 1935, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), sendo solicitado aos governos estaduais “que enviassem listagens dos Departamentos de Polícia informando os comunistas fichados e suspeitos”⁶⁵⁸. Na relação feita pela polícia baiana, de fevereiro 1936, não consta o nome de Carlos Marighella, embora tenham sido identificadas 27

⁶⁵³ TENTARAM uma rearticulação... op. cit., p. 8.

⁶⁵⁴ PRESO o novo... op. cit., p. 8.

⁶⁵⁵ MARIGHELLA nasceu... op. cit., p. 2.

⁶⁵⁶ APPREHENSÃO de grande... op. cit., p. 8.

⁶⁵⁷ COMUNISTA e poeta... op. cit., p. 8.

⁶⁵⁸ LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 186.

peças como comunistas e outras 114 como suspeitas de serem⁶⁵⁹. Entre os identificados como comunistas há, por exemplo, os nomes de Manoel Batista de Souza, Joaquim Seixas do Vale Cabral e Samuel Genez, enquanto, Antônio Pascásio Bittencourt, Lauro Araújo, Leôncio Basbaum, João Schaun, Nelson Schaun, entre outros, foram relacionados como suspeitos. Todos estes eram, reconhecidamente, comunistas, por isso, ciente de que a polícia da Bahia desde o início da década de 1930 monitorava as ações do PCB, como discutido anteriormente, nos parece bastante razoável supor que se Carlos Marighella estivesse sob contínua observação policial, o nome dele comporia a relação feita pela Inspetoria de Ordem Pública e Social, mesmo ele não morando no estado há cerca de três meses.

De forma análoga aos periódicos acima mencionados, que destacaram a atuação política de Marighella, os baianos *Estado da Bahia*, *Diário de Notícias* e *O Imparcial* enfatizaram em suas capas a referida prisão do comunista. Desta forma, reforça-se a perspectiva de que muitos jornais do Brasil estamparam a fotografia do fundador da ALN em suas páginas, informando à população e aos militantes do PCB espalhados pelo país a suposta prisão do secretário-geral do partido. Na Bahia, tal qual os jornais dos dois principais estados do país, foram feitas reportagens comemorativas em relação às ações contra os comunistas, dando “detalhes da diligência *sensacional* da polícia carioca”, que após “*campana rigorosa*”, realizou “*prisões preciosas*”⁶⁶⁰. *O Imparcial* e o *Estado da Bahia* fizeram a cobertura do caso em duas reportagens, da mesma forma que o *A Tarde*⁶⁶¹, outro impresso de Salvador que noticiou mais de uma vez a referida prisão, ainda que não tenha sido em suas primeiras páginas. Mesmo que o carioca *Diário da Noite* tenha feito três reportagens acerca do caso, é razoável afirmar que a reincidência das matérias na Bahia, ao que parece, ocorreu pelo fato de ter sido atribuído ao filho da *boa terra* o principal cargo do partido comunista.

Em linhas gerais, as matérias exaltaram a prisão de Marighella e buscaram transmitir a ideia de periculosidade do baiano, como em um dos tópicos da reportagem

⁶⁵⁹ *Ofício nº 411*. (enviado pelo governador do Estado da Bahia). 28 fev. 1936. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor: Administração; Pasta: 14. Rio de Janeiro. In LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 186-187; 253.

⁶⁶⁰ A PRISÃO do substituto de Adalberto Fernandes. *O Imparcial*. Salvador, 26 mai. 1936. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

⁶⁶¹ A primeira reportagem veiculada no *A Tarde* acerca da prisão de Marighella no Rio de Janeiro foi: MATERIAL de propaganda em caixas de ovos (preso o novo secretário do P. Comunista). *A Tarde*. Salvador, 25 mai. 1936. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

de *O Imparcial*, escrito da seguinte forma: “Marighella (*sic*), ex-estudante de Engenharia na E. Politécnica da Bahia - um *indivíduo perigoso*”⁶⁶². O *Estado da Bahia* também ressaltou a periculosidade do “estudante bahiano e chefe vermelho”, ao afirmar que ele era um “*perigoso extremista*”⁶⁶³. O *A Tarde* não fugiu a regra ao redigir, em um breve histórico do comunista na Bahia, que “desde os tempos ginasianos revelava sua rebeldia”, e que “a prisão de Carlos Marighella [...] *como perigoso extremista*, [...] aos seus íntimos, que lhe conheciam de perto o ardor das expansões, a notícia da sua grande aventura não deve surpreender tanto assim”⁶⁶⁴. Além disso, o *Diário de Notícias*, da mesma forma que outros jornais, desqualificou o comunista baiano ao escrever que “Carlos Marichella não é formado!”, como se a informação equivocada sobre o término da sua graduação tivesse sido passada por ele. Na reportagem, o impresso ao tratar do caso escreveu:

Elementos da nobre classe de Engenheiros, cientes [...] da *prisão do extremista* [...], informaram-nos, de logo, que esse vermelhão não era portador de nenhum diploma científico. [...] O famoso Carlos Marighella, destarte, não é engenheiro civil, [...] não passando, portanto, de uma *intrujice* de sua parte o fazer-se ele passar por aquela Escola Bahiana⁶⁶⁵.

Notadamente, o fragmento acima buscou detratar o ex-estudante da Escola Politécnica, atribuindo a ele a mentira pela informação de que já havia se graduado. Assim como os baianos *Diário de Notícias* e *A Tarde*, os cariocas *Diário da Noite* e *O Jornal* buscaram informações sobre o “falso engenheiro”⁶⁶⁶ na Escola Politécnica, além de escreverem algumas palavras acerca da família de Marighella. De acordo com *Diário da Noite*, que publicou uma foto de Augusto Marighella ao lado do jornalista que foi ao seu encontro⁶⁶⁷, o ferreiro e “proprietário de uma pequena oficina de metalurgia” declarou “várias vezes estar desgostoso com o gênio do filho”⁶⁶⁸.

Ainda acerca da repercussão da prisão do comunista, além da ênfase que se deu à suposta periculosidade a Marighella, as reportagens dos periódicos da Bahia e de

⁶⁶² REINCIDEM os comunistas nos seus projetos sinistros. *O Imparcial*. Salvador, 24 mai. 1936. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

⁶⁶³ COMO AGIA Carlos Marighella, o estudante bahiano e chefe vermelho. *Estado da Bahia*. Salvador. 25 mai. 1936. p. 1, 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

⁶⁶⁴ MARIGHELLA e a sua agitada vida... op. cit., p. 2. (grifo nosso)

⁶⁶⁵ CARLOS Marichella não é formado! *Diário de Notícias*. Salvador, 25 mai. 1936. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

⁶⁶⁶ COMUNISTA e poeta... op. cit., p. 1.

⁶⁶⁷ MARIGHELLA nasceu... op. cit., p. 2.

⁶⁶⁸ COMUNISTA e poeta... op. cit., p. 8.

outros estados se aproximavam ao enaltecerem as ações policiais e por condenar os comunistas, descrevendo com “minúcias [...] as *magníficas* diligências da polícia do Rio”, como fez o *Diário de Notícias*⁶⁶⁹. Nesta reportagem, a exaltação aos policiais continua ao ser afirmado que os comunistas foram submetidos a “*rigoroso interrogatório*”, e que “*felizmente*, as autoridades estão ativas para descobrir esses *maus brasileiros*, que a soldo da Rússia procuram levar a miséria, a desonra e a ruína milhões de criaturas”⁶⁷⁰. De forma parecida, *O Imparcial* valorizou a atuação policial ao escrever que a polícia tem “realizado centenas de prisões e desarticulado os planos mais bem arquitetados dos *inimigos da ordem*”⁶⁷¹.

Além de exaltarem as ações policiais, as matérias se assemelharam por silenciarem acerca das torturas contra Marighella. Ainda que acreditemos que os jornais não fossem dar ênfase à truculência policial e às violências cometidas, é lícito inferir que os jornalistas soubessem que o *rigoroso interrogatório* a que foi submetido o comunista baiano, na verdade, tratava-se de sessões de espancamento. Tanto, que em alguns jornais a imagem do baiano foi manipulada a fim de esconder os ferimentos em seu rosto, indicando a conivência dos jornais com a crueldade policial.

Figura 17 – Fotografia de Carlos Marighella após ser preso (1936)



Fonte: *Estado da Bahia*.

Figura 18 – Fotografia manipulada de Carlos Marighella (1936)



Fonte: *O Imparcial*.

⁶⁶⁹ A ÚLTIMA intentona comunista. *Diário de Notícias*. Salvador, 25 mai. 1936. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁶⁷⁰ Idem. (grifo nosso)

⁶⁷¹ REINCIDEM os comunistas... op. cit., p. 1. (grifo nosso)

Convém reafirmar que nenhum periódico analisado abordou a violência cometida contra o baiano, mesmo que os ferimentos no rosto de Marighella fossem perceptíveis nas matérias do *Estado da Bahia* e *Diário de Notícias*, os dois jornais do estado que não manipularam as fotografias do comunista. Se por um lado a imprensa silenciou acerca das sessões de tortura, por outro, o judiciário não podia afirmar o desconhecimento do fato. Afinal, durante o processo, o advogado de defesa de Marighella, Ulysses Moreira Senna, em junho de 1937, escreveu que os “castigos que lhe foram infringidos na Polícia Especial, mostrando-nos mesmo as cicatrizes deles resultantes, foi simplesmente dantesco e apavorante”⁶⁷². Ademais, foi incorporada ao processo a matéria do *Jornal do Brasil*, citada anteriormente, que reproduziu as denúncias feitas pelo deputado João Mangabeira a respeito da tortura sofrida por Marighella.

Ainda que o relator do caso, o juiz Raul Machado, certamente soubesse das sessões de espancamento cometidas pela polícia, isto não foi suficiente para atenuar sua decisão de acatar a denúncia da procuradoria, enquadrando Marighella em três artigos da Lei nº 38 de 1935⁶⁷³. Segundo a procuradoria, o comunista deveria ser julgado pelos artigos, 1º: “Tentar diretamente [...] mudar, por meios violentos, a Constituição da República”; 4º: “aliciar ou articular pessoas; organizar planos; [...] dar ou transmitir, por qualquer meio, ordens ou instruções para a execução do crime”; e pelo 13º: “ter sob sua guarda, possuir, [...] substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição”⁶⁷⁴. Acolhida a denúncia da procuradoria e feito o relatório pelo juiz, em 25 de agosto de 1937, o Tribunal de Segurança Nacional, unanimemente, condenou Carlos Marighella a dois anos e seis meses de reclusão, apenas pelo 13º artigo da referida lei, haja vista que foi encontrado na residência dele “bombas, granadas lacrimogêneas e outros materiais bélicos”, ao mesmo tempo em que foi considerado pelos juízes “não ter ficado provado” a culpa do comunista nos outros artigos em que ele foi denunciado⁶⁷⁵.

⁶⁷² *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

⁶⁷³ *Idem*.

⁶⁷⁴ BRASIL. *Lei nº 38*, de 04 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0038.htm. Acessado em: 18 mai. 2016.

⁶⁷⁵ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

Com o julgamento do processo 65, Marighella deveria continuar preso por pouco mais de um ano, entretanto, em 19 de julho foi concedido um *habeas-corpus* em seu favor⁶⁷⁶, que lhe permitiu ser posto em liberdade no dia 27 daquele mês⁶⁷⁷. Ao retornar às ruas, Marighella certamente já era conhecido por muitos comunistas que viram sua imagem estampada nas capas dos jornais no ano anterior. Aliado a isso, entendemos que em torno do seu nome seus companheiros começavam a construir grande admiração devido ao fato de ele ter resistido em silêncio e com valentia às sessões de torturas. Sobre o assunto, é sugestivo o depoimento de Noé Gertel em que afirma que os dois se conheceram em 1937 quando o baiano já era “*uma espécie de mito*”. Segundo Gertel, “ele já era muito reconhecido na esquerda porque tinha sido preso em 1936 [...] e tinha sido torturado [...] e foi então pela resistência do Marighella às torturas [...] que ele começou a ser considerado uma espécie de mito”. Noé Gertel ainda complementou dizendo que “era um ato muito importante [para os comunistas] não falar” quando fosse preso⁶⁷⁸.

Convergente com as declarações de Noé Gertel, está o depoimento de Geraldo Rodrigues dos Santos⁶⁷⁹ onde é dito que Marighella “veio para o movimento muito cedo, muito jovem, ainda estudante; foi preso, torturado, se portou bem, manteve a moral, quando as qualidades de um bom dirigente naquela época era manter um bom comportamento na polícia nas mãos da repressão”⁶⁸⁰. De forma parecida, Jacob Gorender afirmou sobre Marighella: “eu vim a saber o nome dele depois que eu me tornei militante, de [19]42 em seguida. Nos meios da esquerda o nome dele já era conhecido, um baiano que tinha ido para o sul, estava preso, *tinha se comportado magnificamente*”⁶⁸¹. Em outro depoimento, Jacob Gorender reafirma que tendo sido “terrivelmente torturado [Marighella] não cede aos torturadores. Já começa a formar em

⁶⁷⁶ SUPREMO Tribunal Militar. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 20 jul. 1937. p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

⁶⁷⁷ *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.OPCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

⁶⁷⁸ GERTEL, Noé. Marighella... op. cit., p. 424-425. (grifo nosso)

⁶⁷⁹ O estivador Geraldo Rodrigues dos Santos, conhecido como Geraldão, afirmou ter conhecido Marighella em 1945 após ele ter sido anistiado. Geraldão militou no PCB durante décadas, foi dirigente do partido e se elegeu deputado federal em 1962 pelo PTB, porém, foi impedido de tomar posse sob a acusação de ser comunista. Geraldo Rodrigues faleceu em 2006 aos 83 anos.

⁶⁸⁰ SANTOS, Geraldo Rodrigues dos. *Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior*. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 260-261.

⁶⁸¹ GORENDER, Jacob. *Entrevista...* op. cit., p. 276. (grifo nosso)

torno do seu nome uma *lenda*, tanto que eu vim a ouvir falar dele já em 1942”⁶⁸². Ressalte-se que em 1942 Gorender morava na Bahia, enquanto Marighella estava encarcerado na Ilha Grande.

Sem negar as flutuações da memória e suas possíveis influências nos depoimentos acima, ao analisarmos tais declarações, aliada com a do delegado Romano, mencionada anteriormente, que enaltece a valentia do baiano, entendemos que a resistência às sessões de torturas, ocorridas na prisão, fez com que os militantes do Partido Comunista passassem a admirar a coragem de Marighella frente aos policiais, algo bastante valorizado por não colocar em risco outros militantes e a organização. A exaltada coragem de Marighella, no caso em questão, também foi mencionada no romance *Os Subterrâneos da Liberdade - Os Ásperos Tempos*, escrito em 1954 por Jorge Amado, onde está dito que o personagem Carlos, inspirado no comunista baiano, teve um “*heroico* comportamento na prisão”, devido à “sua resistência às torturas mais brutais”⁶⁸³. Posto isto, consideramos que o escritor, ao reverenciar Marighella no mencionado trecho, o faz, pois tal perspectiva já estava enraizada entre os militantes do Partido Comunista. Ao mesmo tempo, pode-se supor que o escrito de Jorge Amado acerca do ocorrido serve para consolidar e perpetuar a imagem de resistência e valentia do futuro guerrilheiro frente aos policiais.

Ainda em relação às consequências da prisão de Marighella no Rio de Janeiro, consideramos que o equívoco de ter sido amplamente divulgado na imprensa que o baiano era o principal dirigente do PCB fez com que ele se tornasse relativamente conhecido entre comunistas espalhados pelo país, fazendo com que a partir de 1936 o nome dele começasse a se popularizar entre os membros da organização. Todavia, embora tenhamos a compreensão de que o nome de Marighella começou a se tornar conhecido pelos militantes do PCB a partir de 1936, não se pode afirmar que apenas o fato de ele ter resistido às violências na prisão e a consequente repercussão do caso tenham sido suficientes para garantir a vitória dele no pleito de 1945.

Nesse sentido, trabalhando com a multiplicidade de fatores, é necessário levar em consideração que após ser libertado em 1937, Marighella foi enviado pela “direção do partido” para São Paulo, a fim de “ajudar a combater o fracionismo trotskista” na

⁶⁸² GORENDER, Jacob. *Recordações de um companheiro*. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 394. (grifo nosso)

⁶⁸³ AMADO, Jorge. *Os Subterrâneos da Liberdade: I...* op. cit., p. 291. (grifo nosso)

condição de “secretário de propaganda do Comitê Regional”⁶⁸⁴. Segundo Marighella, a luta contra os trotskistas fez com que fosse recuperado, no estado, “o partido dividido por eles”⁶⁸⁵. Importante ressaltar que o militante do PCB, à época, considerava o trotskista seu “maior inimigo”, comparando-o “a um fascista”⁶⁸⁶. Tal concepção é percebida na fala de Marighella, em 1945, quando o mesmo afirmou que “os trotskistas foram provando o que, de fato, são: os mais ferozes aliados dos fascistas, dos nazistas e dos reacionários de todos os tipos e todas as cores”⁶⁸⁷. De acordo com Frederico José Falcão, estavam englobados como trotskistas “todos os que divergiam, na esquerda marxista, da ‘linha justa’ da direção do Partido”⁶⁸⁸. Decerto que não está entre nossos objetivos aprofundar a discussão acerca da referida disputa no seio do PCB ocorrida em São Paulo, entretanto, a partir dela podemos supor que o baiano provavelmente ampliou seu lastro de popularidade entre uma parcela dos comunistas, assim como angariou maior respeito da direção do partido.

De acordo com a polícia, em São Paulo, Marighella “desenvolveu intensa ação partidária, organizando células e orientando intensa ação partidária, digo, o trabalho subversivo”⁶⁸⁹. Esta intensa militância durou pouco menos de dois anos, haja vista que em maio de 1939, Marighella foi preso mais uma vez, sendo descoberto que Orlando Reis era o pseudônimo do baiano comunista que estava condenado e foragido. Em 17 de outubro, o baiano foi transferido para o Rio de Janeiro⁶⁹⁰, e dois dias depois foi denunciado, junto com outros comunistas, por fazer parte do Comitê Regional do PCB, sendo que para ele “o delito [foi] agravado pela condenação no processo” anterior⁶⁹¹. No dia 24, o juiz Pereira Braga decretou a prisão preventiva de Marighella, acusado de

⁶⁸⁴ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 3.

⁶⁸⁵ Idem.

⁶⁸⁶ FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942- 1961)*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012. p. 45.

⁶⁸⁷ DIRIGENTES comunistas debatem com a juventude os pontos essenciais do discurso de Prestes. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 05 out. 1945. p. 11. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

⁶⁸⁸ FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 45.

⁶⁸⁹ *Prontuário Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶⁹⁰ Idem.

⁶⁹¹ NO TRIBUNAL de Segurança Nacional. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 out. 1939. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

“fazer propaganda subversiva”⁶⁹², o que lhe fez permanecer na Casa de Detenção da capital do país até o seu julgamento, ocorrido em março de 1940⁶⁹³.

Ao ser preso, Marighella, além de ter que cumprir o restante da pena referente ao processo de 1936, foi condenado à perda da liberdade por mais cinco anos, no segundo processo instaurado contra ele pela prática do comunismo⁶⁹⁴. No final de abril, o Tribunal de Segurança Nacional negou “a apelação de Carlos Marighella”⁶⁹⁵, por isso, confirmada a pena, o comunista foi transferido para a Ilha de Fernando de Noronha no primeiro dia de maio, onde permaneceu até 1942, quando passou a cumprir a pena na Colônia Agrícola do Distrito Federal, conhecida como Penitenciária da Ilha Grande⁶⁹⁶. Entre a prisão de Marighella em 1939 e seu julgamento em 1940, localizamos algumas reportagens que trataram do caso em jornais de São Paulo, Rio de Janeiro⁶⁹⁷ e Mato Grosso⁶⁹⁸, o que nos sugere que muitos impressos do Brasil também repercutiram a mencionada prisão e seus desdobramentos. Não obstante as matérias não estarem enfatizando, majoritariamente, a trajetória de Marighella ou de outros militantes do PCB, mas sim, as atividades do Tribunal de Segurança Nacional, as notas nos jornais acabavam por informar o paradeiro de muitos comunistas aos seus companheiros que estavam em liberdade.

Certamente que a prisão de Marighella em São Paulo ocorreu devido à intensificação da perseguição aos comunistas a partir de 1937, com a implantação do Estado Novo. Tal recrudescimento era tão evidente que estava escrito no preâmbulo da Carta Constitucional outorgada por Getúlio Vargas naquele ano que diante do “estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda”, exige-se “remédios, de caráter radical e permanente”⁶⁹⁹. Com a *radical e permanente* perseguição aos comunistas, Marighella esteve encarcerado com

⁶⁹² TRIBUNAL de Segurança Nacional. *Correio Paulistano*. São Paulo, 26 out. 1939. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

⁶⁹³ *Prontuário Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶⁹⁴ *Idem*.

⁶⁹⁵ TRIBUNAL de Segurança Nacional. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 01 mai. 1940. p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

⁶⁹⁶ *Prontuário Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁶⁹⁷ Além do *Correio da Manhã* e *O Jornal*, encontramos matérias acerca do caso no *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio*.

⁶⁹⁸ Localizamos no *O Estado de Mato Grosso* uma reportagem que faz menção ao caso em questão.

⁶⁹⁹ BRASIL. *Constituição (1937)*. op. cit.,

centenas outros militantes, incluindo os principais dirigentes do partido, já que no início da década de 1940 “toda a direção do PCB foi presa”⁷⁰⁰.

Diante da “queda da direção nacional” do partido, os comitês regionais passaram a se organizar “independentemente do centro”, com destaque para o da Bahia e o de São Paulo⁷⁰¹. Com o quase esfacelamento do PCB, três grupos de militantes divergiam acerca dos rumos que o partido deveria tomar, incluindo aqueles denominados “liquidacionistas”, que entendiam que os “comunistas deveriam abandonar sua organização ilegal e atuar nas organizações patrióticas ao lado do povo”⁷⁰². Diferente dos liquidacionistas, o “grupo da Bahia”, sob o qual não havia suspeitas da recorrente infiltração policial dentro da organização, e a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), do Rio de Janeiro, buscavam reorganizar o partido, ainda que divergindo em alguns aspectos⁷⁰³. Neste processo, embora o Comitê Regional da Bahia fosse o único organismo credenciado à Internacional Comunista⁷⁰⁴ no início daquela década, por isso, tendo grande relevância, foi a CNOP que “tornou-se o mais forte grupo de reorganização do partido”, realizando em 1943, a II Conferência Nacional do PCB, que ficou conhecida como a Conferência da Mantiqueira⁷⁰⁵. A CNOP, que contava entre seus integrantes com militantes que tinham atuado na Bahia, como Armênio Guedes e Arruda Câmara, conseguiu se impor frente ao CR-BA e aos liquidacionistas⁷⁰⁶, sendo que no referido conclave, além de ser decido os rumos do partido, foi eleito um novo Comitê Nacional⁷⁰⁷ do PCB, que tinha Marighella como um dos seus membros e Luis Carlos Prestes como secretário-geral.

O fato de ter sido eleito para o Comitê Nacional do partido, em 1943, sugere que durante o período em que esteve preso na Ilha de Fernando de Noronha e na Ilha Grande Marighella conseguiu estabelecer boas relações com parte das principais lideranças do

⁷⁰⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. op. cit., p. 354-355.

⁷⁰¹ Idem.

⁷⁰² FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 34.

⁷⁰³ CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. op. cit., p. 227-241.

⁷⁰⁴ FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 109.

⁷⁰⁵ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. op. cit., p. 354-355.

⁷⁰⁶ Em relação à Conferência da Mantiqueira em 1943, assim como a atuação do CR-BA, da CNOP e dos liquidacionistas no curso do processo de reorganização do PCB, ou mesmo sobre o Comitê de Ação, que surgiu em oposição a CNOP, sugerimos: FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 28-40 e CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. op. cit., p. 227-241.

⁷⁰⁷ Em 1943 a denominação utilizada era Comitê Central, passando a ser Comitê Nacional em 1945. Ainda que para 1943 o termo seja anacrônico, optamos em utilizar apenas Comitê Nacional neste capítulo, para evitar a possibilidade de confusão entre os termos.

PCB. Além disso, é necessário reafirmar que o baiano, ao que tudo indica, carregava a admiração de muitos companheiros por ter resistido às sessões de tortura em 1936, e que tinha militado em um dos principais centros do país, o que provavelmente fez com que ele ficasse mais conhecido entre os integrantes do PCB. Ainda em relação à referida eleição, devemos acrescentar que muitos comunistas ao se referirem ao baiano afirmaram que “Marighella era uma figura fascinante”⁷⁰⁸; que os militantes se sentiam “a vontade com ele”, pelo fato do baiano tratá-los “sem arrogância, sem discriminação”⁷⁰⁹; ou que o futuro fundador da ALN era “muito diferente” de outros dirigentes, por ser “um homem fraternal, [que] não tinha nenhum ar de superioridade”⁷¹⁰.

Estas afirmações, que exaltam algumas das características de Marighella, nos sugerem que ele era tomado por seus companheiros como uma pessoa carismática e que possuía capacidade de liderança⁷¹¹, sendo estes elementos políticos importantes. Tais características também foram experimentadas durante alguns dos anos em que o baiano esteve encarcerado, afinal, ele foi um dos presidentes “do coletivo” de presos, ou seja, “um dos homens responsáveis pela vida no presídio”⁷¹². Esta responsabilidade denota, inclusive, o prestígio angariado ao longo dos anos, sendo este, também, um dos fatores que provavelmente influenciou para que ele fosse escolhido para o Comitê Nacional.

Como visto, entendemos que são múltiplas as possibilidades para que Marighella tenha se tornado membro do Comitê Nacional em 1943, levando em consideração que partimos da concepção de que a história do sujeito é construída cotidianamente. Entretanto, chama atenção o fato de o baiano ter sido eleito para o cargo, pois, segundo Marighella, ele tinha “recusado manter ligações com a organização do partido fora da cadeia”. De acordo com o próprio Marighella, ainda que dentro da prisão ele tivesse divergências com parte dos que foram denominados de liquidacionistas e que não fizesse parte do grupo, seu posicionamento de não reconhecer a organização do partido acabava por ser “também uma posição liquidacionista”. Tal perspectiva fez com que o

⁷⁰⁸ FALCÃO, João. *Entrevista...* op. cit., p. 257.

⁷⁰⁹ SANTOS, Geraldo Rodrigues dos. op. cit., p. 259-260.

⁷¹⁰ GORENDER, Jacob. *Recordações...* op. cit., p. 396.

⁷¹¹ Citamos apenas três declarações a fim de demonstrar como, normalmente, Marighella foi descrito pelos companheiros nas entrevistas disponíveis nas obras de Edson Teixeira da Silva Júnior e de Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, sendo recorrentes as afirmações acerca das qualidades do fundador da ALN, incluindo o carisma e a capacidade de liderança.

⁷¹² GERTEL, Noé. *Entrevista...* op. cit., p. 320.

futuro deputado constituinte não tivesse “tomado conhecimento” da sua eleição em 1943, e que somente após a anistia, em 1945, foi procurado para fazer a autocrítica da sua “posição anterior”⁷¹³. Acerca deste assunto, Jacob Gorender afirma que Marighella, recebendo a comunicação de sua eleição, recusou o cargo porque “defendia uma concepção de partido que unisse várias tendências de esquerdas [...] e que fosse mais amplo”, sendo tal viés defendido por Caio Prado Jr. e pelo Comitê de Ação. Ainda segundo Gorender, o fato de Luis Carlos Prestes ter aceitado o cargo de secretário-geral do PCB, assim como a “pressão” dele por meio de seus representantes, fez com que Marighella mudasse de posição e se reintegrasse ao partido, devido à grande admiração que o baiano tinha por Prestes⁷¹⁴.

A referida rejeição de Marighella ou a falta de conhecimento da sua eleição para o Comitê Nacional aponta os limites e a complexidade de se percorrer os caminhos de alguém, tendo em vista que algumas perguntas invariavelmente ficarão sem respostas, ratificando o caráter, em grande medida, especulativo e ficcional das obras biográficas. Nesse sentido, nos questionamos: por qual motivo Marighella foi eleito se ele não reconhecia a CNOP? Entre tantas possibilidades, o baiano foi eleito porque a CNOP tinha militantes que atuaram na Bahia e o conhecia, e/ou pelo reconhecimento dos seus bons serviços prestados ao PCB ao longo dos anos? A falta de respostas para estas singelas perguntas reforça a perspectiva inconclusa das biografias, tanto que apenas dois livros, dos quatro dedicados à vida de Marighella, abordaram a mencionada recusa ou o desconhecimento da eleição para o Comitê Nacional em 1943, a saber: *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*⁷¹⁵ e *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*⁷¹⁶.

Não obstante a falta de respostas sobre as motivações para que Marighella tenha se tornado um dos dirigentes nacionais do Partido Comunista, o mencionado fato nos possibilita perceber, de alguma forma, a perspectiva das tomadas de decisões da direção da organização, que potencialmente não levava em consideração o posicionamento do militante, assim como nos indica a possibilidade de enfrentamento a tais decisões, mesmo que isso implicasse no afastamento ou perda de prestígio no partido. Se por um

⁷¹³ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 4-6.

⁷¹⁴ GORENDER, Jacob. *Recordações...* op. cit., p. 394-395.

⁷¹⁵ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 53.

⁷¹⁶ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 141-143.

lado consideramos que esta questão permanecerá com respostas meramente especulativas, por outro, é certo que em 1945 Marighella ratificou a sua eleição para o Comitê Nacional, sendo este fato decisivo para sua vitória na disputa eleitoral daquele ano.

Nesse sentido, entendemos que a escolha do baiano como um dos dirigentes nacionais do partido foi um dos principais motivos para a vitória eleitoral dele em 1945, tendo em vista que este fato certamente potencializou a circulação do seu nome entre os comunistas. Podemos afirmar, pela multiplicidade de fatores abordados, que no ano em que houve o referido pleito para deputado federal Marighella fosse conhecido por muitos militantes do PCB, porém, diferente da perspectiva comumente apresentada nas biografias, não consideramos que a notoriedade do futuro fundador da ALN alcançasse a população em geral. Este entendimento é apresentado tanto por Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, ao escreverem que em 1945 Marighella tinha grande prestígio na *Bahia*⁷¹⁷, quanto por Mário Magalhães, que afirma, se referindo a anistia concedida ao comunista, que naquele ano foi libertado o “preso mais ilustre da Bahia”⁷¹⁸. Mesmo que o nome de Marighella tenha aparecido em jornais durante a década de 1930, não nos parece provável que aqueles que não tinham ligações com o PCB ou conhecessem o baiano tenham acompanhado a sua trajetória.

Ao ressaltarmos que o comunista era conhecido quase que exclusivamente pelos militantes do PCB, temos em vista, inclusive, o depoimento de Jacob Gorender, no qual este afirma que ele apenas soube da existência do fundador da ALN quando ingressou no partido, mesmo tendo começado a estudar no Ginásio da Bahia pouco tempo depois de Marighella concluir seus estudos naquele colégio. Cabe mencionar, como abordado no primeiro capítulo, que os biógrafos de Marighella afirmam que ele ficou notabilizado naquela instituição por ter respondido uma prova em versos e que sua fama perdurou por muito tempo. A perspectiva de que Marighella era conhecido essencialmente pelos comunistas também foi apresentada por João Falcão ao afirmar que o baiano, ao voltar para o estado em 1945, “foi recebido como um jovem extraordinário, mas isso na verdade circunscrito ao Partido, o povo não sabia nada disso”⁷¹⁹. De forma parecida, Luis Contreiras afirmou que Marighella “se tornou conhecido na campanha” eleitoral, e

⁷¹⁷ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 58. (grifo nosso)

⁷¹⁸ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 160.

⁷¹⁹ FALCÃO, João. *Entrevista...* op. cit., p. 256.

que foi naquele ano que os dois se conheceram⁷²⁰. Convém informar que Contreiras ingressou no PCB em 1945, quando ainda era estudante de Engenharia na Escola Politécnica, a mesma faculdade em que Marighella estudou na década de 1930, e que, segundo Mário Magalhães, “deixou seu nome grafado na história do movimento estudantil baiano”⁷²¹.

Diante do exposto, enfatizamos nossa divergência com a tese de que em 1945 Marighella era bastante conhecido no estado devido à militância partidária e/ou atuação estudantil na Bahia, sendo tal ponto de vista ratificado no artigo de José Raimundo Fontes, contido na biografia *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. No texto em questão, consta que o fundador da ALN “tivera uma *significativa* participação nos meios político-sociais baianos, mais precisamente entre os anos de 1932 e 1935”, tornando-se “*uma figura conhecida no cenário político baiano*”. O autor ainda escreve que “*a fama* [de Marighella] corria desde a célebre prova de Física, respondida em verso” em 1929⁷²². Posto isto, mencionamos mais uma vez que Marighella militou por pouco mais de um ano no estado, sendo que neste curto período o PCB estava começando a se organizar, tendo uma quantidade ínfima de militantes. Reafirmamos ainda que a quantidade de estudantes secundaristas e acadêmicos era bastante pequena quando Marighella estudou na Bahia.

Em suma, inferimos que em 1945 a história do ex-estudante da Politécnica era conhecida por muitos militantes do PCB, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Todavia, tal conhecimento não se devia, essencialmente, ao seu histórico da década de 1930 na Bahia, mas sim por uma diversidade de fatores, sendo alguns destes discutidos anteriormente. Assim sendo, consideramos que os biógrafos, ao construírem grande notoriedade de Marighella na Bahia desde sua época de estudante e em seus primeiros passos no PCB, ambicionaram dar sentido ao caos da vida e criar conexões e ordem, como se a história de uma pessoa fosse necessariamente coerente e tivesse um sentido.

⁷²⁰ ALMEIDA, Luis Contreiras de. op. cit.,

⁷²¹ Convém informar que ao fazer tal afirmação, o autor está reproduzindo parte de uma reportagem do *Momento* de 1945. Entendemos que tanto o periódico quanto o autor buscaram, em alguma medida e por motivos distintos, enaltecer Marighella. Entretanto, não negamos, como já abordado no 2º capítulo, a participação do fundador da ALN no movimento estudantil baiano, porém, se faz necessário problematizar os limites e a repercussão deste movimento, assim como a perspectiva dos biógrafos em mitificar Marighella. MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 162.; FALA Carlos Marighella... op. cit., p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷²² FONTES, José Raimundo. *Marighella e o movimento operário baiano no período da “redemocratização” (1945-1947)*. (grifo nosso) In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 296.

Além disso, compreendemos que ao atribuir grande notabilidade ou hipervalorizar o prestígio que Marighella tinha em círculos limitados, pretendeu-se construir e/ou ratificar uma memória um tanto quanto mítica e predestinada acerca do comunista baiano e, por isso, fixar certa imagem.

4.2 “Na luta eleitoral devemos ter a maior audácia possível”

Durante os quase dez anos em que Carlos Marighella esteve longe da Bahia, o PCB, ainda que ilegalmente, conseguiu manter suas atividades políticas de forma contínua. Esta atuação ocorreu, em grande medida, em função do trabalho de Manoel Batista de Souza, Manoel Reinaldo Pinheiro e João Severiano Torres, que desde 1936 ocupavam cargos de dirigentes do partido, embora apenas Manoel Batista tenha sido secretário-regional do CR-BA, isso quando fundou o partido no estado em 1933. Além destes, contribuíram para a continuidade das atividades do PCB Jerônimo Sodré Viana, Joaquim Seixas do Vale Cabral, João Rodrigues Sobral, Armênio Guedes e João Falcão, assim como os sucessivos secretários-regionais Lauro Araújo, Diógenes de Arruda Câmara e Giocondo Dias. Todos estes compuseram a direção do Comitê Regional durante algum período, entre 1936 e 1945, por isso, ajudaram na manutenção das ações do PCB na Bahia⁷²³.

A contínua realização de atividades pelos comunistas baianos possibilitou com que o PCB estivesse inserido no movimento estudantil e entre os operários, e ainda publicava uma revista de circulação nacional, a *Seiva*⁷²⁴. Em Salvador, os comunistas

⁷²³ FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 73-236; FALCÃO, João. *Giocondo Dias...* op. cit., p. 83-102.

⁷²⁴ A *Seiva* foi uma revista cultural, sócio-politicamente engajada, de larga orientação à esquerda, e de alcance nacional e internacional. De acordo com João Falcão, ao ter a ideia de criar a revista, levou ao conhecimento do PCB, sendo que a direção partidária definiu pela sua concretização. Assim sendo, a *Seiva* deveria “expressar o pensamento democrático e antifascista na Bahia e no Brasil”, assim como, “exercer um papel aglutinador da intelectualidade brasileira”. A revista foi a primeira publicação “antifascista de caráter nacional dirigida pelo PCB”, sendo que através dela foi divulgada a linha política do partido. Fundada por João Falcão, Armênio Guedes, Virgildal Sena, Emo Duarte, Eduardo Guimarães e Diógenes Arruda Câmara, a revista teve sua primeira publicação em dezembro de 1938, sendo que sua primeira fase durou até julho de 1943. Após o fechamento pelo DIP, ressurgiu em 1950 e encerrou suas atividades em 1952. A respeito da Revista *Seiva*, ver: FALCÃO, João. *A História da Revista Seiva: primeira revista do Partido Comunista do Brasil*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2008.; FERREIRA, Daniela de Jesus. *Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943)*. 186 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

atuavam em pelo menos 20 núcleos, sendo 7 células entre os estudantes e 13 entre os operários de diversas categorias⁷²⁵. Contudo, esta inserção não significava, necessariamente, que havia uma grande quantidade de militantes, afinal, cada célula do PCB funcionava a partir de três integrantes.

Nesta perspectiva, Jacob Gorender afirmou que em 1942 entrou no PCB “convidado ou recrutado, como se dizia, por Mário Alves”, fazendo parte de uma célula do partido junto com Mário Alves e Ariston Andrade. Nas palavras do então estudante de Direito, “nós três éramos a célula estudantil”⁷²⁶. Assim sendo, pode-se supor que o partido tivesse nos primeiros anos da década de 1940, aproximadamente, 60 membros em Salvador. Ainda que não fosse uma quantidade substancial, tal número era considerável, haja vista a condição de ilegalidade do partido e a consequente perseguição aos seus militantes.

Se a atuação dos comunistas na Bahia durante a primeira metade dos anos de 1940 não representava, obrigatoriamente, muitos militantes na organização, tal situação se modificou em 1945 a partir da abertura política. Segundo João Falcão, no início daquele ano, o “partido estava unido, coeso e crescia rapidamente, em função do grande contingente formado basicamente por operários e trabalhadores (*sic*), além de estudantes, jornalistas e profissionais liberais que nele procuravam se filiar”⁷²⁷. A afirmação do dirigente do Comitê Estadual⁷²⁸ indica que o crescimento na quantidade de integrantes do partido foi um movimento, sobretudo, espontâneo de fora para dentro. No entanto, a documentação do partido nos revela o contrário, ainda que não neguemos a possibilidade de que novos integrantes tenham procurado a agremiação espontaneamente diante do processo de abertura política. Nesta perspectiva, é esclarecedora a orientação de Maurício Grabois, secretário nacional de divulgação do PCB, de que, em 1945, o partido deveria fazer um “um recrutamento audaz entre as amplas massas trabalhadoras”, aproveitando todas as campanhas, particularmente, a do alistamento e propaganda eleitoral para tal. O recrutamento de novos membros teria que

⁷²⁵ FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 93-94.

⁷²⁶ *Revista da Bahia*. n. 11, dez. 1988. p. 10. *apud* FALCÓN, Gustavo. op. cit., p. 65.

⁷²⁷ FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 266.

⁷²⁸ Em 1945 o PCB deixou de utilizar o termo Comitê Regional (CR-BA), passando a se referir como Comitê Estadual (CE).

ser intenso, por meio de cartazes que mostrassem o que era o partido em comícios, palestras, conferências ou nos próprios postos eleitorais do PCB⁷²⁹.

De acordo com Sena Júnior, o PCB, em 1945, pretendia se converter em um grande partido de massas com participação política⁷³⁰, por isso, era necessário arregimentar o maior número de integrantes para as suas fileiras. Para o Partido Comunista, a influência na vida política do país, assegurando a “marcha pacífica para a democracia”, cresceria à proporção que fossem engrossadas suas fileiras com “o maior número possível de novos membros”⁷³¹. Em relação à Bahia, o partido objetivou incorporar “mais dez mil membros”, sendo que todo militante deveria levar “pelo menos, dois novos membros para o partido”. Como estímulo, o integrante que filiasse “o maior número de companheiros” receberia um “valioso prêmio”⁷³². Nesse sentido, o partido estava de portas abertas para “todos os homens dispostos a lutar por um futuro de paz e progresso para o povo brasileiro”⁷³³.

Para ingressar ao PCB o novo integrante deveria ser indicado por um membro do partido, conforme disposto no estatuto partidário, o que, em parte, refuta a perspectiva de Falcão, de que os novos membros surgiram de forma, essencialmente, espontânea. Além disso, ainda era necessário prestar um juramento se comprometendo, entre outros, com a mais firme lealdade e dedicação à classe operária e ao povo⁷³⁴. Por fim, ao que tudo indica, para ser secretário de uma célula, o novo membro passava por uma avaliação, tendo que responder, entre outros, se bebia, fumava ou jogava⁷³⁵, o que reforça o caráter moralista do partido, também verificado no 25º artigo do estatuto que o PCB efetivamente usava, como abordado no capítulo anterior.

⁷²⁹ *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

⁷³⁰ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 247.

⁷³¹ MAIS 10.000 membros para o partido de Prestes, em 1945. *O Momento*. Salvador, 15 out. 1945, p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷³² Ressaltamos que não foi informado qual seria este “valioso prêmio”. MAIS dez mil membros. *O Momento*. Salvador, 29 out. 1945, p. 7. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷³³ *Compromisso de um comunista com o povo - Ingressai no PCB* (Panfleto n. 658). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁷³⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos...* op. cit., p. 11.

⁷³⁵ *Testes para os secretários das células das empresas fundamentais: Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação 167. Rio de Janeiro.

Independentemente do viés moralista, o PCB conseguiu aumentar em muito a quantidade de militantes e a sua estrutura. Tanto que o partido “em pouco tempo” organizou 500 células no Rio de Janeiro; 361 células, 22 núcleos distritais e 102 comitês em São Paulo, assim como 123 comitês em Porto Alegre⁷³⁶. Na Bahia, embora não haja dados específicos a respeito da quantidade de células criadas, o partido mostrou vitalidade, tanto que fundou o seu Comitê Estadual, 16 Comitês Municipais e dois Comitês Distritais. Assim sendo, entre julho e novembro de 1945, as cidades de Salvador, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, Alagoinhas, Nazaré e Irará, dentre outras, receberam organismos do partido, na busca por ampliar a inserção comunista entre os respectivos municípios⁷³⁷.

É provável que a instalação dos mencionados comitês municipais, principalmente nas cidades menores, tenha chamado atenção da população diante da novidade que era tal fato. Para demonstrar a singularidade do evento, *O Momento* escreveu que a solenidade de instalação do Comitê Municipal de Irará, em 21 de setembro, ocorreu no teatro que estava “literalmente cheio, apesar das chuvas torrenciais”. De acordo com a reportagem, tal aguaceiro não foi capaz de afastar a grande multidão, que permaneceu nas ruas próximas ao local⁷³⁸. De forma nada efusiva, o *A Tarde* também tratou da instalação de comitês, noticiando que em 17 de agosto foi fundado “o Comitê Distrital de Itapé, sob a orientação do professor Nelson Schaub”⁷³⁹. Embora seja bastante provável que a matéria do *O Momento* contenha os exageros inerentes da imprensa partidária, é certo que a instalação de comitês municipais, inclusive em cidades pequenas, como Irará e Prado, demonstra o vigor partidário dos comunistas em 1945.

⁷³⁶ FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 56.

⁷³⁷ Localizamos ao longo de 1945, no jornal *O Momento* e em Boletins Internos do PCB, a informação a respeito da instalação de comitês municipais nas cidades de Jacobina, Ubaitaba, Caculé, Amargosa, Prado, Juazeiro, Canavieiras, Senhor do Bonfim e Chique-Chique, além das citadas no texto. Também foi localizada uma matéria acerca da implantação do Comitê Distrital em Aramari, localidade do município de Alagoinhas que tinha um grande número de ferroviários. Além desses, o *A Tarde* noticiou que em 17 de agosto foi instalado o Comitê Distrital de Itapé. Todavia, convém informar que em janeiro de 1947, *O Momento* veiculou que em 1945 o PCB tinha 14 comitês municipais no estado, sendo o mais provável que tenha sido um erro da referida reportagem.

⁷³⁸ O P.C.B. em Irará. *O Momento*. Salvador, 01 out. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷³⁹ ATIVIDADE do Partido Comunista. *A Tarde*. Salvador, 31 ago. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Todavia, a presença do PCB nas principais cidades da Bahia não garantiu que a meta de 10.000 novos membros fosse alcançada⁷⁴⁰. Afinal, em dezembro de 1945 o partido contabilizou 2.900 filiados no estado, ou seja, menos de 1/3 do estabelecido⁷⁴¹. É provável que o acréscimo na quantidade de militantes, determinado pelo PCB, também não tenha sido atingido em outros estados. Por isso, ainda em dezembro, Arruda Câmara escreveu que era necessário recrutar com audácia, em massa e sem parar. Para tal, o principal dirigente do partido depois de Prestes orientou que o centro do recrutamento estivesse localizado na classe operária, sendo que o maior trabalho deveria ser feito nas grandes empresas. Além disso, Câmara afirmou que o partido também tinha a incumbência de crescer nos bairros, no campo e em todos os municípios fundamentais dos estados⁷⁴².

O crescimento do partido era fundamental para os anseios do PCB, sendo que este objetivo estava vinculado, em grande medida, aos processos eleitorais. Nesta perspectiva, Mário Alves, também dirigente do partido, afirmou que “o recrutamento intenso de novos militantes é da maior importância, porque cada comunista é hoje um ativo cabo eleitoral, [...] devendo trazer consigo pelo menos dez novos eleitores”⁷⁴³. Este viés também foi enfatizado por Maurício Grabois, ao escrever em um documento de 1945 que “o Partido Comunista do Brasil em sua nova fase de vida legal concentra a sua atividade política, fundamentalmente, na questão eleitoral”⁷⁴⁴.

De acordo com Arruda Câmara, os comunistas não faziam parte de “uma seita revolucionária” nem eram “caramujos que se contentam em viver enrolados dentro da própria concha”. Desta forma, as eleições eram fundamentais, porém, estas não deveriam ser encaradas como um fim, mas “como um meio para apontar às massas o justo caminho a seguir”. Nota-se que, ainda que Câmara tenha afirmado que as eleições não eram o único objetivo do PCB, o trabalho de ampliação do partido estava

⁷⁴⁰ MAIS 10.000 membros... op. cit., p. 1.

⁷⁴¹ SERÁ coberta a cota de 41 mil eleitores para o PCB na Bahia. *O Momento*. Salvador, 07 jan. 1947. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁴² RECRUTAR com audácia! Recrutar sem parar! *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 6. Rio de Janeiro, 13 dez. 1945. p. 2. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

⁷⁴³ TRABALHAR dia e noite sem medir sacrifícios, para conseguir os 41 mil votos. *O Momento*. Salvador, 10 jan. 1947. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁴⁴ *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

intrinsecamente ligado à questão eleitoral, sendo que nas palavras do dirigente, “um comunista vale pela massa que arrasta”⁷⁴⁵.

Em conformidade com Câmara, Sena Júnior afirma que de fato as eleições não eram vistas como um fim, já que o restabelecimento de uma ordem legal, sendo um partido de massas e com participação política, fazia parte da concepção de democracia do partido, sendo os processos eleitorais um meio necessário para o cumprimento das tarefas da revolução. Para o autor, esta perspectiva estava umbilicalmente ligada ao desenvolvimento do capitalismo e da industrialização do país, indispensáveis para a superação dos resquícios do feudalismo e para a promoção da *libertação nacional*⁷⁴⁶. Portanto, o Partido Comunista entendia que o Brasil deveria superar os resquícios feudais a partir do desenvolvimento capitalista do país, partindo do viés etapista, no qual para a implantação do socialismo era preciso passar pela etapa da revolução “democrático-burguesa”.

Esta concepção, amplamente divulgada, foi apresentada dentro do programa mínimo de *União Nacional*⁷⁴⁷, sendo afirmado que o PCB tinha a compreensão, “não de hoje, que o futuro imediato de nossa pátria não é o socialismo, e ainda menos o comunismo, mas a plena expansão de suas forças produtivas em base capitalista, sob forma política democrático-burguesa”. Tal desenvolvimento deveria “ocorrer, já agora, em quadro pacífico, baseado na cooperação dos trabalhadores, como classe independente, como os industriais, fazendeiros, financistas e comerciantes progressistas”⁷⁴⁸. Percebe-se que a noção política do PCB incluía a colaboração entre patrões e empregados, sendo tal prisma reiterado algumas vezes em *O Momento*, como ocorreu na matéria em que foi afirmado que “o Partido Comunista quer a cooperação

⁷⁴⁵ RECRUTAR com audácia!... op. cit., p. 2.

⁷⁴⁶ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 247.

⁷⁴⁷ Em linhas gerais, a *União Nacional* era uma forma ampliada da política de *frente popular*, também denominada de *frente única antifascista*. Foi implementada pelo PCB em 1937 e perdurou até 1948. A tática antifascista da União Nacional relacionava-se com a luta pela legalização do Partido Comunista e pela democracia, como vias necessárias ao cumprimento das tarefas de libertação nacional, em torno de uma solução “pacífica” para os problemas nacionais. Ademais, pregava a união dos comunistas com todo e qualquer setor que combatesse o fascismo – no Brasil, os integralistas – mesmo que para tal fosse necessário se aliar a Getúlio Vargas. A respeito da política de *União Nacional*, sugerimos: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

⁷⁴⁸ PROGRAMA mínimo de União Nacional. *O Momento*. Salvador, 09 abr. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

das classes [...] para o desenvolvimento do nosso processo de emancipação econômica e, pois, de transformação político-social”⁷⁴⁹.

Apesar de ter ciência da retirada de direitos trabalhistas no início da década de 1940 e da situação de arrocho vivida pela classe operária, o PCB buscava se inserir ao máximo entre os trabalhadores a partir da perspectiva da *cooperação dos trabalhadores*, tendo como lema “ordem e tranquilidade”. Desta forma, os comunistas eram contrários à realização de greves, embora aspirassem representar os trabalhadores. Para o partido, no contexto da abertura política e de combate aos remanescentes do fascismo, era necessário o máximo de esforço da classe operária para evitar qualquer tipo de instabilidade, sendo necessária, inclusive, a união com a “burguesia progressista”, que estava interessada “em trabalhadores especializados, eficientes e educados” para o desenvolvimento da indústria⁷⁵⁰. Logo, a prática do Partido Comunista do Brasil não dialogava com o discurso de seus dirigentes de que a organização era a “vanguarda da classe operária e do povo”, sendo o único partido que dirigia “audaz e corretamente a luta da classe operária e do povo”, em decorrência de possuir “uma teoria científica profundamente revolucionária, como o marxismo-leninismo”⁷⁵¹.

Segundo Frederico Falcão, a conciliação de classe prevista na política de “ordem e tranquilidade”, onde era pregado que “sem a união do proletariado com a burguesia nada é possível”, ou que as “massas trabalhadoras sofrem mais com a falta de um capitalismo organizado”, acabava por submeter os trabalhadores “a posições que rebaixavam a luta de classe, levando à completa submissão do operariado aos patrões e ao Estado”⁷⁵². Assim sendo, é como se o PCB dissesse aos trabalhadores: “*você deve rezar pelo bem do patrão e esquecer que está desempregado; [...] você deve aprender a baixar a cabeça, e dizer sempre: ‘muito obrigado’; [...] deve, pois, só fazer pelo bem da Nação tudo aquilo que for ordenado*”⁷⁵³.

A postura conciliatória e submissa do trabalhador, como na música de Gonzaguinha, era defendida por Luis Carlos Prestes, líder do “partido ligado à classe

⁷⁴⁹ O PARTIDO Comunista quer a cooperação de classes. *O Momento*. Salvador, 11 jun. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁵⁰ O PROLETARIADO brasileiro e a política de cooperação de classes. *O Momento*. Salvador, 30 abr. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁵¹ TEREMOS muito em breve um grande e Poderoso partido Comunista. *O Momento*. Salvador, 16 jul. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁵² FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 59.

⁷⁵³ Trecho da música *Comportamento Geral*, de autoria de Gonzaguinha.

operária”. Afinal, segundo o *Cavaleiro da Esperança*, o PCB, ao apontar para o povo o caminho da ordem e tranquilidade, mostrou aos operários que era preferível “*apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações*, porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos vivendo só interessa ao fascismo”⁷⁵⁴. Ademais, Prestes questionava a eficácia das greves, haja vista que os patrões dispunham de “uma reserva colossal de mão de obra barata”⁷⁵⁵.

Além disso, Prestes entendia que não fazer greve e *apertar a barriga* estava ligado ao “papel dirigente e fundamental” do proletariado no “grande esforço de unificação nacional”⁷⁵⁶. Contudo, este papel fundamental do proletariado apenas ocorreria se a classe operária estivesse organizada sindicalmente, o que permitiria a mobilização das grandes massas populares, fazendo com que a política nacional se desenvolvesse mais rapidamente no sentido de democracia e da liberdade⁷⁵⁷.

Diante da necessidade de organização sindical, o PCB criou o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que tinha como eixo de orientação “a luta pela democratização sindical e política”, como afirmam Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana. De acordo com os autores, o MUT foi fundamental para a proposta pecebista de aliança com a “burguesia nacional”, além de fazer parte de sua estratégia de inserção na estrutura sindical, em que buscava fortalecer seus laços com os trabalhadores e a sua posição no sistema político. Nesse sentido, tal organismo, que teve seu manifesto de lançamento assinado por mais de trezentos líderes sindicais de 13 estados, fez com que o PCB disputasse com as antigas lideranças o controle dos sindicatos e estreitasse a relação com os trabalhadores⁷⁵⁸.

Quando o MUT foi lançado na Bahia no final de abril, *O Momento* noticiou que uma de suas finalidades era a de “concretizar a união da classe trabalhadora em torno de um programa comum de luta pela democracia, pelo progresso e pela emancipação da

⁷⁵⁴ VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo: Ed Hucitec, 1982. p. 116.

⁷⁵⁵ *Ibidem*, p. 114.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, p. 107.

⁷⁵⁷ *Idem*.

⁷⁵⁸ SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964). In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 106-107.

pátria”⁷⁵⁹. Deste modo, percebe-se o anseio do PCB em fortalecer sua posição no sistema político por meio desta organização, como afirmado acima. De acordo com Petilda Vazquez, poucos meses após sua fundação no estado, o MUT já estava instalado em algumas cidades, como Salvador, Vitória da Conquista, Ubaitaba, Ilhéus e Uruçuca⁷⁶⁰, sendo este um importante mecanismo de integração entre o Partido Comunista e os trabalhadores⁷⁶¹. Como era um “instrumento de unidade da classe operária”, o manifesto do MUT continha “reivindicações específicas, entre as quais, o direito de greve”, porém, apenas depois de esgotados todos os recursos pacíficos⁷⁶².

Entretanto, na prática, o MUT seguia a orientação do PCB e buscava evitar a deflagração de greves. Nesse sentido, após uma ação da polícia de São Paulo em que foram presos “intelectuais e trabalhadores” acusados de fomentarem “greves no seio do proletariado”, a organização repudiou a diligência policial, porque quase todos os detidos eram militantes da esquerda, sendo que o Movimento Unificador dos Trabalhadores havia “lançado um manifesto *condenando energicamente as greves* como recurso inoportuno”. Logo, a atitude dos policiais era “uma legítima e odiosa provocação de caráter fascista”⁷⁶³.

Não obstante a contínua busca por conter as greves, “o MUT não conseguiu se constituir sempre em um veículo de implementação da ‘ordem e tranquilidade’ no movimento sindical”, haja vista que tal política “não coadunava com a ação dos trabalhadores em busca da recomposição de seus salários, engolidos, principalmente, pelo esforço de guerra”⁷⁶⁴. Nesta perspectiva, “o controle do partido em relação ao movimento operário era, portanto, parcial em abrangência, eficácia e duração”. Para Fernando Silva e Marco Aurélio Santana, “o PCB vivia numa encruzilhada”, tendo em

⁷⁵⁹ MOVIMENTO Unificador dos Trabalhadores. *O Momento*. Salvador, 30 abr. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁶⁰ VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1986. p. 88-90.

⁷⁶¹ *Ibidem*, p. 138.

⁷⁶² O MUT, instrumento de unidade da classe operária. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 07 out. 1945. p. 9, 12. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Astrojildo Pereira. Caixa: 17. São Paulo.

⁷⁶³ PROVOCAÇÃO da 5ª Coluna. *O Momento*. Salvador, 28 mai. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

⁷⁶⁴ FALCÃO, Frederico José. *op. cit.*, p. 59.

vista que precisava disputar um lugar ao sol no sistema político e enfrentava “o dilema acerca do que fazer com as crescentes demandas da classe trabalhadora brasileira”⁷⁶⁵.

Apesar dos dilemas e contradições do PCB, inegavelmente, a criação do MUT simboliza a capacidade de mobilização do partido em 1945. Além deste organismo sindical, os comunistas organizaram inúmeros Comitês Populares Democráticos, “que se enraizaram nos bairros e buscavam soluções para seus problemas, como os relacionados à instrução, saúde, lazer, habitação, carestia e saneamento básico”⁷⁶⁶. De acordo com Raquel Silva, tais Comitês foram criados com a principal tarefa de organizar o povo, desenvolvendo o trabalho de massas, o que fez com que os comunistas se aproximassem da população nos bairros e soubessem quais eram de fato suas reivindicações. Desse modo, o PCB buscou ampliar sua inserção em organizações da sociedade civil, assim como aumentar suas bases políticas, capitalizando a capacidade organizativa e mobilizadora dos Comitês Populares e convertendo-as em poder político, sendo este um elemento de influência na arena política nacional⁷⁶⁷.

É certo que estes Comitês eram fundamentais para o PCB, tanto que em seu primeiro comício, realizado em 23 de maio no Rio de Janeiro, Prestes afirmou que havia a necessidade do partido organizar tais núcleos. Para o *Cavaleiro da Esperança*, a participação realmente ativa do povo no amplo movimento de unificação que asseguraria o caminho pacífico para a democracia se daria através da sua organização em núcleos que lhe fossem próprios⁷⁶⁸. Assim sendo, não é surpreendente que em junho já houvesse, em Salvador, inúmeros Comitês Populares Democráticos nos bairros da Liberdade, Santo Antônio, Pelourinho, Itapagipe, Sete Portas, entre outros⁷⁶⁹.

Além de fazer com que o Partido Comunista tivesse conhecimento mais preciso das demandas da população nos bairros, Prestes entendia que a partir da organização do povo em Comitês Populares as eleições seriam mais um fator de unificação nacional, paz, ordem e tranquilidade⁷⁷⁰. Ademais, estes Comitês seriam locais por excelência para

⁷⁶⁵ SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA, Marco Aurélio. op. cit., p. 107.

⁷⁶⁶ Ibidem, p. 109.

⁷⁶⁷ SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador. (1945-1947)*. 134 f. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012. p. 36-76.

⁷⁶⁸ FAÇAMOS da campanha eleitoral uma campanha do povo. *O Momento*. Salvador, 04 jun. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁶⁹ SILVA, Raquel Oliveira. op. cit., p. 39.

⁷⁷⁰ FAÇAMOS da campanha... op. cit., p. 3.

a discussão política, possibilitando que os candidatos do PCB fossem escolhidos destas organizações ou a partir do debate com elas. Afinal, “Prestes, como todos os comunistas, não poderia impor ao povo, a golpes de retórica, um candidato qualquer”. Portanto, o entendimento do partido à época era que para escolha do candidato, o “justo a fazer, é adotar a norma do respeito à opinião, prosseguindo na pesagem do pensamento popular, até uma esclarecida conclusão. Que opine o povo, mas o povo organizado”⁷⁷¹.

Nas palavras de Prestes, “tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos cargos eletivos os homens que lhes inspirem confiança, que lhes pareçam capazes [...] de participar ativamente da solução dos grandes e graves problemas nacionais”⁷⁷². Assim, na visão do PCB, os candidatos que se constituíssem na expressão da vontade de uma maioria ponderável, que atendessem as necessidades populares e firmassem o compromisso sagrado de defender os interesses do povo teriam o apoio do partido e dos patriotas conscientes e democratas. Nesse sentido, seria “a própria luta pelo direito das massas populares e o processo de desenvolvimento das organizações do povo” que revelaria aqueles que, “destacando-se por sua coerência e combatividade”, mereceriam “a indicação de seus nomes como candidatos”⁷⁷³. Nota-se que, na perspectiva apresentada pelos comunistas, os Comitês Populares seriam importantes para a escolha dos candidatos, haja vista que o PCB não iria *impor ao povo, a golpes de retórica, um candidato qualquer*. Contudo, caso a escolha não fosse feita no debate com os comitês, nada impediria que tais organizações sugerissem a inclusão das soluções preferidas do povo nas plataformas dos candidatos⁷⁷⁴.

Ainda em relação a estes organismos, Carlos Marighella, em entrevista ao *O Momento* no mês de junho, frisou a importância dos Comitês Populares, tendo em vista que estes recolhiam as reivindicações locais e democráticas, eram centros de vigilância contra o integralismo e se constituíam em pontos de apoio para o alistamento eleitoral. Continuando a tratar da questão eleitoral, o dirigente ressaltou que o importante era assegurar que o pleito ocorresse. Ademais, acerca do comportamento dos comunistas e expectativas no que se refere a este processo, afirmou: “pacificamente vamos agora para

⁷⁷¹ Idem.

⁷⁷² VINHAS, Moisés. op. cit., p. 106.

⁷⁷³ FAÇAMOS da campanha... op. cit., p. 3.

⁷⁷⁴ Idem.

as eleições, que todos brasileiros desejamos livres e honestas”. Nesta entrevista, Marighella ainda defendeu que ninguém poderia negar que o Partido Comunista era “o mais forte esteio da democracia entre nós, o mais decidido fator de ordem e tranquilidade”⁷⁷⁵.

Na mesma semana em que estas declarações foram publicadas, Marighella participou de um evento do MUT em Salvador, quando lhe foi feita uma “significativa homenagem”. No domingo, 10 de junho, ao fazer seu discurso de agradecimento, o dirigente comunista afirmou que o caminho para a democracia era o da ordem, da paz e da tranquilidade. Em suas palavras, Marighella acrescentou que “a nossa obrigação é de ajudar pacificamente a democracia quando é ela que vai em marcha ascendente no mundo”. Em relação à conciliação de classe, o dirigente disse: “desenvolvamos o cooperativismo livre e democrático, não tenhamos receio de estender a mão à burguesia progressista e façamos ver aos patrões progressistas a necessidade de uma colaboração sincera com o trabalhador”. Dentre os diversos temas abordados, Marighella também tratou do processo eleitoral, repetindo parte do que havia dito na entrevista acima mencionada. Nas palavras do baiano:

agora que marchamos pacificamente para as eleições, que todos desejamos livres e honestas, preparemo-nos para, através do voto e por intermédio de verdadeiros representantes do povo, conquistar um Parlamento democrático que legisle em favor do povo, que, por exemplo, legisle em favor da exploração do nosso petróleo, cuja importância na liquidação de nosso pauperismo é desnecessário lembrar⁷⁷⁶.

Percebe-se, tanto na entrevista quanto em seu discurso no MUT, que Marighella tratou dos temas relevantes para o PCB, dentre os quais, a importância dos Comitês Populares e o seu respectivo valor diante do processo eleitoral; o combate ao integralismo; a defesa da democracia alicerçada na “ordem e tranquilidade”; a conciliação de classe; assim como a marcha pacífica rumo às eleições livres e honestas. Desta forma, ao abordarmos pontos cruciais para o PCB no curso da abertura política, além do posicionamento do partido frente a algumas questões, estamos, inegavelmente, tratando da postura política de Marighella, haja vista que a história do PCB ilumina, em grande medida, a trajetória do baiano.

⁷⁷⁵ FALA Carlos Marighella... op. cit., p. 8.

⁷⁷⁶ A DEMOCRACIA está em marcha. *O Momento*. Salvador, 18 jun. 1945. p. 6-7. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

As declarações de Marighella reforçam, ainda, a grande importância das eleições para o PCB. Tal relevância, no entender de Prestes, devia-se ao fato de que em um Parlamento democrático se poderia legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário; contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país; para proteger a indústria nacional; e para rever de maneira inteligente a legislação trabalhista, assegurando a liberdade sindical⁷⁷⁷. Como já mencionado, esta grande dimensão ao processo eleitoral relacionava-se ao entendimento do PCB de que futuro imediato do país não era o socialismo, sendo que em sua perspectiva revolucionária havia a necessidade inicial de se cumprirem as tarefas democrático-burguesas da revolução brasileira, em que a eleição seria um de seus pilares.

Como se percebe, as ações do PCB em 1945 estavam, na prática, umbilicalmente direcionadas ao processo eleitoral. Apontam para este caminho, a diretriz do partido em realizar um *recrutamento audaz entre as amplas massas trabalhadoras, porque cada comunista era um ativo cabo eleitoral*, e a capitalização política das atividades do MUT ou dos Comitês Populares Democráticos. Este viés também é apresentado por Frederico Falcão, ao afirmar que o Partido Comunista durante a campanha eleitoral deu destaque à questão sindical e o combate às greves, tendo em vista que havia “grande preocupação com qualquer movimento paredista que colocasse em risco o processo eleitoral”⁷⁷⁸. Posto isto, as palavras de Maurício Grabois são esclarecedoras acerca desta questão, tendo em vista que de acordo com o dirigente nacional, “o Partido Comunista do Brasil em sua nova fase de vida legal *concentra a sua atividade política, fundamentalmente, na questão eleitoral*”⁷⁷⁹.

Nesta perspectiva, o PCB demandou bastante energia de seus militantes para a realização de atividades de propaganda “com o objetivo de levar as nossas palavras de ordem e o nosso programa às grandes massas, possibilitando a vasta mobilização do povo para o êxito do partido na luta eleitoral”⁷⁸⁰. Conforme o extenso documento da

⁷⁷⁷ VINHAS, Moisés. op. cit., p. 104-105.

⁷⁷⁸ FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 66.

⁷⁷⁹ *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro. (grifo nosso)

⁷⁸⁰ Idem.

Secretaria Nacional de Divulgação do PCB⁷⁸¹, esta publicização era importante, pois durante muito tempo a “posição política não era compreendida por muitos elementos próximos do partido e até por simpatizantes mais chegados, devido, justamente, a nossa falta de divulgação”. Para sanar esta questão e conseguir levar o programa do partido às grandes massas era necessário fazer a referida divulgação de outra forma. Afinal, para Grabois, o PCB nem sempre soube apresentar as questões de maneira justa, sendo que a “linguagem, em certos casos, não atingia as amplas massas, pela falta de objetividade e clareza e pela forma difícil e complicada de nossa exposição”. Além disso, os artigos do partido não tinham a profundidade necessária na análise dos problemas. Em suma, nas palavras do secretário de divulgação, “faltou-nos concisão, espírito de síntese e sensibilidade diante do povo”⁷⁸².

Segundo o dirigente nacional, em virtude das condições políticas de 1945 era necessária a abolição completa dos métodos da ilegalidade para a divulgação da linha política do partido, haja vista que os comunistas sempre foram grandes agitadores e péssimos organizadores das massas. Para esta organização, era preciso, ainda, “eivar o nível político e ideológico dos nossos quadros e o grau de politização das massas”, tendo em conta que “em muitos quadros de direção a falta de base marxista-leninista-stalinista é uma realidade por todos nós comprovada, e nos quadros de base a situação é pior”. Desta forma, em linhas gerais, para organizar as massas era necessária a ampla divulgação do programa do partido em linguagem clara, sendo preciso, ainda, eivar o nível político e ideológico de seus membros, o que propiciaria êxito na luta eleitoral.

Diante da imprescindível necessidade de divulgação da linha do partido que reverberaria no processo eleitoral, Grabois tratou da importância da utilização “dos jornais burgueses”. Afinal, enquanto o PCB não dispunha de qualquer órgão de imprensa, com exceção de pequenos periódicos, as “entrevistas e manifestos publicados nesses jornais tiveram uma grande influência no atual processo de democratização do país”. Para o dirigente, com o fim da censura, o PCB soube aproveitar, sem se deixar levar por preconceitos, os jornais que aceitavam as colaborações dos comunistas para

⁷⁸¹ Convém mencionar que neste documento de 19 páginas não há datação, todavia, ao cruzarmos as diretrizes apresentadas com as ações do partido, inferimos que ele foi produzido, provavelmente, entre o final do 1º e o início do 2º semestre de 1945.

⁷⁸² *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro. (grifo nosso)

levar a orientação ao povo. Nesse sentido, os camaradas das pequenas cidades poderiam utilizar audazmente os periódicos locais, onde era mais fácil inserir matérias do partido com real proveito.

Todavia, ainda que “os jornais burgueses” fossem utilizados para a divulgação da linha do partido, o foco do PCB era a formação de uma imprensa de massa com o objetivo de, também, “organizar, educar e estimular o proletariado e o povo na luta pela unidade, pela democracia e pelo desenvolvimento pacífico em nossa terra”. Para Grabois, tal objetivo estava sendo cumprido pelo principal jornal do partido, a *Tribuna Popular*, que “apesar de suas debilidades”, era “tão vital para o partido como é para nós o ar que respiramos”. Convém mencionar que além da *Tribuna Popular*, a imprensa do partido era composta, quando o mencionado documento foi produzido, pela (o): *Folha Capixaba* do Espírito Santo; semanários *Itinerário* do Ceará, *O Momento* da Bahia, e *O Libertador* de Minas Gerais; *Revista Libertação* do Rio Grande do Sul; Editora Vitória e Edições Horizonte. Cabia a estes órgãos da imprensa comunista, além de divulgar a linha política do PCB, ajudar “a organizar o povo para os próximos combates eleitorais, defendendo o justo programa do nosso partido, popularizando os nossos candidatos e desmascarando os inimigos do povo e da democracia, partidários de golpes e fomentadores de desordens”⁷⁸³.

A importância da criação de um jornal com o intuito de servir como um organizador coletivo já havia sido escrito no início do século XX, por Vladimir Ilitch Lênin. De acordo com o líder da Revolução Russa, um jornal que abrangesse todo o país era imprescindível para “educar pessoas para formar organizações políticas fortes”⁷⁸⁴. Para Lênin, a elaboração de um jornal político, com difusão regular, por, pelo menos, quatro vezes ao mês, ajudaria, por exemplo, no recrutamento e organização das massas, assim como criaria uma ligação efetiva entre as cidades⁷⁸⁵.

Com difusão regular de quatro edições mensais, o órgão da imprensa comunista na Bahia era *O Momento*. De acordo com Sônia Serra, o jornal foi criado para ser um meio de agitação, organização e propaganda do partido, imprimindo em seus primeiros anos mais de cinco mil exemplares, o que representava uma excelente tiragem para a

⁷⁸³ Idem.

⁷⁸⁴ LÊNIN, Vladimir Ilitch Lênin. *Que Fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1978. p. 125.

⁷⁸⁵ Ibidem, p. 125-133. (Convém mencionar que Lênin está tratando de um jornal político para “toda a Rússia”, o *Iskra*, que serviria, entre outros, para aprofundar e alargar a organização revolucionária)

época⁷⁸⁶. Sendo um instrumento por excelência de propaganda, o periódico abordava intensamente o programa do PCB, o que pode ser percebido com as publicações acerca da campanha para a convocação de uma Constituinte, quando *O Momento* produziu, em 11 edições, pelo menos, 17 matérias a respeito⁷⁸⁷.

Além do programa do partido, a Secretaria de Divulgação entendia que a imprensa comunista deveria “organizar o povo para os próximos combates eleitorais”⁷⁸⁸, como anteriormente mencionado. Por isso, *O Momento* “fez ampla campanha pelo alistamento eleitoral, num trabalho de organização popular e partidária, através da mobilização e do esclarecimento sobre as eleições”⁷⁸⁹. Nesse sentido, foi publicado que nos postos de alistamento eleitoral deveria ser feita “a mobilização do povo para as urnas através do mais amplo e leal esclarecimento sobre o direito de votar livremente, votar conscientemente, escolhendo o candidato e o programa que lhe pareçam melhores”⁷⁹⁰.

Esta matéria, notadamente, obedece as diretrizes elencadas por Maurício Grabois em relação à importância da propaganda do partido para educação política das massas. Em tais propagandas, deveria ser abordado: a necessidade de eleições livres e honestas; a existência de um ambiente de ordem e tranquilidade; o significado do voto; a importância do alistamento eleitoral; o esclarecimento da lei eleitoral; a luta prática pela alfabetização crescente dos brasileiros que não podiam votar por não saber escrever; assim como a propaganda dos candidatos⁷⁹¹. Desse modo, é certo que as publicações do *O Momento* ajudaram a popularizar o nome dos candidatos do PCB, além de terem sido importantes para a notabilização de Carlos Marighella, que não era conhecido pelos novos membros do partido.

⁷⁸⁶ SERRA, Sônia. op. cit., p. 172, 268.

⁷⁸⁷ Sobre o tema, analisamos as edições de *O Momento* entre os dias 6 de agosto e 15 de outubro. Tendo em vista que algumas edições do periódico estavam bastante deterioradas, é possível que tenham sido publicadas mais reportagens do que as que identificamos.

⁷⁸⁸ *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

⁷⁸⁹ SERRA, Sônia. op. cit., p. 52.

⁷⁹⁰ VOTO livre e consciente. *O Momento*. Salvador, 06 ago. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁹¹ *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

Como um dos tópicos escrito por Grabois tratava da situação daqueles que não podiam votar por não saber escrever, *O Momento* também foi porta-voz do PCB na Bahia acerca de tal exclusão. Como já foi dito, antes da Lei Eleitoral ser promulgada em maio, o partido havia abordado a questão, afirmando por meio do periódico que os analfabetos deveriam votar, haja vista que estes, concentrados nos campos e nas cidades do interior, eram a grande massa eleitoral do Brasil⁷⁹². Provavelmente em função da ciência que tal exclusão era fato consumado, o PCB entendia que uma das atividades dos Comitês Populares deveria ser a criação de cursos de alfabetização rápidos, para os adultos que quisessem se alistar para o processo eleitoral⁷⁹³. Nesta perspectiva, em Salvador, os Comitês Populares da Fonte Nova e de São Caetano, assim como o Comitê Democrático de Brotas, mencionaram em seus manifestos de fundação, ainda que não tenha sido uniformemente, que a alfabetização da população local era uma de suas metas mais imediatas, propondo a criação de mais escolas para tal, a ser realizada de maneira rápida e eficiente⁷⁹⁴.

Tais manifestos seguiram a orientação do partido, sendo que em julho, quando começou o processo de alistamento eleitoral, foi enfatizada a decisão do PCB de criar uma “decidida campanha pela alfabetização popular” para “aqueles que, por desgraça, permanecem analfabetos”⁷⁹⁵. O objetivo era levar o máximo de eleitores às urnas, por isso, em todos os bairros, locais de trabalho e localidades do interior deveriam ser instaladas escolas noturnas e diurnas para adultos. Portanto, deveriam ser criadas “escolas de primeiras letras por toda a parte”, sendo a orientação para todos os democratas a de “alfabetizar, alfabetizar, alfabetizar”⁷⁹⁶.

Em agosto, o jornal novamente tratou do assunto, sendo informado que “o Partido Comunista não descansará [...] na tarefa de fazer com que o povo participe cada vez mais da nossa vida política e nesse sentido lutará até o fim pelo direito de voto para os analfabetos, soldados e marinheiros”⁷⁹⁷. De acordo com Raquel Silva, no mês seguinte, *O Momento* publicou a recomendação para que os Comitês Populares dessem

⁷⁹² DIREITO de votos... op. cit., p. 2.

⁷⁹³ CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. op. cit., p. 58.

⁷⁹⁴ SILVA, Raquel Oliveira. op. cit., p. 53, 75.

⁷⁹⁵ ESFORÇO para um vasto alistamento eleitoral. *O Momento*. Salvador, 02 jul. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁷⁹⁶ Idem.

⁷⁹⁷ O PARTIDO Comunista e o problema eleitoral. *O Momento*. Salvador, 06 ago. 1945. p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

um novo impulso à campanha de alfabetização, haja vista que era preciso levar às urnas o maior número possível de brasileiros, cuja maior parte não era letrada⁷⁹⁸. Pelo que se vê, tal diretriz foi seguida intensamente, tendo em vista a existência da escola de alfabetização do Comitê Popular do Alto do Peru⁷⁹⁹ ou a escola de alfabetização noturna do Engenho Velho⁸⁰⁰, ou mesmo, a declaração do presidente da Comissão Popular do Pelourinho, Arlindo Simões, de que o mencionado organismo “já fizera de uma lavadeira analfabeta uma eleitora”⁸⁰¹.

Possivelmente, levando em consideração a possibilidade da realização de uma “alfabetização” de maneira rápida e eficiente, Maurício Grabois tratou da necessidade de fazer a divulgação do programa do partido para os analfabetos. Esta deveria atingir, principalmente, os trabalhadores do campo, que teriam conhecimento sobre o PCB a partir do rádio, do disco de vitrola e do cinema. Por isso, o documentário produzido a respeito do comício de Prestes no estádio do Pacaembu, em São Paulo, era para ser exibido para os analfabetos, após a realização de uma rápida palestra. Ainda foi recomendada, para a divulgação do programa do partido, a utilização dos alto-falantes, “comuns nas cidades do interior”, assim como os automóveis que tivessem esse equipamento. Da mesma forma, “grupo de artistas amadores que excursionam pelo interior” poderiam ter grande influência na divulgação da linha política do partido, “entre as massas analfabetas do Brasil”⁸⁰².

Não obstante a acentuada atenção do PCB em relação à exclusão dos analfabetos do processo eleitoral, é bastante provável que a decidida campanha pela “alfabetização” não tenha conseguido um resultado satisfatório para eleição de 1945, levando em consideração o exíguo tempo do alistamento eleitoral que durou de 8 de julho a 2 de outubro. Ao mesmo tempo, este esforço para a “alfabetização” reforça o esforço eleitoral do partido daquele ano. Tal perspectiva está inclusa no entendimento do PCB acerca da necessidade de se passar pela etapa da revolução democrático-burguesa antes

⁷⁹⁸ SILVA, Raquel Oliveira. op. cit., p. 75.

⁷⁹⁹ COMITÊ do Alto do Peru. *O Momento*. Salvador, 08 out. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁰⁰ REALIZAÇÕES do Comitê do Engenho Velho. *O Momento*. Salvador, 08 out. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁰¹ SILVA, Raquel Oliveira. op. cit., p. 75-76.

⁸⁰² *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

do socialismo. Todavia, ainda que o PCB tenha dado grande ênfase para o processo eleitoral, recorrentemente, este aspecto é margeado pela bibliografia especializada.

Fica ainda mais evidente o prisma eleitoral do Partido Comunista ao continuarmos analisando o documento da Secretaria Nacional de Divulgação em que foi afirmado que em 1945 o partido lançava “o peso de sua ação política no problema eleitoral, hoje, centro de nossa atividade”. Sendo este o foco da atividade política, era necessário que manifestos, juntamente com os painéis e cartazes, considerados como grandes instrumentos de propaganda, fossem intensamente desenvolvidos para a campanha eleitoral, mobilizando pintores, desenhistas e letristas, para que estes contribuíssem na condição de amigos do partido. Ademais, para Grabois, o PCB na luta eleitoral deveria “ter a maior audácia possível”, utilizando “todos os meios práticos de propaganda”, como rádio, teatro, cinema, cartazes, comícios, letreiros luminosos, faixas, volantes, jornais e todos os meios de difusão possíveis de serem mobilizados. Assim sendo, o partido teria que “mobilizar todos os seus organismos para a propaganda eleitoral”⁸⁰³.

Esta intensa difusão teria como um dos seus objetivos o de “popularizar os nomes dos candidatos do partido”, sendo importante para isso, fazer biografias dos mesmos, mostrar “os aspectos mais interessantes de suas vidas e o que eles defenderão no parlamento”. Ainda objetivando popularizar os candidatos e angariar votos, o dirigente nacional afirmou: “é indispensável intensificar a formação de oradores, pois a campanha eleitoral exige grande número de bons oradores para explicar ao povo o programa do partido e apresentar os nossos candidatos”. Nesta mesma perspectiva, os slogans deveriam ser simples e incisivos, “levando sempre em conta as características de cada estado”.

Além dos diversos meios de propagandas anteriormente elencadas, Grabois afirmou que “principalmente agora, que caminhamos para as lutas eleitorais, a propaganda por meio de palestras, rápidas e objetivas, de nossos candidatos e do nosso programa, nos locais de trabalho traz um resultado bastante satisfatório”. Esta orientação se devia em função do entendimento de que durante o período em que esteve na ilegalidade, os melhores resultados da divulgação do partido foram conseguidos

⁸⁰³ Idem.

através de “palestras realizadas nas fábricas e em outros locais de trabalho”, por isso, a experiência dessas atividades precisava ser aproveitada.

Da mesma forma que as palestras, o dirigente nacional deu importância para a realização de “comícios bem organizados”, por serem “outro meio de divulgação da nossa linha política”, e por conseguirem mobilizar o maior número de ouvintes. Assim sendo, era indispensável um persistente trabalho de preparação dos militantes para que se realizasse “um grande número de comícios nas portas das empresas e em outros locais de concentração de massa”. Ademais, o trabalho de divulgação também se daria pela distribuição intensa de manifestos, volantes, afixação de faixas e cartazes nos pontos mais importantes das cidades, propaganda intensiva pelos jornais, rádio e cinema⁸⁰⁴.

O grande número de comícios determinados pela direção nacional, ao que se mostra, foi cumprido com afinco, tanto que o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, ao monitorar as atividades do PCB em 1945 na capital do estado, contabilizou a realização de 149 comícios do partido entre julho e dezembro, “ao passo que, somados todos os comícios dos demais partidos” o número atingido foi “de apenas 30”⁸⁰⁵. De acordo com a documentação policial, a maioria dos comícios foi realizada em portas de fábricas ou suas proximidades, “colhendo momentos oportunos, isto é, quando o operariado dispõe de tempo para ouvir seus oradores”. Ainda segundo a polícia, a terminologia usada pelos comunistas era toda de agitação, “explorando a presente situação econômica do país e bradando que somente o Partido Comunista” poderia resolvê-la⁸⁰⁶.

Apesar de não termos localizado documentação específica em torno da realização de comícios na Bahia, como feito pela polícia de São Paulo, é certo que inúmeros *meetings*, sobre os mais diversos temas, foram realizados pelo PCB no estado. Aponta para este caminho a veiculação, pelo *O Momento*, da realização de 17 comícios

⁸⁰⁴ Idem.

⁸⁰⁵ *O desenvolvimento da propaganda comunista em S. Paulo, após o reconhecimento do PCB*. Secretaria de Segurança Pública/São Paulo. In BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁸⁰⁶ Idem.

pró-constituente em aproximadamente um mês⁸⁰⁷. Estas manifestações ocorreram em diversos bairros da capital do estado, como no Alto do Peru, Amaralina, Penha, Pelourinho, Calçada, Largo do Tanque, Garcia e Bonfim, assim como nas cidades de Alagoinhas, Irará, Ouriçangas, Itabuna e Feira de Santana. Além de comícios pró-constituente, acontecerem outros, por exemplo, pela anistia, em homenagem aos pracinhas da FEB, contra o integralismo ou mesmo em preparação para a instalação do Comitê Estadual do PCB, ocorrido em 2 de julho⁸⁰⁸.

Estes *meetings*, ainda que não tenham sido realizados, especificamente, para popularização dos nomes dos candidatos, acabavam, na prática, por fazer com que a população conhecesse a maioria dos que concorreram ao cargo de deputado pelo PCB na Bahia. Afinal, grande parte destes comícios era feita com a participação dos comunistas que disputaram as eleições. Com a numerosa quantidade de comícios realizados, seja em São Paulo ou na Bahia, podemos perceber que as determinações feitas pela Secretaria Nacional de Divulgação eram seguidas pelos Comitês Estaduais, reforçando que o PCB lançava o peso de sua ação política no problema eleitoral, portanto, centro de sua atividade.

Toda esta atividade de divulgação do programa do partido e de popularização dos candidatos demandava a captação grande de recursos, exigindo uma “ampla movimentação de finanças”, que deveria ser “objeto de uma campanha especial”⁸⁰⁹. É provável que ao longo de 1945 o partido tenha feito pequenas campanhas para a arrecadação financeira, sendo que o próprio recrutamento de novos militantes propiciava a entrada de recursos, tendo em vista que estes eram obrigados a contribuir com a agremiação, segundo consta no estatuto do PCB. Entretanto, foi no ápice da disputa eleitoral que o Partido Comunista fez uma ação especial para a arrecadação de recursos, em que estava inclusa a campanha para a doação do valor correspondente a um dia de salário.

⁸⁰⁷ Nas seis edições do *O Momento*, entre de 24 de setembro e 29 de outubro de 1945, localizamos a realização de 17 comícios feitos pelo PCB, na campanha para que o Parlamento a ser eleito tivesse poderes constituintes. É provável que a maioria dos comícios não tenha sido publicizada pelo periódico, portanto, deve-se levar em consideração a possibilidade de que tenham ocorridos mais comícios do que os divulgados.

⁸⁰⁸ Ao longo de 1945 foram veiculadas inúmeras matérias no *O Momento* sobre a realização de comícios sobre os temas que o PCB entendia ser mais pertinentes.

⁸⁰⁹ *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

Nesta ação, o partido pretendeu arrecadar dois milhões de cruzeiros⁸¹⁰, porém, de acordo com Leôncio Basbaum, membro da Comissão Nacional de Finanças Pró Campanha Eleitoral, “dinheiro não faltava”⁸¹¹. Afinal, a campanha de finanças, a primeira de uma série, conseguiu arrecadar entre os meses de outubro e novembro “a quantia fabulosa” de dez milhões de cruzeiros. O autor ainda complementa afirmando que para poder ultrapassar as quantias pré-definidas, muitos membros chegaram a vender joias e propriedades⁸¹². A respeito da venda de bens, tal afirmação é confirmada pelo baiano Luis Contreiras, que entrou no PCB em 1945. Sobre a questão, Contreiras disse: “fizemos uma campanha nacional em que as pessoas davam alianças, isso e aquilo. Meus pais deram, inclusive, alianças pra campanha, pra arranjar recurso. E os recursos todos eram daqui, não vinha nada de fora”⁸¹³.

Sobre o tema, o Boletim Interno do PCB fez uma abordagem um pouco mais efusiva, sendo escrito que “no curto espaço de 15 dias somas consideráveis foram recolhidas e entregues ao partido para a sua campanha eleitoral”. Desta forma, “mais uma vez ficou comprovada a grande confiança do proletariado e do povo no seu partido de vanguarda”. Conforme o documento oficial, a quantia arrecadada era oriunda de várias formas, dentre as quais: doações em espécie coletadas em cofres ou sacolas; contribuições diretas, como a campanha de um dia de salário, ou recebidas mediante a assinatura em listas rubricadas; pela venda de convites ou ingressos para os mais variados espetáculos artísticos, culturais, esportivos ou recreativos, como piqueniques, exposições, etc; em leilões ou sorteios de fotografias ou desenhos do camarada Prestes⁸¹⁴. A campanha era tão intensa que, de acordo com a imprensa comunista, o telegrama lido por Marighella em um comício realizado em Salvador⁸¹⁵, avisando que Prestes e o candidato à presidência pelo PCB, Yeddo Fiuza, estavam a caminho da cidade, foi posto em leilão, sendo arrematado por cinco mil cruzeiros⁸¹⁶. Além de todas

⁸¹⁰ DOIS MILHÕES de cruzeiros para a campanha eleitoral. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1945. p. 1, 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 mai. 2016.

⁸¹¹ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: De 1930 a 1960*. 3ª Ed. São Paulo: Fulgor, 1968. p. 174-175.

⁸¹² Idem.

⁸¹³ ALMEIDA, Luis Contreiras de. op. cit.,

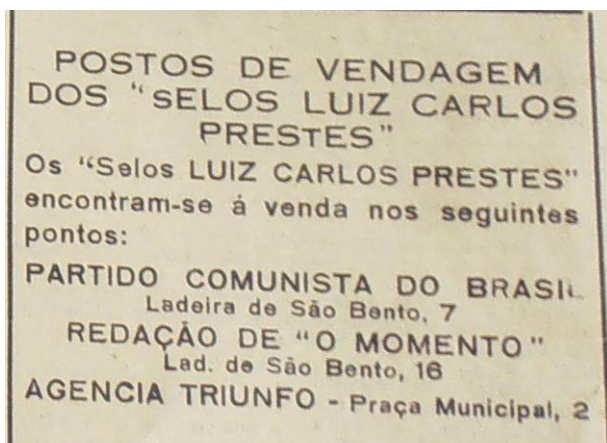
⁸¹⁴ ALGUMAS experiências de finanças. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 7. Rio de Janeiro, 28 dez. 1945. p. 4. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

⁸¹⁵ FOI UMA vitória do povo o comício do dia 19. *O Momento*. Salvador, 23 nov. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸¹⁶ COMÍCIO monstro na Bahia pró-candidatura de Yeddo Fiuza. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 21 nov. 1945. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 mai. 2016.

as formas de arrecadação mencionadas, o partido também conseguia recursos através da venda de selos, emblemas, distintivos, quadros, gravuras, medalhas e afins⁸¹⁷, conforme as imagens abaixo.

Figura 19 – Propaganda / campanha de finanças do PCB (1945)



Fonte: *O Momento*.

Figura 20 – Selo Luis Carlos Prestes (1945)



Fonte: Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

De acordo com Basbaum, em função da grande quantidade de recursos obtidos, “Prestes, com um avião especialmente fretado, e carregando à ilharga o seu surpreendido e perplexo candidato, percorreu todo o país em menos de quinze dias”⁸¹⁸. É certo que Prestes e Fiuza só puderam ir para Petrópolis, Porto Alegre, Santos, São Paulo, João Pessoa, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Distrito Federal, no curto período de 20 a 28 de novembro⁸¹⁹, em decorrência da exitosa campanha de finanças do PCB.

De uma forma geral, para o periódico comunista baiano, o êxito desta arrecadação se deveu pela grande força do PCB entre a população. Assim sendo, *O Momento* publicou que na Bahia a campanha de arrecadação teve as maiores facilidades, “tendo em vista a boa vontade e desejo de todo o povo”⁸²⁰. Ao tratar da campanha para arrecadar o valor referente a um dia de trabalho, o jornal afirmou que ao

⁸¹⁷ ALGUMAS experiências... op. cit., p. 4.

⁸¹⁸ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera...* op. cit., p. 174.

⁸¹⁹ CAMPANHA Yeddo Fiuza. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 20 nov. 1945. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 mai. 2016.

⁸²⁰ GRANDE êxito da campanha de finanças do PCB. *O Momento*. Salvador, 24 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

entrevistar “um velho tecelão”, este disse: “daremos espontaneamente o nosso dia de salário. O dinheiro do verdadeiro operário é para seu partido verdadeiro”⁸²¹. Nesta mesma perspectiva, foi afirmado pelo PCB que o sucesso da arrecadação comprovava a grande confiança do proletariado e do povo no partido, como mencionado anteriormente.

Todavia, é bastante provável que o êxito da campanha de finanças esteja umbilicalmente vinculado ao crescimento do partido e ao cumprimento, pelos militantes, das rígidas determinações da direção partidária. Nesse sentido, o próprio Boletim Interno do PCB informa que “houve um Comitê Estadual que não teve capacidade de iniciar o trabalho de finanças junto às massas, num momento em que havia as maiores facilidades”. Desta forma, “o Comitê Estadual só encontrou uma solução para enfrentar o problema do financiamento da campanha: o secretário do Comitê fez um empréstimo no banco”⁸²². Aliando esta informação, com a que havia valores pré-definidos e que os pais de um militante doaram suas alianças para o partido, como citamos acima, consideramos que a *quantia fabulosa* arrecadada pouco tem a ver com a espontaneidade e a confiança do povo como insinua a imprensa comunista. Mais do que a confiança da população no PCB, ao que se mostra, o sucesso da campanha de finanças foi consequência, sobretudo, do trabalho árduo e da abnegação dos comunistas da base do partido, que chegaram a vender propriedades para cumprir as metas estabelecidas, como afirma Basbaum.

Da mesma forma que na campanha de finanças, indubitavelmente, foi o incansável trabalho dos recém-recrutados ou antigos militantes que permitiu a realização de inúmeros comícios em portas de fábricas e em diversos outros locais, sobre os mais variados temas determinados pela direção partidária. Estes militantes, recrutados audazmente, foram fundamentais, ainda, na divulgação do programa político do partido, assim como para o êxito das ações realizadas pelo MUT e Comitês Populares. Por sua vez, estes organismos criados pelo PCB foram essenciais em todo o processo eleitoral, que na visão da Secretaria Nacional de Divulgação era o grande foco do partido em 1945.

⁸²¹ VITORIOSA campanha um dia de salário. *O Momento*. Salvador, 24 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸²² ALGUMAS experiências... op. cit., p. 4.

Finalmente, entendemos que ao enveredarmos pelos pilares da ação política do PCB conseguimos perceber com mais acuidade as decisões e contradições do partido frente à complexidade do processo eleitoral de 1945. Ao que tudo indica, todas as questões defendidas pelo Partido Comunista foram abraçadas por Carlos Marighella. Tanto, que em suas primeiras atividades políticas, após retornar à Bahia, o dirigente nacional tratou, por exemplo, da importância dos Comitês Populares e do MUT; da defesa da democracia a partir do viés de “ordem e tranquilidade”; da conciliação de classe; assim como da relevância das eleições para o PCB. Ao mesmo tempo, Marighella também influenciou nas deliberações da organização. Exemplifica esta perspectiva o fato de o dirigente nacional ter participado da comissão que modificou o estatuto do partido, ato essencial para o PCB conseguir o registro partidário. Posto isto, compreendemos que ao tratarmos das ações do partido que não era “uma seita revolucionária”, também estamos iluminando a história de Marighella, que assim como outros comunistas, não era caramujo para se contentar vivendo enrolado dentro da própria concha, como disse Arruda Câmara.

4.3 “vote nos candidatos do partido de prestes”

*“Uma missa celebrou, em 1945, a libertação do preso mais ilustre da Bahia”*⁸²³. De acordo com o biógrafo Mário Magalhães, a anistia concedida aos presos políticos em 18 de abril devolveu às ruas o mais notável dos baianos, Carlos Marighella. Ao deixar a cadeia, embora estivesse longe do seu estado natal por quase uma década, o comunista permaneceu na capital do país realizando atividades partidárias e fazendo coro pela completa abertura política a partir da “ordem e tranquilidade”, assim como pela conciliação de classes e demais bandeiras levantadas na época, pelo PCB.

Todavia, Marighella só começou a realizar ações partidárias após se reintegrar à organização. Conforme escrito pelo próprio comunista, após estar em liberdade e entrar em contato com o partido, foi procurado para fazer a autocrítica do seu posicionamento de não reconhecer a reorganização do PCB ocorrida na Conferência da Mantiqueira em 1943. De acordo com Marighella, neste evento ele foi eleito para compor o Comitê

⁸²³ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 160. (grifo nosso)

Nacional, no entanto, sequer teve conhecimento do fato, tendo em vista que não mantinha contato com os pecebistas que estavam fora da cadeia⁸²⁴. Como já abordado, há uma divergência acerca da questão, afinal, Jacob Gorender afirma que o baiano soube de sua eleição, mas recusou o cargo⁸²⁵, o que ratifica os limites do fazer biográfico.

Independentemente do desconhecimento ou recusa, após a anistia Marighella confirmou sua condição de dirigente nacional do PCB. Em consequência, participou da reunião do Comitê Nacional com a presença de Prestes e de, aproximadamente, 50 comunistas de todo o país. Neste conclave realizado no Rio de Janeiro em meados de maio, além de Marighella, estavam presentes os principais membros do partido, como os dirigentes nacionais Armênio Guedes, Maurício Grabois, Arruda Câmara e Álvaro Ventura⁸²⁶. Da Bahia, Marighella teve contato pela primeira vez com o secretário do CR-BA, Giocondo Dias, e com os dirigentes regionais João Falcão e João Severiano Torres⁸²⁷.

Segundo Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, após ratificar sua permanência no Comitê Nacional e participar da mencionada reunião com Prestes, Marighella foi de imediato, “em razão do seu prestígio, cogitado como um dos mais importantes nomes à candidatura a deputado federal”⁸²⁸. A afirmação dos biógrafos, ressaltando o prestígio e a importância do dirigente nacional, não se sustenta, tendo em vista que, de acordo com João Falcão, não houve qualquer tipo de discussão no evento e que os comunistas foram submetidos apenas à ordem do dia, cabendo a estes simplesmente ouvir as diretrizes expostas⁸²⁹. No mesmo sentido, outro militante que esteve presente, Leôncio Basbaum, afirma que somente Prestes e os principais dirigentes nacionais “apresentaram suas teses sobre as tarefas que lhes correspondiam”, sem espaço para debate⁸³⁰. Nesta perspectiva, ao que se mostra, na ordem do dia não constava nenhuma discussão acerca do processo eleitoral em si e os possíveis candidatos. Ademais, deve-se levar em consideração que a Lei Eleitoral sequer tinha sido promulgada, logo, é razoável afirmar que as discussões sobre as candidaturas tenham ocorrido algum tempo depois. Todavia, concordamos que

⁸²⁴ MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit., p. 4-6.

⁸²⁵ GORENDER, Jacob. *Recordações...* op. cit., p. 394-395.

⁸²⁶ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 187-189.

⁸²⁷ FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 272-274.

⁸²⁸ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 43.

⁸²⁹ FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 272-274.

⁸³⁰ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 188.

a candidatura de Marighella ao cargo de deputado federal se deveu em função de seu prestígio angariado ao longo dos anos junto à alta cúpula do partido, da qual ele passou a fazer parte, efetivamente, em 1945.

É certo que antes da discussão sobre as candidaturas acontecer, Marighella continuou a realizar suas atividades políticas na capital do país. Ainda em maio, o baiano fez parte da comissão promotora do comício realizado por Prestes no Rio de Janeiro⁸³¹, a primeira grande aparição pública do *Cavaleiro da Esperança*. Na véspera do evento, em meio ao trabalho da comissão, o “antigo lutador estudantil” disse que tinha a convicção de que a manifestação no estádio do Vasco da Gama seria um espetáculo de grandiosidade jamais visto⁸³². Na mesma semana deste comício, o dirigente nacional já tinha representado o PCB na instalação da Sociedade Amigos da América em Nilópolis, interior fluminense⁸³³.

Foi também em maio que *O Momento* estampou pela primeira vez a fotografia de Marighella ao publicar o texto “Poderoso fator de ordem e democracia”, escrito pelo “líder estudantil comunista que exerceu destacada atuação”⁸³⁴. A publicação, do dia 28 daquele mês, reproduziu um documento redigido anos antes pelo lutador antifascista, essencialmente, em crítica ao trotskismo. No texto, Marighella justifica o envio do documento antigo, devido à impossibilidade de comparecer a uma entrevista, pois estava as vésperas de viajar para a Bahia⁸³⁵. Antes desta viagem, no primeiro dia de junho, o “estudante Carlos Marighella” fez uma conferência no Comitê de Mulheres Pró-Democracia, no Rio de Janeiro⁸³⁶. Diante destas atividades realizadas, percebe-se que desde a sua ratificação como dirigente nacional, o comunista “desenvolveu intensa atividade no partido, como propagandista, conferencista e orador”⁸³⁷, como foi observado pela polícia.

⁸³¹ *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella*: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁸³² NA HORA zero do comício. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 23 mai. 1945. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 jul. 2016.

⁸³³ INSTALOU-SE a Sociedade Amigos da América em Nilópolis. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 mai. 1945. p. 10. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 jul. 2016.

⁸³⁴ PODEROSO fator... op. cit., p. 3, 6.

⁸³⁵ Cabe mencionar que a referida entrevista seria concedida à *Folha Carioca*. É provável que o texto tenha sido publicado no impresso do Rio de Janeiro e reproduzido pelo *O Momento*.

⁸³⁶ CONVITE do Comitê de Mulheres Pró-Democracia. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 31 mai. 1945. p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 jul. 2016.

⁸³⁷ *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella*: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

Não obstante as inúmeras obrigações partidárias, Marighella estava longe de sua família há quase uma década, por isso, o comunista retornou ao seu estado natal no início de junho. Na Bahia, ao que tudo indica, realizou poucas atividades políticas em praticamente um mês⁸³⁸, provavelmente, descansando e dedicando sua atenção para os familiares e amigos, sendo frisado por *O Momento* que o dirigente nacional estava no estado em visita à família⁸³⁹. Ainda assim, concedeu uma entrevista ao impresso comunista⁸⁴⁰; participou de um evento do MUT⁸⁴¹; e foi sabatinado no Sindicato dos Médicos, quando se realizou “uma magnífica sessão de combate ao integralismo e suas tentativas de ressurreição”⁸⁴². Nenhuma outra atividade do membro do Comitê Nacional foi mencionada pelo periódico comunista, o que nos indica terem sido essas as suas ações políticas durante o mês de junho em seu estado natal. Consideramos pouco provável que Marighella tenha realizado outras atividades vinculadas ao PCB, haja vista que, caso tivesse feito, certamente seriam veiculadas no *O Momento*, em função da estrutura hierárquica do partido e da importância do dirigente nacional.

Contudo, Mário Magalhães escreveu que “Marighella passava mais tempo na sede de *O Momento* do que em casa”⁸⁴³. Além disso, o biógrafo afirmou que o comunista ia de “bairro em bairro” estimular a formação de Comitês Populares Democráticos⁸⁴⁴. A perspectiva do autor, que busca ressaltar a extrema dedicação do comunista em relação às atividades políticas, aparentemente não se sustenta, haja vista que não há nenhum indício da contínua presença do dirigente nacional na sede do periódico ou de suas ações na formação de CPD, tanto que nas referências do livro o autor não cita onde conseguiu tais informações.

⁸³⁸ Ao que tudo indica, Marighella chegou à Bahia nos primeiros dias de junho, permanecendo por quase um mês no estado. Um indício acerca desta probabilidade é que no dia 16 daquele mês foi feita a 2ª via da certidão de nascimento do comunista, sendo reconhecida a firma dois dias depois. Após estas atividades, apenas conseguimos localizar, na imprensa comunista, a presença de Marighella no dia 30 de junho durante a instalação do Comitê Estadual de Minas Gerais. *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.; ACONTECIMENTO de grande repercussão em Minas. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 04 jul. 1945. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 mai. 2015.

⁸³⁹ A DEMOCRACIA está... op. cit., p. 6-7.

⁸⁴⁰ FALA Carlos Marighella... op. cit., p. 1, 8.

⁸⁴¹ A DEMOCRACIA está... op. cit., p. 6-7.

⁸⁴² FATOS da semana. *O Momento*. Salvador, 18 jun. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais. Salvador.

⁸⁴³ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 161.

⁸⁴⁴ *Ibidem*, p. 162.

Ainda de acordo com o biógrafo, “Marighella promovia sessões de filiação em Salvador”, o que lhe fez abonar “a ficha da poeta (*sic*) Ana Montenegro”⁸⁴⁵. Apesar do *audaz* recrutamento de novos militantes, anteriormente discutido, não há nenhum vestígio de veracidade a afirmação de que o dirigente nacional filiava novos membros para o PCB, sendo que também neste caso não foi mencionada a fonte da informação. Todavia, provavelmente, o autor se baseou na afirmação da poetiza Ana Montenegro, de que Marighella sempre a ajudou, desde sua filiação ao PCB no dia 2 de julho de 1945. Segundo Montenegro, foi o dirigente nacional quem lhe ensinou a falar de improviso nas praças públicas, enquanto o acompanhava em sua campanha para deputado federal⁸⁴⁶. Sem desconsiderar a mencionada contribuição política do comunista a Montenegro, no que tange, especificamente, ao marco inicial do contato de ambos e a subscrição na ficha de filiação, notadamente há uma flutuação da memória, tendo em vista que após deixar a Bahia no final de junho, Marighella só retornou ao seu estado natal no início de novembro, no ápice da campanha eleitoral.

Também tratando do período em que o dirigente nacional retornou à Bahia, em junho, Emiliano José escreveu que assim que Marighella chegou a Salvador foi “logo surpreendido pela convocação de uma assembleia” do MUT, com o objetivo principal de homenageá-lo. Porém, “ele estava ali para a campanha a deputado federal pelo PCB”⁸⁴⁷. Ao abordarem a mencionada homenagem, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa afirmam, sem precisar o período do ano, que Marighella realizou “curta, mas intensa campanha eleitoral”, e que “seu prestígio era grande na Bahia, neste momento”⁸⁴⁸.

Em relação a essas assertivas, é preciso ressaltar que embora o comunista tenha participado de dois eventos políticos divulgando os principais pontos defendidos pelo PCB, como abordado anteriormente, não havia, em junho, qualquer movimentação específica acerca das candidaturas ao Parlamento. Quanto à afirmação de que o dirigente nacional foi surpreendido com a homenagem feita pelo MUT, ao que se mostra, o autor quis reforçar a perspectiva de admiração que os militantes tinham para com ele. No entanto, é bastante provável que o tributo tenha sido organizado com o aval

⁸⁴⁵ Ibidem, p. 161.

⁸⁴⁶ MONTENEGRO, Ana. *Tempo de Exílio*. Aracaju: Edições Novos Rumos, 1988. p. 27-30; MONTENEGRO, Ana. *Quando a primavera chegar*. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 409-420.

⁸⁴⁷ JOSÉ, Emiliano, op. cit., p.164.

⁸⁴⁸ Cristiane Nova e Jorge Nóvoa op. cit., p. 58.

de Marighella, com o intuito de promover as diretrizes do partido. Além disso, mais do que uma simples deferência, ao que tudo indica, o evento foi realizado, também, com a intenção de aproximar o dirigente nacional aos comunistas baianos, tendo em vista o seu longo período longe da Bahia e o fato do partido estar em fase de crescimento, sendo preciso apresentar aos novos integrantes o membro do Comitê Nacional.

A respeito do grande prestígio de Marighella em seu estado natal e/ou que ele era o anistiado *mais ilustre da Bahia*, temos, ao longo do texto, enfatizado nossa desconfiança com relação a esta perspectiva. Em suma, as evidências indicam que de fato o dirigente nacional angariou prestígio junto à alta cúpula do partido e demais militantes ao longo dos anos, em função, sobretudo, da sua postura corajosa de não ter delatado a organização e seus companheiros quando foi torturado em 1936. Além disso, pela sua atuação política em São Paulo e durante os anos que ficou encarcerado. Nesse sentido, o contato com outros comunistas no período do cárcere foi importante para a construção e o reconhecimento da importância do dirigente nacional, como aponta a declaração de Severino Teodoro de Melo. De acordo com o comunista, a situação dos presos políticos durante o Estado Novo melhorou após terem sido transferidos para a Ilha de Fernando de Noronha, pois puderam organizar o Coletivo de presos⁸⁴⁹ e tiveram contato com “*dirigentes do quilate*” de Marighella e de outros, que foram companheiros e mestres⁸⁵⁰.

Todavia, compreendemos que Marighella era conhecido por uma parcela dos comunistas, principalmente, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, majoritariamente, em consequência da resistência às sessões de torturas em 1936 e da intensa divulgação na imprensa informando que o baiano era o secretário-geral do PCB, como anteriormente discutido. Desta forma, é preciso atenuar o alcance do prestígio do dirigente nacional na Bahia, tendo em vista, inclusive, a quantidade relativamente pequena de militantes que o PCB tinha no estado até 1945. Ademais, o fato de o comunista não ter reconhecido a reorganização do partido em 1943, provavelmente arrefeceu a propagação do seu nome em seu estado natal. Tanto que, no ápice da campanha de anistia aos presos políticos, *O Momento* não citou a situação do baiano, só passando a fazer deferência a Marighella

⁸⁴⁹ Tratamos sobre o Coletivo de presos brevemente no 1º capítulo desta pesquisa, onde apresentamos outros depoimentos a respeito da atuação de Marighella durante os anos em que ficou encarcerado.

⁸⁵⁰ O “COLETIVO” foi a democracia das prisões. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1945. p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 jul. 2016. (grifo nosso)

após sua ratificação como membro do Comitê Nacional e de seu contato com os dirigentes do partido na Bahia.

Diante do exposto, entendemos que a consolidação de Marighella como membro do Comitê Nacional propiciou que no retorno à Bahia os militantes do PCB o recebessem como um jovem extraordinário⁸⁵¹, sendo admirado por ser “um homem experimentado”, um dirigente nacional, como dito por Jacob Gorender⁸⁵². Nesse sentido, ao levarmos em consideração a disciplina partidária, característica do PCB, não perdemos de vista a grande probabilidade de que Marighella seria marginalizado pelo partido caso não reconhecesse sua reorganização, o que reverberaria na forma com que os militantes iriam enxergá-lo.

Posto isso, como a maioria dos comunistas do estado não tinha conhecimento da atuação política do dirigente nacional nos anos anteriores, pois havia sido incorporada à organização recentemente, era necessária a difusão e/ou construção da imagem de Marighella na Bahia. Para tal, *O Momento* foi imprescindível nesta empreitada, passando a cobrir as atividades políticas do dirigente nacional a partir do final de maio, sobretudo durante a sua permanência no estado em junho e, principalmente, em novembro, quando retornou para a campanha eleitoral.

Como um dos principais responsáveis por difundir a imagem de Marighella, *O Momento*, gradualmente, passou a atribuir maior notoriedade ao dirigente. Nota-se a crescente exaltação, ao analisarmos como o periódico se referiu ao comunista ao longo de 1945. Desta forma, no final de maio, Marighella foi descrito como um lutador antifascista e líder estudantil comunista que exerceu destacada atuação⁸⁵³. Aproximadamente quinze dias depois, com texto e imagem na primeira página, o periódico escreveu que o dirigente era um “destacado militante comunista e ardente batalhador antifascista, um dos mais fiéis e valentes líderes do povo baiano”⁸⁵⁴. Na edição seguinte, foi afirmado que Marighella era um “grande líder comunista brasileiro [...] que é destacado do partido do proletariado e do povo brasileiro, companheiro do líder Luis Carlos Prestes, em companhia de quem foi anistiado”⁸⁵⁵.

⁸⁵¹ FALCÃO, João. *Entrevista...* op. cit., p. 256.

⁸⁵² GORENDER, Jacob. *Entrevista...* op. cit., p. 277.

⁸⁵³ PODEROSO fator... op. cit., p. 3.

⁸⁵⁴ FALA Carlos Marighella... op. cit., p. 1.

⁸⁵⁵ FATOS da semana. op. cit., p. 2.

Em novembro, ao retornar ao estado, no ápice da campanha eleitoral, Marighella foi intensamente exaltado por *O Momento*. Acerca desta intensificação, deve-se levar em consideração a orientação da Secretaria de Divulgação do PCB sobre a necessidade de se realizar uma intensa popularização dos candidatos, fazendo biografias e mostrando os aspectos mais interessantes de suas vidas⁸⁵⁶. Assim sendo, nas publicações do mês que antecedeu as eleições, o baiano foi apresentado, por exemplo, como o “querido líder popular de nossa terra, [...] um dos seus autênticos heróis, *lutador dos dias negros de 1935*, que suportou com insuperável dignidade as torturas do cárcere”⁸⁵⁷. Ademais, foi “o mais famoso estudante do seu tempo, quer no Ginásio do Estado (*sic*) quer na Escola Politécnica [...] distinguindo-se como um dos melhores alunos que já passaram pela velha Faculdade”⁸⁵⁸. Além disso, Marighella demonstrou “sempre uma têmpera inquebrantável”, sendo que “os anos de reclusão reforçaram seu idealismo combativo, transformando-o num dos mais cultos militantes comunistas”⁸⁵⁹.

Percebe-se, tanto nas matérias de junho quanto nas de novembro, a busca por glorificar Marighella vinculando sua imagem à Bahia. Apesar de ele ter militado por pouco mais de um ano em seu estado natal, quando o partido tinha baixíssima inserção social e cerca de duas dezenas de integrantes, *O Momento* apresentava a figura de Marighella como um *dos mais fiéis e valentes líderes do povo baiano, querido líder popular de nossa terra e um dos seus autênticos heróis*. Para cultuar a imagem do dirigente nacional não era preciso, necessariamente, que houvesse fidedignidade com os fatos, tendo em vista que, de acordo com o periódico, o baiano era um *lutador dos dias negros de 1935*, mesmo que o comunista não tenha participado do Levante Comunista, ocorrido uma década antes da mencionada publicação.

Além disso, para exaltar Marighella, foi afirmado que ele tinha sido o *mais famoso estudante do seu tempo*, tanto no ensino secundário, quanto no superior. Acerca da fama do comunista, certamente esta é uma discussão bastante difícil de ser problematizada em decorrência da falta de elementos mais objetivos para a análise.

⁸⁵⁶ *Informe de divulgação do secretário nacional de divulgação do PCB: Maurício Grabois* (ao Comitê Nacional). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

⁸⁵⁷ FALARÁ no grande comício o dirigente Carlos Marighella. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

⁸⁵⁸ CANDIDATOS do povo à Constituinte. *O Momento*. Salvador, 29 nov. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁵⁹ Idem.

Nesse sentido, diante da incapacidade de mensurar tal aspecto, convém mencionar que, mesmo que Marighella tenha sido o *mais famoso estudante do seu tempo*, poucos eram aqueles que conseguiam cursar o ensino secundário na década de 1920 e pouquíssimos eram os que tinham acesso ao ensino superior nos anos de 1930. Tanto, que no início da década de 1940, apenas 0,3% da população da Bahia tinha concluído o ensino secundário, e 0,1% o ensino superior⁸⁶⁰. Desta forma, mesmo que tomemos como verdade a afirmação do jornal, nota-se que a suposta grandiosidade da fama do comunista teria dimensão e público bastante restrito.

Por fim, ainda ambicionando notabilizar o dirigente comunista, *O Momento* inferiu que ele tinha sido *um dos melhores alunos* da Politécnica. Tal adjetivação é também imprecisa, haja vista que nesta afirmação estão inclusas perspectivas subjetivas. Todavia, comumente se afirma que os melhores estudantes são os que tiram as melhores notas. Se este for o critério, é bastante improvável que Marighella, com a média de 6,50 ao longo de três anos de curso, possa ser classificado como um dos melhores alunos da Escola Politécnica⁸⁶¹. Para Epaminondas Torres, diretor da Politécnica em 1936, o comunista embora fosse inteligentíssimo, conseguisse boas notas e apresentasse inclinação para a poesia, era pouco estudioso⁸⁶². Provavelmente, este o motivo para as notas medianas de Marighella, que nos faz recusar a assertiva de *O Momento* de que ele era o melhor estudante da Politécnica.

Diante do exposto, verifica-se que, ao longo da segunda metade de 1945, o semanário comunista passou a descrever Marighella com mais proeminência, corroborando com a perspectiva de que a notoriedade do dirigente nacional foi sendo construída e/ou difundida durante o período em questão. Deste modo, é certo que *O Momento* foi fundamental no processo de construção e consolidação de certa imagem de Marighella entre os comunistas baianos.

Contudo, é importante ressaltar que tal perspectiva não estava restrita ao periódico comunista, já que o jornal da capital do país, *Diário da Noite*, ao cobrir a transferência de Marighella para o Rio de Janeiro na véspera da anistia, escreveu que o

⁸⁶⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Regional, Parte XII - Bahia, TOMO 1. Rio de Janeiro, 1950.

⁸⁶¹ *Dossiê Carlos Marighella*. Arquivo Histórico da Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia. Salvador.

⁸⁶² A VIDA progressa... op. cit., p. 9.; COMUNISTA e poeta... op. cit., p. 1, 8.

comunista era “*um dos mais brilhantes alunos da sua turma*”. Grande orador, dedicou-se à política e *interrompeu o seu curso devido ao seu envolvimento nos sucessos revolucionários de 1935*⁸⁶³. De forma similar, outro jornal da grande imprensa, *O Jornal*, ao tratar da mencionada transferência afirmou que o jornalista ouviu as melhores referências sobre o acadêmico que foi o *melhor* aluno da Escola Politécnica da Bahia⁸⁶⁴. Assim sendo, evidencia-se que muito antes de *O Momento* publicar textos celebrativos sobre Marighella, a perspectiva que o dirigente tinha atuado no Levante de 1935 e que foi o melhor estudante da Politécnica era propagada pelos militantes do PCB.

Em relação à informação acerca da participação do dirigente no Levante de 1935, é provável que esta tenha sido passada com a intenção de valorizar a trajetória de Marighella, reforçando assim, o viés mítico sobre o mesmo. De qualquer forma, é razoável afirmar que os responsáveis por *O Momento*, em novembro de 1945, sabiam que tal informação era um erro, no entanto, a opção foi de corroborar com tal assertiva, tendo em vista o objetivo de exaltar a figura do baiano. Todavia, caso façamos outra análise, e consideremos que a informação equivocada não tenha sido intencionalmente prestada para notabilizar o dirigente, abriremos um leque de novas questões, como por exemplo: como, quando, por que e por quem foi construída tal história, que estava enraizada na cabeça dos militantes do PCB. Não obstante a impossibilidade de responder a essas questões, podemos supor que, enraizada entre os militantes ou dita intencionalmente para promover o dirigente, ambas as concepções, ao fim, tem o mesmo intuito, que era o de promover Marighella.

De forma semelhante à questão sobre a participação do dirigente no Levante de 1935, suscita dúvidas a origem do ponto de vista de que Marighella foi o melhor estudante e/ou o mais famoso da Politécnica. Assim sendo, as perguntas sobre como, quando, por que e por quem foi construído tal entendimento, fixado na cabeça dos comunistas, também permeiam a discussão acerca da trajetória do baiano. Apesar de não termos elementos mínimos para a resolução de tais perguntas, neste caso, não nos parece absurdo suspeitar que o próprio Marighella, que chegou ao Rio de Janeiro com 24 anos, tenha atuado na construção e/ou propagação destas histórias engrandecedoras, tendo em vista o caráter particular do assunto.

⁸⁶³ PRESOS políticos... op. cit., p. 1-2. (grifo nosso)

⁸⁶⁴ CHEGARAM da Ilha... op. cit., p. 1, 7. (grifo nosso)

Independentemente da origem destas histórias, ao analisarmos os textos biográficos, percebemos que os autores absorveram tais perspectivas construídas. Além destas, os biógrafos ratificaram a concepção de que Marighella desde muito novo era um personagem extremamente popular, que tinha grande prestígio no estado e afins. Posto isto, entendemos que a consolidação destas interpretações, sem a reconstrução do contexto e da “superfície social” em que age o indivíduo⁸⁶⁵, tem o mesmo objetivo daqueles que disseram que o comunista tinha participado do Levante de 1935 ou que ele era o melhor e/ou o mais famoso estudante da Politécnica, ou seja, o de exaltar e notabilizar o dirigente nacional.

Se por um lado não podemos identificar a origem de parte das histórias notabilizadoras sobre Marighella, por outro, a exaltação feita pelos biógrafos está umbilicalmente relacionada com o que foi escrito pela imprensa e consagrado na memória coletiva nas décadas seguintes. Nesse sentido, *O Momento* construiu, ratificou e consolidou certa imagem do dirigente nacional. Servindo atualmente como fonte histórica, o periódico comunista, em 1945, além de um instrumento notabilizador, foi o porta-voz do PCB, portanto, imprescindível para a campanha eleitoral e, conseqüentemente, para a vitória de Marighella.

Sendo o principal mensageiro do PCB no estado, o impresso, que em seus anos iniciais imprimia mais de cinco mil exemplares⁸⁶⁶, divulgou as principais bandeiras defendidas pelo partido. Em relação à Bahia, foram publicadas matérias sobre diversos problemas que afligiam a população, o que nos indica que o PCB estava atento ao aumento do preço da carne e da passagem do bonde; a luta pelo ajuste do salário dos bancários; a precariedade salarial dos professores; em suma, a “carestia da vida”⁸⁶⁷. Também especificamente ao estado, Marighella afirmou, em seu discurso no MUT realizado em junho, que nada era “mais urgente do que a solução dos angustiantes problemas” como o do transporte, abastecimento, habitação, fome e tuberculose⁸⁶⁸.

Neste discurso, além das questões específicas da Bahia e da divulgação das diretrizes do partido, anteriormente discutido, Marighella afirmou não ser possível esquecer que as crianças, mulheres, soldados e marinheiros mortos após “os

⁸⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 189-190.

⁸⁶⁶ SERRA, Sônia. op. cit., p. 172.

⁸⁶⁷ Esta análise está limitada ao período entre abril e dezembro de 1945.

⁸⁶⁸ A DEMOCRACIA está... op. cit., p. 7.

covardes torpedeamentos” na Bahia e Sergipe, em 1942⁸⁶⁹, eram as vítimas inocentes da espionagem integralistas⁸⁷⁰. Logo, não era “possível permitir a rearticulação integralista”⁸⁷¹. Na mesma semana, *O Momento* divulgou a participação do dirigente, no Sindicato dos Médicos, de “uma magnífica sessão de combate ao integralismo e suas tentativas de ressurreição”⁸⁷².

O acentuado combate ao integralismo era um dos principais pilares do PCB, que orientado pela tática da “União Nacional”, direcionava grande atenção à luta contra o fascismo. Assim sendo, não é surpreendente que *O Momento* tenha publicado em 38 edições, pelo menos, 15 reportagens, especificamente, em combate ao fascismo/integralismo⁸⁷³. Em consonância com o programa do PCB, tais matérias ratificavam a necessidade da luta contra o nazi-fascismo em território nacional e, obviamente, na Bahia.

Dentre as muitas reportagens do jornal comunista, a que foi intitulada “O povo baiano repele o integralismo, [e] reagirá organizadamente contra as manobras dos fascistas brasileiros”, divulgava que os estudantes, reunidos na sede da União dos Estudantes da Bahia, decidiram fazer um manifesto contra qualquer tentativa de reorganização do partido integralista, além de estarem preparando a semana anti-integralista na Bahia⁸⁷⁴. Em outra matéria, foi publicado que “permitir a rearticulação

⁸⁶⁹ De acordo com Luiz Pinto Cruz, aconteceram sucessivos afundamentos de navios brasileiros em águas internacionais ao longo da Segunda Guerra Mundial. Na costa do Brasil, a primeira área afetada com as investidas nazistas foi o litoral de Sergipe. Entre 15 e 19 de agosto de 1942, os navios Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo foram torpedeados em Sergipe, enquanto o Itagiba, Arara e Jacira foram atacados na Bahia. Os ataques a Marinha Mercante brasileira mataram 972 pessoas entre 1942 e 1943. Nos torpedeamentos de agosto de 1942, 551 pessoas morreram nas águas de Sergipe e 56 na Bahia. Em consequência, houve a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “*A guerra já chegou entre nós!*”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). 232 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012. p. 44-75.

⁸⁷⁰ A DEMOCRACIA está... op. cit., p. 7.

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² FATOS da semana. op. cit., p. 2.

⁸⁷³ Utilizamos como recorte o período compreendido entre 09 de abril e 01 de dezembro de 1945. Convém informar que, em função do estado de deterioração de algumas edições do *O Momento*, não pudemos verificar se havia outras reportagens a respeito do tema. Ademais, ao afirmarmos que eram matérias específicas, não negamos que o combate ao integralismo/fascismo estivesse em outras reportagens, como, por exemplo, a que abordou o discurso de Marighella no MUT ou no Sindicato dos Médicos.

⁸⁷⁴ O POVO baiano repele o integralismo – reagirá organizadamente contra as manobras dos fascistas brasileiros. *O Momento*. Salvador, 28 mai. 1945. p. 4 Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

integralista é um ultraje aos que morreram pela democracia”. Nesta, também foi transcrita a entrevista do professor e advogado Rogério de Farias, que afirmou:

No Estado integralista a propensão é no sentido da ditadura. Ditadura de ideias e de fatos. Seu primado é a força [...] Consiste na concepção totalitária do universo, dos homens, da elite e das massas. Eis por que considero uma necessidade crucial a de abrir os olhos à opinião brasileira contra os falsos pregadores de doutrinas perigosas⁸⁷⁵.

Em suma, os comunistas lutavam para que o integralismo permanecesse na ilegalidade⁸⁷⁶, logo, eram contrários ao reaparecimento de qualquer partido de orientação integralista no país⁸⁷⁷. De forma semelhante à *O Momento*, outros jornais publicaram matérias contrárias à rearticulação integralista. Um destes foi o *A Tarde*, que veiculou ao longo de 1945 inúmeras nesse sentido, dentre elas: “O integralismo no Tribunal da opinião pública”⁸⁷⁸, e “A mulher baiana contra o integralismo”⁸⁷⁹.

As reportagens do *A Tarde* e dos demais veículos da grande imprensa indicam que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com a conseqüente propaganda contra os regimes totalitários, reverberou negativamente para os integralistas. Quanto à *O Momento*, é certo que a difusão da campanha anti-integralista se justificava, sobretudo, pelas questões ideológicas, na qual estava inclusa a tentativa de minar a força política dos adeptos do integralismo. Estes, na década de 1930, tiveram bastante robustez na Bahia. Tanto, que criaram uma rede de informação e doutrinação a partir de órgãos da imprensa, como *O Imparcial*; *A Província*; *O Popular*; *O Operário*; e *A Voz do Estudante*, em Salvador. Além destes, *A voz do Sigma* e *O Jornal*, em Jequié; *O Sigma*, em Itabuna; *A Faula*, em Maragogipe; *O Serrinhense*, em Serrinha; *O Sertão*, em Lençóis; e *A Mocidade*, em Santo Amaro da Purificação completavam a rede de impressos integralistas da Bahia⁸⁸⁰.

⁸⁷⁵ PERMITIR a rearticulação integralista é um ultraje aos que morreram pela democracia. *O Momento*. Salvador, 17 set. 1945. p. 1, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁷⁶ ILEGALIDADE para o integralismo. *O Momento*. Salvador, 28 mai. 1945. p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁷⁷ CONTRA o reaparecimento do integralismo *O Momento*. Salvador, 04 jun. 1945. p. 7. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁷⁸ O INTEGRALISMO no Tribunal da opinião pública. *A Tarde*. Salvador, 29 mai. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁷⁹ A MULHER baiana contra o integralismo. *A Tarde*. Salvador, 17 jul. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁸⁰ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999. *apud* FERREIRA, Laís Mônica Reis. O Integralismo na imprensa da Bahia. *Revista de História Regional*. Departamento de História – UEPG. Ponta Grossa. v. 11, n. 1, 2006. p. 53-86.

Diante de tamanha capacidade de propagação das ideias fascistas na década de 1930, entende-se o motivo pelo qual, em 1945, o Partido de Representação Popular (PRP), de orientação integralista, conseguiu 1.792 signatários baianos para o seu registro político⁸⁸¹. Esta quantidade supera as 1.014 assinaturas que o PCB colheu no estado com o mesmo intuito⁸⁸². Assim sendo, ao que tudo indica, a contínua busca em diminuir a força do integralismo realizada pelo PCB estava vinculada, também, à capacidade de mobilização, inclusive eleitoral, que tinham os integralistas.

Não obstante a rearticulação do integralismo através da criação do PRP, a campanha anti-integralista criou diversas dificuldades aos seus partidários. De acordo com Gilberto Calil, uma das mais evidentes dificuldades para os integralistas foi a impossibilidade da propagação de um discurso, abertamente contrário à democracia liberal, aos partidos políticos e ao sistema representativo⁸⁸³.

Um dos discursos pregados pelo PRP, em 1945, era que somente através deste partido os trabalhadores brasileiros tinham a possibilidade de defender seus interesses, que também eram “os interesses da nacionalidade, os interesses do nosso Brasil”⁸⁸⁴. Além deste ataque sutil ao PCB, foram espalhados panfletos mais incisivos, direcionados aos operários, onde o PRP afirmou que para a melhoria dos salários, o barateamento do custo de vida, a assistência às famílias trabalhadoras e afins, não era preciso escravizar o trabalhador em um regime totalitário e antinacional, como na Rússia. Ademais, foi escrito que o operário do Brasil deveria se afastar do comunismo, porque este dividia os amigos, os colegas de trabalho e conduzia o homem à brutalidade e à escravidão⁸⁸⁵. De acordo com “o pensamento do Partido de Representação Popular”, todo esse combate era específico ao PCB, afinal, a organização não dirigia sua

⁸⁸¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido de Representação Popular*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁸⁸² *Diário da Justiça*. Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. p. 119. In BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

⁸⁸³ CALIL, Gilberto. *O integralismo e a defesa de uma “democracia” autoritária e restrita*. In VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT5/GT5-GILBERTO.pdf>. Acessado em: 15 mai. 2014.

⁸⁸⁴ O PARTIDO de Representação Popular. *A Tarde*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁸⁵ *Operário do Brasil: Que pretende você?* (Panfleto n. 1.433). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

propaganda, em particular, contra este ou aquele grupo, exceto para o “antibrasileiro Partido Comunista”⁸⁸⁶.

Evidencia-se que a disputa entre comunistas e integralistas estava para além das questões ideológicas, considerando-se que havia a pretensão de ambos em representar os trabalhadores, o que reverberaria na conquista de votos. Para tal, o PRP, além de afirmar que os interesses do PCB não eram nacionais, vinculou o partido à perseguição religiosa, escrevendo que na Rússia se combatia todas as religiões, “porque para os crentes o pai dos homens é Deus e para os comunistas russos é Stalin”⁸⁸⁷.

Figura 21 – Panfleto contrário do PCB (1945)

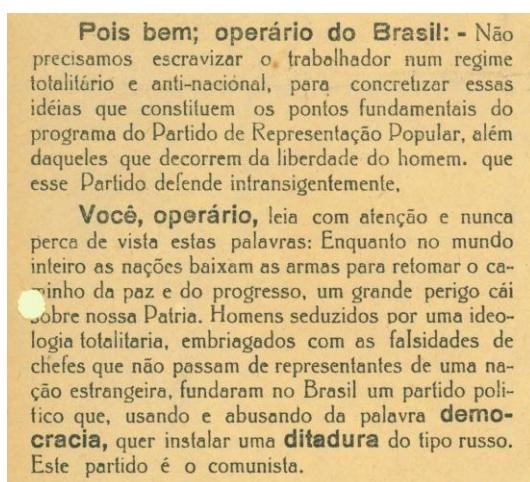
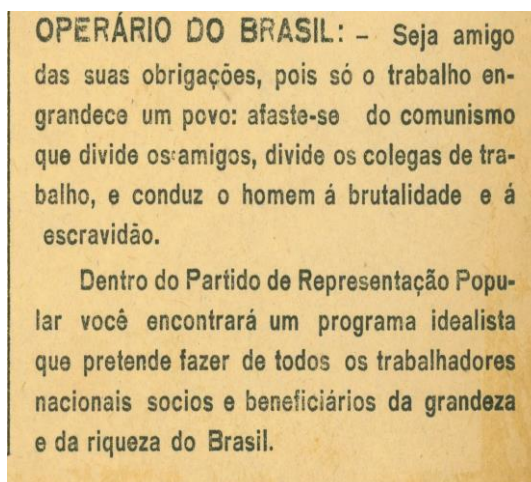


Figura 22 – Panfleto contrário do PCB (1945)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Diante da rara oportunidade em poder atuar politicamente de forma legal, o PCB buscou desvincular sua imagem à perseguição religiosa, vislumbrando, inclusive, a conquista de votos. No longo artigo “os comunistas e a religião”, para tentar fazer uma aproximação entre os comunistas e os cristãos, foi afirmado que ambos “tem múltiplas razões para unir seus esforços”, tendo em vista que o cristão sincero é unido ao comunista pelo amor à justiça e pelo amor por querer corresponder aos desejos do homem por uma vida melhor⁸⁸⁸. Para os “adeptos da doutrina espírita”, foi escrito que

⁸⁸⁶ O PENSAMENTO do Partido de Representação Popular. *A Tarde*. Salvador, 22 nov. 1945. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁸⁷ *Operário do Brasil: Que pretende você?* (Panfleto n. 1.433). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁸⁸⁸ OS COMUNISTAS e a religião. *O Momento*. Salvador, 24 set. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

estes deveriam votar nos candidatos do Partido Comunista, “salvo por considerações especiais respeitáveis”. Dentre os argumentos para tal, foi afirmado que o PCB trabalhava pela fraternidade e pela cultura, havendo analogias entre o espiritismo e o comunismo, afinal, “ambos são impersonalistas, em relação aos direitos do homem, sem distinção de raça, cor e poder. Exatamente como profetizou Jesus”⁸⁸⁹. Para os católicos, também foi feita uma tentativa de aproximação específica, ao ser publicado o artigo “os comunistas e os católicos”⁸⁹⁰.

Ainda sobre o tema, de acordo com a documentação policial, os judeus também receberam a atenção dos comunistas, afinal, o dirigente Maurício Grabois realizou, no Rio de Janeiro, a conferência intitulada: “o comunismo e o problema judaico”. Nesta, foi afirmado que os comunistas não admitiam a discriminação racial, sendo sua ocorrência punida no partido. Ainda segundo a polícia, o contato dos comunistas com os judeus visava, também, conseguir angariar fundos para a candidatura de Grabois, que era judeu⁸⁹¹.

Se por um lado é impossível mensurar os resultados destas tentativas de aproximação com as diversas vertentes religiosas, por outro, é certo que os comunistas continuaram sendo combatidos por terem suas imagens vinculadas à perseguição religiosa e ao ateísmo. Como já abordado, alguns telegramas foram enviados ao TSE contrários ao registro do partido, tendo como justificativa, principalmente, o viés religioso. Neste contínuo combate, no panfleto “Mulher brasileira e o comunismo”, foi escrito que os comunistas pretendiam apagar o nome de Deus da mente das pessoas⁸⁹². Como era direcionado às mães, foi afirmado, no prospecto sem mencionar a autoria, que o comunismo igualaria as genitoras “às mulheres que se dão sem amor para todos os homens”. Portanto, diante deste inimigo, moral e religiosamente perigoso, o dever das brasileiras e cristãs era votar nos partidos que apoiassem os postulados da Igreja, além de ser necessário ter dez anticomunistas, onde tivesse um comunista⁸⁹³.

⁸⁸⁹ OS COMUNISTAS e os espíritas. *O Momento*. Salvador, 08 out. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

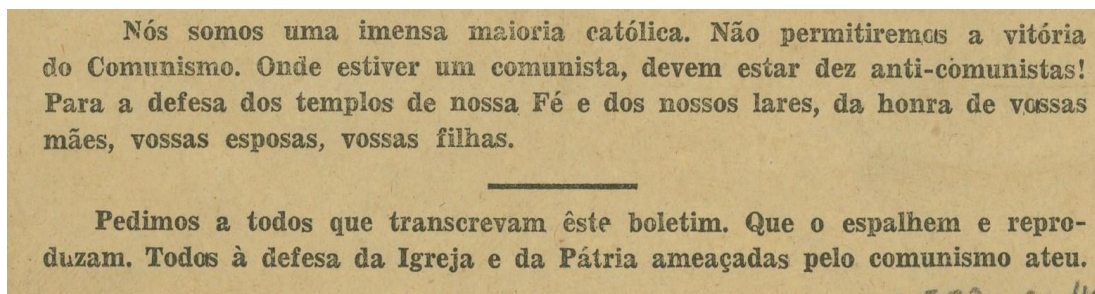
⁸⁹⁰ OS COMUNISTAS e os católicos. *O Momento*. Salvador, 08 out. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁹¹ *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

⁸⁹² *Mulher brasileira e o comunismo*. (Panfleto n. 1.369). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

⁸⁹³ *Idem*.

Figura 23 – Panfleto contrário do PCB (1945)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Na Bahia, às vésperas das eleições, a grande imprensa deu bastante atenção à “grandiosa concentração anticomunista”, promovida pela Liga Eleitoral Católica. Tendo como justificativa os dez anos dos Levantes de 1935, foi realizado o evento contrário às “doutrinas exóticas e anticristãs”, para que o povo baiano mostrasse sua total repulsa ao “comunismo ateu e antibrasileiro”⁸⁹⁴. De acordo com o *A Tarde*, a manifestação, realizada na frente da Igreja do Senhor do Bonfim, contou com a presença do Arcebispo Primaz, de grande número de sacerdotes e de incalculável número de pessoas, sendo feito o “apelo aos comunistas sinceros para que se voltassem para a Igreja, centro único da verdadeira democracia”⁸⁹⁵. Para o *A Tarde*, a concentração anticomunista, que foi transmitida pela Rádio Excelsior, “foi um verdadeiro triunfo para a Igreja da Bahia, pois, veio afirmar que a Bahia ainda merece o nome que a tradição lhe deu de Bahia Católica”⁸⁹⁶.

Percebe-se que a questão religiosa era um importante fator de irradiação da propaganda anticomunista. Nesse sentido, é provável que a tentativa de aproximação do PCB com diversas correntes religiosas tenha objetivado, principalmente, minimizar o anticomunismo patente. Todavia, não se pode desconsiderar a busca pela conquista de votos, explicitamente demonstrada no texto sobre o espiritismo, mencionado acima.

⁸⁹⁴ CONTRA o comunismo. *Diário de Notícias*. Salvador, 25 nov. 1945. p. 3.; GRANDIOSA concentração anti-comunista. *A Tarde*. Salvador, 26 nov. 1945.; O MOVIMENTO católico contra o comunismo. *A Tarde*. Salvador, 27 nov. 1945. p. 3.; MEETING católico anti-comunista. *Diário de Notícias*. Salvador, 27 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁹⁵ NO DÉCIMO aniversário do sangrento golpe comunista. *A Tarde*. Salvador, 28 nov. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁸⁹⁶ Idem.

Na luta contra a *doutrina exótica e anticristã*, foi feito um apelo para que os comunistas regressassem para a Igreja Católica. Tal chamamento não foi obedecido pela ex-católica Jacinta Passos Amado, que concorreu ao cargo de deputada federal, na Bahia, pelo Partido Comunista do Brasil⁸⁹⁷. A candidatura de Amado foi uma das poucas exceções em relação à participação feminina no pleito. Afinal, dos 143 candidatos do estado, havia apenas três mulheres, portanto, 2% do total⁸⁹⁸. Tal percentual é idêntico ao verificado no país, haja vista que das 1.399 candidaturas, somente 2% (28) eram de mulheres⁸⁹⁹. Destas 28 candidaturas femininas, o PCB foi responsável por mais da metade, já que 17 mulheres concorreram pelo partido⁹⁰⁰.

A candidatura de Jacinta Passos Amado, na Bahia, e de outras mulheres em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais⁹⁰¹ não é surpreendente, ao levarmos em consideração o programa do PCB registrado no TSE. Neste, os comunistas se propuseram a lutar pela emancipação da mulher e pelo reconhecimento de todos os seus direitos que lhe eram negados⁹⁰². Além do programa partidário, os Comitês Populares Democráticos tinham como objetivo, também, a “mobilização de mulheres visando integrá-las na vida política da nação”⁹⁰³.

Todavia, não se pode desconsiderar a possibilidade de que a candidatura de mulheres estivesse intrinsecamente ligada ao objetivo de fazer com que o partido conquistasse mais votos, tendo como perspectiva o eleitorado feminino. Independentemente desta probabilidade, é certo que *O Momento* visibilizou a participação política das mulheres. Nesse sentido, foi publicada, entre outras, a matéria

⁸⁹⁷ AMADO, Janaína (Org). *Jacinta Passos, coração militante*: obra completa: poesia e prosa, biografia, fortuna crítica [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2010. p. 363.

⁸⁹⁸ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Mapa das eleições*: 1945. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador. Salvador. (As mulheres que disputaram as eleições na Bahia, em 1945, foram: Ana Dantas, PRP; Jacinta Amado, PCB; e Leolina Costa, PTB).

⁸⁹⁹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016.

⁹⁰⁰ Idem. (Em 1945, as 31 candidaturas femininas foram assim distribuídas: PCB 17; UDN 3; PTB 3; e PDC, PL, PSD, PRP e PPS 1)

⁹⁰¹ RELAÇÃO completa e definitiva dos candidatos a deputado pelo PCB, aprovada pelo S.N. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 15 nov. 1945. p. 2. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

⁹⁰² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado em: 13 mai. 2016.

⁹⁰³ CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. op. cit., p. 58.

“A mulher bahiana na luta pacífica pela democracia”, na qual noticiava a instalação, no estado, da União Democrática Feminina, entidade que se propunha “lutar pela participação da mulher bahiana na vida política e cultural do país”⁹⁰⁴.

Além de visibilidade, o Partido Comunista proporcionou a participação efetiva das mulheres em suas atividades políticas, como na instalação do seu Comitê Estadual, quando a comunista Antonia Miranda, líder das operárias tecelãs, discursou⁹⁰⁵. Em outra movimentação do PCB, o impresso comunista fez a convocação para comício pró-constituente, a ser realizado no Pelourinho, em Salvador, afirmando que entre os que usariam a palavra, a militante Lourdes Dias discursaria em nome da mulher comunista⁹⁰⁶. Também na capital do estado, Noêmia Alves e a professora Maria Leonor Carvalho discursaram em um comício no Alto do Peru, em homenagem à FEB⁹⁰⁷. No ápice da campanha eleitoral, a candidata Jacinta Amado, que dividiu o palanque com Prestes e Yeddo Fiuza, além de Ana Montenegro⁹⁰⁸ e Dalila Cavalcanti⁹⁰⁹, entre outras, discursaram nos comícios do PCB, defendendo o programa do partido e pedindo votos para os “candidatos do povo”.

Quanto à candidatura de Jacinta Amado, é importante ressaltar que a professora e escritora não morava na Bahia desde fevereiro de 1944. Além disso, Jacinta se filiou ao PCB apenas entre setembro e outubro de 1945, no processo de recrutamento de novos militantes, como afirma Janaína Amado⁹¹⁰. De acordo com a biógrafa, embora a candidata fosse recém-ingressa na organização, a aproximação dela com o partido é anterior ao ano do pleito, tendo em vista os artigos publicados no *O Imparcial*, em 1943, “alinhados com a posição das esquerdas e, muitas vezes, já com as do PCB”. Este contato com as ideias do partido provavelmente se deu a partir da convivência com os comunistas Manoel Caetano Filho, seu irmão, e Jorge Amado, que influenciou para que ela escrevesse no mencionado jornal. Ainda segundo a biógrafa, após deixar a Bahia, Jacinta Amado continuou se aproximando do PCB, haja vista a sua participação, ao lado

⁹⁰⁴ A MULHER bahiana na luta pacífica pela democracia. *O Momento*. Salvador, 15 out. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁰⁵ MILHARES de pessoas acorreram à solenidade de instalação do PCB. *O Momento*. Salvador, 09 jul. 1945. p. 1, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁰⁶ GRANDES comícios pró-constituente. *O Momento*. Salvador. 15 out. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁰⁷ COMITÊ do Alto... op. cit., p. 3.

⁹⁰⁸ FALARÁ no... op. cit., p. 3.

⁹⁰⁹ A PALAVRA do PCB nos bairros. *O Momento*. Salvador. 24 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹¹⁰ AMADO, Janaína (Org). op. cit., p. 368-378.

do marido, o comunista James Amado, em atividades realizadas pelo partido na luta pela abertura política do país⁹¹¹.

Diante do exposto, também levando em consideração a recém-legalidade do PCB, é possível que Jacinta Amado fosse membro do partido, tal qual seu marido, que não tinha vinculação oficial com a organização até o 2º semestre de 1945⁹¹². Assim sendo, o fato da candidata apenas ter se filiado às vésperas da escolha dos candidatos não se mostra uma contradição, afinal, seu contato com a organização é anterior ao ano em questão. Além disso, deve-se levar em consideração que os candidatos do partido não precisavam, necessariamente, ser filiados, haja vista que no PCB existia a figura do “amigo do partido”⁹¹³.

Contudo, não obstante o possível prestígio que Jacinta pudesse ter em Salvador, devido à sua atuação como professora desde a década de 1930, assim como sua condição de jornalista e escritora, a escolha dela como candidata suscita questões. Dentre as quais, por que seu nome foi escolhido, já que ela não morava mais na Bahia há quase dois anos? Na mesma perspectiva, não havia mulheres que poderiam disputar as eleições, que estavam militando no estado?

Se por um lado não podemos descobrir a real motivação do partido para a candidatura de Jacinta Amado, por outro, é certo que havia, no estado, outras mulheres em condições de concorrer ao pleito pelo PCB. Com a escolha desta candidata, percebe-se que residir no estado não era uma obrigatoriedade para se disputar as eleições pelo Partido Comunista. Tanto, que além de Jacinta, concorreu pela Bahia, Carlos Marighella, que havia deixado o estado em 1935, assim como Armênio Guedes e Arruda Câmara que se mudaram em 1941⁹¹⁴.

Cabe mencionar que a legislação permitia que o candidato concorresse por diversos estados, distintos cargos para o Parlamento e, até mesmo, por partidos diferentes, como abordado anteriormente. No PCB, por exemplo, Luis Carlos Prestes

⁹¹¹ Idem.

⁹¹² De acordo com Janaína Amado, James e Jacinta se filiaram ao PCB juntos, ao que tudo indica, entre setembro e outubro de 1945.

⁹¹³ Os “amigos do partido” eram aquelas pessoas que o PCB entendia ter ideias progressistas, não eram filiados, mas tinham aproximação com a organização. Na Bahia, concorreram, nesta condição, Edgard da Mata e Eusínio Lavigne. Edgard da Mata concorreu ao cargo de deputado federal, enquanto Lavigne aos cargos de deputado federal e senador.

⁹¹⁴ GUEDES, Armênio. op. cit.,

concorreu aos cargos de deputado e senador por todos os estados⁹¹⁵. Porém, a disputa por muitos estados e cargos não era o comum. Além disso, o caso de Prestes se difere da questão abordada, que são os candidatos do Partido Comunista que não residiam em seus estados de origem e disputaram as eleições por eles, como Jacinta, Marighella, Arruda Câmara e Guedes.

Decerto que a referida candidatura por um estado, mesmo sem residir nele, não era exclusividade para os comunistas da Bahia. Afinal, o escritor Graciliano Ramos, que deixou de residir em Alagoas em 1936, também concorreu por aquela circunscrição eleitoral⁹¹⁶. Ao que tudo indica, como os principais nomes do partido, normalmente, estavam no centro político do país, a organização entendia que estes deveriam concorrer ao pleito pelo seu estado de referência. Conseqüentemente, tais candidaturas acabavam por desvalorizar os militantes que permaneceram em seus respectivos estados realizando as atividades do PCB. Provavelmente, o Partido Comunista acreditava que os candidatos que estavam fora de seus estados originais eram os mais capacitados para o Parlamento e teriam maior influência eleitoral, seja em decorrência da sua atividade intelectual, como Graciliano Ramos ou Jacinta Amado, ou pelo seu histórico de militância, confiando assim, na memória do eleitorado.

As candidaturas de Ramos e Amado apontam, ainda, para outra característica do PCB, que era a de não consultar os possíveis candidatos pleiteantes ao Parlamento e/ou não respeitar as decisões destes. Nesse sentido, Graciliano Ramos escreveu aos alagoanos em direção contrária à sua candidatura. Nas palavras do escritor: “Não é que resolveram fazer de mim candidato a deputado?”. Porém, “declaro não desejar pertencer a qualquer instituição em que seja necessário fazer discursos”. Logo, “entre ser literato medíocre ou deputado insignificante, prefiro continuar na literatura e na mediocridade”, o que “não quer dizer que feche os olhos à política nacional”. Nesta perspectiva, Graciliano Ramos continuou afirmando que: “entreguei de corpo e alma a um partido, o único, estou certo, capaz de livrar-nos da miséria que vivemos [...] por isso, sou forçado

⁹¹⁵ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016. Ressaltamos que nos dados eleitorais não consta a votação para os cargos de deputado e senador, dos candidatos do PCB, no estado de Minas Gerais, e para o cargo de deputado, no Paraná. É provável que tenha ocorrido à impugnação das chapas ou que tenha sido um erro na compilação dos dados, haja vista que o PCB informou, em seu Boletim Interno, a lista dos candidatos a deputados para os dois estados em questão. RELAÇÃO completa... op. cit., p. 2.

⁹¹⁶ RAMOS, Graciliano. Carta aos alagoanos. In SALLA, Thiago Mio (Org). *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 255-258

a solicitar a vocês, para os nossos candidatos (os outros: insisto em declarar-me isento de pretensões)”, os votos que estão dispostos a conceder-me⁹¹⁷.

De acordo com Janaína Amado, a escolha da direção partidária sem a consulta ao candidato também aconteceu com James e Jacinta Amado. Segundo a biógrafa, embora eles não morassem na Bahia desde 1941 e 1944, respectivamente, “a direção do PCB ordenou que James e Jacinta se dirigissem imediatamente para Salvador, onde deveriam candidatar-se a cargos eletivos”. Contudo, o registro de James Amado “foi recusado pelo Tribunal Eleitoral, e ele passou a trabalhar no jornal comunista *O Momento*”⁹¹⁸.

Da mesma forma que o Partido Comunista lançava candidaturas de quem aparentemente não desejava, provavelmente o inverso também ocorria. Nesse sentido, para as autoridades policiais, João Severiano Torres, que desde 1936 era dirigente estadual, afastou-se do PCB “devido ao descontentamento de não ter sido incluído na chapa do partido, neste estado, para deputados federais”⁹¹⁹. Levando em consideração que a maioria dos candidatos da Bahia era formada por dirigentes do partido, o fato de Severiano Torres não estar presente entre os concorrentes ao Parlamento é, no mínimo, peculiar. Afinal, além de ser um dos mais antigos dirigentes estaduais, condição esta ratificada em 1945⁹²⁰, seu nome constava na lista prévia dos candidatos do partido, aprovada em setembro pelo Comitê Nacional e divulgada pelo Boletim Interno PCB⁹²¹. A importância de Severiano Torres era tamanha, que ele foi um dos três dirigentes da Bahia que foi ao encontro de Prestes em maio de 1945⁹²², sendo integrado ao Comitê Nacional do PCB neste ano⁹²³. De acordo com o documento oficial do Partido Comunista, que biografou os candidatos que estavam na lista prévia, João Severiano Torres era um dos mais destacados filhos do seio da classe operária⁹²⁴.

⁹¹⁷ Idem.

⁹¹⁸ AMADO, Janaína (Org). op. cit., p. 377-378.

⁹¹⁹ *Documentação do Partido Comunista do Brasil (Bahia)*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 885. Rio de Janeiro.

⁹²⁰ MILHARES de pessoas... op. cit., p. 6.

⁹²¹ RELAÇÃO dos candidatos a deputados aprovados pelo S.N. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 1. Rio de Janeiro, 02 out. 1945. p. 2. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

⁹²² FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 272-275.

⁹²³ OS COMPONENTES do Comitê Nacional do PCB. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1945. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 22 fev. 2016.

⁹²⁴ Ressaltamos que João Severiano Torres foi apresentado no Boletim Interno do PCB como Simão Alves, seu codinome utilizado entre os comunistas. Severiano Torres também era conhecido como

Ainda assim, de acordo com a polícia, por não ter sido candidato, João Severiano Torres se afastou do partido. É possível que o mencionado afastamento tenha durado anos, podendo, inclusive, ter sido definitivo⁹²⁵. Um dos indícios acerca desta hipótese é ele não ter participado da chapa do PCB, em 1947, para a Assembleia Legislativa da Bahia, composta por 60 candidatos⁹²⁶. Além disso, sugere que este distanciamento tenha sido duradouro o fato de João Falcão, em seu livro, não ter mencionado o nome de Severiano Torres ao tratar da primeira lista de candidatos⁹²⁷. É razoável supor que após seu afastamento a organização tenha passado a “esquecer” as atividades partidárias desenvolvidas por Severiano Torres ao longo dos anos. De qualquer forma, é certo que não há como afirmar sobre as motivações do afastamento do dirigente, sendo capaz, entre muitas possibilidades, de ter sido uma escolha pessoal, após não ter concorrido ao pleito em 1945, como afirma a documentação policial, ou em função de um desligamento promovido pela própria organização, que culminou com a retirada de Severiano Torres entre os candidatos do PCB.

Independentemente da motivação que fez João Severiano Torres se distanciar do PCB, provavelmente relacionado com a escolha dos candidatos, ao que se mostra, as candidaturas no Partido Comunista eram definidas pelo Comitê Nacional sem nenhum, ou com pouquíssimo diálogo com os envolvidos, como potencialmente aconteceu com Graciliano Ramos, Jacinta Amado e Severiano Torres. Sendo as escolhas de cima para baixo, talvez só a sorte para fazer coincidir os interesses, como ocorreu com um dos que concorreram em 1945, que disse: “sempre tive predileção pelo poder legislativo e me fascinava o mandato de deputado constituinte”⁹²⁸. Aos que não tiveram o mesmo privilégio de João Falcão, cabia acatar as deliberações ou afastar-se da organização.

Jordão, chegando à Bahia após os Levantes de 1935, com histórico de militância em Pernambuco e Alagoas. BIOGRAFIAS dos candidatos a deputado pelo PCB. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 1. Rio de Janeiro, 02 out. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.; DIRIGENTES estaduais do PCB. *O Momento*. Salvador. 27 ago. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹²⁵ Como João Severiano Torres (Simão Alves) passou a integrar o Comitê Nacional do PCB, consultamos o jornal *Tribuna Popular* a fim de localizarmos informações sobre ele após 1945. Porém, encontramos apenas duas menções ao seu nome, ambas em função da sua participação nas reuniões do Comitê Nacional em agosto de 1945.

⁹²⁶ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata da 67ª Sessão Ordinária*: 27 mar. 1947. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador. Salvador.

⁹²⁷ FALCÃO, João. *O Partido...* op. cit., p. 299.

⁹²⁸ Idem.

A unilateralidade da escolha das candidaturas é corroborada pela afirmação de Armênio Guedes, que estava na lista prévia dos candidatos da Bahia. Segundo o dirigente nacional, a seleção dos candidatos era muito centralizada pela direção do partido, sendo o Comitê Nacional quem decidia quais seriam os candidatos⁹²⁹. Neste mesmo sentido, Basbaum escreveu que a escolha das candidaturas foi uma decisão exclusiva do Comitê Nacional, feita à revelia dos Comitês Populares e das próprias bases do partido. Mesmo assim, todos aceitaram as escolhas, não porque estivessem de acordo, mas porque eram os candidatos de Prestes⁹³⁰. Ademais, ainda que potencialmente seja exagerada a assertiva, o autor afirmou que os concorrentes pelo Rio de Janeiro eram “todos desconhecidos do povo, do grande público”, logo, “não eram líderes populares, mas eram os candidatos de Prestes”⁹³¹.

Decerto que não podemos, até pela falta de elementos a respeito, questionar os critérios utilizados pelo PCB para a seleção das candidaturas. Afinal, a organização tinha legitimidade para decidir quais seriam seus melhores representantes no Parlamento. Desse modo, a aceitação ou recusa dos nomes apresentados, tanto pelos candidatos quanto pelos militantes, é uma questão particular do partido, que dialoga com a disciplina partidária. Todavia, não se pode negar a atestável contradição do PCB, que postulava que para escolha dos candidatos, o “justo a fazer, é adotar a norma do respeito à opinião, prosseguindo na pesagem do pensamento popular, até uma esclarecida conclusão. Que opine o povo, mas o povo organizado”⁹³².

Esta perspectiva de consulta “ao povo” estava vinculada à importância dos Comitês Populares, inclusive, para a escolha das candidaturas, tendo em vista que “Prestes, como todos os comunistas, não poderia impor ao povo, a golpes de retórica, um candidato qualquer”⁹³³. Contudo, é razoável se supor que as escolhas dos candidatos tenham sido definidas à revelia de tais Comitês, sem o propagado respeito à opinião do povo organizado, “embora tivesse havido uma promessa formal de Prestes de que os candidatos a deputados, a senador e a Presidente da República resultasse de uma consulta aos Comitês Populares”, como afirma Basbaum⁹³⁴.

⁹²⁹ GUEDES, Armênio. op. cit.,

⁹³⁰ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 194.

⁹³¹ Idem.

⁹³² FAÇAMOS da campanha... op. cit., p. 3.

⁹³³ Idem.

⁹³⁴ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* op. cit., p. 194.

Nota-se, desde a primeira lista dos candidatos da Bahia, que foi aprovada pelo Comitê Nacional em setembro, a tendência para o descumprimento da promessa feita por Prestes. Afinal, os selecionados para concorrer pelo estado eram: Diógenes Arruda Câmara, Carlos Marighella, Armênio Guedes, Giocondo Dias, Edgard Matta, Eusígnio Lavigne, Joaquim Seixas do Vale Cabral, Manoel Batista Souza, Juvenal Luis Souto Júnior, João Falcão, João Severiano Torres e Nelson Schaun⁹³⁵. Destes, o advogado Edgard da Mata e o cacauicultor Eusígnio Lavigne eram considerados “amigos do partido”, não sendo suas vinculações com o PCB oriundas dos Comitês Populares. Os demais eram da direção do partido, incluindo os membros do Comitê Nacional, Arruda Câmara, Guedes e Marighella, que não moravam na Bahia naquela época⁹³⁶.

Cerca de um mês após a aprovação da lista prévia, em 23 de outubro, o PCB divulgou a relação completa de seus candidatos a deputado, na solenidade presidida por Arruda Câmara, no Teatro Jandaia, em Salvador⁹³⁷. Da pré-lista, o único excluído foi Severiano Torres, sendo adicionados para a chapa definitiva do partido os seguintes comunistas: Luis Carlos Prestes, Jacinta Passos Amado, Demócrito Carvalho, Vicente de Paula, Ariston Andrade, Aurélio Rocha, Mecenaz Mascarenhas, Estanislau Santana, João do Carmo, Alfredo Moreira de Freitas, Aristeu Nogueira, Valdir Oliveira e Aydano do Couto Ferraz⁹³⁸.

Dos vinte e quatro candidatos do estado, eram quinze dirigentes; dois “amigos do partido”; e sete militantes, identificados profissionalmente, como: médico, escritora, advogado, jornalista, estivador, ex-combatente da FEB⁹³⁹. Ao analisarmos as pequenas descrições sobre os militantes, publicadas em *O Momento*, não há nenhuma menção da vinculação destes com os Comitês Populares⁹⁴⁰. Portanto, ao que tudo indica, nenhuma candidatura na Bahia estava vinculada aos Comitês Populares, ao contrário do que foi

⁹³⁵ RELAÇÃO dos candidatos... op. cit., p. 2.

⁹³⁶ CHAPA do Partido Comunista. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹³⁷ CANDIDATOS do povo à Assembleia Constituinte. *O Momento*. Salvador, 29 nov. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹³⁸ CHAPA do Partido... op. cit., p. 1.

⁹³⁹ Além dos dirigentes e “amigos do partido”, identificados na primeira lista, os outros candidatos, com cargo de direção, eram: Prestes, Alfredo de Freitas, Aristeu Nogueira, Demócrito Carvalho, Vicente de Paula e João do Carmo. Portanto, os militantes eram: Jacinta Passos Amado (escritora), Ariston Andrade (ex-combatente da FEB), Aurélio Rocha (médico), Mecenaz Mascarenhas (advogado), Estanislau Santana (estivador), Valdir Oliveira (médico) e Aydano do Couto Ferraz (jornalista).

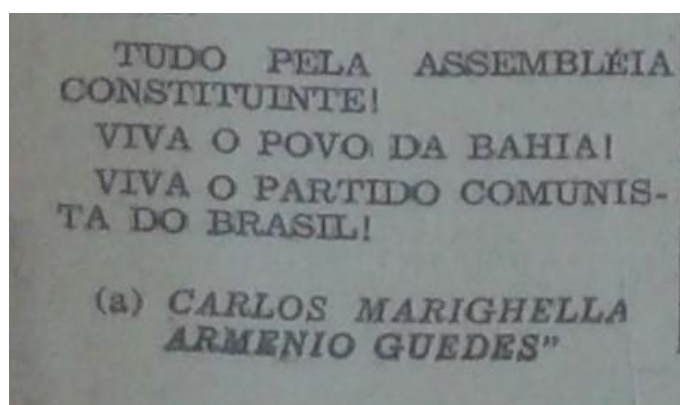
⁹⁴⁰ OS CANDIDATOS do povo. *O Momento*. Salvador, 29 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

prometido por Prestes. Todavia, tais Comitês foram importantes para o partido no processo eleitoral, por realizarem inúmeras sabatinas com os candidatos; comícios ou campanha de alfabetização, como discutido anteriormente.

Em suma, ao que se mostra, o Comitê Nacional escolhia os candidatos de cima para baixo, com pouco ou quase nenhum diálogo com os que seriam concorrentes, assim como com os militantes e Comitês Populares. Além disso, a maioria dos candidatos era formada por dirigentes do partido, sendo que alguns dos que concorreram sequer moravam mais nos estados que disputaram as eleições.

Dois desses candidatos que não moravam na Bahia nem na solenidade de lançamento das candidaturas estiveram presentes. Como não compareceram, Carlos Marighella e Armênio Guedes, enviaram uma mensagem que foi lida no evento e publicada no *O Momento*. Nesta, os dirigentes nacionais afirmaram que embora “afastados, há muitos anos, do convívio dos camaradas da Bahia”, terra onde aprenderam lutar pela causa da classe operária e do povo, não puderam comparecer ao evento, pois estavam impossibilitados, devido as urgentes tarefas que recaiam sobre seus ombros⁹⁴¹. Na pequena nota, os comunistas fizeram, sobretudo, a defesa da convocação para a Assembleia Constituinte, que era alvo da campanha do PCB.

Figura 24 – Trecho da mensagem de Marighella e Armênio Guedes (1945)



Fonte: *O Momento*.

Para Mário Magalhães, a ausência de Marighella no lançamento das candidaturas foi “especialmente lamentada”, sendo que o comunista nem sempre estava

⁹⁴¹ MENSAGEM ao povo baiano. *O Momento*. Salvador, 29 out. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

em Salvador⁹⁴². Dessa forma, o biógrafo insinua que embora não fosse constante, o comunista realizava atividades políticas em seu estado natal. Certamente não temos elementos para tratar das supostas lamentações em decorrência da ausência de Marighella no evento do Teatro Jandaia, que, ao que tudo indica, foi uma opção narrativa para reverenciar o biografado. Porém, em relação à frequência do comunista na Bahia, é bastante improvável que Marighella, entre julho e novembro, tenha passado pelo estado.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração o fato de *O Momento* não ter noticiado a presença de Marighella no período em questão. Certamente o jornal que cobria as atividades do PCB não negligenciaria o comparecimento do integrante do Comitê Nacional no estado. Diante da improbabilidade do dirigente nacional ter voltado à Bahia, investigamos a localização do comunista desde a sua partida, no final de junho.

Como abordado, após quase uma década de ausência, Marighella esteve em seu estado natal para uma visita familiar, em junho. Ainda assim, participou de, pelo menos, duas atividades políticas nos quase 30 dias que permaneceu na Bahia. No último dia deste mês, Marighella já havia viajado, afinal, ele presidiu a solenidade de instalação do Comitê Estadual do PCB em Minas Gerais⁹⁴³. Tal atividade não lhe permitiu estar no evento da mesma natureza ocorrido, na Bahia, em 2 de julho, que certamente faria com que o baiano se aproximasse dos militantes da *boa terra*. Durante o mês de julho, não encontramos nenhum documento que indicasse a localização de Marighella. Todavia, em primeiro de agosto, o comunista participou, junto com Armênio Guedes, de uma “sabatina com os jovens”, na Escola Nacional de Música, no Rio de Janeiro⁹⁴⁴. Neste mês, ao que tudo indica, Marighella permaneceu na capital do país, onde realizou um comício em Jacarepaguá⁹⁴⁵. Além disso, fez parte da comissão que elaborou o estatuto do partido, e frequentou as reuniões do Comitê Nacional, denominadas de Pleno da Vitória⁹⁴⁶. Em setembro, há indícios de que Marighella tenha permanecido no Distrito

⁹⁴² MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 162.

⁹⁴³ ACONTECIMENTO de grande... op. cit., p. 1-2.

⁹⁴⁴ DIRIGENTES comunistas... op. cit., p. 11.

⁹⁴⁵ GRANDE comício hoje em Jacarepaguá. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1945. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 27 fev. 2016.

⁹⁴⁶ Localizamos algumas matérias na *Tribuna Popular* que abordam a participação de Marighella nas reuniões do Comitê Nacional. Além disso, em documentação policial, citada anteriormente, consta a informação que o dirigente fez parte da comissão que elaborou o estatuto do partido.

Federal⁹⁴⁷. Finalmente, não localizamos o paradeiro do baiano em outubro, porém, é improvável que ele tenha regressado à Bahia. Afinal, não houve nenhuma menção da sua presença em *O Momento*, e o próprio comunista afirmou que não pôde comparecer ao lançamento das candidaturas no estado, naquele mês, pois havia recaído em seus ombros tarefas partidárias urgentes.

Neste período em que Marighella não esteve presente na Bahia, o PCB estava incorporando maciçamente novos integrantes e realizando inúmeras atividades políticas, o que acabava por dar visibilidade aos que foram escolhidos como candidatos. Nesta perspectiva, em Feira de Santana, João Falcão participou de um comício pela convocação da Assembleia Constituinte e de um debate sobre as reivindicações do brasileiro, além de ter ido para a solenidade de instalação do partido na cidade de Irará, em setembro⁹⁴⁸. No mesmo mês, Ariston Andrade, que tinha participado da Segunda Guerra Mundial, compareceu a um comício promovido pelo Comitê do Alto do Peru, em Salvador, com o objetivo de homenagear a FEB⁹⁴⁹. Manoel Batista Souza, também na capital do estado, discursou no *meeting* sobre a necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte, no Largo da Calçada⁹⁵⁰. Sobre o mesmo tema e na mesma cidade, Juvenal Souto Júnior compareceu às docas para discursar aos operários⁹⁵¹.

Além destes comícios, segundo a documentação do partido, várias caravanas de dirigentes baianos, uma delas chefiada por Giocondo Dias, visitaram as “regiões sertanejas para levar aos camponeses orientação política e as diretrizes do PCB”⁹⁵². De acordo com o Boletim Interno, dentre as cidades e distritos visitados estavam Irará, Aramari, Cachoeira e São Felix. No distrito alagoanhense de Aramari, importante centro ferroviário, a mencionada caravana participou da instalação do Comitê Distrital, sendo,

⁹⁴⁷ Em 19 de setembro de 1945 foi reconhecida a firma da Certidão de Nascimento de Marighella, no 5º Ofício de Notas, no Distrito Federal. É provável que tenha sido o próprio comunista que foi fazer o reconhecimento deste documento. Este, é o único indício da presença de Marighella em setembro de 1945. *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

⁹⁴⁸ PROMOVIDO pelo Comitê Municipal do PCB em Feira de Santana. *O Momento*. Salvador, 24 set. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁴⁹ COMITÊ do Alto... op. cit., p. 3.

⁹⁵⁰ NOS BAIRROS da capital o povo aplaude os oradores do PCB. *O Momento*. Salvador, 24 set. 1945. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁵¹ Idem.

⁹⁵² PENETRAÇÃO política no campo. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil*. Ano I. n. 3. Rio de Janeiro, 16 out. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. São Paulo.

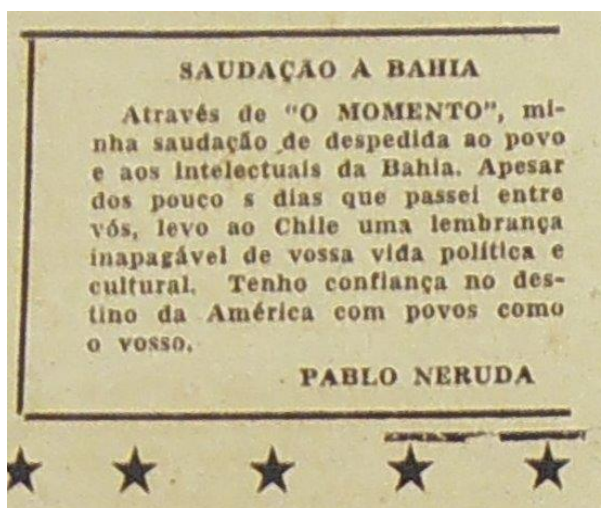
em seguida, realizada uma sabatina com a presença de João do Carmo, na cidade de Alagoinhas⁹⁵³.

Outro fato que, provavelmente, deu bastante visibilidade aos comunistas foi a presença do poeta Pablo Neruda na Bahia durante cinco dias. É possível que alguns dos que foram escolhidos como candidatos do PCB tenham se tornado ainda mais conhecidos dos militantes e, também, da população em geral, em decorrência de terem acompanhado o senador do Partido Comunista do Chile, à época. Dentre os que possivelmente angariam capital político, certamente estão Edgard da Mata, João Falcão e Ariston Andrade, que discursaram no comício protagonizado por Neruda no início de agosto⁹⁵⁴.

Figura 25 – Pablo Neruda em Salvador (1945)



Figura 26 – Saudação de Pablo Neruda (1945)



Fonte: *O Momento*.

Diante desses poucos eventos, nota-se que muitos dos que foram escolhidos para concorrer ao cargo de deputado realizavam inúmeras atividades do PCB, o que certamente fazia com que eles ficassem conhecidos pelos comunistas baianos e demais participantes das atividades políticas promovidas pelo partido. Esta intensa movimentação se justificava, pois os comunistas, que haviam vivido no passado curtos períodos de legalidade, puderam, em 1945, pela primeira vez em sua história, “se

⁹⁵³ NÚCLEO do PCB em Aramari. *O Momento*. Salvador, 15 out. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁵⁴ ÊXITO do comício de Pablo Neruda. *O Momento*. Salvador, 06 ago. 1945. p. 1, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

apresentar de corpo inteiro perante a sociedade brasileira e disputar as preferências do eleitorado e da opinião pública”⁹⁵⁵.

Embora houvesse a disputa pela preferência do eleitor, alguns candidatos sequer fizeram uma efetiva campanha para conquistar uma vaga na Câmara dos Deputados. Este foi o caso, por exemplo, de Diógenes Arruda Câmara, que não esteve presente na Bahia para defender sua candidatura ao cargo de deputado federal. Outro dirigente nacional, Armênio Guedes, afirmou que em decorrência de morar no Rio de Janeiro, só esteve na Bahia com a comitiva de Prestes, quando este foi fazer um comício no estado, no dia 24 de novembro. Ainda assim, Guedes disse ter participado de dois comícios em Salvador⁹⁵⁶.

Por outro lado, o provável é que muitos candidatos do PCB tenham feito campanha para se eleger deputado federal. Nesse sentido, João Falcão afirmou:

Fiz conferências no interior do Estado, por onde passava, à cata de votos [...] Mande imprimir um cartaz, do tamanho da folha de um jornal, em preto e branco, com minha fotografia. Espalhei-o por toda Salvador, Feira de Santana e cidades que visitei. Vareei o sertão baiano. [...] Visitei os municípios de Ipirá, Monte Alegre, Mundo Novo e, já de volta, Riachão do Jacuípe e os distritos de Feira de Santana de nomes Tanquinho e São José das Itaporocas⁹⁵⁷.

De acordo com as publicações do *O Momento*, no final de outubro, após a escolha dos candidatos, Joaquim Seixas do Vale Cabral participou da instalação do PCB na cidade de São Felix, sendo factível que nesta oportunidade o concorrente tenha colocado seu nome a disposição do eleitor⁹⁵⁸. No início de novembro, em Ilhéus, outros dois candidatos, Eusígnio Lavigne e Nelson Schaun, realizaram um comício na cidade⁹⁵⁹. Em Salvador, na primeira quinzena de novembro, Vale Cabral e Juvenal Souto Júnior fizeram um comício no Pelourinho. Neste período, ainda foi publicado, no periódico comunista, outro *meeting* realizado por Souto Júnior, no bairro do Garcia⁹⁶⁰. Também na capital do estado, a biógrafa de Jacinta Passos Amado afirma que a

⁹⁵⁵ VINHAS, Moisés. op. cit., p. 87.

⁹⁵⁶ GUEDES, Armênio. op. cit.

⁹⁵⁷ FALCÃO, João. *O partido...* op. cit., p. 300.

⁹⁵⁸ INSTALADO o Comitê Municipal de São Felix. *O Momento*. Salvador, 05 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁵⁹ COMÍCIO do Partido Comunista em Ilhéus. *O Momento*. Salvador, 12 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁶⁰ COMÍCIOS nos bairros. *O Momento*. Salvador, 12 nov. 1945. p. 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

candidata atuou intensamente em comícios, esforçando-se muito na campanha, porém, não foi eleita⁹⁶¹.

Posto isto, ciente que Arruda Câmara não fez campanha, é surpreendente, a princípio, que ele tenha sido o 3º candidato mais votado do PCB na Bahia, enquanto Jacinta Amado tenha sido a última colocada entre os que concorreram pelo partido⁹⁶². Da mesma forma, causa alguma estranheza que Armênio Guedes, que morava no Rio de Janeiro e só realizou dois comícios em Salvador, ter conseguido 129 votos, quantidade praticamente igual aos 141 votos recebidos por Giocondo Dias, secretário-estadual do PCB, que participava das principais atividades do partido no estado⁹⁶³.

Nota-se que os resultados eleitorais não foram coerentes com a contínua atividade partidária realizada, ao longo de 1945, por muitos dos candidatos, como foi o caso de Giocondo Dias. Tal incoerência fica mais explícita a partir da ciência que o único candidato eleito pelo PCB foi Carlos Marighella. Além da ausência duradoura, pesava contra Marighella o fato de que o partido estava em franco processo de recrutamento de novos militantes, o que fazia com que ele fosse um ilustre desconhecido para a maioria dos integrantes do PCB na Bahia. Tal desconhecimento é confirmado por Luis Contreiras, um dos muitos novos membros que foram recrutados em 1945, ao afirmar que o dirigente nacional se tornou conhecido na campanha eleitoral, ou seja, em novembro⁹⁶⁴.

Por outro lado, a favor de Marighella havia uma mística em torno de seu nome, como consequência da sua resistência às sessões de tortura em 1936. Como abordado, a partir deste episódio o baiano paulatinamente passou a angariar respeito dos militantes e da direção do partido. Todavia, ao que tudo indica, o centro deste respaldo estava localizado no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, reverberando com menor intensidade para a Bahia. Tanto, que *O Momento* não mencionou o nome de Marighella antes da decretação da anistia aos presos políticos, passando a fazê-lo apenas após a sua ratificação como membro do Comitê Nacional do partido. Apesar de o periódico comunista ter começado a dar visibilidade a Marighella a partir de maio, quando passou

⁹⁶¹ AMADO, Janaína. op. cit., p. 379-380.

⁹⁶² BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador. Salvador.

⁹⁶³ Idem.

⁹⁶⁴ ALMEIDA, Luis Contreiras de. op. cit.,

a descrevê-lo de forma mais notável a cada edição, contribuindo para a construção de uma memória e para minimizar o desconhecimento que os comunistas tinham do dirigente, ressaltamos que isto não significa que foram muitas as matérias protagonizadas por ele. Afinal, até novembro, portanto, em seis meses, Marighella esteve presente em cinco matérias, sendo: um texto de sua autoria publicado em maio; uma entrevista e duas matérias sobre sua participação política em eventos no MUT e no Sindicato dos Médicos, veiculado em junho; além da mensagem sobre a sua ausência no lançamento das candidaturas em outubro.

Desta forma, apesar de Marighella, ao regressar a Bahia, ter sido recebido pelos militantes do partido como um jovem extraordinário, como afirma João Falcão⁹⁶⁵, ou ser admirado porque era um homem experimentado, um dirigente nacional, como disse Jacob Gorender⁹⁶⁶, tudo indica que, em 1945, Marighella não era um agente político de grande expressão entre os baianos e, até mesmo, entre grande parte dos comunistas da Bahia. Desse modo, é certo que o fato de Marighella ter conquistado, aproximadamente, 30% dos votos do partido se vincula, umbilicalmente, a outro elemento fundamental para o PCB no processo eleitoral⁹⁶⁷.

Sobre este fator imprescindível para a vitória de Marighella, João Falcão escreveu que faltando uma semana para as eleições:

uma terrível surpresa desabou sobre mim e sobre os demais candidatos do PCB. A direção nacional resolveu lançar candidatos preferenciais, isto é, aqueles nos quais os membros do Partido tinham o dever de votar independentemente de suas preferências: Prestes, Marighella, Arruda Câmara e Juvenal Souto Júnior. Deste modo eu perdi até o voto dos meus irmãos. Foi um golpe para mim, mas a medida era acertada. E como comunista disciplinado ajudei a cumpri-la, dissuadindo os companheiros⁹⁶⁸.

Diante da afirmação de Falcão, evidencia-se que a direção do PCB, além de não dialogar com os candidatos e militantes acerca da escolha das candidaturas, como já abordado, direcionou o voto para aqueles que ela entendia serem os mais capacitados para o mandato de deputado federal ou com maiores chances de se eleger. É bastante

⁹⁶⁵ FALCÃO, João. *Entrevista...* op. cit., p. 256.

⁹⁶⁶ GORENDER, Jacob. *Entrevista...* op. cit., p. 277.

⁹⁶⁷ Nos referimos, especificamente, aos votos para os candidatos ao cargo de deputado federal. Todos os concorrentes do PCB tiveram 18.628 votos, sendo 5.187 direcionados a Carlos Marighella. BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

⁹⁶⁸ FALCÃO, João. *O partido...* op. cit., p. 307.

razoável afirmar que o PCB tenha direcionado o voto nos demais estados, afinal, das quatorze vagas conquistadas para a Câmara dos Deputados, onze foram para dirigentes do partido, sendo nove do Comitê Nacional, incluindo Carlos Marighella. Todavia, como Luis Carlos Prestes foi eleito em três estados e não assumiu o mandato de deputado, a bancada do PCB contou com nove dirigentes. Os que não tinham cargo de direção eram: o escritor Jorge Amado e Oswaldo Pacheco, eleitos por São Paulo; Gregório Bezerra, por Pernambuco; além dos suplentes, Joaquim Baptista Neto, do Distrito Federal e Alcedo de Moraes Coutinho, de Pernambuco⁹⁶⁹. De acordo com Moisés Vinhas, o autoritarismo da direção, com a imposição de candidatos de sua preferência, acontecia, inclusive, com os próprios membros do Comitê Nacional, afinal, o dirigente nacional Mário Scott, eleito por São Paulo, “foi forçado a renunciar em favor do primeiro suplente, Milton Cayres de Brito”, também dirigente nacional⁹⁷⁰.

Com a ciência do direcionamento dos votos, determinados pela direção do PCB, e da disciplina comunista, que fazia com que os demais candidatos dissuassem seus possíveis eleitores em favor dos candidatos preferenciais, sabe-se o porquê que Arruda Câmara, principal dirigente do Partido Comunista, depois de Prestes, teve a 3ª maior votação da organização, mesmo sem ter ido ao estado fazer campanha.

Ainda acerca dos candidatos preferenciais, João Falcão escreveu que eram quatro: Prestes, Marighella, Arruda Câmara e Juvenal Souto Júnior. Porém, esta é uma informação divergente, haja vista que ao ser questionado a respeito, Armênio Guedes, membro do Comitê Nacional, na época, informou que os candidatos escolhidos pela direção para serem os preferenciais eram Arruda Câmara e Marighella⁹⁷¹. Sônia Serra, baseada no depoimento de Carlos Aníbal Correa, afirma que os preferenciais eram Prestes e Marighella⁹⁷². Nas biografias, Emiliano José repete a informação de João

⁹⁶⁹ Os deputados eleitos pelo PCB, em 1945, foram: Carlos Marighella (dirigente nacional), BA; Luis Carlos Prestes (secretário-geral), RS; João Amazonas de Souza Pedrosa (dirigente nacional), Maurício Grabois (dirigente nacional) e Luis Carlos Prestes (secretário-geral), DF; Claudino José da Silva (dirigente nacional) e Alcides Rodrigues Sabença (secretário político do Comitê de Volta Redonda), RJ; Gregório Lourenço Bezerra, Luis Carlos Prestes (secretário-geral) e Agostinho Dias de Oliveira (dirigente nacional), PE; José Maria Crispim (secretário do Comitê Municipal de São Paulo), Oswaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado e Mário Scott (dirigente nacional), SP. Como Prestes assumiu o mandato de senador, assumiram os suplentes: Abílio Fernandes (dirigente nacional), RS; Joaquim Baptista Netto, DF; Alcedo de Moraes Coutinho, PE. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016.; OS COMPONENTES do... op. cit., p. 2.; BRAGA, Sérgio Soares. op. cit., p. 628, 721.

⁹⁷⁰ VINHAS, Moisés. op. cit., p. 106.

⁹⁷¹ GUEDES, Armênio. op. cit.

⁹⁷² SERRA, Sônia. op. cit., p. 54, 104.

Falcão sobre os preferenciais, acrescentando que “Marighella era o nome mais forte dentre todos” os candidatos da chapa⁹⁷³. Já para Mário Magalhães, os candidatos preferenciais foram “Marighella e Juvenal Souto Júnior e, acima deles no partido, o poderoso número dois, Diógenes Arruda”⁹⁷⁴. Por fim, as biografias *Carlos Marighella: o homem por trás do mito* e *Carlos: a face oculta de Marighella* não trataram desta importante questão acerca da vitória de Marighella nas eleições de 1945.

Decerto que a compreensão da quantidade de preferenciais nos permite entender melhor os motivos pelos quais houve a prevalência de Marighella sobre os demais candidatos. Nesse sentido, ao analisarmos *O Momento* em busca de vestígios sobre o tema, localizamos a orientação da direção do partido no estado, para que as suas células fizessem o maior número de inscrições nos muros e calçadas da cidade, com seis frases de ordem, a saber: Vote pela democracia com Prestes; Para deputado: Vote no partido comunista; Para deputado: Luiz Carlos Prestes; Para deputado: Carlos Marighella; Para deputado: Juvenal Souto Júnior; Para deputado: Arruda Câmara⁹⁷⁵. Desse modo, haveria fortes indícios para acreditar que, de fato, foram quatro os candidatos preferenciais. Contudo, ao analisarmos as votações de Prestes para os cargos de senador e deputado federal, consideramos bastante improvável que os votos tenham sido direcionados para que o *Cavaleiro da Esperança* ocupasse uma vaga na Câmara dos Deputados pela Bahia. Afinal, Prestes obteve mais votos para senador que todos os candidatos para deputado e, também, foi mais votado do que o candidato a Presidência pelo PCB⁹⁷⁶. Ademais, sua votação para a Câmara foi de apenas 1.368 votos, enquanto Marighella teve 5.187⁹⁷⁷. Desta forma, consideramos que Prestes não foi um dos preferenciais, mas seu nome era utilizado maciçamente para angariar mais votos para os demais candidatos, em consequência do prestígio do secretário-geral do PCB.

Portanto, entendemos que eram três os candidatos preferenciais: Marighella, Arruda Câmara e Souto Júnior. Entretanto, diferente de Mário Magalhães, que afirmou que Arruda Câmara estava acima dos outros, insinuando que a vitória de Marighella

⁹⁷³ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 164-165.

⁹⁷⁴ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 164.

⁹⁷⁵ O PROGRAMA organizado pelo Comitê Municipal do PCB. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 7. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁷⁶ Luis Carlos Prestes, na Bahia, obteve 26.497 votos para senador, enquanto Yeddo Fiuza teve 22.059 votos, e todos os candidatos a deputados obtiveram 18.628 votos.

⁹⁷⁷ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

tinha sido emblemática, por ter ficado a frente do *poderoso número dois* do partido, as evidências nos levam a crer que havia um direcionamento maior para os membros do Comitê Nacional, em detrimento de Souto Júnior. Ao analisarmos as matérias do *O Momento*, em novembro, percebe-se que Diógenes Arruda Câmara e Carlos Marighella tinham muito mais espaço no periódico do que os demais candidatos, incluindo Juvenal Souto Júnior.

Figura 27 – Fotografias dos candidatos a deputado federal (1945)



Fonte: *O Momento*.

Figura 28 – Reportagem sobre Marighella e Arruda Câmara (1945)



Figura 29 – Reportagem sobre os candidatos do PCB (1945)



Fonte: *O Momento*.

Nota-se que enquanto Marighella e Arruda Câmara apareciam em destaque no *O Momento*, as fotografias dos demais candidatos eram dispostas em proporções bem menores. Outro fator que nos indica que os membros do Comitê Nacional tinham precedência em relação a Souto Júnior e, obviamente, demais candidatos, é a pequena,

porém, exclusiva, propaganda para os dirigentes nacionais publicada no periódico comunista.

Figura 30 – Propaganda para Marighella (1945)

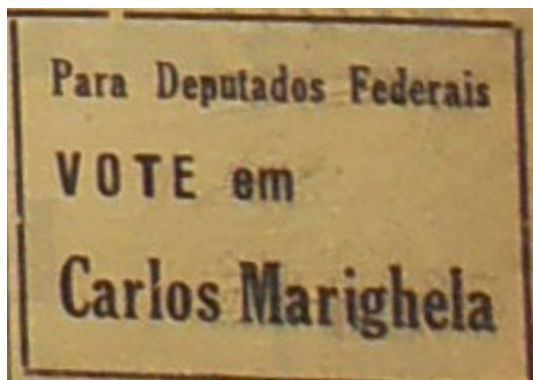
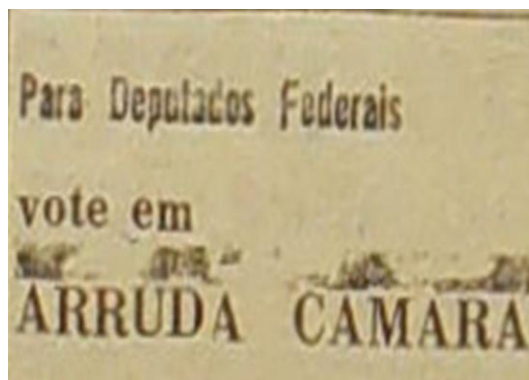


Figura 31 – Propaganda para Arruda Câmara (1945)



Fonte: *O Momento*.

Por fim, a quantidade de comícios realizados dedicados aos candidatos, ou seja, *meetings* sem a presença do concorrente, mas que os oradores discursavam em favor dele, nos parece elucidar a questão sobre os candidatos preferenciais. Afinal, *O Momento* publicou a determinação de serem feitos, nos bairros de Salvador, sete comícios dedicados a Marighella, outros sete para Arruda Câmara, três para Souto Júnior, dois para Giocondo Dias e um, respectivamente, para Demócrito Carvalho, Vicente de Paula e Estanislau Santana⁹⁷⁸. Assim sendo, todas as evidências nos levam a crer que os candidatos preferenciais eram Diógenes Arruda Câmara, Carlos Marighella e Juvenal Souto Júnior, havendo a prioridade para os dois membros do Comitê Nacional. Logo, não é surpreendente que estes candidatos tenham sido os três mais votados do PCB, afinal, “os membros do Partido tinham o dever de votar independentemente de suas preferências”⁹⁷⁹.

⁹⁷⁸ Foi publicada no *O Momento*, em 19 de novembro, a programação para a realização dos mencionados comícios. Porém, a data do comício de Prestes e Yeddo, na Bahia, foi antecipada do dia 25, para o dia 24 de novembro. Assim sendo, é provável que todos os comícios do dia 24 tenham sido transferidos para o dia 25. A programação inicial para os comícios dedicados à Marighella foi a seguinte: na Liberdade (22/11); Tororó (23/11); Sete Portas (24/11); Cabula (26/11); Itapagipe (28/11); Sete Portas (28/11) e Calçada (28/11). Para Arruda Câmara: Garcia (21/11); Pelourinho (22/11); Calçada (24/11); 2 de julho (26/11); Mirante do Campo Santo (28/11); Garcia (28/11) e Calçada (28/11). Para Juvenal Souto Júnior: no Largo da Preguiça (23/11); nas docas (24/11) e Plataforma (27/11). Para Giocondo Dias: Tororó (23/11) e Garcia (28/11). Para Demócrito Carvalho: Pelourinho (22/11). Para Estanislau Santana: nas docas (24/11). Para Vicente de Paula: em Plataforma (27/11). *O PROGRAMA...* op. cit., p. 7; *A PALAVRA do...* op. cit., p. 3.

⁹⁷⁹ FALCÃO, João. *O partido...* op. cit., p. 307.

Em relação a esta obrigação de votar e a dissuasão dos possíveis eleitores em prol dos preferenciais, Falcão afirma que a determinação da direção chegou aos demais candidatos faltando uma semana para a realização do pleito⁹⁸⁰. Um indício que a ordem da direção não era de conhecimento dos candidatos, até dias meados de novembro, é o fato de ter sido publicado no impresso do PCB, em 12 de novembro, que no dia 18 seria lançada, oficialmente, a candidatura de João Falcão durante a realização de um comício-monstro em Feira de Santana, sua cidade natal⁹⁸¹. No entanto, consideramos que o mais provável em relação à propagação da mencionada ordem da direção nacional, é que quando Marighella regressou à Bahia, na segunda quinzena de novembro, tal diretriz já era de conhecimento dos concorrentes, tendo em vista a atenção dispensada aos membros do Comitê Nacional nas páginas do *O Momento*.

De qualquer forma, embora a determinação para o direcionamento dos votos para os preferenciais, ao que tudo indica, tenha sido difundida faltando cerca de quinze dias para o pleito, é bastante improvável que João Falcão, dirigente estadual na época, não soubesse da iminente probabilidade da direção nacional do partido priorizar a votação para um ou outro concorrente. Afinal, o Secretariado Nacional do PCB emitiu uma orientação acerca dos candidatos preferenciais em 15 de outubro, data anterior à divulgação dos candidatos, que aconteceu na Bahia, no dia 23 daquele mês. Neste documento, tratou-se da possibilidade do PCB direcionar sua votação, com o intuito de eleger os membros da organização, quando houvesse a recomendável aliança com “algum político ou corrente progressista com capacidade eleitoral”, que permitisse a eleição do maior número de deputados⁹⁸². Assim sendo, ciente que na lista prévia dos candidatos da Bahia, aprovada pelo Comitê Nacional em setembro, havia dois “amigos do partido”, que se enquadram no perfil mencionado, é admissível que antes mesmo da definição dos candidatos já havia a iminente propensão de direcionamento dos votos. Logo, é presumível que se João Falcão e os demais candidatos não sabiam quais seriam os candidatos preferenciais, pelo menos, tinham conhecimento que a direção do partido priorizaria a votação.

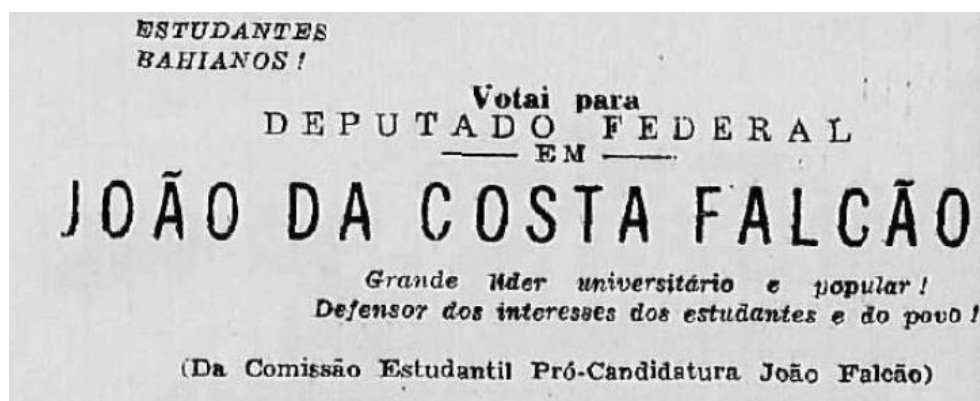
⁹⁸⁰ Idem.

⁹⁸¹ CANDIDATURA João Falcão. *O Momento*. Salvador, 12 nov. 1945 p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁸² *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 862. Rio de Janeiro.

Por fim, é importante ressaltar a possibilidade de alguns candidatos não terem seguido, fielmente, a determinação do PCB. Um indício acerca desta hipótese é a propaganda veiculada por João Falcão, “grande líder universitário e defensor dos interesses dos estudantes e do povo”, na grande imprensa, quando faltavam três dias para as eleições⁹⁸³. Outro candidato que teve uma nota publicada, no *A Tarde*, às vésperas do pleito, foi Vale Cabral, sendo afirmado que votar neste candidato, era lutar para que o povo tivesse no Congresso seu legítimo representante e intransigente defensor⁹⁸⁴. Todavia, tais propagandas não foram assumidas pelos candidatos, sendo que uma era de responsabilidade da comissão estudantil pró-candidatura de João Falcão, enquanto a outra era realizada pelos amigos e colegas, em um movimento de apoio a Vale Cabral. Se acreditarmos na isenção dos candidatos quanto à veiculação de tais propagandas, portanto, sem desobedecer ao PCB, perceberemos que o direcionamento dos votos não era bem aceito pelos eleitores, assim como pelos candidatos, já que Falcão afirmou que se sentiu golpeado pela decisão da direção nacional.

Figura 32 – Propaganda de João Falcão (1945)



Fonte: *A Tarde*.

Diante do exposto, percebe-se, em linhas gerais, que antes da escolha dos candidatos já tinha sido informado a iminente probabilidade de direcionamento dos votos, sendo que os concorrentes da Bahia souberam quais seriam os preferenciais faltando, aproximadamente, quinze dias para as eleições. No estado, foram três os candidatos que “os membros do Partido tinham o dever de votar independentemente de

⁹⁸³ ESTUDANTES bahianos. *A Tarde*. Salvador, 29 nov. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁸⁴ MOVIMENTO de apoio à candidatura de Vale Cabral. *A Tarde*. Salvador, 29 nov. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

suas preferências”, Marighella, Arruda Câmara e Souto Júnior, com prioridade para os dois membros do Comitê Nacional.

Posto isto, o que justificaria Marighella ter sido eleito com, praticamente, a soma dos votos dos outros dois candidatos preferenciais?⁹⁸⁵. Partindo da perspectiva de que Marighella e Arruda Câmara tinham prioridade para o direcionamento dos votos, um elemento imprescindível deve ser levado em consideração nesta questão, que é o fato de apenas um dos membros do Comitê Nacional ter feito campanha no estado.

Quando regressou à Bahia, em meados de novembro, Marighella foi recebido com o status de grande liderança no partido. Tanto, que ao noticiar que seria realizado um comício, especificamente, para os candidatos à Câmara dos Deputados, *O Momento* escreveu que o dirigente nacional tinha sido especialmente convidado para o evento⁹⁸⁶. No dia do comício, 19 de novembro, o periódico afirmou que além de Giocondo Dias, Edgard da Mata, João Falcão, Juvenal Souto Júnior e Ana Montenegro, que não era candidata, discursaria Carlos Marighella, sendo que a presença “do querido líder popular de nossa terra”, era um dos motivos de atração e relevo do *meeting*⁹⁸⁷. De acordo com *O Momento*, neste comício, realizado na Praça da Sé, às 20 horas, “o querido dirigente comunista falou ao povo”, lembrando as lutas passadas e indicando o caminho de União Nacional, dentro da ordem e tranquilidade, fazendo o apelo para que o povo se organizasse nos sindicatos e Comitês Populares⁹⁸⁸. Ao final, ainda houve uma passeata até a sede do PCB, onde discursaram Giocondo Dias e o dirigente nacional⁹⁸⁹.

Além deste grande comício, foi noticiada a presença de Marighella em atos da mesma natureza, em Salvador, nos bairros da Liberdade e do Tororó, no dia 23⁹⁹⁰; e em

⁹⁸⁵ Nas eleições de 1945, Juvenal Souto Júnior recebeu 2.823 votos, enquanto Diógenes Arruda Câmara obteve 2.674. Totalizados, os dois receberam 5.497 votos, muito próximo dos 5.187 recebidos por Marighella. BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

⁹⁸⁶ COMÍCIO dos candidatos do povo no dia 19. *O Momento*. Salvador, 12 nov. 1945. p. 1, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁸⁷ FALARÁ no... op. cit., p. 3.

⁹⁸⁸ FOI UMA vitória do povo o comício do dia 19. *O Momento*. Salvador, 24 nov. 1945. p. 3, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁸⁹ Idem.

⁹⁹⁰ MARIGHELLA na Liberdade *O Momento*. Salvador, 24 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Brotas, no dia 28, ao lado de Armênio Guedes⁹⁹¹. Este afirmou que fez outro comício com o candidato preferencial na porta da Fábrica de tecido Luis Tarquínio, no bairro da Calçada⁹⁹². O candidato eleito também fez comício no interior, haja vista que, junto com Giocondo Dias, foi a Alagoinhas, importante centro ferroviário, distante, aproximadamente, 100 quilômetros da capital⁹⁹³.

Quando houve a principal atividade da campanha eleitoral do PCB, na Bahia, Marighella não foi um dos protagonistas, diferentemente do que Emiliano José afirmou⁹⁹⁴. Neste comício de Prestes e Yeddo Fiuza, os demais oradores foram Jacinta Passos Amado, Giocondo Dias e Eusígnio Lavignone, que assim como o secretário-geral do partido, concorreu para os cargos de deputado e senador. Todavia, Marighella acabou por participar de alguma forma do evento, afinal, segundo o impresso comunista, ao final do comício, a massa “desfilou, pacífica e organizadamente, até a sede do PCB”, onde o dirigente nacional, com a sua segurança e capacidade de análise, discursou aos presentes⁹⁹⁵.

Nota-se que nos poucos dias em que realizou a campanha eleitoral na Bahia, Marighella teve intensa participação nas atividades do PCB. Acerca desta atuação na campanha eleitoral, Luis Contreiras afirmou que:

foi uma campanha forte. Marighella fez diversos comícios. O “problema” dele é que era muito fluente. Ele tinha dificuldade em terminar um discurso. Os comícios de Marighella não tiveram essa “audiência” que teve o de Prestes, [...] era pra 100, 200 pessoas. Ele falava nos bairros, falava nas docas, falava para os portuários. Falou na Liberdade, no comício de Prestes. Foi uma campanha intensa. As vezes tinha comício dia sim, dia não. Realizava dois, três comícios na semana⁹⁹⁶.

Ainda a respeito do assunto, João Falcão disse que embora Marighella fosse conhecido apenas pelos membros do partido, “com a campanha para deputado, em [19]45, ele teve um contato com o povo, ele era um bom orador, tinha um discurso muito bonito, muito popular. E foi tanto assim, que ele teve mais votos do que

⁹⁹¹ TODOS os bairros ouviram os líderes do povo. *O Momento*. Salvador, 29 nov. 1945 p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁹² GUEDES, Armênio. op. cit.

⁹⁹³ ALAGOINHAS aclama Yeddo Fiuza. *O Momento*. Salvador, 29 nov. 1945 p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁹⁴ JOSÉ, Emiliano, op. cit., p.165.

⁹⁹⁵ INDISCUTÍVEL entusiasmo que dominou todo o povo. *O Momento*. Salvador, 27 nov. 1945. p. 1, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁹⁶ ALMEIDA, Luis Contreiras de. op. cit.,

Prestes”⁹⁹⁷. Apesar da afirmação de que o baiano teve mais votos do que Prestes, em consequência da sua capacidade retórica; ou da pequena flutuação da memória de Contreiras, ao dizer que o dirigente participou do comício do *Cavaleiro da Esperança*, as declarações de ambos integrantes do PCB, em 1945, indicam que a participação do candidato preferencial na campanha eleitoral foi muito importante para a sua vitória.

Além da participação assídua em comícios, o dirigente nacional também foi responsável por fazer a conferência: “A crise econômica e a União Nacional”, na Associação dos Empregados do Comércio, anunciada em letras garrafais pelo *O Momento*⁹⁹⁸. Como o máximo de publicidade era necessário, tendo em vista que Marighella não era um dos candidatos mais conhecidos na Bahia, este evento, do dia 22 de novembro, também foi veiculado no *A Tarde*⁹⁹⁹.

Figura 33 – Propaganda da conferência de Carlos Marighella (1945)



Fonte: *O Momento*.

Por fim, Marighella ainda esteve presente na última atividade da campanha eleitoral ocorrida no dia 29 de novembro. Neste último ato da campanha, em que o PCB fez a convocação na grande imprensa¹⁰⁰⁰, foi realizado um comício no Pelourinho em que Armênio Guedes discursou. Em seguida, os comunistas fizeram uma marcha,

⁹⁹⁷ FALCÃO, João. *Entrevista...* op. cit., p. 256.

⁹⁹⁸ A CRISE econômica e a União Nacional. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

⁹⁹⁹ PRESTES e Yeddo. *A Tarde*. Salvador, 22 nov. p. 2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁰⁰ CONVITE ao povo. *Diário de Notícias*. Salvador, 27 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

passando pela Baixa dos Sapateiros, com destino à Praça Castro Alves, onde Marighella discursou¹⁰⁰¹.

Figura 34 – Passeata com Carlos Marighella (1945)



Fonte: *O Momento*. / Adaptado pelo autor.

Diante do exposto, entendemos que a indicação de Marighella entre os candidatos preferenciais foi o motivo preponderante para sua vitória. De acordo com João Falcão, os candidatos dissuadiram seus possíveis eleitores para cumprir a orientação do partido. Assim sendo, é crível se supor que os demais candidatos tenham feito campanha para os preferenciais, indicando aos seus eleitores aquele que lhe fosse mais adequado. Tendo em vista que entre os preferenciais havia a prioridade para os membros do Comitê Nacional e que Marighella fez intensa campanha na Bahia, entrando em contato com os demais candidatos, consideramos bastante provável que o baiano, torturado em 1936, tenha recebido a indicação de voto dos seus correligionários. Portanto, ter feito campanha na Bahia, mesmo que por poucos dias, possibilitou com que Marighella tivesse primazia em relação à Arruda Câmara. Além disso, a atuação política no estado permitiu que fossem conquistados votos em decorrência da sua retórica e persuasão, como afirmaram Falcão e Contreiras.

A probabilidade de que muitos candidatos tenham direcionado seus votos para Marighella nos ajuda, também, na compreensão do motivo pelo qual ele teve, praticamente, o dobro dos votos de Arruda Câmara ou Souto Júnior. A partir desta concepção, é provável que o nome de Marighella tenha sido difundido, em Salvador,

¹⁰⁰¹ GRANDE marcha pró Yeddo Fiuza. *O Momento*. Salvador, 03 dez. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

nos comícios de Estanislau Santana, no Pelourinho; ou de Jacinta Passos Amado, no Engenho Velho de Brotas e no Alto do Peru¹⁰⁰². Da mesma forma, é factível que os militantes do PCB tenham pedido votos para Marighella nos comícios realizados em Caravelas, Ubaitaba e Uruçuca¹⁰⁰³ e, ainda, nas cidades onde as quatro caravanas, organizadas para intensificar a propaganda do partido e dos seus candidatos a deputado, tenham passado¹⁰⁰⁴. Estas, de acordo com *O Momento*, tinham como destino as regiões do: Sertão e Recôncavo; São Francisco e Estrada de Ferro; Sudoeste e Sul do estado. Dessa forma, certamente que a circulação do nome de Marighella em diversos locais potencializou sua eleição.

Ainda em relação à eleição de Marighella, é certo que *O Momento* foi essencial para a conquista de muitos dos votos do comunista. Afinal, o periódico, ao longo de 1945, ajudou na edificação da candidatura e na construção de certa memória sobre o dirigente nacional, como já abordado. Especificamente durante a campanha eleitoral, além dos textos celebratórios, o impresso fez com que Marighella fosse o candidato com mais fotografias estampadas em suas edições, tendo, ainda, publicado uma entrevista do dirigente. As fotos do candidato eleito, normalmente em destaque, apareceram em seis edições, entre 5 de novembro e 1º de dezembro, enquanto a imagem de Arruda Câmara esteve presente em três edições, e a de Juvenal Souto Júnior em duas¹⁰⁰⁵.

Finalmente, é impossível deixar de vincular a vitória de Marighella à capacidade de mobilização do PCB em 1945, que estava umbilicalmente ligada ao prestígio do seu secretário-geral, Luis Carlos Prestes. Ademais, neste contexto, não podemos desconsiderar o capital político angariado pelo Partido Comunista em função da vitória da União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Posto isto, percebe-se que a eleição do comunista baiano está atrelada a uma multiplicidade de elementos que lhes são

¹⁰⁰² TODOS os bairros... op. cit., p. 3.; COMÍCIO no Alto do Peru. *O Momento*. Salvador, 27 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁰³ INSTALADO o Comitê Municipal de Jacobina. *O Momento*. Salvador, 03 dez. 1945. p. 8.; GRANDE comício do PCB na zona sul. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁰⁴ CARAVANAS do PCB percorrerão o interior. *O Momento*. Salvador, 12 nov. 1945. p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁰⁵ Além dos candidatos mencionados e de Luis Carlos Prestes, *O Momento*, durante o período em questão, publicou a fotografia dos seguintes candidatos, na quantidade entre parênteses: Eusígnio Lavigne (3); Nelson Schaun (2); Joaquim Seixas do Vale Cabral (2); João Falcão (2); Giocondo Dias (2); Edgard da Mata (2); Manoel Batista Sousa (1); Alfredo de Freitas (1); Demócrito Carvalho (1); Jacinta Passos Amado (1); Ariston Andrade (1) e Aydano do Couto Ferraz (1).

complementares, sendo a pujança da organização comunista o mais proeminente. Todavia, ainda que seja uma vitória, essencialmente, do partido, ressaltamos os méritos do baiano. Afinal, o prestígio conquistado ao longo dos anos, em decorrência da resistência às sessões de tortura e demais fatores, fez com que Marighella se tornasse membro do Comitê Nacional e tivesse sido escolhido como um dos candidatos preferenciais. Nesse sentido, o Boletim Interno do PCB escreveu que “os anos de prisão reforçaram o seu idealismo combativo, transformando-o num dos mais cultos militantes comunistas”¹⁰⁰⁶. Além disso, a capacidade de liderança e a força da retórica, recorrentemente salientadas pelos seus companheiros, certamente ajudaram para que ele conquistasse votos ou para que seus correligionários indicassem seu nome aos eleitores.

Assim sendo, por tudo que foi discutido ao longo desta pesquisa, somos levados a desconfiar da perspectiva frequentemente apresentada de que Marighella foi eleito em decorrência de seu histórico de militância política e/ou pela sua fama na época de estudante na Bahia dos anos de 1930.

Tal viés foi, de alguma forma, apresentado por Edson Teixeira da Silva Júnior, ao afirmar que um panfleto com a prova feita em versos por Marighella, que havia contribuído para a notoriedade do estudante secundarista, foi utilizado para angariar votos¹⁰⁰⁷. No mesmo sentido, Mário Magalhães informa que a ideia de distribuir cópias da prova realizada no Ginásio da Bahia se deu, pois ela não havia sido esquecida¹⁰⁰⁸. Finalmente, Emiliano José escreveu que “do poema se fizeram votos”¹⁰⁰⁹. Na concepção dos biógrafos, mesmo com todas as dificuldades de comunicação, característica das décadas de 1930 e 1940, a lembrança da prova feita pelo estudante secundarista, em 1929, permanecia viva entre os soteropolitanos. Os autores, desconsiderando todas as dificuldades de acesso à educação daquela época, a pequena quantidade de estudantes do Ginásio da Bahia e a ausência de Marighella por praticamente uma década, atribuíram grande capital político à prova, capaz de reverberar no processo político de 1945. Certamente que o prisma apresentado busca reforçar a ideia de que o comunista era bastante admirado na Bahia, desde a sua juventude, e que isto repercutiu no processo eleitoral.

¹⁰⁰⁶ BIOGRAFIAS dos... op. cit., p. 3.

¹⁰⁰⁷ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 81.

¹⁰⁰⁸ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 164.

¹⁰⁰⁹ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 165.

Em suma, sobre os aspectos que tiveram interferência no resultado eleitoral de 1945, que são comumente apresentados, nos contrapomos à afirmação de que Marighella tivera uma significativa participação nos meios político-sociais baianos, mais precisamente entre os anos de 1932 e 1935, tornando-se uma figura conhecida no cenário político do estado¹⁰¹⁰. Da mesma forma, não entendemos que a votação recebida pelo dirigente, praticamente sem fazer campanha, foi porque sua trajetória era muito conhecida na Bahia¹⁰¹¹. Logo, contestamos as assertivas de que Marighella, em 1945, era o anistiado mais ilustre do estado¹⁰¹², com grande prestígio¹⁰¹³, sendo o candidato mais forte da chapa do PCB¹⁰¹⁴.

4.4 Quem samba fica! – A vitória de Carlos Marighella e do PCB em 1945

Os votos que fizeram de Marighella o primeiro deputado federal comunista da Bahia foram conquistados no dia 2 de dezembro de 1945. Naquele domingo, os eleitores escolheram os deputados e senadores constituintes, além de decidirem quem seria o presidente da República. Na *Boa Terra*, o candidato comunista para a chefia do Poder Executivo, Yeddo Fiuza, obteve 6% (22.059) dos votos, sendo o 3º mais bem votado no estado¹⁰¹⁵. Os sufrágios recebidos por Fiuza só foram possíveis em função de acontecimentos que modificaram os rumos das eleições faltando pouco mais de um mês para que elas acontecessem.

Em maio, a Lei Eleitoral promulgada determinou a realização de eleições para os cargos de deputado, senador e presidente da República. Porém, como permaneceria em vigor a autoritária Constituição de 1937, houve uma forte campanha a favor da convocação de uma Assembleia Constituinte. Tal cruzada foi realizada pelo PCB e pelos opositores de Vargas, contudo, diferentemente dos demais, o Partido Comunista “optou por defender o adiamento da eleição presidencial em benefício de um processo

¹⁰¹⁰ FONTES, José Raimundo. *Marighella...* op. cit., p. 296.

¹⁰¹¹ CHARF, Clara. op. cit., p. 440.

¹⁰¹² MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 160.

¹⁰¹³ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 58.

¹⁰¹⁴ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 165.

¹⁰¹⁵ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

constituente”, como assinala Sena Júnior¹⁰¹⁶. Segundo Frederico Falcão, o PCB “tornava-se cada vez mais interessado em uma consolidação institucional que passasse pela construção de um novo texto constitucional”¹⁰¹⁷. Todavia, como eram frágeis para se colocar como alternativa viável de poder em uma eleição presidencial, os comunistas “se aferraram na manutenção de Vargas no poder”¹⁰¹⁸.

Para Prestes, a permanência de Vargas na Presidência estava colocada antes mesmo da Lei Eleitoral ser promulgada, portanto, sem que se soubessem as especificidades das eleições. Diante da exigência dos opositores para que Vargas deixasse o poder, ainda no primeiro semestre de 1945, o secretário-geral do PCB questionou se aquele era o caminho democrático da ordem, da paz e da tranquilidade. Dessa forma, Prestes avalizou as palavras de Getúlio, ao afirmar que o dever do presidente era “manter a ordem para levar o país a eleições livres e honestas e entregar o poder ao eleito da Nação”. Na concepção do *Cavaleiro da Esperança*, a saída de Getúlio Vargas do poder “seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a União Nacional”¹⁰¹⁹.

Diante disso, “os comunistas apoiaram decididamente Getúlio Vargas e saíram às ruas para lutar pela Constituinte com Getúlio”¹⁰²⁰. Essa posição do PCB foi criticada na imprensa baiana, sendo afirmado que a convocação da Constituinte com o adiamento das eleições presidenciais era um grande plano de manutenção de Vargas no poder, em que o presidente se apoiava politicamente no Partido Comunista. Este, por sua vez, aumentava a confusão no espírito público e enfraquecia as forças políticas, servindo-se da ditadura desmoralizada¹⁰²¹.

De acordo com Jorge Ferreira, em meados de outubro, Prestes “não apenas exigiu uma Constituinte antes das eleições presidenciais, mas sugeriu que Dutra e Gomes renunciassem às suas candidaturas”¹⁰²². Segundo o autor, embora sem comprovações, os opositoristas mostravam-se cada vez mais convencidos de que havia

¹⁰¹⁶ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 285.

¹⁰¹⁷ FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 53.

¹⁰¹⁸ Idem.

¹⁰¹⁹ CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. op. cit., p. 36.

¹⁰²⁰ VINHAS, Moisés. op. cit., p. 106.

¹⁰²¹ OLIVEIRA, Rafael Correia de. O Exército e os golpistas. *A Tarde*. Salvador, 23 ago. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰²² FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano...* V. 3. op. cit., p. 38-39.

um acordo pactuado entre o secretário-geral do PCB e o presidente da República, o que era um perigo muito grande para a oposição. Diante da possibilidade Vargas se manter no poder, em 29 de outubro um golpe militar o depôs. Em consequência, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), assumiu a chefia do Poder Executivo nacional¹⁰²³.

Na Presidência, Linhares confirmou a resolução do TSE do início de outubro e decretou, em 12 de novembro, que os parlamentares a serem eleitos teriam poderes constituintes¹⁰²⁴. Neste contexto, em 16 de novembro, o PCB lançou seu candidato ao Poder Executivo, Yeddo Fiuza, ex-prefeito de Petrópolis (RJ)¹⁰²⁵. Para Arnaldo Spindel, a escolha deste candidato à Presidência conservava a aliança do PCB com o ex-ditador. Afinal, Yeddo Fiuza tinha relações de amizade com Vargas, o que poderia fazer com que houvesse apoio ao candidato, aumentando as chances do partido, inclusive, de pressionar o novo governo¹⁰²⁶. De acordo com Prestes, a escolha do presidenciável que não era membro do PCB se deveu pela pretensão do partido em apresentar um candidato das classes dominantes, um democrata sincero que inspirasse a confiança do proletariado e do povo, e que pudesse unir várias correntes políticas¹⁰²⁷.

Independentemente dos motivos da escolha, esta candidatura por muito pouco não foi homologada, haja vista que em decorrência de ter sido enviada ao TSE a documentação que comprovava a nacionalidade e idade do candidato por telegrama, o desembargador José Antônio Nogueira propôs que o deferimento da candidatura ocorresse após a realização de diligências que comprovassem a autenticidade das informações. A dispensa das mencionadas diligências apenas foi conseguida com o voto

¹⁰²³ Idem.

¹⁰²⁴ Em 2 outubro, o TSE respondendo a consulta do PSD resolveu declarar que o Parlamento eleito em 1945 teria poderes constituintes. Tal entendimento foi confirmado pelo Presidente da República em 12 de novembro, por meio de Lei Constitucional. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 215*. Ata da Sessão de 02 out. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.; BRASIL. *Lei Constitucional n.º 13*, de 12 de novembro de 1945. Dispõe sobre os poderes constituintes do Parlamento que será eleito a 2 de dezembro de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-13-12-novembro-1945-364994-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 13 out. 2016.

¹⁰²⁵ O CANDIDATO do povo. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 17 nov. 1945. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 15 mar. 2016.

¹⁰²⁶ SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980. p. 72-73.

¹⁰²⁷ PRESTES revela o nome do candidato do povo. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 17 nov. 1945. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 15 mar. 2016.

de minerva do presidente do TSE, Waldemar Falcão, diante do empate dos votos dos ministros na discussão sobre o tema¹⁰²⁸.

Confirmado como candidato do PCB, Fiuza, em companhia de Luis Carlos Prestes, fez campanha no Distrito Federal e em sete estados, incluindo a Bahia, entre 20 e 28 de novembro¹⁰²⁹. Mesmo com esta curtíssima campanha, o “praticamente desconhecido das massas e da opinião pública nacional”¹⁰³⁰ obteve 9,71% (569.818) dos votos no país¹⁰³¹. Tal quantidade, incluindo os 22.059 sufrágios recebido por Yeddo na Bahia, confirma a força do Partido Comunista em 1945, que estava intrinsecamente ligada ao prestígio de Prestes. Desse modo, o sucesso eleitoral de Fiuza, que está exclusivamente vinculado ao PCB e ao “Prestismo”, serve para iluminar, também, a vitória de Marighella no estado.

Acerca do *Prestismo*, Frederico Falcão assinala que o secretário-geral foi fundamental para a pujança do PCB em 1945. Afinal, emolduravam-lhe uma auréola mítica e quase religiosa pelo fato dele ter sido o líder maior e herói da “Coluna Invicta” dos anos de 1920. Alia-se a isso, o fato de Prestes ter ficado nove anos encarcerado, tendo sua companheira enviada para a morte na Alemanha nazista. Logo, havia uma “verdadeira idolatria ao mais importante dirigente partidário”, inclusive por setores da burguesia, haja vista que para esta, Prestes continuava a ser o legendário *Cavaleiro da Esperança*¹⁰³². Ainda de acordo com o autor, o *Prestismo* era marcante dentro do próprio PCB, tendo em vista que havia duas massas de filiados, a que acompanhava Prestes onde quer que ele fosse e a que o acompanhava por ver nele um membro leal do partido¹⁰³³.

Podemos perceber que o prestígio de Prestes estava para além do Partido Comunista a partir de dois posicionamentos do baiano Milton Santos. Em 1945, o jovem acadêmico foi um dos signatários do telegrama enviado a Prestes em solidariedade pela sua anistia. Na correspondência, os estudantes da Faculdade de

¹⁰²⁸ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 347*. Ata da 72ª Sessão: 20 nov. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

¹⁰²⁹ CAMPANHA Yeddo... op. cit., p. 1.

¹⁰³⁰ VINHAS, Moisés. op. cit., p. 87.

¹⁰³¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (Org). *A saga da reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: história e cultura dos 70 anos da redemocratização no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2015. p. 65.

¹⁰³² FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 47-49.

¹⁰³³ Idem.

Direito da Bahia escreveram que eram conscientes da importância histórica que a palavra do querido dirigente popular representava naquela etapa decisiva da marcha pela redemocratização do Brasil¹⁰³⁴. Contudo, no ano seguinte, Milton Santos afirmou ao *A Tarde* que foi sua a proposta de transformar em nacional a declaração de princípios dos estudantes paulistas. Nesta declaração, os estudantes reconheciam o caráter democrático apenas aos partidos que respeitavam e lutavam pela liberdade de reunião e organização partidária, não apenas quando essa liberdade lhes propiciava a ascensão ao poder. Nas palavras de Milton Santos, representante da União dos Estudantes da Bahia, durante o IX Congresso Nacional dos Estudantes, “essa foi, ao meu ver, a condenação dos estudantes brasileiros aos partidos de índole extremista, como o Partido Comunista”¹⁰³⁵.

Ainda acerca do *Prestismo*, porém entre os filiados do PCB, um registro sobre o tema é a carta de Augusto Ferreira Dias, do Rio de Janeiro, ao inspetor de polícia. Na missiva, de 1950, Augusto Dias afirmou que em 1945 queria contribuir com o PCB na condição de simpatizante, porém, havia grande insistência dos colegas da empresa para que ele, aos 19 anos, ingressasse na organização. Apesar da pressão dos colegas, o motivo que o levou a se filiar ao Partido Comunista foi a leitura do livro de Jorge Amado, *A vida de Luis Carlos Prestes*, que lhe fez admirar o homem sem mácula descrito pelo escritor. Nas palavras de Augusto Dias, com o passar do tempo, “compreendi, então, que a corrente que me ligava ao partido era o nome de Prestes, e não a sua ideologia comunista”. Ao final, para comprovar seu arrependimento por ter desviado do caminho certo, Augusto Dias delatou outros comunistas que fizeram parte da sua célula¹⁰³⁶.

Apesar da carta de Augusto Ferreira Dias ter como objetivo a “limpeza” de seu nome para se livrar de uma possível investigação policial, não se pode negar que esta correspondência é um forte indício da perspectiva de que entre os militantes do PCB, muitos ingressaram na organização, exclusivamente, por causa de Prestes. Ao mesmo tempo, ressaltamos que esta carta, de 1950, e a declaração de Milton Santos, em 1946,

¹⁰³⁴ MENSAGENS de solidariedade a Luis Carlos Prestes. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 07 jun. 1945. p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 12 mar. 2015.

¹⁰³⁵ OS ESTUDANTES brasileiros em face do momento nacional. *A Tarde*. Salvador, 02 ago. 1946. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰³⁶ *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 01.201. Rio de Janeiro.

foram feitas em momentos de intensificação do anticomunismo, o que provavelmente influenciou na ocorrência de tais acontecimentos.

Em relação ao anticomunismo, convém mencionar que embora este tenha se intensificado a partir de 1946, é certo que não ocorreu significativo arrefecimento da perseguição aos comunistas no ano em que foram realizadas as eleições. Nesse sentido, como já abordamos, inúmeras demonstrações de aversão aos comunistas foram registradas ao longo de 1945, podendo ser exemplificadas pelos telegramas contrários ao registro partidário do PCB; pelo posicionamento dos ministros do TSE durante o processo para a legalização do partido; ou pela missa realizada em frente à Igreja do Senhor do Bonfim, em Salvador, contrária o partido.

Além destes casos, a violência cometida contra a sede do Comitê Nacional do PCB, no Distrito Federal, em 29 de outubro de 1945, certamente se vincula ao anticomunismo¹⁰³⁷. Este ato, que foi denunciado ao TSE, aconteceu no dia em que Getúlio Vargas foi deposto, ao que tudo indica, potencializando tal ação, provavelmente realizada pelos opositores do ex-presidente que tinham conhecimento da sua aproximação com o PCB. Na Bahia, no último dia da campanha política, comunistas e integralistas se envolveram em atos de violência após a realização de uma marcha que contou com a presença de Marighella, anteriormente abordada. De acordo com *O Momento*, um bando de quinze integralistas estava pregando “cartazes imundos contra o candidato do povo” quando foi surpreendido e dispersado por cinco populares¹⁰³⁸, certamente de forma pouco amistosa.

Em suma, embora o anticomunismo permanecesse ativo em 1945, o PCB obteve praticamente 10% dos votos para a Presidência no país, e elegeu 14 deputados e um senador, Luis Carlos Prestes, em seis circunscrições eleitorais¹⁰³⁹. Tais resultados se devem, essencialmente, à força política do partido, que por sua vez, estava umbilicalmente vinculada ao prestígio do secretário-geral da organização, e a vitória da URSS na Segunda Guerra Mundial, como já citado.

¹⁰³⁷ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Ata da 72ª Sessão*: 20 nov. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

¹⁰³⁸ O POVO dispersou os provocadores “verdes”. *O Momento*. Salvador, 03 dez. 1945. p. 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰³⁹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016.

Esta notoriedade de Prestes também pode ser percebida ao analisarmos o resultado eleitoral do PCB na Bahia. Afinal, o *Cavaleiro da Esperança* teve 26.497 votos para o cargo de senador; Eusígnio Lavigne, o outro candidato para o Senado Federal pelo PCB, 25.430 votos; Yeddo Fiuza, candidato à Presidência, 22.059 votos; e todos os 24 candidatos ao cargo de deputado federal¹⁰⁴⁰, incluindo o próprio Prestes, receberam 18.628 votos¹⁰⁴¹. Desse modo, reafirma-se que a força eleitoral do secretário-geral do partido estava para além do PCB. Ao que se mostra, os sufrágios vinculados fundamentalmente ao partido foram recebidos pelos candidatos à Câmara dos Deputados.

Com os 18.628 votos para os candidatos a deputado federal, o PCB conseguiu eleger um deputado, tendo em vista o quociente eleitoral naquelas eleições foi de 14.437 votos¹⁰⁴². Com aproximadamente 30% dos sufrágios do Partido Comunista, Carlos Marighella, ao receber 5.187 votos, foi o único eleito pelo partido. Tal quantidade foi bastante superior aos 2.823 votos recebido Juvenal Souto Júnior, e os 2.674 obtidos por Diógenes Arruda Câmara, os outros dois candidatos preferenciais do partido¹⁰⁴³. Portanto, os três candidatos preferenciais, mais Prestes, obtiveram aproximadamente 65% dos votos do partido, enquanto os outros 20 concorrentes da legenda tiveram 35% dos sufrágios¹⁰⁴⁴. Percebe-se com isso a disciplina partidária que fez com que os demais candidatos dissuassem seus eleitores para beneficiar os preferenciais, como já discutido.

¹⁰⁴⁰ Convém mencionar que no resultado eleitoral divulgado pelo TRE-BA constam apenas 23 candidatos do PCB. Nesse sentido, é provável que Aydano Couto Ferraz, que foi lançado como candidato pelo partido, não tenha sido votado, ou que sua candidatura tenha sido impugnada.

¹⁰⁴¹ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

¹⁰⁴² Os candidatos a deputado na Bahia tiveram 346.493 votos válidos. Dividindo este total pelas 24 vagas que a Bahia tinha direito na Câmara dos Deputados, se obtém o quociente eleitoral de 14.437 votos. Logo, a cada 14.437 votos que o partido tinha, era eleito um deputado.

¹⁰⁴³ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes*: 01 fev. 1946. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

¹⁰⁴⁴ A votação completa dos candidatos a deputado pelo PCB na Bahia foi a seguinte: Carlos Marighella (5.187), Juvenal Luis Souto Júnior (2.823), Diógenes Arruda Câmara (2.674), Luis Carlos Prestes (1.368), Nelson Schaun (932), Edgard Matta (925), João da Costa Falcão (870), Joaquim Seixas do Vale Cabral (713), Valdir Oliveira (624), Eusígnio Lavigne (321), Vicente de Paula (280), Demócrito Carvalho (221), Manoel Batista Souza (168), Giocondo Dias (141), Armênio Guedes (129), Mecenaz Mascarenhas (99), Alfredo Moreira de Freitas (98), João do Carmo (66), Aurélio Rocha (63), Aristeu Nogueira (60), Ariston Andrade (54), Estanislau Santana (50) e Jacinta Passos Amado (44).

É certo que a eleição de Marighella está intrinsecamente relacionada à determinação partidária de direcionar os votos para os candidatos preferenciais. Isto fica mais evidente desde os primeiros resultados apurados nas eleições. Ao divulgar alguns resultados parciais, o *Diário de Notícias* informou que haviam sido contabilizados em Salvador, incluindo algumas seções dos Distritos da Vitória, Brotas, Itapoã, São Sebastião e Candeias, 416 votos para Marighella; 187 para Souto Júnior; 107 para Arruda Câmara; 87 para Prestes; 63 para Edgard da Mata, *amigo do partido*; e 45 para Valdir Sousa¹⁰⁴⁵. No interior do estado, Edgard da Mata tinha recebido 98 votos; Arruda Câmara 97; Marighella 78; e Souto Júnior não tinha obtido voto¹⁰⁴⁶.

Diante de tais números, nota-se a força dos candidatos preferenciais e o direcionamento dos votos para Marighella, principalmente, em Salvador, o que reforça a importância do dirigente nacional ter feito campanha na capital do estado. Quanto a Arruda Câmara, verifica-se que mesmo sem ter ido à Bahia ele obteve bastantes votos na capital e, principalmente, no interior do estado. Por outro lado, Souto Júnior não havia recebido nenhum sufrágio no interior, o que denota que Marighella e Arruda Câmara, membros do Comitê Nacional, tinham total preferência quanto à orientação dos votos do PCB nas cidades interioranas. Por fim, evidencia-se que as determinações de dissuasão dos sufrágios para beneficiar os candidatos preferenciais não atingiam os *amigos do partido*.

Ao serem finalizadas as apurações em cinco das nove zonas eleitorais que existiam em Salvador, manteve-se a tendência dos votos das primeiras seções contabilizadas. Afinal, nas zonas de Santo Antônio; Sé, Pilar e Conceição da Praia; Nazaré e Paço; Santana; e Vitória tinham sido computados 1.871 votos para Marighella; 1.172 para Souto Júnior; e 613 para Arruda Câmara¹⁰⁴⁷. Nestas zonas centrais da cidade e mais povoadas, Otávio Mangabeira, principal opositor de Vargas na Bahia e articulador dos Autonomistas, grupo que reunia quase todas as lideranças políticas

¹⁰⁴⁵ PROSEGUEM os trabalhos de apuração no Instituto Normal. *Diário de Notícias*. Salvador, 12 dez. 1945. p. 2, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁴⁶ PRIMEIROS resultados oficiais do interior. *Diário de Notícias*. Salvador, 12 dez. 1945. p. 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁴⁷ RESULTADOS completos de 5 zonas de Salvador. *Diário de Notícias*. Salvador, 14 dez. 1945. p. 2, 8.; CONCLUÍDA a apuração desta capital. *Diário de Notícias*. Salvador, 15 dez. 1945. p. 2, 8.; AS APURAÇÕES do pleito no interior e capital. *Diário de Notícias*. Salvador, 16 dez. 1945. p. 2, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

baianas¹⁰⁴⁸, obteve 1.618 votos¹⁰⁴⁹, quantidade inferior aos sufrágios recebidos por Marighella, o que reforça a força do PCB, principalmente na capital da Bahia.

Em relação aos votos no interior do estado, de acordo com *O Momento*, o PCB obteve seus melhores resultados nas cidades em que havia maior concentração operária, como Alagoinhas, Cachoeira, Nazaré, Ilhéus, Santo Amaro e Valença¹⁰⁵⁰. Em todas as cidades interioranas, até o dia 25 de dezembro, próximo de serem finalizadas as apurações, tinham sido contabilizados 833 sufrágios para Marighella; 818 para Arruda Câmara; e 157 para Souto Júnior¹⁰⁵¹.

Dos sufrágios recebidos por Marighella no interior, grande percentual foi conquistado em Alagoinhas. Afinal, em 10 de dezembro, *O Momento* noticiou que o dirigente nacional havia obtido 141 votos, sendo o terceiro mais votado da cidade, enquanto Otávio Mangabeira, o primeiro, tinha recebido 233 votos¹⁰⁵². Uma semana depois, embora sem divulgar o resultado, o periódico comunista afirmou que Marighella manteve-se como o 3º candidato mais votado entre todos os concorrentes¹⁰⁵³. Desse modo, ao que se mostra, o candidato pecebista obteve mais votos em Alagoinhas, logo, é razoável afirmar que esta foi a cidade do interior do estado que mais contribuiu para a eleição do dirigente nacional. Sobre este bom resultado, convém mencionar que Alagoinhas foi a única cidade do interior em que Marighella fez campanha eleitoral. Ainda em relação aos resultados eleitorais naquela cidade, até 10 de dezembro os presidenciáveis Eurico Gaspar Dutra tinha recebido 517 votos, enquanto Yeddo Fiuza e Eduardo Gomes obtiveram, cada um, 450 sufrágios¹⁰⁵⁴. Assim sendo, percebe-se que os resultados de Marighella em Alagoinhas estão vinculados à força do PCB na localidade, que concentrava uma grande quantidade de ferroviários. Além disso, é certo que sua ida à cidade para fazer campanha eleitoral, que não nos parece ter sido uma escolha aleatória, potencializou o direcionamento dos votos para a sua candidatura.

¹⁰⁴⁸ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras...* op. cit., p. 39-42.

¹⁰⁴⁹ RESULTADOS completos... op. cit., p. 2, 8.; CONCLUÍDA a apuração... op. cit., p. 2, 8.; AS APURAÇÕES... op. cit., p. 2, 8.

¹⁰⁵⁰ ÚLTIMOS resultados do pleito de 2 de dezembro. *O Momento*. Salvador, 17 dez. 1945. p. 1, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.

¹⁰⁵¹ RESULTADOS oficiais para deputados, do interior bahiano. *Diário de Notícias*. Salvador, 30 dez. 1945. p. 2, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁵² O PCB obteve nas urnas histórica vitória. *O Momento*. Salvador. 10 dez. 1945. p. 1, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

¹⁰⁵³ ÚLTIMOS resultados... op. cit., p. 1, 8.

¹⁰⁵⁴ O PCB obteve... op. cit. p. 1, 8.

Diante de todos esses dados eleitorais, confirma-se que os comunistas orientaram seus votos, principalmente, para Arruda Câmara e Carlos Marighella. Afinal, os dois membros do Comitê Nacional tiveram, praticamente, a mesma votação no interior do estado, enquanto Juvenal Souto Júnior conseguiu poucos votos longe da capital. Ao mesmo tempo, cientes de que Marighella conseguiu grande votação em Salvador e em Alagoinhas, confirma-se a perspectiva de que a realização de campanha eleitoral nestas cidades foi fundamental para que os eleitores votassem no dirigente. Quanto a Juvenal Souto Júnior, consideramos que sua votação foi maior do que a de Arruda Câmara em decorrência de ele também ter sido candidato preferencial, aliando-se a isto, o fato do dirigente estadual ter feito campanha em Salvador, onde praticamente obteve a totalidade de seus votos. Deve-se levar em consideração, ainda, que Souto Júnior era sindicalista e portuário¹⁰⁵⁵, atividade profissional bastante importante para a economia da capital do estado, o que, provavelmente, fazia com que ele fosse conhecido por muitos trabalhadores.

Em suma, as evidências indicam que Marighella conseguiu praticamente 30% dos votos de todos os candidatos do PCB na Bahia em decorrência da força política do partido em 1945, que estava intrinsicamente vinculada ao prestígio de Prestes. Une-se a este fator, a escolha do dirigente nacional como um dos preferenciais, o que fazia com que os membros do partido tivessem o dever de votar nestes candidatos independentemente de suas preferências, como afirmou Falcão¹⁰⁵⁶. Também se atrela a estes elementos, a campanha eleitoral realizada por Marighella na Bahia, que potencialmente fez com que os demais candidatos dissuassem seus eleitores em benefício dele. Ao fim, não se pode desconsiderar a importância de *O Momento* para a construção da candidatura de Marighella entre os militantes da Bahia, principalmente, no ápice da campanha eleitoral.

Desse modo, consideramos que para a compreensão mais precisa sobre os motivos que fizeram de Marighella o primeiro comunista eleito da Bahia, deve-se levar em conta todos esses imprescindíveis elementos. Isto não quer dizer que estejamos excluindo a importância do sujeito, afinal, entendemos que Marighella só foi escolhido como candidato preferencial em função do prestígio conquistado ao longo dos anos junto à direção do PCB e ao conjunto dos militantes. Ademais, certamente que a sua

¹⁰⁵⁵ CHAPA do Partido... op. cit., p. 1.

¹⁰⁵⁶ FALCÃO, João. *O partido...* op. cit., p. 307.

capacidade de liderança e a força da sua retórica ajudaram para que ele conquistasse votos para si ou para que seus correligionários indicassem seu nome aos eleitores durante os dias em que permaneceu no estado. Por fim, quanto à vinculação da eleição de Marighella ao seu histórico estudantil e/ou político durante os anos de 1930 na Bahia, não acreditamos que isto tenha angariado muitos votos. Todavia, se isto teve alguma influência no processo eleitoral foi em função da construção de certa imagem realizada por *O Momento*, e não porque Marighella teve uma significativa participação nos meios político-sociais baianos, entre os anos de 1932 e 1935, tornando-se uma figura conhecida no cenário político baiano, como afirma Raimundo Fontes¹⁰⁵⁷.

A perspectiva de que a vitória de Marighella se deveu, sobretudo, em decorrência da pujança do PCB em 1945 foi confirmada pelo próprio dirigente nacional ao agradecer os votos recebidos dos baianos dias após as eleições. Nas palavras de Marighella:

Agradeço os sufrágios que os eleitores a dois de dezembro deram ao meu nome, nesta capital bem como nas cidades e vilas do interior, *sufrágios que, menos do que a minha pessoa, pertencem à gloriosa vanguarda organizada da classe operária e das grandes massas. Foi o invencível Partido Comunista do Brasil que recebeu tão brilhante consagração nas urnas, comprovando a profunda confiança de todo o povo na sua linha política de ordem, paz e tranquilidade, de união nacional, democracia e progresso*¹⁰⁵⁸.

Esta vitória, além de demonstrar a *tão brilhante consagração nas urnas* do PCB, evidencia o autoritarismo da direção do partido com a imposição de candidatos de sua preferência¹⁰⁵⁹. Nesse sentido, João Falcão afirmou que se sentiu golpeado com decisão da escolha dos candidatos preferenciais, mas como comunista disciplinado ajudou a cumprir a diretriz, dissuadindo possíveis eleitores em benefício dos preferenciais¹⁰⁶⁰. Tal disciplina partidária também pode ser percebida por meio de um bilhete deixado nos votos de um eleitor do PCB. De acordo com o *Diário de Notícias*, na 10ª seção da Penha, um cidadão escreveu, na sobrecarta que guardava seus votos para Fiuza, Prestes e Marighella, o seguinte: “voto contra o meu coração”¹⁰⁶¹. É bastante provável que este

¹⁰⁵⁷ FONTES, José Raimundo. *Marighella...* op. cit., p. 296.

¹⁰⁵⁸ AO POVO baiano. *O Momento*. Salvador, 17 dez. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

¹⁰⁵⁹ VINHAS, Moisés. op. cit., p. 106.

¹⁰⁶⁰ FALCÃO, João. *O partido...* op. cit., p. 307.

¹⁰⁶¹ UM ELEITOR decidido. *Diário de Notícias*. Salvador, 12 dez. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

voto, contrário aos desejos do eleitor, tenha sido para Marighella, tendo em vista a imposição de candidatos preferenciais. Logo, reafirma-se que a vitória do dirigente na Bahia pouco se deveu ao suposto grande prestígio que ele tinha no estado¹⁰⁶², ou porque ele era o candidato mais forte da chapa do PCB¹⁰⁶³.

Quanto ao autoritarismo da direção do Partido Comunista em relação à escolha e imposição dos candidatos preferenciais, é elucidativo o documento da Secretaria Nacional de Divulgação do PCB, em que o dirigente nacional Maurício Grabois, ao discorrer sobre as eleições, afirmou:

mostramos uma grande falta de flexibilidade na escolha dos candidatos preferenciais, sem levarmos em conta o prestígio e as possibilidades eleitorais de cada candidato. O nosso sectarismo com relação aos candidatos não preferenciais impediu que fizéssemos uma justa propaganda destes mesmos candidatos que teriam um grande contingente de eleitores para a chapa do partido¹⁰⁶⁴.

Para exemplificar o sectarismo da direção do partido, Grabois declarou que o nome de Agildo Barata, no Distrito Federal, “se prestava para uma grande difusão”, porém, ele não foi ajudado pelo partido a desenvolver uma grande campanha em torno do seu nome. Além deste caso, o dirigente afirmou que em Friburgo, Rio de Janeiro, o candidato Benigno Fernandes contava com certo prestígio na cidade, porém, a determinação da direção do PCB foi para “que a votação dos eleitores do partido naquela cidade recaísse sobre o candidato completamente alheio a cidade de Friburgo e que nunca lá esteve, nem mesmo na campanha eleitoral”. Ademais, o sectarismo do partido se deu também com Claudino José da Silva, impedindo que houvesse a mobilização em apoio de sua candidatura das massas negras do estado do Rio de Janeiro. Em relação às candidatas, Grabois disse que o partido também não soube tirar o máximo de proveito destas candidaturas, “querendo impor às eleitoras as nossas candidatas preferenciais, que não obtiveram seus votos”. Ao fim, o dirigente nacional afirmou que estas experiências deveriam servir “para nos ensinar a corrigir nossos erros sectários”¹⁰⁶⁵.

¹⁰⁶² MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 160.; NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 58.

¹⁰⁶³ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 165.

¹⁰⁶⁴ *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

¹⁰⁶⁵ Idem.

É certo que o sectarismo do PCB, que direcionou os votos para os preferenciais, foi imprescindível para que Marighella conquistasse seus 5.187 votos. Ao tratar do resultado eleitoral, Emiliano José apenas escreveu que Marighella tivera mais votos que Prestes na Bahia¹⁰⁶⁶. Como o autor afirmou que Prestes tinha sido um dos candidatos preferenciais sem problematizar o assunto, tal afirmação insinua que esta vitória foi emblemática, já que o baiano conquistou mais votos que o prestigiado secretário-geral do PCB. Ainda sobre o tema, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, provavelmente também com o intuito de notabilizar o biografado, afirmaram que o baiano “foi eleito como um dos deputados mais votados da bancada” do PCB, composta por quatorze deputados e um senador¹⁰⁶⁷. Contudo, convém retificar tal informação, haja vista que entre os deputados do PCB, Marighella só teve mais votos do que Agostinho Dias de Oliveira, eleito por Pernambuco com 5.160 votos¹⁰⁶⁸.

Apesar de o PCB ter conseguido eleger quatorze deputados e um senador, além de Yeddo Fiuza ter recebido praticamente 10% dos votos no país, Maurício Grabois refletiu sobre alguns dos problemas do partido durante o processo eleitoral. Decerto que o posicionamento do secretário de divulgação do partido na época serve para iluminar outras questões da campanha comunista na Bahia, assim como para que possamos perceber como o PCB compreendeu sua atuação política no curso das eleições. De acordo com Grabois, o Partido Comunista se deixou influenciar pela grande afluência de pessoas nos comícios, fazendo com que houvesse um exagerado otimismo na organização, a ponto de em muitos lugares os comunistas se considerarem “senhores completos da situação”. Para o dirigente, baseado no cálculo da direção nacional, em que se previa eleger 40 deputados, houve a subestimação do trabalho eleitoral, que só foi encarado seriamente na última hora, ainda assim, cheio de improvisações¹⁰⁶⁹.

¹⁰⁶⁶ JOSÉ, Emiliano. op. cit., p. 165.

¹⁰⁶⁷ NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 58.

¹⁰⁶⁸ A votação dos deputados eleitos pelo PCB, em 1945, foi a seguinte: Carlos Marighella (5.187), BA; Luis Carlos Prestes (11.189), RS; Luis Carlos Prestes (27.664), João Amazonas de Souza Pedroso (18.379) e Maurício Grabois (15.247), DF; Claudino José da Silva (11.291) e Alcides Rodrigues Sabença (6.403), RJ; Gregório Lourenço Bezerra (14.341), Luis Carlos Prestes (9.270) e Agostinho Dias de Oliveira (5.160), PE; José Maria Crispim (36.657), Oswaldo Pacheco da Silva (18.420), Jorge Amado (15.315) e Mário Scott (13.570), SP. Como Prestes assumiu o mandato de senador, assumiram os suplentes: Abílio Fernandes (5.947), RS; Joaquim Baptista Netto (14.177), DF; e Alcedo de Moraes Coutinho (2.917), PE. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016.

¹⁰⁶⁹ *Documentação do Partido Comunista do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Notação: 1774. Rio de Janeiro.

Além disso, outro erro grave do PCB foi incluir Prestes como candidato para deputado e senador em todos os estados, o que ocasionou dispersão dos votos e o não aproveitamento eficiente do eleitorado. Para exemplificar, o dirigente utilizou o relatório do Comitê Estadual da Bahia feito durante a apuração dos votos, em que foi afirmado que muitos eleitores ao votarem em Prestes para senador se julgavam desobrigados a votar nos demais candidatos do partido. Assim sendo, na visão dos dirigentes baianos, corroborada por Grabois, se o *Cavaleiro da Esperança* tivesse se candidatado apenas à Câmara, o partido teria eleito mais do que um deputado pela Bahia. Nesse sentido, Prestes só deveria ter se candidatado ao Senado onde tivesse “claras possibilidades de vitória”. Quando não houvesse chance de sua eleição, os votos dos comunistas deveriam ter sido descarregados em um candidato democrático a fim de evitar a eleição de elementos declaradamente reacionários.

Por fim, entre as diversas questões abordadas, o secretário de divulgação afirmou que não havia nos Comitês Estaduais e Municipais secretarias técnicas que estudassem os problemas eleitorais e orientassem o partido acerca das possibilidades eleitorais dos inimigos e aliados dos comunistas. Para Maurício Gabróis, esta e as demais debilidades do PCB em 1945 ocorreram em função da inexperiência da organização no processo eleitoral, algo “completamente novo para o partido”¹⁰⁷⁰.

Neste documento, em que Grabois abordava as debilidades do partido no processo eleitoral de 1945 para melhorar o desempenho nas eleições de 1947, o dirigente disse que a organização deveria “se armar com todos os meios ao seu alcance para saber enfrentar os artifícios e manhas utilizados no jogo eleitoral”¹⁰⁷¹. Todavia, o secretário de divulgação não tratou, especificamente, da pouca atenção eleitoral que o PCB direcionou para as cidades interioranas. Não obstante a falta de dados referente a outros estados, entendemos que, provavelmente, o resultado eleitoral da Bahia pode iluminar o que aconteceu nos demais estados. No estado natal de Marighella, aproximadamente 20% dos votos aos candidatos a deputado do partido foram obtidos nas cidades do interior do estado¹⁰⁷². Entretanto, estas cidades correspondiam a 78% do

¹⁰⁷⁰ Idem.

¹⁰⁷¹ Idem.

¹⁰⁷² Segundo matéria do *Diário de Notícias*, até 25 de dezembro haviam sido contabilizados 3.787 votos para os candidatos do PCB no interior do estado. Pela data, é razoável afirmar que tal quantidade não tenha se modificado substancialmente. Todavia, ainda que tenha ocorrido alguma alteração, não acreditamos que o percentual tenha sido alterado drasticamente. RESULTADOS oficiais... op. cit., p. 2, 8.

eleitorado da Bahia¹⁰⁷³. Este baixo desempenho eleitoral do PCB no interior da Bahia indica que o partido dedicou seus maiores esforços eleitorais à capital, onde Marighella conseguiu grande votação.

Finalmente, por tudo que foi dito, compreendemos que foram abordados os pontos principais que permitiram que Marighella, mesmo tendo ficado praticamente uma década distante, fosse eleito deputado federal em seu estado natal. Todavia, para finalizar a discussão sobre o processo eleitoral de 1945, consideramos ser pertinente apresentar um sucinto panorama dos resultados eleitorais na Bahia.

Ao final da apuração da votação, o presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, do PSD, também foi o que teve votos na Bahia com, aproximadamente, 53% dos sufrágios (186.747), seguido por Eduardo Gomes, da UDN, com 41% (144.564). O 3º colocado foi Yeddo Fiuza, candidato do PCB, que obteve 6% dos votos (22.059). Por fim, Mário Teles, do desconhecido PAN (Partido Agrário Nacional) recebeu insignificantes 63 votos¹⁰⁷⁴.

As duas maiores forças eleitorais em 1945, PSD e UDN, elegeram os dois senadores da Bahia. Com 148.039 sufrágios, Aloysio de Carvalho Filho, da UDN, foi o senador mais votado, praticamente, com a mesma votação de Renato Onofre Pinto Aleixo, do PSD, que obteve 146.903 votos. Os candidatos do PCB Luis Carlos Prestes e Eusínio Lavigne receberam, respectivamente, 26.497 e 25.430 votos, sendo o 6º e 7º colocados na disputa para o Senado na Bahia¹⁰⁷⁵.

Em relação à apuração para a Câmara dos Deputados, a maioria das vagas da Bahia foi ocupada por membros da UDN, o que inverte o resultado geral no país. Afinal, na Câmara dos Deputados, dos 286 parlamentares, 53% (151) eram membros do PSD; 29% (82) da UDN; 8% (22) do PTB; e 4% (14) do PCB. Os outros 6% (17) dos parlamentares da Câmara dos Deputados estavam distribuídos por cinco partidos¹⁰⁷⁶. Na

¹⁰⁷³ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Eleitorado inscrito por ocasião das eleições: 1945*. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador. Salvador.

¹⁰⁷⁴ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes: 01 fev. 1946*. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador.

¹⁰⁷⁵ Idem.

¹⁰⁷⁶ Os demais partidos que elegeram deputados em 1945 foram: PR, PPS, PDC, PL e PRP (Partido Republicano Progressista, que tinha a sigla homônima ao partido de orientação integralista). BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016.

Bahia, das 24 vagas que o estado tinha direito na Câmara dos Deputados, 50% (12) foram ocupadas por membros da UDN; 38% (9) do PSD; e os outros 12% (3) pelos integrantes do PCB, PTB e PPS.

Os candidatos mais votados na Bahia foram Juraci Magalhães (18.588) e Otávio Mangabeira (13.480) da UDN, o que demonstra a força dos “Autonomistas”, que eram opositores de Vargas no estado¹⁰⁷⁷. Cabe ressaltar que ao ser contabilizada a votação em cinco zonas eleitorais de Salvador, Marighella, com 1.871 votos, estava à frente de Otávio Mangabeira, que tinha obtido 1.618 votos¹⁰⁷⁸. Assim sendo, percebe-se a força dos políticos tradicionais no interior do estado. Ao mesmo tempo, reforça-se a pouca inserção dos comunistas em outras cidades do estado. Nesse sentido Victor Nunes Leal afirma que o resultado expressivo para os candidatos dos partidos conservadores em 1945 se deu em função da dependência do elemento rural ao fazendeiro, o que impediu com que houvesse o contato direto dos partidos com essa parcela majoritária do eleitorado, garantindo a supremacia eleitoral da direita e seu controle sobre a maioria das cadeiras do Parlamento¹⁰⁷⁹.

Ainda a respeito do resultado para a Câmara dos Deputados, convém mencionar que faltaram, aproximadamente, 1.500 votos para o PRP, de orientação integralista, conseguir eleger um deputado na Bahia. Afinal, o quociente eleitoral no estado foi de 14.437 votos e o partido teve 12.913 sufrágios. Deste total, 6.136 votos foram para Carlos de Farias Albuquerque, aproximadamente mil votos a mais do que o eleito Carlos Marighella, com os seus 5.187 sufrágios. Desse modo, nota-se que embora tenha ocorrido intensa propaganda contra o PRP, seja por meio de *O Momento* ou da grande imprensa, os integralistas mantiveram-se politicamente fortes no estado.

Quanto às candidaturas femininas em 1945, nenhuma das três mulheres que concorreram ao pleito na Bahia, assim como nenhuma das demais que disputaram no restante do país, elegeram-se¹⁰⁸⁰. Todavia, uma das candidatas da Bahia naquelas eleições, Leolina Costa (Nita Costa), do PTB, tornou-se a primeira deputada eleita pelo estado,

¹⁰⁷⁷ SILVA, Paulo Santos. *A volta...* op. cit., p. 22.

¹⁰⁷⁸ RESULTADOS completos... op. cit., p. 2, 8.; CONCLUÍDA a apuração... op. cit., p. 2, 8.; AS APURAÇÕES... op. cit., p. 2, 8.

¹⁰⁷⁹ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1993. *apud* LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Revista Novos Estudos*. n. 76, 2006. p. 38.

¹⁰⁸⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016.

em 1954, compondo junto com Ivete Vargas a bancada feminina do Parlamento, que tinha 326 deputados¹⁰⁸¹.

Por fim, cabe reafirmar a pouca participação dos conterrâneos de Carlos Marighella no processo eleitoral de 1945. Nos três meses em que ocorreu o alistamento eleitoral o TRE-BA inscreveu, nas 150 cidades do estado, 440.621 eleitores, sendo que 25% deste total estavam concentrados em Salvador, que tinha 18% (78.814) do eleitorado; Ilhéus 4% (16.730); e Itabuna 3% (14.128)¹⁰⁸². Neste estado de maioria populacional rural e analfabeta, seu eleitorado predominantemente interiorano equivalia a 11% da população do estado no início dos anos de 1940¹⁰⁸³, o que demonstra a pouca participação dos cidadãos no processo eleitoral. Se este percentual de inscritos é baixo, a presença de eleitores na votação de 2 de dezembro de 1945 foi ainda menor, tendo em vista que houve apenas 357.621 votantes¹⁰⁸⁴. Ou seja, dos poucos habilitados para o pleito, foram 81% os que interferiram no resultado das eleições. Esta abstenção de 19% dos eleitores baianos foi um pouco acima do verificado no país, que teve 83% de votantes para um eleitorado de 7.459.849¹⁰⁸⁵, que significava, aproximadamente, 13% da população brasileira em 1945¹⁰⁸⁶.

¹⁰⁸¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1954)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acessado em: 15 fev. 2016.

¹⁰⁸² BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). *Eleitorado inscrito por ocasião das eleições: 1945*. Tribunal Regional Eleitoral (Bahia). Seção de Biblioteca, Informação e Memória. Salvador. Salvador.

¹⁰⁸³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Regional, Parte XII - Bahia, TOMO 1. Rio de Janeiro, 1950.

¹⁰⁸⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados Estatísticos*. op. cit., p. 35.

¹⁰⁸⁵ Idem.

¹⁰⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit., p. 40.

Figura 35 – Fala Carlos Marighella ao povo da Bahia (1945)



Fonte: *O Momento*.

Figura 36 – Diploma de deputado federal de Carlos Marighella (1946)

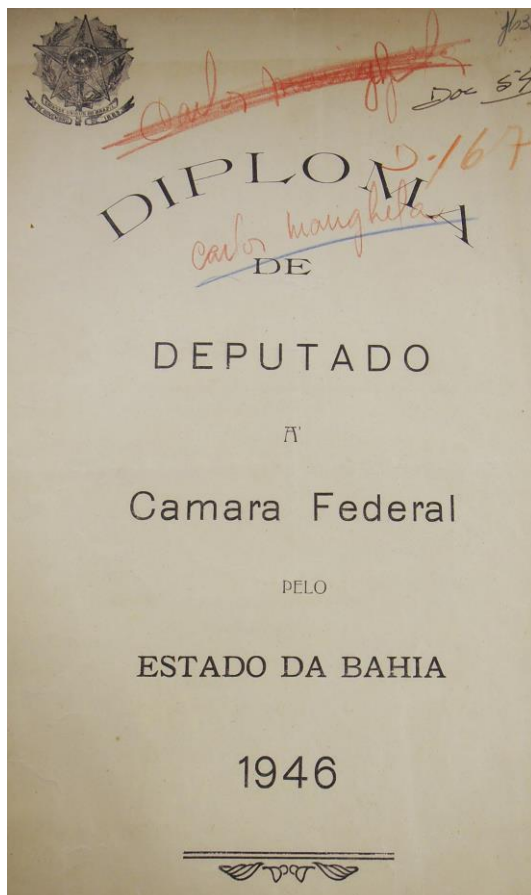
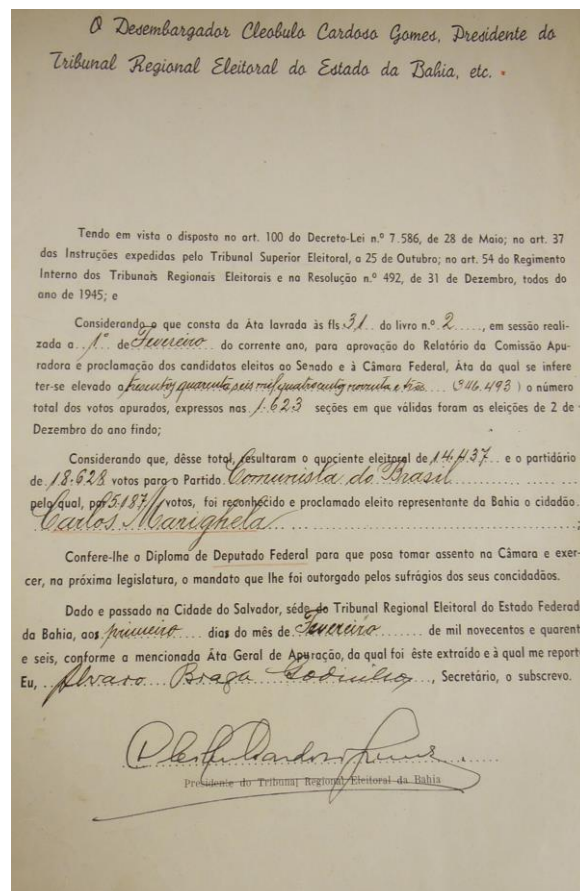


Figura 37 – Diploma de deputado federal de Carlos Marighella (1946)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“No momento da despedida, quero reforçar o apelo para que o povo se organize”

*o autor dos poemas
[ardentes e ingênuos, mais revolução do que inspiração]
comanda a guerrilha urbana,
sequestra embaixadores,
liberta presos políticos,
caçam-no todas as polícias, as civis e as militares,
torturadores e gorilas,
chama-se Carlos Marighela.*

Jorge Amado. *Navegação de Cabotagem.*

Walter Benjamin, em suas *Teses sobre o conceito de história*, afirmou que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”¹⁰⁸⁷. Como explicou Michael Löwy, esta ameaça aos mortos reside na falsificação ou no esquecimento dos seus combates¹⁰⁸⁸.

Carlos Marighella foi um dos muitos mortos pelo inimigo que não cessa de vencer. Este adversário também buscou recorrentemente falsificar e fazer com que se esqueçam dos combates deste comunista, assassinado pelo Estado brasileiro em 1969. De acordo com Jorge Amado, “depois que o assassinaram seu nome foi tabu: maldito, não era pronunciado nem ouvido, nem sugerir-lo se podia: censuraram a música de Jorge Ben, *Charles, Anjo 45*, Charles podia ser Carlos, Carlos Marighella”¹⁰⁸⁹. Nesta canção,

¹⁰⁸⁷ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224-225.

¹⁰⁸⁸ LÖWY, Michael. *Walter Benjamin - aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant/ Trad. das Teses. Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 65-69.

¹⁰⁸⁹ AMADO, Jorge. *Navegação...* op. cit., p. 118.

Charles, Anjo 45, era o “protetor dos fracos e dos oprimidos, *Robin Hood* dos morros, rei da malandragem, um homem de verdade com muita coragem”¹⁰⁹⁰.

Diante de um inimigo tão poderoso, as biografias produzidas sobre Marighella são imprescindíveis para o resgate da memória deste baiano. Se depois que assassinaram Marighella seu nome foi um tabu, é certo que as obras biográficas, que começaram a ser produzidas no final dos anos de 1990, além de ajudarem no resgate da memória deste homem com muita coragem, servem para atear centelhas de esperanças para os dias atuais. Todavia, a busca pelo resgate da memória do comunista tem datação mais longínqua do que a publicação destas biografias. Jorge Amado, em suas memórias, toma pra si o rompimento do tabu de se pronunciar o nome do *inimigo número 1 da ditadura*, ao afirmar que em 1974 resgatou sua memória e retirou da maldição e do silêncio o nome do baiano, quando o homenageou no livro *Bahia de Todos os Santos*¹⁰⁹¹.

De fato, após o assassinato de Marighella, o escritor foi o primeiro autor a publicar uma obra com grande circulação contendo deferências ao comunista. Todavia, Florestan Fernandes afirmou que Jorge Amado não tinha “o direito de dizer que ‘resgatou’ Marighella”. Para Fernandes, o comunista não precisava ser “resgatado”, podia, quando muito, “ser enaltecido”¹⁰⁹². É provável que Florestan Fernandes tenha feito tal afirmação partindo da perspectiva de que Marighella não foi esquecido pelos militantes de esquerda. Tanto que, ainda na década de 1970, no exterior, inúmeros textos foram publicados em sua homenagem, e no Brasil, em fins da ditadura começaram a ser produzidas obras a seu respeito.

Certamente que a possibilidade de enaltecimento mencionada por Fernandes se deve à história deste comunista, morto pelo Estado brasileiro. Deveras que todas as vidas são ricas, e na magnitude de cada trajetória o baiano se destacou na esquerda brasileira, entre outros, pela sua coragem e convicção, que o fez pegar em armas contra a ditadura. Indiscutivelmente, não há como tratar da história do PCB sem mencionar Marighella. Dirigente da agremiação por mais de três décadas, aos 25 anos foi brutalmente torturado pela polícia no Rio de Janeiro por ser comunista. Ademais, não há

¹⁰⁹⁰ Trecho da música *Charles, Anjo 45*, de autoria de Jorge Ben Jor.

¹⁰⁹¹ AMADO, Jorge. *Navegação...* op. cit., p. 118.

¹⁰⁹² FERNANDES, Florestan. *O pensamento político de Carlos Marighella: última fase*. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 206.

como negar a importância do deputado que, em 1946, ajudou na elaboração de uma das Constituições promulgadas no Brasil, e que foi o criador da ALN, uma das maiores organizações de combate ao Estado de exceção instituído em 1964.

Diante desta indiscutível importância, as biografias seguiram à risca a perspectiva de exaltar Marighella, mesmo que seus autores afirmem que não pretenderam fazer obras hagiográficas. Embora cientes de que não há neutralidade em nenhum texto, e que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi, mas apropriar-se de uma reminiscência¹⁰⁹³, salta aos olhos, nestas biografias, a busca incessante em se construir e/ou ratificar um tipo de memória mitificada, que se volta para a origem e juventude do biografado para justificar suas ações ao longo da vida.

A leitura das obras sobre Marighella nos indica que o revolucionário nasceu pronto. Nas biografias, em geral, o simples fato de o comunista ser filho de uma descendente de escravos com um italiano, que supostamente teve contato com ideias anarquistas e/ou socialistas, já é um forte elemento para justificar a luta de Marighella pelas causas sociais. Logo, os biógrafos se mostram, de alguma forma, como o venerável cardeal que vê tanto espírito no feto e nenhum no marginal, da magistral canção *Haiti* de Caetano Veloso e Gilberto Gil¹⁰⁹⁴. Sem negar as influências dos pais sobre os filhos, que se dá no cotidiano, inferir um viés revolucionário a partir da carga genética se mostra uma clara tentativa de criar sentidos e predestinação para a história do revolucionário.

Além disso, não há como afirmar se o italiano Augusto Marighella professava as ideias do anarquismo ou socialismo. O indício para tal dedução se deu a partir da afirmação do comunista de que seu pai falava constantemente que o pobre trabalhava a vida toda e nunca tinha nada. Certamente que para tal entendimento não é necessário grande embasamento teórico/filosófico, basta viver. Se por um lado não podemos negar a possibilidade de o italiano ter tido contato com o anarquismo/socialismo, por outro, os autores não podem fazer tal afirmação, o que reforça o caráter especulativo das obras biográficas. Em sentido contrário, nas biografias, recorrentemente, pouco se atribui à

¹⁰⁹³ BENJAMIN, Walter. op. cit., p. 224-225.

¹⁰⁹⁴ Trecho da música *Haiti*, de autoria de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

influência de Maria Rita, mãe de Marighella, nos caminhos traçados pelo revolucionário.

É possível que os biógrafos tenham produzido obras que apresentem Marighella desde sua juventude como um sujeito admirado; o melhor e/ou mais famoso aluno do colégio e da faculdade; ou um militante que desde os primeiros meses no PCB era uma liderança extraordinária, a partir de uma suposta necessidade em demonstrar a excepcionalidade do comunista, diante do objetivo de se fazer o resgate de sua memória. Em consequência, estas obras acabaram por produzir e/ou ratificar uma memória mitificada sobre o revolucionário. Ao fazerem isto, é como se os autores estivessem olhando para a juventude de Marighella a partir de uma fotografia do guerrilheiro tirada em 1969, quando ele foi morto pela ditadura. Porém, as pessoas não são fotografias, estáticas, representantes de um momento. Ao observarmos as trajetórias das pessoas, devemos pensar nelas como uma película, ou seja, em constante movimento, pois a vida é uma sucessão de centenas, milhares de fotografias que vão compondo o sujeito. Nesta película, nem tudo tem sentido e o final nem sempre dialoga com o começo e/ou o meio da história. Logo, sempre haverá a questão: “*existirmos: a que será que se destina?*”¹⁰⁹⁵.

Diante da leitura das obras biográficas sobre Marighella, em alguma medida, se perde a perspectiva de que o comunista nasceu, viveu e morreu em um determinado tempo e espaço, e que no caos da vida nem sempre há, obrigatoriamente, conexões, sentidos e justificativas para as ações das pessoas ao longo de sua trajetória. Assim sendo, não podemos perder de vista que a vida e a história são feitas, também, de imprevistos e acasos.

Posto isto, propomos *outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia*, entre 1911 e 1945, onde são iluminados aspectos que são recorrentemente margeados. Sem negar a possibilidade de Marighella ter sido admirado ao longo da sua juventude em seu estado natal, entendemos ser importante compreender a superfície social em que ele estava inserido, para projetar, de algum modo, os alcances e limites deste provável apreço. Para tal, nos direciona a perspectiva apresentada por Edward Tompson, que diz:

¹⁰⁹⁵ Trecho da música *Cajuína*, de autoria de Caetano Veloso.

Então, olhemos a história como história - homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação - e não como um texto para fanfarronices do tipo 'assim deveria ter sido'¹⁰⁹⁶.

Ao situarmos o comunista em contextos reais, concluímos que Marighella foi eleito em 1945 não pelo seu histórico de militância na Bahia ou pela sua fama estudantil, mas, pelo capital político que o PCB tinha naquele ano, que estava vinculado, entre outros, ao prestígio de Luis Carlos Prestes e à vitória da URSS na Segunda Guerra Mundial. Outro fator imprescindível para a eleição do comunista foi ele ter sido escolhido como candidato preferencial e ter realizado campanha em seu estado natal, mesmo que por poucos dias, tendo bastante projeção no jornal comunista *O Momento*.

Contudo, não se pode negar que a escolha de Marighella como candidato preferencial decorreu do seu prestígio angariado junto à direção do PCB ao longo de anos. Um dos principais fatores para tal reconhecimento certamente se deve ao fato dele ter resistido às sessões de tortura na prisão em 1936, no Rio de Janeiro. Esta postura corajosa fez com que o comunista fosse conhecido e admirado por muitos membros do partido, que viram sua imagem estampada nos jornais depois que a polícia informou à imprensa, equivocadamente, que o baiano era o secretário-geral do PCB. É certo que a propagação desta informação projetou Marighella entre os militantes do partido, o que nos faz perceber a força do acaso, aliado a outros fatores, na vida do indivíduo.

Quanto à ida de Marighella da Bahia ao Rio de Janeiro, não podemos concluir a respeito, mas projetamos como forte probabilidade que a escolha estivesse vinculada à tentativa de retornar a estudar, tendo em vista que na Escola Politécnica havia grande indisposição por parte dos docentes em relação ao seu nome. Desse modo, abrimos outra possibilidade de escolha que não seja exclusivamente vinculada à atuação partidária, como se é afirmado nas biografias.

Na Bahia, Marighella ingressou no PCB após ser suspenso da Politécnica, o que nos fez especular se este fato impulsionou sua entrada no Partido Comunista, embora seja impossível concluir a respeito. Independentemente desta possibilidade, é certo que em 1934 o PCB, que tinha poucos meses de criação na Bahia, contava com pouco mais

¹⁰⁹⁶ TOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. In NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 140.

de uma dezena de integrantes e com quase nenhuma estrutura e inserção política no estado. Desse modo, com tão poucos integrantes, entendemos que o fato de Marighella ter se tornado dirigente após meses na organização se deve, sobretudo, ao contexto real. Portanto, recusamos as afirmações de que Marighella se tornou dirigente do PCB na Bahia em função, essencialmente, da sua propaganda excepcionalidade.

Antes de ingressar no PCB, Marighella cursou Engenharia, quando pudemos constatar a sua inserção no movimento estudantil por meio de uma Associação Universitária e a sua contribuição na *Revista Brasileira de Matemática*. Todavia, Marighella não concluiu o curso porque foi suspenso da Politécnica por três meses, na prática por um ano, em função da sua iminente participação no furto e destruição de documentação acadêmica e por ter distribuído panfletos nos quais questionava a lisura dos professores durante a averiguação das responsabilidades sobre o mencionado furto. A análise dos processos, além de indicar a tensão existente entre o corpo docente e discente da Politécnica, nos fez refutar, por completo, a afirmação de que Marighella deixou de cursar Engenharia por protestar contra o governo de Vargas. Na Politécnica, ao longo dos três anos em que estudou, Marighella teve média de 6,50, nas disciplinas cursadas, o que nos faz recusar a assertiva de que ele foi o melhor aluno da faculdade, ao tomarmos como referência que normalmente esta menção está relacionada às notas obtidas pelo estudante. Todavia, acerca desta questão, conseguimos identificar que esta afirmação já era propagada em 1945, ao que se mostra, para notabilizar o dirigente comunista.

Durante o período que Marighella estudou na Politécnica, ainda houve algo emblemático, que foi o seu encarceramento pela primeira vez, junto com mais de 500 pessoas. Sobre este episódio, ocorrido em 1932, nos contrapomos à declaração de que ele foi preso por ter feito um poema contra o interventor do estado na época, Juraci Magalhães. Para isso, abordamos a ocupação da Faculdade de Medicina em 1932 e constatamos a discreta participação do então estudante de Engenharia no episódio, ainda que ele tenha feito na prisão um poema ironizando o interventor. Em consequência, suspeitamos da alegação de que em função desta prisão Marighella tenha angariado prestígio no PCB, afinal, além da sua participação discreta, o partido sequer estava organizado na Bahia quando este evento ocorreu.

Ressaltamos que embora o baiano não fosse rico, é certo que a situação financeira de sua família era razoavelmente confortável. Tanto, que Marighella estava inserido em uma parcela muito reduzida da população que teve acesso, nas décadas de 1920 e 1930, ao ensino secundário e ensino superior, algo bastante restrito em função dos custos de se estudar, inclusive, no Ginásio da Bahia, a única instituição pública de ensino secundário do estado na época. Nesta instituição, Marighella entrou no 4º ano do ensino secundário, ou seja, na metade do curso. Porém, seus biógrafos afirmam que ele era o estudante mais famoso da escola, muito em decorrência dele ter respondido a uma prova em versos na instituição. Decerto que os autores não levaram em consideração os diversos círculos existentes entre os estudantes para fincar tamanha notoriedade, sem contar a impossibilidade de se precisar esta questão, deveras subjetiva. Desse modo, ao problematizarmos tal questão, cientes de que o universo estudantil em Salvador era ínfimo, compreendemos que o alcance desta possível fama atribuída a Marighella era bastante limitado.

Em suma, ao concluirmos esta pesquisa, visualizamos Marighella como um sujeito que se constituiu ao longo dos anos através de suas escolhas e contextos reais. Nesta jornada que é a vida, nem sempre as peças do quebra-cabeça se encaixam, sendo necessário levar em consideração que o acaso, os erros e acertos direcionam para este ou aquele caminho. Logo, sem negar os méritos do comunista, fugimos de qualquer interpretação em que a predestinação, a excepcionalidade ou qualquer outro adjetivo notabilizador sejam os elementos norteadores.

Antes de encerrarmos este texto, entendemos ser pertinente reproduzir a mensagem deixada por Marighella aos baianos dias após ter sido eleito¹⁰⁹⁷.

Ao povo baiano

Tendo recebido um chamado urgente da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, deixo a Bahia, minha terra natal, justamente esperançado de a ela retornar com a possível brevidade, a fim de continuar e intensificar o contato, que vinha mantendo com o seu proletariado, sofredor, mas tenaz na luta, e o seu bravo povo.

Agradeço os sufrágios que os eleitores a dois de dezembro deram ao meu nome, nesta capital bem como nas cidades e vilas do interior, sufrágios que, menos do que a minha pessoa, pertencem a gloriosa vanguarda organizada da classe operária e das grandes massas. Foi o invencível Partido Comunista do Brasil que recebeu tão brilhante consagração nas

¹⁰⁹⁷ AO POVO... op. cit., p. 1.

urnas, comprovando a profunda confiança de todo o povo na sua linha política de ordem, paz e tranquilidade, de união nacional, democracia e progresso.

Apresentado as minhas saudações à Bahia, no momento da despedida, quero reforçar o apelo para que o povo se organize, dia a dia cada vez mais, nos seus sindicatos, associações de classes e comitês democráticos populares, a fim de, com a força da organização, apoiar os deputados do povo, quando, na Assembleia Nacional Constituinte, levantarem as suas legítimas reivindicações democráticas.

Salve o proletariado e o povo da Bahia!

Ao fim, diante de tudo que foi escrito, só nos resta agradecermos a companhia nesta caminhada ao lado de Marighella entre os anos de 1911 e 1945. Da mesma forma que um visitante da Bahia nos anos de 1940, cremos que seus olhos se encharcaram de pitoresco e também se entristeceram diante da miséria que sobra nessas ruas coloniais da capital da Bahia, com seus violentos, magros e feios arranha-céus¹⁰⁹⁸.

¹⁰⁹⁸ AMADO, Jorge. *Bahia...* op. cit., p. 15.

FONTES

- **Censos**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Censo Demográfico 1920. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

Censo Demográfico 1920. Vol. V (2ª parte). Rio de Janeiro, 1928.

Censo Demográfico 1940. Série Regional, Parte XII - Bahia, TOMO 1. Rio de Janeiro, 1950.

Censo Demográfico 1940. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro, 1950.

- **Depoimentos**

Armênio Guedes. [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

Carlos Augusto Marighella. [1995]. Entrevistadores: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa. Salvador.

Carlos Augusto Marighella. [nov. 1998]. Entrevistador: Edson Teixeira da Silva Júnior.

Clara Charf. [1993]. Entrevistadores: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa. Salvador.

Clara Charf. [nov/dez. 1998]. Entrevistador: Edson Teixeira da Silva Júnior.

Clara Charf. [nov. 2014]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. São Paulo.

Geraldo Rodrigues dos Santos. [nov. 1998]. Entrevistador: Edson Teixeira da Silva Júnior.

Jacob Gorender. [dez. 1998]. Entrevistador: Edson Teixeira da Silva Júnior.

João Falcão. [nov. 1998]. Entrevistador: Edson Teixeira da Silva Júnior.

Luis Contreiras de Almeida. [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

Noé Gertel. [1996]. Entrevistadores: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa. São Paulo.

Noé Gertel. [dez. 1998]. Entrevistador: Edson Teixeira da Silva Júnior.

Tereza Marighella. [jul. 1988]. Entrevistador: Entrevistador: Edson Teixeira da Silva Júnior.

- **Legislação**

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil.

BRASIL. Lei 387, de 19 de agosto de 1846. Regula a maneira de proceder as Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembleias Provinciais, Juizes de Paz, e Câmaras Municipais.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. Decreto nº 1313, de 17 de janeiro de 1891. Estabelece providências para o trabalho dos menores.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providencias.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providencias.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. Lei nº 38, de 04 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.237, de 02 de maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

BRASIL. Lei nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Altera a Constituição Federal de 1937.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. Concede Anistia.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições.

BRASIL. Lei Constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945. Dispõe sobre os poderes constituintes do Parlamento que será eleito a 2 de dezembro de 1945.

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

BRASIL. Lei nº 13.229, de 28 de dezembro de 2015. Inscreve o nome de Leonel de Moura Brizola no Livro dos Heróis da Pátria e altera a Lei no 11.597, de 29 de novembro de 2007.

BAHIA (Estado). Lei 117, de 24 de agosto de 1895. Dispõe sobre a Organização do Ensino na Bahia.

BAHIA (Estado). Lei 1.846, de 14 de agosto de 1925. Reforma a instrução Pública do Estado.

BAHIA (Estado). Portaria 865/2014, de 14 de fevereiro de 2014. Determina a mudança de denominação do Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici, do município de Salvador, passando a denominar-se Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella.

- **Manuscritos**

ARQUIVO ESTATAL DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL DA RÚSSIA (RGASPI)

MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. Manuscrito em espanhol. 7f. 1954.

- **Periódicos**

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

A Tarde (1928; 1932; 1936; 1945; 1946; 1947)

Correio de Notícias (1895)

Estado da Bahia (1936; 1945)

Diário de Notícias (1895; 1932; 1936; 1945)

Diário da Bahia (1936; 1945)

O Imparcial (1936; 1945)

O Momento (1945; 1946; 1947)

Revista do Ensino Primário (1893)

BIBLIOTECA NACIONAL / HEMEROTECA DIGITAL

Correio da Manhã (1939; 1940; 1945)

Correio Paulistano (1939)

Diário Carioca (1936)

Diário da Noite (1936; 1945)

Diário de Notícias (1900; 1931; 1937; 1939; 1940)

Diário de Pernambuco (1936)

Jornal do Commercio (1939; 1940; 1945)

Jornal do Brasil (1937; 1939; 1940; 1945)

O Estado de Mato Grosso (1940)

O Imparcial (1937)

O Jornal (1936; 1940; 1945)

O Tico-Tico (1923)

Tribuna Popular (1945; 1946; 1947)

ACERVO DIGITAL DO O ESTADO DE SÃO PAULO

Estado de São Paulo (1936)

ACERVO DIGITAL DA REVISTA VEJA

Veja (1968; 1969)

- **Textos Impressos**

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias). Uma visão da história política do Brasil dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil: 1932* (decreto no 21.076, de fevereiro de 1932). Edição Especial. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/ Secretaria de Informação e Documentação, 2004.

CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1922-1943)*. Volume I. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982.

_____. *O P.C.B. (1943-1964)*. Volume II. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

_____. *Poemas: Rondó da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Por que resisti a prisão*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: Edufba: OLODUM, 1995.

_____. *Pour la libértacion du Brésil*. Trad. Conrad Detrez. Paris: Ed. Aubier-Montaigne, 1970.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. 332 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Severino Sombra. Programa de Pós-Graduação em História. Vassouras, 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados Estatísticos*. 7º Volume. Departamento de Imprensa Nacional: 1973. Brasília.

- **Outras Fontes Consultadas**

ARQUIVO NACIONAL

Fundo: *Tribunal de Segurança Nacional*.

Fundo: *Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica*.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Seção Republicana: Secretaria de Segurança Pública.

Seção Republicana: Judicial-Cível.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fundo: *Divisão de Polícia Política e Social – DPS*.

Fundo: *Delegacias de Polícia Política do Rio de Janeiro – DESPS*.

Prontuário Carlos Marighella.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Documentação disponível no site da Câmara dos Deputados

Diários do Congresso Nacional (1946; 1947; 1983; 1996; 2000; 2004; 2009)

Anais da Assembleia Constituinte (1946)

COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA

Arquivo Histórico

Dossiê Carlos Marighella.

Pastas de ex-estudantes.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS

Arquivo Histórico Municipal de Salvador*Acervo Impresso e Biblioteca.*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Centro de Documentação e Memória (CEDEM)*Fundo: Astrojildo Pereira.**Fundo: Dainis Karepovs.**Fundo: Roberto Morena.**Asmob/Periódicos.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia*Pastas de ex-estudantes.**Índices de Graduados.**Reconhecimento Global e Estruturação das Séries Documentais.*Memorial da Faculdade de Direito*Pastas dos ex-estudantes.*Arquivo Histórico da Escola Politécnica*Livro do Conselho Administrativo (1933).**Gráfico sobre a quantidade de estudantes matriculados (1897-1940).**Dossiê Carlos Marighella.*Biblioteca Bernadeth Sinay Neves*Revista Brasileira de Mathematica (1929; 1932).*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)*Revista Problemas (1947- 1949).**Coleção Eloiza Felizardo Prestes.*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística

Revista Brasileira de Mathematica (1931).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - BAHIA

Ata de proclamação e entrega de diploma aos deputados e senadores eleitos e suplentes: 01 fev. 1946.

Mapa das eleições: 1945.

Eleitorado inscrito por ocasião das eleições: 1945.

Ata da 67ª Sessão Ordinária: 27 mar. 1947.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Secretaria de Gestão e Informação

Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil.

Listas dos Associados - 1945 (Bahia): Partido Comunista do Brasil.

Resoluções (1945): 43, 45, 72, 92, 214, 215, 347, 412.

Documentação disponível no site do TSE

Resultado da votação dos candidatos (1945; 1954).

Registro Partidário: (1945).

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. LITERATURA E AUTOBIOGRAFIA: a questão do sujeito na narrativa. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Iracélli Cruz. *A POLÍTICA NO FEMININO: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)*. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

AMADO, Janaína (Org.). *Jacinta Passos, coração militante: obra completa: poesia e prosa, biografia, fortuna crítica* [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2010.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: Guia de ruas e mistérios de Salvador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Os Subterrâneos da Liberdade: I - Os Ásperos Tempos*. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1976.

ARAÚJO, Dilton José e MASCARENHAS, Maria José Rapassi (Org). *Sociedade e relações de poder: séculos XVII-XX*. Salvador: Edufba, 2014.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. *Bahia de Todos os Fatos: Cenas da vida Republicana 1889-1991*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1996.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*. V. 24, 2010. p. 162.

_____. Figurações da escrita biográfica. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 13, n. 22, jan./jun., 2011.

BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Escola Politécnica da Bahia: Poder, política e educação na Bahia Republicana (1896 – 1920)*. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010.

BARBOSA, Erivaldo Moreira e MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas. n. 45, mar. 2012.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: De 1930 a 1960*. 3ª Ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et al. 11ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRITTO, Luis Navarro de. *Luiz Viana Filho*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

CALIL, Gilberto. *O integralismo e a defesa de uma "democracia" autoritária e restrita*. In VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Homenagem a Carlos Marighella*. Brasília: Câmara dos Deputados- Coordenação de Publicações, 2000.

CAPINAN, José Carlos. Vai, Carlos, ser Marighella na vida. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da Memória: Defensores e críticos da ditadura (1964/1985)*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Forças Armadas e Política: 1930-1945. *In A Revolução de 30: Seminário Internacional-CPDOC/FGV*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2005.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Muitos votantes e poucos eleitores: a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881). *VARIA HISTÓRIA*. Belo Horizonte. Vol. 30, nº 52, jan/abr 2014.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHARF, Clara. Carlos, meu eterno companheiro. *In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) *In FORTES, Alexandre et. al. Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “*A guerra já chegou entre nós!*”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). 232 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, Mulheres, Matemáticos: Interesses e disputas na profissionalização da Matemática na Bahia (1896-1968)*. 310 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas /Departamento de História, São Paulo, 2002.

DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas: artigos, entrevistas e um depoimento político de Giocondo Dias*. São Paulo: Novos Rumos, 1983.

ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victória. *O Partido, o Estado e a Igreja nas Associações de Bairros de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 1997.

FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942- 1961)*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

FALCÃO, João. *A História da Revista Seiva: primeira revista do Partido Comunista do Brasil*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2008.

_____. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FALCÓN, Gustavo. Um caminho brasileiro para o socialismo. A trajetória política de Mário Alves (1923 – 1970). 207 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. *Memória Histórica do Ensino Secundário Oficial na Bahia. 1837-1937*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

FERNANDES, Florestan. O pensamento político de Carlos Marighella: última fase. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

FERREIRA, Daniela de Jesus. *Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943)*. 186 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A formação das tradições. (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano. V. 2. - O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. - 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *O Brasil Republicano. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial*. *Revista de História Regional*. Universidade Estadual de Ponta Grossa. V. 11, n. 1, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 2006.

FERREIRA, Muniz. Marighella e a ditadura: imagens e representações. *Novos Temas: Revista do Instituto Caio Prado Jr*. São Paulo. n. 10, 2014.

FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. Marighella e o movimento operário baiano no período da “redemocratização” (1945-1947). In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo : Novos Rumos, 1986.A19

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

_____. Recordações de um companheiro. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

GUEIROS, J. A. *Juracy Magalhães: O último tenente*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996

GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Escola Politécnica da Bahia*. Salvador: Sergraf, 1972.

HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008): Os Professores encantados, a visibilidade dos Servidores e o protagonismo dos Estudantes da FAMEB*. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia/UFBA, 2013.

JONES, Cleiton Melo. “*Vem aí a imigração*”: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). 142 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: O inimigo número um da Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

KARAWEJCZYK, Mônica. Uma paulista na luta pela cidadania política: Diva Nazário e sua tentativa de alistamento em 1922. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo. n. 45, dez. 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al., Campinas: Editora da Unicamp. 1990.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1993.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...* Ideais de civilização e cenas de anti civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912 - 1916. 161f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1996.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Lênin. *Que Fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEVILAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LIMA, Aruã Silva de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 - 1946)*. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2009.

LIMA, Déborah Kelman de. *O banquete espiritual da instrução - Ginásio da Bahia, Salvador: 1895 - 1942*. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas, Salvador. 2003.

LIMONGI, Fernando A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Revista novos estudos*. n. 76. 2006.

LINS, Marcelo da Silva. *OS VERMELHOS NAS TERRAS DO CACAU: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin - aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant/ Trad. das Teses. Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, Juraci. *Juraci Magalhães* (depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, História Oral, 1981.

_____. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANGABEIRA, Francisco. *João Mangabeira: República e socialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. (coordenador). *Trabalhadores em greve polícia em guarda*. Rio de Janeiro: Faperj; Bom Texto, 2004.

MEDEIROS, Juliano. *Por dentro da ordem: os comunistas na Assembleia Constituinte de 1946*. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MIR, Luis. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

MONTENEGRO, Ana. *Quando a primavera chegar*. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *Tempo de Exílio*. Aracaju: Edições Novos Rumos, 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo. V. 10, Dez. 1993.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. *Revista Publicatio*. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. V. 16, n. 2, 2008.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. 383 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, 2003.

_____. *Ser intelectual comunista... escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, 1997.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os 1930: As incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*; V. 2. - O tempo

do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. - 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda, 1945.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio Históricas e Políticos*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (Org). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo: ICP; Rio de Janeiro: FDR, 2013

PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. (Conferência no CPDOC. Rio de Janeiro, 1987. Transcrição e tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha). *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro. V 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro. V. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. (Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza-CE, 13 jul. 2009. Transcrição de Luiz Henrique dos Santos Blume. Trad. Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues). *Revista Mnemosine*. Departamento de Psicologia Social e Institucional – UERJ. Vol. 6, n. 2, (2010).

_____. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR. *Roteiro Turístico da Cidade do Salvador*. Salvador: OBEC, 1952.

PRESTES, Anita Leocádia. Os comunistas e a Constituinte de 1946. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, vol. XXXII, nº 2, dez/2006.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937*. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006.

RAMOS, Graciliano. Carta aos alagoanos. In SALLA, Thiago Mio (Org). *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. A história do Levante dos Malês (1835). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REZENDE, Claudinei Cássio de. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A mulher brasileira: direitos políticos e civis*. 3ª Ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 15, nº 30, 1995.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas consequências metodológicas. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia e MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

SAMPAIO, Nelson de Souza. *Diálogo democrático na Bahia*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.

SANDRI, Luis Antonio. “*Um revolucionário legal*” a atuação parlamentar do Deputado Carlos Marighella na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. 50 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de História. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Marcos Roberto Martins Dos. *Aristeu Nogueira: A militância política e cultural de um comunista*. 146 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Bahia- Faculdade de Comunicação. Salvador, 2007.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo. Sobrevivência e tensão - Salvador, (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAUN, Maria. (Org). *Nelson Schaun merece um livro*. Ilhéus: Editus, 2001.

_____. *O elo perdido*. Ilhéus: Editus, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*. V. 10, n. 19, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*. Campinas, n. 24, 2013.

SEGATTO, José Antonio. PCB. A questão Nacional e a democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano*. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. (org). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: Edufba, 2016.

_____. As formigas obscuras da revolução mundial na Terra de Todos os Santos: anotações preliminares sobre a construção e os primeiros passos do PCB na Bahia. In ARAÚJO, Dilton José e MASCARENHAS, Maria José Rapassi (Org). *Sociedade e relações de poder: séculos XVII-XX*. Salvador: Edufba, 2014.

_____. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948*. 463 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

_____. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

SERRA, Sônia. *O Momento: História de um jornal militante*. 280 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1987.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o 'Partido da Classe Operária' (PCB) na democratização (1945-1964). In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Hélio. *1945: Por que Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n. 36/37, ano 20, 2007.

SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*. Bahia 1945. Salvador. Assembleia Legislativa: 1992.

_____. *Âncoras de Tradição*. Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1964). Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador. (1945-1947)*. 134 f. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012.

SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os Comunistas e a Formação Da Esquerda. (Alagoinhas, 1945-1956)*. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2013.

SOARES, Wagner dos Santos. *De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella*. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2012.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. n. 15, set/out/nov/dez. 2000.

_____. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro. v. 9, n. 1-2, 1996.

SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. *A Evolução da Regulação do Financiamento de Campanha no Brasil (1945-2006)*. 105 f. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. *TRABALHO, POLÍTICA E CIDADANIA: trabalhadores, política e cidadania (Bahia, 1945-1950)*. 293 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 – 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1983.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo. Análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

TAVARES-NETO, José. *Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia*. Feira de Santana: Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.

TENDLER, Silvio. *Quatro Baianos Porretas: Castro Alves, Carlos Marighella, Glauber Rocha e Milton Santos*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. In NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (Org). *A saga da reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: história e cultura dos 70 anos da redemocratização no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2015.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.67, 2006.

UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do Salvador 1935-1945*. 314 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2006.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1986.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Araújo. (Org.) *A formação das tradições*. (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas: 1922 – 1974*. São Paulo: Ed Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ANEXOS

Semanário *O Tico-Tico* (1923)

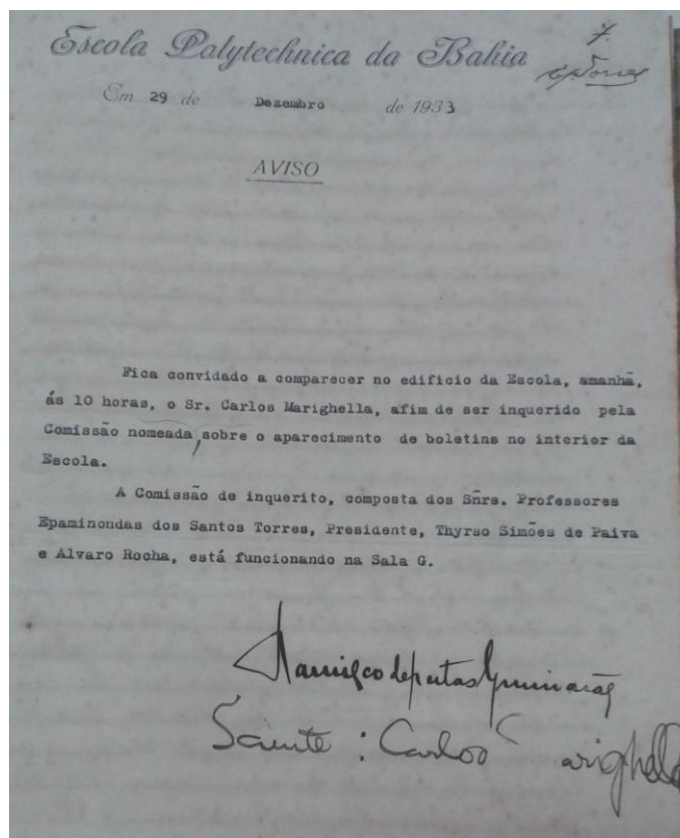
Fonte: *O Tico-Tico*.

Fotografia de Marighella no Ginásio da Bahia (1928)



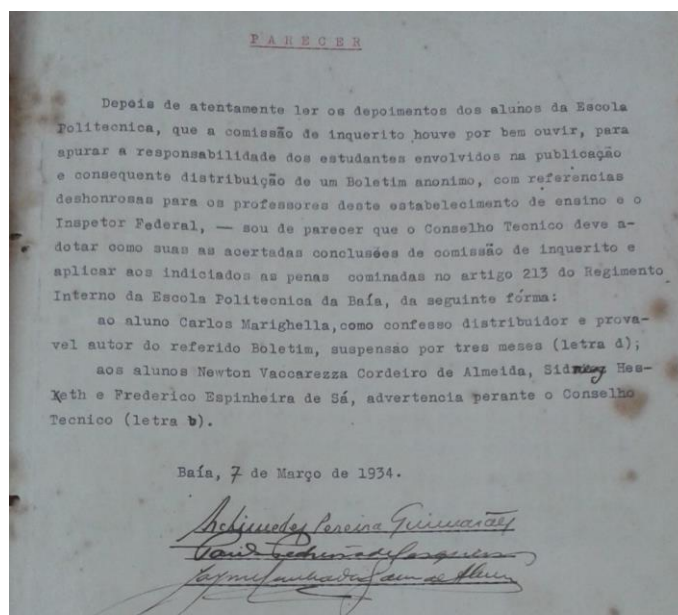
Fonte: Arquivo Histórico Colégio Estadual da Bahia.

Convite para Marighella prestar depoimento na Politécnica (1933)



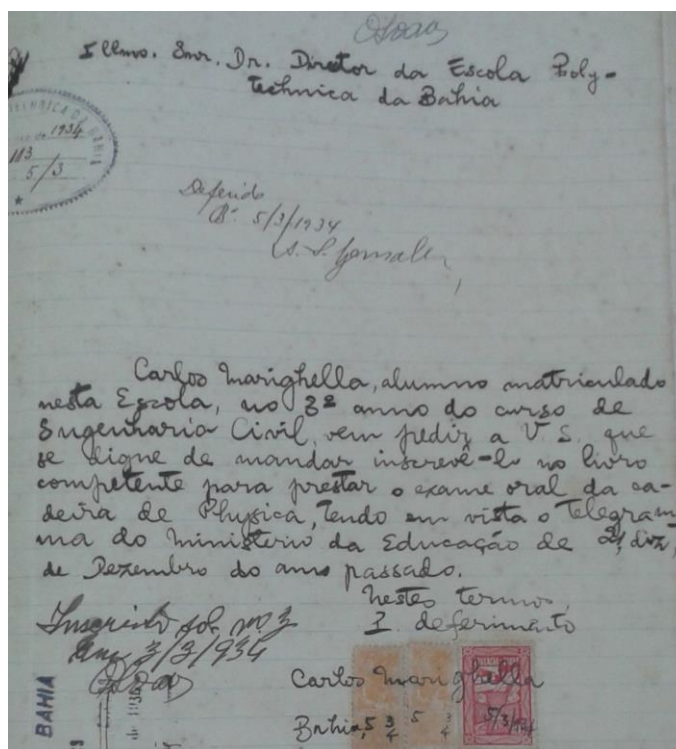
Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica-UFBA.

Parecer favorável para a suspensão de Marighella na Politécnica (1934)



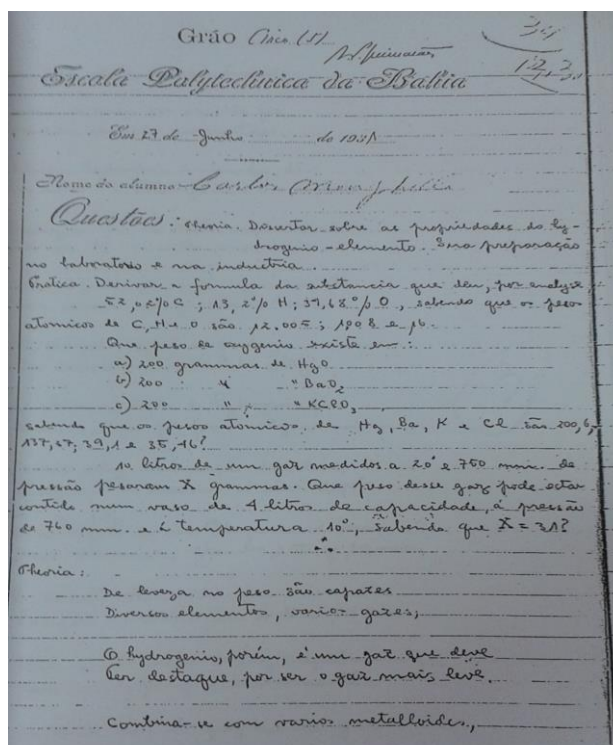
Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica-UFBA.

Solicitação para a realização de exames na Politécnica - indeferida (1934)



Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica-UFBA.

Prova respondida em versos na Politécnica (1931)



Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica-UFBA.

Armamento encontrado na ocupação da Faculdade de Medicina (1932)



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

Radiograma da polícia informando que Marighella não tinha antecedentes criminais na Bahia (1936)

COPIA
 100/332.- Polícia Civil do Distrito Federal.-
 Armas da Republica.-
 Directoria Geral de Comunicações e Estatística.
 SERVIÇO RADIO

ANTONIO ROMANO
 Chefe Ordem Política e Social
 POLICIA = Rio.

Radiogramma de BAHIA = nº 100 = Pla. 68 = Data 11-5-1936 = Hora 10,35!

Nº SOCIAL 38 pt CARLOS MARIGHELLA vg VINTE SEIS ANNOS IDADE vg FILHO
 MECHANICO AUGUSTO MARIGHELLA vg CURSOU TREIS ANNOS ESCOLA ENGENHARIA pt
 EM 1932 TOMOU PARTE LEVANTE ESTUDANTES SENDO PRESO pt HA CERCA UM ANNO
 DESAVINDO-SE COM PAE ABANDONOU CASA FAMILIA vg LEVANDO APENAS ROUPA
 QUE VESTIA pt PAE IGNORA SEU PARADEIRO pt NÃO REGISTRA ANTECEDENTES pt
 SAUDAÇÕES ATTENCIOSAS pt (a) = SÁ PEREIRA ¶ INSPECTOR ORDEM SOCIAL pt

Copiado em 11 de Maio de 1936.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Trecho do depoimento de Marighella para a polícia (1936)

sabendo ler e escrever, o qual, inquirido, disse: que ha cerca de dois annos, no Estado da Bahia, onde então era estudante de engenharia civil, o declarante, após entendimentos com diversos amigos, leituras de

de prospectos e boletins, começou a prestar serviços ao Partido Comunista Brasileiro como sympathizante, para afinal ficar definitivamente integrado nesse Partido como seu membro effectivo pelas convicções de suas idéas; que no Estado da Bahia, por ocasião de excursões dos estudantes de engenharia, o declarante teve oportunidade de travar relações com um operario de construção civil de nome José Athayde, a quem veio encontrar nesta Capital, em fins de Outubro ou principio de Novembro do anno proximo passado, quando aqui chegou, tambem como membro do Partido Communista, em cujo seio é conhecido pelo nome de Domiciano; que tendo perdido o anno lectivo na Escola de Engenharia do Estado da Bahia, o declarante resolveu embarcar para esta Capital onde esperava poder matricular-se com maiores vantagens na Escola Polytechnica, aproveitando alem disso a oportunidade de prestar melhores serviços ao Partido Communista; que ao chegar a esta Capital o declarante depois de alguns dias de pouso em varias hospedarias, encontrou o seu amigo José Athayde, indo morar em companhia do mesmo em um quarto da casa numero duzentos e vinte e nove da rua Bella de São João em São Christovão, onde se demorou até meados

Fonte: Arquivo Nacional.

Identificação de Marighella após ter sido preso (1939)

Nome CARLOS MARIGHELLA

Nacionalidade BARSILEIRO

Naturalidade BAHIA

Filho de AUGUSTO MARIGHELLA
e de MARIA RITA MARIGHELLA

Idade 27 anos. Nascido em 5 de Dezembro de 1911

Estado Civil Solteiro Instrução Secundaria

Profissão Professor

Residencia Rua da Abolição n. 380 (S. Paulo)

Motivo *Rua April: Rua Conica Luta-131-4704*

Notas Cromaticas

Cutis Branca Cabelos Pretos

Olhos Castanhos Bigodes Aparado

Barba Sim como usa Raspada


Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1^m 78 cent.

Fronte: altura Inclinação

Largura Sobrancelhas

Palpebras



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Compromisso de um comunista/ Ingressai no PCB (1945)

COMPROMISSO DE UM COMUNISTA COM O POVO

Quando entra para o Partido declara:

"Prometo a mais firme lealdade e completa dedicação aos sagrados interesses da classe operária e do povo. Prometo, assim, trabalhar ativamente pela defesa da paz e da democracia, pela derrota definitiva do fascismo, pelo desaparecimento de todas as formas de opressão nacional e de exploração do homem, até o estabelecimento do socialismo. Com este objetivo, juro solenemente permanecer fiel aos princípios do Partido Comunista do Brasil; lutar dentro do máximo da minha capacidade, que procurarei aumentar sempre, pela sua unidade e pelo seu crescimento: trabalhar, incansavelmente, no cumprimento do seu programa".

INGRESSAI NO P.C.B.!

As portas do P.C.B. estão abertas a todos os operários, a todos os trabalhadores honestos, a todos os homens e mulheres dispostos a lutar por um futuro de paz e progresso para o povo brasileiro.

Ingressai no Partido Comunista do Brasil, o Partido da paz e da independência nacional!

Entre para o Partido Comunista do Brasil (1945)

Pertence a Celula Manoel Louto

Pan 942 **ENTRE PARA O**

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

D495
ex 613
72279

"Recrutamento Luiz Carlos Prestes"

Nome: Luiz Baptista de Silva

Residencia Rua Souza Aguiar
132 Bairro Meier

Profissão Sereno Local do
Trabalho Rua Moraes e Valle nº 6

Proponente Rodolfo Rodrigues Lopes

Data 16-10-45

O PARTIDO COMUNISTA é o Partido da Classe Operária e do Povo

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Teste para secretário de célula do PCB (1945)

GOBETÉ METROPOLITANO

TESTES PARA OS SECRETÁRIOS DAS CÉLULAS DAS EMPRESAS FUNDAMENTAIS

NOME DA CÉLULA T. Dias Paduanes

NOME Alfonso de Siqueira de Sant'Anna

QUANDO ENTROU PARA O PARTIDO Dia 2 de Maio de 1945

EM QUE EMPRESA TRABALHA? Directoria do Material Rodas

QUANTO GANHA? cr\$ 120,00 mensais

ONDE RESIDE? Rua Siqueira de Siqueira 224 Ipanema

É CASADO? Sim

USA BEBIDAS ALCOOLICAS? Não

JOGA? Não FUMA? Não

ESTÁ LIGADO AO SINDICATO? Chauvi e Chauvi

ESTÁ LIGADO AO TRABALHO DE MASSAS? Sim

ESTÁ LIGADO ESTREITAMENTE À SUA CÉLULA? Secretário de Massas

QUANDO NASCEU? DIA 15 MÊS Maio ANO 1898

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Reunião do Comitê Nacional do PCB (1945)



Fonte: Tribuna Popular.

Discurso de Jacinta Amado e Prestes em Salvador (1945)



Fonte: *O Momento*.

Marighella visitando o Comitê Popular dos Mares em Salvador (1946)



Fonte: *O Momento*.

Marighella em comício na Bahia (1947)



Fonte: *O Momento*.

Mensagem de Marighella aos baianos (1947)

Baianos!

Na data de hoje, que ha de assinalar na historia da vida politica do Brasil a victoria da democracia sobre os restos do fascismo, apelo, como deputado federal eleito pelo voto e a confianca do proletariado e do povo baianos, sob a legenda do glorioso Partido Comunista, para que sufragueis nas urnas os candidatos da "Chapa Popular".

Com eles e com o esforco do povo organizado, asseguraremos melhores dias para nossa terra e consolidaremos a democracia.

Ai urnas, pois!

Bahia, 19/1/47

Carlos Marighella

Fonte: *O Momento*.

Trecho da autobiografia de Marighella (1954)

170 Kapurc Mapurcero 6x380
 1912, p. 108

Tengo ^{1912, p.} 42 años completos y mi compañera es hija de judíos rusos. Mi padre es un obrero italiano que ha emigrado de Italia a Brasil. Mi madre era hija de esclavos africanos. Tengo hermanos y hermanas que son obreros y empleadas. Pero mi padre me ha mandado a la escuela y he estudiado en la escuela secundaria haciendo el curso completo como uno de los primeros alumnos ^{de la clase,} y después he ingresado en la instrucción superior, indo al estudio en la Escuela Politécnica, facultad superior del estudio de ingeniería civil en mi estado natal, Bahía. Después de completar la mayor parte del curso he sido alejado de la Escuela, como punición después de un inquerito mandado hacer por la dirección de la Escuela. Esto ha sido en 1934 cuando yo tenía 22 años. Entonces participaba de la Federación Roja de los Estudiantes y he liderado una serie de movimientos en la Escuela, motivo por el cual he sido alejado. He transformado en seguida la Federación Roja de los Estudiantes en Sindicato de los Estudiantes. Luego he sido reclutado al Partido y he ingresado en una célula de trabajadores de tejidos.